O ESTADO DE S. PAULO

FUNDADO EM 1875
JULIO MESQUITA (1862—1927)

Terça-feira 29 de MARÇO de 2022 • R$ 6,00 • Ano 143 • Nº 46914
estadão.com.br

Quarta troca no MEC __A8 e A9

Dez dias após revelação de gabinete paralelo liderado por pastores, ministro cai

— Milton Ribeiro se demite sob pressão de evangélicos, que apontam desgaste com esquema exposto pelo 'Estadão'

Investigado por denúncias de envolvimento com um esquema de corrupção operado por pastores no Ministério da Educação, o ministro Milton Ribeiro pediu demissão ontem. A saída ocorre dez dias após a publicação da primeira de uma série de reportagens do **Estadão** que revelou a atuação do gabinete paralelo do MEC com cobrança de propina até mesmo em barras de ouro em troca da liberação de recursos federais para a construção de escolas por prefeituras. O presidente Jair Bolsonaro, que há três dias disse colocar "toda a cara no fogo" pelo ministro, aceitou a demissão após o **Estadão** publicar que em solenidade do MEC foram entregues Bíblias com a foto do ministro. A revelação aumentou a pressão de lideranças da bancada evangélica no Congresso por uma mudança no MEC. O presidente também foi convencido por integrantes do PL e do Progressistas de que a permanência de Ribeiro no ministério poderia prejudicar a campanha pela reeleição. Com a saída de Ribeiro, o governo Bolsonaro terá o quinto ministro da Educação em pouco mais de três anos.

Eliane Cantanhêde __A9

Ministro está fora. Mas foi ele quem engendrou o esquema no MEC?

CATARINA CHAVES/MEC-2/7/2021

Mal na foto

Distribuição de Bíblias com foto de Ribeiro (à esq., em julho, com pastores Gilmar Santos e Arilton Moura, operadores do gabinete paralelo) elevou pressão de evangélicos por saída. __A9

E&N Segunda troca em estatal __B1

Bolsonaro demite Silva e Luna e Adriano Pires assume Petrobras

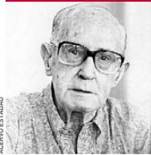
O presidente Jair Bolsonaro demitiu Joaquim Silva e Luna da presidência da Petrobras. Desgastado desde o megarreajuste dos combustíveis decretado após a deflagração da guerra na Ucrânia, Silva e Luna será substituído pelo diretor do Centro Brasileiro de Infraestrutura, Adriano Pires, nome pró-mercado, que defende a política de preços da Petrobras.

E&N Mobilidade cara __B2

'Inflação do carro' chega a 17% em 12 meses com a alta dos combustíveis

Preços de veículos, combustíveis, peças, multas e licenciamento subiram mais que a inflação oficial, aponta a FGV.

C2

ACERVO ESTADÃO

Literatura __C1 e C3

Aos jovens, a poesia de Drummond

Quatro livros chegam em abril, marcando reedição pela Record, com posfácios de artistas como Zélia Duncan.

The Economist __A14

No bunker de Zelenski em Kiev, não falta humor

Ciência __A17

Fapesp lança bolsas para pesquisadores refugiados

Presidente no hospital __A9

Bolsonaro passa por exames no abdômen em Brasília

Eleição 2022 __A11

Eduardo Leite fica no PSDB; Doria afirma que prévias são 'irrevogáveis'

Em tom de pré-candidato, governador do RS anuncia renúncia ao cargo. FHC defende respeito à votação interna.

Coluna do Estadão __A2

Vacina é estrela de vídeo de campanha de Doria

Pedro Fernando Nery __B3

Braga Netto, o criador do GTCAEERCDP

Coluna do Broadcast __B32

Primeiro leilão portuário terá disputa entre fundos

Notas e informações __A3

O inferno são os outros

Bolsonaro diz que eleição será 'luta do bem contra o mal'. Ele estava com Collor e Valdemar.

Uma vergonhosa decisão judicial

Tempo em SP
19° Mín. 29° Máx.

ISSN - 1516-293-

CAMILA TURTELLI (INTERINA)
TWITTER: @COLUNADOESTADAO
COLUNADOESTADAO@ESTADAO.COM
POLITICA.ESTADAO.COM.BR/BLOGS/COLUNA-DO-ESTADAO/

Coluna do Estadão

Para aliados de Doria, jogo não começou e vacina será a estrela da partida

Nos bastidores da pré-campanha de João Doria, interlocutores do governador paulista avaliam, com base em pesquisas, que não haverá mudança no cenário eleitoral até julho e, por isso, é preciso segurar a pressão até lá, seja ela interna ou externa. Enquanto isso, a aposta é focar a campanha do tucano, que deixa o governo de São Paulo nesta semana, na produção da Coronavac, com o mote de que "a vida voltou ao normal depois da vacina". Começou a circular ontem, entre aliados, um vídeo com uma amostra do que deve ser a campanha que terá a Coronavac como a estrela principal. Doria assistiu às imagens pela primeira vez durante uma reunião com seus secretários e se emocionou.

TOUR. Doria também está com uma extensa agenda de viagens e começa o tour pela Bahia, onde deve passar por Salvador e também por Rio de Contas, onde nasceu seu pai, João Agripino Doria Neto. Uma das ideias é mostrar sua trajetória de vida e que ele "não nasceu de terno".

DIA DO FICO. Doria terá de lidar com dor de cabeça no PSDB, pelo clima de desânimo entre os que preferiam Eduardo Leite como presidenciável. Ontem, aliás, o gaúcho decidiu anunciar que fica na sigla.

GRAVE. Do pastor Cesário Silva, da Assembleia de Deus e integrante do núcleo evangélico do PT, sobre a intermediação de verbas por pastores no Ministério da Educação: "São atos ilícitos de pessoas não autorizadas gerando escândalos de corrupções. É sério e inédito o aparelhamento no Ministério da Educação".

FECHOU. Após negociações com algumas siglas, o Movimento Brasil Livre (MBL) oficializou o ingresso em bloco no União Brasil, depois do rompimento com o Podemos.

VAI SER ASSIM. Entre as exigências do MBL para entrar no União estão ter garantidas as condições de atuar em comissões importantes do Congresso e manter a independência em relação a apoio na eleição presidencial deste ano. O movimento quer apoiar a candidatura de Sérgio Moro para ao Palácio do Planalto, independentemente da escolha do União.

ARTISTAS LIVRES. O deputado federal Marcelo Ramos (PSD-AM), vice-presidente do Congresso, apresentou ontem um projeto de lei para impedir, na legislação eleitoral, a punição de artistas que manifestem seus posicionamentos políticos antes, durante ou depois do período eleitoral.

SINAIS PARTICULARES

por Kleber Sales

Eduardo Leite,
governador do Rio Grande do Sul (PSDB)

PRA MARCAR... O PDT filia nesta quinta-feira, 31, o ex-prefeito de Santana de Paranaíba Elvis Cezar, que deixa o PSDB para ser o candidato pedetista ao governo do Estado.

...TERRITÓRIO. De olho em palanque para Ciro Gomes em São Paulo, a sigla organiza um evento, com a presença de Ciro e dos dirigentes Carlos Lupi (nacional) e Antônio Neto (paulistano), na cidade de Cezar, na próxima segunda, para receber novos filiados.

COM MATHEUS LARA.
COLABOROU PEDRO VENCESLAU.

PRONTO, FALEI!

Pastor Marco Feliciano
Deputado federal (PL-SP)

"Com a veiculação de imagens de Milton Ribeiro em páginas bíblicas distribuídas em eventos políticos, (espero) que as investigações sigam, precisas e urgentes."

CLICK

COLUNA DO ESTADÃO

Cris Monteiro
Vereadora de São Paulo (Novo)

Após a polêmica do Oscar envolvendo Will Smith e Chris Rock, vereadora fez relato sobre sua vida com alopecia areata: "Não é para fazer brincadeira".

O ESTADO DE S. PAULO

Publicado desde 1875

O inferno são os outros

Bolsonaro anuncia que eleição será 'luta do bem contra o mal'. Poucos ilustram de modo tão preciso o conceito bolsonarista de 'bem' como Collor e Valdemar Costa Neto

No domingo passado, o presidente Jair Bolsonaro lançou ilegalmente a sua campanha pela reeleição durante um ato político-partidário em Brasília. O evento, organizado pelo PL e financiado com recursos públicos do fundo partidário, teve a forma de um comício e os discursos de um comício. E comícios, como determina a Lei Eleitoral, só estão autorizados a partir do dia 16 de agosto.

Mas, por incrível que pareça, o inequívoco ato de campanha antecipada foi o que menos chamou a atenção naquela festa fora de hora. Afinal, todos sabem que Bolsonaro jamais desceu do palanque após a posse e governa, por assim dizer, calculando o potencial de seus atos e palavras para atrair ou repelir eleitores, não para melhorar as condições de vida de todos os brasileiros.

O que merece destaque é o tom do discurso do presidente no evento, indicativo do que será a tônica de sua campanha. No palco, ao lado de familiares, ministros de Estado e aliados da estirpe de Valdemar Costa Neto e Fernando Collor de Mello, Bolsonaro classificou a eleição presidencial deste ano como uma "batalha espiritual", uma "luta do bem contra o mal", sendo ele, naturalmente, a encarnação do "bem".

O que está em jogo em 2022 são questões bem mais terrenas, para as quais Bolsonaro tem poucas respostas a oferecer. Entende-se, portanto, que, para um incumbente que não tem realizações positivas para apresentar aos eleitores que justifiquem a sua recondução ao cargo – ao contrário, há muitos erros a escamotear –, só resta o recurso à narrativa sobrenatural, tratando todos os muitos milhões de brasileiros que não votam em Bolsonaro como se fossem a encarnação do demônio.

Já do lado do "bem", segundo Bolsonaro, estão ninguém menos que Valdemar Costa Neto e Fernando Collor de Mello. O primeiro, chefão do PL, partido pelo qual Bolsonaro escolheu concorrer à reeleição, é uma das figuras mais proeminentes do escândalo do mensalão petista, tendo sido condenado e preso pelo crime de corrupção; o segundo, ex-presidente da República, brilha com vergonhoso destaque na história brasileira por ter sofrido impeachment em razão de um escândalo de corrupção.

O elástico conceito bolsonarista de "bem" ignora as suspeitas de "rachadinha" que recaem sobre o presidente e seus filhos Flávio e Carlos Bolsonaro. Ignora também o escândalo de corrupção envolvendo a aquisição de vacinas em meio à maior tragédia sanitária que já se abateu sobre o País.

E o que dizer dos pastores evangélicos que se aninharam no Ministério da Educação, sob o beneplácito do ministro Milton Ribeiro e, ao que parece, do próprio presidente da República, para traficar influência e pedir propina para facilitar o acesso de prefeitos aos recursos do orçamento para a educação? É esse o "bem" que Bolsonaro afirma representar?

No comício em Brasília, Bolsonaro, ademais, classificou como "um velho amigo" o coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra. Afirmou ter citado seu nome no voto pelo impeachment da presidente Dilma Rousseff por um "dever de consciência". Ou seja, o mesmo Bolsonaro que se apresenta ao País como a encarnação do "bem" é o indivíduo que diz ter uma dívida de consciência com um dos mais notórios torturadores da ditadura militar, o que diz muito sobre sua alma.

Por fim, seria o triunfo do "bem" sobre o "mal" a reeleição de um presidente que admite, sem meias-palavras, ter engulhos por ter de cumprir a Constituição? É claro que não.

O bem que o País precisa é o resgate da política como o meio mais eficiente para a concertação pacífica dos interesses da sociedade. É o respeito às leis e à Constituição. É a união dos brasileiros como povo, não como membros de facções irreconciliáveis. É a defesa do meio ambiente. É a valorização da verdade factual e o respeito à liberdade de imprensa. É a superação da irresponsabilidade demagógica e a retomada do diálogo, da confiança e do respeito mínimo entre os cidadãos, mesmo os divergentes. O bem só terá chance de triunfar, portanto, se Bolsonaro for derrotado. ●

Uma vergonhosa decisão judicial

Artistas e qualquer cidadão podem se manifestar sobre política. Papel do TSE é proteger a isonomia nas eleições, não promover censura ou disparidade de tratamento

Antes do dia 15 de agosto, não se pode fazer propaganda eleitoral, dispõe a Lei das Eleições (Lei 9.504/1997). Mas essa restrição logicamente não impede o exercício da liberdade de expressão. Por isso, causou grande perplexidade a decisão do ministro Raul Araújo, do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), proibindo manifestações políticas de artistas no festival Lollapalooza e fixando multa de R$ 50 mil por ato de descumprimento. A liminar, que pretensamente vinha aplicar a Lei das Eleições, descumpriu a própria legislação eleitoral, além de ser inconstitucional e contrária à jurisprudência do TSE.

Todo cidadão tem o direito de manifestar suas preferências políticas. Trata-se de uma liberdade fundamental, que a legislação infraconstitucional deve respeitar. Por isso, a Lei das Eleições estabelece que não configura propaganda eleitoral antecipada "a divulgação de posicionamento pessoal sobre questões políticas, inclusive nas redes sociais" (art. 36-A, V). No entanto, Raul Araújo entendeu que balançar a bandeira de um político caracterizaria propaganda político-eleitoral. Tal decisão não tem nenhum respaldo no Direito.

Mas a liminar foi além. Para o ministro do TSE, as manifestações contrárias ao presidente Jair Bolsonaro demonstram que "artistas rejeitam (*um*) candidato e enaltecem outro", o que, no seu entender, caracteriza propaganda eleitoral antecipada negativa, "em detrimento de outro possível candidato". É um caso nítido de abuso interpretativo da lei. Sob o pretexto de fazer valer a legislação eleitoral, o ministro Raul Araújo tentou impedir o direito de crítica contra os governantes, o que fere a Constituição.

É estranho que, depois de mais de três décadas do final da redemocratização do País, seja necessário recordar isso. Todo cidadão tem o direito de criticar os governantes, em privado ou em público. No Estado Democrático de Direito, não existe o crime – ou qualquer limitação legal – referente a maldizer o rei. Não há rigorosamente nenhum problema em xingar Bolsonaro ou qualquer outro governante.

A liminar envolvendo o Lollapalooza também causou perplexidade por sua discrepância com outras decisões do próprio ministro Raul Araújo. Na quarta-feira passada, por exemplo, ele rejeitou caracterizar como propaganda eleitoral antecipada a instalação de outdoors de apoio a Jair Bolsonaro, espalhados por vários Estados. Pelo que se observa, há dias em que Raul Araújo tem especial facilidade de enxergar propaganda eleitoral antecipada, e há outros tantos nos quais os elementos de prova parecem ser sempre insuficientes.

Essa inconstância interpretativa não faz bem à Justiça, especialmente ao seu objetivo de pacificação social. A percepção de que se utilizam, na interpretação da lei, dois pesos e duas medidas diminui a confiança da população no Judiciário.

Todo esse quadro suscita justificada preocupação. Afinal, com liberdade de expressão e direitos políticos não se brinca. Mas o caso tem ainda outra circunstância peculiar e contraditória. A decisão sobre o Lollapalooza foi tomada a pedido do PL, atual partido do presidente da República. Paradoxalmente, no mesmo fim de semana em que acusou artistas de fazerem propaganda eleitoral antecipada, o PL organizou um evento de lançamento da pré-candidatura de Jair Bolsonaro à reeleição.

A incongruência é manifesta. Artistas não podem se manifestar politicamente, mas Bolsonaro e sua legenda podem fazer um evento cuja finalidade era única e exclusivamente defender e apoiar a reeleição do presidente. No ato do PL, teve até lançamento de slogan: "Capitão do povo".

Complexa e, muitas vezes, detalhista, a legislação eleitoral tem várias falhas. No entanto, é preciso admitir que a responsabilidade por essa disparidade de tratamento não foi da Lei das Eleições, e sim de quem aplicou a lei. Cabe à Justiça Eleitoral resgatar e defender o seu propósito de preservar a igualdade de condições nas eleições. Não há isonomia se, para cada político, há uma interpretação diferente da lei. ●

ESPAÇO ABERTO

A receita de bolo para as contas públicas em 2023

Felipe Salto

As regras fiscais não devem ser pró-cíclicas, isto é, permitir uma montanha de gastos, em período de crescimento do PIB e da arrecadação, e limitar a atuação do Estado em períodos de vacas magras. É preciso buscar, por assim dizer, duas diretrizes fundamentais: 1) a sustentabilidade da dívida-PIB como objetivo central; e 2) a garantia de algum poder discricionário pelos governos, desde que sujeito à diretriz anterior. A Constituição de 1988 e a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) são as bases para uma estratégia de endividamento civilizada a partir de 2023. O limite tendencial para a dívida, acoplado às metas de resultado primário e ao teto de gastos, é a receita de bolo para desatar o nó fiscal.

O procurador do Ministério Público de Contas no Tribunal de Contas da União (TCU), Rodrigo Medeiros de Lima, publicou recentemente o livro *Regras fiscais e o controle quantitativo da dívida pública federal no Estado Democrático de Direito* (Editora Blucher, 2021). O livro combina os conhecimentos do Direito Financeiro e das Finanças Públicas. No capítulo 3, o autor mostra como a construção do atual arcabouço fiscal, na Constituição federal de 1988, guiou-se pelo desejo de estabelecer mecanismos de controle, vigilância e transparência sobre o Executivo.

Essa dimensão explica muito sobre a tese do limite da dívida, já bastante presente em 1988. São vários os dispositivos, a exemplo do controle para as operações de crédito e para o próprio estoque da dívida consolidada (ou bruta, que inclui os títulos públicos). Houve, ainda, a preocupação de abranger Estados, municípios e União. O artigo 52 da Constituição determina as competências privativas do Senado, entre elas: "fixar, por proposta do presidente da República, limites globais para o montante da dívida consolidada da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios".

O presidente Fernando Henrique Cardoso enviou *Mensagem ao Senado*, em 2001, que redundou numa resolução para fixar limites aos governos regionais. A outra, para a União, foi arquivada. Em 2015, o senador José Serra solicitou o desarquivamento e apresentou novo texto, talvez a tentativa mais promissora, mas também sem sucesso.

> ***Limite tendencial para a dívida, acoplado às metas de resultado primário e ao teto de gastos, é caminho para desatar o nó fiscal***

A meu ver, a ideia de um limite escrito na pedra deveria ser substituída por outra, mais moderna. A lei determinou que o presidente da República enviasse proposta para limitar a dívida consolidada e a dívida mobiliária federal (títulos públicos, artigo 48 da Constituição), no prazo de 90 dias da publicação da LRF (artigo 30). Um entrave sempre foi o Banco Central, como me relatou o saudoso jornalista Ribamar Oliveira pouco antes de falecer. Eis a preocupação, legítima, da autoridade monetária: o teto para a dívida acabaria prejudicando a gestão da liquidez do sistema monetário, feita com títulos emitidos pelo Tesouro (operações compromissadas).

A minha proposta é elaborar trajetórias para a dívida pública, a partir de cenários econômicos fidedignos, a cargo de técnicos do governo, do Congresso e da academia. A partir dos cenários, o governo escolheria a trajetória que, a seu ver, fosse adequada para um desejado quadro fiscal, econômico e social prospectivo, e enviaria uma nova *Mensagem ao Senado* para limitar a dívida consolidada (ou bruta), com base no artigo 52. Então, o Senado apreciaria a proposta, elaboraria a regra para a dívida pública, mas não por meio de um valor fixo, senão de um limite tendencial, em que haveria uma trajetória com bandas para cima e para baixo.

As metas de resultado primário seriam calculadas de modo a garantir a trajetória de dívida em quatro anos, mas, desde o primeiro ano da vigência da resolução do Senado, já haveria o compromisso de seguir a trajetória (com bandas) e, no caso de descumprimento, o ministro da Fazenda teria de se explicar ao Congresso, como faz o presidente do Banco Central quando a meta anual de inflação é rompida. Todas as vezes que o PIB crescesse abaixo de 1%, o governo estaria livre de cumprir o limite (com bandas) dado pela trajetória tendencial.

A resolução do Senado poderia ser revista de dois em dois anos, a partir de mensagem do presidente da República. Caso o limite fosse rompido, a partir do quarto ano de vigência da resolução – mesmo na presença desses mecanismos para garantir a flexibilidade, premissa básica recomendada pela literatura de regras fiscais –, então a União poderia sofrer sanções.

Finalmente, como mencionado na minha coluna de 15 de fevereiro passado, o teto de gastos seria fixado a partir da meta de resultado primário (condicionada ao cenário de dívida) e da projeção de receitas (feita de modo independente). A eventual sobra de arrecadação em relação às estimativas de receitas seria direcionada para pagamento de juros e dívida, em parte, para constituição de reserva para gastos futuros (em tempos de baixo crescimento econômico) e para gastos em investimentos.

A Emenda Constitucional n.º 109, de 2021, resvalou nessas ideias, mas nada se seguiu a isso. A verdade é que, desde 1988, já temos as bases para agir. Uma boa receita de bolo para 2023 é a que defendo aqui. ●

É DIRETOR EXECUTIVO DA IFI E RESPONSÁVEL POR SUA IMPLANTAÇÃO, COM MANDATO CONFERIDO PELO SENADO FEDERAL (2016-2022). AS OPINIÕES NÃO VINCULAM A INSTITUIÇÃO

FÓRUM DOS LEITORES

Congresso Nacional

R$ 23,8 milhões por ano

É de estarrecer a matéria do **Estado** de domingo (27/3) *Cada parlamentar custa ao Brasil R$ 23,8 milhões por ano*. Por que na Alemanha, um país rico, o custo anual de cada parlamentar equivale a R$ 7,18 milhões (na França são R$ 5,49 milhões e no México, R$ 5,34 milhões), enquanto no Brasil, país pobre, cada parlamentar nos custe tantos milhões? É uma exorbitância! Um retrato de que ao longo dos anos nosso Parlamento não se tem importado com a pobreza e a falta de desenvolvimento econômico e social: quase 50% dos brasileiros ainda vivem sem saneamento básico e sem moradia digna. Pior: ao lado de péssimos governos, nosso Congresso não aprova reformas como a tributária e a administrativa, sem coragem de eliminar privilégios de servidores federais.

Paulo Panossian
paulopanossian@hotmail.com
São Carlos

Monstruosidade

Excelente a matéria colocando o dedo na ferida e demonstrando o que mais causa decepção nos brasileiros: a estrutura do Congresso Nacional. Mas a pergunta que continua sem resposta é como corrigir esta monstruosidade, que é uma das principais causas da ineficiência da máquina governamental.

Martim Affonso Santa Lucci
mslucci@uol.com.br
Campo Grande

Não falta nada

Sinceramente, não me surpreendi com a notícia de que cada parlamentar custa ao Brasil quase R$ 2 milhões por mês. Afinal, temos saneamento básico em todas as cidades, rodovias bem asfaltadas, saúde e educação públicas de Primeiro Mundo. Isso sem considerar que nossos parlamentares terão um Fundo Eleitoral de quase R$ 5 bilhões para gastar este ano. País rico é assim.

Ariovaldo J. Geraissate
ari.bebidas@terra.com.br
São Paulo

Guerra na Ucrânia

Um momento histórico

É conhecido de todos os que se interessam por geopolítica a chamada "armadilha de Tucídides" e sua correlação com a situação atual do mundo, a disputa entre uma potência hegemônica estabelecida, mas em decadência, ante uma nova potência em ascensão e, pois, candidata a ocupar a hegemonia mundial – como desenvolveu o cientista político Graham Allison em *A caminho da guerra*. Também é bem conhecida a teoria do "heartland", desenvolvida por Halford J. Mackinder, professor de Oxford, em 1904, em seu *O pivô geográfico da História*. Pois é justamente no "coração da Terra" de Mackinder, a Europa Oriental, onde está se desenvolvendo uma guerra que pouco interessaria aos seus dois contendores (Rússia e Ucrânia), mas que interessa muito à potência hegemônica atual, que agrega adesões e poderes contra a nova potência em ascensão, a China. Para os EUA, a hora do enfrentamento é agora, quando ainda detêm mais dinheiro, influência e poder que sua desafiante. A futura "senhora do mundo" gostaria de esperar um pouco mais, mas terá de se manifestar já. Não adianta fingir que nada tem que ver com o que está acontecendo no caminho da sua "nova rota da seda". Tudo indica que estamos vivendo um momento histórico. Quem (sobre)viver terá muita coisa para contar. Só não se sabe se essa história será contada em computadores, celulares, livros ou em pedra lascada. Oremos!

José Jairo Martins
josejairomartins7@gmail.com
São Paulo

Saúde

Cigarro eletrônico

Consumido por jovens e proibido, cigarro eletrônico traz riscos à saúde (**Estado**, 27/3, A16). Defender a liberdade de fumar cigarro eletrônico faz todo o sentido nesta época de *fake news*, quando há campanha antivacina no meio de uma pandemia. Estudos patrocinados pelo fabricante apontam a segurança dos dispositivos eletrônicos, enquanto consumidores são internados na UTI. A pessoa saudável fazendo tratamento precoce para ficar viciada e doente por causa dos efeitos da nicotina, a porta de entrada para o tabagismo.

Luiz Roberto da Costa Jr.
lrcostajr@uol.com.br
Campinas

Março azul

Oportuno e didático o artigo *Por que março é azul?*, do médico Marcelo Averbach (28/3, A4). Alerta a população masculina para a necessidade da conscientização e prevenção do câncer colorretal. Tive caso doloroso na família, de parente idoso que, quando teve diagnosticada a doença, era tarde demais. Cumprimento o dr. Marcelo, cuja assistência à população do vale do Rio Tapajós é digna de reconhecimento nacional.

Almir Pazzianotto Pinto
pazzianottopinto@hotmail.com
São Paulo

Somos uma **ESCOLA INTERNACIONAL,** com opções de currículo, que conecta tecnologia, inteligência socioemocional, idiomas, sustentabilidade e conceitos fundamentais de cada área do saber para desenvolver múltiplos **talentos** e entregar excelentes **resultados**!

USP

1º Lugar GERAL POLI – Eng. da Computação
1º Lugar – Odontologia
2º Lugar – Biotecnologia
2º Lugar – Eng. de Alimentos
4º Lugar – Ciência da Computação
8º Lugar – Medicina
9º Lugar – Farmácia

Administração: 2 | Biotecnologia: +1
Ciências Sociais: 2 | Economia: 2
Educomunicação: 1 | Engenharias: +8
Gestão Ambiental: 1 | Letras: 1 | Música: 1

FEDERAIS e ESTADUAIS

1º Lugar UFMG – Eng. de Produção
1º Lugar UFSC – Letras Alemão
2º Lugar UNIFESP – Administração
2º Lugar UNESPAR – Ciências Contábeis
2º Lugar UFCG – Eng. de Biossistemas
2º Lugar UFOP – Eng. Geológica
2º Lugar UFSCAR – Matemática
3º Lugar UFSC – Química Tecnológica
4º Lugar UNIFESP – Administração
4º Lugar UFRJ – Engenharia Metalúrgica
4º Lugar UFU – Matemática
5º Lugar UFMG – Eng. de Produção
5º Lugar UNIFESP – Letras
6º Lugar UFSCAR – Física
9º Lugar UNIFEI – Eng. Mecânica
10º Lugar UFRJ – Ciências Biológicas

UNIFESP – Ciências Atuariais: 1 | Letras: +1
Ciências Ambientais: 1 | Farmácia: 1
Filosofia: 1 | Ciências Econômicas: 1

UFSCAR – Administração: 2 | Química: 1

UFABC – Ciência e Tecnologia: 2

UFMG – Engenharia: +1

UFRJ – Ciências Sociais: 1 | Engenharia: 2
Letras: 1

UFF – Ciências Econômicas: 1 | Ciências Sociais: 1

CEFET – Engenharia: 1 | **UFG** – Engenharia: 1

UFPR – Engenharia: 1 | **IFSP** – Matemática: 1

UFRB – Cinema e Audiovisual: 1

UFRPE – Ciências Biológicas: 1

UFSM – Ciências Econômicas: 1

UNESP

1º Lugar – Eng. Civil
1º Lugar – Física
1º Lugar – Odontologia
4º Lugar – Eng. Biotecnológica
4º Lugar – Eng. de Produção Mecânica
5º Lugar – Eng. de Bioprocessos e Tecnologia
9º Lugar – Letras

Biologia: 1 | Ciência da Computação: 1
Ciências Biológicas: 1 | Engenharias: +6
Física de Materiais: 1 | Pedagogia: 1

FGV

1º Lugar – Administração
Redação Nota 10,0 – Direito

Administração: +10 | Adm. Pública: 3
Ciências Econômicas: 1 | Direito: 6
Economia: 2 | Relações Internacionais: 4

IBMEC

2º Lugar – Direito

Administração: 14 | Direito: +5
Economia: 4 | Relações Internacionais: 1

ESPM

1º Lugar – Publicidade e Propaganda
3º Lugar – Publicidade e Propaganda
8º Lugar – Cinema

Administração: 9 | Audiovisual: 2
Design: 1 | Jornalismo: 2 | Publicidade e Propaganda: +20 | Relações Internacionais: 3
Sistemas de Informação: 1

INSPER

Administração: 13 | Ciências Econômicas: 1
Direito: 7 | Economia: 2 | Engenharias: 10
Publicidade e Propaganda: 1

MACKENZIE SP E CAMPINAS

Administração: 8 | Arquitetura: 5
Ciência da Computação: 1 | Ciências Econômicas: 2 | Direito: 16 | Economia: 3
Engenharias: 14 | Fisioterapia: 1
Jornalismo: 1 | Nutrição: 4 | Pedagogia: 2
Psicologia: 3 | Publicidade e Propaganda: 2
Química: 1

UNICAMP

1º Lugar – Eng. de Produção
5º Lugar – Matemática aplicada a Negócios
10º Lugar – Eng. de Produção

Administração Pública: 1 | Letras: 1
Ciência da Computação: 1 | Engenharias: +10

PUC SP E CAMPINAS

3º Lugar – Psicologia

Administração: 5 | Biomedicina: 1
Ciências Contábeis: 1 | Ciências Sociais: 1
Ciências Econômicas: 5 | Direito: 29
Economia: 1 | Engenharias: 3 | Farmácia: 2
Fisioterapia: 1 | Jornalismo: 1 | Logística: 1
Medicina: 2 | Medicina Veterinária: 1
Pedagogia: 1 | Psicologia: +7
Relações Internacionais: 2
Publicidade e Propaganda: 1

BELAS ARTES

3º Lugar – Design de Moda

Arquitetura: 5 | Cinema: 1 | Design de Animação: 2 | Design de Games: 1
Design Gráfico: 1 | Jornalismo: 1 | Moda: 1
Publicidade e Propaganda: 1
Relações internacionais: 1

FAAP

1º Lugar – Administração
1º Lugar – Economia
1º Lugar – Moda
2º Lugar – Jornalismo
3º Lugar – Design Gráfico

Administração: +7 | Animação: 2
Arquitetura: 1 | Ciências Econômicas: 1
Cinema: 2 | Design: 2 | Direito: 2
Moda: +2 | Publicidade e Propaganda: 2
Relações Internacionais: 1

S. LEOPOLDO MANDIC

Medicina: 7 | Odontologia: 1

+de 700 *aprovações*

Acesse os nossos canais e confira a lista completa de aprovações:

 /colegioportoseguro

 /vportoseguro

 portoseguro.org.br

ESPAÇO ABERTO

A saúde e as mulheres

Dayana Rosa, Luciana Barrancos, Maria Fernanda Resende Quartiero e Rebeca Freitas

Nem apenas de flores se faz o Dia Internacional das Mulheres, rememorado neste mês e que marca a reivindicação histórica por melhores condições de trabalho e igualdade de direitos. Mas um aspecto nem sempre é lembrado: a saúde mental. Há muitos desafios para prevenir e promover a saúde mental das mulheres, como piores condições de trabalho, desigualdades socioeconômicas e violências.

Na prática, a saúde é feita por mulheres e são elas que mais adoecem. Segundo o Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems), as mulheres são a principal força de trabalho na saúde brasileira, representando 65% dos mais de 6 milhões de profissionais ocupados nos setores público e privado – tendo alcançado 70% no nível mundial pós-pandemia de covid-19, de acordo com o Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA, na sigla em inglês). Mas também são as mulheres que mais apresentam sintomas e/ou diagnósticos de transtornos mentais: pesquisas apontam que, entre os atendimentos nos Centros de Atenção Psicossocial (Caps), a admissão de mulheres chegou a mais de 72%.

Na maioria dos serviços de saúde, seja atendendo ou recebendo acolhimento, as mulheres também estão mais propensas a ter um transtorno mental durante a vida. De acordo com uma pesquisa do Instituto de Estudos para Políticas de Saúde (Ieps), entre 2013 e 2019 a incidência de depressão em mulheres foi maior que o dobro daquela registrada entre os homens, 15% ante 6,1%. Deste total, 74% das pessoas pretas ou pardas não chegaram a realizar qualquer tratamento.

Segundo a publicação *Caminhos em Saúde Mental*, dos Institutos Cactus e Veredas, geralmente o contexto de vida da mulher é ignorado nos prontuários. Além disso, uma vez diagnosticado o transtorno, é comum encontrar relatos de excesso de medicação psiquiátrica, o que pode provocar outros problemas de saúde.

Racismo e LGBTfobia influenciam o sofrimento e, por isso, deveriam ser centrais na formulação de políticas públicas. De acordo com o Ministério da Saúde, em 2019 jovens negros chegaram a ter 45% mais chances de desenvolver depressão do que um jovem branco. Quanto ao gênero, ao deixarem de ser consideradas público-alvo de políticas de saúde da mulher, lésbicas, bissexuais e transexuais são invisibilizadas.

> *Elas são a principal força de trabalho na saúde, mas também as que mais adoecem e apresentam sintomas e/ou diagnósticos de transtornos mentais*

Sem perder de vista a complexidade do debate da saúde mental da mulher, há um tema que é importante de ser falado: a depressão pós-parto. Atualmente, tramitam no Congresso Nacional dois projetos de lei (PL) sobre o diagnóstico precoce da depressão pós-parto, ou seja, da detecção de sintomas que podem levar a este quadro clínico. São eles o PL 98/2018, de autoria do deputado federal Célio Silveira (PSDB), que se encontra no Senado, e o PL 1.704/2019, do deputado federal Julio Cesar Ribeiro (PRB), que tramita na Câmara, espaço no qual também incidem a Frente Parlamentar da Primeira Infância, presidida pela deputada federal Leandre (PV), e a Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos da Mulher, presidida pela deputada federal Margarete Coelho (PP) – fóruns imprescindíveis para qualificar as políticas de saúde mental para mulheres.

Ambos os PLs respondem ao alarmante cenário brasileiro de que mais de 1 em cada 4 gestantes (26,3%) apresentam sintomas de depressão no período de 6 meses a 18 meses após o nascimento do bebê – de acordo com a pesquisa Nascer no Brasil, realizada pela Fiocruz. Para as pesquisadoras, a depressão pós-parto seria a ponta do iceberg para outras situações de vulnerabilização, como violência obstétrica e desigualdades socioeconômicas.

Contudo, o País ainda tem taxa de depressão pós-parto maior que a média para países de baixa renda, ou seja: ou o acolhimento está insuficiente ou está ineficaz. Estes PLs podem mudar isso, mas precisam prever outras medidas, como o monitoramento dos casos e a formação de equipes de saúde para gerar sensibilidade e resolutividade nos atendimentos.

No mês passado, o Ieps e o Instituto Cactus perguntaram ao Ministério da Saúde se há alguma ação prevista especificamente para a saúde mental das mulheres. A pasta respondeu, via Lei de Acesso à Informação, que "não há uma ação específica direcionada para um público específico". Longe de ser um mar de rosas, o mês das mulheres inspira a refletir sobre o atual papel da mulher na sociedade, o que inclui também reavaliar os rumos que têm sido tomados na política. Na saúde mental, é preciso enxergar para além do diagnóstico ou da doença, promovendo ações de prevenção e considerando o contexto na qual está inserida. Isso significa planejar ações específicas, sim, mas integradas a outras áreas além da Saúde.

Políticas públicas podem e devem promover a saúde e o bem-estar emocional para todas as mulheres, sejam elas negras, lésbicas, bissexuais, transexuais, gestantes ou não, jovens ou idosas. A saúde é feita por mulheres, são as mulheres que mais adoecem, mas a saúde não pode ser uma questão apenas de mulheres: é direito de todas e responsabilidade de todos, incluindo o Estado. ●

SÃO, RESPECTIVAMENTE, PESQUISADORA DO INSTITUTO DE ESTUDOS PARA POLÍTICAS DE SAÚDE (IEPS); GERENTE EXECUTIVA DO INSTITUTO CACTUS; DIRETORA-PRESIDENTE DO INSTITUTO CACTUS; E COORDENADORA DE ADVOCACY E RELAÇÕES GOVERNAMENTAIS DO IEPS

TEMA DO DIA

DIDA SAMPAIO/ESTADÃO

Gabinete Paralelo

Milton Ribeiro entrega cargo no MEC a Bolsonaro, que deve aceitar demissão

O ministro da Educação, Milton Ribeiro, informou ao presidente Jair Bolsonaro que está disposto a entregar o cargo para evitar mais danos à sua campanha eleitoral, segundo interlocutores da ala política do governo. ●

Comentários de leitores no portal e nas redes sociais

● "Preocupado com a campanha, e não com a Educação."
IAN LEMOS

● "Deve entregar, mas isso não apaga a corrupção, e não deve ser esquecido."
CRISTIANA ROCHA

● "Correu da investigação. Sabe que está todo enrolado com essas denúncias."
ALEXANDRE IVANOVICK

● "O PR mandou atender os pastores do lobby! O foco no ministro é desproporcional à responsabilidade!"
JERONIMO ALMEIDA

NAS REDES SOCIAIS
Veja outros destaques e participe das discussões no Link da Bio do Instagram do Estadão.
www.estadao.com.br/e/instagram

Siga o @Estadao nas redes sociais

PRODUTOS DIGITAIS

ERICK GAILLARD/REUTERS

Saúde

Alopecia: entenda a condição capilar de Jada Smith. ●
www.estadao.com.br/e/alopecia

The New York Times

Você pode aprender a amar estar sozinho. ●
www.estadao.com.br/e/sozinho

Aplicativo

Quer mais notícias sobre saúde? Personalize seu app. ●
www.estadao.com.br/e/app

Av. Eng. Caetano Álvares, 55 – CEP: 02598-900 – São Paulo - SP ● (11) 3856-2122 ● **Fax:** (11) 3856-2940 ● **E-Mail:** forum@estadao.com ● **Central do assinante:** Capital e regiões metropolitanas: 4003-5323 ● Demais Localidades: 0800-014-77-20 ● https://meu.estadao.com.br/fale-conosco ● **Central ao leitor:** (11) 3856-2122 ● falecom.estado@estadao.com classificados por telefone: (11) 3855-2001 **Preços venda avulsa: SP:** R$ 6,00 (segunda a sábado) e R$ 9,00 (domingo). **RJ, MG, PR, SC E DF:** R$ 6,50 (segunda a sábado) e R$ 10,00 (domingo). **ES, RS, GO, MT E MS:** R$ 8,50 (segunda a sábado) e R$ 11,50 (domingo). **BA, SE, PE, TO E AL:** R$ 9,50 (segunda a sábado) e R$ 12,50 (domingo). **AM, RR, CE, MA, PI, RN, PA, PB, AC E RO:** R$ 10,00 (segunda a sábado) e R$13,00 (domingo). ● **Vendas de assinaturas:** 0800-014-9000 ● **Whatsapp:** (11) 99248-2333 ● **Vendas corporativas:** (11) 3856-2524 ● **Agências de publicidade:** (11) 3856-2531 ● cia@estadao.com

Líderes, RHs e colaboradores,

O que é para ser um benefício no presente não pode ser dor de cabeça no futuro - muito menos jurídica. Foi pensando nisso que, lá em 2019, quando começamos a desenvolver a Caju, buscamos direcionamento jurídico de alto nível com escritório referência na área trabalhista para oferecer o produto de benefícios corporativos mais seguro possível para as empresas.

Também não é à toa que desde o início optamos por uma solução que combina a melhor experiência para os usuários com a segurança necessária para os nossos clientes – com categorias separadas e saldos travados, as empresas têm o controle de que seus colaboradores usam o benefício de acordo com a lei. Entendemos, por exemplo, que jogos virtuais e salões de beleza não fazem parte do rol de benefícios corporativos segundo a CLT.

A Medida Provisória 1.108/2022 assinada nos últimos dias, que aborda, entre outros temas, as regras do auxílio-alimentação, mostra que estamos e sempre estivemos no caminho certo: jogamos limpo e pensamos sempre no longo prazo para desenvolver relacionamentos de décadas com nossos clientes. A MP é positiva para o mercado e, acima de tudo, positiva para quem mais importa: o colaborador!

Seguiremos construindo uma solução segura do ponto de vista legal e de olho no futuro para oferecer a melhor e mais segura experiência para as empresas e colaboradores que estão com a gente.

Trabalhar com a consciência tranquila é bom pra Caju.

Caju Benefícios @cajubeneficios caju.com.br

Entenda a atuação de pastores no Ministério da Educação

Investigação

Revelação de gabinete paralelo no MEC derruba ministro da Educação

Bolsonaro aceita pedido de demissão de Milton Ribeiro dez dias após o 'Estadão' publicar 1.ª reportagem sobre um esquema de propinas na pasta operado por pastores

BRENO PIRES
JULIA AFFONSO
EDUARDO GAYER
BRASÍLIA

Acossado por uma série de denúncias de envolvimento com esquema de corrupção operado por pastores no Ministério da Educação, o ministro Milton Ribeiro pediu demissão do cargo. A saída ocorre dez dias após a publicação, pelo **Estadão**, da primeira de uma série de reportagens que revelou a atuação do gabinete paralelo do MEC com cobrança de propina até em barra de ouro em troca da liberação de recursos para escolas. É o quarto ministro da pasta a deixar o governo.

> ***"Tenho plena convicção de que jamais realizei um único ato de gestão na minha pasta que não fosse pautado pelo compromisso com o erário. As suspeitas de que uma pessoa, próxima a mim, poderia estar cometendo atos irregulares devem ser investigadas com profundidade."***
> **Milton Ribeiro**
> Ex-ministro da Educação

O presidente Jair Bolsonaro, que há três dias disse que colocava "a cara no fogo" pelo ministro, aceitou ontem o pedido de demissão após o **Estadão** revelar que, em solenidade do MEC, foram entregues bíblias com a foto do ministro impressa. A informação provocou reação de evangélicos que não aceitaram o uso do livro religioso como promoção.

"É vergonhoso ver um pastor misturar o sagrado com o profano. Nós, evangélicos, não aceitamos mistura da igreja com o Estado. Essa atitude é totalmente reprovada, a igreja é muito maior do que a política", disse o deputado Sóstenes Cavalcante (PL-RJ), presidente da Frente Parlamentar Evangélica.

Aliado de Bolsonaro, o pastor Silas Malafaia, da Assembleia de Deus Vitória em Cristo, foi mais duro. "Vergonha total!", escreveu em sua rede social. "Ministro da Educação em foto com a esposa em Bíblia de pastor lobista do MEC. Tem que ser demitido para nunca mais voltar."

Também integrante da bancada evangélica, o deputado Marco Feliciano (PL-SP) já havia cobrado o governo na semana passada para tirar Ribeiro do cargo. "Ele é o alvo, se cai esse ministro, põe outro, acabou o problema. Enquanto ele permanecer, vão cutucar e vai sair mais coisa. Tem que ser feita alguma coisa rápido", disse Feliciano ao **Estadão**.

Para especialistas em Direito Público, a distribuição de bíblias com a foto do ministro pode configurar crime de promoção pessoal. Prefeitos relataram que a compra das bíblias era parte da propina paga para ter a presença do ministro em eventos em suas cidades.

Na carta de demissão entregue a Bolsonaro, Ribeiro disse que as reportagens revelando corrupção no MEC provocaram "uma grande transformação" em sua vida. "Tenho plena convicção de que jamais realizei um único ato de gestão na minha pasta que não fosse pautado pela correção, pela probidade e pelo compromisso com o erário. As suspeitas de que uma pessoa, próxima a mim, poderia estar cometendo atos irregulares devem ser investigadas com profundidade", escreveu o ministro. Ribeiro deixou o cargo dizendo estar "de coração partido". A exoneração "a pedido" do ministro foi publicada em edição extra do *Diário Oficial* de ontem.

CARTA. Ribeiro diz na carta que quer, "mais do que ninguém, uma investigação completa e longe de qualquer dúvida acerca de tentativas dele de interferir nas investigações". Numa primeira versão do documento, o ministro chegou a escrever que sua saída do cargo era um "até breve" e prometia voltar ao MEC. Na versão final, suprimiu esse trecho.

Com a demissão, o governo Bolsonaro passará por sua quinta gestão diferente do MEC. Além de Ribeiro e Abraham Weintraub, comandaram a área federal da educação o professores Ricardo Vélez Rodriguez e Carlos Alberto Decotelli. Este último teve a nomeação publicada no *Diário Oficial* da União, mas ficou somente cinco dias na função, sem nunca ter despachado, por inconsistências no currículo. O nome indicado, agora, deve ser o secretário executivo da pasta, Victor Godoy Veiga.

Ribeiro é o personagem central do escândalo de um gabinete paralelo de pastores no MEC. Como o **Estadão** revelou, um pastor pediu propina em ouro e em dinheiro para facilitar o acesso de prefeitos à pasta. O jornal revelou no dia 18 de março a existência de um gabinete paralelo que se instalou na pasta. A Procuradoria-Geral da República (PGR) pediu a abertura de um inquérito para apurar improbidade administrativa e tráfico de influência no episódio. A ministra Cármen Lúcia, do Supremo Tribunal Federal, autorizou, na semana passada, a investigação.

PRÉ-CAMPANHA. A exoneração de Ribeiro tem relação direta com o início da pré-campanha de Bolsonaro à reeleição, deflagrada no último fim de semana. O presidente foi convencido por aliados do PL e do Progressistas de que as denúncias contra o ministro da Educação repercutiram mal nas redes sociais e o candidato não poderia se "contaminar" pela agenda negativa no MEC.

Como Ribeiro tem ligação direta com a família Bolsonaro, foi preciso encontrar uma alternativa para tentar preservar, ainda que minimamente, sua imagem. A solução foi o ministro entregar a carta de demissão. No texto, o próprio Ribeiro reconhece que, como agente político, era melhor deixar o cargo. Foi a senha para dizer que não queria provocar mais constrangimentos ao presidente da República.

A notícia da demissão do ministro repercutiu entre parlamentares que já vinham cobrando a apuração de irregularidades no MEC. "Caiu o ministro pelo qual o presidente disse que colocaria a cara no fogo! Milton Ribeiro vai responder a inquérito na PF e no STF. Bolsonaro vai colocar a cara no fogo?", disse o senador Jean Prates (PT-RN). "Sem dúvida, a saída é um respiro e um sinal de vitória não só da bancada da educação no Congresso, mas da sociedade civil estarrecida com as denúncias dos últimos dias. No MEC, eles têm pedido muito, mas não podem tudo!", afirmou o deputado e presidente da Frente Parlamentar Mista da Educação, Professor Israel Batista (PV-DF).

SENADO. Mesmo após a exoneração do ministro, a Comissão de Educação do Senado manteve o convite para Ribeiro prestar esclarecimentos sobre o escândalo envolvendo a atuação de pastores no MEC, na próxima quinta-feira. A presença do agora ex-ministro da Educação, no entanto, vai depender do próprio Ribeiro. ●

Para lembrar

Pasta tem histórico de polêmicas e crises

● Ricardo Vélez Rodriguez

DIDA SAMPAIO / ESTADÃO - 26/2/2019

Primeiro titular do Ministério da Educação do governo Bolsonaro, Rodriguez defendeu a revisão de livros didáticos sobre o período do regime militar – segundo o então ministro, não se podia falar em "golpe". Sob Rodriguez, a pasta se envolveu em outra polêmica: mandou e-mail a todas as escolas do Brasil pedindo que os alunos fossem filmados cantando o Hino Nacional e que fosse lido para eles o slogan de campanha de Bolsonaro: "Brasil acima de tudo, Deus acima de todos". Deixou o cargo em abril de 2019.

● Abraham Weintraub

DIDA SAMPAIO/ESTADÃO - 18/2/2020

Apresentado por Bolsonaro como "doutor", o novo titular não possuía esse título. Uma das primeiras medidas do economista no comando da Educação foi anunciar corte na educação básica e no ensino superior, o que gerou protestos pelo País. Em reunião ministerial, chamou ministros do Supremo de "vagabundos" e defendeu a prisão de integrantes da Corte. Já durante a pandemia de covid-19, passou a criticar a China. E se tornou alvo de críticas e de piadas por cometer erros de português em textos publicados nas redes sociais. Saiu do governo em junho de 2020.

● Carlos Alberto Decotelli

MARCOS OLIVEIRA/AGÊNCIA SENADO - 9/5/2019

Por inconsistências em seu currículo, o ministro que substituiu Weintraub entregou sua carta de demissão cerca de uma semana após sua nomeação no ministério, em junho de 2020. Decotelli se tornou alvo de questionamentos após ser desmentido por instituições nas quais dizia ter obtido títulos, como a Universidade Nacional de Rosário, na Argentina, e a Universidade de Wuppertal, na Alemanha.

● Milton Ribeiro

EVARISTO SA / AFP

O pastor causou polêmica na pasta ao declarar, por exemplo, que crianças com deficiência "atrapalham" o aprendizado das outras nas escolas e ao relacionar a homossexualidade a "famílias desajustadas". Neste mês, o Estadão revelou um gabinete paralelo no MEC comandado por dois pastores. Ontem, Ribeiro entregou sua carta de demissão.

Eliane Cantanhêde E-mail: eliane.cantanhede@estadao.com; Twitter: @ecantanhede

O bem contra o mal

O presidente Jair Bolsonaro definiu as eleições de 2022 como "luta entre o bem e o mal", mas foi um tiro pela culatra, porque deixou uma dúvida estimulada pelas próprias imagens do milésimo lançamento de sua candidatura à Presidência ao arrepio da lei eleitoral: o que é o bem e o que é o mal, quem é santo e quem é demônio?

A aliança do ex-presidente Lula com o ex-tucano Geraldo Alckmin é o quê? E o palanque de Bolsonaro com o general Augusto Heleno ao lado do ex-presidente Fernando Collor, que sofreu impeachment por corrupção, e o mandachuva do PL, Valdemar Costa Neto, preso no mensalão do PT?

Se o Lollapalooza é do mal e merece multa por "campanha antecipada" pela estridência do "Fora Bolsonaro", estranha o ministro do TSE Raul Araújo achar que outdoors de campanha do presidente são do bem, bacanas. E as motos, jet skis, cavalos e palanques de Bolsonaro são o quê? Carnaval eleitoral fora de época pode?

Enquanto Bolsonaro falava no seu Lollapalooza particular sobre o quanto "embrulha o estômago" ter de cumprir a Constituição, as entranhas do governo se contorciam para jogar a culpa toda do novo escândalo no ministro-pastor Milton Ribeiro, que perdeu apoio do Executivo, do Legislativo e da Frente Parlamentar Evangélica, ou "bancada da Bíblia", e ontem pediu demissão.

> ***Milton Ribeiro cai, mas foi ele quem pôs os dois pastores no MEC e engendrou o esquema?***

Mas, afinal, foi Ribeiro quem pôs os pastores Gilmar e Arilton no MEC e na jogada? Engendrou cobranças de R$ 15 mil, R$ 40 mil, um quilo de ouro, mil bíblias ou grana para campanhas políticas para liberar verbas para as prefeituras? E abriu as asas da FAB para eles? Aparentemente, ele acatou as "ordens de cima" e lavou as mãos.

Estava óbvio que Bolsonaro iria demitir, ops!, acatar o pedido de demissão do ministro, depois de dizer em live que botava "a cara no fogo" por ele. Quando eu anunciei que ele tinha decidido demitir Vélez Rodriguez, o presidente me chamou de "mentirosa" pelo Twitter. Doze dias depois, o primeiro ministro da Educação caiu.

Agora é saber se o problema acabou, ou se Ribeiro vai matar no peito, se mais e mais histórias vão surgir e o quanto elas desabam no Planalto e no gabinete presidencial. Bolsonaro é craque em sair de fininho do "gabinete do ódio e das fake news", do "gabinete paralelo da cloroquina", do "gabinete secreto dos bilhões do Orçamento". Vai sair também desta vez? O mal está com o pastor Ribeiro e o bem com o chefe dele? Alias, o mal está com o general Silva e Luna e o bem com Bolsonaro?

PS: Se Eduardo Leite renuncia ao governo do RS e fica no PSDB, o resultado da equação é que vem aí o golpe contra a candidatura de João Doria. Os tucanos não têm jeito. ●

COMENTARISTA DA RÁDIO ELDORADO, DA RÁDIO JORNAL (PE) E DO TELEJORNAL GLOBONEWS EM PAUTA

SEG. Carlos Pereira (quinzenalmente) ● TER. Eliane Cantanhêde ● QUI. William Waack ● SEX. Eliane Cantanhêde ● SÁB. João Gabriel de Lima ● DOM. Eliane Cantanhêde e J.R. Guzzo

Gabinete paralelo

Foto em Bíblia distribuída decreta saída de Milton Ribeiro da pasta

Série de reportagens revelou denúncias de corrupção e mostrou como o MEC foi capturado pela atuação de pastores

CATARINA CHAVES/MEC - 10/2/2021

Evento do MEC em fevereiro de 2021; Bolsonaro, Ribeiro e os pastores Gilmar Santos e Arilton Moura

BRENO PIRES
JULIA AFFONSO
BRASÍLIA

A revelação da distribuição de bíblias com a foto de Milton Ribeiro em evento oficial do Ministério da Educação acelerou o fim da gestão do ministro-pastor. A saída veio no mesmo dia em que o **Estadão** publicou a imagem impressa nos exemplares da Bíblia editada pela Igreja Cristo Para Todos, do pastor Gilmar Santos. Em dez dias, uma série de reportagens revelou como o MEC foi capturado pela atuação dos pastores Gilmar e Arilton Moura com a anuência do ministro.

Ontem, o **Estadão** mostrou que, na segunda página da Bíblia distribuída durante um evento do MEC e na presença de Ribeiro, consta um agradecimento especial ao ministro pela "comunhão especial com o pastor Gilmar Santos". O texto traz, ainda, uma menção ao prefeito de Salinópolis (PA), Kaká Sena (PL), "pelo patrocínio dessas bíblias".

Nem o MEC nem a prefeitura informaram quem pagou a impresso do livro. A veiculação da imagem do ministro, na avaliação de especialistas em Direito Público, pode configurar crime. Evangélicos condenaram a promoção pessoal em livro religioso.

ACESSO. A ilegal mistura do público com o privado culminando em casos de cobrança de propina pelos pastores ligados a Ribeiro foi exposta nas reportagens publicadas a partir do dia 18 deste mês. A primeira delas trazia a revelação da existência de um gabinete paralelo no MEC, sob liderança do pastor Gilmar Santos e com atuação do também pastor Arilton Moura. Com livre acesso ao Ministério da Educação e ao ministro, os religiosos abriam as portas do gabinete de Ribeiro para prefeitos e organizavam eventos regionais.

Em julho passado, Salinópolis foi um dos locais visitados por Ribeiro e os pastores para atender prefeitos que buscavam acessar recursos federais para a área da educação. Durante o evento, houve a distribuição de bíblias.

OURO. Na semana passada, foi noticiado o primeiro relato sobre cobrança de propina pelos pastores. O prefeito de Luís Domingues (MA), Gilberto Braga (PSDB), disse que Arilton Moura pediu R$ 15 mil de sinal, para "protocolar" a demanda no MEC, e mais 1 quilo de ouro quando as verbas do orçamento federal fossem reservadas ao município.

O ministro tentou resistir. Em entrevista, disse que pediu investigação da Controladoria-Geral da União (CGU) e declarou que tinha se afastado dos pastores em agosto do ano passado após receber denúncias de suposta cobrança de propina. No entanto, mesmo depois de ter sido informado do esquema, Ribeiro continuou se encontrando com os dois religiosos.

A saída de Ribeiro, o primeiro ministro de Bolsonaro que deixa o cargo por suspeita de corrupção revelada pela imprensa, tem um propósito de estancar a sangria do governo e também o de preservar a imagem do próprio pastor.

DESDOBRAMENTOS. O caso está na Polícia Federal, no Ministério Público Federal (MPF) e no Tribunal de Contas da União (TCU). Com base nas reportagens, o Ministério Público pediu abertura de inquérito para apurar o envolvimento do ministro da Educação com os dois pastores por suposta prática de crimes. ●

Com 'desconforto', Bolsonaro é levado a hospital em Brasília

O presidente Jair Bolsonaro deu entrada ontem no Hospital das Forças Armadas, em Brasília, para realizar exames após sentir um "desconforto" no abdômen. A informação foi confirmada ao Estadão pelo ministro das Comunicações, Fábio Faria.

À tarde, o presidente já havia sido atendido por médicos da Presidência. A primeira-dama Michelle Bolsonaro chegou ao hospital à noite.

No evento de filiação dos ministros Tarcísio de Freitas e Damares Alves ao Republicanos, o presidente da sigla, deputado Marcos Pereira, disse que Bolsonaro não estava presente porque estava fazendo exames.

Em janeiro, o presidente ficou dois dias internado, em São Paulo, para tratar uma obstrução intestinal causada por um camarão não mastigado corretamente. Ele tem problemas intestinais desde que sofreu uma facada, em 2018. ● EDUARDO GAYER

NOTAS E INFORMAÇÕES

O preço do patrimonialismo

A quantidade de partidos e de recursos públicos absorvidos pelo Congresso no Brasil é aberrante

Frequentemente vem à tona o tema da reforma política. Mas o que deve ser reformado? Uma boa abordagem é avaliar o que no sistema brasileiro é normal e o que é anormal. Pode-se debater os vícios e virtudes do sistema político (presidencialista), da estrutura legislativa (bicameral) ou do sistema eleitoral (de representação proporcional), mas essas engrenagens têm muitos paralelos em outras democracias. O que é absolutamente anormal é o sistema partidário que as opera.

A quantidade de partidos e de recursos alocados para sua sustentação e suas campanhas é aberrantemente maior do que nos outros países. Os dados foram levantados no estudo *Quão diferente é o sistema político brasileiro?*.

Entre 33 países, o Brasil tem de longe o maior número de partidos efetivos (15, enquanto a média é 4,5); o maior custo por parlamentar (528 vezes a renda média do brasileiro, enquanto a média é 40); e o maior financiamento público dos partidos (US$ 446 milhões ao ano, enquanto a média é US$ 65,4 milhões).

O custo do Congresso corresponde a 0,15% do PIB – a média é 0,04%. Em 2022, serão R$ 14,5 bilhões. Entre os benefícios de cada parlamentar estão gastos mensais de até R$ 45 mil com alimentação, passagens, aluguel de veículos e divulgação; R$ 111 mil com equipes de até 25 assessores; até R$ 135 mil de reembolsos com saúde; ou R$ 4,2 mil de auxílio-moradia.

"Os próprios parlamentares definem o Orçamento do Legislativo e também os montantes do fundo eleitoral e partidário", disse ao **Estadão** o analista político Bruno Carazza. "E como não há nenhum outro Poder para fazer o contrapeso, o que se observa é que esses valores estão crescendo ano após ano. Isso torna a política cada vez mais atraente: há mais dinheiro no sistema político-partidário e com controles cada vez mais frouxos."

O maior arcabouço dessas distorções é a fragmentação partidária. A comparação internacional evidencia que, quanto maior o número de partidos, menor o grau de mudanças políticas. A fragmentação impacta o custo da governabilidade, a capacidade dos partidos de impor uma coesão entre seus membros e a distribuição de emendas parlamentares. Em relação aos fundos partidário e eleitoral, é mais negócio para um político compor o alto escalão de um partido pequeno que o baixo escalão de um grande.

Em ano eleitoral, os candidatos à direita denunciarão os abusos da esquerda – e vice-versa – e os populistas, a opressão da elite sobre o povo. Mas há uma forma de abuso que é calculadamente obnubilada nas disputas políticas e independe de espectros ideológicos ou sociais: o da classe política sobre os brasileiros. Como disse o cientista político Barry Ames: "A tragédia do sistema brasileiro não é que beneficia as elites; o problema é que beneficia primariamente a si mesmo – os políticos e servidores que operam nele".

Qualquer reforma política que não enfrente a fragmentação dos partidos e os privilégios dos seus partidários deve ser tomada com desconfiança, como uma cortina de fumaça projetada para camuflar, perpetuar e ampliar seus abusos.●

TSE

A pedido de Bolsonaro, PL retira ação contra festival

O PL retirou ontem a ação contra o Lollapalooza no Tribunal Superior Eleitoral (TSE). O partido atendeu a pedido do presidente Jair Bolsonaro, que, segundo aliados, não foi consultado sobre a medida jurídica e ficou incomodado com a reação negativa nas redes sociais e dentro do TSE.

A sigla acionou a Corte depois que a cantora Pabllo Vittar exibiu uma bandeira do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva no evento, no sábado. Para o PL, o ato configura campanha eleitoral antecipada. O ministro do TSE Raul Araújo acolheu o pedido e proibiu manifestações políticas no festival.

Presidente do TSE, Edson Fachin pretende levar ao plenário da Corte, "com urgência", a decisão de Araújo. Nos bastidores do tribunal, a avaliação é de que houve cerceamento à liberdade de expressão. ● EDUARDO GAYER, PEPITA ORTEGA E WESLLEY GALZO

Eleições 2022

Leite fica no PSDB e Doria afirma que prévias do partido são irrevogáveis

'Estou me apresentando ao País', diz governador gaúcho, que vai deixar o cargo; para paulista, 'só se revoga a democracia com um ato de força'

PEDRO VENCESLAU
CAMILA TURTELLI

O governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite, anunciou ontem que vai permanecer no PSDB e que vai renunciar ao cargo – o que abre caminho para que ele dispute as eleições deste ano. Ao não aceitar o convite feito pelo presidente do PSD, Gilberto Kassab, para concorrer à Presidência da República pelo partido, Leite procura evitar desgaste com a saída do PSDB após a derrota nas prévias para o governador de São Paulo, João Doria. O gaúcho foi orientado por uma ala contrária à pré-candidatura de Doria a ficar na legenda e se colocar como alternativa ao paulista. Essa possibilidade de reversão das prévias vem sendo tratada por Doria como uma tentativa de golpe.

"Não estou dando adeus, estou me apresentando ao País", disse Leite em entrevista coletiva na ala residencial do Palácio Piratini, sede do governo gaúcho. "Não se trata de um projeto pessoal, senão eu tinha escolhido um outro caminho que me foi oferecido."

Cercado de secretários, o governador evitou declarar se ainda pretende ser candidato ao Planalto ou se vai concorrer a outro cargo em outubro. Liderado pelo deputado Aécio Neves (PSDB-MG), o grupo que faz oposição interna a Doria acredita que pode reverter o resultado das prévias na convenção do partido, em junho.

GUSTAVO MANSUR/ PALÁCIO PIRATINI

Leite no Palácio Piratini: 'Não se trata de um projeto pessoal', disse

A decisão sobre não migrar para o PSD foi comunicada no domingo em um telefonema a Kassab. Antes do anúncio, Leite também ligou para Doria e disse que vai respeitar o resultado da eleição interna. Conforme apurou a reportagem, o gaúcho, porém, alegou "não poder controlar o movimento de outros". "(*Leite*) tomou a decisão certa ao ficar no partido. É a melhor decisão que um democrata pode ter", afirmou Doria ao **Estadão**.

Apesar do tom conciliador, o governador de São Paulo considera as prévias irrevogáveis e seu grupo está preparado para um "segundo turno" da disputa interna. A estratégia de aliados de Doria é carimbar a ala dissidente do PSDB – da qual fazem parte Aécio, o ex-senador José Aníbal (SP), o ex-ministro Pimenta da Veiga (MG) e o senador Tasso Jereissati (CE) – como "golpista". "Só se revoga a democracia com um ato de força e autoritarismo", declarou o governador paulista.

A tática do grupo de Doria passa também por mobilizar tucanos históricos e líderes regionais para defender publicamente o resultado das prévias, além de tentar mudar a correlação de forças na burocracia do PSDB, hoje vista como hostil ao governador. Como mostrou o **Estadão**, aliados do paulista cobram do presidente do PSDB, Bruno Araújo, posição contundente em defesa do resultado das prévias. Ontem, o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso se posicionou no Twitter. "As prévias foram realizadas democraticamente. Assim sendo, penso que devem ser respeitadas."

VÍDEO. Leite exibiu ontem vídeo em que fala em tom de pré-candidato. Anunciou que vai viajar o País para "engajar os jovens pelo voto" e está "se apresentando". Pregou "mais tolerância" na política e defendeu a criação, pelos partidos de centro, de uma alternativa ao ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e ao presidente Jair Bolsonaro (PL). "Me desincompatibilizo para onde meu partido mais precisar de mim. Vou renunciar ao poder para não renunciar à política." ● COLABOROU FELIPE UHR, ESPECIAL PARA O ESTADÃO

● A Guerra de Putin

Ucrânia retoma cidades no norte, mas Rússia fecha cerco em Mariupol

Ucranianos confirmam controle de posições estratégicas nos arredores de Kiev; russos avançam no sul para conectar por terra Crimeia e região separatista de Donbas

KIEV

A Ucrânia afirmou ontem ter expulsado as forças russas de várias cidades do nordeste do país e dos arredores de Kiev. No sul, no entanto, a Rússia avançou rapidamente para tomar Mariupol, cujo controle ucraniano parece estar por um fio. A violência dos combates faz com que uma solução diplomática para a guerra pareça cada dia mais distante.

Autoridades da Ucrânia garantiram ontem que a contraofensiva retomou ainda mais terreno. Oleksandr Markushin, prefeito de Irpin, palco das batalhas mais violentas, no norte de Kiev, disse que a maioria das tropas russas havia recuado, embora os combates continuassem em alguns bairros da cidade. Analistas afirmam que Irpin é fundamental para o controle da capital.

Dmitro Zhivitski, chefe da administração militar regional de Sumy, informou que as tropas ucranianas também retomaram ontem o controle de Trostianets e Boromlia, no nordeste do país – informação confirmada pelo Pentágono. Segundo Zhivitski, os russos foram expulsos com a ajuda da população local.

A conquista das duas cidades significa que a Ucrânia já estaria a 48 quilômetros de Sumy, cidade de 260 mil habitantes, capital da província de mesmo nome, que está sitiada pelos russos há vários dias. Os militares ucranianos também anunciaram que suas forças assumiram o controle de duas cidades próximas à cidade de Kharkiv, a segunda maior do país, uma das mais castigadas pela artilharia da Rússia.

REFORÇOS. A Rússia, no entanto, vem obtendo mais sucessos no sul da Ucrânia. O controle de Mariupol estaria por um fio. "Os russos ganharam mais terreno nas proximidades de Mariupol", disse o Ministério da Defesa do Reino Unido.

Ontem, o prefeito da cidade, Vadim Boichenko, disse que 160 mil pessoas estão presas no cerco russo. "A Rússia está brincando conosco. Estamos nas mãos dos invasores", disse. "Estamos além da catástrofe humanitária. Precisamos esvaziar completamente Mariupol."

Destruição econômica
Guerra já deu um prejuízo de US$ 564,9 bilhões, de acordo com Ministério da Economia da Ucrânia

De acordo com Boichenko, quase 5 mil pessoas, incluindo 210 crianças, foram mortas na cidade. Mais de 90% dos prédios foram danificados e 40%, destruídos, incluindo hospitais, escolas, creches e fábricas. Se a cidade cair, os russos poderão conectar por terra a Crimeia, anexada por Moscou em 2014, com as regiões separatistas de Donbas, o que seria uma importante passagem de suprimentos e liberaria soldados para participar da guerra em outras partes da Ucrânia.

RECUO. Outro objetivo do Exército russo é cortar a ligação dos ucranianos na altura da cidade de Dnipro, o que impediria as tropas ucranianas, estacionadas no sul, de serem remanejadas em auxílio a Kiev e às cidades do norte. No fim de semana, oficiais militares da Rússia repetiram várias vezes que o foco da guerra agora seria o leste da Ucrânia, e não mais a capital ou o norte do país.

O governo da Ucrânia não levou muito a sério os comentários, uma vez que as forças russas continuaram a bombardear as principais cidades do norte e dos arredores de Kiev. O porta-voz do Ministério da Defesa ucraniano, Oleksander Motuzianik, disse não houve recuo russo na capital. "Por enquanto, não vemos o movimento das forças inimigas para longe de Kiev", disse.

A ministra da Economia da Ucrânia, Yulia Sviridenko, disse ontem que a guerra já custou US$ 564,9 bilhões em danos à infraestrutura, queda do PIB e outros fatores. Segundo ela, 8 mil quilômetros de estradas e 10 milhões de metros quadrados de casas foram danificados ou destruídos. ● NYT e REUTERS

CONTRA-ATAQUE UCRANIANO

Forças ucranianas lutam para retomar subúrbios de Kiev

Biden rejeita se retratar por dizer que Putin não pode ficar no poder

O presidente dos EUA, Joe Biden, rejeitou ontem se retratar após dizer, no sábado, que Vladimir Putin é "um carniceiro" e "não deve permanecer no poder". Biden disse que expressou sua "indignação pessoal", não "uma política" em favor da mudança de regime.

Vários líderes ocidentais e analistas independentes consideraram um erro o comentário de Biden, feito na Polônia, no último discurso de sua viagem à Europa. O presidente, no entanto, disse que não está preocupado com a escalada das tensões com Putin. ● AFP

É preciso parar de subestimar os ucranianos

ANÁLISE

MAX BOOT
THE WASHINGTON POST

Os EUA tinham boas informações sobre o plano russo de invadir a Ucrânia, mas não sabiam como a invasão se sairia. No início da guerra, Kiev cairia em dois dias. Isso foi há mais de um mês. O erro é a imagem espelhada dos EUA no Afeganistão, onde os americanos foram surpreendidos pela velocidade do colapso.

Contratempos da Rússia mudaram essa visão, mas ainda parece haver a suposição de que, mais cedo ou mais tarde, ela esmagará a resistência ucraniana. No entanto, embora os russos tenham demonstrado disposição para cometer crimes de guerra, não há indicação de que estejam vencendo.

Os ucranianos mostraram habilidade e estão tirando o máximo das armas ocidentais. Eles recuaram para as cidades, onde o poder aéreo e dos blindados russos é dissipado, e começaram a fustigar comandantes e linhas de suprimentos.

A Rússia, com seu sistema de comando centralizado e suboficiais inexperientes, demorou a responder. Os russos, aparentemente, não têm um único comandante encarregado da guerra. Suas unidades estão espalhadas por um país maior do que a França e muitas vezes operam com objetivos opostos.

Agora, a Ucrânia partiu para a ofensiva, libertou Irpin e empurrou os russos por mais de 32 quilômetros. Forças ucranianas retomaram Trostianets, reabriram a estrada para Sumy e avançam para aliviar a pressão sobre Kharkiv.

Além de não atingir seus objetivos, a Rússia vem sofrendo perdas: mais de 300 tanques, um navio de desembarque, de 7 mil a 15 mil soldados, segundo a Otan, e até 30 mil homens feridos ou capturados – muito perto das perdas soviéticas em 10 anos de guerra no Afeganistão. Entre as baixas estão sete generais e muitos oficiais. Enquanto isso, o moral está tão baixo que um chefe de brigada russo teria sido atropelado e morto por seus homens.

Baixas
Além de não atingir seus objetivos, a Rússia vem sofrendo perdas pesadas na Ucrânia

Este não é o retrato de um país que está prestes a derrotar a Ucrânia. Em vez disso, a Rússia pode estar reduzindo suas ambições, ao dizer que a missão é capturar Donbas. O que não faz sentido. Analistas dizem que Kiev era o principal objetivo, mas a manobra pode dar a Putin uma saída do atoleiro. Toda a invasão foi caótica, construída sobre mentiras e sabotada por incompetência. Isso não vai mudar. Por isso, chega de superestimar os russos e subestimar os ucranianos. ●

É COLUNISTA

● A Guerra de Putin

Abramovich teve sintomas de envenenamento após ida a Kiev

Oligarca teve irritação nos olhos e descamação nas mãos e rosto; inteligência dos EUA sugere fator ambiental como causa

LONDRES

O magnata russo Roman Abramovich e dois enviados ucranianos que participaram de negociações com a Rússia desenvolveram sintomas de possível envenenamento após uma reunião em Kiev no mês passado, afirmou ontem o *Wall Street Journal*.

Abramovich apresentou um quadro de irritação nos olhos e descamação da pele das mãos e do rosto, segundo o jornal nova-iorquino, que atribui o possível ataque a "elementos radicais em Moscou" que tentaram boicotar negociações com a Ucrânia. Um parente do magnata disse, porém, que não tinha certeza da identidade de quem tentou envenená-lo. Especialistas ainda não conseguiram determinar a causa dos sintomas.

Segundo a publicação, o quadro de saúde do dono do Chelsea não é grave e ele não corre risco. Abramovich estava viajando entre Lviv, Moscou e outras cidades em um esforço de mediação entre os governos russo e ucraniano. Fontes disseram ser difícil determinar se o possível envenenamento foi causado por um agente químico, biológico ou radiação eletromagnética. Questionado sobre a suspeita, o negociador ucraniano Rustem Umerov pediu que as pessoas a não confiem em "informações não verificadas".

O Kremlin, que foi responsabilizado por outros casos de envenenamento, como o do opositor Alexei Navalni e do ex-agente russo Alexander Litvinenko, não se manifestou sobre o caso. Uma autoridade dos EUA disse à Reuters, em condição de anonimato, que a inteligência americana sugere que o caso teria sido causado por um fator ambiental, não envenenamento.

Após a invasão da Ucrânia, Abramovich foi alvo de sanções no Reino Unido e anunciou a venda do Chelsea, tradicional clube londrino comprado por ele em 2003. O magnata tinha uma relação próxima com o presidente da Rússia, Vladimir Putin, que, em discurso recente, criticou russos que "vivem um modo de vida ocidental", em referência a oligarcas radicados em Londres.

Segundo o jornal britânico *The Times*, Abramovich entregou a Putin uma carta do presidente da Ucrânia, Volodmir Zelenski. O russo, no entanto, teria rejeitado os termos de paz propostos.

CAÇADA. As sanções da União Europeia, do Reino Unido e dos EUA contra bilionários russos, em resposta à invasão da Ucrânia, iniciou uma caçada aos superiates ligados aos empresários. Segundo uma reportagem da BBC, muitos deles acabaram fugindo para países que não adotaram as sanções, como Maldivas, Turquia e Emirados – ou permanecem no mar. Dois destes superiates são ligados a Abramovich. A BBC informou que eles estão atracados na Turquia.

IATES. Segundo o jornal, as embarcações estão na lista de rastreamento da Lloyd's List Intelligence. Os especialistas em dados de navegação monitoram os dispositivos de rastreamento a bordo e compartilharam essas informações, permitindo que as rotas dos superiates dos oligarcas russos sejam traçadas.

Na semana passada, um barco cheio de jovens ucranianos tentou impedir que o superiate MY Solaris, que pertenceria a Abramovich, atracasse em Bodrum. O outro iate ligado ao bilionário, o Eclipse, o segundo maior do mundo, com valor estimado em R$ 7 bilhões, navegou para Marmaris. Ambas cidades ficam na Turquia.

O MY Solaris é estimado em US$ 600 milhões e partiu de Barcelona em 8 de março, onde estava passando por reparos. Atracou em Tivat, em Montenegro, dias depois que Abramovich foi alvo de sanções do Reino Unido.

A embarcação deixou Tivat e estava navegando ao largo da costa oeste grega quando a UE também anunciou sanções a Abramovich, no dia 15. A Turquia disse que "não tem intenção" de aderir às sanções contra os russos e, ao contrário da maioria dos países europeus, ainda permite voos diretos da Rússia. ● AFP e EFE

Proteção
Dois superiates de Abramovich estão na Turquia, que não aderiu às sanções contra o oligarca

REUTERS–14/3/2022

Abramovich no aeroporto de Tel-Aviv, em Israel; alvo de sanções

'Novaya Gazeta', jornal crítico ao Kremlin, fecha temporariamente

O jornal independente russo *Novaya Gazeta*, editado pelo Prêmio Nobel da Paz de 2021, Dmitri Muratov, anunciou ontem a suspensão temporária de suas operações, após pressão das autoridades russas, que fecham o cerco contra a imprensa que não reproduz a narrativa oficial da guerra na Ucrânia.

Em comunicado publicado em seu site, o jornal informou ter tomado a decisão após receber uma segunda advertência do regulador russo de telecomunicações por ter violado uma lei sobre "agentes estrangeiros". "Não há outra solução. Para nós e para vocês, é uma decisão terrível e dolorosa. Mas temos de nos proteger", escreveu Muratov, em uma carta aos leitores.

O jornal foi notificado por não ter detalhado que uma ONG mencionada em uma de suas matérias foi classificada como "agente estrangeiro" pelas autoridades russas, conforme exigido por lei. Os "agentes estrangeiros", segundo a legislação, devem se apresentar como tal em qualquer publicação, até mesmo nas redes sociais. A imprensa que os cita também deve especificá-lo. ● WP

Apesar de ceticismo, russos e ucranianos retomam diálogo

ISTAMBUL

O presidente ucraniano, Volodmir Zelenski, disse que a primeira rodada de negociações presenciais desde o dia 10 de março, que começa hoje em Istambul, na Turquia, deveria trazer a paz "o mais rápido possível". A "neutralidade" da Ucrânia e o futuro status da região de Donbas, duas exigências da Rússia, devem ser abordadas. Zelenski afirmou que a questão da "neutralidade" está sendo examinada de maneira "cuidadosa".

"Entendemos que é impossível libertar todo o território pela força, que isso poderia significar a terceira guerra mundial", afirmou Zelenski. Mas, ao citar seu limite, ele acrescentou: "A soberania da Ucrânia e sua integridade territorial não estão em questão. Garantias de segurança para nosso Estado são obrigatórias".

MEDIAÇÃO. O presidente da Turquia, Recep Tayyip Erdogan, anunciou ontem que se reunirá hoje com as delegações de Rússia e Ucrânia, antes do início da nova rodada de negociações em Istambul. Erdogan afirmou que mantém contato com Zelenski e com o presidente russo, Vladimir Putin, para pressionar a mediação, destacando que a Turquia tem feito esforços neste sentido desde 2014, quando a Rússia anexou a Península da Crimeia.

O governo turco nunca reconheceu a anexação, insiste que a integridade territorial da Ucrânia deve ser respeitada e vende armas para os ucranianos. Ao mesmo tempo, porém, mantém boas relações com Putin e comprou recentemente um sistema de defesa antiaérea de Moscou. Em meados deste mês, a diplomacia turca conseguiu reunir os chanceleres da Rússia, Sergei Lavrov, e da Ucrânia, Dmitro Kuleba, na cidade de Antália, mas nenhum progresso foi feito nesta breve reunião.

CESSAR-FOGO. A rodada de conversações de hoje será uma continuação das negociações que começaram no final de fevereiro, em Belarus, e continuaram durante os últimos dias por videoconferência. O encontro ocorrerá nos gabinetes presidenciais, anexos ao Palácio Dolmabahçe, em Istambul.

Ontem, secretário-geral da ONU, António Guterres, disse que a organização buscará implementar um "cessar-fogo humanitário" entre Rússia e Ucrânia. Ele declarou à imprensa, na sede das Nações Unidas, em Nova York, que pediu a Martin Griffiths, vice-secretário para assuntos humanitários, "que analise imediatamente a possibilidade de acordos para um cessar-fogo humanitário na Ucrânia". ● EFE e AFP

● A Guerra de Putin

Na sala de guerra com Zelenski

Cansado, mas sem perder o humor, o presidente da Ucrânia diz: 'Não sou um herói'

ARTIGO

Os portões brancos de metal se abrem com um rangido, revelando abetos e sacos de areia. "Bem-vindos à fortaleza", diz um assessor presidencial. Apurando o olhar, vemos os atiradores de elite: à esquerda e à direita, de alto a baixo. Os sistemas antiaéreos, imensas peças metálicas, são mais fáceis de identificar. Quando os portões se fecham, um soldado apanha um telefone vermelho vertushka, a linha telefônica protegida da era soviética, e pede instruções. Somos conduzidos a uma entrada lateral, e então acompanhados por corredores e escadarias escuros: primeiro subindo, depois descendo, cada vez mais fundo no corpo da máquina de guerra ucraniana.

Levamos quase uma hora para chegar aos portões do complexo de Volodmir Zelenski, jornada que normalmente seria coisa de dez minutos. As ruas de paralelepípedos de Kiev estão praticamente vazias, mas as artérias centrais da cidade foram reconfiguradas para confundir o inimigo.

O caminho serpenteia até o monólito cinzento soviético, passando por obstáculos antitanque, por homens armados e postos de controle cada vez mais reforçados. Mudamos de veículo. O estado tenso de prontidão em Kiev lembra fevereiro de 2014, quando os esforços do governo russo para manter a Ucrânia sob seu controle levaram à "revolução da dignidade" e a mais de 100 mortes. Agora, a capital se vê novamente em pé de guerra.

DETECTORES. Dentro do complexo presidencial, solicitam que deixemos nossos celulares, aparelhos eletrônicos e canetas na entrada: não é permitido nada que possa identificar nossa localização exata. Somos revistados por detectores de metais e, atrás de uma grande pilha de rolos de papel higiênico, uma administradora lança um olhar ansioso. Ela é uma das poucas pessoas que ainda volta para casa no fim do dia. "É assustador vir para o trabalho agora, mas o que podemos fazer?" Desde o início da guerra, a maioria dos outros membros da equipe dorme no trabalho, em camas montadas.

Tateamos por mais corredores escuros até que, abruptamente, estamos na sala de crise da Ucrânia. A mesa de fórmica branca, as cadeiras de encosto alto e as grandes telas poderiam ser de qualquer sala de reuniões corporativas, exceto pelas palavras gravadas em ambos os lados, letras amarelas sobre fundo azul: "Gabinete do Presidente da Ucrânia".

Nas quatro semanas mais recentes, com as publicações de Zelenski, suas mensagens no Telegram e no Twitter, o cenário se tornou famoso. Um soldado de expressão séria entra na sala. "Uvaga!" grita ele: "Atenção!" Dez segundos depois, o presidente entra na sala, acompanhado por alguns homens armados com metralhadoras. Zelenski toma assento à cabeceira da mesa, diante de uma bandeira ucraniana cuidadosamente posicionada, e começa a falar.

ESTADISTA. A evolução de Zelenski, comediante e estreante na política convertido em estadista de envergadura mundial, ocorreu em apenas três anos: a trama se acelerou nas semanas mais recentes. Nos primeiros dias de sua presidência, em 2019, Zelenski era um líder pioneiro e pós-moderno que tentou ser tudo para todos. Não foi eleito por causa de suas propostas (nem apresentou muitas), mas sim por sua vaga oposição à corrupção e às ideologias da classe política.

Durante três temporadas ele interpretou o papel de um professor que se transforma em presidente em um popular seriado de TV, O *Servo do Povo*. Mas, em seus primeiros dias na presidência de verdade, ele parecia ter calçado sapatos grandes demais: quando a imprensa fez perguntas difíceis, ele parecia pouco à vontade, ou mesmo irritado.

Os acontecimentos forjaram na presidência dele algo mais substancial. Quando a guerra teve início, ele trocou imediatamente os ternos escuros e o rosto barbeado por jeans verdes e uma barba curta. Ele já tinha equipamento de combate pronto para entregar a soldados visitantes na linha de frente, um conjunto de inverno e um para a primavera. "Eu já estava com eles, mas não eram muitos".

O novo papel lhe caiu bem. Mesmo cansado, ele demonstra uma energia interminável, exibindo uma calma por

LYNSEY ADDARIO/THE NEW YORK TIMES–3/3/2022

Zelenski; apelo ao Ocidente para continuar resistindo aos russos

> ***"Se eu ficar no escritório sem sair, nem que seja por três ou quatro dias, fico sem saber o que está acontecendo no mundo"***
>
> ***"É preciso ser sincero, para que as pessoas acreditem em você. Não é necessário se esforçar. Basta ser você mesmo"***
> **Volodmir Zelenski**
> **Presidente da Ucrânia**

trás da marra. Zelenski cumprimenta a todos com um respeitoso aperto de mão (uma pessoa ganha um abraço) e se aproxima para olhar nos nossos olhos. Puxa a própria cadeira. Serve-se de água com gás sozinho em um copo de plástico.

Participa ativamente da conversa, com respostas rápidas, amistosas, às vezes brincalhonas, e acaricia a barba ao falar. Indagado a respeito daquilo que mais necessita do Ocidente, ele responde imediatamente. "Número um, aviões", um sorriso piscando no seu olhar. "Número dois, mas tão importante quanto o número um, tanques".

Chega a surpreender quando ele se perde, ocasionalmente. "Como seria uma vitória ucraniana?" perguntamos. Ele ergue as sobrancelhas, pisca e leva sete longos segundos antes de responder, talvez dando-se conta de que milhões de pessoas dependem do que vai dizer. "Uma vitória seria salvar o maior número possível de vidas".

"Não esperava que fosse tão difícil", diz Zelenski. "É impossível imaginar o que isso significa ou o que cada um faria como presidente." O ataque russo empurrou a liderança dele para o desconhecido. Ele se recosta na cadeira. "Não sou um herói". Tudo é uma conquista da força do seu povo, diz.

SINCERIDADE. Ele usa repetidamente a palavra sinceridade. "É preciso ser sincero, para que as pessoas acreditem em você. Não é necessário se esforçar. Basta ser você mesmo." Essa aposta na autenticidade gerou adulação e até memes, conforme Zelenski provoca os russos e inspira os ucranianos nas redes sociais com vídeos das ruas de Kiev.

"Se eu ficar no escritório sem sair, nem que seja por três ou quatro dias, fico sem saber o que está acontecendo no mundo", diz ele. Não é preciso fazer a comparação direta para entender o que ele quer dizer, mas ele não dá espaço para dúvidas. Vladimir Putin vive isolado no seu bunker "há coisa de duas décadas".

Zelenski se mantém cercado de um pequeno grupo de jornalistas, advogados, artistas e profissionais de autoajuda, seu "governo improvisado" em tempo de guerra, nas palavras de Sergii Leshchenko, ex-jornalista e atual membro da comitiva presidencial.

Os membros da equipe (todos vestindo verde militar) parecem à vontade entre si e na relação com o líder. Mas nem tudo está no lugar. Há uma longa demora até que o intérprete do presidente chegue à sala. Um recado avisa que ele está ocupado em uma chamada internacional. "Algo vai mal quando o tradutor do presidente está indisponível para o presidente", brinca Zelenski.

IDIOMA. O presidente indaga em voz alta qual idioma deveria usar. "Se perguntar em russo, respondo em russo. Se perguntar em inglês, respondo em ucraniano." Os assessores sugerem que ele fale apenas ucraniano. O presidente concorda, mas nem sempre segue a regra, às vezes optando por um inglês com pesado sotaque, língua que ele fala bem, apesar de se desculpar por esquecer as palavras – chega um momento em que ele agita o dedo para o tradutor e diz: "Não foi só isso que eu disse", ri.

Tudo transmite uma impressão um pouco caótica, e talvez seja tudo realmente caótico. E ainda assim, todos parecem saber o que fazer. Estão levando a tarefa adiante, apesar da constante ameaça de uma bomba cair sobre suas cabeças. Estão desempenhando suas funções sem aguardar pela assinatura dele. Aqui, eles são o poder.

Zelenski, de sua parte, acredita que um só homem não pode e não deve controlar tudo. Enquanto seu país busca todas as formas possíveis de derrotar a Rússia no campo de batalha, esse entendimento, uma crença no poder dos indivíduos de se unirem para resistir juntos, pode se revelar a salvação da Ucrânia. ●

TRADUÇÃO DE AUGUSTO CALIL

Diplomacia

Israel recebe chanceleres árabes e dos EUA em cúpula histórica

Na agenda, o acordo nuclear do Irã, a redução da presença dos EUA na região e um compromisso com um Estado palestino

JERUSALÉM

Em um encontro histórico, o ministro das Relações Exteriores de Israel, Yair Lapid, recebeu ontem o secretário de Estado dos EUA, Antony Blinken, e os chanceleres de quatro países árabes: Bahrein, Egito, Marrocos e Emirados. A cúpula, que marca um realinhamento das alianças no Oriente Médio, foi realizada no Deserto de Neguev, no sul de Israel.

Na agenda, as ameaças de segurança pelo acordo nuclear do Irã, a redução da presença dos EUA na região e um compromisso com a criação de um Estado palestino. Embora os americanos tenham ajudado Israel a intermediar acordos de paz com Bahrein, Marrocos e Emirados, em 2020, a cúpula foi uma indicação de que Israel agora pode agir como um canal entre Washington e alguns governos árabes. "Alguns anos atrás, esse encontro seria impossível", disse Blinken.

ACORDO NUCLEAR. Segundo Lapid, a cúpula é um fator de "intimidação e dissuasão" do Irã, que busca produzir armas nucleares. Os iranianos negociam novamente com os EUA um acordo de não proliferação em troca do fim das sanções econômicas. "Essa nova configuração intimida e dissuade nossos inimigos comuns, principalmente o Irã", afirmou Lapid.

A reunião deu aos representantes árabes a oportunidade de expressar ao secretário de Estado americano preocupações a respeito do acordo com o Irã, que eles consideram brando. Israel também é contra o pacto, porque teme que os iranianos possam aproveitar a situação para fabricar armas nucleares – mesma posição de Emirados e Bahrein.

Os participantes também discutiram a ocupação israelense da Cisjordânia, com os líderes árabes pressionando pela criação de um Estado palestino soberano. "Estamos aqui para defender nossos valores, nossos interesses", disse o chanceler do Marrocos, Nasser Bourita, que ainda acredita na criação da Palestina.

Apesar disso, a cúpula não fez referência a qualquer tipo de retomada das negociações de paz entre Israel e Palestina, paralisadas desde 2014. Analistas veem isso como um sinal de como o conflito não tem mais a mesma gravidade para os países árabes como antes.

O presidente da Autoridade Palestina, Mahmoud Abbas, criticou a cúpula e disse que o encontro era um "ataque aos palestinos". Os líderes palestinos se opõem à normalização das relações diplomáticas de países árabes com Israel, que fariam a questão da ocupação ser relegada a um segundo plano.

Aproximação
Relações com Bahrein, Emirados, Marrocos e Sudão foram normalizadas em 2020

Uma outra discussão, segundo autoridades israelenses, abordou a segurança alimentar, uma preocupação agravada pela invasão russa da Ucrânia, já que ucranianos e russos são grandes fornecedores de grãos para o Oriente Médio.

No encontro, Blinken aproveitou para pedir que os países árabes tenham uma resposta mais dura contra a Rússia e se somem aos esforços para isolar o presidente russo, Vladimir Putin. O governo dos Emirados Árabes, por exemplo, até agora, rejeitou as sugestões dos EUA de aumentar sua produção de petróleo para conter os preços e ajudar os países aliados a encontrar alternativas à energia importada da Rússia.

PRESENÇA. Já os Emirados Árabes e o Bahrein encorajaram os EUA a desempenhar um papel mais ativo na região – uma demanda que eles consideram urgente após os recentes ataques dos rebeldes houthis, uma milícia iemenita apoiada pelo Irã, contra alvos nos Emirados e na Arábia Saudita.

A cobrança é reflexo do abalo de uma relação de confiança construída por décadas entre os EUA e os países árabes do Golfo Pérsico, que vem sendo destruída nos últimos anos, especialmente após o assassinato do jornalista dissidente saudita Jamal Khashoggi em Istambul, em 2018 – o príncipe herdeiro da Arábia Saudita, Mohamed bin Salman, teria sido o mandante do crime. A relação piorou após a retirada caótica das tropas americanas do Afeganistão e com o esforço de Washington para ressuscitar o acordo nuclear com o Irã.

REAPROXIMAÇÃO. O encontro de ontem só foi possível graças à normalização da relação entre Israel e alguns países árabes, em 2020, no chamado Acordos de Abraão. Por meio dessa reaproximação, os israelenses normalizaram relações com Bahrein, Marrocos e Emirados Árabes – o Sudão também normalizou relações com Israel, mas não participou da cúpula. Foram os primeiros acordos do tipo desde os tratados de paz com o Egito, em 1979, e com a Jordânia, em 1994.

Israel e os novos parceiros árabes já colhem alguns benefícios. O comércio entre Israel e os Emirados cresceu, em 2021, para cerca de US$ 1 bilhão, c 20 vezes mais do que era em 2020, segundo estimativas de líderes empresariais.

TENSÃO. A aproximação dos israelenses com alguns países árabes, no entanto, terá de superar alguns obstáculos. No domingo, dois árabes armados mataram duas pessoas e feriram várias outras em um ataque no norte de Israel, na véspera da cúpula.

O Hamas elogiou o ataque e o vinculou ao encontro no deserto. Autoridades de segurança israelenses descreveram os agressores como cidadãos palestinos de Israel e simpatizantes do Estado Islâmico. O atentado aumentou as preocupações sobre o retorno do conflito entre israelenses e palestinos. Este foi o quarto ataque terrorista no país em menos de duas semanas. ● WP, NYT e AP

JACQUELYN MARTIN / AFP

Chanceleres de Bahrein (E), Egito, Israel, EUA, Marrocos e Emirados; realinhamento de alianças

EUA

Trump 'provavelmente' cometeu crime, afirma juiz

WASHINGTON

Um juiz dos EUA afirmou ontem que o ex-presidente Donald Trump "provavelmente" cometeu um crime ao tentar pressionar seu vice-presidente a anular sua derrota eleitoral no dia 6 de janeiro de 2021, quando milhares de partidários invadiram o Capitólio.

A afirmação faz parte de uma decisão que considera que o comitê da Câmara dos Deputados que investiga a invasão tem o direito de ler os e-mails escritos para Trump por John Eastman, um de seus advogados. O juiz distrital David Carter, de Los Angeles, disse que o plano de Trump de reverter sua derrota equivale a um "golpe".

"O tribunal considera provável que o presidente Trump tenha tentado obstruir a sessão conjunta do Congresso em 6 de janeiro de 2021", disse Carter, em uma decisão por escrito. O magistrado, no entanto, não tem poder para apresentar acusações criminais. A ação cabe ao secretário de Justiça dos EUA, Merrick Garland.

ATAQUE. Antes de a multidão invadir o Capitólio, Trump fez um discurso inflamado no qual afirmou que sua derrota nas eleições teria sido resultado de fraude generalizada, uma afirmação rejeitada por vários tribunais, funcionários eleitorais estaduais e membros de seu Partido Republicano. ● REUTERS

Uruguai

Referendo mantém pacote de segurança do governo

MONTEVIDÉU

Autoridades do Uruguai terminaram ontem a apuração do referendo sobre a Lei de Consideração Urgente (LUC). O resultado foi apertado, mas o governo do presidente Luis Lacalle Pou conseguiu manter intacto o pacote legislativo que endurece as leis de segurança pública.

A LUC, carro-chefe da campanha de Lacalle Pou em 2019, foi aprovada em 2020 e inclui 476 artigos que alteram a Constituição. Opositores e ativistas de direitos humanos demonstraram preocupação com alguns artigos que endurecem penas de prisão, limitam o direito à greve e a possibilidade de liberdade condicional. A opção "não" à revogação de artigos da LUC teve 22.556 votos a mais que o "sim" de um total de 2,3 milhões de votos. ● EFE

Brasil registra 86 mortes por covid-19 nas últimas 24 horas

Pandemia do coronavírus

Remédios contra a covid-19 ainda não foram incorporados pelo SUS

Medicamentos com eficácia comprovada estão disponíveis somente em hospitais privados; Anvisa analisa pílulas antivirais e Ministério da Saúde faz consulta pública

ÍTALO LO RE

Dois anos após o início da pandemia, medicamentos com eficácia comprovada contra a covid-19 não estão incorporados pelo Sistema Único Saúde (SUS). Em hospitais privados, alguns remédios aprovados pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) para tratar a doença já são colocados à disposição dos pacientes. No caso das pílulas antivirais, como Molnupiravir e Paxlovid, ainda não houve aval para uso no Brasil. Aprovadas em outros países, elas podem fazer diferença quando ingeridas após os primeiros sintomas.

Como um dos principais entraves está o preço dos tratamentos. Não há perspectiva de data para que esses remédios estejam disponíveis no SUS, uma vez que a Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias (Conitec) não recomendou a incorporação.

Remédios como Sotrovimabe e Evusheld não possuem estoque para comercialização no País e não têm cobertura para o uso ambulatorial ou domiciliar pela Agência Nacional de Saúde (ANS), que regula os planos de saúde. A agência informou que os medicamentos desse tipo só têm cobertura obrigatória caso sejam prescritos pelo médico para administração durante a internação. Posteriormente, pode ser feita a solicitação de reembolso, mas, ainda assim, em alguns casos os pacientes acabam tendo de arcar com os medicamentos.

Esse, no entanto, não seria o cenário ideal, uma vez que tratamentos com remédios como o Remdesivir podem custar até R$ 20 mil, aponta a farmacologista e pesquisadora da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) Soraya Smaili. "Quem mais sofreu óbitos com o pico da Ômicron foram pessoas acima de 80 anos. A vacina protege, mas a proteção pode ser reduzida em idosos e pessoas com comorbidades", diz. "Nessas condições, deveriam existir alternativas tanto no hospital quanto no ambulatório, o que poderia impedir quadros graves."

DUAS FRENTES. Os remédios para a covid se dividem em duas frentes: a das pílulas antivirais de via oral, que podem ser efetivas quando administradas no início dos sintomas, e a dos anticorpos monoclonais, que simulam a proteção conferida pela vacina em diferentes estágios da infecção e correspondem à maioria dos remédios aprovados pela Anvisa.

Até o momento, apesar de o primeiro tipo já ter sido aprovado em países da Europa e nos Estados Unidos, somente o segundo tipo recebeu aval no Brasil. Ainda assim, nenhum foi recomendado pela Conitec para uso na rede pública.

Chefe do departamento de Infectologia da Universidade Estadual Paulista (Unesp), Alexandre Naime Barbosa explica que, para pacientes com covid leve da rede privada, o Regdanvimabe seria o único com estoque disponível no Brasil. Produzido pela Celltrion Healthcare, ele seria capaz de reduzir o risco de progressão da covid em 70%, segundo estudos clínicos de fase 3.

O preço, no entanto, é um entrave para a rede pública – vai de R$ 9,8 mil a R$ 12 mil, a depender do peso do paciente. Além disso, há uma hesitação em relação à eficácia dos anticorpos monoclonais no combate à Ômicron, mais transmissível, o que faz mesmo hospitais privados repensarem as estratégias para tratar a covid.

No caso de pacientes com covid-19 hospitalar, Naime Barbosa reforça, por outro lado, que a rede pública consegue oferecer opções como o corticosteróide Dexametasona, primeira droga que se mostrou eficaz nesses casos. Outras alternativas, como ventilação e intubação, também foram incorporadas pelo SUS.

PERSPECTIVA. A Conitec analisa o Baracitinibe, inibidor seletivo da Eli Lilly usado para artrite reumatoide e que se mostrou eficaz contra a covid. Na rede privada, tratamentos envolvendo o remédio custam entre R$ 2 mil e R$ 3 mil, o que o tornaria mais acessível.

Em nota, o Ministério da Saúde reforçou que encerrou no último dia 24 o prazo para o envio de contribuições à consulta pública sobre a proposta de incorporação do remédio para tratamento da covid. "Agora, o tema voltará para a Conitec para que os membros do plenário possam emitir a recomendação final", acrescentou. A pasta ressaltou que o Baricitinibe já tem registro no Brasil para o tratamento de artrite reumatoide e o uso para tratar a covid foi aprovado pela Anvisa.

DANIEL TEIXEIRA/ESTADÃO-24/3/2021

Monitoramento hospitalar no Emílio Ribas; como um dos principais entraves de incorporação na rede pública está o preço do tratamento

Saiba mais

Remédios para tratar a covid-19

• Paxlovid
Produzida pela Pfizer, ainda não foi aprovada pela Anvisa. É uma das apostas para controlar a covid-19 em estágio inicial.

• Molnupiravir
Pílula antiviral da Merck Sharp & Dohme (MSD) em parceria com a Ridgeback Biotherapeutics. Também não tem aval da Anvisa, mas já é usada em outros países.

Aprovados pela Anvisa:

• Evusheld
Coquetel desenvolvido pela AstraZeneca, anteriormente conhecido como AZD7442. Recebeu aprovação da Anvisa em fevereiro, mas não possui estoque no País.

• Regdanvimabe
Anticorpo da Celltrion Healthcare. Deve ser administrado até 7 dias após os sintomas. Possui estoque no País.

• Baricitinibe
Inibidor produzido pela Eli Lilly. Recebeu parecer inicial favorável da Conitec e pode ser incorporado pelo SUS.

Variante Ômicron

Mais transmissível, cepa fez hospitais privados rediscutirem estratégias para tratar a covid-19

No Brasil, a Anvisa recebeu pedido de uso emergencial do Molnupiravir, da Merck Sharp & Dohme (MSD), em novembro. Conforme painel da agência, 53% da documentação teve a análise concluída, 41% está em análise e 5% ainda está pendente de complementação. Em nota, a MSD informou que teve novas informações solicitadas pela agência há cerca de duas semanas e está compilando os dados para reenviar à agência.

No caso do Paxlovid, da Pfizer, o pedido foi feito em fevereiro. A Anvisa aponta que 50% da documentação teve a análise concluída e 41% ainda está em análise. A farmacêutica informou, em nota, aguardar a revisão da agência. ●

Ciência

Fapesp lança uma oferta de bolsas para 'pesquisadores em risco'

GOVERNO SP-27/6/2019

Sede da fundação; em 1992, a Fapesp lançou iniciativa similar, logo após a queda do muro de Berlim, mais voltada para o Leste Europeu

Valor total oferecido para o financiamento é de R$ 20 milhões e interessados podem vir de Ucrânia, Rússia, Síria e Afeganistão

ÍTALO COSME
ESPECIAL PARA O ESTADÃO
RENATA OKUMURA

A Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) lançou a iniciativa "Pesquisadores em Risco" para viabilizar a participação de refugiados em instituições de pesquisa no Estado. A oferta de bolsa vale para duas modalidades: Auxílio Pesquisador Visitante e uma Bolsa de pós-doutorado. O valor total oferecido para o financiamento é de R$20 milhões.

Para pesquisadores visitantes, a ajuda será concedida por até 12 meses, podendo ser prorrogada, em caráter excepcional. Enquanto no Pós-Doutorado a duração é de 24 meses, também prorrogáveis. O edital de suplementação rápida tem como público-alvo pesquisadores de países envolvidos em situações de conflitos, como Ucrânia, Rússia, Síria e Afeganistão. A colaboração desses participantes pode ser no desenvolvimento de projetos de pesquisa em andamento ou a ser iniciados.

A data limite para submissão das propostas é 30 de agosto de 2022. No entanto, elas serão analisadas à medida que forem recebidas. Por isso, o edital ficará aberto até que se esgotem os recursos oferecidos ou até a data limite anunciada. A chamada está prevista para outubro.

Conforme o diretor científico da Fapesp, professor Luiz Eugênio Mello, dez currículos já chegaram para análise na modalidade de pesquisador visitante. Outro candidato tenta o financiamento no pós-doc. O edital foi aberto ontem. A iniciativa da Fapesp considera qualquer linha de pesquisa como viável, desde que o pesquisador seja qualificado, bem como o grupo que vai recebê-lo, como pontua Mello. "A atividade científica tem vários aspectos que a diferenciam das outras atividades humanas. Uma delas é que a ciência é, por definição, sem fronteiras."

Esta é a primeira vez que a instituição lança edital voltado exclusivamente para pesquisadores afetados por conflagrações. Em 1992, lembra Mello, a Fapesp lançou iniciativa similar, logo após a queda do muro de Berlim. A instituição cedeu auxílio para 42 pesquisadores estrangeiros, sobretudo do Leste Europeu. "A diferença é que ali você tinha o movimento da queda do muro de Berlim e a dissolução da União Soviética. Não se tratava de uma situação de guerra. Afinal, você teve redução do confronto, porém que gerou crise econômica e abriu espaços para executar a iniciativa."

> ***"Esses colaboradores de outros países têm alto nível. O meu testemunho é de que eles vêm para contribuir para ciência, tecnologia e educação no Brasil."***
> **Edgar Dutra Zanotto**
> **Professor da UFSCar**

Mello, apesar do contexto histórico, diz que a Fapesp segue os passos da comunidade científica internacional no que diz respeito aos valores e ao público-alvo. Isso porque há projetos semelhantes em Alemanha, Estados Unidos, França e Inglaterra.

INTERCÂMBIO. Professor da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), Edgar Dutra Zanotto trabalha há mais de 40 anos com o intercâmbio de professores estrangeiros, inclusive daqueles que vivem em locais em conflitos. Zanotto foi responsável por trazer ao Brasil os primeiros pesquisadores da antiga Alemanha Oriental e da Rússia, por exemplo. "Esses colaboradores de outros países têm alto nível. O meu testemunho, interagindo com eles há mais de 40 anos, é de que eles vêm para contribuir para ciência, tecnologia e educação no Brasil", reflete.

O orçamento das propostas pode incluir duas modalidades: Auxílio Pesquisador Visitante (PV) e Bolsa de pós-doutorado: o Auxílio Pesquisador Visitante é concedido inicialmente por até 12 meses, podendo ser prorrogado, em caráter excepcional, a critério da Fapesp. Já a bolsa de pós-doutorado tem duração de até 24 meses, podendo ser prorrogada.

As propostas devem ser submetidas exclusivamente por intermédio do Sistema Sage. Deve ser anexada a documentação indicada nas normas de cada modalidade de apoio. Durante a vigência do Auxílio Pesquisador Visitante e/ou da Bolsa de Pós-Doutorado, a instituição sede deverá garantir ao pesquisador todo o apoio institucional necessário para a realização, bem como para início das atividades. Deverá ainda apoiar o participante nas tratativas para sua instalação na cidade onde será desenvolvido o projeto. ●

AGENDA COVID

A SITUAÇÃO NO PAÍS, COM DADOS DO CONSÓRCIO DA IMPRENSA E DO MINISTÉRIO DA SAÚDE (RECUPERADOS)

659.012	86	236	175.407.232	29.849.877	10.709	28.550.311
TOTAL DE MORTES	NOVOS REGISTROS DE MORTES EM 24H*	MÉDIA MÓVEL DE ÓBITOS	TOTAL DE VACINADOS	TOTAL DE TESTES POSITIVOS	NOVOS CASOS DETECTADOS EM 24H*	NÚMERO DE RECUPERADOS**

NA WEB
Confira mais algumas cidades e o avanço da imunização.
https://bityli.com/7JErsR

Cronograma da vacinação

SÃO PAULO

A partir desta terça-feira, idosos com mais de 70 anos podem receber a quarta dose da vacina contra a covid-19, desde que a terceira aplicação tenha ocorrido há pelo menos quatro meses. Adolescentes com imunossupressão com 12 a 17 anos de idade (incluindo gestantes e puérperas) devem tomar duas doses adicionais. Primeira dose adicional: pelo menos 8 semanas (56 dias) após a última dose do esquema vacinal (segunda dose da Pfizer).Segunda dose adicional: pelo menos 4 meses (122 dias) após a realização da primeira dose adicional de Pfizer. E pessoas com alto grau de imunossupressão com mais de 18 anos devem tomar duas doses adicionais. Primeira dose adicional: pelo menos 28 dias após a última dose do esquema vacinal (segunda dose ou dose única). Segunda dose adicional: pelo menos 4 meses após a primeira adicional

BELO HORIZONTE

O município continua imunizando crianças entre 5 e 11 anos. No dia da vacinação, os pais ou responsáveis devem apresentar o documento de identificação com foto ou certidão de nascimento, CPF, comprovante de endereço e caderneta de vacinação.

RIBEIRÃO PRETO

Crianças com 5 anos de idade vacinadas até 1.º de fevereiro devem tomar a segunda dose da vacina pediátrica da Pfizer.

RIO DE JANEIRO

Idosos acima de 80 anos devem tomar a quarta dose do imunizante anticovid-19. ●

TABA BENEDICTO/ESTADÃO

Na Escola Municipal de Ensino Infantil Dona Rosa de Araújo, 94% das crianças ainda não sabiam andar de bicicleta sem roda de apoio

Mobilidade

De 'bicicloteca' a aulas na escola, um futuro a ser ensinado sobre duas rodas

Propostas são voltadas para reaproximação da infância com espaços públicos e para incentivo à formação de futuros ciclistas

PRISCILA MENGUE

O vídeo de um comboio de crianças de bicicleta a caminho da escola em Barcelona viralizou nas redes sociais neste ano. Por lá, há algumas "linhas" por vias da vizinhança até a unidade escolar, iniciativa também realizada em ao menos dez instituições educacionais em Lisboa. Outros projetos têm se consolidado em cidades europeias e latino-americanas, como em Bogotá, com o empréstimo de bicicletas. Por aqui, há atividades próprias ou em parcerias, como é o caso das "biciclotecas".

O Instituto AroMeiaZero criou o projeto Rodinha Zero, que atua em unidades de ensino e na formação de "multiplicadores", com propostas adaptadas à demanda que envolvem pais, educadores, comunidade e crianças ao longo de cerca de dois a três meses, divididas em cinco etapas, com diagnóstico (características locais, experiências dos alunos etc) e atividades de vivência. "A gente vê a bicicleta como ferramenta de mudança social", define Murilo Casagrande, um dos diretores do instituto. Segundo ele, foram mais de 4,2 mil crianças participantes desde 2016, a maioria de 4 a 11 anos, em parte iniciadas com bicicletas sem rodinhas e pedais, nas quais se trabalha equilíbrio.

Um dos pontos que Casagrande defende é a difusão de "biciclotecas" nas escolas, para atender aos alunos, especialmente os que não têm bicicleta em casa. Para ele, as frotas escolares seriam uma alternativa menos custosa e que tem potencial de receber doações, por envolver um item com uso restrito a alguns anos da fase de crescimento. Nessas dinâmicas, as crianças podem se revezar para utilizar a bicicleta, enquanto outras fazem desenhos ou outras atividades lúdicas com a temática. Cones, desenhos no chão ou bolhas de sabão podem ajudar a guiar os caminhos, sempre com a presença de monitores por perto.

Um exemplo é o trabalho realizado na Escola Municipal de Ensino Infantil Dona Rosa de Araújo, na zona sul de São Paulo. Procurado pela coordenadora pedagógica Cristiane Teixeira Magen, o Rodinha Zero identificou que 94% das crianças não sabiam andar de bicicleta sem a roda de apoio antes das atividades, nas quais 62 de 246 alunos de 4 a 6 anos deram as primeiras pedaladas.

> ***"Percebo que as crianças estão cada vez mais confinadas. Na pandemia, ficou gritante."***
> **Cristiane Teixeira Magen**
> Coordenadora pedagógica da Escola Dona Rosa de Araújo

> ***"A gente quer mudar também a visão do poder público da minicidade em que a criança anda de carro."***
> **Murilo Casagrande**
> Diretor do Instituto AroMeiaZero

Cristiane conta que uma professora até compara a experiência de ver os pequenos terem o primeiro contato com a bicicleta com a de aprender a ler, por ser também a aquisição de linguagem corporal. "Creio que é o papel da escola ensinar uma atividade que tem essa função", diz. "Na pandemia, a gente recebeu crianças com defasagem de movimento global, de caminhar, de subir no escorregador.

Hoje, a escola tem uma frota de 30 bicicletas, ofertadas durante as atividades na quadra, cujo entorno recebeu a pintura de uma ciclovia. "Cada sala já tem o tempo programado", comenta a coordenadora. Por volta de 2015, ela havia feito parceria semelhante em uma escola de ensino fundamental, dando origem a um Festival da Bicicleta, com discussões em atividades diversas. "Vejo o ciclismo como uma forte ferramenta de política pública, de inclusão de crianças e jovens no espaço público de maneira sustentável", avalia. "As interações que proporciona, com o próprio corpo, com o coletivo, com o espaço, com a cidade. E também de superação de déficits", aponta. "A escola não é uma 'sala de jaula'. Aqui, a gente reforça o caminhar pelo bairro."

Também na capital paulista, na rede privada, o Colégio Dante Alighieri fez atividades com bicicletas e outros modos de transporte em uma semana temática de outubro. "A ideia surgiu pela necessidade de resgatar e imergir as crianças dentro desse ambiente escolar de brincadeiras tradicionais e práticas corporais realizadas em espaços públicos", explica Adriano Jantalia, coordenador do departamento de Educação Física. Na educação infantil, por exemplo, a atividade envolveu a simulação de uma vizinhança, com ônibus, pista de veículos automotores, ciclovia e afins, como uma educação no trânsito. "Muitos alunos tiveram o primeiro contato com a bicicleta aqui, na escola. Até porque, pela pandemia, não puderam sair tanto de casa. A gente percebeu essa necessidade", relata. "Tivemos crianças que saíram pedindo para os pais comprarem bicicletas."

Também no ambiente educacional, uma das principais referências é o projeto Bicicleta na Escola, idealizado pela professora de Educação Física Ana Destri, da rede municipal de Florianópolis, apresentado até em eventos no exterior. A ideia veio das perguntas dos próprios alunos da 5.ª série, intrigados pela docente utilizar a bicicleta como transporte. "Perguntavam se era cansativo, seguro, se eu tinha medo", conta Ana.

A partir dessa situação, ela começou a perceber as dificuldades de mobilidade que os estudantes enfrentavam nos trajetos e a pensar como orientá-los a utilizar a bicicleta como um meio, para evitar acidentes. "A gente não só ensina a criança a aprender a andar, mas também desperta um senso crítico para a mobilidade", comenta.

IMPACTOS. Coordenador do Programa Criança e Natureza, do Instituto Alana, JP Amaral fala em um "desemparedamento da infância" em contraponto ao que avalia com um cotidiano enclausurado, especialmente nas grandes cidades. "A bicicleta talvez seja o primeiro impulso de autonomia da criança na relação com os pais, em vez de caminhar dando a mão, ela pode ir livremente por perto e adquirir a independência de se locomover por locais cada vez mais distantes", acrescenta. Além disso, percebe que se trata de um meio que também pode ajudar aos adolescentes que convivem com a chamada "ansiedade climática", por ser sustentável e de baixíssimo impacto ambiental.

Até nas prefeituras há iniciativas. Em Vitória e Fortaleza, os sistemas de compartilhamento de bicicletas incluem modelos infantis. Além disso, em Porto Alegre, um chamamento público deste mês para a operação desse tipo de rede exige a oferta obrigatória de modelos para crianças.

EXEMPLO FAMILIAR. Os olhares de desaprovação e estranhamento eram comuns, mas a editora de vídeo Silvia Ballan, de 50 anos, não cogitou deixar de levar a filha Nina na garupa da bicicleta até a escola. "Uma mulher na rua uma vez disse 'Coitada dessa criança que precisa ir de bicicleta, que não tem carro'", recorda-se.

Ela percebe, contudo, que a experiência as deixou mais conectadas e também afetou o desenvolvimento da menina, hoje com 14 anos, que utiliza a bicicleta como um dos principais meios de transporte. "Foi importante para ela ter independência, autonomia, exercer a cidadania, perceber que tem responsabilidade com o próximo", pontua. "Nunca consegui colocá-la na rua. São três quilômetros até a escola." ●

BRASIL VERDE
CARBONO ZERO

PERSPECTIVAS FAVORECEM ENERGIAS SOLAR E EÓLICA

A geração de energia limpa é central no enfrentamento urgente das mudanças climáticas globais. O Brasil vai continuar competitivo nesse tema tanto com o avanço das energias eólica e solar quanto com a modernização das usinas hidrelétricas

Fotos: CTG

Parque eólico offshore da China Three Gorges Corporation, na Alemanha

É provável que o Brasil não aumente, ao longo da próxima década, a participação das modalidades renováveis em sua matriz elétrica, mas isso não necessariamente é uma notícia ruim. O País já se destaca pela matriz limpa e será um grande avanço manter a proporção atual, em meio a um cenário projetado de aumento de demanda por energia elétrica – 3,4% ao ano até 2031, índice superior ao aumento estimado do Produto Interno Bruto (PIB), 2,9% ao ano no período.

De acordo com o Plano Decenal de Expansão de Energia, anunciado pelo Ministério de Minas e Energia no fim de fevereiro, a capacidade instalada do Brasil deve subir dos atuais 200 GW para 275 GW em 2031. A perspectiva é de que essa ampliação ocorra com a preservação do patamar acima de 80% ocupado atualmente pelas fontes renováveis, ante uma média mundial de apenas 27%.

Esse desempenho sustentável se deve basicamente às hidrelétricas, já que a energia hidráulica responde por 58% da produção brasileira. Com a desaceleração dos novos projetos de usinas de grande porte, no entanto, essa fatia deve cair para 45% em 2031. A boa notícia é que, de acordo com a projeção anunciada pelo governo, essa queda será quase totalmente compensada pela ampliação das novas modalidades sustentáveis.

Essa compensação se dará pelo aumento da fatia composta pela energia solar (de 2% para 4%), pela eólica (10% para 11%) e, principalmente, pelo conjunto que o governo chama de autoprodução e geração distribuída, que engloba projetos de geração própria ou micro e minigeração destinada a clientes cativos. A participação desse conjunto, composto por biomassa (biogás, bagaço de cana, etc.), solar, eólica e pequenas centrais hidrelétricas, deverá subir de 8% para 17% na próxima década.

Se os planos anunciados forem cumpridos, a participação das renováveis na matriz elétrica brasileira deverá cair apenas ligeiramente, dos atuais 85% para 83%, apesar do aumento projetado de quase 40% na capacidade instalada. De acordo com o Ministério de Minas e Energia, essa projeção está alinhada às metas de Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC) anunciadas pelo Brasil no ano passado – redução de 37% nas emissões de carbono até 2025 e de 50% até 2030, tendo como base os parâmetros de 2005.

LONGO PRAZO

Em relação às grandes hidrelétricas, a manutenção e a atualização tecnológica são o caminho para que continuem produzindo ainda por muitos anos. É o caso das usinas de Jupiá e Ilha Solteira, duas das maiores do País, ambas localizadas na divisa entre São Paulo e Mato Grosso do Sul e inauguradas na década de 1970. "Estamos investindo quase R$ 3 bilhões na modernização dessas hidrelétricas", conta José Renato Domingues, vice-presidente corporativo da CTG Brasil, empresa de origem chinesa que é a gestora das estruturas.

José Renato Domingues, vice-presidente corporativo da CTG Brasil

Esse esforço, iniciado em 2017, inclui a manutenção das unidades geradoras, processo que abrange a adoção de uma tecnologia inédita no País: a instalação de mais de 400 sensores de machine learning nas turbinas, para produzir informações sobre diversos aspectos relacionados à operação, como sistemas de controle e ganhos de eficiência. "O foco principal é o aumento da disponibilidade e confiabilidade das operações, demonstração do compromisso de longo prazo que a empresa tem com o Brasil", observa o executivo.

Desde que iniciou as atividades no Brasil, em 2013, a empresa já investiu R$ 23 bilhões no País. Além das hidrelétricas, há também uma série de iniciativas relacionadas às novas modalidades renováveis. A CTG Brasil é a segunda maior geradora privada de energia do País e a maior operação do grupo fora da China – são 17 usinas hidrelétricas e 11 parques eólicos no território brasileiro, totalizando 8,3 GW de capacidade instalada. Em 2021, a receita operacional líquida da CTG Brasil foi de R$ 6,3 bilhões, aumento de 20,1% em relação à do ano anterior. Presente em mais de 40 países, a empresa é uma das líderes globais em geração de energia limpa, com 140 GW de capacidade instalada, entre operação, construção e participação.

PREVISÃO DO TEMPO

HOJE: MANHÃ 65% 19° · TARDE 40% 29° · NOITE 70% 19° · VOLUME DE CHUVA 8MM · UMIDADE RELATIVA 40%

QUARTA	QUINTA	SEXTA	SÁBADO
19°/31°	17°/22°	16°/20°	16°/22°

SOL: NASCENTE: 6H13 · POENTE: 18H08

LUA: **MINGUANTE**

MINGUANTE	25/03	2H08
NOVA	1/04	3H27
CRESCENTE	9/04	3H48
CHEIA	16/04	15H57

Estado de SP

● Sol com variação de nuvens. Chuva moderada a forte entre tarde e noite. Calor predomina.

Tábuas das marés: Porto de Santos

Vento: NE 8 nós · Ondas: 1,0 m

HOJE			QUARTA, 30		
0h54	↑	1,5	1h13	↑	1,5
7h14	↓	0,6	7h35	↓	0,5
12h48	↑	1,4	13h17	↑	1,5
19h07	↓	0,2	19h41	↓	0,2

QUINTA, 31			SEXTA, 01		
1h36	↑	1,5	2h01	↑	1,4
7h57	↓	0,5	8h20	↓	0,5
13h48	↑	1,5	14h21	↑	1,5
20h16	↓	0,3	20h50	↓	0,3

Capitais	MÍN./MÁX.		MÍN./MÁX.
ARACAJU	23°/29°	MACEIÓ	23°/29°
BELÉM	24°/30°	MANAUS	23°/28°
BELO HORIZONTE	18°/30°	NATAL	24°/29°
BOA VISTA	23°/34°	PALMAS	23°/31°
BRASÍLIA	17°/30°	PORTO ALEGRE	16°/31°
CAMPO GRANDE	22°/32°	PORTO VELHO	23°/30°
CUIABÁ	24°/34°	RECIFE	24°/30°
CURITIBA	17°/27°	RIO BRANCO	23°/30°
FLORIANÓPOLIS	19°/28°	RIO DE JANEIRO	22°/32°
FORTALEZA	24°/30°	SALVADOR	23°/30°
GOIÂNIA	20°/32°	SÃO LUÍS	24°/29°
JOÃO PESSOA	24°/29°	TERESINA	23°/32°
MACAPÁ	23°/29°	VITÓRIA	22°/33°

Confira a previsão para os próximos dias: **www.estadao.com.br/clima-e-tempo/sp-sao-paulo**

Mundo	FUSO	MÍN./MÁX.		FUSO	MÍN./MÁX.
ASSUNÇÃO	0	23°/37°	MÉXICO	-3	17°/28°
ATENAS	5	13°/16°	MIAMI	-1	18°/31°
BARCELONA	4	11°/15°	MONTEVIDÉU	0	19°/28°
BERLIM	4	5°/11°	MOSCOU	6	-3°/2°
BRUXELAS	4	9°/15°	NOVA YORK	-1	-5°/4°
BUENOS AIRES	0	21°/27°	PARIS	4	10°/17°
CARACAS	-1	20°/28°	ROMA	4	8°/15°
CHICAGO	-2	-2°/2°	SANTIAGO	0	8°/21°
ESTOCOLMO	4	-4°/1°	SYDNEY	14	18°/19°
GENEBRA	4	3°/12°	TEL-AVIV	5	15°/25°
JOHANNESBURGO	5	15°/27°	TÓQUIO	12	11°/12°
LIMA	-2	20°/28°	TORONTO	-1	-5°/2°
LISBOA	3	12°/17°	WASHINGTON	-1	-4°/8°
LONDRES	3	8°/11°			
LOS ANGELES	-4	13°/21°			
MADRID	4	10°/11°			

CLIMATEMPO – A StormGeo Company

Mudanças climáticas

Presidente da COP-26 cobra ação brasileira

Em São Paulo, Alok Sharma discutiu com o setor financeiro o crescimento de aliança com fundos de mais de U$ 130 tri

EMILIO SANT'ANNA

O presidente da COP-26 (Conferência Mundial do Clima), Alok Sharma, se reuniu ontem com representantes de bancos, empresas, Estados e municípios, em São Paulo. Na pauta, o crescimento de uma aliança para a descarbonização dos serviços financeiros, iniciativa lançada mundialmente em 2021 e que tem hoje mais de 450 empresas com ativos de mais de US$ 130 trilhões.

Para Sharma, 2022 é o ano de entregar os resultados dos acordos construídos em Glasgow. O setor financeiro, diz ele, é fundamental nesse processo como impulsionador da atividade econômica comprometida com a sustentabilidade. "Não é apenas sobre o que eu faço em minha empresa, mas também olhar para toda a cadeia da qual ela faz parte", diz o presidente da COP-26.

Questionado sobre a expectativa em relação ao Brasil em ano eleitoral, Sharma diz esperar que o País confirme em atos os compromissos assumidos em Glasgow, seja qual for o resultado da disputa à Presidência. "Por isso é muito importante que tenhamos estratégias de longo prazo que demonstrem que (*os países*) estão implementando esses planos para atingir emissões zero de carbono até 2050", afirma.

EMISSÕES. O desmatamento é a principal causa de emissões de gases de efeito estufa no Brasil. Na COP, o País se comprometeu a cortar em 50% suas emissões até 2030, tendo como base o volume de 2005. O objetivo superou o que havia sido apresentado na NDC (Contribuição Nacionalmente Determinada) poucos dias antes do início da COP-26. Ainda assim, a posição frustrou expectativas por ter só igualado a meta assumida em 2015. Na gestão de Jair Bolsonaro, o Brasil bate recordes sucessivos de desmatamento.

Antes da reunião em São Paulo, o presidente da COP-26 se reuniu com o ministro do Meio Ambiente, Joaquim Leite. "Um dos assuntos que tive com o ministro Leite foi sobre as NDCs brasileiras; esperamos ver muito em breve o Brasil submeter suas NDCs", afirma.

Apesar do papel central desempenhado pelos setores financeiro e produtivo, Sharma vê a responsabilidade do Estado brasileiro como um ponto inegociável. E não permitirá retrocessos após os compromissos assumidos pelo País em Glasgow diante da comunidade internacional. ●

SÃO PAULO RECLAMA

Auxílio a cadeirante no metrô de São Paulo

Reclamação de Ana Silvia Machado: "Sou mãe de uma moça de 18 anos, portadora de deficiência física. Gostaria de denunciar a saga de minha filha, no metrô, no domingo, dia 20. As Estações Santa Cruz (no sentido do Jabaquara), Liberdade e Sé estavam com os elevadores quebrados. Além disso, na Estação Santo Amaro não há elevador."

Resposta: "O Metrô de São Paulo esclarece que os elevadores das Estações Liberdade e Santa Cruz, da Linha 1-Azul, estavam funcionando normalmente. Na Estação Sé, dos dois elevadores para atendimento aos passageiros, um deles apresentou falha e precisou passar por manutenção na data mencionada. A empresa responsável pela manutenção foi acionada imediatamente." ●

Teve algum direito como cidadão ou consumidor desrespeitado? O blog Seus Direitos pode ajudar. Envie suas reclamações, com os devidos documentos, dados pessoais e contatos, além do nome dos envolvidos na questão, para o **spreclama@estadao.com**

HÁ UM SÉCULO

Amigos do alheio

Hontem pela manhan, quando andava a offerecer á venda uma macchina de escrever, foi preso e levado á policia Centrar o larapio José Cassiano de Oliveira, já de ha muito conhecido das nossas autoridades por varios crimes de furtos. Com a prisão desse individuo, apurou a policia que o objecto que elle prentedia vender (...) havia sido ha dias roubado do Cellegio Sant'Anna, tendo tomado parte no roubo, além de Cassiano de Oliveira, Belmiro Lemos de Moraes, Antonio Pereira dos Santos, mais conhecido pela alcunha de 'Bahiano' e Marcilio Monte. Os companheiros do larapio já foram tambem presos. ●

CORREÇÕES

Este espaço se destina à correção de erros publicados na edição impressa do **ESTADÃO**. Você pode colaborar enviando e-mail para **correcoes@estadao.com**. As correções abrangem erros como: de informação, nome, cargo, dados numéricos, entre outros.

LOTERIA

Para ver os resultados, aponte a câmara do seu celular para o QR Code ou acesse: **https://loterias. estadao.com.br/mega-sena.**

FALECIMENTOS

Para publicar anúncio fúnebre: Balcão Limão ● (11) 3856-2139 / (11) 3815-3523 / WHATSAPP (11)99123-8351. ● Atendimento de 2ª a 6ª das 8h30 às 21h horas, Sábado das 10h às 20h, Domingo das 14h às 20h ● Só serão publicadas notícias de falecimento/missa encaminhadas pelo e-mail **falecimentos@estadao.com**, com nome do remetente, endereço, rg e telefone.

Maria do Carmo Lima – Aos 88 anos. Era casada com José Ferreira de Lima. Deixa os filhos José, Jurandir e João. O enterro foi realizado no Cemitério e Crematório Primaveras.

Guiomar Alvarenga de Sousa – Aos 85 anos. Era viúva de Francisco de Sousa. Deixa os filhos Mônica, Margarida, Avonir, Maria, parentes e amigos. O enterro foi realizado no Cemitério e Crematório Primaveras.

Rachel Yacoub Elie Youssef Wahba – Aos 77 anos. Filha de Yacoub Wahba e Ines Wahba. Deixa os filhos Lia, Eli, David, parentes e amigos. O enterro foi realizado no Cemitério e Crematório Primaveras.

Maria Inês Polita Brito – Aos 69 anos. Era viúva de João Teixeira Brito. Deixa os filhos Jane, Janaina e Janio. O enterro foi realizado no Cemitério e Crematório Primaveras.

Francisco Rodrigues Camilo – Aos 82 anos. Era casado com Alaide de Oliveira Camilo. Deixa os filhos Fernando, Eliana, Janaina, Flávio e Fábio. O enterro foi realizado no Cemitério e Crematório Primaveras.

José Aparecido da Silva – Aos 77 anos. Era solteiro. Deixa parentes e amigos. O enterro foi realizado no Cemitério e Crematório Primaveras.

Otavio Bispo da Silva – Aos 76 anos. Filho de Argemiro Feliciano da Silva e Antonia Maria França da Silva. Era casado com Lucia Bispo. Deixa a filha Lucimeire. O enterro foi realizado no Cemitério da Paz.

Jaime Pereira de Souza – Dia 26, aos 64 anos. Filho de Expedito Pereira de Souza e Laura Freder de Souza. Era solteiro. Deixa os filhos Jaime, Laura Regina(In Memorian), parentes e amigos. O enterro foi realizado no Cemitério Municipal de Bebedouro.

José Joaquim da Silva – Aos 61 anos. Era casado com Rosa Sebastião Araújo da Silva. Deixa os filhos Viviane, Nikolas, parentes e amigos. O enterro foi realizado no Cemitério e Crematório Primaveras.

MISSA

Walter Guimarães Maffra – Dia 1º, às 18h30, na Paróquia Nossa Senhora Aparecida, na Praça Nossa Sra. Aparecida, s/n, Moema (1 ano).

Marta sofre lesão no ligamento do joelho e passará por cirurgia

Eliminatórias da Copa

Cristiano Ronaldo tem Dia D e rodada define mais 9 vagas

Português deverá ter hoje a última chance de ir a um Mundial; África apontará seus 5 classificados

ESTELA SILVA / EPA / EFE

Cristiano Ronaldo não teme ficar fora da Copa; confiança total

Cristiano Ronaldo tem hoje um dia decisivo em sua vitoriosa carreira. Portugal recebe a Macedônia do Norte no estádio do Dragão, no Porto, e se tropeçar ficará fora da Copa do Catar – se isso ocorrer, provavelmente o atacante de 37 anos, cinco vezes eleito o melhor jogador do planeta, perderá chance de disputar seu último Mundial. Além dessa, outras oito vagas das 12 restantes serão definidas hoje e amanhã.

O craque português desconsidera a hipótese de não estar no torneio do Catar. E ficou contrariado ontem quando questionado se, em caso de fracasso no Porto, esta seria sua última Copa, pois em 2026 estará com 41 anos. "Comecei a ver que muitas pessoas estão fazendo a mesma pergunta sobre o meu futuro. Quem vai decidir meu futuro serei eu. Se quiser jogar mais, vou jogar. Eu sou o líder, acabou", respondeu, irritado.

Ele também descarta a possibilidade de a Macedônia do Norte eliminar Portugal como fez com a Itália. "A Macedônia surpreendeu, fez isso em muitos jogos, mas acredito que amanhã (hoje) não nos vai surpreender", afirmou Cristiano Ronaldo. "Portugal vai ser melhor e vamos ao Mundial. Não há um Mundial sem Portugal."

Porém, a confiança não significa desrespeitar o adversário, diz. "Sabemos que é uma equipe muito bem organizada, tem os seus pontos fortes. Respeitamos, mas acho que, se Portugal estiver no seu melhor nível, bate qualquer equipe do mundo", garante.

A Europa definirá uma outra vaga hoje, no jogo entre Polônia e Suécia. O último classificado do continente só será conhecido bem mais para frente. Ucrânia e Escócia se enfrentam em junho e o vencedor brigará para ir à Copa do Catar com o País de Gales.

Sorteio na sexta-feira
A Fifa vai realizar em Doha o sorteio dos grupos da Copa do Catar. O Brasil é um dos cabeças de chave

OUTROS CONTINENTES. A África tem direito a cinco vagas diretas. Todas serão definidas hoje, nos jogos de volta do mata-mata. Num deles, o Egito, de Salah, recebe o Senegal, de Mané, e depois da vitória por 1 a 0 na semana passada precisa apenas de um empate – um dos dois companheiros de Liverpool não irá à Copa.

As outras partidas são: Nigéria x Gana (0 a 0 na ida), Argélia x Camarões (1 a 0), Marrocos x República Democrática do Congo (1 a 1) e Tunísia x Mali (1 a 0).

Nas Eliminatórias Africanas, há o critério do gol fora de casa, isso significa que se houver empate no número de gols do confronto, leva a melhor a seleção que tiver anotado mais tentos como visitante.

A última rodada da Concacaf vai apontar dois classificados – o Canadá (28 pontos) já se garantiu. Os Estados Unidos (25 pontos e 13 de saldo) estão virtualmente classificados. Visitam a Costa Rica (22 e saldo de 3) e apenas se sofrerem uma estrondosa goleada colocarão a vaga em risco.

O México (25 e 7 gols de saldo) precisa somente de um empate em casa contra El Salvador. Ao que tudo indica, a Costa Rica disputará mesmo uma vaga na repescagem contra um representante da Oceania (Nova Zelândia e Ilhas Salomão se enfrentam amanhã).

A América do Sul vai definir o quinto colocado de suas Eliminatórias, que vai tentar ir à Copa por meio da repescagem, entre Peru (21 pontos), Colômbia (20) e Chile (19). Os jogos decisivos são: Peru x Paraguai, Venezuela x Colômbia e Chile x Uruguai. Quem passar vai encarar adversário da zona asiática, que sairá do confronto da Austrália contra Emirados Árabes, Iraque ou Líbano. ●

Seleção joga em La Paz por recorde com time bastante modificado

Será a 3.600 metros de altitude de La Paz que a seleção brasileira tentará estabelecer um recorde hoje, às 20h30. Se vencer a Bolívia pela última rodada das Eliminatórias Sul-Americanas, chegará a 45 pontos e alcançará a maior pontuação de uma equipe desde que o atual sistema foi implementado, na década de 1990 (a Argentina fez 43 nas Eliminatórias de 2002).

Tite fará sete mudanças em relação ao time que goleou o Chile por 4 a 0 na quinta-feira passada, no Maracanã. A principal expectativa é pelo desempenho ofensivo, que funcionou bem no último jogo, mas não contará com os suspensos Neymar e Vinicius Jr. ● MARCIO DOLZAN

18ª RODADA ELIM. SUL-AMERICANAS

BOLÍVIA | BRASIL

BOLÍVIA: Rúben Cordano; Enoumba, Carrasco, Haquín e José Sagredo; Franz Gonzáles, Roberto Fernández, Villarroel e John García; Menacho e Montenegro. **Técnico:** César Farías.
BRASIL: Alisson, Daniel Alves, Marquinhos, Éder Militão e Alex Telles; Fabinho, Bruno Guimarães e Paquetá; Antony, Coutinho e Richarlison. **Técnico:** Tite.
Árbitro: Eber Aquino (PAR).
Horário: 20h30 (de Brasília).
Local: Estádio Hernando Siles, em La Paz. **TV:** Globo / SporTV.

Campeonato Paulista

Finalíssima será no domingo, no Allianz

RICARDO MAGATTI

A novela envolvendo a escolha da data do segundo jogo da final do Campeonato Paulista foi, enfim, encerrada. O Palmeiras conseguiu a liberação com a WTorre e mandará a finalíssima diante do São Paulo no Allianz Parque, domingo, dia 3, às 16h.

Segundo o clube, o acordo que permite a realização da partida na arena foi negociado pessoalmente pela presidente Leila Pereira com Luis Davantel, CEO da WTorre, responsável pela construção do Allianz Parque e dona dos direitos de exploração do local.

O Palmeiras queria que o segundo jogo da decisão fosse no sábado para que houvesse tempo hábil para decidir o título paulista no Allianz Parque. O estádio receberá o show da banda Maroon 5 na terça-feira.

Houve uma reunião ontem na sede da Federação Paulista de Futebol (FPF) com representantes dos clubes e da Record, detentora dos direitos de transmissão. Inicialmente os dirigentes não chegaram a um consenso. Depois, o Palmeiras conversou com a WTorre e conseguiu a liberação de seu estádio no domingo.

O Palmeiras é o único invicto e ostenta a melhor campanha geral do Paulistão, o que lhe deu a vantagem de decidir em casa todos os confrontos do mata-mata do torneio. ●

Paulistas já têm os próximos rivais na Copa do Brasil

O São Paulo jogará contra o Juventude na terceira fase da Copa do Brasil. Foi o que determinou o sorteio realizado ontem pela CBF. O Palmeiras vai enfrentar o Juazeirense, da Bahia. O Corinthians tem como adversário a Portuguesa do Rio e o Santos vai encarar o Coritiba. O RB Bragantino pega o Goiás. Os jogos serão em abril e maio. ●

O MELHOR DA TV

TÊNIS
● ATP e WTA de Miami
Oitavas de final
12h / ESPN 2

FUTEBOL
● Eliminatórias da Copa
Senegal x Egito
14h / ESPN
Portugal x Macedônia do Norte
15h45 / TNT
Polônia x Suécia
15h45 / Space
Argélia x Camarões
16h30 / ESPN 4
Bolívia x Brasil
20h30 / Globo / SporTV
Chile x Uruguai
20h30 / Premiere

CHRISTIANO ANTONUCCI/SECOM MT-17/7/2021

Nas operações
Em 30% dos crimes ambientais investigados há suspeita de fraude; em 21%, de corrupção; e em 20%, de lavagem de dinheiro

LIGAÇÕES

Crimes na Amazônia, como o desmatamento ilegal, estão interligado com outras práticas ilícitas

Ecossistema do crime ambiental*
A figura destaca quatro subsistemas de relações entre as operações, diferenciados por cores

*A PARTIR DA REDE DE OPERAÇÕES DA POLÍCIA FEDERAL ENTRE 2016 E 2021

Estudo aponta que grande parte das atividades ilícitas na região está ligada ao crime organizado

Ecossistema de crimes na Amazônia

JOSÉ MARIA TOMAZELA

A Amazônia se tornou uma floresta de crimes. As atividades ilícitas praticadas há muito na região, e intensificadas nos últimos anos, são favorecidas por um ecossistema que interconecta crimes ambientais a delitos financeiros, tributários e, em última instância, ao tráfico de drogas e à disputa de facções locais. Estudos desenvolvidos sobre operações na região mostram que o desmatamento não anda sozinho.

A derrubada da floresta está, assim, ligada a outras atividades diretas que visam ao lucro, como a grilagem de terras, a agropecuária em locais proibidos e a mineração clandestina. Uma análise de 369 operações da Polícia Federal realizadas nos últimos cinco anos mostrou que em 30% dos crimes ambientais havia suspeita de fraude, em 21% havia suspeita de corrupção e em 20%, suspeita de lavagem de dinheiro.

Balanço policial
Considerando 369 operações, em metade foi possível identificar a atuação de uma organização criminosa

Em metade dos casos, foi possível identificar a atuação de uma organização criminosa, caracterizada pela ação de grupos voltados à prática de crimes graves. O levantamento e a análise são do Instituto Igarapé, que divulgou o trabalho no último mês. No conjunto, os crimes com alguma dimensão de violência (armas, drogas, crimes contra a pessoa e trabalho escravo) estavam presentes em 29% das operações.

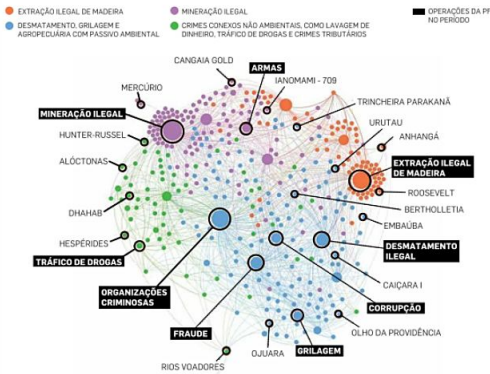
AUSÊNCIA DE RESPOSTA. Para a diretora de pesquisa do Igarapé, Melina Risso, existe um ecossistema de ilicitudes ligadas a esse tipo de crime que tem profundas implicações para a segurança pública do País. "A ausência de uma resposta contundente por parte do poder público fomenta a entrada de novos grupos criminosos, provoca danos ambientais, sociais e econômicos seriíssimos e atenta contra a integridade da floresta e das comunidades locais, sobretudo populações indígenas, quilombolas e tradicionais", disse.

O estudo observou que os crimes ambientais são tratados como de "segunda categoria", ignorando as evidências de que fomentam a entrada de novos grupos criminosos no País, provocando danos ambientais, sociais e econômicos. Além da madeira nobre, de alto valor nos mercados nacional e internacional, a Amazônia tem no seu subsolo pedras preciosas, ouro e outros minerais que atraem, além de aventureiros em busca de fortuna, criminosos de toda sorte.

A dinâmica segue a lógica do dinheiro: a grilagem de terras públicas por particulares, fenômeno antigo e constante na Amazônia, viola normas ambientais, agrárias, criminais e tributárias, gerando apropriação de recursos naturais de forma ilícita. O "grilo" associa-se ao desmatamento para a venda ilegal de madeira e exploração da agropecuária – a presença do boi é demonstração da posse, ainda que ilegal – e com a especulação fundiária.

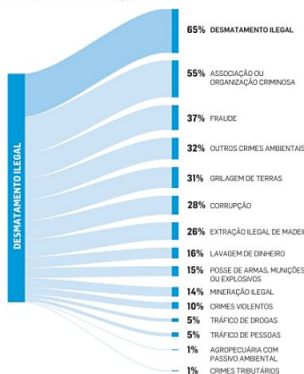
A extração ilegal de madeira implica corte seletivo de árvores valiosas, como cedros, maçarandubas, jacarandás e castanheiras, para comercialização nacional ou no exterior, violando os sistemas de regulação, como autorização para o corte, de transporte e de venda, com o uso de guias e documentos falsos e corrupção de agentes públicos. A atividade dá causa a conflitos e assassinatos.

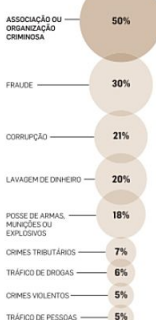
Para os autores da análise, o aumento na complexidade e na violência ligada ao crime ambiental na Amazônia aponta para desafios de governança, coordenação estratégica e inteligência, já que as cadeias ilícitas do ouro e da madeira ultrapassam fronteiras. "O desmatamento e a degradação da floresta Amazônica comprometem o futuro e o bem-estar das próximas gerações e prejudicam o meio ambiente e a regulação do clima em escala planetária", disse Ilona Szabó, presidente do Instituto Igarapé.

OPERAÇÃO. Realizada em 2019, em parceria com o Ministério Público Federal (MPF), no arco do desmatamento, sul do Amazonas, a Operação Ojuara prendeu 18 pessoas, e outras 31 receberam medidas cautelares. Foram apreendidos R$ 800 mil em dinheiro vivo, máquinas agrícolas, 7 mil cabeças de gado e um avião. Ao todo, 22 pessoas, entre elas servidores federais, foram denunciadas por crimes como corrupção, formação de milícia privada, divulgação de informação sigilosa, lavagem de dinheiro e associação criminosa.

Um dos denunciados por lavagem de dinheiro usava a mulher como "laranja", registrando em nome dela valores de até R$ 3,6 milhões obtidos com venda ilegal de madeira e gado. Segundo a denúncia do MPF, quatro policiais militares do Acre formaram uma "milícia privada" para expulsar pequenos posseiros e extrativistas de áreas griladas por três fazendeiros. Os PMs usavam fardas, armas e viaturas da corporação – um deles é conhecido pelo apelido de "Morte". Entre outros crimes, eles são acusados de tentativa de homicídio, por terem baleado um catador de castanha, que sobreviveu.

"A ausência de uma resposta contundente por parte do poder público fomenta a entrada de novos grupos criminosos, provoca danos ambientais, sociais e econômicos seriíssimos e atenta contra a integridade da floresta."
Ilona Szabó
Presidente do Inst. Igarapé

A procuradora da República Ana Carolina Haliuc Bragança, que coordenou a Força-Ta-

Ecossistema criminal do desmatamento ilegal**
Ligações investigadas em operações com foco no desmatamento ilegal

**LIGAÇÕES ENTRE CRIMES PODE OCORRER MAIS DE UMA VEZ E POR ISSO A SOMA ULTRAPASSA 100%

Crimes conexos investigados pela PF
Relativos a 300 operações da PF. Operações podem investigar mais de um crime conexo

FONTE: INSTITUTO IGARAPÉ / INFOGRÁFICO ESTADÃO

EXERCITO BRASILEIRO-11/5/2020

Agentes da Polícia Federal em operação contra a extração ilegal de madeira da Floresta Amazônica

➔ refa Amazônia, disse que um dos saldos positivos das operações realizadas entre 2020 e 2021 na região foi a produção de conhecimento sobre as práticas delitivas empregadas por redes de crime organizado ambiental. "Houve a confirmação da hipótese inicial de que a criminalidade ambiental assumiu caráter de criminalidade organizada na Amazônia, associando-se a ilícitos vários, como lavagem de dinheiro, falsidades ideológicas e materiais, estelionato, grilagem de terras e corrupção", pontuou.

Ela lembrou que é importante debater, no âmbito do Ministério Público e de instituições parceiras como a Polícia Federal, o fortalecimento estrutural e permanente das instituições na Região Norte para fazer frente a esse novo desafio da criminalidade ambiental conexa. "Cada vez mais temos operações voltadas não apenas às condutas específicas e pontuais, mas às verdadeiras redes criminosas que atuam nos diversos biomas do Brasil", disse.

A análise mostra que a falta da devida responsabilização dos atores envolvidos em atividades com grande impacto no desmatamento, como grilagem de terra e posterior uso para atividades agropecuárias, estimula a continuidade das ações. "Apesar do esforço de alguns setores econômicos em promover o desenvolvimento sustentável da região, o desmatamento ilegal e a degradação da Amazônia continuam crescendo. É preciso avançar em identificação, dissuasão estratégica e responsabilização dos envolvidos nessas atividades ilícitas", disse Andreia Bonzo Araujo Azevedo, diretora adjunta de Segurança Climática do Igarapé.

MINISTÉRIO. O Ministério da Justiça e Segurança Pública, ao qual está vinculada a Polícia Federal, informou que realiza operações de combate ao crime organizado e a crimes ambientais na região da Amazônia, em conjunto com outros órgãos federais e estaduais. "Outras ações duras de combate ao crime estão em planejamento e serão divulgadas oportunamente", disse, em nota. Só nos primeiros dez dias de março foram realizadas quatro operações importantes na Região Amazônica, segundo a pasta.

O estudo do Instituto Igarapé aponta que os três Estados onde mais se observou a conexão entre desmatamento e criminalidade informaram ter adotado ações recentes de combate a esses ilícitos. A Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Estado do Pará informou que, de 1.º de agosto de 2021 a 3 de março de 2022, levando em consideração o ano Prodes – projeto que monitora por satélites o desmatamento por corte raso na Amazônia Legal –, houve redução de 12% nos alertas de desmatamento. Já a Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social do Pará (Segup) informou que está desenvolvendo ações estratégicas de enfrentamento da criminalidade nos municípios de São Félix do Xingu e Altamira, reduzindo significativamente os indicadores de homicídios na região.

O governo do Amazonas informou que, desde abril de 2021, acontece nos municípios do sul do Estado a Operação Tamoiotatá, que visa a combater o desmatamento e as queimadas naquela região do Estado. O governo do Estado de Rondônia, por intermédio da Secretaria da Segurança Pública, Defesa e Cidadania, iniciou no dia 20 de fevereiro a Operação Ordo, a fim de prevenir crimes contra a vida nas regiões do Cone Sul, do Café e Zona da Mata do Estado, com reforço da Polícia Militar.

O objetivo é promover ações durante todo o ano. De acordo com a pasta, a missão foi motivada pela necessidade de manter a preservação da ordem pública diante dos índices de criminalidade, especialmente crimes contra a vida. ● COLABOROU BRUNO TADEU, ESPECIAL PARA O ESTADÃO

Facções ampliam sua atuação e os delitos na região

O projeto Cartografia das Violências na Região Amazônica, do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, apontou a crescente atuação de facções na disputa pelas rotas nacionais e transnacionais de drogas e de ouro, contribuindo para a alta das taxas de mortes violentas nos Estados amazônicos. Enquanto no Sudeste a taxa de homicídio caiu 19,2% entre 1980 e 2019, no Norte houve crescimento de 260,3%.

Em 2020, foram reportados 8.729 assassinatos nos municípios que compõem a Amazônia legal – a taxa de 29,6 mortes por 100 mil habitantes foi mais alta que a média brasileira, de 23,9 por 100 mil. Estados com maior pressão de desmatamento tiveram taxa de homicídios ainda mais alta: Amazonas (37,8), Amapá (51,4), Pará (53,2) e Roraima (71,8), a mais alta do Brasil na oportunidade.

Violência
No ano de 2020, foram reportados 8.729 homicídios nas cidades que compõem a Amazônia legal

O Amazonas teve um aumento de 55% em homicídios em 2021. Foram 1.487 assassinatos no ano passado frente a 957 em 2020, quando os homicídios no cenário nacional, em sentido oposto, caíram 7%.

No Acre, facções como o Primeiro Comando da Capital (PCC), Comando Vermelho (CV) e Bonde dos 13 atuam para controlar a entrada de drogas pela fronteira com o Peru. O CV e o PCC também atuam no Amazonas, berço da Família do Norte (FN). Há ainda grupos de piratas que interceptam a droga pelo Rio Solimões e afluentes, como o Família do Coari, causando conflitos entre as facções. No Amapá, agem a União Criminosa do Amapá (UCA) e a Família Terror do Amapá (FTA), aliada do PCC. A região é rota das drogas para o exterior, através das Guianas e do Suriname.

Segundo a equipe do projeto Cartografia, os números sobre a violência na Amazônia mostram que não faz sentido separar urbano e rural, ou cidade e floresta. "Os fenômenos são distintos, mas estão intrinsecamente interligados à dinâmica do controle territorial por parte de grupos armados."●

RICARDO MAGATTI

Tiro com arco

Na mira de 'Ywutu', uma Olimpíada

Nascido no Amazonas, Gustavo dos Santos quer ser o primeiro indígena brasileiro nos Jogos Olímpicos

WILTON JUNIOR / ESTADÃO

Gustavo ocupa o quarto lugar no ranking brasileiro e vai disputar o Mundial da Coreia, em maio

O indígena Gustavo Santos, de 25 anos, domina o arco e a flecha como poucos. É capaz de caçar animais na mata e pescar peixes no rio com facilidade. Sua habilidade o ajudou a se tornar um atleta profissional da modalidade. Gustavo trocou o arco nativo pelo olímpico e desde 2019 integra a seleção brasileira. Com o apoio do projeto Arquearia Indígena, da Fundação Amazônia Sustentável (FAS), busca se tornar o primeiro indígena a atuar pelo Brasil em uma edição dos Jogos Olímpicos.

Gustavo, ou Ywytu, seu nome na tribo que significa vento, é nascido na comunidade Nova Canaã, no baixo Rio Negro, interior do Amazonas, Estado considerado o segundo polo de formação de atletas, atrás do Rio de Janeiro. Sua trajetória no tiro com arco profissional começou aos 16 anos, em 2014, quando foi descoberto pelo Projeto Arquearia Indígena, da FAS.

Ele viu que levava jeito e decidiu apostar na modalidade. Passou pela seleção brasileira de base, começou a alcançar resultados expressivos nacionalmente e a competir em torneios internacionais. Foi bicampeão brasileiro por equipes e também nas duplas mistas e prata nos Jogos Sul-americanos. Mas ainda não alcançou o maior sonho: tornar-se um atleta olímpico.

"No meu primeiro campeonato, não passei sequer da primeira fase. Já aprendi muito ao longo do percurso. Cresci bastante", disse o arqueiro ao **Estadão**. "O que falta no meu currículo esportivo é uma Olimpíada. Quero ser o primeiro indígena do Brasil nos Jogos Olímpicos."

O Brasil mandou para Tóquio dois arqueiros, um de cada gênero: Marcus Vinicius D'Almeida e Ane Marcelle dos Santos. Se o País conseguir a classificação por equipes, as chances de Gustavo estar em Paris-2014 aumentam.

"Hoje estou muito mais preparado. Alcancei um nível que não tinha. Estou entre os melhores do Brasil e batalho para subir ainda mais. Tenho boas chances. Dependendo das minhas colocações nas seletivas até 2024, posso sonhar", diz.

Gustavo ocupa o quarto lugar no ranking nacional do tiro com arco. Ele se mudou de Manaus para Maricá, no Rio, para treinar com os outros atletas da seleção brasileira. O arqueiro mora na sede da Confederação Brasileira de Tiro com Arco (CBTARCO) e tem apoio financeiro da FAS. Seu primeiro – e principal – desafio em 2022 é o Mundial da Coreia, em maio, para o qual já conseguiu vaga. Será a primeira vez que ele estará em uma Copa do Mundo da modalidade.

ARQUEARIA INDÍGENA. Virgílio Viana, superintendente-geral da FAS, foi o idealizador do projeto que capta jovens indígenas e os desenvolvem como atletas. Ele diz que a iniciativa é fruto "da inquietude diante dos desafios relacionados ao suicídio de jovens indígenas e da desesperança dos jovens em função das perspectivas de vida que eles têm".

Segundo ele, a ideia nasceu com o objetivo de criar figuras de heróis indígenas, atletas vencedores capazes de enfrentar e vencer os não indígenas. "Conseguimos, sim, criar heróis indígenas e contribuir para esse desafio que é o problema da desesperança de jovens indígenas, que muitas vezes deságuam em alcoolismo, dependência de drogas e suicídio", comenta.

Gustavo teve de aprender a lidar com o arco olímpico, muito diferente em relação ao nativo. O equipamento profissional chega a pesar cinco quilos, quatro a mais do que o material nativo, produzido com vara feita a partir da madeira extraída da bacabeira e a corda feita com tucum. "O arco olímpico é muito mais tecnológico, mais profissional e muito mais pesado", constata o arqueiro.

A vantagem dele, como de outros indígenas, é a força e a capacidade de suportar treinamentos exaustivos. "O Gustavo tem muita intensidade. Ele e outros indígenas têm uma vida muito mais ativa, pela ligação com a natureza. Eles têm uma habilidade motora incrível e uma resistência muito grande", elucida Aníbal Forte, técnico do atleta. "Técnica e fisicamente, ele está no nível de qualquer competidor mundial."

Mas o que falta então para Gustavo realizar o sonho olímpico? Segundo Aníbal, tornar-se um atleta forte mentalmente, atributo visto em campeões de outros países. "Ele tem de estar exposto a uma série de situações estressantes para evoluir", diz. "Infelizmente, no Brasil, a questão psicológica não é levada tanto a sério pelos atletas e confederações." ●

DESTAQUE O CADERNO E&N (B1 A B48)

Combustíveis Mudanças na estatal

Bolsonaro demite chefe da Petrobras e indica ao cargo nome pró-mercado

Silva e Luna não resiste após megarreajuste dos combustíveis e deve dar lugar a Adriano Pires, também contrário a intervenção em preços; subsídio volta a ganhar força

ADRIANA FERNANDES
BRASÍLIA

O presidente Jair Bolsonaro demitiu ontem Joaquim Silva e Luna da presidência da Petrobras. Sob fritura há semanas desde a explosão de preços dos combustíveis com a guerra na Ucrânia, o general da reserva do Exército estava havia apenas um ano no cargo. Será substituído pelo diretor do Centro Brasileiro de Infraestrutura (CBIE), Adriano Pires.

A escolha de Pires, o terceiro presidente no governo Bolsonaro, foi interpretada como sinalização pró-mercado financeiro, cujos investidores cobram a manutenção da política de reajuste de preços da Petrobras, que segue a tendência dos preços do mercado internacional.

O nome foi costurado pelo próprio ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, que trabalha pela adoção de um subsídio temporário do governo para diminuir a alta de preços dos combustíveis, considerada o calcanhar de aquiles de Bolsonaro nas eleições deste ano. Com a entrada de Pires, a proposta de subsídio, rejeitada pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, deve ganhar fôlego.

Bolsonaro tem sido apontado como culpado pela população pelos altos preços e gasolina e ensaiou um movimento, após a disparada de preços do petróleo, de intervenção de preços da Petrobras. Por isso, ainda há desconfiança de que ele vá continuar pressionando.

Segundo apurou o **Estadão**, a diretoria atual da empresa gosta das posições de Pires. A transição deve ser suave. Nesse primeiro momento, a expectativa é de que não haja tantas mudanças como ocorreu, no ano passado, na troca de Roberto Castelo Branco por Silva e Luna. A leitura inicial é de que ele vai continuar com a política de preços de paridade internacional e que o presidente com a troca "fez mais um showzinho para o eleitorado" com os ataques à ação da estatal de olho nas eleições.

RESISTÊNCIA. O presidente do Flamengo, Rodolfo Landim, indicado para a presidência do conselho administrativo da empresa, era também cotado, mas foi preterido por ser visto por integrantes da empresa da indústria de óleo e gás como alguém disposto a "fazer tudo", inclusive aceitar uma intervenção do governo nos preços, como defende integrantes do governo nos bastidores.

Pires tem defendido o subsídio e se manifestado contrário ao projeto 1474, que trata de preços de combustíveis e prevê fundo de amortização dos preços, já votado no Senado e em tramitação na Câmara. Mas permanece certo ceticismo de que segurará a pressão do presidente para intervir nos preços em ano eleitoral.

'COINCIDÊNCIA'. A confirmação da saída de Silva e Luna, que já era dada como certa há pelo menos 10 dias em Brasília, como mostrou o **Estadão** no dia 17, coincidiu com a decisão tomada no mesmo dia em que o ministro da Educação, Milton Ribeiro, entregou o cargo ao presidente.

Ribeiro é investigado por suspeita de envolvimento com pastores que cobravam propina para intermediar recursos para escolas, como revelou o **Estadão**. Essa tentativa de tirar o foco de uma notícia negativa é uma estratégia já usada por Bolsonaro em outros momentos de pressão ao longo dos mais de três anos de mandato na Presidência.

Os nomes de Pires e Landim precisam ser aprovados pela assembleia de acionistas no dia 13. O mandato do atual presidente da Petrobras vai até março de 2023, mas isso não impede a substituição.

Além de Pires e Landim, o Ministério de Minas e Energia confirmou a indicação de outros nomes para o conselho de administração: Sonia Julia Sulzbeck Villalobos, Luiz Henrique Caroli, Ruy Flaks Schneider, Márcio Andrade Weber, Eduardo Karrer e Carlos Eduardo Lessa Brandão.

Com a queda, Silva e Luna deve deixar de ganhar um salário anual em torno de R$ 2,9 milhões (R$ 223 mil por mês), segundo dados do Ministério da Economia. De acordo com as regras atuais, o presidente da estatal pode receber até 13 salários de bônus caso todas as metas sejam atingidas.

O desconforto do presidente com a alta de preços e a falta de ação atribuída à Petrobras pavimentou a queda de Silva e Luna. O general da reserva do Exército foi alçado à presidência da Petrobras em abril passado no lugar de Roberto Castelo Branco com a expectativa de aliados de que faria mudanças na política de preços. ●

'Se interviesse, seria acusado de fazer a mesma política de Lula'

Poucas horas antes da confirmação do seu nome como indicado à presidência da Petrobras, Adriano Pires (*foto*) publicou um comentário em inglês na rede LinkedIn sobre a política de preços da estatal.

"Quando o ex-presidente Roberto Castelo Branco foi substituído pelo General (*Silva e Luna*), a grande maioria dos analistas e jornalistas apostava que o General controlaria os preços, mas, pelo contrário, a política de paridade de importação foi mantida. Acho que o risco de intervenção na Petrobras antes das eleições é muito baixo por duas razões. A primeira é que a regulamentação e o compliance da empresa após a Lava Jato dificultam muito que tanto a diretoria quanto o Conselho de Administração tomem ações que possam prejudicar os acionistas. Segundo, se o presidente Bolsonaro interviesse na empresa, seria acusado de fazer a mesma política do que Lula." ●

CBIE-28/10/2021

Pires já disse que o Brasil deveria 'torcer' por petróleo a US$ 200

Personagem há muito conhecido no setor de energia, Adriano Pires, confirmado ontem como indicação do presidente Jair Bolsonaro para ser o novo presidente da Petrobras, já havia sido sondado outras vezes para cargos de menor escalão na estatal e também teve seu nome entre os apontados para chefiar o Ministério de Minas e Energia (MME).

De fala fácil e contundente, é difícil imaginar como será o trabalho de Pires dentro da estatal, depois que dois presidentes já deixaram o cargo após a insatisfação notória de Bolsonaro em relação à política de preços da empresa. Não só porque Pires já criticou diversas vezes as tentativas de mudar essa política, chamando-as de populistas, mas, principalmente, porque seus argumentos vão na linha oposta do que defende a equipe econômica liderada por Paulo Guedes.

Pires se diz favorável ao uso de dividendos da Petrobras para criar um fundo de estabilização que proteja o mercado doméstico de períodos de grandes flutuações dos preços internacionais – como no momento, em função da invasão da Ucrânia pela Rússia. Ele já defendeu a possibilidade de se conceder subsídios em períodos de crise, instrumento que a equipe econômica praticamente em coro refuta, alegando que se trataria de benefícios para as classes média e média alta, quando são os mais pobres os mais necessitados.

Ainda sobre o mercado internacional, Pires já chegou a defender que o preço do barril fosse cotado no dobro do nível atual, em torno de US$ 100. "A gente deveria torcer para o petróleo ir a U$ 200 porque o petróleo passou a ser uma grande fonte de arrecadação para o Brasil", argumentou o presidente do Centro Brasileiro de Infraestrutura (CBIE) há um mês, em live da FPE Debate.

NO TIME ÁRABE. Pelo raciocínio exposto pelo agora novo presidente da Petrobras, o Brasil estaria "no mesmo time" da Arábia Saudita, grande produtor que fez sua riqueza por meio do petróleo. A saída para reduzir para o consumidor os impactos diretos nos preços da gasolina e do botijão de gás, segundo ele, seria separar parte desse aumento de receitas. "Aí a gente teria de pegar o dinheiro dessa arrecadação e fazer política pública para enfrentar esses momentos que são muito momentâneos e são períodos de excepcionalidade."

Conforme o analista da Ativa Ilan Arbetman, da Ativa Investimentos, o nome de Pires agrada ao mercado pelo perfil técnico e que não romperia com as transformações operacionais e financeiras que vêm sendo executadas na companhia desde a metade da década passada. ● CÉLIA FROUFE e MARLLA SABINO/BRASÍLIA e DENISE LUNA/RIO

Tributando bilionários

ARTIGO

Bernard Appy
Diretor do Centro de Cidadania Fiscal

No fim da semana passada, foi noticiado que o presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, enviará ao Congresso daquele país uma proposta de tributação de parte da renda não realizada de famílias com patrimônio superior a US$ 100 milhões.

Pelo que foi possível entender do que foi divulgado, a proposta é que a renda das pessoas mais ricas – incluindo ganhos não realizados em ativos líquidos com precificação em mercado, como ações e títulos de dívida – seja tributada a uma alíquota mínima de 20%. Caso a tributação atualmente existente sobre ganhos realizados (como dividendos recebidos ou ganhos de capital na venda de ações) seja inferior a 20% dessa medida mais ampla de renda, seria devida uma complementação. O montante recolhido via imposto mínimo seria compensável com o devido no futuro, quando da realização dos ganhos.

Embora, ao escrever este artigo, eu ainda não conheça os detalhes da proposta, minha impressão é que ganhos não realizados em ativos ilíquidos (como a valorização de imóveis) não seriam considerados nessa medida mais ampla de renda, sendo tributados apenas na ocasião de sua realização.

É importante estarmos preparados para discutir o tratamento da renda não realizada das pessoas mais ricas

Esse é um tema importante do ponto da justiça tributária, pois a maior parte da renda das pessoas muito ricas tende a permanecer na forma de ganhos não realizados, sobretudo em ações. Uma forma sugerida na literatura para mitigar esse problema seria a introdução de um imposto sobre grandes fortunas. A proposta do governo Biden é uma solução alternativa – operacionalmente mais simples e, em princípio, mais aceitável politicamente (ainda que sua aprovação não esteja assegurada).

A não tributação do ganho não realizado é um problema menos discutido no Brasil, em parte porque aqui a tributação do lucro se dá integralmente na empresa, e não na distribuição. Mas há, sim, problemas de diferimento *ad aeternum* da tributação de pessoas de alta renda no País, sobretudo através de fundos fechados e de *offshores*.

Por isso, e porque a tendência é que o Brasil reduza a tributação do lucro na empresa e passe a tributar a distribuição (aproximando o modelo brasileiro do vigente na maioria dos países desenvolvidos), é importante que estejamos preparados para discutir o tratamento da renda não realizada das pessoas mais ricas. Acompanhar a discussão que ocorrerá sobre a proposta de Biden é um bom começo. Dado o risco de mudança de domicílio fiscal (mais relevante no Brasil que nos EUA), o ideal é que a solução para o problema fosse global, e não apenas doméstica. ●

Indicadores Mobilidade está mais cara

Com pandemia, 'inflação do carro' tem avanço de 17,03% em 12 meses

Comprometimento de cadeias globais de produção encarece preço do veículo, peças e combustíveis, aponta a FGV

DANIELA AMORIM
VINICIUS NEDER
RIO

Com o desarranjo das cadeias globais de produção em meio à pandemia, a inflação ao motorista acumulou alta de 17,03% nos 12 meses encerrados em março, segundo cálculos feitos pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) a pedido do *Estadão/Broadcast*, com dados do Índice de Preços ao Consumidor-10 (IPC-10). A cesta inclui preços de veículos, combustíveis, peças, serviços correlatos e tarifas públicas como multas e licenciamento. A inflação oficial, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), acumula 10,79% em 12 meses até março.

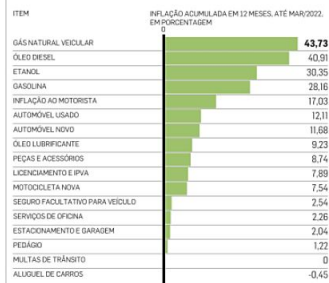
A guerra na Ucrânia acrescenta uma pressão adicional nas cotações do petróleo: caso nada mais aumente em abril, apenas o reajuste de combustíveis feito em março pela Petrobras elevará essa taxa para 22,08%.

"Combustível é o foco (*da inflação em abril*), mas, com a retomada das atividades pós-pandemia, a gente pode ver novos reajustes em serviços que estavam meio congelados, como oficina, por exemplo", previu Matheus Peçanha, pesquisador do Instituto Brasileiro de Economia (FGV/Ibre).

No lado dos produtos, os dados mais recentes do IPCA, referentes a fevereiro, mostram que os automóveis novos já acumulam alta de 22,94% em 18 meses de aumentos consecutivos, apurou o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

"Movimento semelhante ocorre em automóveis usados e motocicletas. A explicação por trás é exatamente a mesma, o setor automotivo tem sido um dos mais impactados pelo desarranjo das cadeias produtivas", afirmou Pedro Kislanov, gerente do Sistema Nacional de Índices de Preços do IBGE, à época da divulgação dos números.

A INFLAÇÃO DO CARRO

O custo para comprar e manter um veículo subiu mais do que a inflação

O automóvel usado já sobe há 20 meses, com alta acumulada de 22,66%. As motocicletas sobem há 15 meses seguidos e já ficaram 17,72% mais caras no período. Outros serviços correlacionados também tiveram aumento, como seguro voluntário, emplacamento e conserto.

Graças à demanda aquecida, o setor automotivo é o único entre os dez que integram o comércio varejista ampliado que tem conseguido repassar ao consumidor quase integralmente a elevação de preços dos produtos na porta de fábrica, conforme levantamento do economista Fabio Bentes, da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC).

PEÇAS. Nos 12 meses terminados em janeiro de 2022, os preços de produtos da indústria automotiva ficaram 17% mais altos na porta de fábrica. No varejo, a alta de preços ao consumidor nas lojas de veículos e motos, partes e peças foi de 16,5%. Isso significa que 96,8% do aumento de custos do atacado foi repassado ao cliente final, calculou Bentes. "O setor está tentando retomar a margem de lucro que perdeu durante o período mais crítico da pandemia", avaliou Bentes.

A indústria automobilística foi afetada pelo desarranjo das cadeias produtivas e pela falta de insumos, mas também pelo aumento de custos de matérias-primas e de energia, apontou André Braz, coordenador dos Índices de Preços do FGV/Ibre. "Se a indústria automobilística não conseguia atender o mercado, isso ajudou a aquecer o mercado de usados. Os automóveis novos subiram tanto quando os usados. Se não tinha peça, o carro fica mais escasso, isso provoca um choque de oferta", disse Braz. ●

Preços altos e juros elevados devem afastar cliente

RIO

O sonho do automóvel novo ficou mais distante para os brasileiros. Os preços mais elevados e a alta das taxas de juros no financiamento esfriarão a demanda, preveem especialistas.

Após dois anos de fortes reajustes, o preço médio dos "hatchbacks", categoria que inclui os carros mais baratos, ficou em R$ 79 mil em janeiro deste ano, segundo Cassio Pagliarini, da Bright Consulting, consultoria especializada no setor automotivo. Em 2016, o preço médio era de R$ 48 mil. Corrigindo pela inflação, seria o equivalente a R$ 62 mil.

O crédito mais caro deve servir para desacelerar os aumentos nos próximos meses, mesmo com a persistência de encarecimento de custos, estima o economista Fabio Bentes, da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC). "Nenhum segmento do varejo depende tanto do crédito quanto o automotivo. Essa tentativa de recomposição de margem (*de lucro*) não vai longe."

A taxa média de juros para aquisição de veículos foi de 26,86% em janeiro de 2022, segundo dados do Banco Central (BC) compilados por Bentes. ● D.A e V.N

Pedro Fernando Nery *pedrofnery@gmail.com*

Michael Scott

Março acabando, hora de homenagear alguns aniversariantes. Escolho Michael Scott e Braga Netto – separados por 4 dias.

Michael é o gerente da fictícia firma da comédia *The Office*. Sem aptidão para o cargo, ocupa-se de trivialidades que não levam a lugar nenhum, frequentemente convocando reuniões inúteis. É emblemática na série a atuação do Comitê de Planejamento de Festas, acionado por Michael para organizar a confraternização de Natal ou a compra de um bolo. Sem nada importante para fazer na firma, seus subalternos criam outros grupos, como o alternativo Comitê para Planejar Festas ou o Comitê para Determinar a Validade dos Dois Comitês.

Michael é boçal, sem noção, e às vezes manifesta uma mania de grandeza que diverte ao encontrar sua incompetência. Acuse Michael de qualquer coisa, mas não o acuse de ter criado o Grupo de Trabalho para a Coordenação de Ações Estruturantes e Estratégicas para Recuperação, Crescimento e Desenvolvimento do País – doravante GTCAEERCDP.

O GTCAEERCDP foi criado há 2 anos pelo então ministro-chefe da Casa Civil, Braga Netto. Dali emergia o Pró-Brasil – "a principal ação do Governo Federal para retomada da atividade socioeconômica", como informado ao TCU. Foi comparado ao Plano Marshall.

> ***O gerente de 'The Office' não subiu no organograma. Já o criador do GTCAEERCDP, sim***

Michael Scott não faz apresentações com PowerPoint porque não sabe usá-lo. Braga Netto faz. Fez as do Pró-Brasil. Decorar o Deltan, tinha, em vez de Lula no centro, a sua Casa Civil – centro gravitacional de vários outros órgãos na empreitada. A Economia seria satélite. Barras, cronogramas e setas indicavam o aumento vigoroso de alguma coisa, até já em 2022, mas cabe a quem ler conjecturar o que era. Havia também um "eixo ordem" e um "eixo progresso".

Perturbador, 1.º semestre de ADM e plágio do Rolando Lero foram algumas reações no Twitter à apresentação do plano do general. De concreto, apenas a menção a duas resoluções.

A primeira instituía o GTCAEERCDP. A segunda mudava a composição do GTCAEERCDP. Incluindo o General Heleno. Só depois de um ano que uma nova resolução voltou a tratar do Grupo. Seu objetivo? Revogar as duas resoluções anteriores.

Fim. Sobe a vinheta.

Michael organizou a Corrida para a Conscientização sobre a Raiva pela Cura (*"4 americanos morrem de raiva todos os anos!"*). Braga Netto organizou o desfile de tanques na Esplanada.

Michael não conseguiu subir no organograma da empresa. Já o criador do GTCAEERCDP teria sido escolhido por Bolsonaro como seu novo vice. Faz sentido. Talvez aposte na sua capacidade de realização. ●

DOUTOR EM ECONOMIA

SEG. Luiz Carlos Trabuco Cappi (quinzenalmente) ● **TER.** Ana Carla Abrão, Pedro Fernando Nery e Demi Getschko **(quinzenalmente)** ● **QUA.** Fábio Alves ● **QUI.** Adriana Fernandes ● **SEX.** Elena Landau e Laura Karpuska **(revezam quinzenalmente)** e Pedro Doria ● **SAB.** Adriana Fernandes ● **DOM.** José Roberto Mendonça de Barros **(quinzenalmente)** e Affonso Celso Pastore **(quinzenalmente)**; Paulo Leme **(1º domingo do mês)**, Roberto Rodrigues **(2º domingo do mês)**, Albert Fishlow **(3º domingo do mês)** e Gustavo Franco **(último domingo do mês)**

Funcionalismo **Categoria pede 26,3% de aumento**

Servidores do BC anunciam greve a partir de sexta

GUILHERME PIMENTA
ANTONIO TEMÓTEO
BRASÍLIA

Os servidores do Banco Central (BC) aprovaram em assembleia realizada ontem greve por tempo indeterminado a partir de sexta-feira. A categoria cobra do governo reajuste salarial de 26,3% e a reestruturação das carreiras. Dos quase 1,6 mil servidores que participaram da deliberação, 82% votaram pela paralisação total das atividades. Um analista do BC recebe, em média, R$ 26,2 mil por mês.

Como consequência da greve dos servidores do Banco Central, o lançamento de novos serviços do Pix será suspenso, segundo apurou o *Estadão/Broadcast*. O projeto de criação do real digital também será afetado. A informação foi confirmada à reportagem por três servidores do órgão.

Segundo um deles, uma carta dos servidores dos departamentos de Tecnologia da Informação e do Pix será enviada para a diretoria com as informações. Os serviços de transferência e pagamento do Pix continuarão funcionando, explicaram os técnicos. Até o fechamento desta edição, o BC não se pronunciou sobre a greve.

O presidente do BC, Roberto Campos Neto, havia desistido de participar de um evento ontem, em Campo Mourão (PR), para acompanhar de perto a mobilização dos servidores da autarquia. Ele chegou a se reunir com representantes dos servidores na noite de sábado. Os trabalhadores cobraram dele um posicionamento do governo sobre a possibilidade de reajuste salarial. Mas Campos Neto não apresentou uma oferta de aumento.

O movimento no Banco Central foi deflagrado após o presidente Jair Bolsonaro anunciar, no fim do ano passado, que daria reajustes este ano somente para policiais rodoviários e federais.

PARADAS DIÁRIAS. Os servidores do BC fazem paralisações diárias de quatro horas, das 14h às 18h, desde 17 de março. As paralisações já atrasaram divulgações como a Pesquisa Focus, o resultado do Questionário Pré-Copom e o fluxo cambial, além da apuração diária da ptax (taxa de câmbio).

Campos Neto enviou um ofício ao Ministério da Economia solicitando que os servidores da autarquia recebessem reajuste caso o governo decida conceder aumento a outras categorias.

Questionado pela *Estadão/Broadcast* na quinta-feira passada, o presidente do BC deixou claro que a autoridade monetária tem "esquemas de contingência" para continuar funcionando caso o movimento evolua para uma greve geral dos servidores.

Com a operação-padrão dos servidores, o BC informou que não divulgará esta semana as estatísticas econômico-financeiras de fevereiro. A assessoria da autoridade disse que as datas de publicação serão divulgadas "oportunamente". ●

Arrecadação é recorde em fevereiro com royalties do petróleo

Impulsionada pelo crescimento real (descontada a inflação) de 79,77% da receita de royalties de petróleo, a arrecadação federal somou R$ 148,664 bilhões em fevereiro.

Segundo os dados divulgados ontem pela Receita Federal, o valor arrecadado em fevereiro foi o maior para o mês desde o início da série histórica, em 1995. Apesar do recorde, em comparação a janeiro de 2022, houve uma queda real de 37,46% no recolhimento de impostos.

O chefe do Centro de Estudos Tributários e Aduaneiros da Receita Federal, auditor-fiscal Claudemir Malaquias, afirmou que a arrecadação do Imposto de Renda sobre rendimentos de capital, que registrou alta de 57,8% em fevereiro, explica parte do crescimento geral das receitas do governo.

Além de impulsionar o pagamento de royalties, o aumento no preço do petróleo contribuiu para o crescimento da arrecadação de impostos. Os dados da Receita mostram alta de 149% nos impostos pagos pelo setor de combustíveis no primeiro bimestre e 73% na extração de minerais metálicos.

Em 2021, arrecadação de impostos e contribuições federais fechou o ano em R$ 1,878 trilhão, o melhor resultado da série histórica. ● LORENNA RODRIGUES e A.T.

Barry Eichengreen

‘A Europa pode ter recessão; e os EUA, estagflação’

Sem sinais de fim de guerra, professor em Berkeley vê desastre econômico para Rússia e Ucrânia

ENTREVISTA

Professor de economia e de ciências políticas na Universidade da Califórnia em Berkeley, autor de livros como ‘Globalizing Capital’

RICARDO LEOPOLDO

A invasão da Ucrânia pela Rússia poderá levar os dois países à depressão econômica, a Europa à recessão e os EUA à estagflação em 2022, comenta em entrevista exclusiva ao *Estadão/Broadcast* Barry Eichengreen, professor da Universidade da Califórnia em Berkeley. Na opinião dele, provavelmente Vladimir Putin cortará o fornecimento de gás ao Velho Continente, o que provocará racionamento e abalará a confiança dos consumidores.

Eichengreen, porém, discorda da visão de que a pandemia e a guerra selaram o fim da globalização. “Não acredito que terminou, mas está com um resfriado. A China é o grande ator da globalização do século 21 e pode manter suas relações comerciais e financeiras em todo o planeta”, diz. A seguir, os principais trechos da entrevista:

Em um contexto de invasão militar longa na Ucrânia, é possível que em 2022 a Rússia e a Ucrânia sofram uma depressão econômica; a Europa, uma recessão; e os EUA, estagflação?

Sim, para todas estas questões. Não seria surpreendente que, neste ano, a economia russa contraísse 10% e que a inflação subisse para 30% ou 40%. O que acontecerá na Europa Ocidental dependerá do fornecimento de gás russo, e cada vez mais é provável que os países da região deixarão de recebê-lo. Provavelmente, o que os países europeus farão é dizer que continuarão recebendo o gás da Rússia, mas o dinheiro será depositado em uma conta na qual o Kremlin não poderá ter acesso até que a guerra termine. Quando isso acontecer, Putin interromperá o fluxo de gás para a Europa Ocidental, o que exigirá o racionamento do combustível pelas fábricas de diversos setores, o que prejudicará a confiança do consumidor. Será cada vez mais difícil acreditar que a Europa escapará da recessão neste ano, mas dependerá das ações das autoridades do continente para reduzir o risco de ingressarem nela, sobretudo com políticas fiscais e monetárias apropriadas. A Europa pode viver uma ampla recessão, e a Ucrânia e a Rússia enfrentarão um desastre econômico. Os EUA terão algum tipo de estagflação. O Fed agora começa a se mover mais rápido, mas está muito atrasado para combater a elevação dos preços.

O que a Europa pode fazer para evitar forte recessão?

Como os juros reais estão bem negativos na Europa, pode ser adotada uma política fiscal expansionista para auxiliar as pessoas mais atingidas pelo aumento dos custos de energia. Podem também ser implementados mais subsídios para investimento em tecnologia verde, acelerar a transição do gás importado da Rússia para outras fontes, ações que estimularão a economia. É apropriado empregar a política fiscal como resposta a emergências.

O senhor avalia que os EUA crescerão 2% este ano? A inflação repetirá a alta de 7,9% do CPI de 2021?

Acredito que a inflação baixará nos próximos meses, mas ainda ficará entre 5% e 6% em 2022. Cecilia Rouse, a principal conselheira econômica do presidente Biden, destacou alguns fatos encorajadores sobre a melhora do funcionamento das cadeias internacionais de produção. Acredito que a demanda vai moderar um pouco à medida que o Fed aumente os juros e diminua a poupança extra acumulada pelas famílias durante a pandemia. A rapidez do crescimento da economia americana dependerá do que ocorrer na Europa e na China. Eu acredito que os EUA ainda podem crescer um pouco mais rápido que 2%.

O que o senhor espera da gestão da política monetária pelo Fed?

Os Fed Funds poderão atingir 2,5% até dezembro. Mesmo que a inflação caia e fique em 4% em 2022, com taxas de juros nominais em 2,5% ou 3,0%, os juros reais negativos ainda estarão negativos e a política monetária será relativamente acomodatícia. Em um ambiente de taxas de juros mais altas, o mercado de ações provavelmente se ajustará, e os malucos criptoativos também sofrerão. Mas tal alta de juros não deverá interromper o crescimento e a recuperação dos EUA.

O presidente Biden destacou que o progresso da China está muito mais conectado ao Ocidente do que à Rússia. Será que o líder chinês, Xi Jinping, concorda?

Para a China, as relações econômicas com o Ocidente são mais importantes do que com a Rússia. Talvez no momento possa ser mais atraente para o presidente Xi distanciar-se política e diplomaticamente do Ocidente e se aproximar da Rússia. Mas a China não poderá adotar um caminho econômico para um lado e tentar seguir o rumo político em outro. ●

Discordância

JF DIORIO/ESTADÃO

Barry Eichengreen
Professor em Berkeley

O acadêmico diverge da visão de outros economistas para quem a pandemia e a guerra no Leste Europeu selaram o fim da globalização. “Não acredito que terminou, mas está com um resfriado”, diz.

LIVELO S.A.

CNPJ nº 12.888.241/0001-06

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Ativo	2021	2020
Caixa e equivalentes de caixa	3.510.183	3.213.040
Contas a receber	**461.240**	**356.188**
Contas a receber	464.728	358.545
Provisão de perdas esperadas	(3.488)	(2.357)
Impostos a recuperar	169.013	66.477
Despesas antecipadas	3.423	1.875
Depósitos judiciais	12	155
Adiantamento a fornecedores	117.722	14.326
Outros créditos	4.726	1.383
Total do ativo circulante	**4.266.319**	**3.653.444**
Depósitos judiciais	20.044	19.270
Imposto de renda e contribuição social diferidos	106.075	94.642
Despesas antecipadas	3.908	888
Outros créditos	–	567
Imobilizado	12.860	17.684
Intangível	1.343	710
Total do ativo não circulante	**144.230**	**133.761**
Total do ativo	**4.410.549**	**3.787.205**

Passivo	2021	2020
Fornecedores	95.096	8.401
Contas a pagar operacionais	165.765	117.348
Salários e encargos	29.087	23.973
Dividendos a pagar	113.978	64.955
Impostos e contribuições a recolher	22.928	15.469
Passivos contingentes	725	698
Obrigações com parceiros	3.357.381	3.066.489
Arrendamento mercantil a pagar	1.885	2.714
Outras contas a pagar	80.592	58.955
Total do passivo circulante	**3.867.437**	**3.359.002**
Salários e encargos	6.178	2.627
Imposto de renda e contribuição social diferidos	2.879	2.192
Arrendamento mercantil a pagar	5.051	9.205
Passivos contingentes	20.151	19.282
Total do passivo não circulante	**34.259**	**33.306**
Patrimônio líquido		
Capital social	139.100	139.100
Reserva legal	27.820	25.021
Outras reservas de lucros	341.933	230.776
Total do patrimônio líquido	**508.853**	**394.897**
Total do passivo e patrimônio líquido	**4.410.549**	**3.787.205**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

	Capital social	Reservas de lucros: Reserva legal	Reservas de lucros: Outras reservas de lucros	Lucro dos períodos	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31/12/2019	**139.100**	**11.346**	**35.911**	–	**186.357**
Lucro do exercício	–	–	–	273.495	273.495
Reserva legal	–	13.675	–	(13.675)	–
Reserva estatutária	–	–	194.865	(194.865)	–
Dividendos propostos	–	–	–	(64.955)	(64.955)
Saldos em 31/12/2020	**139.100**	**25.021**	**230.776**	–	**394.897**
Lucro do exercício	–	–	–	458.710	458.710
Reserva legal	–	2.799	–	(2.799)	–
Reserva estatutária	–	–	341.933	(341.933)	–
Dividendos adicionais	–	–	(230.776)	–	(230.776)
Dividendos propostos	–	–	–	(113.978)	(113.978)
Saldos em 31/12/2021	**139.100**	**27.820**	**341.933**	–	**508.853**

Andre Fehlauer - Diretor Presidente

Esther Dalmas - Diretora Executiva

Leandro Jose Susin - Diretor Executivo

Marcos Antônio Ribeiro dos Santos - Contador - CRC 1SP225353/O-0

Demonstrações dos resultados dos exercícios

	2021	2020
Receita operacional	**2.868.386**	**2.024.518**
Custo com resgate de pontos	(1.998.723)	(1.431.652)
Lucro bruto	**869.663**	**592.866**
Despesas operacionais		
Pessoal	(109.460)	(82.312)
Gerais e administrativas	(239.862)	(193.091)
Outras receitas/(despesas)	(6.780)	564
Lucro antes do resultado financeiro e impostos	**513.561**	**318.027**
Receitas financeiras	182.145	101.420
Despesas financeiras	(13.924)	(21.737)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	**681.782**	**397.710**
Imposto de renda e contribuição social		
Correntes	(233.818)	(119.151)
Diferidos	10.746	(5.064)
Lucro dos exercícios	**458.710**	**273.495**
Lucro por lote de mil ações em R$	**3,2977**	**1,9662**

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

	2021	2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro dos exercícios	**458.710**	**273.495**
Ajustes ao lucro líquido		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(10.746)	5.064
Depreciações/amortizações	5.237	6.180
Perdas na alienação do imobilizado	3.788	736
Provisão para perdas esperadas	6.628	(140.246)
Passivos contingentes	896	4.411
Juros sobre arrendamento	1.004	806
(Aumento) / redução nos ativos e passivos operacionais		
Contas a receber	(106.183)	103.790
Impostos a recuperar	(102.536)	(18.002)
Despesas antecipadas	(4.568)	(805)
Adiantamento a fornecedores	(108.893)	217.723
Outros créditos	(2.776)	(1.755)
Depósitos judiciais	(631)	(5.159)
Fornecedores	86.695	3.873
Contas a pagar operacional	48.417	(28.785)
Salários e encargos	8.665	8.454
Impostos e contribuições a recolher	302.547	138.715
Impostos pagos	(295.088)	(154.998)
Obrigações com parceiros	290.892	499.896
Outras contas a pagar	21.637	35.551
Arrendamento mercantil a pagar	(5.987)	(3.272)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	**597.708**	**945.672**
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Adições ao imobilizado e intangível	(4.834)	(1.329)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	**(4.834)**	**(1.329)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Dividendos pagos	(295.731)	(179.661)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	**(295.731)**	**(179.661)**
Aumento do saldo de caixa e equivalentes de caixa	**297.143**	**764.682**
Caixa e equivalentes de caixa		
Saldo inicial	3.213.040	2.448.358
Saldo final	3.510.183	3.213.040
Aumento do saldo de caixa e equivalentes de caixa	**297.143**	**764.682**

Demonstrações dos resultados abrangentes

	2021	2020
Resultado dos exercícios	**458.710**	**273.495**
Outros resultados abrangentes	–	–
Resultado abrangente total	**458.710**	**273.495**

As demonstrações contábeis referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e o relatório do auditor independente, estão disponíveis eletronicamente no endereço: https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

alelo

ALELO S.A.

CNPJ nº 04.740.876/0001-25

Relatório da Administração

Senhores Acionistas, Atendendo às disposições legais e societárias, temos a satisfação de submeter à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021. No exercício, a Alelo registrou lucro líquido de R$ 182.2 milhões, patrimônio líquido de R$ 796.2 milhões e ativos totais de R$ 6.38 bilhões. Deste resultado, a empresa alocou para a distribuição de dividendos conforme previsto em estatuto de 25% do lucro líquido, após a constituição da reserva legal. A Sociedade buscará em 2022 o fortalecimento de sua posição em seus negócios centrais e adequação à nova regulação do Programa de Alimentação do Trabalhador. Também manteremos nossos esforços de diversificação de negócios e constante foco na experiência e satisfação do cliente. Dessa maneira, Alelo tem investido em: proporcionar flexibilidade aos portadores dos cartões através do Alelo Tudo; na evolução de novos negócios sinérgicos e complementares com a plataforma de pedidos de refeições Pede Pronto; em Veloe como alavanca de inovação na cadeia de mobilidade; em ganho de eficiência através da evolução tecnológica com projetos estruturantes. Ao encerrarmos o exercício social, registramos os agradecimentos da Administração aos funcionários, pela dedicação e empenho, e aos nossos clientes, fornecedores e acionistas pelo apoio e confiança que nos foram dispensados. Colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos que se façam necessários.

Barueri, 24 de março de 2022

A Administração

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020 *(Em milhares de reais)*

Ativo	Nota explicativa	2021	2020
Caixa e equivalentes de caixa	4	2.329.889	2.582.617
Instrumentos financeiros	5	–	54.157
Contas a receber	**6**	**3.137.031**	**2.597.038**
Contas a receber		3.163.572	2.628.370
Provisão perdas esperadas		(26.541)	(31.332)
Impostos a recuperar	7	16.107	22.784
Despesas antecipadas	8	89.132	53.172
Outros créditos	9	93.020	58.374
Depósito judicial	10	1.631	1.539
Total do ativo circulante		**5.666.810**	**5.369.681**
Instrumentos financeiros	5	130.905	–
Despesas antecipadas	8	21.870	33.044
Depósito judicial	10	53.671	50.774
Imposto de renda e contribuição social diferidos	25.b	75.741	82.431
Outros créditos	9	–	2.744
Imobilizado	11	30.290	42.362
Intangível	12	399.857	309.876
Total do ativo não circulante		**712.334**	**521.231**
Total do Ativo		**6.379.144**	**5.890.912**

Passivo	Nota explicativa	2021	2020
Fornecedores	13	54.965	18.675
Contas a pagar operacionais	14	2.848.096	2.461.330
Obrigações com portadores	15	2.276.175	2.225.870
Programa de incentivo a vendas	16	20.878	34.521
Salários e encargos	17	70.384	56.201
Impostos e contribuições a recolher	18	35.268	31.052
Passivos contingentes	22	7.264	3.522
Dividendos propostos	24.d	45.546	46.351
Arrendamento mercantil	23	4.256	14.975
Outras contas a pagar	19	116.045	184.868
Total do passivo circulante		**5.478.877**	**5.077.365**
Salários e encargos	17	8.020	5.001
Passivos contingentes	22	57.432	51.619
Outras contas a pagar	19	99	36
Imposto de renda e contribuição social diferidos	25.b	23.792	20.948
Arrendamento mercantil	23	14.687	6.423
Total do passivo não circulante		**104.030**	**84.027**
Patrimônio líquido			
Capital social	24.a	472.414	472.414
Reserva legal	24.b	94.483	94.483
Outras reservas de lucros	24.c	229.340	162.623
Total do patrimônio líquido		**796.237**	**729.520**
Total do Passivo		**6.379.144**	**5.890.912**

Demonstrações dos resultados dos exercícios - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 *(Em milhares de reais)*

	Nota explicativa	2021	2020
Receita operacional líquida	26	**1.850.226**	**1.639.046**
Custo dos serviços prestados	27	(564.479)	(580.899)
Lucro bruto		**1.285.747**	**1.058.147**
Receitas/(despesas) operacionais			
Pessoal	28	(301.593)	(239.998)
Gerais e administrativas	29	(382.390)	(308.855)
Outras receitas/(despesas)		(4.965)	(287)
Lucro antes do resultado financeiro e impostos		**596.799**	**509.007**
Receitas financeiras	30	132.524	92.978
Despesas financeiras	30	(473.845)	(332.759)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		**255.478**	**269.226**
Imposto de renda e contribuição social			
Correntes	25.a	(63.758)	(63.678)
Diferidos	25.a	(9.534)	(19.197)
Lucro líquido dos exercícios		**182.186**	**186.351**
Lucro por lote de mil ações		**91,0930**	**93,1755**

Demonstrações dos resultados abrangentes - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 *(Em milhares de reais)*

	2021	2020
Resultado dos exercícios	**182.186**	**186.351**
Outros resultados abrangentes	–	–
Resultado abrangente total	**182.186**	**186.351**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 *(Em milhares de reais)*

	Nota explicativa	Capital social	Reservas de lucro: Reserva legal	Reservas de lucro: Outras reservas de lucros	Lucro dos exercícios	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2019		**472.414**	**93.537**	**23.569**	–	**589.520**
Lucro líquido do exercício		–	–	–	186.351	186.351
Destinação do lucro líquido:						
Reserva legal		–	946	–	(946)	–
Reserva para expansão		–	–	139.054	(139.054)	–
Dividendos propostos	24.d	–	–	–	(46.351)	(46.351)
Saldos em 31 de dezembro de 2020		**472.414**	**94.483**	**162.623**	–	**729.520**
Lucro líquido do exercício		–	–	–	182.186	182.186
Dividendos adicionais		–	–	(69.923)	–	(69.923)
Destinação do lucro líquido:						
Reserva para expansão		–	–	136.640	(136.640)	–
Dividendos propostos	24.d	–	–	–	(45.546)	(45.546)
Saldos em 31 de dezembro de 2021		**472.414**	**94.483**	**229.340**	–	**796.237**

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 *(Em milhares de reais)*

	Nota explicativa	2021	2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido dos exercícios		**182.186**	**186.351**
Depreciações e amortizações	29	76.046	50.632
Provisão para perdas esperadas		(4.791)	(3.539)
Atualização programa de incentivo a vendas		(7.931)	(454)
Passivos contingentes		9.555	5.237
Imposto de renda e contribuição social diferido		9.534	19.196
Juros sobre instrumentos financeiros		6.244	1.667
Juros sobre arrendamento mercantil		947	1.233
(Aumento)/redução dos ativos e passivos operacionais			
Instrumentos financeiros		(82.992)	(3.779)
Contas a receber		(535.202)	(28.630)
Imposto a recuperar		6.677	209
Despesas antecipadas		(24.786)	(14.130)
Outros créditos		(31.902)	93.163
Depósitos judiciais		(2.989)	(4.663)
Fornecedores		36.290	(9.182)
Contas a pagar operacionais		386.766	214.458
Obrigações com portadores		50.305	436.101
Programa de incentivo a vendas		(5.712)	(27.300)
Salários e encargos		17.202	10.928
Impostos e contribuições a recolher		40.086	50.245
Impostos pagos		(35.870)	(45.495)
Outras contas a pagar		(68.760)	(33.036)
Arrendamento mercantil a pagar		(3.402)	(8.071)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		**17.501**	**891.141**
(Aumento)/redução nas atividades de investimentos			
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Adições ao imobilizado e intangível		(163.165)	(153.724)
Alienações ao imobilizado e intangível		9.210	61
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		**(153.955)**	**(153.663)**
Aumento/(redução) nas atividades de financiamento			
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Dividendos pagos	24.d	(116.274)	(341.608)
Caixa líquido aplicado pelas atividades de financiamento		**(116.274)**	**(341.608)**
Aumento/(redução) de caixa e equivalentes de caixa		**(252.728)**	**395.870**
Caixa e equivalentes de caixa			
Saldo inicial		2.582.617	2.186.747
Saldo final		2.329.889	2.582.617
Aumento/(redução) do saldo de caixa e equivalente de caixa		**(252.728)**	**395.870**

Notas explicativas às demonstrações financeiras *(Em milhares de reais)*

1. Contexto operacional

A Alelo S.A. ("Sociedade" ou "Alelo"), é uma sociedade anônima de capital fechado domiciliada no Brasil controlada pela Elo Participações Ltda. ("Elopar"), que tem como acionistas controladores finais o Banco Bradesco S.A. e o Banco do Brasil S.A. O endereço registrado do escritório da Sociedade é Alameda Xingu, 512 - 3°, 4° e 16° andares, edifício "Condomínio Evolution Corporate" - Barueri, São Paulo.

A Sociedade foi constituída em 17 de setembro de 2001 e iniciou suas atividades operacionais em 1° de fevereiro de 2003, tendo como objetivo a emissão, administração, gestão e prestação de serviços de meios de pagamento e cartões pré-pagos, aptos a receberem carga ou recarga de valores em moeda nacional ou estrangeira incluindo, mas não se limitando, aos benefícios de alimentação e refeição, através de meios eletrônicos, tais como tarja magnética, smart cards e outros; desenvolvimento de parcerias para promoção de produtos e/ou serviços, inclusive mediante disponibilização de espaço em materiais e veículos de divulgação; a implantação; administração e prestação de serviços de programas promocionais, mediante oferecimento e administração de programas de incentivo, fidelização e/ou bonificação de vendas, meios de pagamentos via "tag" e plataforma de pedidos.

2. Base de preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas a partir de diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

b. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Sociedade. Todas as informações financeiras apresentadas em real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

c. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas, custos e despesas. Os resultados reais podem divergir destas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas anualmente. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas.

- Realização dos créditos e débitos tributários, vide nota 25.c;
- Provisão de contingências trabalhistas, vide nota 22; e
- Perda de crédito esperada, vide nota 6.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 24 de março de 2022.

3. Principais práticas contábeis

As práticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

a. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros que apresentam liquidez diária e vencimentos de até 90 dias da data da aplicação inicial e, sem prejuízo dos rendimentos acumulados até a data do resgate se feitos de forma antecipada, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor.

b. Instrumentos financeiros

b.1 Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Sociedade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao valor justo por meio de resultado (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

b.2 Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Sociedade mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- *Solely Payments of Principal and Interest* ("SPPI"): uma das condições para se classificar um Instrument Financeiro ao custo amortizado, SPPI ocorre quando termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Sociedade pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes (ORA). Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Sociedade pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

A Sociedade realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Sociedade;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Sociedade.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base o valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o "principal" é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os "juros" são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Sociedade considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Sociedade considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo;
- os termos que limitam o acesso da Sociedade a fluxos de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que, também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros - mensuração subsequente e ganhos e perdas

- Ativos financeiros a VJR: Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receitas de dividendos, é reconhecido no resultado;
- Ativos financeiros a custo amortizado: Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

-Instrumentos de dívida a VJORA: Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.

- Instrumentos patrimoniais a VJORA: Esses ativos são mensurados subsequen-temente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivo financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

b.3 Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Sociedade desreconhece um ativo financeiro quando:

- os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram; ou
- transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação em que:
- substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos; ou
- a Sociedade nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Passivos financeiros

A Sociedade desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Sociedade também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

Reforma da taxa de juros

Quando a base para determinar os fluxos de caixa contratuais de um ativo financeiro ou passivo financeiro mensurado ao custo amortizado muda como resultado da reforma da taxa de juros, a Sociedade atualiza a taxa de juros efetiva do ativo financeiro ou passivo financeiro para refletir a mudança que é exigida pela reforma. Uma mudança na base para terminar os fluxos de caixa contratuais é exigida pela reforma da taxa de juros de referência se as seguintes condições forem atendidas:

- a mudança é necessária como consequência direta da reforma; e
- a nova base para determinar os fluxos de caixa contratuais é economicamente equivalente à base anterior - ou seja, a base imediatamente anterior à mudança.

Quando mudanças forem feitas em um ativo financeiro ou passivo financeiro, além de mudanças na base para determinar os fluxos de caixa contratuais exigidos pela reforma da taxa de juros de referência, a Sociedade atualiza primeiro a taxa de juros efetiva do ativo financeiro ou passivo financeiro para refletir a mudança que é exigida pela reforma da taxa de juros de referência. Depois disso, a Sociedade aplica as políticas contábeis de modificações nas alterações adicionais.

b.4 Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Sociedade tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

c. Despesas antecipadas

Despesas antecipadas, compreendem as despesas pagas antecipadamente que serão consideradas como custos ou despesas no decorrer do exercício seguinte, devem ser contabilizados nesta conta os valores correspondentes a prêmios de seguros, contratos de manutenção e licença, campanhas por um período determinado, entre outros valores correlatos sempre que forem pagos antecipadamente.

d. Imobilizado

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Sociedade. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente e a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente no dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

As vidas úteis estimadas para o exercício corrente são as seguintes:

Instalações	10 anos
Móveis equipamentos de uso	10 anos
Sistema de comunicação	5 anos
Sistema de processamento de dados	5 anos
Software e licenças de uso	5 anos
Benfeitoria em imóveis de terceiros	5 anos
Direitos de uso sobre bens	3 a 6 anos

Os métodos de depreciação e as vidas úteis são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

e. Intangível

Representado por bens incorpóreos, separáveis ou resultantes de direitos contratuais ou de outros direitos legais.

Os ativos intangíveis com vida útil definida, adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Ativos intangíveis com vida útil indefinida, adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

Os ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios e reconhecidos separadamente do ágio são registrados pelo valor justo na data da aquisição, o qual é equivalente ao seu custo.

Os métodos de amortização e as vidas úteis são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e ajustados caso seja adequado.

As vidas úteis estimadas para o exercício corrente são as seguintes:

Projetos - Desenvolvimentos internos (Lei 11.638/07/CPC 04) 5 anos

Software e licenças 5 anos

f. Ágio *(goodwill)*

O ágio resultante de uma combinação de negócios é demonstrado ao custo na data da combinação do negócio, líquido da perda acumulada no valor recuperável, se houver.

A Sociedade mensura o ágio na data de aquisição como:

continua

continuação

Notas explicativas às demonstrações financeiras da ALELO S.A. *(Em milhares de reais)*

• O valor da contraprestação transferida;
• O montante reconhecido de qualquer participação não-controladora na adqui-rida; mas se a aquisição foi realizada em estágios, o valor justo de qualquer participação detida anteriormente à aquisição; menos o montante líquido (geralmente a valor justo) dos ativos identificáveis adquiridos e dos passivos assumidos.

Quando o valor gera um montante negativo, o ganho com a compra vantajosa é reconhecido diretamente no resultado do exercício.

Os custos de transação, que a Sociedade incorre em conexão com a combinação de negócios, são registrados no resultado conforme incorridos.

Até 31 de dezembro de 2008, os ágios fundamentados em expectativa de rentabilidade futura foram amortizados no prazo, na extensão e na proporção dos resultados projetados em até cinco anos. A partir de 1º de janeiro de 2009, os ágios não são mais amortizados, porém submetidos a teste anual para análise de perda do seu valor recuperável, conforme o pronunciamento técnico CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, as projeções quanto à expectativa de recuperação dos intangíveis/ágio nas operações indicam que nenhuma provisão para perda é requerida.

g. Redução ao valor recuperável (*impairment*)

g1. Ativos financeiros

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

A Sociedade reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:
- ativos financeiros mensurados ao custo amortizado; e
- contas a receber.

As provisões para perdas com contas a receber são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Sociedade considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Sociedade, na avaliação de crédito e considera informações prospectivas.

A Sociedade considera um ativo financeiro como inadimplente quando o ativo financeiro estiver vencido há mais de 60 dias.

- As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.
- As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses).

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Sociedade está exposto ao risco de crédito.

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos a Sociedade de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Sociedade espera receber).

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Sociedade avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:
- dificuldades financeiras significativas do devedor;
- quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 60 dias.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Sociedade não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte.

g2. Ativos não financeiros

Em cada data de reporte, a Sociedade revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado. No caso do ágio, o valor recuperável é testado anualmente.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado.

h. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 mil, para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

(i) Impostos correntes

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data do balanço. O imposto corrente também inclui qualquer imposto a pagar decorrente da declaração de dividendos.

(ii) Impostos diferidos

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para:

• Diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o contábil;
• Diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controladas, coligadas e participações em empreendimentos sob controle conjunto, onde seja capaz de controlar o momento da reversão das diferenças temporárias e seja provável que elas não sejam revertidas num futuro previsível; e
• Diferenças temporárias tributáveis decorrentes do reconhecimento inicial de ágio.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros futuros tributáveis estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

O imposto diferido é mensurado com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data do balanço.

i. Ativos e passivos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25.

• **Ativos contingentes** - Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;
• **Passivos contingentes** - são classificados como passivos contingentes prováveis, quando um evento passado gera uma obrigação legal ou implícita, existe a probabilidade de uma saída de recurso e o valor da obrigação pode ser estimado com segurança. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis, não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgadas apenas em notas explicativas, e os classificados como remotos não requerem provisão e nem divulgação.
• **Obrigações legais** - As obrigações legais, cuja legalidade/constitucionalidade estejam eventualmente sendo discutidas judicialmente, são devidamente provisionadas.

j. Reconhecimento da receita operacional

As receitas da Sociedade são compostas substancialmente pelos seus produtos de vale alimentação, vale refeição e vale transporte.

• Receita adquirente

Referem-se às tarifas e taxas cobradas dos Estabelecimentos Comerciais (ECs) pela utilização dos cartões Alelo.

• Receita emissor

Referem-se substancialmente a tarifas cobradas no processo de emissão de cartões e/ou na disponibilização de benefícios.

• Receita de comissão de vendas

A receita é reconhecida pelo regime de competência. Refere-se substancialmente aos serviços de intermediação prestados pela Alelo e cobrados do Banco Digio S.A. pela captação/indicação de clientes para o Banco.

k. Receitas e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras abrangem substancialmente: (i) receitas de juros; (ii) despesas de juros; (iii) eventuais receitas de dividendos; (iv) ganhos/perdas líquidos de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado através do método dos juros efetivos.

l. Outras receitas/(despesas) operacionais

As receitas e despesas líquidas são apuradas pelo regime de competência.

m. Combinação de negócios

A combinação de negócios é registrada na data de aquisição, isto é, na data em que o controle é transferido para a Sociedade utilizando a metodologia de aquisição. Controle é o poder de governar a política financeira e operacional da Sociedade de forma a obter benefícios de suas atividades.

Os custos da transação que a Sociedade incorre em conexão com a combinação de negócios são registrados no resultado.

n. Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

• Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e
• Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	2021	2020
Moeda nacional	31.251	44.819
Fundos de investimentos (a)	1.906.651	2.184.804
Certificado de depósito bancário - CDB´s (b)	333.361	297.531
Moeda estrangeira (c)	58.626	55.455
Certificado de depósito no exterior (c)	–	8
	2.329.889	**2.582.617**

(a) A Sociedade possui aplicação com partes relacionadas através de fundos de investimentos não exclusivos, administrados pelo Banco Bradesco S.A. e BB Gestão de Recursos - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., que possuem liquidez diária. As cotas dos fundos de investimentos foram atualizadas pelo respectivo valor da cota no último dia útil do mês.

(b) O certificado de depósito bancário (CDB) está classificado no curto prazo, uma vez que foram efetuadas com o propósito de serem ativa e frequentemente negociadas e apresentam liquidez diária, sem prejuízo dos rendimentos acumulados até a data do resgate.

(c) Os valores em moeda estrangeira são convertidos pela PTAX de venda do último dia útil do exercício.

Substancialmente, os saldos de caixa e equivalentes de caixa foram realizados com partes relacionadas.

5. Instrumentos financeiros

a) Instrumentos financeiros

	Vencimento	2021 Total	2020 Total
Títulos privados	**Acima de 365 dias**	**Custo amortizado**	**Custo amortizado**
Letras financeiras - LF	130.905	130.905	54.157
	130.905	**130.905**	**54.157**
Curto prazo	–	–	54.157
Longo prazo	–	130.905	–

Os instrumentos financeiros estão precificados somente no nível 2.

b) Classificação dos instrumentos financeiros

Categoria de instrumentos financeiros	Classificação	2021 Contábil	2021 Valor justo	2020 Contábil	2020 Valor justo
Caixa e Bancos	Custo amortizado	89.877	–	100.274	–
Letras financeiras	Custo amortizado	130.905	–	54.157	–
Certificado de depósito bancário - CDB´s	Custo amortizado	78.191	–	–	–
Certificado de depósito bancário - CDB´s	VJR	255.170	255.170	297.532	297.532
Fundos de investimentos	VJR	1.906.651	1.906.651	2.184.803	2.184.803
Contas a receber	Custo amortizado	3.137.031	–	2.597.038	–
		5.597.825	**2.161.821**	**5.233.804**	**2.482.335**

Estimativa de valor justo

A tabela abaixo classifica os ativos contabilizados ao valor justo de acordo com o método de avaliação

Categoria de instrumentos financeiros	Classificação	2021	2020	Nível
Certificado de depósito bancário - CDB´s	VJR	255.170	297.532	Nível 2
Fundos de investimentos	VJR	1.906.651	2.184.803	Nível 2
		2.161.821	**2.482.335**	

(a) Nível 1: o valor justo dos ativos negociados em mercados ativos é baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço.

(b) Nível 2: o valor justo dos ativos e passivos que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, certificado de depósito bancário) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Se todas as premissas relevantes utilizadas para determinar o valor justo de um ativo ou passivo puderem ser observadas no mercado, ele estará incluído no Nível 2.

(c) Nível 3: se uma ou mais informações relevantes não estiver baseada em dados adotados pelo mercado, como por exemplo, investimentos em ações ou dívidas não cotadas, o ativo ou passivo estará incluído no Nível 3.

Técnicas de avaliação usadas para determinar os valores justos - nível 2

As técnicas de avaliação específicas utilizadas para avaliar os instrumentos financeiros incluem:
• O uso de preços de mercado cotados ou cotações de distribuidores para instrumentos semelhantes, se aplicável.
• Para outros instrumentos financeiros - análise de fluxo de caixa descontado.

6. Contas a receber, líquido das perdas esperadas

	2021	2020
Contas a receber de clientes	2.958.065	2.431.289
Contas a receber partes relacionadas (a)	205.507	197.081
(-) Provisão de perdas esperadas	(26.541)	(31.332)
	3.137.031	**2.597.038**

(a) Refere-se substancialmente a valores a receber das empresas vinculadas ao BB Elo Cartões Participações S.A. e ao Banco Bradesco S.A. referentes ao pedido de recarga de benefícios nos cartões de seus colaboradores, vide nota explicativa 20.

A movimentação da perda esperada é como segue:

	2021	2020
Saldo inicial	(32.230)	(37.312)
Acréscimos	(4.419)	(18.214)
Baixas	9.506	23.296
Saldo final	**(27.143)**	**(32.230)**

Os valores do quadro acima são compostos pelos provisionamentos relacionados a Contas a Receber de Clientes, Contas a Receber de Partes Relacionadas e Carteira de Instrumentos Financeiros.

Risco de crédito

O Risco de crédito é o risco de a instituição incorrer em perdas financeiras caso um cliente falhe no cumprimento de suas obrigações de pagamento frente a acordos contratuais decorrentes de prazos comerciais concedidos, ou uma contraparte nas obrigações contratuais de um instrumento financeiro. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes, de partes relacionadas e de instrumentos financeiros da instituição.

Os valores contábeis dos ativos financeiros e ativos de contrato representam a exposição máxima do crédito.

A instituição conta com estrutura de gerenciamento de risco vide nota explicativa nº 31.

Contas a receber e ativos de contrato

A exposição da Instituição ao risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada contraparte. Contudo, a Administração também considera os fatores que podem influenciar o risco de crédito de sua base de clientes, incluindo o risco de não pagamento por grupos de riscos identificados através de modelos internos.

A instituição conta com políticas e normas que estabelecem limites de exposição, diretrizes e condições para concessão de prazos comerciais e aprovações por exceções.

Modelos de apuração de perdas esperadas

Os modelos de riscos que apuram a provisão de perda esperada de clientes foram construídos com base nas diretrizes dos normativos internacionais doCPC-48, contam com revisões periódicas, no mínimo anuais, ou quando alteração significativa nas variáveis do modelo.

As modelagens internas permitem a construção de uma matriz de perda esperada para cada grupo de risco e faixa de atraso, considerando as variáveis PD e LGD históricas da instituição.

Os índices de perda da matriz são apurados por meio de uso de método de "rolagem" com base na probabilidade de um saldo a receber avançar para estágios sucessivos de atraso até a baixa completa. As taxas de rolagem são calculadas de acordo com os grupos de riscos identificados na modelagem que apresentam características de risco de crédito comuns.

A EAD representa o valor de exposição ao risco de crédito na data de sua mensuração, e considera instrumentos de mitigação de riscos baseados e seguro garantia, e técnicas de *Override* para redução de valores recebidos e ainda não baixados.

O produto Veloe conta com modelo de apuração de provisão para perdas esperadas específico dado seu modelo de negócio direcionado a clientes de varejo.

As tabelas a seguir fornecem informações sobre a exposição ao risco de crédito e perdas de crédito esperadas.

31 de dezembro de 2021	Saldo de exposição ao risco de crédito	Taxa média ponderada de perda esperada	Provisão para perda esperada
A Vencer até 3 dias	2.424.059	0,1%	3.058
Vencido 4-30 dias	25.031	8,2%	2.059
Vencido 31-60 dias	2.397	14,8%	356
Vencido 61-90 dias	1.389	50,5%	702
Vencido 91-360 dias	2.512	73,9%	1.858
Vencido há mais de 360 dias	18.508	100,0%	18.508
Total	**2.473.896**		**26.541**

31 de dezembro de 2020	Saldo de exposição ao risco de crédito	Taxa média ponderada de perda esperada	Provisão para perda esperada
A Vencer até 3 dias	2.253.942	0,1%	1.349
Vencido 4-30 dias	29.305	5,8%	1.688
Vencido 31-60 dias	1.495	9,0%	135
Vencido 61-90 dias	712	60,1%	428
Vencido 91-360 dias	9.096	44,5%	4.052
Vencido há mais de 360 dias	23.680	100,0%	23.680
Total	**2.318.230**		**31.332**

As movimentações na provisão para redução ao valor recuperável de contas a receber de clientes e ativos de contrato durante o ano estão representadas na tabela a seguir:

	2021	2020
Contas a receber	(26.541)	(31.332)
Instrumentos financeiros (a)	(602)	(898)
Total	**(27.143)**	**(32.230)**

(a) Instrumentos financeiros elegíveis ao calculo de perda esperada de acordo com as estratégias da tesouraria e as diretrizes do CPC-48 (IFRS9).

7. Impostos a recuperar

	2021	2020
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	7.345	3.680
PIS e COFINS	8.555	11.570
Imposto de renda e contribuição social	207	7.534
	16.107	**22.784**

8. Despesas antecipadas

	2021	2020
Contratos de manutenção (a)	68.160	46.764
Descontos concedidos (b)	30.475	38.559
Assinaturas e seguros	9.016	78
Serviços profissionais	2.813	665
Outros	538	150
	111.002	**86.216**
Circulante	89.132	53.172
Não circulante	21.870	33.044

(a) Referem-se, substancialmente, as despesas antecipadas com contratos de sustenção de serviços de TI, os quais serão diferidos durante a vigência dos contratos

(b) Referem-se aos descontos concedidos a clientes de acordo com negociações comerciais, os quais serão apropriados ao longo da vigência do contrato.

9. Outros créditos

	2021	2020
Adiantamento a fornecedores [a]	70.057	47.573
Adiantamento a funcionários	17.444	10.079
Outros créditos	5.519	3.466
	93.020	**61.118**
Circulante	93.020	58.374
Não circulante	–	2.744

(a) Refere-se substancialmente a adiantamento a fornecedor de seus produtos vale transporte e pré-pago.

10. Depósitos judiciais

	2021	2020
Fiscal	53.643	50.764
Trabalhista	1.631	1.518
Cível	–	21
Depósito garantia	1	–
Bloqueio Judicial	27	10
	55.302	**52.313**
Circulante	1.631	1.539
Não circulante	53.671	50.774

11. Imobilizado

	2021 Custo	2021 Depreciação acumulada	2021 Líquido	2020 Líquido
Instalações	3.450	(2.108)	1.342	2.494
Móveis e equipamentos de uso	2.296	(1.247)	1.049	2.770
Sistemas de processamento de dados	13.891	(6.865)	7.026	9.195
Sistemas de comunicação	7.263	(3.786)	3.477	4.424
Outras imobilizações [a]	1.649	(1.649)	–	2.243
Direitos de uso sobre bens	32.496	(15.100)	17.396	21.236
	61.045	**(30.755)**	**30.290**	**42.362**

A movimentação do imobilizado em 31 de dezembro de 2021 é como segue:

	Taxa anual de Depreciação	Saldo final 31.12.20	Entrada	Baixa aquisição	Depreciação	Saldo final 31.12.21
Imobilizado de Uso						
Instalações	10%	2.494	–	(682)	(470)	1.342
Móveis e equipamentos de uso	10%	2.770	–	(1.271)	(450)	1.049
Sistemas de processamento de dados	20%	9.195	448	–	(2.617)	7.026
Sistemas de comunicação	20%	4.424	–	–	(947)	3.477
Outras Imobilizações [a]	20%	2.243	–	(1.693)	(550)	–
Direitos de uso sobre bens (Aluguéis e outros)	16,67%	19.654	3.547	(5.564)	(4.802)	12.835
Direitos de uso sobre bens (Maquinários)	33,33%	1.582	5.006	–	(2.027)	4.561
Total		**42.362**	**9.001**	**(9.210)**	**(11.863)**	**30.290**

(a) Refere-se a benfeitorias de bens de terceiros.

No exercício de 2021 foram realizadas baixas no ativo imobilizado no montante de R$ 15.896 (R$ 134 em 31 de dezembro de 2020).

12. Intangível

	2021 Custo	2021 Amortização acumulada	2021 Líquido	2020 Líquido
Software e licenças	84.130	(41.177)	42.953	65.273
Marcas e patentes	2.002	–	2.002	51
Projetos corporativos [a]	468.709	(150.080)	318.629	217.668
Carteira de clientes	1.262	(252)	1.010	–
Ágio - rentabilidade futura [b]	48.420	(13.157)	35.263	26.884
	604.523	**(204.666)**	**399.857**	**309.876**

A movimentação do intangível em 31 de dezembro de 2021 é como segue:

	Taxa anual de amortização	Saldo final em 31.12.20	Aquisições	Transferência	Amortização	Saldo final em 31.12.21
Software e licenças	20%	65.273	2.634	(11.592)	(13.362)	42.953
Marcas e patentes	–	51	–	1.951	–	2.002
Projetos corporativos [a]	20%	217.668	151.530	–	(50.569)	318.629
Carteira de clientes	20%	–	–	1.262	(252)	1.010
Ágio - rentabilidade futura [b]	–	26.884	–	8.379	–	35.263
Total		**309.876**	**154.164**	–	**(64.183)**	**399.857**

(a) Desenvolvimento de novos produtos, contabilizados em concordância com a legislação em vigor. Substancialmente referem-se aos projetos desenvolvidos internamente. Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 foram realizados testes de *impairment* e não houve perda no valor recuperável do intangível.

(b) O ágio fundamentado com expectativa de rentabilidade futura foi amortizado no prazo, com extensão e na proporção dos resultados projetados em até cinco anos, até 31 de dezembro de 2008. A partir de 1º de janeiro de 2009, os ágios com expectativa de rentabilidade futura não são amortizados, porém submetidos a teste anual para análise de perda do seu valor recuperável, conforme o CPC 01. Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 foi realizado teste de *impairment*, com base em estudos técnicos e não foram identificados indícios de perda no valor recuperável.

No ano de 2021, foi realizada a apropriação de acordo com o laudo de aquisição da plataforma utilizada para conectar os estabelecimentos comerciais a seus usuários adquirida em 2020.

Nos exercícios de 2021 e 2020 não foram realizadas baixas nos ativos intangíveis.

13. Fornecedores

	2021	2020
Fornecedores - benefícios de folha	1.161	1.227
Fornecedores - administrativo (a)	53.804	17.448
	54.965	**18.675**
Circulante	54.965	18.675
Não circulante	–	–

(a) Aumento de fornecedores administrativos vinculados a projetos de TI, assim como aumento na contratação de terceiros.

14. Contas a pagar operacionais

Os valores a serem repassados aos estabelecimentos comerciais estão registrados no passivo. Em 31 de dezembro de 2021, o saldo corresponde a R$ 2.848.096 (R$ 2.461.330 em 31 de dezembro de 2020), liquidados em aproximadamente 20 dias.

15. Obrigações com portadores

Em 31 de dezembro de 2021, o saldo é de R$ 2.276.175 (R$ 2.225.870 em 31 de dezembro de 2020) e corresponde às obrigações decorrentes dos benefícios creditados aos usuários dos cartões e ainda não utilizados por eles nos estabelecimentos comerciais, bem como às obrigações decorrentes dos benefícios de vale-transporte a serem entregues aos usuários. A liquidação dessa obrigação ocorre de acordo com a utilização do benefício pelo portador do cartão Alelo.

16. Programa de incentivo a vendas

Refere-se ao comissionamento pago aos bancos sócios e parceiros sobre as vendas dos produtos Alelo. Envolve a aplicação de taxas sobre o montante total faturado de acordo com o produto e condições comerciais negociadas com os clientes. A liquidação ocorre mensalmente ou trimestralmente após apuração do valor comissionado via emissão e pagamento de nota fiscal.

	2021	2020
Bancos - partes relacionadas	10.525	37.579
Outros canais vendedores	10.353	(3.058)
	20.878	**34.521**
Circulante	20.878	34.521
Não Circulante	–	–

17. Salários e encargos

	2021	2020
Participação nos lucros	48.228	35.547
Provisão de férias	15.323	13.392
Encargos sociais	10.722	8.907
Outros	4.131	3.356
	78.404	**61.202**
Circulante	70.384	56.201
Não circulante	8.020	5.001

18. Impostos e contribuições a recolher

	2021	2020
COFINS	17.160	14.285
IRRF a recolher	8.176	7.609
PIS	3.681	3.083
Outros tributos a recolher	6.251	6.075
	35.268	**31.052**
Circulante	35.268	31.052
Não circulante	–	–

continua

continuação

Notas explicativas às demonstrações financeiras da ALELO S.A. *(Em milhares de reais)*

19. Outras contas a pagar

	2021	2020
Crédito a cliente (a)	52.654	74.238
Provisões gerais e administrativas	24.046	53.717
Provisão de custo dos serviços prestados	15.868	21.310
Provisão de marketing	1.179	4.127
Contas a pagar - partes relacionadas - CAC (nota 20)	4.417	12.238
Serviços técnicos especializados	9.851	11.216
Desenvolvimento, manutenção e suporte	6.350	5.949
Receita diferida	1.680	2.073
Outras contas a pagar	100	36
	116.145	**184.904**
Circulante	116.045	184.868
Não circulante	99	36

(a) Obrigações com clientes, créditos na próxima fatura.

20. Partes relacionadas

No curso habitual das atividades e em condições de mercado, são mantidas pela Sociedade operações com partes relacionadas, tais como saldos em conta corrente, aplicações financeiras, contas a receber e contas a pagar, dos bancos emissores controladores indiretos (Banco Bradesco S.A., Banco do Brasil S.A., Banco Bradescard e BB Elo Cartões Participações S.A.), acionista direto (Elo Participações Ltda.) bem como empresas coligadas que os controladores e acionistas detêm participação acionária, tais como: Cielo S.A., Livelo S.A., Elo Serviços S.A. e Banco Digio S.A..

	2021		2020	
	Ativo (Passivo)	Receitas (Despesas)	Ativo (Passivo)	Receitas (Despesas)
Caixa e equivalentes de caixa				
Banco Bradesco S.A.	1.538.713	58.785	1.802.211	13.606
Banco do Brasil S.A.	569.220	16.299	580.333	16.571
Banco Digio S.A.	144.147	6.624	154.320	5.112
Contas a receber (a)				
Banco Bradesco S.A.	184.344	–	163.187	–
BB Elo Cartões Participações S.A.	17.477	–	30.561	–
Cielo S.A.	1.042	–	867	–
Elo Participações Ltda.	–	–	4	–
Elo Serviços S.A.	5	–	14	390
Banco Digio S.A.	2.639	26.225	2.445	25.953
Livelo S.A.	–	–	3	–
Programa de incentivo a vendas (b)				
Banco Bradesco S.A.	(8.862)	(100.390)	(14.992)	(93.180)
Banco do Brasil S.A.	(1.663)	(93.734)	(22.586)	(50.942)
Dividendos a pagar				
Elo Participações Ltda.	(45.547)	–	(46.351)	–
Outras contas a pagar				
Banco Bradesco S.A.	(31)	(7.070)	(1)	(5.478)
Banco Bradescard S.A.	–	–	(744)	(2.067)
Banco do Brasil S.A.	(244)	(1.382)	(7.538)	(4.580)
Cielo S.A.	–	(52.799)	(307)	(77.801)
Elo Participações Ltda.	(4.142)	(43.247)	(3.648)	(36.324)
Elo Serviços S.A.	–	(6.897)	–	(8.310)
Contas a pagar operacionais				
Banco Digio S.A.	(473.789)		(372.563)	–

(a) Refere-se a valores a receber de pedido de recarga de benefícios nos cartões Alelo.
(b) Valores referentes a programa de incentivo a vendas - PIV calculado de acordo com contratos firmados entre as partes e outras contas a pagar.

21. Honorários dos Administradores, gratificações e previdência privada

Os honorários dos Administradores totalizaram R$ 3.882 (R$ 3.692 em 31 de dezembro de 2021) os quais foram apropriados ao resultado na rubrica "Despesas operacionais - Pessoal".

Aos empregados é concedida gratificação, com base nas metas da Sociedade definidas pela Presidência (Comitê de Direção), alinhada com o Conselho de Administração, e conforme regras definidas nas políticas da Sociedade.

Em 31 de dezembro de 2021, a provisão para gratificação, não incluindo a Diretoria, é de R$ 33.870 (R$ 30.546 em 31 de dezembro de 2020), apropriada ao resultado na rubrica "Despesas operacionais - Pessoal".

A Sociedade dispõe de plano de benefício previdenciário no modelo PGBL (Plano Gerador de Benefício Livre Empresarial), que objetiva complementar os benefícios de seus empregados e Administradores, de acordo com um benefício-alvo estabelecido. A contribuição líquida da Sociedade em 31 de dezembro de 2021 é de R$ 4.457 (R$ 4.258 em 31 de dezembro de 2020) apropriada ao resultado na rubrica "Despesas operacionais - Pessoal".

22. Passivos contingentes

A Sociedade é parte em processos judiciais, de natureza trabalhista, cível e fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades. A Administração da Sociedade entende que a provisão constituída é suficiente para atender perdas decorrentes dos respectivos processos.

a. Processos trabalhistas

Referem-se substancialmente a ações ajuizadas por ex-empregados, visando obter o pagamento de horas extras, comissões e reflexos, indenizações e demais pedidos passíveis de serem discutidos no Poder Judiciário sob a ótica da Consolidação das Leis do Trabalho. A provisão desses casos é feita individualmente, sempre que a perda for avaliada como provável, de acordo com a liquidação dos pedidos elencados pelo ex-empregado no processo e alterada de acordo com o andamento do processo. A constituição da provisão é realizada de acordo com a fase do processo. (25% na fase inicial do processo, 50% após sentença e 100% na fase de execução).

b. Processos cíveis

Referem-se substancialmente a ações ajuizadas, visando obter a indenização por danos materiais. A provisão desses processos é feita individualmente, considerando a análise de assessores jurídicos externos, natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e posicionamento dos tribunais.

c. Obrigações legais - tributárias

A Sociedade é parte em ações que discutem a legalidade, constitucionalidade e recolhimento de alguns tributos e contribuições, os quais estão provisionados de acordo com a opinião dos assessores jurídicos, baseado em riscos de cada processo, seguindo a norma de provisão tributária.

A Sociedade é parte em processos judiciais, perante diferentes tribunais e instâncias, de natureza cível, tributária e trabalhista. A composição das provisões referentes a estes processos, segue demonstrada no quadro abaixo:

	2021	2020
Trabalhistas e previdenciárias	2.953	2.854
Fiscais	61.000	51.619
Cíveis	743	668
	64.696	**55.141**
Circulante	7.264	3.522
Não circulante	57.432	51.619

A movimentação da provisão para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 está representada no quadro abaixo:

	Saldo inicial 31.12.2020	Adições	Baixas	Atualizações monetárias	Saldo final 31.12.2021
Trabalhistas e previdenciárias	2.854	1.007	(1.531)	623	2.953
Fiscais	51.619	12.808	(5.477)	2.050	61.000
Cíveis	668	1.597	(2.068)	546	743
	55.141	**15.412**	**(9.076)**	**3.219**	**64.696**

Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

A Sociedade mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que a Sociedade figura como "autora" ou "ré" e, amparada na opinião dos assessores jurídicos, classificando as ações de acordo com a expectativa de perda.

Anualmente são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivada, se necessária, a reclassificação dos riscos desses processos.

Neste contexto, temos os seguintes montantes avaliados como risco de perda possível, sendo os mesmos não reconhecidos contabilmente:

	2021	2020
Trabalhistas	5.008	2.036
Cíveis	3.589	2.508
Tributárias (a)	345.607	164.707
	354.204	**169.251**

(a) Em 2021 foram realizadas as atualizações dos valores estimados de riscos conforme norma tributária vigente, e a atualização de avaliação de risco pertencente a essa carteira, conforme movimentação processual.

23. Arrendamento mercantil

Os arrendamentos da Sociedade que estão dentro do escopo do CPC 06 (R2) são:

	Saldo final 31.12.2020	Adição/ constituição	Aluguéis	Juros	Saldo final 31.12.2021
Arrendamento mercantil	21.398	8.552	(11.954)	947	18.943
	21.398	**8.552**	**(11.954)**	**947**	**18.943**
Circulante	14.975				4.256
Não circulante	6.423				14.687

24. Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social em dezembro de 2021 e 2020 é de R$ 472.414, representado por 2.000.000 ações, sendo 1.000.000 de ações ordinárias e 1.000.000 de ações preferenciais.

A composição acionária da Sociedade em 31 de dezembro de 2021 e 2020 é a seguinte:

	2021		2020	
Acionista	Quantidade de ações	Partici-pação %	Quantidade de ações	Partici-pação %
Elo Participações Ltda.	2.000.000	100	2.000.000	100
Total	2.000.000	100	**2.000.000**	**100**

b. Reserva legal

Representa os montantes constituídos à razão de 5% do lucro líquido apurado no encerramento de cada exercício, nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

A Sociedade poderá deixar de destinar parcela do lucro líquido para a reserva legal no exercício em que o saldo desta reserva, acrescido do montante das reservas de capital exceder a 30% do capital social.

Em 31 de dezembro de 2021 não houve constituição da reserva legal, pois a mesma encontra-se no limite de 20% do capital social, totalizando o montante de R$ 94.483.

c. Outras reservas de lucros

Conforme determinação dos acionistas, os lucros não distribuídos são destinados à reserva de expansão, e em 2021 a reserva apresenta um saldo de R$ 229.340 (R$ 162.623 em 2020).

d. Dividendos propostos

Aos acionistas é garantido o direito a dividendo anual de, no mínimo, 25% do lucro líquido do exercício, conforme previsto no estatuto da Sociedade.

Em 31 de dezembro de 2021, a Sociedade registrou dividendos propostos no montante de R$ 45.546 (R$ 46.351 em 2020).

Em 30 de abril de 2021, foi deliberado através de Assembleia Geral Ordinária, o pagamento de dividendos adicionais referente ao exercício de 2020, no montante de R$ 69.923 (R$ 46.341 em 2020).

25. Imposto de renda e contribuição social

a. Composição da conta de resultado do imposto de renda e contribuição social

Descrição	2021	2020
Lucro antes do imposto de renda (IRPJ), da contribuição social (CSLL) e deduzido das participações no resultado	**255.478**	**269.226**
Alíquota vigente	34%	34%
Despesa de IRPJ e CSLL, de acordo com a alíquota vigente	**86.863**	**91.537**
Efeito no cálculo dos tributos:		
Contingências fiscais, trabalhistas, cíveis	3.214	1.781
Provisão para perdas do valor recuperável	9.229	10.958
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9.533	19.197
Participação nos lucros - funcionários	3.286	1.280
Provisão para despesas administrativas	(23.208)	(27.124)
Incentivos fiscais	(4.151)	(4.099)
IRPJ e CSLL - reversões de anos anteriores	(11.474)	(10.655)
Imposto de renda e contribuição social	**73.292**	**82.875**
Sendo:		
Impostos correntes	63.758	63.678
Impostos diferidos	9.534	19.197
Despesa contabilizada	**73.292**	**82.875**

b. Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

Descrição dos créditos diferidos	Saldo em 31.12.2020	Constituição	Realização	Saldo em 31.12.2021
Provisão para contingências fiscais	17.550	1.977	–	19.527
Provisão para contingências trabalhistas	970	34	–	1.004
Provisão para contingências cíveis	227	1.239	–	1.466
Provisão Fee - Visa/Elo	608	166	–	774
Provisão de participação nos lucros	11.163	2.508	–	13.671
Provisão administrativa	19.509	–	(1.855)	17.654
Provisão para perdas do valor recuperável	10.959	–	(1.731)	9.228
Provisão de receitas/descontos concedidos	15.363	–	(10.449)	4.914
Outros valores	6.082	1.421	–	7.503
Total dos créditos tributários	**82.431**	**7.345**	**(14.035)**	**75.741**
Prejuízo fiscal / Base negativa	–	–	–	–
Total dos créditos tributários	**82.431**	**7.345**	**(14.035)**	**75.741**
Ágio	(11.040)	–	–	(11.040)
CPC 06	(7.611)	(2.181)	–	(9.792)
Atualização depósito judicial	(2.297)	(663)	–	(2.960)
Total dos passivos diferidos	**(20.948)**	**(2.844)**	**–**	**(23.792)**
Total líquido dos impostos diferidos	**61.483**	**4.501**	**(14.035)**	**51.949**

c. Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias e prejuízo fiscal

	Diferenças temporárias			Ágio			
	Imposto de renda	Contribuição social	Total	Imposto de renda	Contribuição social	Total	Total geral
Até 1 ano	30.928	11.717	42.645	–	–	–	42.645
Até 2 anos	498	179	677	–	–	–	677
Até 3 anos	13.206	4.754	17.960	–	–	–	17.960
Até 4 anos	336	121	457	–	–	–	457
Até 5 anos	919	331	1.250	–	–	–	1.250
Acima de 5 anos (a)	–	–	–	(8.119)	(2.981)	(11.040)	(11.040)
Total	**45.887**	**17.102**	**62.989**	**(8.119)**	**(2.981)**	**(11.040)**	**51.949**

A constituição do crédito tributário está suportada por estudo técnico e o valor presente em 31 de dezembro de 2021, calculado considerando a taxa Selic, líquido dos efeitos tributários, o saldo corresponde a R$ 55.508 (R$ 59.502 em 2020).

(a) O montante de passivo diferido de R$11.040 refere-se ao imposto de renda e contribuição social diferidos sobre a rentabilidade futura do ágio, reconhecido na base de cálculo no período de 2010 a 2015 proveniente da aquisição de 100% das quotas representativas do capital social da empresa Smart Benefícios Ltda.

26. Receita operacional líquida

As receitas da Sociedade são compostas substancialmente pelos seus produtos de vale-alimentação, vale-refeição e vale-transporte.

	2021	2020
Receita de adquirentes	1.838.761	1.652.185
Receita de emissores	214.342	161.721
Receita de comissão de vendas	37.755	32.229
Impostos sobre serviços	(240.632)	(207.089)
	1.850.226	**1.639.046**

27. Custo dos serviços prestados

	2021	2020
Despesas com vendas	(221.814)	(273.326)
Captura e processamento	(144.666)	(143.188)
Central de atendimento	(75.536)	(60.874)
Manutenção e sustentação	(70.561)	(45.104)
Emissão e personalização	(26.001)	(27.338)
Entrega e distribuição	(22.827)	(23.721)
Custo com logística	(661)	(3.544)
Outros custos	(17.089)	(16.198)
Fee bandeira	(7.458)	(6.673)
Implantações de novos contratos (clientes)	(22.802)	(20.674)
Antecipação de recebíveis	(6.436)	(6.138)
Créditos tributários (a)	51.372	45.879
	(564.479)	**(580.899)**

(a) Valores relativos à recuperação da contribuição do PIS e da COFINS sobre os custos dos serviços prestados, instituída pela Lei nº 10.637/2002.

28. Despesa com pessoal

	2021	2020
Salários	(143.921)	(113.158)
Encargos	(54.075)	(40.714)
Benefícios	(52.532)	(39.021)
Gratificação	(42.183)	(39.322)
Treinamento	(2.319)	(2.216)
Outros	(6.563)	(5.567)
	(301.593)	**(239.998)**

29. Despesas gerais e administrativas

	2021	2020
Despesas de marketing	(88.052)	(71.914)
Infraestrutura	(90.794)	(89.861)
Centro de atividades compartilhadas - CAC (nota 20)	(43.247)	(36.324)
Depreciações e amortizações	(76.046)	(50.632)
Honorários profissionais	(27.674)	(22.178)
Despesas com veículos, transportes e viagens	(1.001)	(4.962)
Despesas de aluguel e manutenção	(9.118)	(2.707)
Outras despesas administrativas	(30.271)	(13.622)
Serviços de terceiros	(10.907)	(11.851)
Despesas de contribuições e doações	(2.751)	(3.273)
Despesas com telefonia	(2.183)	(1.006)
Despesas com material de escritório	(222)	(423)
Tributos e taxas administrativas	(124)	(102)
	(382.390)	**(308.855)**

30. Resultado financeiro

	2021	2020
Aplicações financeiras	88.333	48.971
Programa de incentivo de vendas	19.611	14.028
Antecipação de recebíveis	8.556	14.017
Variação cambial positiva	118	213
Juros e multas recebidos	10.578	14.119
Atualizações monetárias	3.895	375
Outras receitas	1.433	1.255
Total de receitas financeiras	**132.524**	**92.978**
Deduções e bonificações (a)	(441.856)	(299.066)
Programa de incentivo de vendas	(11.681)	(13.574)
Despesas bancárias	(8.572)	(8.404)
Atualização monetária	(95)	(2.933)
Juros arrendamento mercantil	(947)	(1.233)
Outras despesas	(10.694)	(7.549)
Total de despesas financeiras	**(473.845)**	**(332.759)**
Resultado financeiro	**(341.321)**	**(239.781)**

(a) Refere-se ao impacto da pandemia (COVID-19), o qual direcionou esforços através de captação de novos contratos emergenciais aplicando descontos e/ou bonificações como incentivo comercial.

31. Gestão de Riscos

a) Contexto Operacional

O processo de gestão de riscos e controles está suportado por governança estruturada através dos fóruns e órgãos colegiados subordinados à Diretoria de Governança e à Presidência da Sociedade. Este modelo é corroborado por papéis e responsabilidades definidos de maneira a firmar a segregação entre as atividades de gestão de riscos e controles que são executadas na controladora direta "Elopar" de forma à garantir a devida independência entre as áreas de negócio e de suporte das controladas.

Os principais fóruns de acompanhamento e discussão dos riscos do grupo junto à alta direção são os Comitês de Gestão de Riscos de cada uma das controladas, e os Comitês de Riscos com os sócios controladores. São apresentados mensalmente nos Comitês os acompanhamentos dos resultados, comportamentos e riscos das diversas áreas e produtos da Sociedade. Este é o grupo que tem como responsabilidade garantir o cumprimento das Políticas de Gestão de Riscos, assegurando a efetividade do processo de seu gerenciamento.

A área conta com pessoas qualificadas para mensurar os diferentes tipos de riscos, a fim de que sejam devidamente identificados, medidos, avaliados, monitorados, reportados, mitigados e controlados, com o objetivo de mantê-los dentro dos padrões aceitáveis para o grupo e de acordo com as regulamentações vigentes. Além das boas práticas de mercado, a Sociedade dispõe de estrutura para o gerenciamento do risco operacional, risco reputacional, risco de mercado, risco de crédito, risco de liquidez e gestão de capital, que trabalha de modo integrado e independente, preservando e valorizando o ambiente de decisões colegiadas, a fim de desenvolver e implementar eficientes métodos de mensuração e mitigação, com o uso de sistemas, metodologias e processos.

b) Risco de Crédito

A atividade de gerenciamento de risco de crédito é executada por uma área específica e está sob a responsabilidade da Diretoria de Governança, independente das áreas de negócio e da Auditoria Interna.

A Diretoria de Governança tem como diretrizes identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos de crédito de contraparte proveniente de suas operações comerciais e garantir que todos os riscos possíveis de serem considerados são conhecidos e foram mitigados da melhor forma, e são aceitáveis para a Sociedade. Tudo com o objetivo de salvaguardar perdas no futuro, e por consequência seu capital, fazendo com que ele seja utilizado de forma segura e rentável.

A Sociedade dispõe de metodologias de mensuração e controle para monitorar o risco de crédito com o intuito de proteger-se de um eventual risco de inadimplência das contrapartes.

c) Risco de Mercado e Liquidez

A atividade de gerenciamento de risco de mercado e liquidez é executada por uma área específica e está sob a responsabilidade da Diretoria de Governança, independente das áreas de negócio e da Auditoria Interna.

A Sociedade está exposta a risco cambial e de taxa de juros da carteira de não negociação em decorrência de suas atividades financeiras e comerciais normais.

A Sociedade dispõe de metodologias de mensuração e controle para monitorar os riscos de mercado e liquidez com o intuito de proteger-se de eventuais perdas que comprometam a saúde financeira da Sociedade, bem como o cumprimento de suas obrigações.

d) Risco Operacional e Reputacional

As atividades de gerenciamento de risco operacional e risco reputacional são executadas por uma área específica e está sob a responsabilidade da Diretoria de Governança, independente das áreas de negócio e da Auditoria Interna.

A área tem a missão de estabelecer diretrizes, implantar metodologia e ferramentas para: identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos operacionais da Instituição. A existência da área está alinhada com as melhores práticas de mercado e políticas internas da "Elopar" controladora da Sociedade.

e) Gestão de Capital

A atividade de gerenciamento de capital é executada por uma área específica e está sob a responsabilidade da Diretoria de Governança, independente das áreas de negócio e da Auditoria Interna.

A estrutura de gerenciamento de capital, mantém processo de monitoramento e controle, garantindo que o capital da Alelo esteja compatível com a natureza das operações, complexidade dos produtos e com a dimensão de sua exposição a riscos.

32. Cobertura de seguros

Em 31 de dezembro de 2021, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composta por R$ 54.329 para danos materiais e R$ 425 para responsabilidade civil (Em 31 de dezembro de 2020 - R$ 16.319 e R$ 283 respectivamente).

33. Regulamentações do Banco Central do Brasil (BACEN)

Em razão da Lei nº 12.865, publicada em 09 de outubro de 2013, as atividades exercidas pela Sociedade estão sujeitas à regulação e supervisão do Banco Central do Brasil (BACEN), conforme diretrizes estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e pela regulamentação complementar editada pelo próprio BACEN. Neste sentido, a Sociedade deverá atentar-se ao fiel cumprimento de regras que abrangem a gestão de riscos, níveis mínimos de patrimônio líquido, dentre outros requisitos semelhantes aos de Instituição Financeira. A Sociedade tomou todas as providências necessárias para adequação à legislação do BACEN, visando estar em plena conformidade no momento da concessão da autorização de funcionamento pelo BACEN.

Em complemento às demonstrações financeiras, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Sociedade estará sujeita à divulgação, a partir da autorização de funcionamento emitida pelo BACEN, das demonstrações financeiras elaboradas de acordo com o conjunto de critérios, procedimentos e regras contábeis consubstanciados no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF, o qual diverge de algumas práticas adotadas atualmente.

A Sociedade realizou o protocolo do pedido de autorização e aguarda manifestação do BACEN.

34. Outras informações

Em 30 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o surto do novo coronavírus (COVID-19) constituiu uma emergência de saúde pública de importância internacional. As consequências do surto, incluindo as importantes decisões de governos e iniciativa privada, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos e podem, na sua extensão, gerar impacto relevante nos valores apresentados nas demonstrações financeiras.

A Administração avalia de forma constante o impacto do surto nas operações e na posição patrimonial e financeira da Sociedade, com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar os impactos do surto nas operações e nas demonstrações financeiras, visando a proteção dos índices de solvência e do patrimônio da Sociedade.

Até a data de autorização para emissão dessas demonstrações financeiras, as seguintes principais medidas foram tomadas em resposta às incertezas que se apresentaram em função do surto:

A partir da declaração da pandemia pela OMS a Alelo atuou em 3 principais frentes:

1. Proteção da saúde e condições de trabalho das nossas pessoas: todos os funcionários trabalhando em *home-office* desde março de 2020 com condições de realizar plenamente suas atividades;

2. Proteção do relacionamento com nossos clientes: ações para garantir que nossos serviços sofressem o menor impacto possível, mapeamento de novas necessidades e desenvolvimento para atendê-las, criação de novos produtos e campanhas de comunicação para promover transparência das ações;

3. Manutenção da saúde financeira da empresa: monitoramento constante de indicadores-chave, plano de contingenciamento para compensar perdas de receita devido à pandemia e ajustes na estratégia da empresa para as necessidades atuais dos nossos clientes e empresa.

Em 2021 todas as medidas foram mantidas e foi iniciado acompanhamento da quantidade de colaboradores vacinados contra COVID-19 para planejamento do retorno ao escritório com segurança em 2022.

35. Eventos subsequentes

Não foram registrados eventos subsequentes até a data do encerramento dessa demonstração financeira.

Diretoria

Cesario Narihito Nakamura - Diretor Presidente
Esther Dalmas - Diretora
Leandro Jose Susin - Diretor

Contador

Marcos Antônio Ribeiro dos Santos - CRC 1SP225353/O-0

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Ao Acionista, ao Conselho de Administração e aos Administradores da
Alelo S.A.
Barueri - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Alelo S.A. ("Sociedade" ou "Alelo"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Alelo S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Sociedade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no

continua

→ continuação

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

– Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

– Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade.

– Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

– Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional.

– Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 24 de março de 2022

KPMG

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP014428/O-6

André Dala Pola
Contador CRC 1SP214007/O-2

SESI SENAI

AVISO DE LICITAÇÃO

Os Departamentos Regionais de São Paulo do Serviço Social da Indústria (SESI-SP) e do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI-SP) comunicam a abertura da licitação:

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 025/2022

Objeto: Contratação de empresa para fornecimento de canal de comunicação de dados para prover o acesso dedicado à internet do Datacenter da Administração Central.

Retirada do edital: a partir de 29 de março de 2022, através dos portais www.sesisp.org.br e www.sp.senai.br (opção LICITAÇÕES).

Sessão de disputa de preços (lances): 29 de abril de 2022 às 9h30, exclusivamente pela internet, no endereço www.licitacoes-e.com.br.

Fortaleza PREFEITURA

AVISO DE CONVOCAÇÃO

PROCESSO: PREGÃO ELETRÔNICO **Nº. 136/2022.**

ORIGEM: SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - **SME**.

OBJETO: CONSTITUI OBJETO DA PRESENTE LICITAÇÃO A SELEÇÃO DE EMPRESA PARA REGISTRO DE PREÇOS VISANDO FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE **ELETRODOMÉSTICOS PARA SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO**, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS CONSTANTES NO ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA DESTE EDITAL.

DO TIPO: MENOR PREÇO.

DA FORMA DE FORNECIMENTO: POR DEMANDA, nos termos do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, Art. 3º - O Sistema de Registro de Preços poderá ser adotado nas seguintes hipóteses: II - quando for conveniente **a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas** ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida ou em regime de tarefa.

O(A) Pregoeiro(a) da **CENTRAL DE LICITAÇÕES DA PREFEITURA DE FORTALEZA - CLFOR,** torna público para conhecimento dos licitantes e demais interessados, que do dia **29 de março de 2022** a **08 de abril de 2022 até às 10h00min. (Horário de Brasília)**, estará recebendo as **Propostas de Preços e Documentos de Habilitação** referentes a este Pregão, no Endereço Eletrônico www.comprasnet.gov.br. **A Abertura das Propostas** acontecerá no dia **08 de abril de 2022**, às **10h00min. (Horário de Brasília)** e o início da **Sessão de Disputa de Lances** ocorrerá a partir das **10h00min.** do dia **08 de abril de 2022**. O **edital** na íntegra encontra-se à disposição dos interessados para consulta na Central de Licitações | Avenida Heráclito Graça, 750, CEP: 60.140-060 - Centro – Fortaleza-CE, no e-compras: **https://compras.sepog.fortaleza.ce.gov.br/publico/index.asp**, no **www.compras.gov.br**, assim como no Portal de Licitações do TCE-CE: **https://licitacoes.tce.ce.gov.br/**. Maiores informações pelo telefone: **(85) 3452.3477 |CLFOR.**

Fortaleza – CE, 28 de março de 2022.
JOSÉ JESUS LÉDIO DE ALENCAR
Pregoeiro(a) da CLFOR

---

dexco

Dexco S.A.

CNPJ. 97.837.181/0001-47 — Companhia Aberta

EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA E ORDINÁRIA

Os Senhores Acionistas da **DEXCO S.A.** ("Companhia") são convidados a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária, que se realizará em **28.04.2022, às 11h, na forma exclusivamente digital**, a fim de:

Em pauta extraordinária: deliberar sobre proposta do Conselho de Administração para reformulação parcial do Estatuto Social: **1)** alterar os Artigos 1.1, 11 "(i)", 26, 26.1 e 32 e incluir os Artigos 26.2, 26.3, 26.4, 26.5 para instalar permanentemente o Conselho Fiscal e para dispor sobre o seu mandato, funcionamento e demais disposições; **2)** alterar os Artigos 5º, 5.1 e 5.1.1 para atualizar o capital social e melhor prever as possibilidades de aumento dentro do limite do capital autorizado; **3)** alterar os Artigos 6, 7, 9, 9.1, 9.2, 11 "(vi)", incluir o Artigo 10.1 e itens "(viii)", "(ix)" do Artigo 11 e excluir os Artigos 11 "(iv)", 9.3, 9.4, 9.5, 33, 33.1, 36, para atualizá-los e adequá-los à legislação em vigor; **4)** alterar os Artigos 10, itens "(ii)", "(v)", "(vii)" e "(viii)" do Artigo 11, 12, 12.1, 12.2, 12.3, 12.4, 13.3, 14, 14.1, 15, 15.2, 15.3, 16, 16.1, 17, 17.1, 18, itens "(iii)", "(iv)", "(v)", "(viii)", "(x)", "(xiii)" e "(xiv)" do 19, 24.1, 25.1, 29.1, 30.2, 34, 35 e 37, para aprimoramento da redação e atualização de remissão, sem alteração de conceitos; **5)** alterar o Artigo 13, 13.2, 16.2 e 19, item "(xv)", incluir os itens "(xvi)" e "(xvii)" do mesmo Artigo 19 e excluir os Artigos 13.1 e 15.1 para atualizar as práticas da Companhia, prever 1/3 de membros independentes no Conselho de Administração e aprimorar suas atribuições; **6)** incluir os Artigos 19, 19.1, 19.2, 20, 20.1, 20.2, 21 para tornar estatutários os comitês de assessoramento ao Conselho de Administração; **7)** excluir os Artigos 20, 20.1 e 21 dado o cumprimento das disposições do Novo Mercado em outros documentos da Companhia; **8)** incluir os Artigos 24.2, 24.3 e 24.4 para prever as atribuições da Diretoria; **9)** incluir o Artigo 25.3 para regular o uso de assinaturas eletrônicas; e **10)** consolidar o Estatuto Social.

Em pauta ordinária: 1) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras do exercício social findo em 31.12.2021; **2)** deliberar sobre proposta de destinação do lucro líquido do exercício de 2021, e ratificar a distribuição antecipada de juros sobre o capital próprio e de dividendos; **3)** fixar o número de membros do Conselho de Administração para o próximo mandato anual; **4)** eleger os respectivos membros titulares e suplentes do Conselho de Administração; **5)** deliberar sobre a independência dos candidatos a membros independentes do Conselho de Administração; **6)** eleger os membros titulares e suplentes do Conselho Fiscal para o próximo mandato anual; **7)** fixar a verba global destinada à remuneração dos administradores; e **8)** fixar a remuneração mensal individual dos membros do Conselho Fiscal.

Informações gerais: 1) Legitimação, Representação e Participação na Assembleia: os Acionistas, seus representantes legais ou procuradores, munidos de documento de identidade, comprovação de poderes e extrato de titularidade das ações, consoante Artigo 126 da Lei 6.404/76, poderão participar da Assembleia ou participar e votar de forma virtual por meio de **Plataforma Digital**, nos termos da Instrução CVM 622/20. Para tanto, os Acionistas deverão enviar solicitação acompanhada da documentação necessária em formato PDF para o e-mail assembleia@dex.co, **até às 11h do dia 26.04.2022**. As orientações, o *link*, os dados para conexão e a senha de acesso serão enviados até 11h do dia 27.04.2022, somente àqueles que manifestarem tal interesse e apresentarem a integralidade da documentação necessária até às 11h do dia 26.04.2022, conforme instruções detalhadas no **Manual da Assembleia**. **2)** Voto a Distância: os Acionistas que optarem por exercer seus direitos de voto a distância deverão preencher o Boletim de Voto a Distância e enviá-lo, **até 22.04.2022**, ao escriturador das ações da Companhia, aos agentes de custódia (corretoras) ou diretamente à Companhia, consoante instruções contidas no **Manual da Assembleia**; **3)** Voto Múltiplo: os Acionistas interessados em requerer a adoção do processo de voto múltiplo na eleição de membros do Conselho de Administração deverão representar, no mínimo, 5% (cinco por cento) do capital votante, nos termos das Instruções CVM 165/91 e 282/98 e requerer com antecedência mínima de 48 horas da realização da Assembleia; **4)** Eleição em Separado: os Acionistas minoritários poderão eleger, em votação em separado, membro para o Conselho de Administração e Conselho Fiscal, observadas as condições previstas nos Artigos 141 e 161 da Lei 6.404/76, sendo que em relação à eleição em separado para o Conselho de Administração, somente serão computados os votos relativos às ações detidas pelos acionistas que comprovarem a titularidade ininterrupta da participação acionária desde **28.01.2022**; e **5)** Documentos à disposição dos Acionistas: todos os documentos e informações adicionais necessários para análise e exercício do direito de voto encontram-se disponíveis na sede social e no website de Relações com Investidores da Companhia (www.dex.co/ri), da B3 (www.b3.com.br) e da CVM (www.cvm.gov.br).

São Paulo (SP), 25 de março de 2022.
Conselho de Administração
Alfredo Egydio Setubal
Presidente do Conselho de Administração (28/29/30)

BICICLETAS MONARK S/A

CNPJ/MF 56.992.423/0001-90 - NIRE 35.300.021.93-2

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Ficam convidados os Srs. Acionistas de Bicicletas Monark S/A ("Companhia") a se reunirem no dia 29/04/2022, às 12:00 horas, na sede social da Companhia, à Rua Francisco Lanzi Tancler, nº 130, Indaiatuba/SP, em Assembleia Geral Ordinária, para deliberarem a respeito da seguinte Ordem do Dia: 1 - Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhadas dos Pareceres emitidos pelos Auditores Independentes e pelo Conselho Fiscal, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021; 2 - Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021; 3 - Eleger os membros do Conselho de Administração; e 4 - Deliberar sobre a remuneração anual e global para os administradores no exercício social de 2022. Atendendo à instrução CVM nº 165/91, informamos que é de 5% o percentual mínimo de participação no capital votante necessário à requisição da adoção do voto múltiplo para eleição dos membros do Conselho de Administração. A participação do acionista poderá ser presencial, pessoalmente ou por meio de procurador devidamente constituído, ou via boletim de voto a distância, sendo que as orientações detalhadas acerca da documentação exigida, em especial os documentos hábeis a comprovar a identidade do acionista ou os seus respectivos poderes de representação, no caso de pessoas jurídicas e fundos de investimento, constam na Proposta de Administração, disponível nos websites da CVM (sistemas.cvm.gov.br), da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (www.B3.com.br) e da Companhia (www.monark.com.br). Comunicamos aos Srs. Acionistas que os documentos de que trata o artigo nº 133 da Lei nº 6404/76, relativos ao exercício encerrado em 31/12/2021, encontram-se a disposição dos acionistas na sede social da Companhia e serão publicados, de forma resumida, no jornal O Estado de São Paulo, no dia 29/03/2022, podendo ser acessado na íntegra nos websites acima mencionados, bem como no website do jornal (https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/).

São Paulo, 29 de março de 2022. **CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

COMUNICADO

Acha-se aberta, na Diretoria de Ensino Região Campinas Leste, a licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO nº 01/2022, objetivando a prestação de serviços contínuos de limpeza em ambiente escolar, para as escolas jurisdicionadas à Diretoria de Ensino Região de Campinas Leste. Data 11/04/2022 às 09:30 horas. O edital na íntegra encontra-se à disposição dos interessados, site www.bec.sp.gov.br.

EMPRESA MARANHENSE DE SERVIÇOS HOSPITALARES
COMISSÃO SETORIAL DE LICITAÇÃO
AVISO DE REMARCAÇÃO DE LICITAÇÃO
LICITAÇÃO ELETRÔNICA N.º 065/2022 – CSL/EMSERH
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 169.068/2021 – EMSERH

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE NA ESPECIALIDADE NEFROLOGIA, COM OS SERVIÇOS EM HEMODIÁLISE; LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS (MÁQUINA DE HEMODIÁLISE E OSMOSE RESERVA), COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, INSUMOS, REAGENTES E SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, PARA ATENDER A DEMANDA DO HOSPITAL DA ILHA.

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR LOTE.

SITUAÇÃO DA LICITAÇÃO: Fica remarcada para o dia 20/04/2022, às 9h (horário local).

MOTIVO: Em Função do Pedido de Esclarecimento.

Local de Realização: Sistema Licitações-e (www.licitacoes-e.com.br).

Edital e demais informações estão disponíveis em **www.emserh.ma.gov.br** e **www.licitacoes-e.com.br.** Informações adicionais serão prestadas na CSL/EMSERH, localizada na Av. Borborema, Qd-16, nº 25, Bairro do Calhau, São Luís/MA, no horário de 8h às 12h e das 14h às 18h, de segunda a sexta, pelos e-mails: **lauro.costa@emserh.ma.gov.br, csl@emserh.ma.gov.br e/ou laurocsl8@gmail.com,** ou pelo telefone (98) 3235-7333.

São Luís (MA), 24 de março de 2022
Lauro César Costa
Agente de Licitação da EMSERH

Fábrica de Papel e Papelão Nossa Senhora da Penha S.A.

C.N.P.J. 49.912.199/0001-13

Edital de Convocação - Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária

Convocação: Convocamos os Srs. Acionistas desta Sociedade a se reunirem em AGO/AGE, a realizar-se no dia 23/04/2022, às 10h00, na sede social da Sociedade, **de modo exclusivamente digital**, por meio da plataforma **Google Meet** (https://meet.google.com), por meio de *link* a ser enviado juntamente das instruções para acesso e participação da mesma, a fim de deliberarem sobre a seguinte **Ordem do dia: AGO:** a) Leitura, discussão e votação do relatório da Administração, Balanço Patrimonial e Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo de 31/12/2021; b) Destinação do Lucro Líquido do Exercício; c) Pagamento de Dividendos; d) Eleição dos Membros do Conselho de Administração; e) Fixação de remuneração dos Membros do Conselho de Administração e da Diretoria; f) Instalação do Conselho Fiscal e eleição dos membros titulares e seus suplentes. **AGE**: a) Aumento do Capital Social e consequente alteração do Art. 6º do Estatuto Social: b) Demais assuntos de interesse da sociedade. As deliberações acima serão realizadas via Boletim de Voto a Distância, conforme previsto na IN DREI Nº 79, de 14/04/2020. Para participação, os acionistas deverão enviar ao endereço da Sociedade, o Boletim de Voto a Distância completamente preenchido e assinado, com antecedência mínima de 10 dias uteis, juntamente de cópia autenticada de documento de identificação com foto (RG, RNE, CNH ou, ainda, carteiras de classe profissional oficialmente reconhecidas) ou, **preferencialmente**, via e-mail, no endereço assembleia2022@penha.com.br. A partir da data desta publicação, estarão disponíveis aos acionistas na sede social da Sociedade, cópias do relatório da Administração, Balanço Patrimonial e Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31/12/2021, as quais também serão encaminhadas através do e-mail de cada acionista. Itapira, 23 de Março de 2022. **Conselho de Administração.**

Investimentos Bemge S.A.

CNPJ 01.548.981/0001-79 — Companhia Aberta — NIRE 35300315472

Edital de Convocação
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Os Senhores Acionistas da INVESTIMENTOS BEMGE S.A., conforme obrigação prevista pela Lei das Sociedades Anônimas, são convidados pelo Conselho de Administração a participarem de Assembleia Geral Ordinária, que se realizará no dia 29.04.2022, às 11:00 horas, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100, Torre Conceição, 3º andar, em São Paulo (SP), a fim de: **1.** Tomar conhecimento dos Relatórios da Administração e dos Auditores Independentes e examinar, para deliberação, as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31.12.2021; **2.** Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício; **3.** Fixar o número de membros que comporão o Conselho de Administração e eleger os seus integrantes para o próximo mandato trienal. Tendo em vista as determinações das Instruções da Comissão de Valores Mobiliários 165/91 e 282/98, fica consignado que, para requerer a adoção de voto múltiplo na eleição de membros do Conselho de Administração, os Acionistas requerentes deverão representar, no mínimo, 5% do capital votante; e **4.** Deliberar sobre o montante da verba destinada à remuneração global dos integrantes da Diretoria e do Conselho de Administração. A descrição consolidada das matérias propostas bem como suas justificativas constam do Manual da Assembleia. Os documentos a serem analisados na Assembleia encontram-se à disposição dos Acionistas na sede da Companhia, bem como no site da CVM (www.cvm.gov.br) e da B3 – Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br). Para exercer seus direitos, os acionistas que desejarem comparecer à Assembleia, embora não recomendado, deverão portar seu documento de identidade. Os Acionistas podem ser representados na Assembleia por procurador, nos termos do artigo 126 da Lei das Sociedades por Ações, desde que o procurador esteja com seu documento de identidade e os documentos listados abaixo comprovando a validade de sua procuração (solicitamos que documentos produzidos no exterior sejam consularizados ou apostilados e acompanhados da respectiva tradução juramentada). Esclarecemos que o representante do Acionista Pessoa Jurídica não precisará ser acionista, administrador da Companhia ou advogado. a) Pessoas Jurídicas no Brasil: cópia autenticada do contrato/estatuto social da pessoa jurídica representada, comprovante de eleição dos administradores e a correspondente procuração, com firma reconhecida em cartório; e b) Pessoas Físicas no Brasil: procuração com firma reconhecida em cartório. Objetivando facilitar os trabalhos na Assembleia, a Companhia sugere que os Acionistas representados por procuradores enviem, até o dia 27.04.2022, às 11h horas, cópia dos documentos acima elencados para o e-mail drinvest@itau-unibanco.com.br. Tendo em vista que o mundo continua atravessando uma grave crise sanitária, apesar de termos tido avanços nos últimos meses, ainda precisamos acompanhar e evitar o excesso de circulação e contato entre as pessoas. Sendo assim, incentivamos que os acionistas participem da Assembleia por meio do boletim de voto à distância, nos termos da Instrução CVM 481/09, conforme alterada, a ser enviado (i) diretamente à Companhia, (ii) aos seus respectivos agentes de custódia, caso as ações estejam depositadas em depositário central, ou (iii) à Itaú Corretora de Valores S.A., instituição financeira contratada pela Companhia para prestação dos serviços de escrituração, conforme procedimentos descritos neste Manual da Assembleia. No intuito de organizar o acesso aos Acionistas na Assembleia, informamos que seu ingresso será permitido a partir das 10h. São Paulo (SP), 28 de março de 2022. (a) Renato Lulia Jacob - Diretor de Relações com Investidores. (29/30/31)

eloPar — ELO PARTICIPAÇÕES LTDA.

CNPJ nº 09.227.099/0001-33

Relatório da Administração

Senhoras e senhores acionistas,

O ano de 2021 foi marcado pela continuidade da pandemia da COVID-19, um dos acontecimentos mais desafiadores da nossa história.

Mesmo com todo o cenário de incertezas, surgiram oportunidades para promovermos inovações em nossos modelos de negócios e na forma de trabalho. Com a busca contínua por eficiências e entendimento das melhores formas de atender as pessoas, clientes, colaboradores e acionistas, a Empresa registrou lucro líquido de R$ 854,2 milhões, possuindo patrimônio líquido de R$ 2,9 bilhões com ativos totais de R$ 3,4 bilhões.

Resultado obtido, principalmente, pela resiliência das empresas componentes do Grupo que, cientes de seu papel, ofereceram meios de pagamento para que brasileiros pudessem receber apoio financeiro na pandemia e potencializaram instrumentos digitais que serviram não só como conveniência, mas como ferramentas alinhadas aos protocolos de saúde estabelecidos.

Outros dois fatos relevantes que ocorreram ao longo do ano foram a distribuição de R$ 1,1 Bilhões de dividendos aos acionistas e a incorporação da Movera Serviços e Promoção do Empreendedorismo Ltda. pela Elo Participações Ltda.

Pensando-se na segurança e bem-estar de nossos colaboradores, todas as atividades continuaram através de trabalho remoto, contribuindo com a preservação da saúde e em linha com as ações para superação da pandemia.

Ao encerrarmos o exercício social, registramos os agradecimentos da Administração a todos os nossos colaboradores, fornecedores e acionistas pelo apoio e confiança que nos foram dispensados. E, em especial, aos nossos clientes que nos honram com a sua escolha.

Convidamos a todos para conhecerem o resumo de nossos resultados ao longo do ano de 2021.

Barueri, 24 de março de 2022

A Administração

Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020 *(Em milhares de reais)*

		Controladora		Consolidado	
Ativo	**NE**	**2021**	**2020**	**2021**	**2020**
Caixa e equivalentes de caixa	5	331.737	696.052	6.122.616	7.258.794
Instrumentos financeiros	6	–	–	764.537	142.171
Empréstimos e recebíveis	7	**–**	**–**	**1.988.884**	**1.503.413**
Empréstimos e recebíveis		–	–	2.240.311	1.763.158
Provisão para perdas esperadas		–	–	(251.427)	(259.745)
Contas a receber	8	**137.703**	**11.213**	**3.881.152**	**3.185.965**
Contas a receber		138.992	11.240	3.912.470	3.219.684
Provisão para perdas esperadas		(1.289)	(27)	(31.318)	(33.719)
Impostos a recuperar	9	32.170	24.007	287.311	164.718
Dividendos a receber	22.a	172.749	133.002	–	–
Despesas antecipadas	10	1.633	1.745	173.422	147.379
Depósitos judiciais	12	–	–	1.681	–
Outros créditos	11	**16.655**	**18.230**	**278.171**	**127.022**
Outros créditos		16.655	18.230	285.481	128.835
Provisão para perdas esperadas		–	–	(7.310)	(1.813)
Total do ativo circulante		**692.647**	**884.249**	**13.497.774**	**12.529.462**
Instrumentos financeiros	6	–	–	130.905	230.571
Contas a receber	8	137.077	–	–	–
Empréstimos e recebíveis	7	**–**	**–**	**52.350**	**189.273**
Empréstimos e recebíveis		–	–	57.620	202.636
Provisão para perdas esperadas		–	–	(5.270)	(13.363)
Despesas antecipadas	10	135	134	130.672	107.340
Depósitos judiciais	12	57.245	59.920	136.295	136.686
Ativo fiscal diferido	27.b	54.852	62.010	670.787	714.897
Outros créditos	11	–	–	7.321	5.551
Investimento	13	2.382.917	2.479.251	–	–
Ágio sobre investimento	13	89.637	89.637	278.366	278.366
Imobilizado	14	14.029	15.899	78.019	99.912
Intangível	15	1.055	534	610.755	360.782
Total do ativo não circulante		**2.736.947**	**2.707.385**	**2.095.470**	**2.123.378**
Total do Ativo		**3.429.594**	**3.591.634**	**15.593.244**	**14.652.840**

		Controladora		Consolidado	
Passivo	**NE**	**2021**	**2020**	**2021**	**2020**
Passivos com instituições financeiras	16	–	–	324.093	165.114
Fornecedores		1.507	808	164.474	45.723
Contas a pagar operacionais	17	–	–	4.737.006	3.730.828
Obrigações com portadores	18	–	–	2.276.175	2.225.870
Programa de incentivos às vendas	19	–	–	20.878	34.521
Salários e encargos	20	19.562	20.693	198.962	165.740
Impostos e contribuições a recolher	21	7.533	1.628	117.208	244.706
Passivos contingentes	28	1.781	683	21.918	14.694
Dividendos a pagar	22.b	213.551	216.098	223.500	232.485
Arrendamento mercantil a pagar	24	428	13	10.693	20.865
Outras contas a pagar	23	34.023	17.849	3.845.182	3.697.640
Total do passivo circulante		**278.385**	**257.772**	**11.940.089**	**10.578.186**
Passivos contingentes	28	90.506	118.565	177.269	194.510
Salários e encargos	20	18.769	21.209	53.844	43.266
Passivo fiscal diferido	27.b	94.104	2.343	131.749	42.323
Outras contas a pagar	23	–	–	99	36
Arrendamento mercantil a pagar	24	7.773	9.513	34.638	32.587
Total do passivo não circulante		**211.152**	**151.630**	**397.599**	**312.722**
Patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores					
Capital social	29.a	1.052.000	1.052.000	1.052.000	1.052.000
Ajustes de avaliação patrimonial		(626)	(1.700)	(626)	(1.700)
Reserva legal	29.b	85.480	85.480	85.480	85.480
Reserva estatutária para expansão	29.c	1.803.203	2.046.452	1.803.203	2.046.452
Total do patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores		**2.940.057**	**3.182.232**	**2.940.057**	**3.182.232**
Participação de acionistas não controladores		–	–	315.499	579.700
Total do patrimônio líquido		**2.940.057**	**3.182.232**	**3.255.556**	**3.761.932**
Total do Passivo		**3.429.594**	**3.591.634**	**15.593.244**	**14.652.840**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações dos Resultados dos Exercícios

Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 *(Em milhares de reais)*

		Controladora		Consolidado	
	NE	**2021**	**2020**	**2021**	**2020**
Receita bruta	30	–	–	**8.404.456**	**7.024.483**
Impostos sobre serviços	30	–	–	(847.784)	(712.477)
Receita operacional		**–**	**–**	**7.556.672**	**6.312.006**
Custo dos serviços prestados	31	–	–	(3.136.612)	(2.163.004)
Lucro bruto		**–**	**–**	**4.420.060**	**4.149.002**
Receitas/(despesas), líquidas					
Pessoal	31	(12.163)	(13.258)	(730.671)	(574.175)
Gerais e administrativas	31	(4.016)	(36.998)	(1.728.030)	(1.411.157)
Resultado com equivalência patrimonial	13	836.253	899.803	–	–
Outras receitas/(despesas)	31	136.513	(3.187)	(51.888)	(165.040)
Lucro antes do resultado financeiro e impostos		**956.587**	**846.360**	**1.909.471**	**1.998.630**
Receitas financeiras	32	40.210	22.337	397.778	233.163
Despesas financeiras	32	(4.238)	(4.113)	(586.521)	(391.759)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		**992.559**	**864.584**	**1.720.728**	**1.840.034**
Imposto de renda e contribuição social					
Correntes	27.a	(39.435)	(4.728)	(531.916)	(637.202)
Diferidos	27.a	(98.919)	4.535	(116.597)	22.288
Lucro líquido		**854.205**	**864.391**	**1.072.215**	**1.225.120**
Atribuível a:					
Acionistas controladores		854.205	864.391	854.205	864.391
Acionistas não controladores		–	–	218.010	360.729
Lucro por lote de mil quotas em R$		0,8120	0,8217	–	–

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações dos Resultados Abrangentes

Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 *(Em milhares de reais)*

	Controladora		Consolidado	
	2021	**2020**	**2021**	**2020**
Resultado dos exercícios	**854.205**	**864.391**	**1.072.215**	**1.225.120**
Ajuste ao valor justo contra o patrimônio líquido	1.166	(1.131)	1.166	(1.131)
Efeito fiscal	(92)	(591)	(92)	(591)
Resultado abrangente total	**855.279**	**862.669**	**1.073.289**	**1.223.398**
Resultado abrangente atribuível aos:				
Acionistas controladores	855.279	862.669	855.279	862.669
Acionistas não controladores	–	–	218.010	360.729
Resultado abrangente total	**855.279**	**862.669**	**1.073.289**	**1.223.398**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Método Indireto

Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 *(Em milhares de reais)*

		Controladora		Consolidado	
	NE	**2021**	**2020**	**2021**	**2020**
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Lucro líquido dos exercícios		**854.205**	**864.391**	**1.072.215**	**1.225.120**
Ajustes ao lucro líquido com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:					
Participação de acionistas não controladores		–	–	(218.010)	(360.729)
Depreciações e amortizações		4.596	11.665	141.866	102.844
Provisão para perdas		–	–	6.605	139.491
Resultado com equivalência patrimonial		(836.253)	(899.803)	–	–
Passivos contingentes		(26.961)	114.570	(10.017)	17.429
Imposto de renda e contribuição social diferidos		98.919	(52.005)	133.536	183
Juros sobre arrendamento mercantil		588	(5.446)	3.209	(1.882)
(Aumento)/redução nos ativos e passivos operacionais					
Instrumentos financeiros		–	–	(517.203)	(276.627)
Contas a receber		(263.567)	(5.021)	(707.289)	27.862
Empréstimos e recebíveis		–	–	(348.548)	(364.534)
Impostos a recuperar		(8.163)	(8.753)	(122.593)	4.867
Despesas antecipadas		111	(146)	(49.375)	(46.067)
Depósitos judiciais		2.675	(55.414)	(1.290)	(32.231)
Outros créditos		1.683	(3.255)	(151.845)	153.389
Passivos com instituições financeiras		–	–	158.979	(557.571)
Fornecedores		699	(792)	118.751	(786)
Contas a pagar operacionais		–	–	1.006.178	832.777
Obrigações com portadores		–	–	50.305	436.101
Programa de incentivos às vendas		–	–	(13.643)	(27.754)
Salários e encargos		(3.571)	12.181	43.800	41.061
Impostos e contribuições a recolher		36.621	1.802	505.049	594.050
Impostos pagos		(30.716)	(1.619)	(632.547)	(443.681)
Outras contas a pagar		16.174	6.872	147.605	517.736
Arrendamento mercantil		(1.913)	3.292	(11.330)	(6.962)
Caixa líquido aplicado/(utilizado) nas atividades operacionais		**(154.873)**	**(17.481)**	**604.408**	**1.974.086**
(Aumento)/redução nas atividades de investimentos					
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Baixa investimento por incorporação		3.817	1.093	–	–
Aquisição de controlada		(150.000)	–	–	
Lucro não realizado	8a	227.876	–	–	–
Perda de capital		658	–	–	–
Participação de acionistas não controladores		–	–	(264.201)	325.068
Dividendos recebidos		811.454	604.165	–	–
Adições ao imobilizado e intangível		(3.247)	(9.642)	(369.946)	(192.202)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		**890.558**	**595.616**	**(634.147)**	**132.866**
(Aumento)/redução nas atividades de financiamento					
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Distribuição de lucros		(1.100.000)	(613.00)	(1.106.439)	(639.954)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		**(1.100.000)**	**(613.00)**	**(1.106.439)**	**(639.954)**
Variação líquida do caixa e equivalentes de caixa		**(364.315)**	**(34.865)**	**(1.136.178)**	**1.466.998**
Caixa e equivalentes de caixa					
Saldo inicial		696.052	730.917	7.258.794	5.791.796
Saldo final		331.737	696.052	6.122.616	7.258.794
Variação líquida do caixa e equivalentes de caixa		**(364.315)**	**(34.865)**	**(1.136.178)**	**1.466.998**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 *(Em milhares de reais)*

				Reserva de lucros					
	NE	**Capital social**	**Ajuste de avaliação patrimonial**	**Reserva legal**	**Outras reservas de lucros**	**Lucro dos exercícios**	**Total do patrimônio líquido (acionistas controladores)**	**Participação acionistas não controladores**	**Total do patrimônio líquido**
Saldos em 31 de dezembro de 2019		**1.052.000**	**22**	**85.480**	**1.854.317**	**–**	**2.991.819**	**254.632**	**3.246.451**
Ajuste de avaliação patrimonial		–	(1.722)	–	–	–	(1.722)	–	(1.722)
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	864.391	864.391	360.729	1.225.120
Destinação do lucro líquido:									
Dividendos propostos	22.b	–	–	–	(456.158)	(216.098)	(672.256)	(35.661)	(707.917)
Reserva para expansão		–	–	–	648.293	(648.293)	–	–	–
Saldos em 31 de dezembro de 2020		**1.052.000**	**(1.700)**	**85.480**	**2.046.452**	**–**	**3.182.232**	**579.700**	**3.761.932**
Ajuste de avaliação patrimonial		–	1.074	–	–	–	1.074	–	1.074
Dividendos adicionais	29.d	–	–	–	(883.902)	–	(883.902)	–	(883.902)
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	854.205	854.205	218.010	1.072.215
Destinação do lucro líquido:									
Dividendos propostos	22.b	–	–	–	–	(213.552)	(213.552)	(300.551)	(514.103)
Reserva para expansão		–	–	–	640.653	(640.653)	–	(181.660)	(181.660)
Saldos em 31 de dezembro de 2021		**1.052.000**	**(626)**	**85.480**	**1.803.203**	**–**	**2.940.057**	**315.499**	**3.255.556**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras *(Em milhares de reais)*

1. Contexto operacional

A Elo Participações Ltda. ("Empresa" ou "EloPar") é uma "Holding", constituída na forma de sociedade empresária limitada, domiciliada no Brasil que tem como acionistas controladores diretos Bradescard Elo Participações S.A. e BB Elo Cartões Participações S.A. O endereço registrado do escritório da Empresa é Alameda Xingu, 512, 2º e 8º andares, Edifício "Condomínio Evolution Corporate" - Barueri, São Paulo. A Empresa tem por objeto a participação em outras sociedades, comerciais ou civis, nacionais ou estrangeiras, como sócia, acionista ou quotista; a gestão de negócios e ativos de empresas controladas direta ou indiretamente pela Empresa; a prestação de serviços relacionados com atividades, transações e operações para empresas controladas, direta ou indiretamente pela Empresa, bem como a realização de todas e quaisquer atividades conexas ou correlatas, que não sejam privativas de sociedade de prestação de serviços profissionais regulamentadas e que não dependam de autorização governamental específica; a prestação de quaisquer serviços administrativos às empresas controladas direta ou indiretamente pela Empresa. O licenciamento de marcas, expressões, domínios e patentes de titularidade da Empresa.

Mesmo mediante a todo contexto de continuidade da pandemia (COVID-19) e de saúde que ocorreram durante o ano de 2021, a EloPar e suas controladas obtiveram crescimento com a expansão de seus negócios, mantendo assim o resultado esperado.

Controladas diretas

			2021	2020
Empresas	**Setor**	**Controladas**	**Participação no capital social**	**Participação no capital social**
Alelo S.A.	Serviços	Direta	100,00%	100,00%
Elo Serviços S.A.	Serviços	Direta	57,07%	56,97%
Elo Holding Financeira S.A	*Holding*	Direta	100,00%	100,00%
Alpha Serviços de Rede de Autoatendimento S.A.	Serviços	Direta	100,00%	100,00%
Livelo S.A.	Serviços	Direta	100,00%	100,00%
Movera Serviços e Promoção do Empreendedorismo Ltda.	Serviços	Direta	–	99,99%
Kartra Participações Ltda.	*Holding*	Direta	99,99%	99,99%

O contexto operacional das controladas estão demonstradas abaixo:

Alelo S.A. - foi constituída em 17 de setembro de 2001 e iniciou suas atividades operacionais em 1º de fevereiro de 2003, tendo como objetivo a emissão, administração, gestão e prestação de serviços de meios de pagamento e cartões pré-pagos, aptos a receberem carga ou recarga de valores em moeda nacional ou estrangeira incluindo, mas não se limitando, aos benefícios de alimentação e refeição, através de meios eletrônicos, tais como tarja magnética, smart cards e outros; desenvolvimento de parcerias para promoção de produtos e/ou serviços, inclusive mediante disponibilização de espaço em materiais e veículos de divulgação; a implantação; administração e prestação de serviços de programas promocionais, mediante oferecimento e administração de programas de incentivo, fidelização e/ou bonificação de vendas, meios de pagamentos via "tag" e plataforma de pedidos.

Elo Serviços S.A. - é uma companhia 100% brasileira do segmento de Soluções de Pagamento criada em 2011 e tem o intuito de viabilizar a realização de pagamentos entre as diversas partes da cadeia: Consumidores, Estabelecimentos, Bancos Emissores, Credenciadores e empresas de tecnologia que fazem parte do ecossistema. Tendo seus controladores como principais emissores de cartões de débito e crédito com a bandeira Elo.

Elo Holding Financeira S.A. - tem como objeto exclusivo a participação societária em instituições financeiras e demais instituições.

Alpha Serviços de Rede de Autoatendimento S.A. - tem como objetivo atuação direta ou mediante consórcios, convênios, parcerias ou participações de capital em outras sociedades, comerciais ou civis, nacionais ou estrangeiras, como sócia acionista ou quotista e o licenciamento ou o sublicenciamento de marcas, expressões, domínios e patentes de titularidade, etc.

Livelo S.A. - tem como objetivo: (a) comercialização de direitos de resgate de prêmios no âmbito de programas de fidelização de clientes; (b) a comercialização de obrigações decorrentes de pagamentos de prêmios no âmbito de programas de fidelização de clientes; (c) o desenvolvimento e integração de programas de fidelização de clientes em razão de relacionamento com a Empresa e/ou seus parceiros; (d) a criação de banco de dados de pessoas físicas e jurídicas; (e) a obtenção e gerenciamento de informações transacionais referentes a hábitos de consumo; (f) o credenciamento de pessoas jurídicas, fornecedoras de bens e/ou prestadoras de serviços; (g) o desenvolvimento de parcerias para promoção de produtos e/ ou serviços, inclusive mediante disponibilização de espaço em materiais e veículos de divulgação; (h) a implantação, administração e demais atividades relativas a programas promocionais, programas de incentivos, fidelização e/ou bonificação de vendas; (i) comércio de bens e produtos, incluindo, porém não se limitando, a sua importação e a exportação, além da aquisição de itens e produtos direta ou indiretamente relacionados a consecução das atividades acima descritas, devendo seu estoque ser mantido em estabelecimento de terceiros; e (j) a Participação e representação de outras sociedades, brasileiras ou estrangeiras como sócia, acionista ou quotista.

Kartra Participações Ltda. - tem como objeto exclusivo a participação societária em instituições financeiras e demais instituições. Possui o controle direto do Banco Digio S.A.

Controladas indiretas

Banco Digio S.A. - tem como objeto a prática de operações ativas, passivas e acessórias inerentes às carteiras de investimento, crédito e financiamento, o qual está autorizado a operar pelo Banco Central do Brasil de acordo com as disposições legais e regulamentares em vigor, podendo ainda participar de outras sociedades comerciais ou civis, nacionais ou estrangeiras, como sócia, acionista ou quotista.

Nas demonstrações financeiras individuais da Empresa as informações financeiras das controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 a participação da Kartra Participações Ltda., no capital social do Banco Digio S.A. era de 100%.

continua →☆

→☆ continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras da Elo Participações Ltda. *(Em milhares de reais)*

2. Incorporação de controlada

Em 29 de outubro 2021, a controlada Movera Serviços e Promoção do Empreendedorismo Ltda., prestadora de serviços relacionados ao segmento de micro finanças, e também atuava na promoção e distribuição de produtos financeiros de empresas parceiras, destinada ao segmento atendido pela Empresa foi incorporada na controladora Elo Participações Ltda.

A tabela abaixo resume os valores dos ativos adquiridos e passivos assumidos na data da incorporação.

Caixa e equivalente de caixa	204
Contas a receber de clientes	2
Impostos a recuperar	4.470
Outros créditos	169
Depósitos judiciais	546
Imobilizado	118
Imposto de renda e contribuição a recolher	(14)
Outras contas a pagar	(1.566)
Passivos contingentes	(112)
Total dos ativos e passivos identificáveis, líquido	**3.817**

3. Base de preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras consolidadas e individuais foram elaboradas a partir de diretrizes contábeis e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

As demonstrações financeiras consolidadas e individuais foram aprovadas e autorizadas para publicação pela Administração em 24 de março de 2022.

b. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras consolidadas e individuais são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Empresa. Todas as informações financeiras apresentadas em real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

c. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras consolidadas e individuais, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas, custos e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas anualmente. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas.

4. Principais práticas contábeis

As práticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras consolidadas e individuais.

a. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros que apresentam liquidez diária e vencimento de até 90 dias da data da aplicação inicial e, sem prejuízo dos rendimentos acumulados até a data do resgate se feito de forma antecipada. São sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizados no pagamento das obrigações de curto prazo.

b. Instrumentos financeiros

b.1 Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Empresa se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao valor justo por meio de resultado (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

b.2 Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Empresa mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- *Solely Payments of Principal and Interest* ("SPPI"): uma das condições para se classificar um instrumento Financeiro ao custo amortizado, SPPI ocorre quando termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Empresa pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes (ORA). Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Empresa pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outa forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

A Empresa realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Empresa;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Empresa.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base o valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o "principal" é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os "juros" são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Empresa considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Empresa considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo;
- os termos que limitam o acesso da Empresa a fluxos de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que, também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros - mensuração subsequente e ganhos e perdas

- Ativos financeiros a VJR: Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receitas de dividendos, é reconhecido no resultado;
- Ativos financeiros a custo amortizado: Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
- Instrumentos de dívida a VJORA: Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
- Instrumentos patrimoniais a VJORA: Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivo financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

b.3 Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Empresa desreconhece um ativo financeiro quando:

- os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram; ou
- transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação em que:
- substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos; ou;
- a Empresa nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Passivos financeiros

A Empresa desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Empresa também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

Reforma da taxa de juros

Quando a base para determinar os fluxos de caixa contratuais de um ativo financeiro ou passivo financeiro mensurado ao custo amortizado muda como resultado da reforma da taxa de juros, a Empresa atualiza a taxa de juros efetiva do ativo financeiro ou passivo financeiro para refletir a mudança que é exigida pela reforma. Uma mudança na base para terminar os fluxos de caixa contratuais é exigida pela reforma da taxa de juros de referência se as seguintes condições forem atendidas:

- a mudança é necessária como consequência direta da reforma; e
- a nova base para determinar os fluxos de caixa contratuais é economicamente equivalente à base anterior - ou seja, a base imediatamente anterior à mudança.

Quando mudanças forem feitas em um ativo financeiro ou passivo financeiro, além de mudanças na base para determinar os fluxos de caixa contratuais exigidos pela reforma da taxa de juros de referência, a Empresa atualiza primeiro a taxa de juros efetiva do ativo financeiro ou passivo financeiro para refletir a mudança que é exigida pela reforma da taxa de juros de referência. Depois disso, a Empresa aplica as políticas contábeis de modificações nas alterações adicionais.

b.4 Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Empresa tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

c. Imobilizado

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Empresa. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente e a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, no dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

As vidas úteis estimadas para o exercício corrente são as seguintes:

Edificações	25 anos
Instalações	10 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Equipamentos de informática e telecomunicações	5 anos
Software e aplicativos	5 anos
Veículos	5 anos
Benfeitorias em imóveis de terceiros	5 anos
Direitos de uso sobre bens	3 a 6 anos

Os métodos de depreciação e as vidas úteis são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

d. Despesas antecipadas

Despesas antecipadas são aplicações em gastos que tenham realização no curso do período subsequente à data do balanço patrimonial.

As despesas pagas antecipadamente ou despesas antecipadas devem ser rateadas mensalmente com base no princípio da competência, principalmente quando o rateio deve acontecer em mais de um exercício fiscal.

Devem ser contabilizados nesta conta os valores pagos antecipadamente, tais como os prêmios de seguro, assinatura de periódicos, contratos de manutenção e licença, campanhas por um período determinado, entre outros valores correlatos sempre que forem pagos antecipadamente.

e. Combinação de negócios

Combinações de negócios são registradas na data de aquisição, isto é, na data em que o controle é transferido para a Empresa utilizando o método de aquisição. Controle é o poder de governar a política financeira e operacional da Empresa de forma a obter benefícios de suas atividades. Quando da determinação da existência de controle a Empresa leva em consideração os direitos de votos potenciais que são atualmente exercíveis.

A Empresa mensura o ágio na data de aquisição como:

- O valor da contraprestação transferida;
- O montante reconhecido de qualquer participação não-controladora na adquirida;
- Se a aquisição foi realizada em estágios, o valor justo de qualquer participação detida anteriormente à aquisição;
- O montante líquido (geralmente a valor justo) dos ativos identificáveis adquiridos e dos passivos assumidos;
- Quando o valor gera um montante negativo, o ganho com compra vantajosa é reconhecido diretamente no resultado do exercício.

Os custos de transação, que a Empresa incorre em conexão com a combinação de negócios são registrados no resultado conforme incorridos.

f. Investimentos em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial

Os investimentos da Empresa em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em coligadas e empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*).

As coligadas são aquelas entidades nas quais a Empresa, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não controle ou controle conjunto, sobre as políticas financeiras e operacionais. Uma entidade controlada em conjunto consiste em um acordo contratual através do qual a Empresa possui controle compartilhado, onde a Empresa tem direito aos ativos líquidos do acordo contratual, e não direito aos ativos e passivos específicos resultantes do acordo.

Os investimentos em coligadas e entidades controladas em conjunto são contabilizados por meio do método de equivalência patrimonial. Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras incluem a participação da Empresa no lucro ou prejuízo do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou controle conjunto deixa de existir.

g. Intangível

Representado por bens incorpóreos, separáveis ou resultantes de direitos contratuais ou de outros direitos legais.

Os ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Ativos intangíveis com vida útil indefinida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

Os ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios e reconhecidos separadamente do ágio são registrados pelo valor justo na data da aquisição, o qual é equivalente ao seu custo.

Os métodos de amortização e as vidas úteis são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e ajustados caso seja adequado.

h. Ágio *(goodwill)*

O ágio resultante de uma combinação de negócios é demonstrado ao custo na data da combinação do negócio, líquido da perda acumulada no valor recuperável, se houver.

Até 31 de dezembro de 2008, os ágios fundamentados em expectativa de rentabilidade futura foram amortizados no prazo, na extensão e na proporção dos resultados projetados em até cinco anos. A partir de 1° de janeiro de 2009, os ágios não são mais amortizados, porém submetidos a teste anual ou quando houver indício de perda do seu valor recuperável, conforme o pronunciamento técnico CPC 01 - Redução ao valor recuperável de ativos.

i. Redução ao valor recuperável (*impairment*)

i1. Ativos financeiros

Instrumentos financeiros e contas a receber

A Sociedade reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- ativos financeiros mensurados ao custo amortizado; e
- contas a receber.

As provisões para perdas com contas a receber são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Sociedade considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Sociedade, na avaliação de crédito e considera informações prospectivas.

A Sociedade considera um ativo financeiro como inadimplente quando o ativo financeiro estiver vencido há mais de 60 dias.

- As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.
- As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses).

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Sociedade está exposta ao risco de crédito.

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Sociedade de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Sociedade espera receber).

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Sociedade avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- dificuldades financeiras significativas do devedor;
- quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 60 dias.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Sociedade não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte.

i2. Ativos não financeiros

Em cada data de reporte, a Sociedade revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado. No caso do ágio, o valor recuperável é testado anualmente.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado.

j. Ativos e passivos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25:

Ativos contingentes - Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;

Passivos contingentes - são classificados como passivos contingentes prováveis, quando um evento passado gera uma obrigação legal ou implícita, existe a probabilidade de uma saída de recurso e o valor da obrigação pode ser estimado com segurança. Os passivos contingentes classificados como de perda possíveis, não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgadas apenas em notas explicativas, e os classificados como remotos não requerem provisão e nem divulgação.

Obrigações legais - as obrigações legais, cuja legalidade/constitucionalidade estejam eventualmente sendo discutidas judicialmente, são devidamente provisionadas.

k. Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber no curso normal das atividades da Empresa.

A Empresa reconhece a receita quando o seu valor puder ser mensurado com segurança, for provável que benefícios econômicos futuros fluirão quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das suas atividades.

A receita é reconhecida pelo regime de competência. Sendo todos os itens acima avaliados e submetidos as mudanças decorrentes da adoção do CPC 47 que estabeleceu novo procedimento de reconhecimento de receitas de contratos com clientes, vigente a partir do exercício de 2018.

l. Outras receitas e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras abrangem substancialmente: (i) receitas de juros; (ii) despesas de juros; (iii) eventuais receitas de dividendos; e (iv) ganhos/perdas líquidos de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado através do método dos juros efetivos.

m. Receitas/(despesas), líquidas

As receitas e despesas líquidas são apuradas pelo regime de competência.

n. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. Para a instituição financeira é aplicada a alíquota de 25% para imposto de renda e 20% para contribuição social.

(i) Impostos correntes

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data do balanço. O imposto corrente também inclui qualquer imposto a pagar decorrente da declaração de dividendos.

(ii) Impostos diferidos

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para:

- Diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o contábil;
- Diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controladas, coligadas e participações em empreendimentos sob controle conjunto na extensão que o Grupo seja capaz de controlar o momento da reversão das diferenças temporárias e seja provável que elas não sejam revertidas num futuro previsível; e
- Diferenças temporárias tributáveis decorrentes do reconhecimento inicial de ágio.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros futuros tributáveis estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

O imposto diferido é mensurado com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data do balanço.

o. Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e

Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

p. Arrendamento Mercantil

Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A Empresa não possui arrendamentos que não se enquadrem na prática.

Os ativos de direitos de uso e passivos de arrendamento são inicialmente mensurados ao valor presente.

Os passivos de arrendamento incluem o valor presente líquido dos pagamentos de arrendamentos a seguir:

- pagamentos fixos (incluindo pagamentos fixos na essência), menos quaisquer incentivos de arrendamentos a receber;
- valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual;
- pagamentos de multas por rescisão do arrendamento se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

Os pagamentos de arrendamentos são descontados utilizando a taxa de juros implícita no arrendamento. Caso essa taxa não possa ser prontamente determinada, a taxa incremental de empréstimo do arrendatário é utilizada, sendo esta a taxa que o arrendatário teria que pagar em um empréstimo para obter os fundos necessários para adquirir um ativo de valor semelhante, em um ambiente econômico similar, com termos e condições equivalentes.

continua →☆

–☆ continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras da Elo Participações Ltda. *(Em milhares de reais)*

Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, de acordo com os itens a seguir:
- o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento;
- quaisquer pagamentos de arrendamentos feitos na data inicial, ou antes dela, menos quaisquer incentivos de arrendamento recebidos;
- quaisquer custos diretos iniciais; e
- custos de restauração

Os ativos de direito de uso geralmente são depreciados ao longo da vida útil do ativo ou do prazo do arrendamento pelo método linear, dos dois o menor. Se a Empresa estiver razoavelmente certa de que irá exercer uma opção de compra, o ativo do direito de uso é depreciado ao longo da vida útil do ativo subjacente.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Caixa e bancos	29	109	45.355	83.810
Moeda estrangeira (a)	–	–	69.194	109.466
Fundos de investimentos (b)	317.606	524.500	5.319.514	6.727.990
Certificado de depósito bancário (c)	14.102	171.443	686.736	335.360
Aplicações financeiras	–	–	1.817	2.160
Certificado de depósito no exterior (a)	–	–	–	8
	331.737	**696.052**	**6.122.616**	**7.258.794**

(a) Os valores em moeda estrangeira são convertidos pela PTAX do último dia útil do exercício.

(b) As aplicações com fundos de investimentos não exclusivos são administradas pelo Banco Bradesco S.A., BB Gestão de Recursos - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. e Caixa Econômica Federal que possuem liquidez diária. As cotas de fundos de investimentos são valorizadas com base no valor da cota divulgada pelo administrador do fundo.

(c) As aplicações em certificados de depósito bancário estão classificadas no curto prazo, uma vez que foram efetuadas com o propósito de serem ativa e frequentemente negociadas e apresentavam liquidez diária, sem prejuízo dos rendimentos acumulados até a data do resgate remunerados ao CDI.

6. Instrumentos financeiros

a) Instrumentos financeiros

	Classificação	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Títulos públicos		–	–	**764.537**	**318.585**
Letras financeiras do tesouro	VJORA	–	–	765.668	319.716
Ajuste a valor de mercado		–	–	(1.131)	(1.131)
Títulos privados		–	–	**130.905**	**54.157**
Letras financeiras	Custo Amortizado	–	–	130.905	54.157
Total instrumentos financeiros		–	–	**895.442**	**372.742**
Circulante		–	–	764.537	142.171
Não circulante		–	–	130.905	230.571

b) Classificação dos instrumentos financeiros

Categoria de instrumentos financeiros	Classificação	Controladora 2021 Contábil	Controladora 2021 Valor justo	Controladora 2020 Contábil	Controladora 2020 Valor justo
Caixa e Bancos	Custo amortizado	29	–	109	–
Certificado de depósito bancário - CDB´s	VJR	14.102	14.102	171.442	171.442
Fundos de investimentos	VJR	317.606	317.606	524.500	524.500
Contas a receber	Custo amortizado	274.780	–	11.213	–
		606.517	**331.708**	**707.264**	**695.942**

Categoria de instrumentos financeiros	Classificação	Consolidado 2021 Contábil	Consolidado 2021 Valor justo	Consolidado 2020 Contábil	Consolidado 2020 Valor justo
Caixa e Bancos	Custo amortizado	116.366	–	195.436	–
Títulos públicos					
Letras financeiras do tesouro	VJORA	765.668	765.668	319.716	319.716
Títulos privados					
Letras financeiras	Custo amortizado	130.905	–	54.157	–
Certificado de depósito bancário - CDB´s	Custo amortizado	78.191	–	–	–
Certificado de depósito bancário - CDB´s	VJR	608.545	608.545	335.368	335.368
Fundos de investimentos	VJR	5.319.514	5.319.514	6.727.990	6.727.990
Contas a receber	Custo amortizado	3.881.152	–	3.185.965	–
		10.900.341	**6.693.727**	**10.818.632**	**7.383.074**

Estimativa de valor justo

A tabela abaixo classifica os ativos contabilizados ao valor justo de acordo com o método de avaliação

Categoria de instrumentos financeiros	Classificação	Controladora 2021	Controladora 2020	Nível
Certificado de depósito bancário - CDB´s	VJR	14.102	171.442	Nível 2
Fundos de investimentos	VJR	317.606	524.500	Nível 2
		331.708	**695.942**	

Categoria de instrumentos financeiros	Classificação	Consolidado 2021	Consolidado 2020	Nível
Certificado de depósito bancário - CDB´s	VJR	608.545	335.368	Nível 2
Letras financeiras do tesouro	VJORA	765.668	319.716	Nível 2
Fundos de investimentos	VJR	5.319.514	6.727.990	Nível 2
		6.693.727	**7.383.074**	

(a) Nível 1: o valor justo dos ativos negociados em mercados ativos é baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço.

(b) Nível 2: o valor justo dos ativos e passivos que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, certificado de depósito bancário) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Se todas as premissas relevantes utilizadas para determinar o valor justo de um ativo ou passivo puderem ser observadas no mercado, ele estará incluído no Nível 2.

(c) Nível 3: se uma ou mais informações relevantes não estiver baseada em dados adotados pelo mercado, como por exemplo, investimentos em ações ou dívidas não cotadas, o ativo ou passivo estará incluído no Nível 3.

Técnicas de avaliação usadas para determinar os valores justos - nível 2

As técnicas de avaliação específicas utilizadas para avaliar os instrumentos financeiros incluem:
- O uso de preços de mercado cotados ou cotações de distribuidores para instrumentos semelhantes, se aplicável.
- para outros instrumentos financeiros - análise de fluxo de caixa descontado.

7. Empréstimos e Recebíveis

	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Operações de crédito	2.323.533	1.950.767
Perdas esperadas	(282.299)	(258.081)
	2.041.234	**1.692.686**
Circulante	1.988.884	1.503.413
Não circulante	52.350	189.273

Os modelos de riscos que apuram a provisão de perda esperada aplicados seguem os conceitos e diretrizes dos normativos internacionais do CPC-48, de modo a fornecer suas próprias medidas de probabilidade de inadimplência (PD), perda dada inadimplência (LGD) e a exposição total da carteira em inadimplência (EAD), contam com revisões periódicas, no mínimo anuais, ou quando identificadas alterações significativa nas variáveis dos modelos.

O modelo prevê agravamento das variáveis PD e LGD em linha com o cenário econômico apurado no momento da mensuração do respectivo modelo. Adicionalmente no calculo consideramos o crédito tributário sobre a perda esperada.

8. Contas a receber

	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Contas a receber de clientes	–	–	3.307.631	2.703.784
Contas a receber partes relacionadas (a)	276.069	11.240	604.839	515.900
(–) Perda esperada (b)	(1.289)	(27)	(31.318)	(33.719)
	274.780	**11.213**	**3.881.152**	**3.185.965**
Circulante	137.703	11.213	3.881.152	3.185.965
Não circulante	137.077	–	–	–

(a) Em 27 de julho de 2021, a Empresa vendeu para sua controlada Elo Serviços S.A., a marca "ELO" em contrato de cessão e transferência de marca e nome de domínio. O valor total da transação foi de R$ 400.000 milhões em três parcelas de R$ 133.333 milhões, sendo a primeira foi paga em 30 de julho de 2021. A segunda e a terceira parcelas vencem em 30 de julho de 2022 e 2023, respectivamente e estão sujeitos à atualização monetária com base na taxa de juros SELIC. Esta transação gerou um ganho de capital no montante de R$ 227.876.

(b) A provisão de perda esperada de clientes da Empresa, são estimativas ponderadas pela probabilidade de perda de crédito. A Empresa e suas controladas dispõem de políticas internas e instrumentos contratuais para mitigação de risco de crédito dos clientes, com o intuito de proteger-se de eventuais riscos de "default".

A movimentação da perda esperada é como segue:

	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Saldo inicial	(27)	(38)	(33.719)	(36.799)
Acréscimos	(1.300)	(14)	(9.465)	(16.876)
Baixas	38	25	11.866	19.956
Saldo final	**(1.289)**	**(27)**	**(31.318)**	**(33.719)**

Os valores do quadro acima são compostos pelos provisionamentos relacionados a Contas a Receber de Clientes, Contas a Receber de Partes Relacionadas e Carteira de Títulos e Valores Mobiliários.

Risco de crédito

O Risco de crédito é o risco de a controladora incorrer em perdas financeiras caso uma contraparte falhe no cumprimento de suas obrigações de pagamento frente aos acordos contratuais decorrentes de prazos comerciais concedidos, ou uma contraparte nas obrigações contratuais de um instrumento financeiro. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes, de partes relacionadas e de instrumentos financeiros da instituição.

Os valores contábeis dos ativos financeiros e ativos de contrato representam a exposição máxima do crédito.

A instituição conta com estrutura de gerenciamento de risco vide nota explicativa nº 35.

Contas a receber e ativos de contrato

A exposição da Instituição ao risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada contraparte. Contudo, a Administração também considera os fatores que podem influenciar o risco de crédito de sua base de contrapartes, incluindo o risco de não pagamento apurado por modelos internos.

A instituição conta com políticas e normas que estabelecem limites de exposição, diretrizes e condições para concessão de prazos comerciais e aprovações por exceções.

Modelos de apuração de perdas esperadas

Os modelos de riscos que apuram a provisão de perda esperada das contrapartes existentes da Controladora foram construídos com base em diretrizes dos normativos internacionais do CPC-48 (IFRS9), contam com revisões periódicas, no mínimo anuais, ou quando identificadas alterações significativa nas variáveis dos modelos.

A carteira a receber da Controladora observa baixos índices históricos de inadimplencia e/ou atraso, dado que suas operações estão destinadas as suas controladas, desta maneira classificada como *Low Default Portfolio (LDP)*. Estas classes de carteiras, devido a boa qualidade de crédito das contrapartes não oferecem dados estatísticos suficientes e adequados de eventos de inadimplência e/ou perda de modo em que possa permitir uma modelagem estatística eficiente.

Desta maneira, o modelo mensuração de provisão para perdas esperadas considera na sua apuração as variáveis de PD (Probability of Default) com base em modelagem interna que combina consultas a informações de Bureau externos, e EAD (Exposure at Default) a qual representa o valor de exposição ao risco de crédito apurado na data de sua mensuração.

Dadas as características do modelo de negócio da instituição, a modelagem para mensuração da provisão para perdas esperadas utiliza método adaptado considerando as variáveis de EAD e PD apuradas no momento do calculo.

As tabelas a seguir fornecem informações sobre as exposições ao risco de créditos apuradas na Controladora, e suas respectivas provisões calculadas:

31 de dezembro de 2021	Saldo de exposição ao risco de crédito	Taxa média ponderada de perda esperada	Provisão para perda esperada
Contas a receber	280.113	0,46%	(1.289)
Instrumentos financeiros (c)	–	0,0%	–
Total	**280.113**		**(1.289)**

31 de dezembro de 2020	Saldo de exposição ao risco de crédito	Taxa média ponderada de perda esperada	Provisão para perda esperada
Contas a receber	10.857	0,25%	(27)
Instrumentos financeiros (a)	–	0,0%	–
Total	**10.857**		**(27)**

(c) Instrumentos financeiros não apresentaram classificação do ativo para elegibilidade ao cálculo de perda esperada conforme as diretrizes do CPC-48 (IFRS9).

Consolidado

Os riscos de crédito e os modelos de apuração de perdas esperadas das empresas controladas respeitam as diretrizes da Controladora, seguindo as mesmas diretrizes dos normativos internacionais do CPC-48 (IFRS9), respeitando as especificidades de cada modelo de negócio, contam com revisões periódicas, no mínimo anuais, ou quando identificadas alterações significativas nas variáveis dos modelos.

O montante apurado considera os eventos contábeis registrados em suas controladas diretas. As tabela a seguir fornece o detalhamento das controladas e suas respectivas provisões apuradas:

	2021	2020
Alelo S.A. (d)	(26.541)	(31.332)
Livelo S.A. (e)	(3.488)	(2.357)
Elo Participações Ltda.	(1.289)	(27)
Movera Serviços e Promoção do Empreendedorismo Ltda.	–	(2)
	(31.318)	**(33.719)**

(d) As tabelas a seguir fornecem informações sobre as exposições ao risco de créditos apuradas na controlada Alelo S.A., e suas respectivas provisões calculadas:

31 de dezembro de 2021	Saldo de exposição ao risco de crédito	Taxa média ponderada de perda esperada	Provisão para perda esperada
A Vencer até 3 dias	2.424.059	0,1%	3.058
Vencido 4-30 dias	25.031	8,2%	2.059
Vencido 31-60 dias	2.397	14,8%	356
Vencido 61-90 dias	1.389	50,5%	702
Vencido 91-360 dias	2.512	73,9%	1.858
Vencido há mais de 360 dias	18.508	100,0%	18.508
Total	**2.473.896**		**26.541**

31 de dezembro de 2020	Saldo de exposição ao risco de crédito	Taxa média ponderada de perda esperada	Provisão para perda esperada
A Vencer até 3 dias	2.253.942	0,1%	1.349
Vencido 4-30 dias	29.305	5,8%	1.688
Vencido 31-60 dias	1.495	9,0%	135
Vencido 61-90 dias	712	60,1%	428
Vencido 91-360 dias	9.096	44,5%	4.052
Vencido há mais de 360 dias	23.680	100,0%	23.680
Total	**2.318.230**		**31.332**

(e) As tabelas a seguir fornecem informações sobre as exposições ao risco de créditos apuradas na controlada Livelo S.A., e suas respectivas provisões calculadas:

31 de dezembro de 2021	Saldo de exposição ao risco de crédito	Taxa média ponderada de perda esperada	Provisão para perda esperada
Contas a receber	431.472	0,8%	3.488
Estoque de pontos antecipados	124.582	5,9%	7.310
Instrumentos financeiros	–	0,0%	–
Total	**556.054**		**10.798**

31 de dezembro de 2020	Saldo de exposição ao risco de crédito	Taxa média ponderada de perda esperada	Provisão para perda esperada
Contas a receber	321.962	0,7%	2.357
Estoque de pontos antecipados	15.797	11,5%	1.813
Instrumentos financeiros	–	0,0%	–
Total	**337.759**		**4.170**

9. Impostos a recuperar

	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
IRRF	30.807	22.500	88.507	45.273
Imposto de renda e contribuição social	204	349	110.873	53.809
PIS e COFINS	1.100	1.097	86.231	61.851
Outros	59	61	1.700	3.785
	32.170	**24.007**	**287.311**	**164.718**

10. Despesas antecipadas

	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Incentivos de vendas	–	–	154.047	122.841
Contratos, assinaturas e licenças	1.768	1.879	110.665	84.354
Descontos comerciais	–	–	30.475	38.560
Outros	–	–	8.907	8.964
	1.768	**1.879**	**304.094**	**254.719**
Circulante	1.633	1.745	173.422	147.379
Não circulante	135	134	130.672	107.340

11. Outros créditos

	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Adiantamento a fornecedores (a)	12.606	12.905	228.303	98.826
Adiantamento a funcionários	3.119	2.352	42.688	23.814
Depósitos garantias (b)	–	–	3.513	3.272
Perdas esperadas	–	–	(7.310)	(1.813)
Contratos com partes relacionadas (Nota 25)	32	2.074	–	–
Outros	898	899	18.298	8.474
	16.655	**18.230**	**285.492**	**132.573**
Circulante	16.655	18.230	278.171	127.022
Não circulante	–	–	7.321	5.551

a) Substancialmente na controladora, refere-se a valores a serem recebidos pelo compartilhamento de estrutura, e no consolidado, trata-se de compra de pontos antecipadas da controlada Livelo S.A.

b) Garantia contratual em dólar firmada junto à *Discover* como garantia de liquidação para as transações internacionais, realizadas com o cartão Elo. Os valores em moeda estrangeira são convertidos pela PTAX do último dia útil do exercício. Esses valores referem-se a saldos da controlada Elo Serviços S.A.

12. Depósitos judiciais

	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Depósitos fiscais	6.863	6.498	84.959	80.880
Depósitos trabalhistas	56.109	59.944	58.022	61.917
Depósitos cíveis	2	–	2	21
Bloqueio judicial	2.873	2.929	3.595	3.319
(–) Ressarcimento de depósitos	(8.602)	(9.451)	(8.602)	(9.451)
	57.245	**59.920**	**137.976**	**136.686**
Circulante	–	–	1.681	–
Não circulante	57.245	59.920	136.295	136.686

13. Investimentos

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os saldos contábeis das controladas diretas apresentavam os seguintes valores:

	2021 Capital social	2021 Patrimônio líquido	2021 Resultado do exercício	2021 Quantidade de ações/quotas	2021 Participação no capital social	2021 Investimento	2021 Resultado de equivalência patrimonial	2020 Investimento	2020 Resultado de equivalência patrimonial
Alpha Serviços de Rede de Autoatendimento S.A.	201	49	(20)	201	100%	49	(20)	69	(19)
Elo Holding Financeira S.A.	201	81	(16)	201	100%	81	(16)	97	(20)
Alelo S.A.	472.414	796.237	182.186	2.000	100%	796.237	182.186	729.520	186.351
Elo Serviços S.A.	342.627	734.909	506.955	1.433.107	57,07%	419.409	288.945	767.470	477.570
Livelo S.A.	139.100	508.853	458.710	139.100	100%	508.853	458.710	394.896	273.495
Movera Serviços e Promoção do Empreendedorismo Ltda. (a)	–	–	(24.547)	–	99,99%	–	(24.547)	10.980	(10.265)
Ibi Promotora de Vendas Ltda.	–	–	–	–	99,99%	–	–	–	(20.606)
Kartra Participações Ltda. (b)	868.110	658.288	(69.005)	868.110	99,99%	658.288	(69.005)	576.219	(6.703)
						2.382.917	**836.253**	**2.479.251**	**899.803**

(a) Resultado até outubro de 2021.

(b) Controladora do Banco Digio S.A.

Composição de ágios sobre investimentos:

	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Alelo S.A. (a)	89.637	89.637	89.637	89.637
Banco Digio S.A. (b)	–	–	188.729	188.729
	89.637	**89.637**	**278.366**	**278.366**

(a) Ágio registrada em 31 de agosto de 2013, resultante da incorporação da Lyra Holding S.A. na Alelo S.A.

(b) Em 31 de dezembro de 2016 houve a incorporação da Farly que possuía um ágio de R$ 325.394 sendo que R$ 136.665 se tornou um benefício fiscal no Banco Digio S.A que foi amortizado no período de 5 anos, finalizando em 31 de dezembro de 2021.

14. Imobilizado

Controladora	Taxa anual de depreciação %	2021 Custo	2021 Depreciação acumulada	2021 Líquido	2020 Custo	2020 Depreciação acumulada	2020 Líquido
Instalações	10	7.220	(4.333)	2.887	6.697	(3.653)	3.044
Móveis e utensílios	10	4.198	(2.414)	1.784	3.958	(2.050)	1.908
Software e aplicativos	20	1.652	(1.235)	417	1.652	(1.009)	643
Equipamentos de informática e telecomunicações	20	1.211	(972)	239	1.157	(884)	273
Benfeitorias em imóveis de terceiros	20	2.856	(2.225)	631	14.940	(5.089)	9.851
Direito de uso sobre bens	16,67	16.019	(7.948)	8.071	2.358	(2.178)	180
		33.156	**(19.127)**	**14.029**	**30.762**	**(14.863)**	**15.899**

Consolidado	Taxa anual de depreciação %	2021 Custo	2021 Depreciação acumulada	2021 Líquido	2020 Custo	2020 Depreciação acumulada	2020 Líquido
Instalações	10	16.679	(9.640)	7.039	17.543	(8.548)	8.995
Móveis e utensílios	10	12.462	(6.444)	6.018	15.152	(6.369)	8.783
Software e aplicativos	20	42.642	(27.432)	15.210	38.692	(20.650)	18.042
Equipamentos de informática e telecomunicações	20	11.850	(6.923)	4.927	11.244	(5.556)	5.688
Benfeitorias em imóveis de terceiros	20	10.402	(7.711)	2.691	13.407	(8.001)	5.406
Direito de uso sobre bens	16,67	79.779	(37.645)	42.134	79.681	(26.683)	52.998
		173.814	**(95.795)**	**78.019**	**175.719**	**(75.807)**	**99.912**

A movimentação do imobilizado da controladora e consolidado em 31 de dezembro de 2021 é como segue:

Controladora	Saldo inicial em 31.12.2020	Entradas	Baixas	Depreciação	Saldo final em 31.12.2021
Imobilizado de Uso					
Instalações	3.044	523	–	(680)	2.887
Móveis e utensílios	1.908	239	–	(363)	1.784
Software e aplicativos	643	–	–	(226)	417
Equipamentos de informática e telecomunicações	273	54	–	(88)	239
Benfeitorias em imóveis de terceiros	180	499	–	(48)	631
Direito de uso sobre bens	9.851	1.079	–	(2.859)	8.071
	15.899	**2.394**	**–**	**(4.264)**	**14.029**

continua –☆

–☆ continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras da Elo Participações Ltda. *(Em milhares de reais)*

Consolidado	Saldo inicial em 31.12.2020	Entradas	Baixas	Depreciação	Saldo final em 31.12.2021
Imobilizado de Uso					
Instalações	8.995	523	(1.382)	(1.097)	7.039
Móveis e utensílios	8.783	243	(2.821)	(187)	6.018
Software e aplicativos	18.042	3.964	(5)	(6.791)	15.210
Equipamentos de informática e telecomunicações	5.688	615	(3)	(1.373)	4.927
Benfeitorias em imóveis de terceiros	5.406	497	(3.074)	(138)	2.691
Direito de uso sobre bens	52.998	14.411	(14.184)	(11.091)	42.134
Total	**99.912**	**20.253**	**(21.469)**	**(20.677)**	**78.019**

No exercício de 2021 na Controladora não foram realizadas baixas no ativo imobilizado (R$ 7.960 em 31 de dezembro de 2020). No Consolidado as baixas realizadas totalizaram R$ 21.469 em 2021 (R$ 18.108 em 31 de dezembro de 2020).

15. Intangível

Controladora	Taxa anual de amortização %	2021 Custo	2021 Amortização acumulada	2021 Líquido	2020 Custo	2020 Amortização acumulada	2020 Líquido
Software e licenças	20	1.678	(1.194)	484	1.406	(872)	534
Projetos corporativos	20	581	(10)	571	–	–	–
		2.259	**(1.204)**	**1.055**	**1.406**	**(872)**	**534**

Consolidado	Taxa anual de amortização %	2021 Custo	2021 Amortização acumulada	2021 Líquido	2020 Custo	2020 Amortização acumulada	2020 Líquido
Software e licenças	20	299.207	(84.677)	214.530	118.044	(40.670)	77.374
Projetos corporativos	20	521.053	(162.678)	358.375	340.694	(104.683)	236.011
Ágio - rentabilidade futura	–	48.420	(13.157)	35.263	105.119	(78.236)	26.883
Outros intangíveis	–	2.839	(252)	2.587	20.514	–	20.514
		871.519	**(260.764)**	**610.755**	**584.371**	**(223.589)**	**360.782**

A movimentação do intangível da controladora e consolidado em 31 de dezembro de 2021 são como segue:

Controladora	Saldo inicial em 31.12.2020	Aquisições	Amortização	Saldo final em 31.12.2021
Software e licenças	534	272	(322)	484
Projetos corporativos	–	581	(10)	571
	534	**853**	**(332)**	**1.055**

Consolidado	Saldo inicial em 31.12.2020	Aquisições	Transferência	Amortização	Saldo final em 31.12.2021
Software e licenças	77.374	190.804	(9.641)	(44.007)	214.530
Projetos corporativos (a)	236.011	180.358	–	(57.994)	358.375
Ágio - rentabilidade futura	26.883	–	8.380	–	35.263
Outros intangíveis	20.514	–	1.261	(19.188)	2.587
	360.782	**371.162**	**–**	**(121.189)**	**610.755**

a) Desenvolvimento de novos produtos, contabilizados em concordância com a legislação em vigor. Substancialmente referem-se aos projetos desenvolvidos internamente, principalmente na controlada Alelo S.A.. Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 foram realizados testes de *impairment* e não houve perda no valor recuperável do intangível.

Nos exercícios de 2021 e 2020 não foram realizadas baixas nos ativos intangíveis.

16. Passivos com instituições financeiras

Em 31 de dezembro de 2021, o saldo no consolidado é de R$ 324.093 (R$ 165.114 em 31 de dezembro de 2020) e corresponde a depósitos interfinanceiros, da controlada indireta, Banco Digio S.A.

17. Contas a pagar operacionais

As obrigações com estabelecimentos comercias (Alelo S.A.), com parceiros (Livelo S.A.) e com as bandeiras (Banco Digio), estão registradas em contas de passivo. Em 31 de dezembro de 2021, os saldos consolidados correspondem a R$ 4.737.006 (R$ 3.730.828 em 31 de dezembro de 2020).

18. Obrigações com portadores

Em 31 de dezembro de 2021, o saldo no consolidado é de R$ 2.276.175 (R$ 2.225.870 em 31 de dezembro de 2020) e corresponde às obrigações decorrentes dos benefícios creditados aos usuários dos cartões Alelo e ainda não utilizados por eles nos estabelecimentos comerciais, bem como às obrigações decorrentes dos benefícios de vale-transporte a serem entregues aos usuários.

19. Programa de incentivos às vendas

Refere-se ao comissionamento pago aos bancos sócios e parceiros sobre as vendas dos produtos Alelo. Envolve a aplicação de taxas sobre o montante total faturado de acordo com o produto e condições comerciais negociadas com os clientes. A liquidação ocorre mensalmente ou trimestralmente após apuração do valor comissionado via emissão e pagamento de nota fiscal.

	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Bancos	–	–	10.525	37.579
Outros canais vendedores	–	–	10.353	(3.058)
	–	**–**	**20.878**	**34.521**

20. Salários e encargos

	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Gratificações	32.884	36.681	166.409	136.231
Provisão de férias	2.764	2.651	39.223	33.764
Encargos sociais	1.969	2.214	24.508	20.893
Outros	714	356	22.666	18.118
	38.331	**41.902**	**252.806**	**209.006**
Circulante	19.562	20.693	198.962	165.740
Não circulante	18.769	21.209	53.844	43.266

21. Impostos e contribuições a recolher

	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Imposto de renda e contribuição social	4.318	–	10.662	155.103
PIS	355	12	11.919	10.517
COFINS	1.688	75	56.446	49.290
IRRF	820	1.171	12.364	9.914
Impostos sobre serviços	154	181	14.525	9.783
Outros tributos a recolher	198	189	11.292	10.099
	7.533	**1.628**	**117.208**	**244.706**
Circulante	7.533	1.628	117.208	244.706
Não circulante	–	–	–	–

22. Dividendos a receber e lucros a pagar

a. Dividendos a receber

Em 31 de dezembro de 2021, a Empresa possui provisão para recebimento de dividendos no montante de R$ 172.749 (R$ 133.002 em 31 de dezembro de 2020), referentes à destinação de parte do lucro líquido do exercício de suas controladas.

b. Dividendos a pagar

Em 31 de dezembro de 2021, há provisão para pagamentos de dividendos na controladora e no consolidado, R$ 213.551 e R$ 223.500 respectivamente (R$ 216.098 e R$ 232.485 em 31 de dezembro de 2020).

23. Outras contas a pagar

	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Receita diferida (a)	–	–	3.177.373	2.886.291
Provisão de custos dos serviços prestados	63	–	212.217	223.497
Provisões de despesas gerais e administrativas	8.921	8.930	44.251	84.756
Provisão de comissionamento sobre incentivos	–	–	178.112	39.260
Desenvolvimento, manutenção e suporte	12.772	3.979	52.643	222.505
Crédito a clientes	–	–	55.098	75.963
Provisões de Marketing	1.072	67	59.392	98.509
Contas a pagar partes relacionadas	3.107	694	8.406	10.852
Serviços profissionais	8.088	4.179	43.437	55.502
Outras contas a pagar	–	–	14.352	541
	34.023	**17.849**	**3.845.281**	**3.697.676**
Circulante	34.023	17.849	3.845.182	3.697.640
Não circulante	–	–	99	36

(a) Refere-se substancialmente ao volume de pontos acumulados que a controlada Livelo S.A. oferece aos seus usuários que são registrados no momento do faturamento e que não foram resgatados pelos participantes.

24. Arrendamento mercantil

Em 1º de janeiro de 2019, entrou em vigor o CPC 06 (R2) que introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor.

Controladora	Saldo inicial em 31.12.2020	Aluguéis pagos	Juros	Acréscimo	Saldo final em 31.12.2021
Arrendamento mercantil	9.526	(2.992)	588	1.079	8.201
	9.526	**(2.992)**	**588**	**1.079**	**8.201**
Circulante	13				428
Não circulante	9.513				7.773

Consolidado	Saldo inicial em 31.12.2020	Aluguéis pagos	Juros	Acréscimo	Saldo final em 31.12.2021
Arrendamento mercantil	53.452	(16.099)	3.209	4.769	45.331
	53.452	**(16.099)**	**3.209**	**4.769**	**45.331**
Circulante	20.865				10.693
Não circulante	32.587				34.638

25. Partes relacionadas

No curso habitual das atividades e em condições de mercado, são mantidas pela Empresa operações com partes relacionadas, tais como saldos em conta corrente, aplicações financeiras, contas a receber e contas a pagar, dos bancos emissores controladores diretos da Elo Participações Ltda. (Bradescard Elo Participações S.A. e BB Elo Cartões Participações S.A.) e controladores indiretos (Banco Bradesco S.A. e Banco do Brasil S.A.) bem como as controladas Livelo S.A., Elo Serviços S.A., Alelo S.A., Kartra Participações Ltda., e Movera Serviços e Promoção do Empreendimento Ltda., Banco Digio S.A. (controle indireto) e a empresa coligada Cielo S.A..

As tabelas a seguir incluem os saldos patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, discriminados por modalidade de contrato, acionistas e controladas, bem como as movimentações relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020.

	Controladora 2021 Ativo (Passivo)	Controladora 2021 Receitas (Despesas)	Controladora 2020 Ativo (Passivo)	Controladora 2020 Receitas (Despesas)	Consolidado 2021 Ativo (Passivo)	Consolidado 2021 Receitas (Despesas)	Consolidado 2020 Ativo (Passivo)	Consolidado 2020 Receitas (Despesas)
Caixa e bancos								
Banco Bradesco S.A.	11	–	99	–	84.473	–	66.090	–
Banco do Brasil S.A.	4	–	4	–	7.528	–	2.708	–
Caixa Econômica Federal S.A.	–	–	–	–	65	–	97.085	–
Banco Digio S.A.	–	–	–	–	602	–	–	–
Aplicações financeiras								
Banco Bradesco S.A.	229.822	15.961	270.895	11.456	4.004.506	201.231	3.827.354	142.300
Banco do Brasil S.A.	90.439	13.343	263.945	5.975	1.864.763	93.672	3.129.508	25.167
Caixa Econômica Federal S.A.	–	–	–	–	63.067	–	50.238	–
Banco Digio S.A.	11.448	1.035	161.102	3.876	–	–	–	–
Contas a receber								
Banco Bradesco S.A.	–	–	322	–	284.689	353.894	231.805	2.035
Banco do Brasil S.A.	–	–	60	–	149.312	244.377	139.452	1.021.229
Caixa Econômica Federal S.A.	–	–	–	–	–	392.200	–	721
Cielo S.A.	–	–	–	–	170.838	358.028	144.643	372.572
Elo Serviços S.A.	274.152	7.486	10	–	–	–	–	–
Banco Digio S.A.	1.742	–	1	–	–	–	–	–
Movera Serviços e Promoção do Empreendedorismo Ltda.	–	–	10.837	–	–	–	–	–
Livelo S.A.	–	–	2	–	–	–	–	–
Alelo S.A.	174	–	8	–	–	–	–	–
Outros créditos								
Movera Serviços e Promoção do Empreendedorismo Ltda.	–	–	2.074	444	–	–	–	–
Kartra Participações Ltda.	32	1	–	–	–	–	–	–
Banco do Brasil S.A.	–	–	–	–	–	–	80	–
Programa de incentivos às vendas								
Banco Bradesco S.A.	–	–	–	–	(8.862)	(96.840)	(14.993)	(93.657)
Banco do Brasil S.A.	–	–	–	–	(1.663)	(89.393)	(22.586)	(50.942)
Dividendos a receber								
Alelo S.A.	45.546	–	46.351	–	–	–	–	–
Elo Serviços S.A.	13.225	–	21.695	–	–	–	–	–
Livelo S.A.	113.978	–	64.956	–	–	–	–	–
Dividendos a pagar								
Banco Bradesco S.A.	(106.797)	–	(108.070)	–	(107.148)	–	(110.410)	–
Banco do Brasil S.A.	(106.754)	–	(108.027)	–	(106.754)	–	(108.027)	–
Caixa Econômica Federal S.A.	–	–	–	–	(9.598)	–	(14.048)	–
Contas a pagar								
Banco Bradesco S.A.	–	(191)	–	(181)	(325.564)	(181.536)	(3.803)	68.884
Banco do Brasil S.A.	–	(168)	–	(7)	(244)	(104.344)	(25)	61.114
Caixa Econômica Federal S.A.	–	–	–	–	–	(191.141)	–	29
Cielo S.A.	–	–	–	–	(320.226)	(153.493)	(88.856)	(142.175)
Alelo S.A.	–	–	(694)	–	–	–	–	–
Banco Digio S.A.	(94)	–	–	–	–	–	–	–
Livelo S.A.	(9)	–	–	–	–	–	–	–

A Empresa destaca que em todos os contratos firmados com suas partes relacionadas são observadas condições equânimes de mercado.

26. Honorários dos Administradores, gratificações e previdência privada

Os honorários dos administradores totalizaram na controladora e no consolidado R$ 4.024 e R$ 21.799 respectivamente (R$ 3.089 e R$ 17.852 em 31 de dezembro de 2020) os quais foram apropriados ao resultado na rubrica "Despesas com pessoal".

Aos empregados é concedida gratificação, com base nas metas da Empresa definidas pela Presidência (Comitê de Direção), alinhada com o Conselho de Administração, e conforme regras definidas nas políticas da Empresa.

A Empresa e suas controladas dispõem de plano de benefício previdenciário no modelo PGBL (Plano Gerador de Benefício Livre Empresarial), que objetiva complementar os benefícios de seus empregados e administradores, de acordo com um benefício-alvo estabelecido. A contribuição líquida da Empresa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 é de R$ 958 (R$ 1.103 em 31 de dezembro de 2020) na qual foram contabilizadas na rubrica "Despesa com pessoal".

27. Imposto de renda e contribuição social diferidos

a. Composição da conta de resultado do imposto de renda e contribuição social

	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Lucro antes do imposto de renda (IRPJ), da contribuição social (CSLL) e deduzido das participações no resultado	**992.559**	**864.584**	**2.553.167**	**2.737.616**
Despesa de IRPJ e CSLL, de acordo com a alíquota vigente	**337.470**	**293.959**	**868.077**	**930.789**
Efeito no cálculo dos tributos:				
Contingências tributárias, trabalhistas, cíveis	(9.166)	3.286	(4.773)	7.658
Provisão para perdas do valor recuperável	–	4	18.240	22.736
Equivalência patrimonial	(284.326)	(305.934)	(215.336)	(303.659)
Prejuízo fiscal de IRPJ e CSLL	–	–	28.843	(3.689)
Obrigações fiscais diferidas	–	–	(366)	(4)
Ativo fiscal diferido	98.919	(4.534)	116.598	(22.288)
Participação nos lucros - funcionários	361	487	6.882	5.047
Provisão para despesas administrativas	6.098	12.954	(101.610)	(40.700)
Incentivos fiscais	7	(5)	(21.401)	(19.588)
Outros valores	(11.009)	(24)	(46.641)	38.612
Imposto de renda e contribuição social	**138.354**	**193**	**648.513**	**614.914**
Sendo:				
Impostos correntes	39.435	4.728	531.916	637.202
Impostos diferidos	98.919	(4.535)	116.597	(22.288)
Despesa contabilizada	**138.354**	**193**	**648.513**	**614.914**

b. Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

Controladora	Saldo em 31.12.2020	Constituição	Realização	Saldo em 31.12.2021
Provisão para contingências tributárias	4.644	–	(1.511)	3.133
Provisão PLR	6.280	–	(248)	6.032
Provisão administrativa	42.834	–	(5.291)	37.543
Outros valores	8.252	–	(108)	8.144
	62.010	**–**	**(7.158)**	**54.852**
Prejuízo fiscal/base negativa	–	–	–	–
Total dos créditos diferidos	**62.010**	**–**	**(7.159)**	**54.852**
IFRS16	(2.184)	(1.016)	–	(3.200)
Atualização de depósitos judiciais	(159)	(78)	–	(237)
Outros valores	–	(90.667)	–	(90.667)
Total dos passivos fiscais diferidos	**(2.343)**	**(91.761)**	**–**	**(94.104)**
Total líquido dos impostos diferidos	**59.667**	**(91.761)**	**(7.159)**	**(39.252)**

Consolidado	Saldo em 31.12.2020	Constituição	Realização	Saldo em 31.12.2021
Provisão para contingências tributárias	29.371	3.848	–	33.219
Provisão para contingências trabalhistas	970	34	–	1.004
Provisão para contingências cíveis	3.516	1.662	–	5.178
Provisão fee - Visa Elo	608	166	–	774
Provisão PLR	34.143	8.319	–	42.462
Provisão administrativa	199.686	–	(42.473)	157.213
Provisão para perdas esperadas	235.242	–	(2.661)	232.581
Ágio amortização adquirido/cedido por incorporação	29.285	–	(29.285)	–
Provisão de receitas	79.721	–	(11.668)	68.053
Outros valores	25.073	19.020	–	44.093
Total dos passivos fiscais diferidos	**637.615**	**33.049**	**(86.087)**	**584.577**
Prejuízo fiscal/base negativa	77.282	8.928	–	86.210
IFRS16	(2.687)	(12.418)	–	(15.105)
Obrigações fiscais diferidas	(1.107)	–	209	(898)
Outros valores	(25.263)	(82.697)	–	(107.960)
Provisão de receitas	(11.418)	–	7.735	(3.683)
Atualização de depósitos judiciais	(1.848)	(2.255)	–	(4.103)
Total dos passivos fiscais diferidos	**(42.323)**	**(97.370)**	**7.944**	**(131.749)**
Total líquido dos impostos diferidos	**672.574**	**(55.393)**	**(78.143)**	**539.038**

c. Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias

Controladora	Diferenças temporárias: Imposto de renda	Diferenças temporárias: Contribuição social	Total
Até 1 ano	(15.021)	(3.554)	(18.575)
Até 2 anos	(28.570)	(10.285)	(38.855)
Até 3 anos	8.178	2.944	11.122
Até 4 anos	4.165	1.499	5.664
Até 5 anos	1.024	368	1.392
Total	**(30.224)**	**(9.028)**	**(39.252)**

Consolidado	Diferenças temporárias: Imposto de renda	Diferenças temporárias: Contribuição social	Reserva especial de ágio: Imposto de renda	Reserva especial de ágio: Contribuição social	Prejuízo/base negativa: Imposto de renda	Prejuízo/base negativa: Contribuição social	Total
Até 1 ano	203.437	104.272	–	–	1.651	1.321	310.681
Até 2 anos	53.237	54.941	–	–	1.347	1.078	110.603
Até 3 anos	28.939	10.616	–	–	4.264	3.411	47.230
Até 4 anos	4.684	1.833	–	–	38.801	31.041	76.359
Até 5 anos	2.171	889	–	–	1.831	1.465	6.356
Acima de 5 anos	(847)	(304)	(8.119)	(2.921)	–	–	(12.191)
Total	**291.621**	**172.247**	**(8.119)**	**(2.921)**	**47.894**	**38.316**	**539.038**

A constituição do crédito tributário está suportada por estudo técnico e valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa Selic, líquido dos efeitos tributários. Em 31 de dezembro de 2021 no individual e no consolidado correspondem a R$ 36.574 e R$ 498.047 respectivamente (R$ 56.774 e R$ 635.369 em 2020).

O montante de passivo diferido de R$11.040 refere-se ao imposto de renda e contribuição social diferidos sobre a rentabilidade futura do ágio, reconhecido na base de cálculo no período de 2010 a 2015 proveniente da aquisição de 100% das quotas representativas do capital social da empresa Smart Benefícios Ltda. na controlada Alelo.

28. Passivos contingentes

A Empresa e suas controladas são parte em processos judiciais, de natureza trabalhista, cível e fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades.

A Administração entende que a provisão constituída é suficiente para atender perdas decorrentes dos respectivos processos.

As controladas são parte em processos judiciais, perante diferentes tribunais e instâncias, de natureza cível, tributária, trabalhista e previdenciária. A composição das provisões referentes a esses processos segue demonstrada no quadro abaixo:

continua –☆

⟶☆ continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras da Elo Participações Ltda. *(Em milhares de reais)*

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Trabalhistas e previdenciárias	83.055	104.196	88.570	109.243
Tributárias	9.217	13.659	95.980	89.605
Cíveis	15	1.393	14.637	10.356
	92.287	**119.248**	**199.187**	**209.204**
Circulante	1.781	683	21.918	14.694
Não circulante	90.506	118.565	177.269	194.510

A movimentação da provisão para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 é como segue:

	Controladora			
	Saldo em 31.12.2020	Adições	Baixas/reversões	Saldo em 31.12.2021
Trabalhistas e previdenciárias	104.196	45.770	(66.911)	83.055
Tributárias	13.659	834	(5.276)	9.217
Cíveis	1.393	186	(1.564)	15
	119.248	**46.790**	**(73.751)**	**92.287**

	Consolidado			
	Saldo em 31.12.2020	Adições	Baixas/reversões	Saldo em 31.12.2021
Trabalhistas e previdenciárias	109.243	47.989	(68.662)	88.570
Tributárias	89.605	15.636	(9.261)	95.980
Cíveis	10.356	11.732	(7.451)	14.637
	209.204	**75.357**	**(85.374)**	**199.187**

As controladas estão envolvidas em outros processos tributários, cíveis, trabalhistas e previdenciários surgidos no curso normal dos seus negócios, envolvendo possível risco de perda e que, de acordo com o CPC 25 - Provisões, Ativos e Passivos Contingentes, não geram necessidade de provisionamento. Em 31 de dezembro de 2021, não existem processos nessas condições (R$ 1.844 em 2020) e no consolidado R$ 357.554 (R$ 182.924 em 2020).

a. Processos trabalhistas

Referem-se substancialmente a ações ajuizadas por ex-empregados, visando obter indenizações, em especial o pagamento de "horas extras" e "indenizações" em razão de interpretação do artigo 224 da Consolidação das Leis do Trabalho. Nos processos em que é exigido depósito judicial para garantia de execução, o valor das provisões trabalhistas é constituído considerando a efetiva perspectiva de perda destes depósitos. Para os demais processos, a provisão é constituída com base na média móvel apurada dos pagamentos efetuados de processos encerrados nos últimos 12 meses.

b. Processos cíveis

São pleitos de indenização por dano moral e patrimonial. Essas ações são controladas individualmente e provisionadas sempre que a perda for avaliada como provável, considerando a opinião de assessores jurídicos, natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e posicionamento de Tribunais.

Não existem em curso processos administrativos significativos por descumprimento das normas, ou de pagamento de multas que possam causar impactos representativos no resultado financeiro da Empresa.

c. Obrigações legais - tributárias

A Empresa e suas controladas vêm discutindo judicialmente a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, os quais estão totalmente provisionados não obstante as boas chances de êxito a médio e longo prazo, de acordo com a opinião dos assessores jurídicos.

29. Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 o capital social é de R$ 1.052.000, totalmente subscrito e integralizado, dividido em 1.052.000 (1.052.000 em 2020) quantidade de quotas, com valor nominal de R$1,00 cada.

b. Reserva legal

O saldo em 31 de dezembro de 2021 e 2020, dessa reserva é de R$ 85.480.

c. Outras reservas de lucros

Em razão da manutenção da expectativa de crescimento da Empresa e das projeções realizadas para os negócios no corrente ano, a Empresa entende ser necessária a criação da reserva para expansão. A Administração acredita que o fortalecimento do capital de giro proporcionado por esta retenção conferirá maior estabilidade financeira nas suas operações.

Em 31 de dezembro de 2021 a reserva para expansão apresenta um saldo de R$ 1.803.203 (R$ 2.046.452 em 2020).

d. Dividendos

Aos acionistas é garantido o direito a dividendo anual de, no mínimo, 25% do lucro líquido do exercício, nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

Em 30 de junho de 2021, foi deliberado através de ata de reunião dos sócios, o pagamento de dividendos adicionais referente ao exercício de 2020, no montante de R$ 883.902 (R$ 456.158 em 2020).

Em 31 de dezembro de 2021, a Empresa registrou dividendos propostos no montante de R$ 213.551 (R$ 216.098 em 2020), proveniente do resultado do exercício de 2021.

30. Receita operacional líquida

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Prestação de serviços de benefícios Alelo S.A.	–	–	2.064.632	1.793.782
Programa de pontos Livelo S.A.	–	–	3.163.311	2.231.562
Bandeira Elo	–	–	2.327.053	2.280.120
Serviços bancários Banco Digio	–	–	849.460	703.476
Serviços de microcrédito da Movera Serviços e Promoção do Empreendedorismo Ltda.	–	–	–	15.543
	–	–	**8.404.456**	**7.024.483**
Receita bruta	–	–	8.404.456	7.024.483
Impostos sobre serviços	–	–	(847.784)	(712.477)
	–	–	**7.556.672**	**6.312.006**

31. Despesas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Custo dos serviços prestados (a)	–	–	(3.136.612)	(2.163.004)
Despesas com pessoal	(12.163)	(13.258)	(730.671)	(574.175)
Infraestrutura	(14.288)	(5.064)	(324.616)	(304.628)
Despesa de marketing	(1.952)	(557)	(490.356)	(371.349)
Honorários profissionais	(8.510)	(2.958)	(203.757)	(187.019)
Serviços de terceiros	(903)	(1.064)	(106.521)	(94.594)
Despesas de aluguel e manutenção	(319)	(1.457)	(18.336)	(19.297)
Despesas de serviços financeiros	–	–	(201.717)	(91.556)
Despesas com veículos, transportes e viagens	(45)	(142)	(3.842)	(9.652)
Depreciações e amortizações	(1.040)	(1.179)	(145.957)	(89.954)
Tributos e taxas administrativas	(16)	(99)	(3.517)	(5.744)
Despesas com telefonia	(762)	(11)	(3.698)	(2.146)
Despesas de contribuições e doações	(84)	(182)	(8.441)	(17.849)
Despesas com material de escritório	(32)	(19)	(7.498)	(3.289)
Outras receitas/(despesas) administrativas	23.935	(24.266)	(209.774)	(214.080)
Outras receitas/(despesas) (b)	136.513	(3.187)	(51.888)	(165.040)
	120.334	**(53.443)**	**(5.647.201)**	**(4.313.376)**

a) Refere-se a custos das controladas na prestações de serviços.

b) Substancialmente na controladora, refere-se à ganhos de capitais, e no consolidado, trata-se de perdas operacionais, processos e custas judiciais.

32. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Aplicações financeiras	30.899	21.308	335.590	177.319
Atualizações monetárias	8.274	460	12.803	1.205
Variação cambial positiva	–	–	100	1.255
Juros e multas recebidos	–	–	10.579	14.119
Programa de incentivos às vendas	–	–	19.611	14.028
Descontos obtidos	48	10	869	3.508
Outras receitas	989	559	18.226	21.729
Total de receitas financeiras	**40.210**	**22.337**	**397.778**	**233.163**

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Bonificações e descontos concedidos	(12)	–	(474.705)	(307.654)
Programa de incentivos às vendas	–	–	(11.681)	(13.574)
Atualização monetária	–	–	(22.203)	(3.265)
Juros e multas	(63)	(247)	(26.465)	(4.360)
Variação cambial negativa	(1)	(1)	(156)	(545)
Despesas bancárias	(382)	(2.826)	(30.363)	(49.871)
Outras despesas (a)	(3.780)	(1.039)	(20.948)	(12.490)
Total de despesas financeiras	**(4.238)**	**(4.113)**	**(586.521)**	**(391.759)**
Resultado financeiro	**35.972**	**18.224**	**(188.743)**	**(158.596)**

a) Refere-se substancialmente a PIS e COFINS sobre receitas financeiras.

33. Obrigações e compromissos

a. Serviço de captura de transações

Prestação de serviços de captura de transações, afiliações a estabelecimento, prevenção à fraude, controle e liquidação financeira. O contrato tem prazo de vigência indeterminado, sendo as condições financeiras restabelecidas anualmente.

b. Serviço de processamento de transações com cartões Alelo

Prestação de serviços de processamento e autorização das transações dos cartões Alelo. O contrato iniciou-se em 24 de março de 2006.

c. Serviço de emissão de cartões Alelo

Processo de emissão e personalização dos cartões.

d. Logística de entrega e transporte de cartões Alelo

Os serviços de transporte incluem a coleta, a entrega e o manuseio de cartões Alelo e vale-transporte. O prazo de duração do contrato é de 12 meses contados de sua assinatura, renovado automaticamente por períodos iguais e sucessivos, podendo ser rescindido a qualquer tempo, por quaisquer das partes.

34. Cobertura de seguros

A Empresa e suas controladas mantêm política de cobertura de seguros com o objetivo de delimitar riscos, buscando no mercado coberturas compatíveis com seu porte e suas operações. As coberturas contratadas pela Administração são para cobrir eventuais sinistros, levando em conta a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, as principais apólices de seguros são:

Tipo	Importância segurada	
	2021	2020
Predial	125.670	42.082
Responsabilidade civil	655	761

35. Gestão de riscos

Uma das atribuições da Empresa como holding, é centralizar a estrutura de gerenciamento de riscos de suas controladas. O processo de gestão de riscos e controles está suportado por governança estruturada através dos fóruns e órgãos colegiados subordinados à Diretoria de Governança. Esse modelo é corroborado por papéis e responsabilidades definidos de maneira a firmar a segregação entre as atividades de gestão de riscos e controles executados na Empresa de forma a garantir a devida independência entre as áreas de negócio e de suporte das suas controladas.

Os principais fóruns de acompanhamento e discussão dos riscos do grupo junto à alta direção são os comitês de gestão de riscos de cada uma das controladas. São apresentados mensalmente nos comitês os acompanhamentos dos resultados, comportamentos e riscos das diversas áreas e produtos das controladas. Este é o grupo que tem como responsabilidade garantir o cumprimento das Políticas de Gestão de Riscos, assegurando a efetividade do processo de seu gerenciamento.

A Empresa conta com pessoas qualificadas para mensurar os diferentes tipos de riscos, a fim de que sejam devidamente identificados, medidos, avaliados, monitorados, reportados, mitigados e controlados, com o objetivo de mantê-los dentro dos padrões aceitáveis para o grupo e de acordo com as regulamentações vigentes. Em concordância com a Resolução CMN nº 4.557/17 e com as boas práticas de mercado, a Empresa dispõe de estrutura para o gerenciamento do risco operacional e controles internos, risco de mercado, risco de crédito, risco de liquidez e gestão de capital. A Empresa trabalha de modo integrado e independente, preservando e valorizando o ambiente de decisões colegiadas, a fim de desenvolver e implementar eficientes métodos de mensuração e mitigação, com o uso de sistemas, metodologias e processos.

Por se tratar de uma holding e realizar a consolidação econômico-financeira de suas controladas, a Empresa não possui riscos de mercado e risco de liquidez. Estes riscos estão atribuídos às suas controladas, que são os geradores destas exposições. Estes riscos são tratados individualmente em cada uma das controladas. Com relação aos riscos mencionados anteriormente, o único cuja Empresa está exposta é o risco operacional em detrimento dos processos de atendimento às suas controladas.

• Risco Operacional

A atividade de gerenciamento de risco operacional é executada por uma área específica e está sob a responsabilidade da Diretoria de Governança, independente das áreas de negócio e da Auditoria Interna.

A área tem a missão de estabelecer diretrizes, implantar metodologia e ferramentas para: identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos operacionais da instituição. A existência da Área está alinhada às práticas de mercado, políticas internas da EloPar e à Resolução CMN nº 4.557/17.

36. Novas regulamentações do Banco Central do Brasil (BACEN)

A Lei 12.865/13, trouxe uma roupagem jurídica específica para o que foi denominado de "arranjo de pagamento", atribuindo ao Instituidor do Arranjo de Pagamento ("IAP"), a responsabilidade por estipular regras e princípios que disciplinem os serviços de pagamento, e ao Banco Central do Brasil competência para disciplinar, autorizar e fiscalizar os Arranjos de Pagamento. No contexto da supracitada Lei, a controlada Elo Serviços S.A. é classificada como IAP, estando os Arranjos de Pagamento instituídos pelo IAP sujeitos, portanto, à aprovação do Banco Central do Brasil para fins de funcionamento.

A controlada Alelo S.A. deverá atentar-se ao fiel cumprimento de regras que abrangem a gestão de riscos, níveis mínimos de patrimônio líquido, dentre outros requisitos semelhantes aos de Instituição Financeira. A controlada tomou todas as providências necessárias para adequação à legislação do BACEN, visando estar em plena conformidade no momento da concessão da autorização de funcionamento, e já realizou o protocolo do pedido de autorização, aguardando a manifestação do BACEN.

37. Outras informações

Dado o cenário de continuidade do surto de coronavírus (COVID-19) no ano de 2021, a Organização Mundial da Saúde (OMS) manteve a Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (anunciada desde janeiro de 2020). As consequências do surto, incluindo as importantes decisões de governos e iniciativa privada, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos e podem, na sua extensão, gerar impacto relevante nos valores apresentados nas demonstrações financeiras.

A Administração avalia de forma constante o impacto do surto nas operações e na posição patrimonial e financeira da Elo Participações, visando implementar medidas apropriadas para mitigar os impactos do surto nas operações e nas demonstrações financeiras, visando a proteção dos índices de solvência e do patrimônio da Empresa.

A performance dos resultados apurados no exercício de 2021 refletem o efeito da retomada de atividades de setores relevantes da economia brasileira, dessa forma as empresas que compõem o grupo EloPar, em sua maioria conseguiram evoluir ou manter seu resultado.

38. Eventos subsequentes

Em 25 de fevereiro de 2022, foi aprovada pelos Sócios a cisão parcial do patrimônio líquido, no montante de R$614.542, representado por 100% do investimento antes detido pela Sociedade na empresa Kartra Participações Ltda. (Kartra), com a posterior incorporação das parcelas cindidas da seguinte forma: a) 50,01% pela Bradescard Elo Participações S.A. e 49,99% pela BB Elo Cartões Participações S.A.

A citada aprovação foi precedida de uma operação de compra e venda de três quotas representativas do capital social da Kartra entre a Sociedade e a Elo Holding Financeira S.A., subsidiária integral da Sociedade, de forma que no momento da cisão parcial a Sociedade detinha 100% das quotas da Kartra.

Diretoria

Vinicius Urias Favarão – Diretor Presidente
Marco Aurelio Picini de Moura – Diretor
Esther Dalmas – Diretora
Leandro Jose Susin – Diretor

Contador

Marcos Antonio Ribeiro dos Santos
CRC 1SP225353/O-0

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Aos
Acionistas, ao Conselheiro de Administração e aos Administradores da Elo Participações Ltda.
Barueri - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Elo Participações Ltda. ("Empresa" ou "EloPar") identificadas como controladora e consolidada, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Elo Participações Ltda. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Empresa e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A administração da Empresa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Empresa e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 24 de março de 2022

KPMG

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP014428/O-6

André Dala Pola
Contador - CRC 1SP214007/O-2

AVISO DE JULGAMENTO FINAL

PROCESSO: RDC PRESENCIAL **Nº. 007/2022.**
ORIGEM: SECRETARIA MUNICIPAL DA INFRAESTRUTURA **(SEINF).**
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DAS OBRAS DE REQUALIFICAÇÃO URBANA DO PROJETO MEU BAIRRO EMPREENDEDOR, NO BAIRRO JOSÉ WALTER, PARA DESENVOLVIMENTO DE ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS (APL), NO MUNICÍPIO DE FORTALEZA – CE.
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MAIOR DESCONTO.
MODO DE DISPUTA: ABERTO.
REGIME DE EXECUÇÃO: EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO.
INFORMAÇÕES IMPORTANTES: A presente licitação é proveniente do contrato de financiamento do Programa Aldeia da Praia - Fortaleza Cidade com Futuro, cujo o órgão financiador é o Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF).
O Presidente da COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA - CE | **CPL,** torna público para conhecimento dos licitantes e demais interessados que declara como habilitada e vencedora do certame, a empresa BWS CONSTRUÇÕES LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 00.079.526/0001-09, com o percentual de desconto de 12,09% (doze virgula zero nove por cento), perfazendo o valor global de R$ 3.348.159,11 (três milhões e trezentos e quarenta e oito mil e cento e cinqüenta e nove reais e onze centavos). Maiores informações pelo e-mail: cpl@clfor.fortaleza.ce.gov.br. ou através do telefone: **(85) 3452-3481 | CPL.**

Fortaleza – CE, 28 de março de 2022.
OTÁVIO CÉSAR LIMA DE MELO
Presidente da Comissão Permanente de Licitações

AVISO DE CONVOCAÇÃO

PROCESSO: PREGÃO ELETRÔNICO **Nº. 137/2022.**
ORIGEM: INSTITUTO DOUTOR JOSÉ FROTA – **IJF** – NÚCLEO DE FARMÁCIA/NUFARM.
OBJETO: CONSTITUI OBJETO DA PRESENTE LICITAÇÃO, A SELEÇÃO DE EMPRESA PARA O REGISTRO DE PREÇOS VISANDO AQUISIÇÕES FUTURAS E EVENTUAIS DE **ACESSÓRIOS DO VENTILADOR LEISTUNG LUFT5** DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS PREVISTOS NO ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA DESTE EDITAL, POR UM PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES.
DO TIPO: MENOR PREÇO.
DA FORMA DE FORNECIMENTO: PARCELADO.
O(A) Pregoeiro(a) da **CENTRAL DE LICITAÇÕES DA PREFEITURA DE FORTALEZA - CLFOR,** torna público para conhecimento dos licitantes e demais interessados, que do dia **29 de março de 2022** a **08 de abril de 2022 até às 10h00min. (Horário de Brasília)**, estará recebendo as **Propostas de Preços e Documentos de Habilitação** referentes a este Pregão, no Endereço Eletrônico www.comprasnet.gov.br**.** A **Abertura das Propostas** acontecerá no dia **08 de abril de 2022**, às **10h00min. (Horário de Brasília)** e o início da **Sessão de Disputa de Lances** ocorrerá a partir das **10h00min.** do dia **08 de abril de 2022**. O **edital** na íntegra encontra-se à disposição dos interessados para consulta na Central de Licitações | Avenida Heráclito Graça, 750, CEP: 60.140-060 - Centro – Fortaleza-CE, no e-compras: **https://compras.sepog.fortaleza.ce.gov.br/publico/index.asp**, no **www.compras.gov.br,** assim como no Portal de Licitações do TCE-CE: **https://licitacoes.tce.ce.gov.br/**. Maiores informações pelo telefone: **(85) 3452.3477 |CLFOR.**

Fortaleza – CE, 28 de março de 2022.
JOÃO MATHEUS CARNEIRO BEZERRA
Pregoeiro(a) da CLFOR

AVISO DE CONVOCAÇÃO

Solicitação de Manifestação de Interesse
Seleção de Empresa de Consultoria
PROCESSO nº 044683/2022
Edital nº 8213

MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE Nº002/2022 - SEUMA
BRASIL
FORTALEZA/CE
PROJETO FORTALEZA CIDADE SUSTENTÁVEL
Empréstimo nº: 8747-BR

TÍTULO DO SERVIÇO: Contratação de empresa de consultoria para a revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico do Município de Fortaleza - CE, incluindo: (1) revisão do Plano de Abastecimento de Água Potável, (2) revisão do Plano de Esgotamento Sanitário, (3) revisão do Plano de Limpeza Urbana e Manejo de resíduos Sólidos e (4) reelaboração do Plano de Drenagem e Manejo das Águas Pluviais Urbanas.

O **MUNICÍPIO DE FORTALEZA** recebeu financiamento do Banco Mundial para o custeio do PROJETO FORTALEZA CIDADE SUSTENTÁVEL – FCS, da Secretaria Municipal do Urbanismo e Meio Ambiente – SEUMA, e pretende aplicar parte dos recursos em Serviços de Consultoria, em conformidade com o Regulamento de Aquisições do Banco Mundial para Mutuários de Operações de Financiamento de Projetos de Investimento, de julho de 2016, revisado em novembro de 2017 e agosto de 2018.

Os Serviços de Consultoria incluem: a) revisão do Plano de Abastecimento de Água Potável; b) revisão do Plano de Esgotamento Sanitário; c) revisão do Plano de Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos; e d) reelaboração do Plano de Drenagem e Manejo das Águas Pluviais Urbanas. O Plano Municipal de Saneamento Básico de Fortaleza – PMSB-For consiste em 4 (quatro) Eixos: **i) ÁGUA - Abastecimento de água potável**. A este eixo corresponde o Plano de Abastecimento de Água Potável; **ii) ESGOTO - Esgotamento sanitário**. A este eixo corresponde o Plano de Esgotamento Sanitário; **iii) RESÍDUOS - Limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos**. A este eixo corresponde o Plano de Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos; e **iv) DRENAGEM - Drenagem e manejo das águas pluviais urbanas**. A este eixo corresponde o Plano de Drenagem e Manejo das Águas Pluviais Urbanas.Essa constituição foi definida conforme as atividades e infraestruturas previstas na Lei 11.445/2007, com a redação dada pela Lei 14.026/2020. Além do desenvolvimento dos trabalhos referentes a cada um dos quatro eixos, a Consultora será responsável por duas atividades complementares aplicáveis a cada um dos eixos, quais sejam: a) treinamento, capacitação e transferência de tecnologia; e b) mobilização social e audiências públicas.

Os serviços deverão ser executados em **18 (dezoito) meses**, a contar da emissão da Ordem de Serviço.

Os Termos de Referência (TDR) detalhados para os serviços encontram-se disponível no seguinte link: http://compras.fortaleza.ce.gov.br.

A Secretaria Municipal do Urbanismo e Meio Ambiente – SEUMA, através da Comissão Extraordinária de Licitação – CEXT/CLFOR, convida consultores elegíveis para indicar seu interesse em executar os serviços. Os consultores interessados **deverão apresentar** informações (portfólios, lista de contratos executados e outros documentos similares) que demonstrem que possuem as qualificações necessárias e relevante experiência para prestar os serviços.

São **critérios de pré-seleção**: a) ter executado contratos de natureza compatível em características e complexidade operacional, quantidades e prazos com os serviços de consultoria propostos; b) ter executado serviços de consultoria elaboração/revisão de planos. Os especialistas da equipe chave não serão avaliados na fase de pré-seleção.

Os consultores interessados devem se atentar aos parágrafos 3.14, 3.16 e 3.17, da Seção III. Governança, do Regulamento de Aquisições para Mutuários de Operações de Financiamento de Projetos de Investimento, julho de 2016, revisado em novembro de 2017 e agosto de 2018 ("Regulamento de Aquisições"), estabelecendo a política do Banco Mundial sobre conflito de interesses.

Os consultores podem associar-se a outras empresas na forma de um empreendimento conjunto ou subconsultoria para aprimorar suas qualificações, mas devem indicar claramente se a associação está na forma de uma *Joint Venture* e/ou uma subconsultoria. No caso de uma Joint Venture, todos os sócios serão solidariamente responsáveis por todo o contrato, se selecionados.

Um consultor será selecionado de acordo com o método **Seleção Baseada em Qualidade e Custo– SBQC,** estabelecido no Regulamento de Aquisições do Banco Mundial.

Mais informações poderão ser obtidas através do endereço eletrônico abaixo.

As manifestações de interesse deverão ser encaminhadas no endereço eletrônico abaixo, **no período de 30 de março de 2022 até o dia 13 de abril de 2022.**

CENTRAL DE LICITAÇÕES DA PREFEITURA DE FORTALEZA – CLFOR
COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA DE LICITAÇÃO DO PROJETO FORTALEZA CIDADE SUSTENTÁVEL– CEXT/FCS
Aos cuidados de Otávio César Lima de Melo – Presidente
Av. Heráclito Graça, 750, Centro - CEP 60140-060
Fortaleza, Ceará, Brasil - Telefone + 55 85 3452-3483
E-mail: cext@clfor.fortaleza.ce.gov.br
Site: http://compras.fortaleza.ce.gov.br

Fortaleza – CE, *28 de março* de 2022.
OTÁVIO CÉSAR LIMA DE MELO
PRESIDENTE DA COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA DE LICITAÇÃO DO FORTALEZA CIDADE SUSTENTÁVEL – CEXT/FCS

POSITIVO TECNOLOGIA S.A.

Companhia Aberta
CNPJ/ME nº 81.243.735/0001-48 - NIRE nº 41300071977
Assembleia Geral Extraordinária - Edital de Convocação - 2ª Convocação

Ficam convocados os Senhores acionistas da **Positivo Tecnologia S.A.** ("Positivo Tecnologia" ou "Companhia") a reunirem-se em Assembleia Geral Extraordinária ("Assembleia"), em segunda convocação, a ser realizada no **dia 08 de abril de 2022, às 11h00, de forma exclusivamente digital, por meio de sistema eletrônico informado no presente Edital**, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: ***(i)* alteração** do Estatuto Social da Companhia, com objetivo de adequá-lo às previsões constante no vigente **Regulamento do Novo Mercado** da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, *por meio de ajustes das seguintes disposições estatutárias: artigo 1º, parágrafo único; artigo 8º (novo artigo 12), inciso (xii) e parágrafo único; artigo 9º (novo artigo 13) parágrafo primeiro; artigo 10 (novo artigo 14), caput e parágrafos primeiro e segundo; artigo 14 (novo artigo 18), exclusão da alínea (xv), inclusão das novas alíneas (xv), (xvi), (xvii) e alteração da redação da alínea (xx) - nova alínea (xix); artigo 26 (novo artigo 27), parágrafo primeiro; artigo 31 (novo artigo 33); exclusão dos artigos 32 à 41; e artigo 44 (novo artigo 35).* ***(ii)* alteração** do Estatuto Social da Companhia para **melhoria de governança** e com o objetivo de refletir as práticas, estruturas e atividades desempenhadas pela Companhia, bem como prever de forma mais assertiva as disposições legais, regulamentares e de governança previstas na Lei nº 6.404/76 e Instruções CVM, por meio de ajustes das seguintes disposições estatutárias: *artigo 1º, caput; artigo 2º; artigo 3º; artigo 5º, parágrafo terceiro (novo artigo 6º e seus parágrafos); artigo 5º, parágrafo quinto (novo artigo 8º); artigo 7º (novo artigo 11) e seus parágrafos; artigo 8º (novo artigo 12), incisos (i) à (xi); artigo 9º (novo artigo 13) caput e parágrafos segundo e terceiro; artigo 11 (novo artigo 15); artigo 12 (novo artigo 16), caput e seus parágrafos; artigo 14 (novo artigo 18), todas as alíneas, exceto quanto as alíneas do mesmo artigo já listadas no item (i) deste Edital; artigo 15 (novo artigo 19) caput e seus parágrafos; artigo 16 (novo artigo 20); artigo 17 (novo artigo 21); artigo 18 (novo artigo 22); exclusão dos artigos 19, 20 e 21; artigo 22 (novo artigo 23), caput e suas alíneas; artigo 24 (novo artigo 25) caput e suas alíneas; artigo 25 (novo artigo 26) caput e seus parágrafos; artigo 26 (novo artigo 27), caput e parágrafo quarto; artigo 42 (novo artigo 34), parágrafos primeiro à décimo quarto; exclusão do artigo 43; e inclusão dos novos artigos 37, 38 e 39.* ***(iii)* alteração** da redação do *caput* do artigo 42 (novo artigo 34) e exclusão do parágrafo décimo quinto do artigo 42 do Estatuto Social; e ***(iv)* consolidação** do Estatuto Social de forma a refletir as alterações propostas nos itens (i) a (iii) da ordem do dia, inclusive por meio da renumeração, quando necessária, de artigos e parágrafos para a correta estruturação do Estatuto Social. **Informações Gerais:** a) Em conformidade com o parágrafo 6º do artigo 124 e com o parágrafo 3º do artigo 135 da Lei nº 6.404/76, os documentos objeto das deliberações da Assembleia ora convocada, em especial os referidos no artigo 11 da Instrução CVM nº 481/09, encontram-se à disposição dos acionistas: (i) na sede da Companhia; na rede mundial de computadores no (ii) *website* de relações com investidores da Companhia **(https://ri.positivotecnologia.com.br/)**; (iii) *website* da Comissão de Valores Mobiliários - CVM **(www.cvm.gov.br)** por meio do sistema IPE; e (iv) *website* da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão **(www.b3.com.br)**. b) A Companhia informa que os Boletins de Voto a Distância recebidos para a primeira convocação da Assembleia serão considerados para esta segunda convocação, bem como os acionistas que realizaram o cadastro na plataforma eletrônica para participação na Assembleia em primeira convocação serão considerados automaticamente cadastrados para, se assim desejarem, participar da Assembleia em segunda convocação. c) Adicionalmente, os acionistas, por si ou por seus procuradores ou representantes legais, que não se cadastraram para participação em primeira convocação e que desejarem participar da Assembleia, nos termos do artigo 5º, §3º, Instrução CVM nº 481/09, deverão realizar o seu pré-cadastro, por meio do link: **https://www.tenmeetings.com.br/assembleia/portal/?id=E4BB97C9D9F8**, impreterivelmente até o dia **05 de abril de 2022 (inclusive)**, preenchendo todas as informações solicitadas e fornecendo todos os documentos indicados no Manual para Participação de Acionistas. Os acionistas ou procuradores que não realizarem o cadastro dentro do prazo supra não poderão participar da Assembleia por meio da plataforma digital. Após o credenciamento pela Companhia, os Acionistas receberão os seus dados de acesso, assim como orientações gerais, relacionadas ao sistema eletrônico de participação e votação a distância. d) A Companhia informa que utilizará o processo de voto a distância, de acordo com a Instrução CVM nº 481/2009. Para tanto, o Acionista poderá exercer o seu direito de voto por meio de envio, até 7 (sete) dias de antecedência da realização da Assembleia, de Boletim de Voto a Distância: (i) diretamente à Companhia; (ii) ao seu respectivo agente de custódia; e/ou (ii) instituição financeira depositária responsável pelo serviço de ações escriturais da Companhia; conforme as orientações constantes no Manual para Participação de Acionistas - Proposta da Administração. e) Para participação do acionista na Assembleia, independentemente do meio escolhido, será exigida a apresentação dos seguintes documentos:

Documentação a ser encaminhada/apresentada	Pessoa Física	Pessoa Jurídica	Fundos de Investimento
Comprovante de titularidade de ações de emissão da Companhia, emitido nos últimos 5 (cinco) dias.	X	X	X
Documento de identidade com foto do Acionista ou de seu representante legal (Documento de identidade aceitos: RG, RNE, CNH, passaporte e carteira de registro profissional oficialmente reconhecida, todos dentro do prazo de validade.)	X	X	X
Estatuto Social ou contrato social consolidado e os documentos societários que comprovem a representação legal do Acionista (para fundos de investimentos, documentos do gestor e/ou administrador, observada a política de voto.)	-	X	X
Instrumento de mandato, quando aplicável.	X	X	X
Regulamento consolidado do fundo.	-	-	X

f) O detalhamento das deliberações propostas, das regras e dos procedimentos sobre como os acionistas poderão participar e votar a distância na Assembleia (incluindo instruções para acesso e utilização do sistema eletrônico de participação e votação a distância pelos acionistas, bem como instruções gerais para preenchimento e envio do Boletim de Voto a Distância) encontram-se no Manual para Participação de Acionistas - Proposta da Administração divulgado nesta data pela Companhia. Curitiba, 28 de março de 2022. **Alexandre Dias -** Presidente do Conselho de Administração.

PREFEITURA MUNICIPAL DE OURINHOS

Estado de São Paulo
Secretaria M. de Administração
AVISO DE LICITAÇÃO

Processo nº 723/2022.
Pregão Eletrônico nº 25/2022.
Objeto: Registro de preços para aquisição de materiais esportivos. Data limite para recebimento das propostas e documentos de habilitação: 13/04/2022 até às 08:59:59 horas. Abertura, avaliação das propostas e documentos de habilitação e início da sessão pública de disputa de preços: 13/04/2022 – 09:00:00 horas.
Sítio eletrônico: www.bbmnetlicitacoes.com.br
O Edital completo poderá ser retirado no site da Prefeitura Municipal de Ourinhos (www.ourinhos.sp.gov.br) no link licitações, bem como no endereço eletrônico da Bolsa Brasileira de Mercadorias (www.bbmnetlicitacoes.com.br), sendo que quaisquer esclarecimentos a respeito da presente licitação poderão ser registrados e obtidos diretamente na plataforma da Bolsa Brasileira de Mercadorias.

Ourinhos, 28 de março de 2022.
Lucas Pocay Alves da Silva – Prefeito Municipal.

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA JUDICIÁRIA DA CAPITAL – DECAP 6ª DELEGACIA SECCIONAL DE POLÍCIA

Encontra-se aberto nesta 6ª DELEGACIA SECCIONAL DE POLÍCIA, UGE: 180359, o PREGÃO ELETRÔNICO N 02/2022, Processo Nº 050/2021, objetivando a contratação para Prestação de Serviços de Remoção de Veículos Automotores, peças e outros Tracionados, apreendidos em razão de atividades de Polícia Judiciária e pelas unidades policiais subordinadas a esta Sexta Delegacia Seccional de Polícia, (remoção extraordinária), do tipo MENOR PREÇO. A abertura da sessão pública terá início na data de 12/04/2022 às 10:30 horas.
O início de prazo para o recebimento das propostas será a partir de 30/03/2022.
Maiores informações no site www.bec.sp.gov.br, www.e-negociospublicos.com.br e www.bec.fazenda.sp.gov.br.

PREFEITURA MUNICIPAL DE OURINHOS

Estado de São Paulo
Secretaria M. de Administração
AVISO DE LICITAÇÃO

Processo nº 724/2022.
Pregão Eletrônico nº 26/2022.
Objeto: Aquisição de alimentos prontos, salgadinhos de festa e produtos de confeitaria, em cumprimento ao objeto do Convênio n 827029/2016. Data limite para recebimento das propostas e documentos de habilitação: 14/04/2022 até às 08:59:59 horas. Abertura, avaliação das propostas e documentos de habilitação e início da sessão pública de disputa de preços: 14/04/2022 – 09:00:00 horas.
Sítio eletrônico: www.bbmnetlicitacoes.com.br.
O Edital completo poderá ser retirado no site da Prefeitura Municipal de Ourinhos (www.ourinhos.sp.gov.br) no link licitações, bem como no endereço eletrônico da Bolsa Brasileira de Mercadorias (www.bbmnetlicitacoes.com.br), sendo que quaisquer esclarecimentos a respeito da presente licitação poderão ser registrados e obtidos diretamente na plataforma da Bolsa Brasileira de Mercadorias.

Ourinhos, 28 de março de 2022.
Lucas Pocay Alves da Silva – Prefeito Municipal.

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DA REGIÃO DO CIRCUITO DAS ÁGUAS - CISBRA
LICITAÇÃO: Processo nº 09/2022 – MODALIDADE: Pregão Presencial nº 02/2022. OBJETO: Aquisição de equipamentos (peneira elétrica rotativa e esteira para triagem) para implementação de projetos ambientais para municípios do Consórcio Intermunicipal de Saneamento Básico da Região do circuito das Águas - CISBRA conforme especificações constantes no Termo de Referência, Edital e Anexos. DATA DE ENCERRAMENTO: **11/04/2022 às 10h00min**. O edital poderá ser consultado através do site www.cisbra.eco.br ou na sede localizada à Rua Barão Cintra 40, São Judas em Amparo/SP. INFORMAÇÕES: Telefone: (19) 3807-2010. Publique-se. Amparo, 24 de março de 2022. Marcela Guelere -Pregoeira.

Rio Paranapanema Energia S.A.

C.N.P.J. nº 02.998.301/0001-81 - N.I.R.E. 35.300.170.563
Edital de Convocação de Assembleia Geral Ordinária de Acionistas

Ficam os Senhores Acionistas da **Rio Paranapanema Energia S.A.** ("Companhia") convidados a se reunir em Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada no próximo dia 29 de abril de 2022, às 10h00 do horário de Brasília, de modo exclusivamente digital por meio da plataforma eletrônica Microsoft Teams (link disponibilizado https://www.ctgbr.com.br/rio-paranapanema/governanca-corporativa/), sem prejuízo do uso de boletim de voto a distância como meio para exercício do direito de voto, nos termos da Instrução CVM nº 481/2009, conforme alterada pela Instrução da CVM nº 622/2020 ("ICVM 481), a fim de apreciarem e deliberarem sobre os seguintes itens constantes da Ordem do Dia: a) Exame do Relatório Anual da Administração a respeito dos negócios sociais e principais fatos administrativos, exame, discussão e aprovação das Demonstrações Financeiras da Companhia, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, juntamente com o Relatório dos Auditores Independentes; b) Deliberação sobre a destinação do lucro líquido e a não distribuição de dividendos, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021; c) Eleição dos membros do Conselho Fiscal; e d) Fixação da remuneração global anual dos administradores e membros do conselho fiscal para o exercício de 2022. Informações Gerais: 1) Os Acionistas deverão apresentar, até a data da realização da Assembleia: (i) comprovante expedido pela instituição depositária das ações escriturais de sua titularidade, na forma do artigo 126 da Lei nº 6.404/76, datado de até 2 (dois) dias úteis antes da realização da Assembleia Geral Ordinária; (ii) tratando-se de pessoa jurídica ou fundo de investimento, (1) cópia autenticada do estatuto, contrato social ou do regulamento, (2) do instrumento de eleição ou indicação do representante legal que comparecer à Assembleia ou outorgar poderes a procurador, e (3) na hipótese de representação por procurador, instrumento de mandato, com poderes específicos para representação na Assembleia Geral Ordinária de Acionistas da Companhia a que se refere o presente Edital, devidamente regularizado na forma da lei, do estatuto, contrato social ou regulamento do acionista representado; (iii) tratando-se de pessoa física, (1) cópia do documento que comprove a identidade do acionista, e (2) na hipótese de representação por procurador, instrumento de mandato, com poderes específicos para representação na Assembleia Geral Ordinária de Acionistas da Companhia a que se refere o presente Edital, devidamente regularizado na forma da lei. Os documentos acima referidos poderão ser enviados digital e previamente à Companhia, no endereço eletrônico relacaoinvestidores@ctgbr.com.br. 2) A participação do acionista poderá ser (i) virtual, por meio da plataforma eletrônica Microsoft Teams, podendo ocorrer por si mesmo, por representante legal ou procurador devidamente constituído, ou (ii) via boletim de voto a distância, sendo que as orientações detalhadas acerca da documentação exigida em cada caso estão mencionadas neste Edital de Convocação da Companhia divulgado nesta data. Os acionistas também poderão participar acompanhando os trabalhos da Assembleia virtualmente, sem votar. 3) Para participarem virtualmente da Assembleia por meio da plataforma eletrônica Microsoft Teams os acionistas ou, se for o caso, seus representantes legais ou procuradores, deverão enviar solicitação à Companhia, para o endereço eletrônico relacaoinvestidores@ctgbr.com.br, até as 17:00 horas do dia 27 de abril de 2022. A solicitação deverá estar acompanhada da identificação do acionista e, se for o caso, de seu representante legal ou procurador constituído que comparecerá à Assembleia, incluindo os nomes completos e os CPF ou CNPJ de ambos (conforme o caso), além de telefone e endereço de e-mail do solicitante, bem como cópia simples de todos os documentos necessários para permitir a participação do acionista na Assembleia, conforme detalhado neste Edital de Convocação da Companhia divulgado nesta data e disponível no endereço eletrônico https://www.ctgbr.com.br/rio-paranapanema/informacoes-aos-investidores/#toggle-id-3, além do site da CVM e B3. 4). Na forma do disposto no §3º do artigo 135 da Lei 6.404/76 e nos artigos 6º e 9º da Instrução CVM nº 481, de 17 de dezembro de 2009, todos os documentos pertinentes à ordem do dia a ser apreciada na Assembleia Geral Ordinária, incluindo a Proposta da Administração, encontram-se disponíveis aos Senhores Acionistas, a partir desta data, para consulta, no endereço eletrônico da Companhia, https://www.ctgbr.com.br/rio-paranapanema/governanca-corporativa/, bem como no sistema IPE mantido pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM (https://www.gov.br/cvm/pt-br), e na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (https://www.b3.com.br/pt_br/). 5) Ademais, em linha com o disposto na Subseção I da Seção I do Capítulo III da Instrução CVM nº 480/09 - "Conteúdo e Forma das Informações", a Rio Paranapanema Energia S.A. informa que adotará o procedimento de voto a distância disposto na Instrução CVM nº 561/15, dessa forma, a participação dos acionistas na Assembleia poderá ser realizada via boletim de voto a distância mediante sistema que permite que os Acionistas da Rio Paranapanema Energia S.A. exerçam o seu direito de voto por meio do Boletim de Voto a Distância, mediante o envio do Boletim de Voto a Distância diretamente à Companhia, nos termos da Instrução CVM nº 561/15, acompanhado dos documentos mencionados no item 1, subitens (i), (ii) e (iii) do presente Edital de Convocação, via excepcionalmente eletrônico para o seguinte endereço: BR_DiretorRI@ctgbr.com.br. São Paulo, 29 de março de 2022. **Jianqiang Zhao** - Presidente do Conselho de Administração.

Omint Saúde

CNPJ 44.673.382/0001-90

Relatório da Administração

Senhores quotistas:

A Omint Serviços de Saúde Ltda. tem o prazer de submeter à apreciação de V.Sas. o relatório da administração e as demonstrações contábeis, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Relatório da Administração

Desde a sua chegada ao Brasil em 1980, a Omint mantém viva a sua missão de cuidar das pessoas, com o compromisso de proporcionar um serviço médico de excelência, com foco na prevenção e promoção da saúde.

A estratégia da companhia segue focada na oferta de produtos e serviços de alta qualidade, na eficiência operacional e no controle de indicadores de sinistralidade. Somado a isso, segue com a implementação de programas de gestão de saúde e qualidade de vida direcionados à sua base de clientes, além da oferta de assistência especializada no gerenciamento de casos complexos e de uma rede credenciada médica e odontológica de excelência e alta resolutividade.

Diferenciais

Apoiada nos pilares de qualidade, gestão, inovação e pioneirismo, a Omint oferece soluções de planos empresariais que trazem ganhos para toda a cadeia de valor.

Com os planos médicos e odontológicos Omint, os colaboradores das empresas clientes têm acesso aos melhores, mais avançados e eficientes serviços, tratamentos e programas de saúde e prevenção. Em contrapartida, as empresas têm um poderoso diferencial no seu pacote de benefícios e um modelo de gestão eficiente e inovador, que sustenta os menores índices de reajuste do segmento premium nos últimos cinco anos. Também geramos valor aos profissionais e instituições credenciadas que, sendo referência de qualidade e nosso grande patrimônio, encontram na Omint uma verdadeira relação de parceria pautada no respeito à conduta médica.

Para a Omint, tudo isso resulta em um altíssimo índice de recomendação de seus planos e tempo de permanência das empresas clientes muito superior à média.

Gestão de Programa de Saúde

Em 2021, a Omint manteve o seu protagonismo na gestão da saúde e sua responsabilidade social de disseminar informações de utilidade pública e oferecer suporte aos seus clientes, parceiros, colaboradores e, também, à sociedade. Diante do cenário pandêmico, diversas iniciativas foram desenvolvidas e podemos destacar atividades como: consultoria in company, check list Covid-19 no APP, palestras e orientações para retorno ao trabalho presencial; e-books, monitoramento da pandemia e dos casos de Covid-19 de longa permanência.

A saúde emocional e mental também foi foco das iniciativas da Omint, com a implementação de programas personalizados, com suporte para as necessidades de suas empresas clientes, com foco em gerenciamento do estresse. Somado a isso, o programa Pontualmente ofereceu apoio psicológico por meio de atendimentos por videochamada para clientes em situações emocionais pontuais.

Já o Programa 80+, lançado em agosto de 2021, desenvolveu ações a fim de proporcionar um envelhecimento produtivo e com qualidade de vida, por meio de uma equipe multidisciplinar de saúde.

Inovação e Experiência do Cliente

Conectividade, mobilidade, ausência de burocracia, agilidade, praticidade e transparência vão ao encontro da expectativa dos nossos clientes. Por isso, temos investido continuamente em inovação, desenvolvendo soluções digitais que carregam a mesma excelência da experiência proporcionada pelos demais canais de relacionamento e de atendimento da companhia.

O Minha Omint é um exemplo disso. Com constantes atualizações e novas funcionalidades, o aplicativo oferece soluções com ênfase na privacidade de dados pessoais e acesso a diversos serviços, como o Dr. Omint Digital, em que o cliente pode se consultar com um médico por meio de teleconferência. Pelo aplicativo o cliente pode ainda acessar a sua credencial digital, acompanhar solicitações de reembolso, acionar o atendimento por WhatsApp, buscar os médicos, dentistas, clínicas, centros de diagnóstico e hospitais do seu plano e receber o token para atendimento sem papel na rede credenciada.

Relacionamento

O fortalecimento das relações com os canais de distribuição, em especial com os corretores especializados, também marcou o ano de 2021. As campanhas de vendas e a plataforma personalizada de Marketing para Corretores foram iniciativas de grande relevância para apoiar estes parceiros e consolidar o relacionamento da Omint junto a esses stakeholders.

Essa soma de esforços contribuiu efetivamente com o resultado da companhia em 2021, impactando a jornada de toda a nossa cadeia de valor.

Cenário Econômico

Analisando os indicadores econômicos de 2021 observa-se que, após desdobramento dos impactos da pandemia em 2020 a economia iniciou um ciclo lento de recuperação e conseguiu absorver as perdas de 2020, fechando o ano com um PIB de 4,6%, ante retração de 3,9% do ano anterior.

O arrefecimento da pandemia com o avanço da vacinação refletiu diretamente na retomada gradual de empregos via CLT, impactando o segmento de saúde suplementar. De acordo com a ANS, 2021 encerrou com 49 milhões de beneficiários médico-hospitalares. Esses indicadores representam o melhor desempenho do setor de saúde suplementar desde 2015.

Para 2022, o mercado observa as ações para controle do IPCA através da manutenção da SELIC em patamar de 2 dígitos e aposta em recuperação discreta da atividade.

Desempenho Econômico-Financeiro

O ano de 2021 iniciou com a vacinação contra a Covid-19. Contudo, os impactos da pandemia ainda ressoaram em todos os mercados. Mesmo diante desse cenário, o Grupo Omint encerrou o período com um faturamento de 1.783.520, 2% maior, em comparação ao ano anterior. A estratégia aplicada nos últimos anos foi determinante para o crescimento, resultando na criação de valor para a companhia e seus clientes.

Investimentos

A Omint investiu em projetos de Tecnologia da Informação e Marketing, com o desenvolvimento de mídias institucionais e foco em transformação digital.

Para o ano de 2022, a Omint continuará investindo em projetos que ofereçam experiências ainda mais acessíveis, seguras e convenientes, o que também colabora para agregar valor às relações com seus *stakeholders*.

Destinação dos Lucros

Conforme Contrato Social, a Operadora poderá levantar balanços semestrais ou relativos a períodos menores, para fim de apurar o lucro do período neles compreendido, podendo tal lucro ser, por deliberação de sócias "s" representando a maioria do capital social: (i) distribuído, na proporção da participação das sócias no capital social ou de forma desproporcional, conforme deliberação das socias; ou (ii) capitalizado.

A Operadora tem reinvestido parte do lucro anual dentro do próprio negócio, por meio de retenção dos lucros como reserva e distribuição sob a forma de dividendos conforme decisão em Assembleia de Quotistas.

Recursos Humanos

A área de Recursos Humanos atuou através dos programas de apoio a estratégia, entrega, excelência operacional, melhora na gestão de custos e criação de atrativos para os novos segurados.

Para isso foram realizados em 2021 (janeiro a dezembro):

- Através da nossa ferramenta de e-learning (GPT – Gestão. Protagonismo. Talento.), realizamos trilhas de treinamento para 492 colaboradores. Os treinamentos foram direcionados para produtos, reciclagens, qualidade de vida, LGPD, informações sobre Covid-19, retorno ao trabalho, integração e outros diversos temas. Total de acessos na ferramenta ao longo do ano: 5.117.
- 349 Ações de Comunicação Interna através dos nossos canais internos de comunicação: E-mail Corporativo, Yammer (rede social corporativa), Portal Omint (intranet), TVs Corporativas e Revista Digital. Neste ano, tivemos também um foco específico nas medidas e adequações da pandemia Covid-19, com 38 comunicações voltadas a esse tema ao longo do ano.
- 51 Ações do Programa de Qualidade de Vida, com participações nas frentes de Saúde e Esporte, Lazer e Cultura e Responsabilidade Socioambiental, com uma avaliação positiva de 98% na pesquisa de satisfação.
- Acompanhamento da produtividade e administração da rotatividade de nossos colaboradores.

As ações de Recursos Humanos são desenvolvidas para todas as empresas do Grupo Omint, incluindo a Omint Saúde.

Devido a pandemia pelo Covid-19, as ações voltadas ao treinamento e desenvolvimento dos colaboradores foram realizadas no formato on-line, com todos os cuidados em relação a metodologia e sem comprometer o cronograma.

Responsabilidade Social

As ações de Responsabilidade Socioambiental fazem parte do Programa Bom Dia e tem como finalidade construir ideias de sustentabilidade, voluntariado, inclusão e saúde social. No ano de 2021 continuamos com o patrocínio Institucional do Grupo Omint ao Centro Assistencial Cruz de Malta. Campanhas para doação de agasalho, incentivo a doação de sangue, ação bucal com crianças e adolescentes, Natal solidário e a realização de *lives* sobre cuidados com a saúde para os colaboradores em meio a pandemia.

Agradecimentos

A Omint agradece aos acionistas pela confiança e apoio, indispensáveis para o desenvolvimento contínuo da companhia. Aos médicos, dentistas, centros de diagnóstico e hospitais credenciados, parceiros de negócios e, principalmente, aos nossos clientes, a quem procuramos retribuir com um atendimento que satisfaça suas necessidades de serviços de saúde com qualidade e conveniência. Expressamos também o reconhecimento aos nossos colaboradores pelo esforço que têm dedicado à Omint, levando-a a excelentes resultados e à constante melhoria de nossos serviços.

São Paulo, 25 de março de 2022.

À Diretoria

Balanços Patrimoniais 31 de dezembro de 2021 e 2020 *(Em milhares de reais)*

Ativo	Notas	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Circulante		619.821	676.211	626.281	684.244
Disponível	4	1.793	5.000	1.851	5.304
Realizável		618.028	671.211	624.430	678.940
Aplicações Financeiras	5	589.253	612.884	593.892	618.729
Aplicações Garantidoras de Provisões Técnicas		248.419	272.049	248.419	272.049
Aplicações Livres		340.834	340.835	345.473	346.680
Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde		11.714	44.246	11.714	44.246
Contraprestação Pecuniária/Prêmio a Receber	6.1	1.810	1.639	1.810	1.639
Outros Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde	6.2	9.904	42.607	9.904	42.607
Despesas Diferidas		4.507	1.829	4.507	1.829
Comissões Diferidas de Operações de Assistência à Saude		4.507	1.829	4.507	1.829
Créditos Tributários e Previdenciários	7	11.547	11.675	11.645	11.965
Bens e Títulos a Receber		947	509	2.266	1.746
Despesas Antecipadas		60	68	89	98
Estoque	8	–	–	317	327
Ativo não circulante		345.165	329.272	338.805	321.523
Realizável a longo prazo		331.162	316.125	331.200	316.166
Ativo Fiscal Diferido	7	74.615	67.148	74.615	67.148
Créditos Tributários e Previdenciários	7	6.072	6.072	6.072	6.072
Bens e Títulos a Receber		400	662	400	662
Depósitos Judiciais e Fiscais	9	250.075	242.243	250.113	242.284
Investimentos	10	9.758	8.603	–	–
Outros Investimentos		9.758	8.603	–	–
Imobilizado	11	3.679	3.666	7.039	4.479
Imobilizado de Uso Próprio		3.641	3.653	7.001	4.466
Não Hospitalares/Odontológicos		3.641	3.653	7.001	4.466
Outras Imobilizações		38	13	38	13
Intangível	11	566	878	566	878
Total do ativo		964.986	1.005.483	965.086	1.005.767

Passivo	Notas	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Circulante		206.714	189.811	206.814	190.095
Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde	12	177.080	147.212	175.236	145.443
Provisões de Prêmios/Contraprestações		68	36	68	36
Provisão para Remissão		68	36	68	36
Provisão de Eventos/Sinistros a Liquidar para SUS		39	107	39	107
Provisão de Eventos/Sinistros a Liquidar para Outros Prestadores de Serviços Assistenciais		95.104	72.393	93.260	70.624
Provisão para Eventos/Sinistros Ocorridos e Não Avisados (PEONA)		81.869	74.676	81.869	74.676
Débitos de Operações de Assistência à Saúde		27	287	27	287
Comercialização sobre Operações		27	287	27	287
Tributos e Encargos Sociais a Recolher	13	10.677	28.002	11.470	28.749
Débitos Diversos	14	18.930	14.310	19.582	14.876
Fornecedores		–	–	499	739
Depósitos de beneficiários e terceiros		–	–	–	1
Passivo não circulante		254.002	244.048	254.002	244.048
Provisões	15	254.002	244.048	254.002	244.048
Provisões para ações judiciais		254.002	244.048	254.002	244.048
Patrimônio líquido		504.270	571.624	504.270	571.624
Capital social	16	53.889	53.889	53.889	53.889
Reservas		450.381	517.735	450.381	517.735
Reservas de lucros		450.381	517.735	450.381	517.735
Total do passivo + patrimônio líquido		964.986	1.005.483	965.086	1.005.767

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações dos Resultados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 *(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido/(prejuízo) por lote de mil ações)*

	Notas	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Contraprestações Efetivas/Prêmios Ganhos de Plano de Assistência à Saúde		1.755.765	1.706.485	1.755.765	1.706.485
Receitas com Operações de Assistência à Saúde		1.783.488	1.755.781	1.783.488	1.755.781
Contraprestações Líquidas/Prêmios Retidos	18a.	1.783.520	1.755.733	1.783.520	1.755.733
Variação das Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde		(32)	48	(32)	48
(-) Tributos Diretos de Operações com Planos de Assistência à Saúde da Operadora	18b.	(27.723)	(49.296)	(27.723)	(49.296)
Eventos Indenizáveis Líquidos/Sinistros Retidos		(1.447.620)	(1.182.184)	(1.426.739)	(1.165.866)
Eventos/Sinistros Conhecidos ou Avisados	18c.	(1.440.428)	(1.178.685)	(1.419.547)	(1.162.367)
Variação da Provisão de Eventos/Sinistros Ocorridos e Não Avisados		(7.192)	(3.499)	(7.192)	(3.499)
Resultado das Operações com Planos de Assistência à Saúde		308.145	524.301	329.026	540.619
Outras Receitas Operacionais de Planos de Assistência à Saúde	18d.	2.160	3.359	1.986	3.359
Receitas de Assistência à Saúde Não Relacionadas com Planos de Saúde da Operadora	18d.	1.410	1.140	5.827	4.426
Outras Receitas Operacionais		1.410	1.140	5.827	4.426
(-) Tributos Diretos de Outras Atividades de Assistência à Saúde		–	–	(1.429)	(1.121)
Outras Despesas Operacionais com Plano de Assistência à Saúde		(4.375)	(3.084)	(4.375)	(3.084)
Outras Despesas de Operações de Planos de Assistência à Saúde	18d.	(1.722)	(1.112)	(1.722)	(1.112)
Provisão para Perdas Sobre Créditos	18d.	(2.653)	(1.972)	(2.653)	(1.972)
Outras Despesas Oper. de Assist. à Saúde Não Relac. com Planos de Saúde da Operadora	18d.	(9.190)	(9.644)	(9.190)	(9.644)
Outras Despesas Operacionais		–	–	(18.085)	(13.518)
Resultado Bruto		298.150	516.072	303.760	521.038
Despesas de Comercialização		(62.009)	(57.587)	(62.009)	(57.587)
Despesas Administrativas	18e.	(192.105)	(160.346)	(196.080)	(163.578)
Resultado Financeiro Líquido	18f.	26.405	16.353	26.512	16.416
Receitas Financeiras		29.511	17.371	29.746	17.541
Despesas Financeiras		(3.106)	(1.018)	(3.234)	(1.125)
Resultado Patrimonial		1.186	1.187	21	–
Receitas Patrimoniais		1.435	1.187	330	–
Despesas Patrimoniais		(249)	–	(309)	–
Resultado antes dos impostos e participações		71.627	315.679	72.204	316.289
Imposto de Renda	18g.	(20.138)	(83.291)	(20.553)	(83.730)
Contribuição Social	18g.	(7.604)	(30.607)	(7.766)	(30.777)
Impostos Diferidos	18g.	7.467	7.107	7.467	7.107
Resultado Líquido		51.352	208.888	51.352	208.888
Quantidade de ações		53.889.032	53.889.032		
Lucro por ação		0,95	3,88		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

continua...

Omint Saúde

CNPJ 44.673.382/0001-90

Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 *(Em milhares de reais)*

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Resultado líquido	51.352	208.888	51.352	208.888
Resultado abrangente	51.352	208.888	51.352	208.888

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 *(Em milhares de reais)*

	Capital social	Reservas de lucros	Lucros acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	53.889	352.311	–	406.200
Ajustes provisão CSLL/IRPJ (*)	–	2.536	–	2.536
Distribuição de lucros	–	(46.000)	–	(46.000)
Resultado líquido	–	–	208.888	208.888
Transferências para reserva de lucros	–	208.888	(208.888)	–
Saldo em 31 de dezembro de 2020	53.889	517.735	–	571.624
Ajustes provisão CSLL/IRPJ (*)	–	1.294	–	1.294
Distribuição de lucros	–	(120.000)	–	(120.000)
Resultado líquido	–	–	51.352	51.352
Transferências para reserva de lucros	–	51.352	(51.352)	–
Saldo em 31 de dezembro de 2021	53.889	450.381	–	504.270

(*) Ajustes de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o lucro de exercícios anteriores.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas
31 de dezembro de 2021 *(Em milhares de reais)*

1 CONTEXTO OPERACIONAL

A Omint Serviços de Saúde Ltda. (Omint ou Operadora), localizada na Rua Franz Schubert, nº 33, no bairro Jardim Paulistano, no município de São Paulo, tem por atividade a intermediação na prestação de serviços médicos, odontológicos e hospitalares, a administração de planos de saúde e a participação em outra sociedade, na qualidade de sócia, cotista ou acionista.

A operadora é integrante do Grupo Omint, cuja a composição do capital social está demonstrado na nota 16a.

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas pela Diretoria foi realizada em 25 de março de 2022.

2 BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Operadora foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, as quais abrangem os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis quando referendados pela ANS e inclusive as normas instituídas pela própria Agência.

Na elaboração das presentes demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi observado o modelo de plano de contas contido na Resolução Normativa RN nº 435/18 e RN 472/21 o que é aplicável para 2021, sendo apresentadas segundo os critérios de comparabilidade estabelecidos pelo Pronunciamento CPC 26.

2.1. Base para mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com o custo histórico, com exceção dos seguintes itens reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado;
- Ativos financeiros disponíveis para venda mensurados pelo valor justo;
- Investimentos mensurados por equivalência patrimonial;
- Provisões técnicas, mensuradas de acordo com as determinações da ANS; e
- Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros.

2.2. Comparabilidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão sendo apresentadas com informações comparativas de exercícios anteriores, conforme disposições do CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações contábeis emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Para o balanço patrimonial, utilizamos as informações constantes no exercício findo imediatamente precedente (31 de dezembro de 2020).

2.3. Base de consolidação

i) Controladas

O investidor controla a investida quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a investida e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a investida. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o investidor obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

Relação de entidades controladas

	Participação acionária %		
	País	2021	2020
Del Sol Odontologia Ltda.	Brasil	99,99%	99,99%

ii) Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intra-grupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intra-grupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação do Grupo na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

2.4. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Operadora. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.5. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Operadora e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revisadas de uma maneira contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As notas explicativas listadas abaixo incluem: (i) As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras; (ii) As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício no próximo período contábil:

- Nota 3b e 5 – Aplicações financeiras
- Nota 3d e 6.1- Provisão para perdas sobre créditos de operações com planos de assistência à saúde
- Nota 7 – Créditos tributários e previdenciários
- Nota 3i e 12 – Provisões técnicas de operações de assistência à saúde
- Nota 3j e 15 – Provisões judiciais

2.6. Normas, alterações e interpretações de normas existentes que ainda não estão em vigor e não foram adotadas antecipadamente pela Operadora

Em julho de 2014, o IASB emitiu a versão final da IFRS 9 – Instrumentos Financeiros, que reflete todas as fases do projeto de instrumentos financeiros e substitui a IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração e todas as versões anteriores da IFRS 9. A norma introduz novas exigências sobre classificação e mensuração, perda por redução ao valor recuperável e contabilização de hedge. A IFRS 9 está em vigência para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2018 ou após essa data, não sendo permitida a aplicação antecipada. É exigida aplicação retrospectiva, não sendo obrigatória, no entanto, a apresentação de informações comparativas. A adoção da IFRS 9 terá efeito sobre a classificação e mensuração dos ativos financeiros da Operadora, não causando, no entanto, nenhum impacto relevante sobre os valores atualmente registrados. O CPC convergiu para esse novo pronunciamento e emitiu o CPC 48 – Intrumentos Financeiros, com adoção para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2018 ou após essa data. A ANS adotará o pronunciamento a partir do exercício de 2023, conforme disposto na Resolução 472 de 29 de setembro de 2021.

O IFRS 17 (CPC 50) "Contratos de Seguros" (emitido em maio de 2017) estabelece princípios para reconhecimento, mensuração e apresentação e divulgação de contratos de seguros emitidos. Também requer princípios similares a serem aplicados aos contratos de resseguro detidos e contratos de investimento com características de participação discricionária emitidos. O objetivo é garantir que as entidades forneçam informações relevantes de forma a que fielmente represente esses contratos. O IFRS 17 é aplicável a partir de 1º Janeiro de 2023, sendo permitida a aplicação antecipada. Em 2021 com a publicação da Resolução 472 de 29 de setembro de 2021 a ANS formalizou que não recepcionará o IFRS 17 (CPC 50).

O IFRS 16 (CPC 06) "Arrendamentos" (emitido em dezembro de 2017) estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos. O objetivo é garantir que arrendatários e arrendadores forneçam informações relevantes, de modo que representem fielmente essas transações. Em 2021 com a publicação da Resolução 472 de 29 de setembro de 2021 a ANS recepcionou o IFRS 16 (CPC 06) a partir do exercício de 2022. A operadora está avaliando os impactos e adotará a norma conforme requerido.

A Operadora pretende adotar as demais normas aplicáveis quando houver a aprovação do órgão regulador. Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto relevante no patrimônio líquido ou no resultado da Operadora.

3 DESCRIÇÃO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão descritas a seguir:

a) Caixa e equivalente de caixa

Representam numerário disponível em caixa, em contas bancárias, investimentos financeiros com vencimento inferior a 90 dias, contados a partir da data de aquisição da controladora. Esses ativos apresentam risco insignificante de mudança do valor justo e são monitorados para o gerenciamento de seus compromissos no curto prazo e estão representados pelas rubricas "Caixa e equivalente de caixa", conforme apresentado na nota explicativa nº 4.

b) Instrumentos financeiros (aplicações financeiras)

Os instrumentos financeiros são classificados de acordo com a intenção da Administração nas seguintes categorias:

Demonstrações dos Fluxos de Caixa – Método Direto – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 *(Em milhares de reais)*

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Atividades operacionais				
(+) Recebimento de Planos Saúde	1.823.148	1.729.884	1.823.148	1.729.884
(+) Recebimento de serviços odontológicos	–	–	5.621	4.259
(+) Resgate de Aplicações Financeiras	1.003.360	1.983.151	1.023.791	1.994.465
(+) (Resgate) Recebimento de Juros de Aplicações Financeiras	5	5	6	10
(+) Outros Recebimentos Operacionais	3.116	2.133	3.116	2.133
(-) Pagamento a Fornecedores/Prestadores de Serviço de Saúde	(1.416.392)	(1.186.400)	(1.399.996)	(1.173.413)
(-) Pagamento de Comissões	(62.503)	(53.497)	(62.503)	(53.497)
(-) Pagamento de Pessoal	(49.172)	(44.207)	(60.383)	(52.715)
(-) Pagamento de Pró-Labore	(8.994)	(8.465)	(8.994)	(8.465)
(-) Pagamento de Serviços Terceiros	(39.248)	(36.925)	(43.076)	(39.841)
(-) Pagamento de Tributos	(117.024)	(181.356)	(122.408)	(185.920)
(-) Pagamento de Aluguel	(16.453)	(16.397)	(16.453)	(16.397)
(-) Pagamento de Promoção/Publicidade	(30.988)	(14.159)	(30.988)	(14.159)
(-) Aplicações Financeiras	(958.350)	(2.112.638)	(977.400)	(2.124.608)
(-) Outros Pagamentos Operacionais	(12.718)	(11.373)	(13.061)	(11.771)
Caixa Líquido das Atividades Operacionais	117.787	49.756	120.420	49.964
Atividades de investimentos				
(+) Recebimentos de Venda de Ativo Imobilizado	280	–	341	–
(-) Pagamento de Aquisição de Ativo Imobilizado – Outros	(1.274)	(546)	(4.214)	(824)
Caixa Líquido das Atividades de Investimentos	(994)	(546)	(3.873)	(824)
Atividades de financiamento				
(-) Outros Pagamentos da Atividade de Financiamento	(120.000)	(46.000)	(120.000)	(46.000)
Caixa Líquido das Atividades de Financiamento	(120.000)	(46.000)	(120.000)	(46.000)
Variação de Caixa e Equivalente de Caixa	(3.207)	3.210	(3.453)	3.140
CAIXA – Saldo Inicial	5.000	1.790	5.304	2.164
CAIXA – Saldo Final	1.793	5.000	1.851	5.304
Ativos Livres no Início do Exercício (*)	5.000	1.790	5.304	2.164
Ativos Livres no Final do Exercício (*)	1.793	5.000	1.851	5.304
Aumento/(Diminuição) nas Aplicações Financeiras – Recursos Livres	(3.207)	3.210	(3.453)	3.140

Conciliação entre o Lucro Líquido e o Fluxo de Caixa Líquido das Atividades Operacionais

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Lucro líquido/(prejuízo) do exercício	51.352	208.888	51.352	208.888
Ajustes por:				
(-) Resultado da equivalência patrimonial	(1.155)	(1.187)	–	–
(+) Baixa imobilizado	249	101	249	101
(+) Depreciação	1.012	1.292	1.345	1.433
(+) Amortização	312	314	312	314
(+) Outras perdas	–	3.084	60	3.084
(+/-) Variação da provisão de eventos ocorridos e não avisados	7.193	3.499	7.193	3.499
(+/-) Variação da provisão de remissão	32	(48)	32	(48)
(+/-) Variação de crédito tributário diferido	(7.467)	(7.107)	(7.467)	(7.107)
(+/-) Variação de PPSC	2.653	1.972	2.653	1.972
(+/-) Variação de provisões e reversões	3.081	1.145	3.020	1.145
(-) Rendimento de aplicação financeira	(25.169)	(14.621)	(25.169)	(14.621)
(+/-) Juros e variação monetária	(559)	(539)	(559)	(539)
(+/-) Recuperação crédito imp. s/lucro	(772)	(1.236)	(772)	(1.236)
(+/-) Ajustes provisão CSLL/IRPJ	(1.294)	–	(1.294)	–
Diminuição (aumento) das contas do ativo				
Aplicações financeiras	48.800	(126.908)	50.006	(127.678)
Créditos de operações com planos de assistência à saúde	29.879	(36.672)	29.879	(36.672)
Despesas diferidas	(2.678)	1.431	(2.678)	1.431
Bens e títulos a receber	(175)	(803)	(257)	(1.149)
Créditos tributários e previdenciários	687	6.517	879	6.446
Depósitos judiciais e fiscais	(7.832)	(22.008)	(7.829)	(22.009)
Despesas antecipadas	8	(27)	9	(192)
Estoque	–	–	10	–
Aumento (diminuição) das contas do passivo				
Provisão de eventos a liquidar	22.643	(8.352)	22.568	(8.352)
Tributos e contribuições a recolher	(17.325)	17.548	(17.279)	17.567
Débitos de operações de assistência à saúde	(260)	202	(260)	202
Fornecedores	–	–	(240)	310
Outras contas a pagar	4.618	1.756	4.704	1.659
Provisões para ações judiciais	9.954	21.516	9.954	21.516
Depósitos de beneficiários e terceiros	–	–	(1)	1
Caixa líquido das atividades operacionais	117.787	49.756	120.420	49.964

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Valor justo por meio do resultado: um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. A Operadora gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e vendas baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e estratégia de investimentos.

Empréstimos e recebíveis: são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os recebíveis da Operadora compreendem as contas a receber de clientes (créditos de operações com planos de assistência à saúde).

Valor justo: é o montante pelo qual um ativo pode ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes conhecidas e empenhadas na realização de uma transação justa de mercado, na data do balanço.

Quando disponível, a Operadora determina o valor justo de instrumentos financeiros com base nos preços cotados no mercado ativo para aquele instrumento. Um mercado é reconhecido como ativo se os preços cotados são prontamente e regularmente disponíveis e representam transações de mercado fidedignas e regulares ocorridas de forma justa entre partes independentes. O valor justo dos ativos financeiros é apurado da seguinte forma: (I) Os certificados de depósitos bancários, são registrados ao custo, acrescido dos rendimentos incorridos, que se aproximam do valor justo. (II) As quotas de fundos de investimento são valorizadas pelo valor da quota informado pelos administradores dos fundos na data de encerramento do balanço.

c) Impairment de ativos financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos seus ativos com o objetivo de avaliar eventos internos e externos que possam indicar deterioração e/ou perda de seu valor recuperável, sendo constituída provisão para perda com o ajuste, quando necessário, do valor contábil líquido ao valor recuperável.

d) Provisão para Perdas Sobre Créditos – PPSC

Conforme determina a Resolução Normativa RN nº 435/18 e RN 472/21 o que é aplicável para 2021, a Provisão para Perdas Sobre Créditos – PPSC é constituída, nos planos individuais com preço pré-estabelecido, pela totalidade do crédito do contrato, a partir da existência de uma parcela vencida há mais de 60 dias. Para todos os demais planos, pela totalidade do crédito do contrato, a partir da existência uma parcela vencida há mais de 90 dias.

e) Estoques

Na controlada Del Sol, o estoque é composto por materiais odontológicos e estão avaliados a custo.

f) Investimentos

O investimento na controlada é avaliado pelo método da equivalência patrimonial, com base no valor do patrimônio líquido das investidas.

g) Imobilizado

Os itens do imobilizado são avaliados pelo custo histórico de aquisição menos a depreciação acumulada e perdas por impairment, quando aplicável. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os valores advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado. A depreciação é reconhecida no resultado pelo método linear considerando a vida útil econômica residual estimada para cada bem do ativo imobilizado, sendo móveis e utensílios, de 10 anos; equipamentos de processamento de dados e veículos de 05 anos.

h) Impairment de ativos não financeiros

Os valores dos ativos não financeiros do Grupo são revistos no mínimo anualmente para determinar se há alguma indicação de perda considerada permanente, que é reconhecida no resultado do período se o valor contábil de um ativo exceder seu valor recuperável.

i) Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda do exercício e diferido foram calculados à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10%, sobre o lucro tributável anual que excede R$240 no exercício e a contribuição social sobre o lucro é calculada à alíquota de 9%.

A despesa com imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido. O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do exercício calculado com base nas alíquotas vigentes na data de balanço e inclui qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos períodos anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de recolhimento (impostos correntes). Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. Os ativos e passivos fiscais correntes e diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a imposto de renda e contribuição social lançado pela mesma autoridade tributária sobre a entidade sujeita à tributação. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de balanço e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja provável.

continua...

OMINT SAÚDE

Omint Saúde
CNPJ 44.673.382/0001-90

... continuação das Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras – Exercício findo em 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de Reais)

j) Provisões técnicas de operações de assistência à saúde

As provisões técnicas são constituídas de acordo com notas técnicas atuariais e determinações contidas na Resolução Normativa-RN nº 393 de 09 de dezembro de 2015 e alterações posteriores.

i) *Provisão de Prêmio ou Contraprestação Não Ganhas (PPCNG)*

A provisão para contribuições não ganhas (PPCNG) corresponde ao rateio diário – "pró-rata" dia das contribuições a decorrer, relativamente ao período de cobertura do risco. Os valores constituídos são apropriados ao resultado no último dia do mês, cuja vigência tenha iniciado.

ii) *Provisão de Eventos/Sinistros a Liquidar – PESL*

A Provisão de Eventos/Sinistros a Liquidar – PESL representa o montante de eventos/sinistros já ocorridos e avisados, mas que ainda não foram pagos pela OPS.

iii) *Provisão de Eventos/Sinistros a Liquidar – PESL SUS*

A Provisão de Eventos/Sinistros a Liquidar – PESL representa os ressarcimentos ao SUS que são registrados mediante avisos de beneficiários identificados (ABI), notificados pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

A provisão para eventos a liquidar foi constituída com base nos eventos ocorridos e avisados por prestadores de serviços até a data do encerramento do exercício.

iv) *Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados (PEONA)*

A provisão para eventos ocorridos e não avisados (PEONA) é calculada conforme nota técnica atuarial com a finalidade de fazer frente ao pagamento dos eventos que já tenham ocorrido e que ainda não tenham sido avisados. A provisão é calculada com base em método estatístico-atuarial, conhecido como "triângulos de run-off" e "sinistralidade esperada", que considera o desenvolvimento mensal histórico dos eventos avisados, observado o período de 12 meses, para estabelecer uma projeção futura por período de ocorrência.

v) *Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados (PEONA) – SUS*

A provisão para Eventos/Sinistros Ocorridos e Não Avisados ocorridos no SUS – PEONA SUS, é referente à estimativa do montante de eventos/sinistros originados no Sistema Único de Saúde (SUS), que tenham ocorrido e que não tenham sido avisados à OPS.

vi) *Provisão para Remissão*

A provisão para remissão é calculada conforme nota técnica atuarial aprovada pela ANS e corresponde à garantia das obrigações decorrentes das cláusulas contratuais de remissão das contraprestações pecuniárias referentes à cobertura de assistência à saúde, utilizando-se como metodologia o "Regime Financeiro de Repartição de Capitais de Cobertura".

vii) *Provisão para Insuficiência de Contraprestação/Prêmio – PIC*

Á Provisão para Insuficiência de Contraprestação/Prêmio – PIC, referente à insuficiência de contraprestação/prêmio para a cobertura dos eventos/sinistros a ocorrer, quando constatada. Conforme cálculos atuariais, a operadora não apresentou insuficiência.

viii) *Teste de Adequação de Passivo – TAP*

Conforme determinação da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, as operadoras de planos de saúde consideradas de grande porte (acima de 100.000 beneficiários) devem realizar o Teste de Adequação de Passivo I TAP.

A ANS, através da Resolução Normativa RN nº 435/18 e RN 472/21, definiu os requisitos mínimos para serem utilizados no teste, tais como: segregação da carteira por modalidade de contratação, estimativa do fluxo de caixa limitado a 8 anos, utilização da tábua BR-EMS, os fluxos de caixa deverão ser descontados a valor presente com base nas estruturas a termo da taxa de juros (ETTJ) livre de risco pré-fixada definidas pela ANBIMA.

Ao longo de 2021, a Omint revisitou toda metodologia de cálculo que vinha aplicando, buscando refletir de forma mais realista os eventuais passivos dos produtos de saúde que gerassem insuficiência. Nesse contexto, segregou a carteira em contratos com Planos Individuais/Familiares, Planos Coletivos Medicina e Planos Coletivos Odontológicos, e para cada grupo foi adotada uma metodologia contemplando a melhor estimativa de todos os fluxos de caixa futuros. Os parâmetros médios utilizados foram:

Carteira	Tábua BR-EMS	Taxa de decremento a.a.	Reajuste (1)	VCMHO (2)	Desp. Adm.	Desp. Com.	ETTJ
Individual	por sexo	7,53%	10,10%	9,82%	1,2%	0,0%	Anbima- PRÉ-FIXADA
Coletivo Medicina	por sexo	22,50%	8,50%	8,50%	12,8%	4,4%	Anbima- PRÉ-FIXADA
Coletivo Odontologia	por sexo	19,78%	9,48%	4,88%	9,0%	4,4%	Anbima- PRÉ-FIXADA

(1) Não contempla o efeito do reajuste por alteração de faixa etária, pois o mesmo já está incluído na curva de crescimento da receita em função da idade.

(2) Não contempla o efeito da idade, pois o mesmo já está incluído na curva de crescimento do custo em função da idade.

Parâmetros mínimos para a elaboração da TAP:

- Cálculo da estimativa do número de expostos – Foram aplicadas as taxas da tábua e de decremento da carteira (saída sem ser por óbito) a partir do mês base.
- Cálculo do faturamento anual – Foi calculado a partir da multiplicação do número de expostos, receita por faixa etária e taxa de reajuste anual.
- Cálculo do custo assistencial anual – Foi calculado a partir da multiplicação do número de expostos, custo por idade (calculado a partir de uma função de ajuste linear, polinomial e/ou exponencial) e taxa anual de variação dos custos.
- Cálculo das despesas administrativas e comercias foram calculadas a partir da multiplicação das taxas pelo faturamento; os impostos foram calculados multiplicando as taxas pelo resultado bruto da operação.
- O faturamento de cada grupo, Planos Individuais, Planos Coletivos Medicina e Planos Coletivos Odontológicos, será multiplicado pelas seguintes taxas respectivamente 1,2%, 12,8% e 9% para obtenção da despesa administrativa. Para obtenção da despesa comercial será considerada a taxa de 4,4% para os Planos Coletivos, já para os Planos Individuais não há despesa de comercialização.
- Os resultados líquidos obtidos para os próximos 8 anos foram trazidos a valor presente com base na estrutura a termo de taxas de juros (ETTJ).

O teste de adequação de passivos realizado para a data base de 31 de dezembro de 2021, apresentou insuficiência de R$ 1.713 para a carteira de Planos Individuais/Familiares. A ANS no capitulo 1 – Normas Gerais, item 10.12.2, não obriga o reconhecimento de eventual deficiência apurada no resultado Resolução Normativa RN nº 435/18 e RN 472/21

k) Ativos e passivos contingentes (provisões)

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas são efetuadas de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 25. As obrigações legais fiscais são reconhecidas independente da probabilidade de êxito das ações, conforme previsto no item 10.23.5 da Resolução Normativa RN nº 435/18 e RN 472/21 o que é aplicável para 2021.

Ativos contingentes – Os ativos contingentes são registrados contabilmente quando transitado em julgado.

Passivos contingentes – São constituídas provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis, cuja probabilidade de perda seja classificada como provável, quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perda possível não são reconhecidos contabilmente, sendo divulgados em notas explicativas.

l) Empréstimos e financiamentos

Determinando quando um contrato contém um arrendamento

No início da operação é efetivada uma avaliação se um contrato contém elemento de arrendamento, o Grupo separa os pagamentos e outras contraprestações requeridas pelo contrato referente aos outros elementos do mesmo com base no valor justo relativo de cada elemento. Se o Grupo conclui, para um arrendamento financeiro, que é impraticável separar os pagamentos de forma confiável, então o ativo e o passivo são reconhecidos por um montante igual ao valor justo do ativo; subsequentemente, o passivo é reduzido quando os pagamentos são efetuados e o custo financeiro associado ao passivo é reconhecido utilizando a taxa de captação.

Ativos arrendados

Arrendamentos de ativo imobilizado que transferem substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. No reconhecimento inicial, o ativo arrendado é mensurado por montante igual ao menor entre o seu valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. Após o reconhecimento inicial, o ativo é contabilizado de acordo com a política contábil aplicável ao ativo.

Juros de arrendamentos

Os juros efetuados sob arrendamentos financeiros são alocados como despesas financeiras e redução do passivo a pagar. As despesas financeiras são alocadas em cada período durante o prazo do arrendamento visando produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo.

m) Benefícios aos empregados

As obrigações de benefícios de curto prazo para empregados são reconhecidas pelo valor esperado a ser pago e lançadas como despesa à medida que o serviço respectivo é prestado.

O Grupo fornece ao seu quadro de colaboradores, benefícios como: plano de saúde e odontológico aos funcionários e dependentes, seguro de vida e vale refeição.

n) Apuração do resultado

(i) *Receitas operacionais de saúde* – As receitas decorrentes dos planos de assistência médico-odontológico são contabilizadas pelo regime de competência e de acordo com a vigência do risco.

(ii) *Custos médicos* – Os custos de atendimento médico-odontológico dos planos de assistência são contabilizados no resultado de acordo com a notificação de aviso dos eventos.

(iii) *Receita operacional com prestação de serviço odontológico* – A receita da controlada decorre de prestação de serviços de assistência odontológica e está sendo contabilizada pelo regime de competência.

4 DISPONÍVEL – CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Banco Conta Corrente	1.331	2.306	1.367	2.315
Caixa e Equivalente de Caixa	462	2.694	484	2.989
	1.793	5.000	1.851	5.304

Os valores que compõe caixa e equivalentes de caixa são compostos por aplicações automáticas dos bancos e fundos substancialmente não exclusivos.

5 APLICAÇÕES FINANCEIRAS

a) Composição por categoria

Controladora

Ativos	Hierarquia de valor justo	Aging: Até 1 ano (A)	De 1 a 5 anos (B)	Acima de 5 anos (C)	Sem vencimento (D)	Classificação: Valor contábil (E = A + B + C + D)	Valor de curva (F)	Valor justo (G)	Ganho/Perda não realizado (G – F)	Total: 31/12/2021 (E)	%	31/12/2020 (H)	%
Ativos designados pelo valor justo por meio do resultado		47.957	496.769	19.338	25.189	589.253	–	589.253	589.253	589.253	100%	612.884	100%
Fundos de Investimentos Abertos	2	–	–	–	3.907	3.907	–	3.907	3.907	3.907	1%	–	0%
Quotas de Fundos de Investimentos Abertos-Alfa Cash	2	–	–	–	3.907	3.907	–	3.907	3.907	3.907	100%	–	0%
Fundos de Investimento Exclusivos		28.917	277.764	10.876	19.371	336.927	–	336.927	336.927	336.927	57%	340.835	56%
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	1	299	83.903	–	–	84.202	–	84.202	84.202	84.202	25%	240.966	71%
Notas do Tesouro Nacional – Série B (NTN-B)	1	3.590	6.323	1.158	–	11.071	–	11.071	11.071	11.071	3%	9.237	3%
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	1	–	44.611	–	–	44.611	–	44.611	44.611	44.611	13%	4.279	1%
Operações Compromissadas	1	13.631	51.289	–	–	64.919	–	64.919	64.919	64.919	19%	31.262	9%
Títulos Privados CDB-DE252-LF252-FIDIC-DPGE	2	11.397	91.638	9.718	19.443	132.196	–	132.196	132.196	132.196	39%	55.894	16%
Caixa/Contas a Pagar/Receber	1	–	–	–	(73)	(73)	–	(73)	(73)	(73)	0%	(803)	0%
											0%		
Carteiras Administradas-Fundos Córdoba e Recoleta		19.040	219.005	8.462	1.911	248.419	–	248.419	248.419	248.419	42%	272.049	0%
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	1	16.183	196.407	–	–	212.590	–	212.590	212.590	212.590	86%	229.013	84%
Notas do Tesouro Nacional – Série B (NTN-B)	1	–	–	–	–	–	–	–	–	–	0%	5.214	2%
Operações Compromissadas	1	2.858	–	–	–	2.858	–	2.858	2.858	2.858	1%	5.771	2%
Títulos Privados CDB-DE252-LF252-FIDIC-DPGE	2	–	22.598	8.462	1.995	33.055	–	33.055	33.055	33.055	13%	26.446	10%
Caixa/Contas a Pagar/Receber	1	–	–	–	(84)	(84)	–	(84)	(84)	(84)	0%	5.605	2%
Total		47.957	496.769	19.338	25.189	589.253	–	589.253	589.253	589.253	100%	612.884	100%

Consolidado

Ativos	Hierarquia de valor justo	Aging: Até 1 ano (A)	De 1 a 5 anos (B)	Acima de 5 anos (C)	Sem vencimento (D)	Classificação: Valor contábil (E = A + B + C + D)	Valor de curva (F)	Valor justo (G)	Ganho/Perda não realizado (G – F)	Total: 31/12/2021 (E)	%	31/12/2020 (H)	%
Ativos designados pelo valor justo por meio do resultado		48.050	500.700	19.952	25.190	593.892	–	596.712	596.712	593.892	100%	618.729	100%
Fundos de Investimentos Abertos	2	–	–	–	3.907	3.907	–	3.907	3.907	3.907	1%	–	0%
Quotas de Fundos de Investimentos Abertos-Alfa Cash	2	–	–	–	3.907	3.907	–	3.907	3.907	3.907	100%	–	0%
Fundos de Investimento Exclusivos		29.010	281.695	11.490	19.372	341.566	–	344.386	344.386	341.566	57%	346.680	56%
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	1	299	84.996	–	–	85.295	–	85.295	85.295	85.295	25%	244.683	71%
Notas do Tesouro Nacional – Série B (NTN-B)	1	3.590	6.573	1.202	–	11.365	–	11.365	11.365	11.365	3%	9.865	3%
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	1	–	44.611	–	–	44.611	–	44.611	44.611	44.611	13%	4.279	1%
Operações Compromissadas	1	13.631	52.722	–	–	66.352	–	66.352	66.352	66.352	19%	32.333	9%
Títulos Privados CDB-DE252-LF252-FIDIC-DPGE	2	11.490	92.793	10.288	19.443	134.014	–	136.834	136.834	134.014	39%	56.331	16%
Caixa/Contas a Pagar/Receber	1	–	–	–	(72)	(72)	–	(72)	(72)	(72)	0%	(811)	0%
											0%		
Carteiras Administradas-Fundos Córdoba e Recoleta		19.040	219.005	8.462	1.911	248.419	–	248.419	248.419	248.419	42%	272.049	0%
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	1	16.183	196.407	–	–	212.590	–	212.590	212.590	212.590	86%	229.013	84%
Notas do Tesouro Nacional – Série B (NTN-B)	1	–	–	–	–	–	–	–	–	–	0%	5.214	2%
Operações Compromissadas	1	–	–	–	–	2.858	–	2.858	2.858	2.858	1%	5.771	2%
Títulos Privados CDB-DE252-LF252-FIDIC-DPGE	2	2.858	22.598	8.462	1.995	33.055	–	33.055	33.055	33.055	13%	26.446	10%
Caixa/Contas a Pagar/Receber	1	–	–	–	(84)	(84)	–	(84)	(84)	(84)	0%	5.605	2%
Total		48.050	500.700	19.952	25.190	593.892	–	596.712	596.712	593.892	100%	618.729	100%

b) Hierarquia do valor justo

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, não houve reclassificações entre as categorias dos referidos ativos financeiros.

A tabela anterior apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação. Os diferentes níveis de hierarquia do valor justo foram definidos como a seguir:

- Nível 1: Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2: *Inputs*, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
- Nível 3: *Inputs*, para o ativo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

c) Taxa de juros contratada

A Administração mensura a rentabilidade de seus investimentos utilizando como parâmetro a variação das taxas de rentabilidade dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI). A composição da carteira de investimentos da empresa é 100% em cotas de fundos de investimentos abertos e exclusivos.

d) Movimentação das aplicações financeiras

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Saldo no início do exercício	612.884	471.355	618.729	476.430
Aplicações	958.350	1.588.741	977.400	1.198.270
Resgates	(1.003.359)	(1.459.521)	(1.023.790)	(1.068.126)
Rendimento	25.136	14.621	25.356	14.740
IRRF/IOF s/ receitas de aplicações financeiras	(3.758)	(2.312)	(3.803)	(2.585)
Saldo no final do exercício	589.253	612.884	593.892	618.729

e) Garantia das provisões técnicas

	Controladora	
	2021	2020
Aplicações garantidoras de provisões técnicas	248.419	272.049
Aplicações livres	340.834	340.835
Total ativos garantidores	589.253	612.884
Provisões técnicas		
Provisão para remissão	68	36
Provisão de eventos ocorridos e não avisados	81.869	74.676
Provisão de eventos avisados a liquidar e Provisão SUS em mais de 30 dias	39	107
Provisão de eventos avisados a liquidar em até 30 dias	92.365	69.883
Total a ser coberto	174.341	144.702
Suficiência de cobertura	414.912	468.183

6 CRÉDITOS DE OPERAÇÕES COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA DE SAÚDE

6.1. Contraprestação pecuniária/prêmio a receber

a) Composição dos saldos

	Controladora	
	2021	2020
Pessoa jurídica	5.107	4.466
Pessoa física	2.105	2.328
Provisão para perdas sobre créditos – PPSC	(5.402)	(5.155)
Total	1.810	1.639

continua...

Omint Saúde
CNPJ 44.673.382/0001-90

... continuação das Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras – Exercício findo em 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de Reais)

b) Idade dos saldos

	Controladora	
	2021	2020
A vencer de 1 a 30 dias	16	40
Vencidos de 1 a 30 dias	1.355	1.198
Vencidos de 31 a 60 dias	439	395
Vencidos de 61 a 90 dias	141	149
Vencidos há mais de 90 dias	5.261	5.012
Subtotal	7.212	6.794
Provisão para perdas sobre créditos	(5.402)	(5.155)
Total	1.810	1.639

6.2. Outros créditos de operações com planos de assistência à saúde
a) Composição dos saldos

	Controladora	
	2021	2020
Participação dos beneficiários em eventos	8.824	8.121
Créditos de Operadoras	444	–
Outros Créditos de Operacões com plano de saúde *	636	34.486
Total	9.904	42.607

Os valores referem-se a participação dos beneficiários em eventos e aporte e aos valores a receber de contraprestação referente ao reajuste. A ANS em 2020 orientou, através de comunicado no site (www.ans.gov.br), sobre a suspensão do reajuste e qual tratamento contábil deveria ser dado. A orientação para as operadoras foi que o valor correspondente ao reajuste não cobrado deveria ser registrado a débito da conta 1239X1088 e à crédito na conta de receita de contraprestações correspondente à modalidade do plano. Em 2021 grande parte dos valores foram liquidados.

7 CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E PREVIDENCIÁRIOS

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
IRPJ e CSLL a compensar (*)	5.376	3.603	5.443	3.863
Credito Previdência Social (*)	–	–	3	3
ISS – PMRJ (*)	615	3.517	615	3.517
Pis e Cofins (*)	4	4	32	31
Créditos Lei 10.833 (*)	94	84	94	84
Créditos IRPJ-CSLL (*)	5.458	4.467	5.458	4.467
Total ativo circulante	11.547	11.675	11.645	11.965

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Outros créditos trib. e prev. – contigência tributária	6.072	6.072	6.072	6.072
Impostos de renda diferido (IRPJ)	64.071	58.580	64.071	58.580
Contribuição social diferida (CSLL)	10.544	8.568	10.544	8.568
Total ativo não circulante	80.687	73.220	80.687	73.220
Total	92.234	84.895	92.332	85.185

(*) Referem-se a antecipações, saldo negativos e incentivos fiscais de impostos e contribuições.

8 ESTOQUE

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Estoque material odontológico	–	–	317	327
Total	–	–	317	327

9 DEPÓSITOS JUDICIAIS

O Grupo está envolvido em ações judiciais, como autora ou ré, e este saldo se refere a depósitos efetuados para garantir as ações em discussão judicial, conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Fiscais	247.308	238.671	247.308	238.671
ISS	240.602	231.877	240.602	231.877
Tributos federais	6.706	6.794	6.706	6.794
Trabalhistas	434	408	472	449
Cíveis	2.333	3.164	2.333	3.164
Total	250.075	242.243	250.113	242.284

10 INVESTIMENTOS (CONTROLADORA)

O investimento nas controladas foi avaliado pelo método da equivalência patrimonial, cuja variação foi a seguinte:

a) Movimentação dos investimentos

	2021 Total	2020 Total
Saldo inicial	8.603	7.416
Equivalência patrimonial	1.155	1.187
Saldo final	9.758	8.603

b) Cálculo da equivalência patrimonial

	Del Sol	
	2021	2020
Informações das controladas		
Total do ativo	11.703	10.655
Total do patrimônio líquido	9.759	8.604
Total do resultado do exercício	1.166	1.187
Participação	99,99%	99,99%
Valor do investimento	9.758	8.603
Resultado da equivalência patrimonial	1.155	1.187

11 IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

a) Composição do imobilizado

	Controladora				Consolidado			
			2021	2020			2021	2020
	Custo	Depreciação acumulada	Saldo líquido	Saldo líquido	Custo	Depreciação acumulada	Saldo líquido	Saldo líquido
Instalações	6.504	(6.304)	200	244	6.679	(6.323)	356	361
Equipamentos	9.443	(7.716)	1.727	1.614	12.155	(9.697)	2.458	2.116
Móveis e utensílios	5.782	(4.883)	899	1.045	5.997	(5.047)	950	1.076
Veículos	1.035	(220)	815	751	1.035	(220)	815	751
Outros Bens	13	–	13	13	13	–	13	175
Outras Imobilizações – Não Hospitalar/ Odonto	27	(2)	25	–	27	(2)	25	–
Benfeitorias em imóveis de terceiros	–	–	–	–	2.595	(173)	2.422	–
Total	22.804	(19.125)	3.679	3.666	28.501	(21.462)	7.039	4.479

b) Movimentação do imobilizado

b.1) *Controladora*

Controladora	Móveis e utensílios	Veículos	Equipamentos	Outros bens	Instalações	Outras Imobilizações	Benfeitorias em Imóveis	Total
Custo de aquisição								
Saldo em 31 de dezembro de 2020	5.707	955	8.784	13	6.497	–	–	21.956
Aquisições	75	379	787	–	6	27	–	1274
Baixa – doação	–	(299)	(127)	–	–	–	–	(426)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	5.782	1.035	9.444	13	6.503	27	–	22.804
Depreciação								
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(4.662)	(204)	(7.170)	–	(6.254)	–	–	(18.290)
Depreciação do exercício	(220)	(98)	(643)	–	(50)	(2)	–	(1.013)
Alienações	–	82	96	–	–	–	–	178
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(4.882)	(220)	(7.717)	–	(6.304)	(2)	–	(19.125)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	900	815	1.727	13	199	25	–	3.679

b.2) *Consolidado*

Consolidado	Móveis e utensílios	Veículos	Equipamentos	Outros bens	Instalações	Outras Imobilizações	Benfeitorias em Imóveis	Total
Custo de aquisição								
Saldo em 31 de dezembro de 2020	5.894	955	11.524	175	6.619	–	–	25.167
Aquisições	103	803	787	–	61	27	2.595	4.376
Alienações	–	(299)	(581)	(162)	–	–	–	(1.042)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	5.997	1.459	11.730	13	6.680	27	2.595	28.501
Depreciação								
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(4.818)	(204)	(9.407)	–	(6.259)	–	–	(20.688)
Depreciação do exercício	(229)	(98)	(779)	–	(66)	(2)	(173)	(1.347)
Alienações	–	82	491	–	–	–	–	573
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(5.047)	(220)	(9.695)	–	(6.325)	(2)	(173)	(21.462)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	950	1.239	2.035	13	355	25	2.422	7.039

c) Composição do intangível

	Controladora e Consolidado			
			2021	2020
	Custo	Amortização acumulada	Saldo líquido	Saldo líquido
Sistema de Computação	3.056	(2.513)	543	855
Marcas	23	–	23	23
Total	3.079	(2.513)	566	878

d) Movimentação do intangível

d.1) *Controladora e Consolidado*

	Sistema de Computação	Marcas	Total
Custo de aquisição			
Saldo em 31 de dezembro de 2020	3.056	23	3.079
Aquisições	–	–	–
Baixa – Impairment	–	–	–
Saldo em 31 de dezembro de 2021	3.056	23	3.079
Amortização			
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(2.201)	–	(2.201)
Amortização do exercício	(312)	–	(312)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(2.513)	–	(2.513)
Saldo final em 31 de dezembro de 2021	543	23	566

12 PROVISÕES TÉCNICAS DE OPERAÇÕES DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE

	Controladora		Consolidado	
Descrição	2021	2020	2021	2020
Provisão para remissão (nota 12.a)	68	36	68	36
Provisão de eventos a liquidar SUS (12.c)	39	107	39	107
Provisão de eventos a liquidar para outros prestadores - circulante (nota 12.c)	95.104	72.393	93.260	70.624
Provisão de eventos ocorridos e não avisados (nota 12.b)	81.869	74.676	81.869	74.676
Total	177.080	147.212	175.236	145.443
Circulante	177.080	147.212	175.236	145.443

a) Provisão para remissão (controladora)

Esta provisão técnica é constituída para garantia das obrigações decorrentes das cláusulas contratuais de remissão das contraprestações pecuniárias referentes a cobertura de assistência à saúde e está constituída em sua totalidade. Em 31 dezembro de 2021, o saldo da provisão era de R$ 68 (R$ 36 em 31 de dezembro de 2020).

b) Provisão de eventos ocorridos e não avisados – PEONA (controladora)

A provisão, que visa registrar por estimativa os custos de atendimentos já incorridos, mas ainda não avisados, é constituída por meio de cálculo atuarial. Em 31 dezembro de 2021, o saldo de R$81.869 (R$74.676 em 31 de dezembro de 2020) contempla a provisão necessária para fazer frente a eventuais demandas.

c) Provisão de eventos a liquidar e SUS

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Hospitais	60.278	43.023	60.278	43.023
Clínicas e laboratórios	31.476	26.629	29.632	24.859
Outros	3.350	2.741	3.350	2.742
SUS	39	107	39	107
Total	95.143	72.500	93.299	70.731

d) Idade dos saldos – Provisão de eventos a liquidar e SUS

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
A vencer	92.496	70.366	90.652	68.596
Vencidos de 1 a 30 dias	246	195	246	195
Vencidos de 31 a 60 dias	69	121	69	121
Vencidos de 61 a 90 dias	65	6	65	6
Vencidos de 91 a 120 dias	60	52	60	52
Vencidos há mais de 120 dias	2.207	1.760	2.207	1.761
Total	95.143	72.500	93.299	70.731

13 OBRIGAÇÕES FISCAIS E TRABALHISTAS

a) Tributos e encargos a recolher

	Controladora		Consolidado	
Descrição	2021	2020	2021	2020
PIS	243	413	256	426
COFINS	1.494	2.541	1.562	2.604
Impostos sobre serviços	1.769	1.641	1.814	1.684
Imposto de renda retido na fonte	1.630	1.509	1.774	1.644
INSS	3.005	1.697	3.338	2.017
FGTS	387	359	503	466
Outros tributos e encargos	1351	1.511	1.363	1.516
Subtotal	9.879	9.671	10.610	10.357

b) Provisão para IRPJ e CSLL

	Controladora		Consolidado	
Descrição	2021	2020	2021	2020
Provisão para IRPJ	–	13.283	44	13.344
Provisão para CSLL	798	5.048	816	5.048
Subtotal	798	18.331	860	18.392
Total	10.677	28.002	11.470	28.749

14 DÉBITOS DIVERSOS DA OPERADORA

	Controladora		Consolidado	
Descrição	2021	2020	2021	2020
Obrigações com pessoal	5.141	4.908	5.793	5.474
Fornecedores	6.088	2.600	6.088	2.600
Depósitos beneficiários e de terceiros	7.681	6.789	7.681	6.789
Outros débitos a pagar	20	13	20	13
Total	18.930	14.310	19.582	14.876

15 CONTINGÊNCIAS

A Operadora está envolvida como ré ou como requerente em algumas ações trabalhistas, fiscais e cíveis. As obrigações legais e ações, cujas chances de perda são consideradas prováveis, estão provisionadas e totalizam os valores abaixo:

	Saldo no início do exercício	Principal	Reversão/ pagamento	Saldo no final do exercício
Fiscais	241.123	8.331	(247)	249.207
ISS (a)	233.036	8.243	–	241.279
Outras ações fiscais	8.087	88	(247)	7.928
Trabalhistas	59	40	–	99
Cíveis	2.866	4.696	(2.866)	4.696
Total	244.048	13.067	(3.113)	254.002

As ações, cujas chances de perda foram consideradas possíveis pelos assessores jurídicos não estão provisionadas. Para o ano de 2021, os valores de ações fiscais foram provisionadas em atendimento ao item 10.24.5 da Resolução Normativa RN nº 435/18 e RN 472/21 o que é aplicável para 2021:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Cíveis	4.198	4.817	4.198	4.817
Trabalhistas	482	228	662	408
Total	4.680	5.045	4.860	5.225

Desde o ano de 2000 até o ano de 2020, a Omint manteve questionamento judicial junto a Prefeitura municipal de São Paulo em relação ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS incidente sobre as contraprestações emitidas cuja probabilidade foi avaliada pelos assessores jurídicos como possível. Os valores provisionados e depositados judicialmente em 31 de dezembro de 2021 totalizavam R$ 241.279 e R$ 240.602 respectivamente (em 31 de dezembro de 2020 R$ 233.036 e R$ 231.877). Em 14 de dezembro de 2020, transitou em julgado a decisão favorável à Omint, conforme certidão emitida de trânsito e termo de baixa emitida no Superior Tribunal de Justiça (AREsp 1500808/SP (2019/0133539-4). Diante da decisão, que reconhece expressamente o direito da Omint de excluir da base do ISS os valores relativos a repasses e reembolsos, a empresa a partir de fevereiro de 2021, passou a realizar os depósitos judiciais nos autos do processo de cumprimento de sentença, considerando a apuração desse imposto de acordo com a decisão. Atualmente em 2021, a empresa aguarda decisão nos autos do processo de cumprimento de sentença para fins de liquidação dos valores, a serem levantados em seu favor e convertidos em renda a favor da Prefeitura de São Paulo.

16 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social da Controladora é de R$ 53.889 (2020 – R$ 53.889), totalmente integralizado, está distribuído entre os cotistas conforme composição abaixo.

2021

Distribuição do Capital Social (Controladora)	Nº quotas	Valor nominal	%
Villa Larroudet y Compañia S.A.	28.580.129	R$ 28.580	53,04
Cobo Cichero y Compañia S.A.	24.669	R$ 25	0.05
Villa Larroudet Investimentos e Participações Ltda.	25.284.234	R$ 25.284	46,91
Total	53.889.032	R$ 53.889	100

2020

Distribuição do Capital Social (Controladora)	Nº quotas	Valor nominal	%
Villa Larroudet y Compañia S.A.	28.580.129	R$ 28.580	53,04
Cobo Cichero y Compañia S.A.	24.669	R$ 25	0,05
Villa Larroudet Investimentos e Participações Ltda.	25.284.234	R$ 25.284	46,91
Total	53.889.032	R$ 53.889	100

b) Capital Base (CB)

A Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, pela RDC nº 39/00, enquadra a Operadora no Segmento Medicina de Grupo – ST e Região de Atuação nº 4. Conforme o estabelecido na RN nº 451/20 da ANS e alterações posteriores.

O CB é calculado a partir da multiplicação do fator "K" (0,2581), obtido na tabela do Anexo I da RN nº 451/20, pelo capital de referência de R$ 8.977 totalizando R$ 2.317. A Administração mantém CB superior ao exigido.

	Controladora	
	2021	2020
Patrimônio líquido	504.270	571.624
Ajustes	(5.133)	(2.775)
(-) Despesas diferidas	(4.507)	(1.829)
(-) Ativo intangível	(566)	(878)
(-) Despesas antecipadas	(60)	(68)
(=) Patrimônio líquido ajustado (PLA)	499.137	568.850
Margem de solvência		
A – 0,20 das contraprestações líquidas dos últimos 12 meses	356.704	351.147
B – 0,33 da média de eventos indenizáveis líquidos dos últimos 36 meses	427.833	397.898
C – Margem de solvência (maior entre A e B)	427.833	397.898
Margem de solvência – 75%	320.875	298.424
(=) Suficiência (PLA – M.S.)	178.262	270.426

O cálculo da margem de solvência, conforme determinado pela RN nº 451 de 6 de março de 2020, foi apurado mensalmente considerando o maior montante entre os seguintes valores: 33% da média anual dos últimos 36 meses da soma de 100% dos eventos indenizáveis na modalidade de preço pré-estabelecido e 20% a soma dos 12 ultimos meses de 100% das contraprestações na modalidade de preço pré-estabelecido.

A Operadora adotou o percentual fixo de 75% (setenta e cinco por cento) para fins de cálculos da margem de solvência conforme dispõe o artigo 15 da RN 451. A opção sobre a forma escalonada foi formalizada junto a ANS através do termo de compromisso assinado pelo representante e enviado a ANS.

c) Destinação dos lucros

Conforme Contrato Social, a Operadora poderá levantar balanços semestrais ou relativos a períodos menores, para fim de apurar o lucro do período neles compreendido, podendo tal lucro ser, por deliberação de sócias "s" representando a maioria do capital social: (i) distribuído, na proporção da participação das sócias no capital social ou de forma desproporcional, conforme deliberação das socias; ou (ii) capitalizado. O contrato social não delibera a constituição de reserva legal.

A Operadora tem reinvestido parte do lucro anual dentro do próprio negócio, por meio de retenção dos lucros como reserva e distribuição sob a forma de dividendos conforme decisão em Assembleia de Quotistas. Para o exercício de 2021, a Operadora distribuiu e pagou o valor de R$ 120.000 (cento e vinte milhões) conforme ata de reunião de sócias realizada em 06 de Janeiro de 2021.

17 PARTES RELACIONADAS

a) Del Sol Odontologia Ltda.

A controlada Del Sol Odontologia Ltda., mantém contrato com a Omint e presta serviços odontológicos a seus segurados. Os eventos odontológicos são pagos pela Omint em bases mensais em razão do volume de serviços prestados. Em 2021, os serviços prestados pela Del Sol contra a Omint totalizaram R$ 20.881 (R$ 16.318 em 31 de dezembro de 2020) e o saldo a pagar à Del Sol em 31 de dezembro de 2021 é de R$1.844 (R$ 1.767 em 31 de dezembro de 2020).

As empresas do Grupo Omint compartilham os serviços administrativos para a consecução de suas atividades, negócios e objetivos sociais, com o propósito de otimizar a utilização de recursos. Em 2021 a Del Sol pagou pelos serviços compartilhados o valor de R$ 174 (R$ 249 em 31 de dezembro de 2020) a título de rateio de despesas.

b) Cinco de Mayo Empreendimentos Imobiliarios – Eirelli.

A Omint Saúde pagou aluguel no valor de R$ 16.129 em 2021 (R$ 16.032 em 31 de dezembro de 2020) referente aos imóveis, à Cinco de Mayo Empreendimentos Imobiliários – Eirelli, empresa do Grupo Omint.

c) Omint Seguros S.A.

Os contratos de seguro de viagem, acidentes pessoais e de vida em grupo dos funcionários e carteira de clientes do Grupo Omint foram contratados com a própria Seguradora.

continua...

Omint Saúde
CNPJ 44.673.382/0001-90

... continuação das Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras – Exercício findo em 31 de dezembro de 2021 *(Em milhares de Reais)*

O total de prêmio emitido na Omint Seguros contra a Omint Saúde em 2021 foi de R$ 8.920 (2020 R$ 8.725). O total de Sinistro avisados em 2020 foi de R$ 2.455 (2020 R$ 3.770).

18 DETALHAMENTOS DAS CONTAS DE RESULTADO

a) Contraprestações líquidas

	Controladora e Consolidado	
	2021	2020
Planos individuais e familiares	433.157	459.955
Planos coletivos pré-estabelecidos	1.340.363	1.295.778
Total	1.783.520	1.755.733

b) Tributos diretos de operações com planos de assistência à saúde

	Controladora e Consolidado	
	2021	2020
PIS	(2.382)	(3.709)
COFINS	(14.660)	(22.827)
ISS	(2.372)	(1.857)
ISS judicial	(8.309)	(20.903)
Total	(27.723)	(49.296)

c) Eventos conhecidos ou avisados

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Rede credenciada	(1.068.007)	(887.579)	(1.047.126)	(871.261)
Reembolsos a usuários	(372.276)	(291.040)	(372.276)	(291.040)
Ressarcimento ao SUS	(145)	(66)	(145)	(66)
Total	(1.440.428)	(1.178.685)	(1.419.547)	(1.162.367)

d) Outras receitas e despesas operacionais

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Outras receitas	3.570	4.499	7.813	7.785
Outras receitas operacionais de Planos de Assistência à Saúde	2.160	3.359	1.986	3.359
Receitas de Assist. Saúde não relacionada c/ Plano Saúde	1.410	1.140	5.827	4.426
Receitas judiciais	–	547	–	547
Créditos compartilhados	468	587	468	587
Créditos tributários	134	–	134	–
Outras receitas	808	6	5.225	3.292
Outras despesas	(13.565)	(12.728)	(14.994)	(13.849)
Outras despesas operacionais de plano de saúde	(1.722)	(1.112)	(1.722)	(1.112)
Provisão para perdas sobre créditos	(2.653)	(1.972)	(2.653)	(1.972)
Tributos diretos de outras atividades	–	–	(1.429)	(1.121)
Outras desp. de operações de planos – médicos	–	(9.644)	–	(9.644)
Outras despesas operacionais	(9.190)	–	(9.190)	–
Total	(9.995)	(8.229)	(7.181)	(6.064)

e) Despesas administrativas

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Despesas com pessoal	(94.175)	(85.412)	(94.175)	(85.412)
Serviços de terceiros	(34.096)	(29.187)	(34.790)	(29.909)
Localização e funcionamento	(25.544)	(24.157)	(28.465)	(26.560)
Despesas com publicidade e propaganda	(31.995)	(13.746)	(32.025)	(13.752)
Despesas com contribuições e donativos	(335)	(1.004)	(335)	(1.004)
Tributos e taxas	(2.154)	(2.338)	(2.210)	(2.394)
Despesas judiciais	–	(118)	–	(118)
Multas e acréscimos moratórios	(73)	(414)	(73)	(414)
Outras	(3.733)	(3.970)	(4.007)	(4.015)
Total	(192.105)	(160.346)	(196.080)	(163.578)

f) Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Receitas com fundos de investimento	25.136	14.593	25.356	14.741
Juros sobre equivalentes de caixa	33	28	35	34
Atualização dos créditos tributários	784	532	784	532
Juros por recebimentos em atraso	2.260	1.810	2.260	1.810
Outras receitas financeiras	1.298	408	1.311	424
Receitas financeiras	29.511	17.371	29.746	17.541
Juros e multas s/ tributos	(148)	(37)	(148)	(37)
Descontos concedidos	(2.006)	(9)	(2.006)	(9)
Atualização monetária	(13)	(86)	(13)	(86)
Outras	(939)	(886)	(1.067)	(993)
Despesas financeiras	(3.106)	(1.018)	(3.234)	(1.125)
Total	26.405	16.353	26.512	16.416

g) Apuração do imposto de renda e contribuição social

	Controladora				Consolidado			
	Imposto de renda		Contribuição social		Imposto de renda		Contribuição social	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Resultado antes dos impostos	71.627	315.679	71.627	315.679	72.204	316.288	72.204	316.288
Adições	22.162	60.692	22.162	30.027	22.211	60.784	22.211	30.025
Exclusões	(10.369)	(6.010)	(7.033)	(1.988)	(10.438)	(6.010)	(7.033)	(1.988)
Resultado fiscal do exercício	83.420	370.361	86.756	343.718	83.977	371.062	87.382	344.325
Tributo calculado pela alíquota oficial	20.706	84.200	7.808	30.934	21.121	84.639	7.970	31.105
(-) Recuperação créd. Imp. s/ lucro	(568)	(909)	(204)	(327)	(568)	(909)	(204)	(327)
Total dos impostos	20.138	83.291	7.604	30.607	20.553	83.730	7.766	30.777
(-) Imposto e contribuição diferidos	(5.491)	(5.226)	(1.976)	(1.881)	(5.491)	(5.226)	(1.976)	(1.881)
Alíquota efetiva	24%	27%	9%	10%	24%	27%	9%	10%

Em 2021 a Omint Saúde revisou as bases de apuração da CSLL e IRPJ apurados com base no lucro real e apurou um crédito, com a retificação de obrigações acessórias de 2020, no valor de R$ 605 mil.

A Omint Saúde possui saldo de diferença temporárias referente o IRPJ e CSLL Diferida no montante de R$ 7.466. Houve o registro do ativo fiscal diferido relativo a alíquota de 25% do IRPJ Diferido (R$ 5.491 em 31/12/2021) e a alíquota de 9% da CSLL Diferida (R$ 1.976 em 31/12/2021), o qual será recuperável nos períodos futuros quando esses passivo for dedutível para determinar o lucro tributável, nos termos do Pronunciamento Técnico CPC 32 e RN 435.

h) Corresponsabilidade assumida

Eventos/sinistros conhecidos ou avisados de Assistência Médico-Hospitalar (grupo 411X1)	Corresponsabilidade assumida (beneficiários de outras operadoras)	
	2021	2020
1 – Cobertura Assistencial com Preço Preestabelecido		
1.6 – Planos Coletivos Empresariais depois da Lei	(1.217)	(1.313)
Total	(1.217)	(1.313)

A Operadora não possui corresponsabilidade cedida.

19 GERENCIAMENTO DE RISCOS

O gerenciamento de riscos é essencial em todos os processos da Operadora e tem como objetivo garantir a continuidade e o crescimento sustentável do negócio. Em função disso e buscando atender os requisitos normativos, a Omint Saúde designou recursos e iniciou a implantação de uma estrutura responsável por gestão de riscos e controles internos, que tem como objetivos: i) identificação dos principais riscos inerentes aos negócios da Operadora e que possam impactar no atingimento de suas metas e objetivos; ii) avaliação da efetividade dos controles internos existentes para mitigar os riscos; iii) classificação do grau de exposição dos riscos residuais, considerando a probabilidade de ocorrerem e os impactos sobre os negócios, inclusive, sobre a imagem da empresa, caso se materializassem; e iv) monitoramento dos planos de ação elaborados para aprimoramento dos processos internos assim como da estrutura de governança corporativa da Operadora.

A cultura de gestão de riscos e controles internos é disseminada ao Grupo Omint, ressaltando a importância de mitigação dos riscos de acordo com a complexidade do negócio, onde métodos e controles adequados foram definidos para assegurar o cumprimento das leis, normas, regulamentos e aderência às políticas e procedimentos internos.

A área de Gestão de Riscos e Controles Internos atua em conjunto com a Diretoria e os gestores das áreas, com a adoção de um enfoque que estabelece o gerenciamento dos seguintes riscos:

Risco operacional

Risco operacional é a possibilidade de perda decorrente de processos internos inadequados ou deficientes, erros, fraudes ou falhas nas operações ou eventos externos que causem prejuízos às suas atividades normais ou danos aos seus ativos físicos. A área de Gestão de Riscos e Controles Internos avalia os processos internos da Operadora, identifica os riscos operacionais existentes, realiza testes para avaliar a efetividade dos controles internos e define as ações corretivas, quando necessário. Esta avaliação contempla os riscos de ocorrência de erros, intencionais ou não, na realização das atividades comerciais, técnicas, administrativas e operacionais, assim como falha da infraestrutura e dos processos de tecnologia da informação.

Os mecanismos de gestão de risco operacional contemplam também os processos voltados para segurança das informações, adotados como parte integrante das práticas empresariais da Omint, com o objetivo de gerar um valor intrínseco à empresa, incrementando sua credibilidade, sua reputação e cumprindo com seu dever de salvaguardar as informações confidenciais de clientes e parceiros, assim como o investimento de seus acionistas principais.

Risco legal e regulatório

Risco relacionado ao não cumprimento de leis, regulamentações, acordos ou padrões éticos aplicáveis, assim como o risco legal inerente às características dos produtos comercializados.

A Omint possui uma área de Compliance responsável por acompanhar e divulgar, às áreas responsáveis, as atualizações ocorridas na legislação, nas políticas, normas e procedimentos, visando manter a Operadora em conformidade com a lei e os colaboradores alinhados às diretrizes e processos.

A Omint possui uma política de compliance que tem por finalidade estabelecer as diretrizes de acordo com as políticas aplicáveis, legislação brasileira e regulamentações emanadas pela ANS

Risco de crédito

O risco de crédito decorre de atividades nas quais o êxito depende de cumprimento pela outra parte, emitente ou tomador, em relação a termos contratuais acordados.

A Omint Saúde utiliza como controle e avaliação do risco de crédito a classificação das emissões não bancárias e bancárias das agências classificadoras de risco em funcionamento no País.

Sempre que duas ou mais agências classificarem o mesmo título e valor mobiliário, a Operadora adotará, para fins de classificação de risco de crédito, aquela mais conservadora.

A Omint Saúde conta com um comitê de Risco de Crédito na qual concentra a governança de modo a garantir a visão completa do ciclo de crédito, bem como, assegurar que a carteira de investimentos esteja adequada ao perfil e limites de risco apropriados ao negócio.

A tabela a seguir apresenta todos os ativos financeiros, distribuídos por ratings de crédito fornecidos pelas agências classificadoras de risco e os ativos classificados na categoria "sem rating" são Fundos de Investimentos, Empréstimos e Recebíveis e ações de empresas que não possuem rating definido por agências de risco.

Controladora 31/12/2021	BB-	Sem Rating	Valor de Mercado
Caixa e Bancos	–	1.343	1.343
Equivalente de caixa	–	450	450
Quotas de Fundos de Investimentos – Restritos ao Grupo Econômico	589.253	–	589.253
Prêmio a Receber	–	11.714	11.714
Exposição máxima ao risco de Crédito	589.253	13.507	602.760

Controladora 31/12/2020	AA	BB	Valor de Mercado
Caixa e Bancos	–	2.694	2.694
Equivalente de caixa	–	2.306	2.306
Quotas de Fundos de Investimentos – Restritos ao Grupo Econômico	–	612.884	612.884
Prêmio a Receber	–	44.246	44.246
Exposição máxima ao risco de Crédito	–	662.130	662.130

Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na probabilidade da instituição não possuir recursos financeiros suficientes para honrar seus compromissos em razão dos descasamentos entre pagamentos e recebimentos, considerando as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações. O Grupo possui estrutura específica para monitoramento e controle dos riscos de liquidez, realizados pela gerência de Liquidez e Fluxo de Caixa, parte integrante da área de Riscos e Investimento.

O objetivo geral do gerenciamento deste risco é acompanhar a necessidade de liquidez frente ao vencimento projetado dos compromissos, evitando descasamentos e, ao mesmo tempo, otimizando a rentabilidade dos ativos. São realizados comitês para a gestão de ativos e passivos, com periodicidade no mínimo semestral tendo como objetivo definir as estratégias de liquidez a serem seguidas em um horizonte de dois anos. O caixa é monitorado diariamente, com reportes aos gestores e diretores responsáveis.

Casamento de ativos e passivos

Um dos aspectos principais no gerenciamento de riscos é o encontro dos fluxos de caixa dos ativos e passivos. Os investimentos financeiros são gerenciados ativamente com uma abordagem de balanceamento entre qualidade, diversificação, liquidez e retorno de investimento. O principal objetivo
do processo de investimento é otimizar a relação entre taxa, risco e retorno, alinhando os investimentos aos fluxos de caixa dos passivos.

Para tanto, são utilizadas estratégias que levam em consideração os níveis de risco aceitáveis, prazos, rentabilidade, sensibilidade, liquidez, limites de concentração de ativos por emissor e risco de crédito.

As estimativas utilizadas para determinar os valores e prazos aproximados para o pagamento de indenizações e benefícios são periodicamente revisadas. Essas estimativas são inerentemente subjetivas e podem impactar diretamente na capacidade em manter o balanceamento de ativos e passivos. O casamento de ativos e passivos é monitorado pelo Diretoria Financeira, que aprova periodicamente as metas, limites e condições de investimentos.

Controladora 2021	Vencidos	Sem vencimento definido	A vencer em até 1 ano	A vencer em mais de 1 ano	Total
Ativo circulante					
Caixa e equivalente de caixa	–	1.793	–	–	1.793
Aplicações financeiras	–	589.253	–	–	589.253
Créditos de oper. c/ planos de assist. à saúde	–	11.698	16	–	11.714
Despesas diferidas	–	4.507	–	–	4.507
Créditos tributários e previdenciários	–	11.547	–	–	11.547
Bens e títulos a receber	–	947	–	–	947
Despesas antecipadas	–	60	–	–	60
Total do ativo circulante	–	619.805	16	–	619.821
Passivo circulante					
Provisões técnicas de oper.de assist. à saúde	(2.647)	(81.937)	(92.496)	–	(177.080)
Débitos de comercialização sobre operações	–	–	(27)	–	(27)
Tributos e encargos sociais a recolher	–	–	(10.677)	–	(10.677)
Débitos diversos	–	–	(18.930)	–	(18.930)
Total do passivo circulante	(2.647)	(81.937)	(122.130)	–	(206.714)

Controladora 2020	Vencidos	Sem vencimento definido	A vencer em até 1 ano	A vencer em mais de 1 ano	Total
Ativo circulante					
Caixa e equivalente de caixa	–	5.000	–	–	5.000
Aplicações financeiras	–	612.884	–	–	612.884
Créditos de oper. c/ planos de assist. à saúde	–	44.206	40	–	44.246
Despesas diferidas	–	1.829	–	–	1.829
Créditos tributários e previdenciários	–	11.675	–	–	11.675
Bens e títulos a receber	–	509	–	–	509
Despesas antecipadas	–	68			68
Total do ativo circulante	–	676.171	40	–	676.211
Passivo circulante					
Provisões técnicas de oper.de assist. à saúde	(2.134)	(74.712)	(70.366)	–	(147.212)
Débitos de comercialização sobre operações	–	–	(287)	–	(287)
Tributos e encargos sociais a recolher	–	–	(28.002)	–	(28.002)
Débitos diversos	–	–	(14.310)	–	(14.310)
Total do passivo circulante	(2.134)	(74.712)	(112.965)	–	(189.811)

Consolidado 2021	Vencidos	Sem vencimento definido	A vencer em até 1 ano	A vencer em mais de 1 ano	Total
Ativo circulante consolidado					
Caixa e equivalente de caixa	–	1.851	–	–	1.851
Aplicações financeiras	–	593.892	–	–	593.892
Créditos de oper. c/ planos de assist. à saúde	–	11.698	16	–	11.714
Despesas diferidas	–	4.507	–	–	4.507
Créditos tributários e previdenciários	–	11.645	–	–	11.645
Bens e títulos a receber	–	2.266	–	–	2.266
Despesas antecipadas	–	89	–	–	89
Estoques	–	317	–	–	317
Total do ativo circulante	–	626.265	16	–	626.281
Passivo circulante consolidado					
Provisões técnicas de oper.de assist. à saúde	(2.647)	(81.937)	(90.652)	–	(175.236)
Débitos de comercialização sobre operações	–	–	(27)	–	(27)
Provisão para IR e CSLL	–	–	(860)	–	(860)
Tributos e encargos sociais a recolher	–	–	(10.610)	–	(10.610)
Débitos diversos	–	–	(19.582)	–	(19.582)
Fornecedores	–	–	(499)	–	(499)
Total do passivo circulante	(2.647)	(81.937)	(122.230)	–	(206.814)

Consolidado 2020	Vencidos	Sem vencimento definido	A vencer em até 1 ano	A vencer em mais de 1 ano	Total
Ativo circulante consolidado					
Caixa e equivalente de caixa	–	5.304	–	–	5.304
Aplicações financeiras	–	618.729	–	–	618.729
Créditos de oper. c/ planos de assist. à saúde	–	44.206	40	–	44.246
Despesas diferidas	–	1.829	–	–	1.829
Créditos tributários e previdenciários	–	11.965	–	–	11.965
Bens e títulos a receber	–	1.746	–	–	1.746
Despesas antecipadas	–	98	–	–	98
Estoques	–	327	–	–	327
Total do ativo circulante	–	684.204	40	–	684.244
Passivo circulante consolidado					
Provisões técnicas de oper.de assist. à saúde	–	–	(145.443)	–	(145.443)
Débitos de comercialização sobre operações	–	–	(287)	–	(287)
Provisão para IR e CSLL	–	–	(18.392)	–	(18.392)
Tributos e encargos sociais a recolher	–	–	(10.357)	–	(10.357)
Débitos diversos	–	–	(14.877)	–	(14.877)
Fornecedores	–	–	(739)	–	(739)
Total do passivo circulante	–	–	(190.095)	–	(190.095)

Risco de mercado

O risco de mercado é representado pela possibilidade de perda financeira por oscilação de preços e taxas de juros dos instrumentos financeiros, uma vez que em suas carteiras ativas e passivas, podem apresentar descasamentos de prazos e indexadores. Este risco é identificado, mensurado, mitigado e gerenciado, sendo as diretrizes e limites monitorados. O Grupo Omint não possui riscos significativos de mercado.

Sistema de controles internos

O gerenciamento do ambiente de Controles Internos tem como premissas que os riscos associados ao não cumprimento das metas e objetivos do Grupo devem ser identificados e avaliados, considerando a probabilidade de ocorrerem e os impactos sobre os negócios, inclusive, sobre a imagem da empresa, caso se materializassem. A cultura de controles internos é disseminada ao Grupo Omint, ressaltando a importância de mitigação dos riscos de acordo com a complexidade do negócio, onde métodos e controles adequados foram definidos para assegurar o cumprimento das leis, normas, regulamentos e aderência às políticas e procedimentos internos.

Tecnologia da informação

O Grupo Omint entende que a informação e os equipamentos de Tecnologia Informática utilizados para seu tratamento são recursos estratégicos e considera a Segurança da Informação como parte integrante de suas práticas empresariais, convencido de que estas medidas darão um valor intrínseco à empresa, incrementado sua credibilidade, sua reputação e cumprindo com seu dever de salvaguardar o investimento de seus acionistas principais.

Plano de continuidade de negócios (PCN)

O Grupo Omint desenvolveu um Plano de Continuidade de Negócios com a finalidade de garantir que os serviços essenciais sejam devidamente identificados e preservados após a ocorrência de um desastre e até o retorno à situação normal de funcionamento da empresa dentro do contexto do negócio, atualmente encontra-se documentado, publicado e em fase de implantação.

continua...

Omint Saúde
CNPJ 44.673.382/0001-90

... continuação das Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras – Exercício findo em 31 de dezembro de 2021 *(Em milhares de Reais)*

20 OUTRAS INFORMAÇÕES

No decorrer de 2021, o mercado financeiro no Brasil foi retomando suas atividades econômicas após a iniciação das vacinas contra o COVID19 e queda dos números de morte e internações. A agilidade das doses de vacinação no país foi o grande percursor para que a retomada, principalmente do setor de serviços, aos poucos ser normalizada. Com a decisão de vacinar a população com a 3ª. dose, ajudou o país a conter mais mortes que poderiam ser causadas com a nova variante Ômicron. Mesmo com a rápida disseminação e contaminação dessa variante, não tivemos números expressivos de mortes o que não impediu que os setores de serviços, comércio e indústria de paralisarem suas atividades. Os maiores impactos nos investimentos se deram ao cenário econômico internacional e doméstico. No doméstico o principal impacto foi no entanto o aumento no teto de gastos.

Com relação a volatilidade atual do mercado financeiro, as suas reservas financeiras estão protegidas, uma vez que os seus mandatos de investimentos adotam alocações conservadoras com o principal objetivo de resguardar a operação.

21 EVENTOS SUBSEQUENTES

Não houve eventos subsequentes após o fechamento até a data de publicação dessas demonstrações financeiras.

Diretoria

Juan Carlos Villa Larroudet
André do Amaral Coutinho

Eduardo Octaviano Filho
Eduardo Monteiro Lopes dos Santos

Cicero Venício Barreto de Souza

Contadora

Luiza de Marilac Freire Araujo
CRC 1CE 0155.92/O-0 "T" SP

Atuário

Gilberto Mendonça de Oliveira
MIBA 2150

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Aos Quotistas da
Omint Serviços de Saúde Ltda.
São Paulo-SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Omint Serviços de Saúde Ltda. ("Operadora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Omint Serviços de Saúde Ltda. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Operadora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase – Insuficiência apurada no resultado do Teste de Adequação de Passivos

Conforme mencionado na nota explicativa 3j (viii), a Operadora não reconheceu a insuficiência apurada no resultado do Teste de Adequação de Passivos.O não reconhecimento segue o entendimento manifestado pela ANS na Resolução Normativa nº 472 de 29 de setembro de 2021. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Operadora é responsável por essas e outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A diretoria da Operadora é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Operadora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Operadora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Operadora são aqueles com responsabilidade de supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Responsabilidades dos auditores independentes pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Operadora;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria;
- Concluímos sobre a adequação do uso, peladiretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Operadora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Operadora a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada; e
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos

São Paulo, 25 de março de 2022.

EY
Ernst & Young
Auditores Independentes S.S.
CRC 2SP 034.519/O-6

Patrícia di Paula da Silva Paz
Contadora
CRC 1SP 198.827/O-3

HBR REALTY — HBRE3 [B]³

HBR REALTY EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S.A.

Companhia Aberta
CNPJ/ME nº 14.785.152/0001-51
NIRE 35.300.466.276 | Código CVM nº 2540-2

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA A SER REALIZADA EM 28 DE ABRIL DE 2022

Nos termos do artigo 124, § 2º-A, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das S.A.") e dos artigos 3º a 5º da Instrução CVM nº 481, de 17 de dezembro de 2009 ("Instrução CVM nº 481/09"), a HBR Realty Empreendimentos Imobiliários S.A. ("HBR" ou "Companhia") convoca os seus acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária ("AGO" ou "Assembleia") a ser realizada, em primeira convocação, às 15 horas do dia 28 de abril de 2022, de modo **exclusivamente digital**, por meio da plataforma Zoom, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: (i) tomar as contas dos administradores e examinar, discutir e votar o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes e do Relatório do Comitê de Auditoria e Gestão de Riscos, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021; (ii) proposta da administração sobre a destinação do lucro líquido do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021; (iii) fixação do número de assentos do Conselho de Administração da Companhia para o próximo mandato; (iv) eleição dos membros do Conselho de Administração; (v) a qualidade de independente, nos termos do Regulamento do Novo Mercado, do conselheiro Rodolpho Amboss; (vi) a qualidade de independente, nos termos do Regulamento do Novo Mercado, do conselheiro José Luiz Acar Pedro; (vii) a qualidade de independente, nos termos do Regulamento do Novo Mercado, do conselheiro Claudio Thomaz Lobo Sonder; (viii) a qualidade de independente, nos termos do Regulamento do Novo Mercado, do conselheiro Guilherme de Morais Vicente; (ix) designação do Presidente do Conselho de Administração da Companhia; (x) designação do Vice-Presidente do Conselho de Administração da Companhia; e (xi) fixação do limite da remuneração anual global dos Administradores e membros do Comitê de Auditoria e Gestão de Riscos da Companhia para o exercício social de 2022. **Instruções gerais:** Os documentos de que trata o artigo 133 da Lei das S.A., incluindo *(i)* o Relatório da Administração, *(ii)* as Demonstrações Financeiras, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes e do Relatório do Comitê de Auditoria e Gestão de Riscos, e *(iii)* o Manual e Proposta da Administração da AGO, bem como todas as demais informações e documentos exigidos pela Instrução CVM nº 481/09, encontram-se à disposição dos acionistas na sede da Companhia, assim como em seu website de Relações com Investidores (http://ri.hbrrealty.com.br), e nos websites da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") (http://www.gov.br/cvm) e da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") (http://www.b3.com.br). Nos termos do art. 141 da Lei das S.A. e do art. 3º da Instrução CVM nº 165, de 11 de dezembro de 1991, o percentual mínimo de participação necessário para requisição da adoção do voto múltiplo é de 5% (cinco por cento) do capital votante da Companhia. **Participação na Assembleia:** A Companhia esclarece que a AGO será realizada de forma **exclusivamente digital**. Dessa forma, os acionistas poderão participar da Assembleia **(i)** virtualmente, por meio da plataforma Zoom, nos termos do artigo 21-C, §§ 2º e 3º da Instrução CVM nº 481/09; ou **(ii)** por meio do Boletim de Voto a Distância, disponível no website de Relações com Investidores da Companhia e nos websites da CVM e da B3. **(i)** Sistema eletrônico de participação: Os dados e as instruções para participar da AGO por meio da plataforma Zoom serão encaminhados aos acionistas que enviarem solicitação válida à Companhia, no e-mail ri@hbrrealty.com.br, acompanhada da devida documentação comprobatória, com no mínimo 2 (dois) dias de antecedência da data prevista para realização da AGO, ou seja, até 26 de abril de 2022. As instruções detalhadas para participação na AGO por meio da plataforma Zoom estão detalhadas no Manual e Proposta da Administração da AGO. **(ii)** Boletim de Voto a Distância: Os acionistas que optarem por participar da Assembleia por meio do boletim de voto a distância deverão (a) transmitir as instruções de preenchimento do boletim aos seus agentes de custódia ou ao escriturador de acordo com os procedimentos estabelecidos por eles; ou (b) enviar o boletim diretamente à Companhia, preferencialmente por meio eletrônico, ao e-mail ri@hbrrealty.com.br. O boletim deve ser recebido com, no mínimo, 7 (sete) dias de antecedência da data da realização da AGO, de modo que os acionistas que queiram participar por meio do boletim de voto a distância devem fazê-lo até o dia **21 de abril 2021, inclusive**. Adicionalmente, deverão ser observadas as instruções detalhadas no Manual e Proposta da Administração da AGO e no próprio Boletim de Voto a Distância. Eventuais esclarecimentos adicionais poderão ser solicitados por meio: (i) dos telefones +55 (11) 4793-7556 ou (ii) do e-mail: ri@hbrrealty.com.br.

Mogi das Cruzes, 29 de março de 2022
Henrique Borenstein
Presidente do Conselho de Administração

Rio Paranapanema Energia S.A.

C.N.P.J. nº 02.998.301/0001-81 - N.I.R.E. 35.300.170.563

Edital de Convocação de Assembleia Geral Ordinária de Acionistas

Ficam os Senhores Acionistas da **Rio Paranapanema Energia S.A.** ("Companhia") convidados a se reunir em Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada no próximo dia 29 de abril de 2022, às 10h00 do horário de Brasília, de modo exclusivamente digital por meio da plataforma eletrônica Microsoft Teams (link disponibilizado https://www.ctgbr.com.br/rio-paranapanema/governanca-corporativa/), sem prejuízo do uso de boletim de voto a distância como meio para exercício do direito de voto, nos termos da Instrução CVM nº 481/2009, conforme alterada pela Instrução da CVM nº 622/2020 ("ICVM 481), a fim de apreciarem e deliberarem sobre os seguintes itens constantes da Ordem do Dia: a) Exame do Relatório Anual da Administração a respeito dos negócios sociais e principais fatos administrativos, exame, discussão e aprovação das Demonstrações Financeiras da Companhia, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, juntamente com o Relatório dos Auditores Independentes; b) Deliberação sobre a destinação do lucro líquido e a não distribuição de dividendos, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021; c) Eleição dos membros do Conselho Fiscal; e d) Fixação da remuneração global anual dos administradores e membros do conselho fiscal para o exercício de 2022. Informações Gerais: 1) Os Acionistas deverão apresentar, até a data da realização da Assembleia: (i) comprovante expedido pela instituição depositária das ações escriturais de sua titularidade, na forma do artigo 126 da Lei nº 6.404/76, datado de até 2 (dois) dias úteis antes da realização da Assembleia Geral Ordinária; (ii) tratando-se de pessoa jurídica ou fundo de investimento, (1) cópia autenticada do estatuto, contrato social ou do regulamento, (2) do instrumento de eleição ou indicação do representante legal que comparecer à Assembleia ou outorgar poderes a procurador, e (3) na hipótese de representação por procurador, instrumento de mandato, com poderes específicos para representação na Assembleia Geral Ordinária de Acionistas da Companhia a que se refere o presente Edital, devidamente regularizado na forma da lei, do estatuto, contrato social ou regulamento do acionista representado; (iii) tratando-se de pessoa física, (1) cópia do documento que comprove a identidade do acionista, e (2) na hipótese de representação por procurador, instrumento de mandato, com poderes específicos para representação na Assembleia Geral Ordinária de Acionistas da Companhia a que se refere o presente Edital, devidamente regularizado na forma da lei. Os documentos acima referidos poderão ser enviados digital e previamente à Companhia, no endereço eletrônico relacaoinvestidores@ctgbr.com.br. 2) A participação do acionista poderá ser (i) virtual, por meio da plataforma eletrônica Microsoft Teams, podendo ocorrer por si mesmo, por representante legal ou procurador devidamente constituído, ou (ii) via boletim de voto a distância, sendo que as orientações detalhadas acerca da documentação exigida em cada caso estão mencionadas neste Edital de Convocação da Companhia divulgado nesta data. Os acionistas também poderão participar acompanhando os trabalhos da Assembleia virtualmente, sem votar. 3) Para participarem virtualmente da Assembleia por meio da plataforma eletrônica Microsoft Teams os acionistas ou, se for o caso, seus representantes legais ou procuradores, deverão enviar solicitação à Companhia, para o endereço eletrônico relacaoinvestidores@ctgbr.com.br, até as 17:00 horas do dia 27 de abril de 2022. A solicitação deverá estar acompanhada da identificação do acionista e, se for o caso, de seu representante legal ou procurador constituído que comparecerá à Assembleia, incluindo os nomes completos e os CPF ou CNPJ de ambos (conforme o caso), além de telefone e endereço de e-mail do solicitante, bem como cópia simples de todos os documentos necessários para permitir a participação do acionista na Assembleia, conforme detalhado neste Edital de Convocação da Companhia divulgado nesta data e disponível no endereço eletrônico https://www.ctgbr.com.br/rio-paranapanema/informacoes-aos-investidores/#toggle-id-3, além do site da CVM e B3. 4). Na forma do disposto no §3º do artigo 135 da Lei 6.404/76 e nos artigos 6º e 9º da Instrução CVM nº 481, de 17 de dezembro de 2009, todos os documentos pertinentes à ordem do dia a ser apreciada na Assembleia Geral Ordinária, incluindo a Proposta da Administração, encontram-se disponíveis aos Senhores Acionistas, a partir desta data, para consulta, no endereço eletrônico da Companhia, https://www.ctgbr.com.br/rio-paranapanema/governanca-corporativa/, bem como no sistema IPE mantido pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM (https://www.gov.br/cvm/pt-br), e na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (https://www.b3.com.br/pt_br/). 5) Ademais, em linha com o disposto na Subseção I da Seção I do Capítulo III da Instrução CVM nº 480/09 - "Conteúdo e Forma das Informações", a Rio Paranapanema Energia S.A. informa que adotará o procedimento de voto a distância disposto na Instrução CVM nº 561/15, dessa forma, a participação dos acionistas na Assembleia poderá ser realizada via boletim de voto a distância mediante sistema que permite que os Acionistas da Rio Paranapanema Energia S.A. exerçam o seu direito de voto por meio do Boletim de Voto a Distância, mediante o envio do Boletim de Voto a Distância diretamente à Companhia, nos termos da Instrução CVM nº 561/15, acompanhado dos documentos mencionados no item 1, subitens (i), (ii) e (iii) do presente Edital de Convocação, via excepcionalmente eletrônico para o seguinte endereço: BR_DiretorRI@ctgbr.com.br. São Paulo, 29 de março de 2022. **Jianqiang Zhao** - Presidente do Conselho de Administração.

DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS
2021
2021
2020
1999
TRICAMPEÃO
BRASIL JORNAIS

SOCIEDADE ESPORTIVA PALMEIRAS

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2021

CNPJ: 61.750.345/0001-57

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores(as)

Conselheiros(as), Associados(as), Patrocinadores(as) e Partes interessadas ("Steakholders")

Apesar do entendimento de que o ano de 2021 seria igualmente difícil como 2020, iniciamos confiantes e preparados para os desafios e incertezas sociais e econômicas daquele momento.

Em janeiro de 2021 o Brasil iniciou a vacinação da população contra a Covid-19, mas novas variantes provocaram outra onda ainda mais letal, colapsando o sistema de saúde, e medidas restritivas à circulação foram mais uma vez implementadas.

Este cenário, exigiu que a **"SEP"** (Sociedade Esportiva Palmeiras) tomasse decisões rápidas no âmbito operacional/social para salvaguardar a saúde dos associados e colaboradores, bem como, para mitigar novas perdas de receita.

Durante a fase vermelha, quando o Clube Social ficou fechado e, posteriormente, na fase de flexibilização, continuamos exercendo ativa e intensamente nossa influência perante a comunidade para disseminar as melhores práticas no combate à pandemia. Podemos afirmar, sem qualquer exagero, que cumprimos o papel social que nos cabe.

Paralelamente ao enfrentamento destas adversidades, como todo "bom palmeirense", a **"SEP"** não se abateu e colocou em campo toda a força e garra palestrina e logo no primeiro mês do ano sagrou-se bicampeã da Copa Libertadores da América, título da temporada de 2020 (adiada devido à pandemia).

Podemos dizer que o ano de 2021 para a **"SEP"** foi um ano de **"OURO"** se considerarmos a proeza histórica de conquistar dois títulos da Libertadores no mesmo ano, alçando-nos à condição de tricampeões da América, e ainda a quarta Copa do Brasil (final de 2020 postergada), consolidando nossa posição de Maior Campeão do Brasil.

As conquistas dentro e fora das quatro linhas projetaram a instituição para o patamar almejado e previsto no Plano Estratégico, qual seja: "ser referência na América Latina dentre os clubes de futebol, tanto no âmbito esportivo quanto empresarial, com projeção em nível global".

Entre várias realizações, depois de 7 anos da inauguração do Allianz Parque, os nossos torcedores e os amantes do futebol puderam novamente ter acesso aos milhares de troféus conquistados ao longo de 107 anos de uma história gloriosa, e agora num espaço digno da importância da **"SEP"**, com a nossa Sala de Troféus instalada em área ampla e moderna nas dependências da Arena.

Não bastassem as conquistas históricas na área esportiva, obtivemos receita bruta operacional recorde de **R$ 972 milhões** e um superávit de **R$123 milhões**, recuperando boa parte do prejuízo gerado no exercício anterior e voltando a posição de PL (Patrimônio Liquido) positivo. É fato que as circunstâncias (concentração do pagamento de premiações esportivas de 2020 em 2021) foram determinantes, assim como fizeram falta em 2020. Todavia, é inegável que não apenas sobrevivemos às adversidades impostas pela pandemia, como também soubemos obter vantagens competitivas.

Encerramos este ano de 2021 ainda mais otimistas quanto à sequência deste ciclo virtuoso, pois no dia 16 de dezembro de 2021 foi empossada como presidente da **"SEP"**, para gestão 2022 a 2024, a Sra. Leila Pereira, empresária experiente e de sucesso, o que nos proporciona a expectativa de atingir níveis ainda mais elevados em todas as frentes.

Não foi por acaso, não foi obra de poucos, não é o limite.

Somente o nosso futuro poderá ser ainda mais brilhante que o nosso passado.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Conselheiros e Associados,

Atendendo às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação as Demonstrações Financeiras da **Sociedade Esportiva Palmeiras ("SEP")** relativas ao período encerrado em 31 de dezembro de 2021, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e aplicáveis às entidades desportivas.

1.1. CENÁRIO SOCIAL E ECONÔMICO GLOBAL

Como em 2020, o ano de 2021 foi desafiador em todos os aspectos sociais e econômicos. Iniciamos 2021 de forma confiante, pois em janeiro de 2021 tivemos a aprovação e o início da vacinação da população brasileira contra a Covid-19.

Mas a disseminação das duas variantes ("gama" e "delta") foi mais rápida que a vacinação, devido a maior velocidade de transmissão consequentemente, que provocaram a segunda onda da Covid-19.

Em janeiro de 2021, com o objetivo de conter o aumento de casos, internações e mortes em decorrência do coronavírus, o Governo do Estado de São Paulo anunciou novas medidas de restritivas de circulação, pois estas novas variantes voltaram ocasionar um colapso do sistema de saúde brasileiro, sendo ainda mais letal, tendo o seu período mais crítico concentrado entre os meses de março a maio de 2021.

Com as medidas restritivas no estado de São Paulo, nos meses de março e abril de 2021, todas as atividades do clube social foram paralisadas, porém o calendário esportivo do futebol não foi impactado pelas novas medidas restritivas.

Entre o início da vacinação em janeiro até o mês de dezembro de 2021, 80% da população (com mais de 12 anos) estavam vacinados com as duas doses da vacina contra a Covid-19. Porém a pandemia não acabou, pois em dezembro surgiu a variante Ômicron do coronavírus, ainda mais transmissível, porém menos letal.

1.2. CENÁRIO OPERACIONAL E ECONÔMICO NA "SEP"

1.2.1. Clube Social

Com o fechamento do clube social, devido a segunda onda, a comunicação com os associados sobre o retorno das atividades presenciais foi feita através dos canais oficiais do clube. Quando as autoridades flexibilizaram as medidas restritivas, reforçamos a comunicação visual voltadas para orientação e prevenção da disseminação do vírus.

FASE VERMELHA
CLUBE FECHADO
06 A 19 DE MARÇO

FASE DE TRANSIÇÃO
CONFIRA OS HORÁRIOS DAS ATIVIDADES ENTRE OS DIAS 24 E 30 DE ABRIL

Igualmente em 2020, os Associados do Clube Social que permaneceram adimplentes nos pagamentos das mensalidades no período que o clube permaneceu fechado durante a segunda onda da Covid-19, obtiveram crédito integral deste valor para utilizar em atividades esportivas ou no consumo de alimentos nas dependências do clube social.

Com a construção do prédio administrativo, o museu destinado a história de conquistas e glórias da **"SEP"**, teve que ser fechado à visitação do associado.

Em agosto de 2021, um novo museu foi instalado para a visitação do associado, porém este espaço não fica mais localizado nas dependências do clube social, mas localizado nas dependências da Arena Allianz Parque.

Em 16 de dezembro de 2021, através das eleições realizadas neste mesmo ano, a Sra. Leila Pereira é empossada como presidente da **"SEP"**, senda a primeira mulher a comandar a gestão do **Clube**, desde a fundação em 1914.

1.2.2. Futebol Profissional

Com o adiamento da temporada 2020, devido a Covid-19, em março de 2021 a **"SEP"** consagrou-se campeã da Copa do Brasil, culminando na conquista de 3 títulos (Paulista, Copa do Brasil e Libertadores) na temporada 2020. Com as conquistas a **"SEP"** ficou elegível para disputar o Mundial de Clubes da FIFA, Recopa e Supercopa.

A Covid-19 continuou impactando as receitas do futebol profissional. Como a restrição do público aos estádios perdurou até outubro de 2021, considerando que a performance esportiva alavanca a presença de torcedores nos estádios e consequentemente aumenta os números de sócios torcedores Avanti adimplentes, podemos afirmar que as restrições do público nos jogos impactaram negativamente estas duas receitas em 2021.

Também igualmente em 2020, os Sócios Torcedores que se mantiveram adimplentes nas mensalidades do "Programa AVANTI" durante o período de restrição de público nos jogos (entre abril de 2020 a novembro de 2021), a **"SEP"** permitiu que as mensalidades se transformassem em créditos para serem trocados por ingressos adicionais tão logo fossem flexibilizadas as restrições de torcedores nos jogos. Além deste benefício, o sócio AVANTI também teve a opção de utilizar parte do valor acumulado em créditos durante o período para a compra de produtos esportivos selecionados na Palmeiras Store.

Desde sua fundação em 26 de agosto de 1914, do seu primeiro jogo oficial disputado em 1915, da abertura de suas instalações na Rua Libero Badaró à Cruz Vermelha, para instalação de um hospital, para combate a Gripe Espanhola que assolava a Europa e chegava a São Paulo, do primeira conquista do título do Campeonato Paulista em 1920, da abertura do estádio para instalação de um posto de aplicação da vacina Covid-19, a **"SEP"** teve momentos que marcaram a vida do torcedor, dentre várias histórias de glórias, podemos destacar:

- **Primeira Academia (anos 60):** O padrão de qualidade do futebol palmeirense - comandado por aquele que viria a ser o símbolo da excelência com a bola nos pés, Ademir da Guia - fez com que o clube de Palestra Itália fosse chamado de Academia de Futebol nos anos 60, já que dava aulas aos rivais enquanto colecionava conquistas pelo país. Assim teve início a Primeira Academia de ídolos como Valdir de Morais, Djalma Dias, Djalma Santos, Julinho, Ademir, Servílio e outros.
- **Segunda Academia (anos 70):** Pouco tempo após o fim da Primeira Academia, novos reforços se uniram aos remanescentes Dudu e Ademir da Guia na formação da Segunda Academia, que desfilou talento pelos gramados na mesma proporção em que conquistou títulos. No período, alguns craques ganharam destaque e se tornaram ídolos, como o goleiro Leão, os zagueiros Luís Pereira e Alfredo, os atacantes Leivinha, Edu Bala, César Maluco e Nei e, mais tarde, o meia Jorge Mendonça.

O ano de 2021, também foi um ano de **"OURO"** para os palestrinos, com o bom desempenho esportivo no primeiro trimestre e a conquista do tricampeonato da Taça Libertadores da América no final do ano, que, devido a mudança do calendário esportivo provocado pela pandemia da COVID-19, tivemos duas conquistas da Taça Libertadores da América no mesmo ano. A **"SEP"** conseguiu atingir seu objetivo de ser referência na América Latina dentre os clubes de futebol, tanto no âmbito esportivo quanto empresarial, com projeção em nível global.

1.2.3. Orçado "versus" Realizado = (Resultado Orçado) X (Resultado Real 2021)

Para o ano de 2021 foi orçado um superavit contábil de **R$ 10 milhões**. Entretanto, foi realizado um superavit de **R$ 123 milhões**. Este resultado foi ocasionado pelos fatores abaixo demonstrados:

SUPERAVIT ORÇAMENTÁRIO EM 2021	**10.304**
(+) GANHO DE RECEITA	**312.899**
DIREITOS DE TV (Orçamento superado L. América + Brasileiro)	17.420
PUBLICIDADE E PATROCÍNIOS (Basicamente rescisão unilateral Turner)	47.987
BILHETERIA (Brasileiro após NOV/21 + Final Libertadores de 2021)	7.699
NEGOCIAÇÃO DE ATLETAS (Variação liquida)	22.231
PROGRAMA AVANTI (Variação liquida)	(9.020)
PREMIAÇÕES (Performance esportiva)	223.722
CLUBE SOCIAL E DEPARTAMENTOS AMADORES	(4.227)
RENDAS DIVERSAS (Precatórios SP + Timemania)	7.087
(+) AUMENTO DAS DESPESAS	**(139.345)**
DESPESAS COM PESSOAL (Premiação - Performance Esportiva)	(141.901)
DESPESAS COM JOGOS (Redução devido a Covid-19 - Retorno do público nov/21)	7.807
DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS (Basicamente Contingências)	(5.251)
(=) RESULTADO ANTES DAS PERDAS ESTIMADAS E DESPESAS CAMBIAIS	**183.858**
PERDAS ESTIMADAS (Real Arenas)	(27.776)
DESPESAS FINANCEIRAS (Despesas com Câmbio e Outras)	(32.667)
RESULTADO REALIZADO	**123.415**

1.3. RESULTADO DO EXERCÍCIO

Ao longo dos 12 (doze) meses obtivemos uma receita bruta operacional de **R$ 972 milhões**, com uma despesa operacional de **R$ 803 milhões**, resultando no superavit operacional de **R$ 169 milhões**, que após a diminuição de **R$ 46 milhões** referente ao resultado financeiro liquido negativo (Receitas Financeiras - Despesas Financeiras) perfaz o superavit contábil do exercício de **R$ 123 milhões**.

(Valores expressos em milhares de reais - R$ mil)

1.3.1. Receita bruta operacional

A receita de premiações, devido a performance esportiva de 2021, foi a maior fonte de receita da **"SEP"**, representando 29% do total das receitas brutas, seguida pela transmissão de TV e patrocínios, o qual, mesmo sendo um ano atípico, mantém o propósito da Administração de aumento sustentado e diversificação das receitas.

Receitas por Tipo - 2021 vs. 2020

a) Direitos de transmissão

Em decorrência do término do Campeonato Brasileiro da temporada de 2020 em fevereiro de 2021 do Campeonato Brasileiro, a receita bruta de direitos de transmissão sofreu um aumento de 58% em relação ao realizado em 2020.

DIREITOS DE TRANSMISSÃO

(Valores expressos em milhares de reais - R$ mil)

Receita de Transmissão de TV por campeonato

(Valores expressos em milhares de reais - R$ mil)

	Campeonato Paulista	Campeonato Brasileiro	Copa do Brasil	Taça Libertadores da América	Transmissão Internacional
2021	30.982	195.590	1.744	37.461	1.853
2020	27.744	88.408	12.914	37.275	2.904

Do montante de **R$ 195.590** referente a receita bruta operacional registrada em 2021 do Campeonato Brasileiro, **R$ 52.111** refere-se a receita correspondente a temporada 2020, que devido a Covid-19, terminou em fevereiro de 2021 e **R$ 143.479** referente a receita da temporada de 2021.

b) Publicidade e Patrocínio

Devido a rescisão unilateral antecipada do contrato da "TURNER" com a "SEP" e da assinatura do contrato relacionado a "Fan Tokens" para uso em aplicativo e plataformas, a receita de Publicidade e Patrocínio contabilizou um crescimento de 53% em comparação ao realizado de 2020.

PUBLICIDADE E PATROCÍNIO

(Valores expressos em milhares de reais - R$ mil)

c) Arrecadação de jogos

Com a volta do público aos jogos, a partir de novembro de 2021, a receita com Arrecadação de jogos registrou um aumento de 68%.

ARRECADAÇÃO DE JOGOS

(Valores expressos em milhares de reais - R$ mil)

continua

#MAIORCAMPEÃODOBRASIL   WWW.PALMEIRAS.COM.BR

SOCIEDADE ESPORTIVA PALMEIRAS

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2021

CNPJ: 61.750.345/0001-57

→☆ continuação

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Receita de Arrecadação de jogos por campeonato

(Valores expressos em milhares de reais - R$ mil)

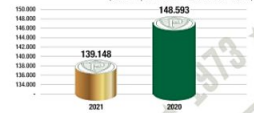
	Campeonato Paulista	Campeonato Brasileiro	Copa do Brasil	Taça Libertadores da América	Amistoso	Participação sobre Renda	Outros
2021	-	6.720	-	8.153	-	45	-
2020	5.790	200	-	1.900	6	643	357

Em novembro de 2021, o Governo do Estado de São Paulo liberou o retorno do público aos estádios e consequentemente tivemos um aumento das receitas de bilheteria do Campeonato Brasileiro. Em relação à Taça Libertadores da América, a receita está relacionada a bilheteria da final da competição realizada em novembro de 2021.

d) Negociação de atletas

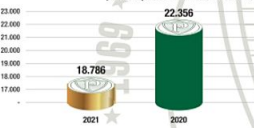
Em 2021, a receita de Negociação de atletas teve uma redução de 6% em relação a 2020.

NEGOCIAÇÃO DE ATLETAS

(Valores expressos em milhares de reais - R$ mil)

e) Sócio Torcedor Avanti

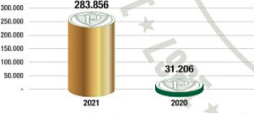
Mesmo mantendo a estratégia comercial de transformar integralmente as mensalidades em créditos para serem trocados por ingressos adicionais, tão logo fosse liberada a presença de público nos estádios, bem como a opção de também utilizá-los para a compra de produtos esportivos selecionados na Palmeiras Store, a proibição de público nos estádios fez com que a receita bruta do Programa Sócio Torcedor Avanti, caísse pelo segundo ano consecutivo em relação ao exercício anterior.

SÓCIO TORCEDOR AVANTI

(Valores expressos em milhares de reais - R$ mil)

f) Premiações

O ano de 2021, foi um ano de "**OURO**" para os palestrinos, com o bom desempenho esportivo a receita bruta de Premiação teve um aumento de 810%.

PREMIAÇÕES

(Valores expressos em milhares de reais - R$ mil)

Premiações por campeonato

(Valores expressos em milhares de reais - R$ mil)

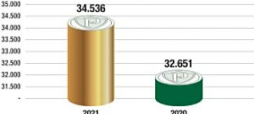
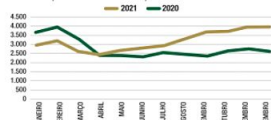
	Campeonato Paulista	Campeonato Brasileiro	Copa do Brasil	Taça Libertadores da América	Outros
2021	1.455	32.842	38.552	194.976	15.931
2020	9.200	-	22.000	-	6

Do montante de **R$ 32.842** referente a premiação do Campeonato Brasileiro, **R$ 13.331** refere-se a receita da temporada 2020 encerrada em fevereiro de 2021, e **R$ 19.511** da temporada de 2021. Em relação a Taça Libertadores da América, dos **R$ 194.976**, **R$ 96.892** refere-se a temporada 2020 e **R$ 98.084** da temporada de 2021.

g) Arrecadação social

No caso das receitas de Arrecadação Social foi aplicada a mesma estratégia comercial utilizada nas mensalidades do Sócio Torcedor Avanti, transformando integralmente as mensalidades em créditos para serem consumidos em alimentos nas dependências do clube social ou através de abatimentos em taxas de atividades esportivas. Entretanto neste caso a estratégia funcionou e a receita com Arrecadação social teve um aumento de 6% em relação ao ano anterior, representando uma tendência de melhoria para próximo ano.

ARRECADAÇÃO SOCIAL

(Valores expressos em milhares de reais - R$ mil)

Evolução da receita de Arrecadação social em 2021 *versus* 2020

A receita relacionada ao clube social em 2021, apresentou uma tendencia de melhora em relação a 2020.

h) Licenciamentos da marca e franquias

A receita bruta com Licenciamentos da marca e franquias teve um aumento de 14% em decorrência da performance esportiva recuperando parte da queda do ano de 2020, que foi afetado pela pandemia.

LICENCIAMENTOS DA MARCA E FRANQUIAS

(Valores expressos em milhares de reais - R$ mil)

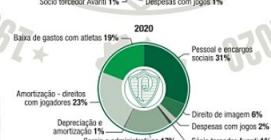
1.3.2. Despesas operacionais

As despesas operacionais tiveram um aumento de 19%, basicamente do aumento de despesas com pessoal (premiação sobre performance esportiva) e gerais e administrativas (basicamente contingências).

DESPESAS OPERACIONAIS

(Valores expressos em milhares de reais - R$ mil)

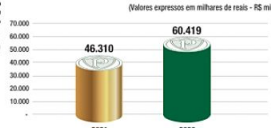
O aumento das despesas gerais administrativas decorreu, principalmente, da provisão da perda estimada para o saldo a receber da Real Arenas. Já o aumento das despesas com pessoal decorre basicamente das premiações pagas aos atletas.

Despesas operacionais por Tipo - 2021 vs. 2020

1.4. RESULTADO FINANCEIRO

Embora em 2021 resultado financeiro tenha sido negativo em **R$ 46.310**, este registrou redução de 23% em relação a 2020.

Resultado financeiro

(Valores expressos em milhares de reais - R$ mil)

46.310 (2021) — 60.419 (2020)

1.5. EBITDA (AJUSTADO)

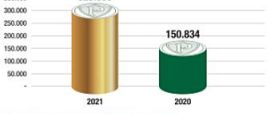
Em função da boa performance esportiva, o resultado de 2021 foi elevado e a margem Ebitda passou de 28% para 36%, totalizando **R$ 325 milhões**.

(Valores expressos em milhares de reais - R$ mil)

EBITDA (ajustado)	2021	2020
Superavit (deficit) do exercício	**123.415**	**(151.016)**
(+) Resultado financeiro	46.310	60.419
(+) Depreciação e amortização	8.033	7.374
(+) Amortização - direitos com jogadores	111.544	140.493
(+) Baixas de atletas do futebol	36.586	93.564
EBITDA	**325.888**	**150.834**
Receita operacional líquida	910.029	531.535
Margem Ebitda	*36%*	*28%*

EBITDA

(Valores expressos em milhares de reais - R$ mil)

325.888 (2021) — 150.834 (2020)

1.6. FLUXO DE CAIXA (MÉTODO INDIRETO)

No exercício de 2021, os recursos líquidos provenientes das atividades operacionais foram de **R$ 227 milhões** enquanto em 2020 foram de **R$ 140 milhões**, apresentado um aumento de **R$ 87 milhões**, justificado, principalmente, pela performance esportiva já descritas anteriormente.

1.7. AVALIAÇÃO DA DÍVIDA

O passivo corresponde as obrigações devidas pela **"SEP"** no montante de **R$ 596 milhões** (**R$ 765 milhões** - 31/12/2020), classificadas em três grupos:

Dívida Operacional: são excluídos os valores de "Adiantamento de Contratos", "Obrigações Tributárias Parceladas", "Investidores Eternos Palestrinos" - **R$ 441 milhões** (**R$ 511 milhões** - 31/12/2020).

Importante ressaltar que dentro do montante acima encontram-se valores referentes às despesas correntes a pagar no mês subsequente (janeiro de 2022), tais como: salários, encargos, fornecedores, imagens, luvas, tributos retidos a recolher, etc. Lembrando que dentro da dívida operacional está reconhecido, em partes relacionadas, o valor a pagar à patrocinadora master no montante de **R$ 119 milhões** (**R$ 161 milhões** - 31/12/2020) o qual está devidamente lastreado com ativos de jogadores (contratos a vencer em 2022 e 2023).

Dívida Histórica: é composta basicamente por dívidas antigas que deixaram de ser pagas e foram negociadas através de acordos judiciais e parcelamentos junto ao Fisco (ambos em dia), bem como de Provisões de Contingências - **R$ 84 milhões** (**R$ 110 milhões** - 31/12/2020).

Passivo não exigível: refere-se às "obrigações de entrega" que não serão desembolsadas, como adiantamento de contratos de transmissão (critério contábil) - **R$ 70 milhões** (**R$ 144 milhões** - 31/12/2020).

O **Passivo total exigível** representa o somatório da **dívida operacional** e **histórica** (citadas acima) no montante de **R$ 525 milhões (Dívida Total)** (**R$ 622 milhões** - 31/12/2020).

Em dezembro de 2021 o passivo (circulante e não circulante) encontra-se integralmente registrado, repactuado, sem dívida em mora. O passivo circulante encontra-se totalmente provisionado para pagamento no fluxo de caixa do exercício de 2022.

DÍVIDA OPERACIONAL vs. REAL (Valores expressos em milhares de reais - R$ mil)

PASSIVO	PASSIVO em 31/12/2021	Dívida Total (A+B)	Dívida Operacional (A)	Dívida Histórica (B)	Passivo Real*
CIRCULANTE	**308.764**	**243.989**	**209.069**	**34.920**	**200.378**
Fornecedores	1.518	1.518	1.518	–	1.518
Empréstimos e financiamentos	3.559	3.559	3.559	–	3.559
Contas a pagar	153.159	153.159	125.912	27.247	125.912
Direitos de Imagem/ Luvas a pagar	30.194	30.194	30.194	–	30.194
Obrigações trabalhistas e encargos sociais	13.520	13.520	13.520	–	13.520
Obrigações tributárias	25.675	25.675	25.675	–	25.675
Impostos parcelados	7.673	7.673	–	7.673	–
Antecipação de contratos	64.775	–	–	–	–
Partes relacionadas	8.691	8.691	8.691	–	–
NÃO CIRCULANTE	**287.605**	**281.605**	**232.353**	**49.252**	**121.522**
Luvas a pagar	23.678	23.678	23.678	–	23.678
Impostos parcelados	37.010	37.010	–	37.010	–
Contas a pagar	98.243	98.243	97.844	399	97.844
Antecipação de contratos	6.000	–	–	–	–
Provisão para contingências	11.843	11.843	–	11.843	–
Partes relacionadas	110.831	110.831	110.831	–	–
DÍVIDA TOTAL/DÍVIDA OPERACIONAL		**525.594**	**441.422**	**84.172**	**321.900**

PASSIVO TOTAL	**596.369**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO SOCIAL	**33.783**
Patrimônio Social Acumulados Exerc. Anteriores	(89.632)
Resultado do Período	123.415
TOTAL DO PASSIVO	**630.152**

* PASSIVO REAL	
(+) Dívida Total	525.594
(–) Dívida Histórica	(84.172)
(–) Dívida Crefisa	(119.522)
TOTAL	**321.900**

LEGENDA:

(A) **Dívida Operacional** é igual a "Passivo em 31/12/2021" excluídos os valores de "Adiantamento de Contratos", "Obrigações Tributárias Parceladas", acordos **(*)** e Investidores-Eternos Palestrinos registrados no "Contas a Pagar" e "Provisões para Contingências". Assim, **Dívida Operacional**, a qual também pode ser nominada como "**Obrigação Operacional**", pois são compromissos financeiros contraídos para a operação normal da "**SEP**".

(B) **Dívida Histórica** é igual a somatória dos acordos **(*)** e Investidores-Eternos Palestrinos registrados no "Contas a Pagar", das "Obrigações Tributárias Parceladas" e das "Provisões para Contingências". A **Dívida Histórica** é composta basicamente por dívidas antigas (de gestões passadas) que deixaram de ser pagas e foram negociadas através de acordos e parcelamentos junto ao Fisco, bem como de Provisões de Contingências, as quais representam processos jurídicos (trabalhistas, cíveis e tributários) movidos contra a "**SEP**", sobre pendências não resolvidas em exercícios passados.

(C) **Dívida Total** é igual a "Passivo em 31/12/2021" excluídos os valores de "Adiantamento de Contratos". Portanto, conceitualmente, **Dívida Total** é o total do "Passivo em 31/12/2021" expurgados os valores que não são dívidas reais, mas apenas obrigações de entrega, por conta de adiantamentos/antecipações recebidas. A **Dívida Total** também pode ser apurada com a soma da **(A)** **Dívida Operacional** + **(B)** **Dívida Histórica**.

(D) **Passivo Real** é igual a "**Dívida Total**" excluídos os valores de "**Dívida Histórica**" e "Empréstimos e Financiamentos da Patrocinadora Master". Conceitualmente o **Passivo Real** é a **Dívida Operacional** com a exclusão dos valores de empréstimos devidos a Patrocinadora Master, visto que estes estão lastreados por ativos (jogadores) que em conjunto possuem valores ainda maiores que esta obrigação onerosa.

(*) Acordos com Clubes, Ex-Atletas, Empresários e Ex-Funcionários.

continua →☆

SOCIEDADE ESPORTIVA PALMEIRAS

continuação

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020 (Valores expressos em milhares de reais - R$ mil)

ATIVO	Notas	2021	2020
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	2.1.4	14.771	5.903
Créditos a receber	2.1.5	89.001	90.716
Outros créditos		3.377	1.737
Estoques		4.291	3.142
Despesas antecipadas		1.488	1.713
		112.928	**103.211**
Não circulante			
Créditos a receber	2.1.5	39.969	65.847
Depósitos judiciais	2.1.6	9.472	31.669
Imobilizado	2.1.7	215.485	195.817
Intangível	2.1.8	252.298	279.704
		517.224	**573.037**
TOTAL DO ATIVO		**630.152**	**676.248**

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Notas	2021	2020
Circulante			
Fornecedores		1.518	520
Empréstimos e financiamentos	2.1.9	3.559	32.418
Contas a pagar	2.1.10	153.159	164.753
Direitos de Imagem/Luvas a pagar	2.1.8.2	30.194	46.692
Obrigações trabalhistas e encargos sociais		13.520	16.927
Obrigações tributárias		25.675	11.692
Impostos parcelados	2.1.11	7.673	7.838
Antecipação de contratos	2.1.12	64.775	78.660
Partes relacionadas	2.1.13	8.691	–
		308.764	**359.500**
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	2.1.9	–	154.635
Luvas a pagar	2.1.8.2	23.678	35.708
Impostos parcelados	2.1.11	37.010	43.731
Contas a pagar	2.1.10	98.243	63.532
Antecipação de contratos	2.1.12	6.000	65.525
Provisão para contingências	2.1.14	11.843	43.249
Partes relacionadas	2.1.13	110.831	–
		287.605	**406.380**
Total do passivo (circulante e não circulante)		**596.369**	**765.880**
Patrimônio Líquido			
Superavits (deficits) acumulados		(89.632)	61.384
Superavit (deficit) do exercício		123.415	(151.016)
		33.783	**(89.632)**
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**630.152**	**676.248**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R$ mil)

		2021				2020			
	Notas	Futebol profissional	Futebol amador	Clube social e esportes amadores	Total	Futebol profissional	Futebol amador	Clube social e esportes amadores	Total
Receitas operacionais líquidas									
Direitos de transmissão	2.1.15	243.404	–	–	243.404	153.878	–	–	153.878
Publicidade e patrocínio	2.1.16	175.767	28	–	175.795	114.999	24	1	115.024
Arrecadação de jogos	2.1.17	12.222	–	–	12.222	5.959	197	–	6.156
Negociação de atletas	2.1.18	120.409	18.739	–	139.148	146.956	1.637	–	148.593
Sócio torcedor Avanti	2.1.19	18.786	–	–	18.786	22.356	–	–	22.356
Timemania e outros		1.574	–	–	1.574	1.810	–	–	1.810
Premiações	2.1.20	257.708	95	–	257.803	28.540	6	–	28.546
Arrecadação social	2.1.21	–	–	34.536	34.536	–	–	32.651	32.651
Licenciamentos da marca e franquias	2.1.22	13.778	–	–	13.778	12.120	–	–	12.120
Departamentos amadores		–	–	51	51	–	–	59	59
Rendas diversas	2.1.23	85	380	12.467	12.932	453	120	9.769	10.342
		843.733	**19.242**	**47.054**	**910.029**	**487.071**	**1.984**	**42.480**	**531.535**
Despesas operacionais									
Pessoal e encargos sociais	2.1.24	(294.300)	(5.099)	(40.431)	(339.830)	(162.233)	(3.222)	(28.525)	(193.980)
Despesas com direito de imagem		(55.028)	–	–	(55.028)	(40.785)	–	–	(40.785)
Despesas com jogos		(9.012)	(911)	–	(9.923)	(11.306)	(374)	(5)	(11.685)
Despesas sócio torcedor Avanti		(5.006)	–	–	(5.006)	(5.603)	–	–	(5.603)
Despesas gerais e administrativas	2.1.25	(67.580)	(7.403)	(76.740)	(151.723)	(28.134)	(10.030)	(67.305)	(105.469)
Depreciação e amortização		(2.296)	(718)	(5.019)	(8.033)	(1.570)	(708)	(5.095)	(7.373)
Amortização - direitos com jogadores	2.1.8	(109.518)	(2.026)	–	(111.544)	(131.747)	(8.746)	–	(140.493)
Baixa e gastos com atletas vendidos		(43.767)	(15.450)	–	(59.217)	(107.102)	(9.642)	–	(116.744)
		(586.507)	**(31.607)**	**(122.190)**	**(740.304)**	**(488.480)**	**(32.722)**	**(100.930)**	**(622.132)**
Superavit (deficit) operacional		**257.226**	**(12.365)**	**(75.136)**	**169.725**	**(1.409)**	**(30.738)**	**(58.450)**	**(90.597)**
Resultado financeiro	2.1.26								
Receitas financeiras		36.603	1	302	36.906	52.903	8	159	53.070
Despesas financeiras		(76.982)	(13)	(6.221)	(83.216)	(108.202)	(85)	(5.202)	(113.489)
		(40.379)	**(12)**	**(5.919)**	**(46.310)**	**(55.299)**	**(77)**	**(5.043)**	**(60.419)**
Superavit (deficit) do exercício		**216.847**	**(12.377)**	**(81.055)**	**123.415**	**(56.708)**	**(30.815)**	**(63.493)**	**(151.016)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R$ mil)

	2021	2020
Superavit (deficit) do exercício	**123.415**	**(151.016)**
Outros resultados abrangentes do exercício	–	–
Total do resultado abrangente do exercício	**123.415**	**(151.016)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R$ mil)

Superavits (deficits) Acumulados	2021	2020
Saldo inicial	**(89.632)**	**61.384**
Superavit (deficit) do exercício	123.415	(151.016)
Saldo final	**33.783**	**(89.632)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R$ mil)

	2021	2020
Das atividades operacionais		
Superavit (deficit) do exercício	**123.415**	**(151.016)**
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas (consumidas) nas atividades operacionais		
Depreciação e amortização	8.033	7.374
Amortização - direitos com Jogadores	111.544	142.647
Valor residual de bens baixados	–	899
Baixas de atletas do futebol	36.586	93.564
Perdas estimadas para crédito de liquidação duvidosa	(26.835)	(897)
Contingências líquidas	6.141	31.968
Adição/Reversão de provisão de perdas de atletas em formação	–	2.468
Estoques	(1.149)	(466)
Encargos financeiros provisionados	6.394	4.884
(=) Superavit do exercício ajustado	**264.129**	**131.425**
Redução (aumento) de ativos		
Créditos a receber (Circulante e Não Circulante)	55.259	(37.106)
Outros créditos	(2.471)	4.424
Despesas antecipadas	225	(1.608)
Depósitos judiciais	22.197	530
	75.210	**(33.760)**
Aumento (redução) de passivos		
Fornecedores	998	106
Contas a pagar (Circulante e Não Circulante)	(14.430)	45.040
Direitos imagem/luvas a pagar (Circulante e Não Circulante)	(28.528)	(18.250)
Obrigações trabalhistas e encargos sociais a pagar	(3.407)	3.416
Obrigações tributárias	13.983	354
Impostos parcelados	(6.886)	(7.147)
Antecipação de contratos	(73.410)	19.065
	(111.680)	**42.584**
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	**227.659**	**140.249**
Atividades de investimento		
Aquisições de bens do ativo imobilizado	(26.773)	(9.149)
Aquisições do intangível *(softwares)*	(444)	(486)
Contratos de luvas	(10.673)	(9.285)
Aquisições de atletas profissionais	(80.970)	(122.275)
Gastos com atletas em formação	(29.565)	(18.765)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	**(148.425)**	**(159.960)**
Atividades de financiamento		
Captação de empréstimos e financiamentos	74.719	27.925
Amortizações de empréstimos e financiamentos (principal)	(94.726)	(16.036)
Juros pagos por empréstimos e financiamentos	(2.870)	(1.836)
Amortizações de Partes relacionadas (principal)	(42.027)	–
Juros pagos - Partes relacionadas	(5.462)	–
Caixa líquido gerado (consumido) nas atividades de financiamento	**(70.366)**	**10.053**
Variação líquida do caixa	**8.868**	**(9.658)**
Saldo de caixa e equivalente no final do exercício	14.771	5.903
Saldo de caixa e equivalente no início do exercício	5.903	15.561
Aumento (Redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa	**8.868**	**(9.658)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

2.1. NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

2.1.1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Sociedade Esportiva Palmeiras (**Clube**) tem sua sede social e administrativa na Rua Palestra Itália nº 214, bairro de Perdizes, São Paulo - SP. Foi fundada em 26 de agosto de 1.914, sendo entidade civil sem fins econômicos e com personalidade jurídica própria tendo por objetivos principais cultivar, praticar e desenvolver atividades sociais, educacionais, esportivas tendo o futebol como principal bandeira.

O **Clube** é organizado por quatro poderes sendo: **(i)** A Assembleia Geral - AG, composta por todos os associados do **Clube** (maiores de 18 anos e no gozo dos direitos associativos); **(ii)** Conselho Deliberativo - CD, composto por até 276 membros, sendo 152 membros eleitos pelos associados e 124 membros vitalícios; **(iii)** Conselho de Orientação e Fiscalização - COF, cuja finalidade principal é orientar e fiscalizar as contas, cabendo-lhe também opinar quanto às informações financeiras que serão remetidas ao Conselho Deliberativo; **(iv)** A Diretoria, composta pelo Presidente, Vice-Presidentes e Diretores de departamentos.

Este foi o último ano da Diretoria presidida por Maurício Precivalle Galiotte (eleito para o biênio 2017/2018 e reeleito para o triênio 2019/2021) que, em linhas gerais, manteve no exercício de 2021 o mesmo plano de desenvolvimento de gestão dos últimos anos. Além disso, a maioria dos profissionais se manteve em suas posições, fazendo com que a linha de pensamento permanecesse a mesma. Dentre as diversas ações executadas, destacamos as principais:

• **Manutenção de contratos com patrocínios** - Em 2021 o **Clube** manteve os contratos dos seus principais patrocinadores. No mesmo ano foram renovados os contratos com CREFISA, FAM e PUMA para o período de 2022 a 2024.

• **Contrato de transmissão de TV Aberta e PPV** - Em 2021, a Turner rescindiu unilateralmente o contrato referente a transmissão dos jogos do campeonato brasileiro na TV Fechada, consequentemente, o **Clube** em dezembro de 2021 assinou com a Globo o contrato de transmissão na TV Fechada do Campeonato Brasileiro das temporadas de 2022 a 2024. Os contratos de transmissão da TV Aberta e do Pay Per View (PPV) referente aos jogos do campeonato brasileiro da temporada de 2021 foram mantidos. Em relação ao campeonato paulista, 2021 foi o último ano dos contratos com a Globo referente a transmissão dos jogos na TV Aberta, TV Fechada e do Pay Per View (PPV).

• **Manutenção da política de negociação junto a credores** - Visando a equalização do caixa, devido à pandemia, o **Clube** intensificou a política dos últimos anos e fez diversos acordos junto aos credores, melhorando as condições de pagamento, permitindo um maior planejamento/previsibilidade do fluxo de caixa. O reflexo dessas negociações e o cumprimento em dia dos pagamentos, resultaram numa redução da dívida total de **R$ 97 milhões**, ou seja, em 31/12/2020 tínhamos uma dívida de **R$ 622 milhões** em 2021 temos **R$ 525 milhões.**

• **Reestruturação da capacidade de investimento no futebol profissional** - Igualmente em anos anteriores, em 2021 o **Clube** continuou aproveitando os atletas da base em seu elenco profissional, que adicionados aos investimentos pontuais no futebol profissional, resultou em um elenco capacitado para as competições do ano de 2021.

• **Venda de atletas** - Durante o ano de 2021 o **Clube** efetuou a venda de atletas, com objetivo de manter a capacidade de investimento no seu "core business" (futebol).

• **Continuidade da política de diversificação das receitas** - Assim como em anos anteriores, o **Clube** continua buscando evitar a concentração da receita em uma única fonte.

• **Manutenção e melhorias dos processos e controles** - As principais medidas adotadas em 2021 foram: **(i)** manutenção e melhoria nos processos organizacionais em todas as áreas e estruturas do **Clube; (ii)** manutenção da interação entre os sistemas contábil, controle orçamentário e de gestão, proporcionando maior confiança nas informações existentes; **(iii)** Continuidade da aplicação do Orçamento 2022 na sistemática base zero, com a participação de todos os departamentos do **Clube** (construção colaborativa), tendo como principal objetivo obter uma melhor gestão das despesas e custos.

Através das eleições realizadas em novembro deste mesmo ano, a Sra. **Leila Pereira** foi **eleita para a Presidência da Diretoria Executiva** para a Gestão dos próximos 3 (três) anos (de 2022 a 2044) sendo a primeira mulher a comandar o **Clube** deste a fundação da SEP em 1914.

2.1.1.1. Efeitos da pandemia provocados pela COVID-19

Em 2021 a COVID-19 continuou impactando negativamente a economia mundial. No Brasil, passamos pela segunda onda, sendo está a mais letal. Para conter a disseminação do vírus o **Clube** manteve diversas medidas preventivas, dentre as principais destacamos:

a) cumprimento do protocolo estabelecido pelas autoridades governamentais, tais como: disponibilização e utilização de álcool em gel.

b) adoção de medidas restritivas no clube: implantação de uma comunicação visual voltada para uma maior conscientização dos riscos de transmissão; diminuição da capacidade de alunos nas atividades sociais do **Clube;** agendamento de horários para a realização das atividades sociais.

c) controle rígido e limitado de pessoas nas academias I e II (centro de treinamento de futebol profissional e centro de formação de atletas), além de exames periódicos de detecção da COVID-19 nos jogadores e colaboradores do **Clube.**

Reflexo da COVID-19 nas demonstrações financeiras

Levando em consideração o cenário econômico atual, a administração avaliou os principais riscos e impactos contábeis advindos da pandemia COVID-19, além das incertezas que poderiam afetar as referidas demonstrações financeiras. Abaixo, destacamos as principais análises relacionadas a este assunto:

(i) Continuidade operacional

Mesmo com a manutenção e propagação da COVID-19, a administração avaliou a capacidade do **Clube** em continuar operando normalmente por período indeterminado e está convencida de que ele possui capacidade e recursos para dar continuidade às suas transações no futuro, não havendo incertezas materiais que possam gerar dúvidas significativas quanto a sua capacidade operacional.

(ii) Receitas com arrecadação de jogos

Em função do impacto das medidas restritivas contidas nos protocolos estabelecidos pelas autoridades governamentais, voltadas ao combate da COVID-19, até outubro de 2021 os jogos foram realizados sem a presença da torcida, e, mesmo assim, houve uma elevação na receita líquida de arrecadação de jogos, de **R$ 6.156** em 2020 para **R$ 12.222** em 2021. Este assunto está descrito na nota explicativa nº 2.1.17.

(iii) Receitas - sócio torcedor Avanti

As receitas com o programa "sócio-torcedor Avanti" em 2021 foram de **R$ 18.786**. Pelo segundo ano consecutivo, esta receita sofreu redução quando comparada ao exercício anterior - **R$ 22.356**. Tal fato é justificado pela restrição do público nos estádios. Este assunto está descrito na nota explicativa nº 2.1.19.

Considerações finais sobre a COVID-19

Até a data de emissão destas demonstrações financeiras, o **Clube** não identificou outros impactos relevantes a serem divulgados e tampouco outras incertezas ou indicativos contábeis decorrentes da pandemia COVID-19 que impliquem em mudanças nas políticas contábeis e nas estimativas adotadas nas transações e saldos acima mencionados.

2.1.1.2. Arena Allianz Parque

Em 15 de julho de 2010 foi assinada a Escritura Pública de Constituição de Direito Real de Superfície e Outras Avenças, entre o **Clube** e a **WTorre Arenas Empreendimentos Imobiliários S.A.** (hoje, **Real Arenas Empreendimentos Imobiliários S.A.**), que assumiram obrigações recíprocas voltadas ao desenvolvimento e implementação da reforma do Estádio de Futebol "Palestra Itália", de forma a adequá-lo ao conceito moderno de arena multi-uso. Este empreendimento possui capacidade de receber jogos de futebol, eventos culturais, artísticos e similares, com capacidade mínima para 40 mil lugares (sentados e cobertos), já atendendo as exigências da FIFA. Além disso, foi construído um edifício administrativo e poliesportivo, além do vestiário pertencente ao conjunto aquático.

Por parte do **Clube** foi outorgada à **Real Arenas** a exploração da superfície, por um prazo de 30 anos, a contar a partir do primeiro evento destinado ao público, ocorrido em novembro de 2014.

Por parte da **Real Arenas** coube prover, sob sua exclusiva responsabilidade, a execução de todas as obras necessárias para a construção da Arena e arcar com os recursos financeiros necessários para o desenvolvimento e conclusão do referido empreendimento. É também de responsabilidade integral da **Real Arenas** a conservação e manutenção da Arena até o fim do prazo da outorga.

Desde a inauguração da Arena, ocorrida em novembro de 2014, a **Sociedade Esportiva Palmeiras** faz jus a uma nova fonte de receita oriunda dos eventos em geral e outras formas de exploração comercial do equipamento multiuso (e.g.: "naming rights", patrocínios, locações de áreas, aluguel de cadeiras e camarotes), por meio de repasse de receitas obtidas pela Superficiária. Adicionalmente, a **Sociedade Esportiva Palmeiras** mantém integralmente a receita de bilheteria de suas partidas, sendo que, durante o prazo de cessão da superfície, está garantido o recebimento da Arena pela Sociedade Esportiva Palmeiras, para a realização dos jogos de seu time principal de futebol.

As obras se iniciaram em 2010, sendo que os prédios administrativo, poliesportivo e o vestiário foram entregues em 2012 e transferidos também o controle e responsabilidade para o **Clube**, bem como, a manutenção e conservação de tais imóveis. Tais ativos estão registrados na rubrica de ativo imobilizado (Nota 2.1.7).

2.1.2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1.2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a legislação societária, os pronunciamentos, orientações e interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, particularmente as que são aplicáveis às entidades sem fins lucrativos (ITG 2002 (R1)) e entidades desportivas profissionais (ITG 2003 (R1)).

Em função do arrendamento do espaço para instalação do Museu do **Clube**, as demonstrações financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2021 são as primeiras no qual o CPC 06 (R2) - Arrendamento foi aplicado. A adoção desta nova norma está descrita na nota explicativa nº 2.1.3.14.

2.1.2.2. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas, quando requerido, para refletir o valor justo de certos ativos e passivos.

2.1.2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando moeda do principal ambiente econômico no qual o **Clube** atua, o Real (moeda funcional), e são apresentadas em milhares de Reais (R$ mil).

2.1.2.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação dessas demonstrações financeiras requer que a administração utilize de julgamento na determinação e no registro de certas estimativas contábeis para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações, revisando-as anualmente. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras, em razão das imprecisões inerentes ao processo de determinação das estimativas. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas abaixo:

2.1.2.4.1. Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa (PECLD)

As perdas estimadas em crédito de liquidação duvidosa são constituídas nos casos em que não existe expectativa de recebimento do credor.

2.1.2.4.2. Perdas por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Ao término de cada exercício social, o **Clube** revisa os saldos de seus ativos não financeiros com o objetivo de identificar a existência de indicativos de que esses ativos tenham sofrido redução em seus valores de recuperação (valor de venda ou valor em uso). Na existência de indicativos, a administração estima a parcela do ativo não recuperável e reconhece a perda, se aplicável.

2.1.2.4.3. Contingências

As provisões são constituídas para todas as contingências classificadas como de perdas prováveis pelos assessores jurídicos do **Clube** cujos valores são estimados com certo grau de segurança.

2.1.2.4.4. Vida útil de ativo imobilizado

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear e com base nas taxas calculadas em função do tempo de vida útil remanescente estimado para os correspondentes bens.

2.1.2.5. Aprovação das demonstrações financeiras

A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela administração do **Clube** em 14 de fevereiro de 2022.

#MAIORCAMPEÃODOBRASIL

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2021

CNPJ: 61.750.345/0001-57

2.1. NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

2.1.3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas na preparação destas demonstrações financeiras estão descritas a seguir. Essas práticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

2.1.3.1. Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor. Essas aplicações estão demonstradas ao custo, acrescido de rendimentos auferidos até a data do balanço e possui liquidez imediata.

2.1.3.2. Créditos a receber e receitas a realizar

Os créditos a receber são registrados e mantidos no balanço pelo valor nominal representativos desses créditos. A estimativa para perdas (impairment) é constituída, quando necessária, em montante considerado suficiente pela administração do **Clube** para cobrir as prováveis perdas na realização desses créditos. As receitas a realizar são registradas a valores nominais originados dos contratos firmados com terceiros e serão apropriadas ao resultado de acordo com o prazo de vigência dos respectivos contratos.

2.1.3.3. Imobilizado

Está demonstrado pelo custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada e de qualquer perda não recuperável.

Os gastos incorridos com reparos e manutenção do imobilizado, quando representam melhorias (aumento da capacidade instalada ou da vida útil), são capitalizados, enquanto os demais são debitados ao resultado, respeitando-se o regime de competência.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo foi baixado.

A depreciação é calculada pelo método linear considerando-se as estimativas de vida útil-econômica determinadas pela administração mencionadas na nota n° 2.1.7.

2.1.3.4. Intangível

2.1.3.4.1. Atletas em formação

Os gastos com candidatos à atletas são reconhecidos no resultado, enquanto não apresentar as condições para reconhecimento como ativo intangível. Contudo, a partir do momento em que o candidato a atleta apresentar viabilidade técnica de se tornar atleta profissional, todos os gastos relacionados são registrados no ativo intangível.

Os gastos com a formação de atletas correspondem, principalmente a: alojamento, alimentação, transporte, assistência médica, comissão técnica etc. Tais custos são reclassificados para a rubrica de "atletas formados" quando da profissionalização.

2.1.3.4.2. Atletas formados

Refere-se aos custos de atletas formados na base, registrados anteriormente na rubrica "atletas em formação" e classificados para esta conta, quando da profissionalização do atleta. A amortização é calculada de acordo com o prazo de vigência do contrato.

2.1.3.4.3. Atletas contratados

Refere-se aos gastos relacionados com aquisição de direitos econômicos de atletas profissionais do futebol, além dos gastos com atletas contratados por empréstimos. A amortização é calculada de acordo com o prazo de vigência do contrato.

2.1.3.4.4. Direitos de imagem/luvas

Os valores contratuais relativos e aos direitos de exploração de imagem de atletas profissionais são reconhecidos como despesa de acordo com o regime de competência. Contudo, os valores contratuais relacionados às luvas foram mantidos no ativo intangível, passivos circulante e não circulante e amortizados pelo prazo do contrato, como determina a ITG 2003 (R1).

2.1.3.5. Provisões para perdas por *impairment* em ativos não financeiros

Ao final de cada exercício, a administração revisa o valor contábil líquido de seus ativos não financeiros, tais como imobilizado e intangível, com o objetivo de avaliar a existência de eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas atuais, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foi constituída provisão para impairment relacionada aos gastos com atletas em formação de **R$ 2.468** (nota 2.1.8).

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 não foram identificadas perdas relacionadas aos gastos incorridos com atletas em formação.

2.1.3.6. Provisões

Provisões são reconhecidas quando: **(i)** o **Clube** tem uma obrigação presente ou não formalizada em consequência de um evento passado; **(ii)** é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação; **(iii)** o valor pode ser estimado com segurança. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado.

Passivos contingentes - As provisões para riscos trabalhistas e cíveis são constituídas na medida em que o **Clube** espera desembolsar fluxos de caixa. Os processos judiciais são provisionados quando as perdas são avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficientes segurança. Quando a expectativa de perda nestes processos é avaliada como possível, não há provisão a ser realizada, porém, os valores são mensurados e divulgados em notas explicativas.

Ativos contingentes - são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativas, quando existentes.

2.1.3.7. Moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeiras são registradas utilizando a taxa de câmbio da data da transação e os correspondentes saldos são atualizados até a data do balanço, sendo a variação cambial registrada no resultado.

2.1.3.8. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, os empréstimos tomados são apresentados pelo custo amortizado, ou seja, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (pro rata temporis), utilizando o método de taxa de juros efetiva.

2.1.3.9. Apuração do resultado, ativos e passivos circulantes e não circulantes

As receitas e despesas são apuradas pelo regime de competência. Maiores detalhes sobre as práticas de reconhecimento das receitas estão descritos no item a seguir. Os ativos circulantes e não circulantes, quando aplicável, são reduzidos, mediante provisão, aos seus valores prováveis de realização. Os passivos circulantes e não circulantes, quando aplicável, incluem os encargos incorridos.

2.1.3.10. Reconhecimento de receitas

As receitas são apresentadas de forma líquida em contas específicas no resultado. As receitas são reconhecidas na extensão em que for provável que benefícios econômicos fluam para o **Clube** e quando podem ser mensuradas de forma confiável. São reconhecidas quando todas as obrigações de desempenho são cumpridas, em conformidade com o CPC 47 - Receitas de Contratos com Clientes. As etapas de reconhecimento de receitas contidas nesta norma compreendem: **(i)** a identificação do contrato com o cliente; **(ii)** a identificação das obrigações de desempenho; **(iii)** a determinação do preço da transação; **(iv)** a alocação do preço da transação; e **(v)** o reconhecimento da receita.

Dessa forma, as receitas são registradas pelo valor que reflete a expectativa que o **Clube** tem de receber em contrapartida às cessões de direitos e das negociações realizadas junto a terceiros.

Uma receita não é reconhecida quando há incerteza significativa na sua realização.

2.1.3.10.1. Receitas de direitos de transmissão, publicidade e patrocínio

As receitas oriundas de contrato de cessão onerosa de direitos de transmissão de jogos, publicidade e patrocínio estão vinculadas à obrigação de performance e são reconhecidas ao longo do contrato, obedecendo o regime de competência. Os recursos recebidos antecipadamente relacionados a essas transações, bem como, luvas e outras assemelhadas, são reconhecidas nos passivos circulante e não circulante e reconhecidas linearmente, conforme prazo estipulado em contrato celebrado entre as partes.

2.1.3.10.2. Receitas com arrecadação de jogos

São reconhecidas após a realização de cada evento, com base nas informações de valores arrecadados em cada jogo.

2.1.3.10.3. Receitas de negociação de atletas

São reconhecidas quando é provável que os benefícios econômicos futuros atribuíveis ao atleta sejam gerados em favor do **Clube** e que o controle dos direitos federativos e riscos deste atleta sejam efetivamente transferidos a outra entidade desportiva. Geralmente estas transações ocorrem no mesmo momento da assinatura dos contratos de alienação dos direitos econômicos dos atletas, celebrados entre o **Clube** e a parte adquirente e desde que todas as obrigações de performance identificadas sejam atendidas.

As receitas decorrentes da cessão temporária de direitos profissionais de atletas são reconhecidas no resultado do exercício em função da fluência do prazo do contrato de cessão temporária, de acordo com o regime de competência.

2.1.3.11. Instrumentos financeiros

Todos os ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando o **Clube** se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

2.1.3.11.1. Ativos financeiros

No reconhecimento inicial das transações, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado. Para definir a classificação dos ativos financeiros de acordo com a norma CPC 48/IFRS 9, o **Clube** avaliou o modelo de negócio no qual o ativo financeiro é gerenciado e suas características de fluxos de caixa contratuais.

O **Clube** baixa um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram ou se encerram ou quando assume uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos.

Os ativos financeiros mantidos pelo **Clube** foram classificados como custo amortizado - quando os ativos financeiros mantidos pelo **Clube** são mantidos para gerar fluxos de caixas contratuais decorrentes do valor do principal e juros, quando aplicável, deduzidos de qualquer redução quanto à perda do valor recuperável. São classificados nesses itens os saldos de caixa e equivalentes de caixa, créditos a receber, outros ativos, com as variações reconhecidas no resultado. Nenhuma nova mensuração de ativos financeiros foi realizada.

2.1.3.11.2. Passivos financeiros não derivativos

O **Clube** reconhece seus passivos financeiros inicialmente na data em que são originados e são reconhecidos pelo valor justo acrescidos de quaisquer custos de transação atribuíveis. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual o **Clube** se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

O **Clube** baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou pagas.

O **Clube** possui passivos financeiros não derivativos, tais como: contas a pagar e empréstimos.

2.1.3.11.3. Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o **Clube** tenha um direito legalmente aplicável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

2.1.3.11.4. Operações de instrumentos financeiros derivativos

O **Clube** não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos e tampouco com propósito de especulação.

2.1.3.12. Isenção tributária

O **Clube** é uma associação sem fins lucrativos que explora o desporto em nível profissional e goza de isenções para os seguintes tributos: Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ), Contribuição Social sobre o Lucro (CSL), Contribuição sobre o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), Contribuição para o Programa de Integração Social (PIS) e Imposto sobre Serviços (ISS). Toda a receita de suas atividades sociais, ou mesmo o superávit, é utilizado na própria atividade da associação.

2.1.3.13. Normas vigentes a partir de 1° de janeiro de 2021

No melhor entendimento da administração, as novas normas e alterações de normas emitidas pelo CPC/CFC vigentes em 2021 não foram aplicáveis ao **Clube** ou não trouxeram efeitos significativos em suas demonstrações financeiras.

2.1.3.14. Norma contábil adotada pelo Clube em 2021

Adoção inicial do CPC 06 (R2) - Arrendamentos

O CPC 06 (R2) introduziu um modelo único de contabilização de arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendatários. Como resultado, o **Clube**, como arrendatário do contrato de locação de espaço voltado para a implementação e exploração do Museu da **Sociedade Esportiva Palmeiras**, tendo como arrendadora a Real Arenas Empreendimentos Imobiliários S.A., reconheceu o ativo de direito de uso que representa seu direito de utilizar o ativo subjacente e o passivo de arrendamento correspondente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento devidos durante o prazo do arrendamento. Esta norma afeta, portanto, a apresentação de transações de arrendamento na demonstração do resultado (com despesa de aluguel substituída por uma despesa de depreciação e despesa de juros) e na demonstração dos fluxos de caixa (os pagamentos de arrendamento, representando pagamento de juros e pagamento do passivo em aberto, impactam o fluxo de caixa das atividades financeiras).

Como esta transação se iniciou durante o exercício de 2021, esta prática contábil foi adotada a partir deste exercício, não havendo reapresentação dos valores correspondentes a serem mensurados e divulgados.

A administração, no seu melhor entendimento, decidiu aplicar esta norma somente para este contrato, tendo em vista a relevância dos valores envolvendo esta transação.

Políticas contábeis adotadas

O **Clube** reconheceu um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo e subsequentemente pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e perdas ao valor recuperável, e ajustado, quando aplicável, por certas remensurações do passivo de arrendamento. A depreciação é calculada pelo método linear, pelo menor período entre o prazo de arrendamento e a vida útil estimada do ativo. O **Clube** utilizou como componente do custo os valores fixos de pagamentos de arrendamento, que correspondem aos valores da obrigação acordados junto à arrendadora.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos de arrendamento que não foram pagos na data de início, descontados usando a taxa de juros prevista em contrato, pelo prazo estabelecido em contrato (nota 2.1.10.2).

O ativo de direito de uso está apresentado na rubrica do ativo imobilizado e os passivos de arrendamento estão apresentados na rubrica de "contas a pagar", circulante e não circulante, ambos apresentados em uma linha separada da nota explicativa (nota 2.1.7.2).

2.1.4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2021	2020
Caixa	290	360
Bancos - conta movimento	11.961	1.994
Aplicações financeiras	2.520	3.549
	14.771	**5.903**

Bancos - conta movimento

Correspondem aos saldos de contas correntes mantidas em diversas instituições financeiras.

Aplicações financeiras

Correspondem a aplicações em fundos de investimento lastreados em títulos de renda fixa, demonstradas ao custo e acrescidas de rendimentos auferidos pro rata temporis até a data do encerramento dos exercícios, que não excedem ao seu valor de mercado ou de realização e não possuem prazos fixados para resgate, sendo, portanto, de liquidez imediata.

2.1.5. CRÉDITOS A RECEBER (CIRCULANTE E NÃO CIRCULANTE)

	Notas	2021	2020
Direitos de transmissão de jogos	**2.1.5.1**	16.080	14.463
Negociação de atletas	**2.1.5.2**	64.014	60.694
Outros valores a receber	**2.1.5.3**	76.441	80.844
Patrocínio e licenciamentos	**2.1.5.4**	4.397	4.640
Manutenção social	**2.1.5.5**	830	1.063
Cheques a receber		14	7
(–) PECLD	**2.1.5.6**	(32.806)	(5.148)
		128.970	**156.563**
Circulante		**89.001**	**90.716**
Não circulante		**39.969**	**65.847**
Total		**128.970**	**156.563**

2.1.5.1. Direitos de transmissão de jogos

O saldo corresponde aos valores a receber decorrentes da cessão dos direitos de captação, fixação, exibição e transmissão dos sons e imagens de jogos incorridos até o término do exercício.

2.1.5.2. Negociação de atletas

Direitos com entidades	Nota	2021	2020
Direitos com entidades nacionais		13.039	19.275
Direitos com entidades estrangeiras	(i)	50.975	41.419
Total		**64.014**	**60.694**

Referem-se aos valores a receber decorrentes das vendas de atletas realizadas junto ao mercado nacional e internacional.

(i) Direitos com entidades estrangeiras

Em obediência a ITG 2003 (R1), apresentamos abaixo os saldos mantidos com entidades estrangeiras.

DIREITOS

Entidade	Atleta	Descrição	2021	2020
Club Deportivo Popular Junior F.C S.A.	Miguel Ángel Borja Hernandez	Direitos econômicos	15.346	–
Ittihad Club	Bruno Henrique Corsini	Direitos econômicos	13.021	18.186
Trabzonspor Kulübü	Vitor Hugo Franchescoli de Sousa	Direitos econômicos	10.114	15.301
Major League Soccer L.L.C	Antônio Carlos Cunha Capocasali Junior	Direitos econômicos	6.139	5.716
Fc Midtjylland A/S	José Carlos Ferreira Junior	Direitos econômicos	5.057	–
Betriebsgesellschaft Fcz Ag	Nathan Raphael Pelae Cardoso	Direitos econômicos	1.044	–
S.S Lazio S.P.A	Maurício dos Santos Nascimento	Mecanismo de Solidariedade	254	256
Major League Soccer L.L.C	Thiago dos Santos	Direitos econômicos	–	1.195
Club Olimpia	Willian Gabriel Mendieta	Direitos econômicos	–	390
Sport Lisboa e Benfica	Carlos Vinicius Alves Morais	Mecanismo de Solidariedade	–	375
Total			50.975	41.419

2.1.5.3. Outros valores a receber	Notas	2021	2020
Direitos com Real Arenas	(i)	53.300	48.647
Outros Créditos	(ii)	23.141	32.197
		76.441	**80.844**
Circulante		**23.141**	**32.197**
Não circulante		**53.300**	**48.647**
Total		**76.441**	**80.844**

(i) Direitos com Real Arenas Empreendimentos Imobiliários S.A. ("Real Arenas")

O saldo corresponde aos valores a receber da Real Arenas provenientes da Escritura Pública de Constituição de Direito Real de Superfície e Outras Avenças, assinado entre o **Clube** e a Real Arenas.

Em 2021, no melhor entendimento da administração, foi constituída uma provisão para perda de **R$ 27.776** (nota 2.1.5.6).

(ii) Outros créditos

Em 31 de dezembro de 2021 o valor corresponde, substancialmente, ao saldo a receber da premiação pela conquista e bilheteria da final da Libertadores da América de 2021. O saldo em 31 de dezembro de 2020 corresponde, substancialmente, ao valor da premiação a receber pela garantia mínima pelo vice-campeonato da Copa do Brasil de 2020.

2.1.5.4. Patrocínios e licenciamentos

	2021			2020		
	Contas a receber	Receitas a realizar	Total	Contas a receber	Receitas a realizar	Total
Valores a receber	4.397	–	4.397	4.640	–	4.640
Contratos a realizar	106.251	(106.251)	–	88.308	(88.308)	–
	110.648	**(106.251)**	**4.397**	**92.948**	**(88.308)**	**4.640**
Circulante	46.893	(42.496)	4.397	92.948	(88.308)	4.640
Não circulante	63.755	(63.755)	–	–	–	–
	110.648	**(106.251)**	**4.397**	**92.948**	**(88.308)**	**4.640**

Valores a receber - Trata-se de parcelas de patrocínios, publicidade esportiva e licenciamentos, as quais serão liquidadas no exercício seguinte.

Contratos a realizar - Corresponde aos valores contratuais a receber de patrocínios, publicidade esportiva e licenciamentos de marcas previstos até o término dos contratos. Este valor foi registrado em valores a receber e em contrapartida em receitas a realizar, segregado entre circulante e não circulante. O montante registrado em valores a receber será amortizado de acordo com o recebimento das parcelas e os correspondentes valores mantidos nas receitas a realizar serão reconhecidos como receita conforme regime de competência.

2.1.5.5. Manutenção social

Trata-se de taxas de manutenção social a receber junto aos associados do **Clube**.

2.1.5.6. Perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa (PECLD)

Corresponde às perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa constituídas com base na análise da administração em montante considerado suficiente para cobertura de potenciais perdas na realização dos créditos a receber, considerando a situação financeira de cada credor.

A movimentação ocorrida nesta conta está assim demonstrada:	2021	2020
Saldo Inicial	**(5.148)**	**(4.341)**
Adições	(28.743)	(1.979)
(–) Reversões	1.077	1.172
(–) Reversão entre contas patrimoniais	8	–
	(32.806)	**(5.148)**

Perdas estimadas com Real Arenas

Assim como em anos anteriores, em 2021 o **Clube** continuou realizando transações comerciais com a Real Arenas, destacando a locação do espaço voltado para instalação do Museu do **Clube** (nota 2.1.7.2), sendo que as partes vêm realizando encontro de contas entre os seus direitos e obrigações, contudo, até o encerramento destas demonstrações financeiras, as partes não definiram a forma de liquidação de parte do saldo a receber do **Clube**. Consequentemente, em 2021 foi constituída uma estimativa de perda de **R$ 27.776**.

Perdas estimadas - Real Arenas (PECLD)	Valor - R$ mil
Direitos a receber - Real Arenas (nota 2.1.5.3)	53.300
Obrigações a pagar - Real Arenas (nota 2.1.10.2)	(25.524)
	27.776

2.1.6. DEPÓSITOS JUDICIAIS

Natureza	2021	2020
Trabalhista	1.722	3.323
Tributário	3.993	3.616
Cível	3.757	24.730
	9.472	**31.669**

A movimentação do ano está assim demonstrada:

	Trabalhista	Tributário	Cível	Total
Saldo Inicial	**3.323**	**3.616**	**24.730**	**31.669**
Depósitos realizados	220	–	33	253
Atualização financeira	–	377	795	1.172
(–) Depósito restituídos	(296)	–	(3)	(299)
(–) Levantamento de depósito por acordo	(1.525)	–	(21.798)	(23.323)
	1.722	**3.993**	**3.757**	**9.472**

Levantamento de depósito por acordo (Cível)

Em 2021 foi realizado acordo para pagamento da ação ordinária de cobrança cível movida pela A. Angeloni & Cia Ltda. referente a aquisição do atleta de futebol Wesley Lopes Beltrame. Em contrapartida, foi levantado o montante de **R$ 19.596** para liquidação de parte do saldo a pagar pelo **Clube**.

2.1.7. IMOBILIZADO

			2021			
Descrição	Notas	Taxas anuais de depreciação	Custo de aquisição	Depreciação acumulada	Imobilizado líquido	2020
Terrenos			75.967	–	75.967	75.967
Imóveis		1,66% a 3,33%	71.741	(19.372)	52.369	52.046
Móveis e utensílios		10%	9.511	(3.840)	5.671	4.870
Veículos		20% - 50%	993	(777)	216	292
Máquinas e equipamentos		10%	8.776	(3.822)	4.954	5.086
Equipamentos de informática		20%	2.801	(1.502)	1.299	1.176
Ferramentas		10%	17	(6)	11	2
Instalações		10%	30.495	(14.440)	16.055	19.275
Benfeitorias em imóveis de 3°s	**2.1.7.1**	2,56%	38.913	(6.034)	32.879	34.880
Direito de uso - Arrendamento	**2.1.7.2**	4,30%	21.663	(311)	21.352	–
Obras em andamento			4.712	–	4.712	2.223
			265.589	**(50.104)**	**215.485**	**195.817**

As movimentações ocorridas durante o exercício estão assim demonstradas:

Custo de aquisição	Notas	2020	Adições	(–) Baixas	Trf	2021
Terrenos		75.967	–	–	–	75.967
Imóveis		71.741	–	–	–	71.741
Móveis e utensílios		8.058	1.453	–	–	9.511
Veículos		993	–	–	–	993
Máquinas e equipamentos		8.206	570	–	–	8.776
Equipamentos de informática		2.376	425	–	–	2.801
Ferramentas		7	10	–	–	17
Instalações		30.332	163	–	–	30.495
Benfeitorias em imóveis de 3°s	**2.1.7.1**	38.913	–	–	–	38.913
Direito de uso - Arrendamento	**2.1.7.2**	–	21.663	–	–	21.663
Obras em andamento		2.223	2.489	–	–	4.712
		238.816	**26.773**	–	–	**265.589**

continua

SOCIEDADE ESPORTIVA
PALMEIRAS

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2021

CNPJ: 61.750.345/0001-57

continuação

2.1. NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

Depreciação acumulada	Notas	2020	Adições	(–) Baixas	Trf	2021
Imóveis		(19.695)	323	–	–	(19.372)
Móveis e utensílios		(3.188)	(652)	–	–	(3.840)
Veículos		(701)	(76)	–	–	(777)
Máquinas e equipamentos		(3.120)	(702)	–	–	(3.822)
Equipamentos de informática		(1.200)	(302)	–	–	(1.502)
Ferramentas		(5)	(1)	–	–	(6)
Instalações		(11.057)	(3.383)	–	–	(14.440)
Benfeitorias em imóveis de 3°s	2.1.7.1	(4.033)	(2.001)	–	–	(6.034)
Direito de uso - Arrendamento	2.1.7.2	–	(311)	–	–	(311)
		(42.999)	(7.105)	–	–	(50.104)
Saldo líquido		195.817	19.668	–	–	215.485

2.1.7.1. Benfeitorias em imóveis de 3°s

Do saldo desta conta, **R$ 22.215** corresponde à construção do Centro de Excelência. Em 2015 o **Clube** iniciou a construção do novo centro de reabilitação e desenvolvimento físico dos atletas do futebol profissional, localizado na Academia de Futebol, na Barra Funda (SP).

O Centro de Excelência foi concluído em dezembro de 2016 e sua edificação foi avaliada com base no valor justo determinado pela administração através de laudo de avaliação elaborado por empresa especializada e independente, cuja avaliação corresponde a **R$ 22.215** em 31 de dezembro de 2016. A amortização deste saldo é realizada de acordo com o prazo de concessão do terreno concedido ao **Clube.**

2.1.7.2. Direito de uso - Arrendamento

Baseado no "Instrumento Particular de Contrato de Locação de Área Para Uso Comercial - Museu", celebrado em 25 de maio de 2021, a Real Arenas Empreendimentos Imobiliários S.A. locou espaço à **Sociedade Esportiva Palmeiras**, com a finalidade de instalação e exploração de seu museu, localizado no Allianz Parque.

O tempo de locação será de 23 anos e 4 meses (setembro de 21 a novembro de 44), sendo o aluguel atualizado anualmente pelo índice IPCA. Conforme estabelecido em contrato, a taxa de desconto a ser aplicada para cálculo do valor presente é baseada nas Notas do Tesouro Nacional (NTN-B 2045) mais spread de 3% a.a.

O quadro a seguir demonstra a movimentação e a composição do saldo de direito de uso em 31/12/2021:

	Nota	Valor - R$ mil
Direito de uso		
Saldo líquido do reconhecimento inicial do arrendamento	2.1.10.2	19.915
Custo com instalações		1.748
Saldo líquido do reconhecimento inicial		**21.663**
(–) Amortização - Direito de uso		(311)
Saldo em 31/12/2021		**21.352**

2.1.8. INTANGÍVEL

	Notas	2021	2020
Atletas em formação	2.1.8.1	28.743	23.392
Atletas formados	2.1.8.1	14.516	11.720
Atletas contratados	2.1.8.1	169.160	192.714
Luvas	2.1.8.2	39.413	50.928
Softwares		466	950
Total		252.298	279.704

2.1.8.1. Contratação e formação de atletas

O **Clube** registra nas rubricas de atletas contratados e formados os gastos com contratações de atletas no mercado ou profissionalizados oriundos das categorias de base, estando os contratos em vigor ao final do exercício, representados pelos saldos líquidos das amortizações calculadas com base no prazo contratual.

Na rubrica de atletas em formação, o saldo corresponde aos gastos incorridos na formação de atletas das categorias de base, havendo avaliação permanente das comissões técnicas sobre o potencial de cada atleta para a continuidade do processo de formação ou respectiva dispensa.

As movimentações ocorridas nestas rubricas estão assim demonstradas:

Em 2021

	2020	(+) Adições	(–) Baixas	(–) Amortizações	(–) Transferência	(–) Adição de provisão	2021
Atletas em formação	23.392	29.464	(12.852)	–	(11.261)	–	28.743
Atletas formados	11.720	101	(120)	(8.446)	11.261	–	14.516
Atletas contratados	192.714	80.970	(20.255)	(84.269)	–	–	169.160
	227.826	110.535	(33.227)	(92.715)	–	–	212.419

Em 2020

	2019	(+) Adições	(–) Baixas	(–) Amortizações	(–) Transferência	(+) Reversão de provisão	2020
Atletas em formação	26.108	18.565	(8.960)	–	(9.853)	(2.468)	23.392
Atletas formados	7.022	200	–	(5.155)	9.653	–	11.720
Atletas contratados	244.519	122.275	(72.783)	(101.497)	200	–	192.714
	277.649	141.040	(81.743)	(106.652)	–	(2.468)	227.826

O departamento de futebol amador analisa periodicamente a viabilidade técnica dos atletas em formação, identificando quais atletas possuem potencial técnico para atingir as expectativas da administração. Para os atletas que possuem potencial técnico, os gastos destes são reconhecidos no intangível, porém, se constatado diferente, os gastos são baixados para o resultado.

A administração, suportada pelo departamento de futebol amador, entende que a transferência de atletas em formação para formados está condicionada a renovação do contrato de profissionalização.

O **Clube** analisou que os valores mantidos no ativo intangível, em relação ao plantel de atletas profissionais e em formação, são inferiores ao valor de mercado, não havendo perdas identificadas a serem reconhecidas.

Em 31 de dezembro de 2021, o **Clube** mantém vínculo com 200 atletas (194 - 31/12/2020) entre Sub14, Sub15, Sub16, Sub17, Sub20, profissionais e emprestados. O percentual de participação nos direitos econômicos dos atletas está assim representado:

DIREITOS ECONÔMICOS

CATEGORIA	ATLETA	SEP	3°s
SUB 14	Andre Viero da Silva	100%	0%
SUB 14	Anthony Alexandre Alves Miranda Sena	100%	0%
SUB 14	Aridio de Oliveira Neto	100%	0%
SUB 14	Daniel Eller Soares de Oliveira	100%	0%
SUB 14	Erick Machado Belé	100%	0%
SUB 14	Estevão Willian Almeida de Oliveira Gonçalves	70%	30%
SUB 14	Fabricio Santos dos Santos	100%	0%
SUB 14	Felipe Monteiro Goto	100%	0%
SUB 14	Gabriel Soares	100%	0%
SUB 14	Gustavo de Souza Marques	60%	40%
SUB 14	Heittor Vinicius da Silva Nunes	100%	0%
SUB 14	Italo da Silva Sousa	100%	0%
SUB 14	João Gabriel Damasceno Pedro	100%	0%
SUB 14	João Lucas Maranduba Xavier	100%	0%
SUB 14	João Paulo de Moura Andrade Romão da Silva	100%	0%
SUB 14	Kauan Lima da Cunha	80%	20%
SUB 14	Lucas Jaime Arruda	100%	0%
SUB 14	Lucas Leonardi Bortoluci Lourenço	100%	0%
SUB 14	Luis Fernando Souza Santos	100%	0%
SUB 14	Luis Henrique Gonçalves Saboia	100%	0%
SUB 14	Luiz Felipe Vieira Santana de Sá	100%	0%
SUB 14	Matheus Silva Lacort Barbosa	100%	0%
SUB 14	Murilo Firmiano Cavariani Silva	100%	0%
SUB 14	Murilo Gonçalves Dourado	100%	0%
SUB 14	Mychel Douglas Lima de Souza	60%	40%
SUB 14	Ramon Santos Rego da Silva	100%	0%
SUB 14	Talison Ferreira de Paula Silva	100%	0%
SUB 14	Thiago Mendes de Abreu	100%	0%
SUB 14	Vinicius Carvalho da Silva	100%	0%
SUB 15	André Lucas Ribeiro Domingos	100%	0%
SUB 15	Bernardo da Silva Raposo Ferreira	100%	0%
SUB 15	Bruno Santana Vitório	100%	0%
SUB 15	Carlos Eduardo dos Santos Barreto	70%	30%
SUB 15	Cesar Augusto Braga Rodrigues	100%	0%
SUB 15	Davi Sá de Almeida	60%	40%
SUB 15	Diego Lima Ferreira	100%	0%
SUB 15	Endrick Felipe Moureira de Sousa	100%	0%
SUB 15	Fellipe Jack Ozilio Moreira Pacheco	100%	0%
SUB 15	Gabriel Altino Roque de Góis	100%	0%
SUB 15	Gabriel Kidani Bernardino	70%	30%
SUB 15	George Gustavo Oliveira dos Santos	100%	0%
SUB 15	Gustavo Lima Almeida	100%	0%
SUB 15	Igor Miranda Leite	100%	0%
SUB 15	Inácio de Paula Silva	70%	30%
SUB 15	Kauã Dias do Carmo Costa	100%	0%
SUB 15	Kauã Moraes Silva	100%	0%
SUB 15	Kauan do Nascimento Firmo	100%	0%
SUB 15	Kauan Vitor Silva Ferreira de Melo	100%	0%
SUB 15	Luighi Hanri Sousa Santos	100%	0%
SUB 15	Luis Arthur Pereira Santos	100%	0%
SUB 15	Luis Guilherme Lira dos Santos	100%	0%
SUB 15	Luiz Felipe Yano de Oliveira	100%	0%
SUB 15	Marcio Vitor Barbosa da Silva	70%	30%
SUB 15	Marcus Vinicius Caetano Loureiro	100%	0%
SUB 15	Mateus Borloth Lyrio	100%	0%
SUB 15	Nicollas Pina Bueno	100%	0%
SUB 15	Paulo Ganem Souto Neto	50%	50%
SUB 15	Pedro Almeida da Silva Costa	100%	0%
SUB 15	Pedro Henrique Melo Santos	100%	0%
SUB 15	Rafael Barbosa Coutinho	70%	30%
SUB 15	Ramon Riquelme Pereira Ventura	100%	0%
SUB 15	Riquelme da Silva Gomes	100%	0%
SUB 15	Riquelme Fillipe Marinho de Souza	100%	0%
SUB 15	Ryan de Amorim Silva	100%	0%
SUB 15	Vitor de Oliveira Nunes dos Reis	100%	0%
SUB 15	Vitor dos Santos Figueiredo	100%	0%
SUB 15	Vitor Marcelo Silva	100%	0%
SUB 16	Arthur Gabriel Santana Marcolino	100%	0%
SUB 16	Athos Moreno de Oliveira	100%	0%
SUB 16	Caue Machado de Araujo	100%	0%
SUB 16	Claudio Thalis Ferreira Nogueira	100%	0%
SUB 16	Edjadson Freitas do Nascimento	60%	40%
SUB 16	Erick Alvino Mendes da Silva	100%	0%
SUB 16	Felipe Alves Ribeiro	100%	0%
SUB 16	Gabriel dos Santos da Silva	100%	0%
SUB 16	Gilberto Junior Leite dos Santos	100%	0%
SUB 16	Gustavo Feliciano de Jesus	70%	30%
SUB 16	João Pedro Bento de Barros	70%	30%
SUB 16	João Victor de Oliveira Cintra	100%	0%
SUB 16	Juan Pablo Maidana Fernandes	100%	0%
SUB 16	Kauã Nascimento de Almeida	50%	50%
SUB 16	Kayque de Oliveira Cardoso	0%	100%
SUB 16	Leandro Roberto Parmegianni Yamamoto	100%	0%
SUB 16	Leonardo Porfirio da Silva	100%	0%
SUB 16	Lucas Aguiar de Lima	0%	100%
SUB 16	Lucas dos Santos Ferreira	100%	0%
SUB 16	Lucas Roberto Belluco	100%	0%
SUB 16	Luciano Henrique de Moura Silva	0%	100%
SUB 16	Lucio Flavio de Oliveira Lourenço	100%	0%
SUB 16	Luis Eduardo Santos de Jesus	70%	30%
SUB 16	Luis Fernando Santos Oliveira	100%	0%
SUB 16	Marlon Mike Azevedo da Silva	100%	0%
SUB 16	Mateus Henrique Cardoso da Silva	100%	0%
SUB 16	Paulo Henrique Silvestre Marques	60%	40%
SUB 16	Thalys Henrique Gomes de Araujo	0%	100%
SUB 16	Wanderson Felipe Assunção Ivo	0%	100%
SUB 16	William Willers Hartmann	0%	100%
SUB 17	Addi Henrique da Silva Lujete	100%	0%
SUB 17	Allan Andrade Elias	50%	50%
SUB 17	Carlos Eduardo Xavier Junior	50%	50%
SUB 17	Daniel da Silva	50%	50%
SUB 17	Gustavo Sciencia Paula Silva	0%	100%
SUB 17	Gustavo Teixeira Lopes da Conceição	50%	50%
SUB 17	Ibson dos Santos Torquato	70%	30%
SUB 17	Jhonatan Garcia da Silva	100%	0%
SUB 17	José Henrique Venâncio Camargo	100%	0%
SUB 17	Kauan Santos Silva	100%	0%
SUB 17	Leander Jorge Cordeiro de Jesus	0%	100%
SUB 17	Leonardo de Azevedo Silva	100%	0%
SUB 17	Luiz Guilherme Lucio E Freitas	100%	0%
SUB 17	Marcos Eduardo Moreira de Arruda	100%	0%
SUB 17	Matheus Matias Benedito	70%	30%
SUB 17	Robert de Souza Ferreira Dias	100%	0%
SUB 17	Rogério Zuim	0%	100%
SUB 17	Thauan Willians Jesus Silva	0%	100%
SUB 17	Tiago de Freitas Guimarães Coimbra	70%	30%
SUB 17	Vinicius Lima Serafim	100%	0%
SUB 17	Wendell Gabriel Mendes Craveiro	100%	0%
SUB 20	Asimael Pereira Maia	75%	25%
SUB 20	Bruno Menezes Cavalcante de Souza	80%	20%
SUB 20	Carlos Matheus Santos de Carvalho	90%	10%
SUB 20	Daniel Alves da Silva	50%	50%
SUB 20	Denzel Washington Brito dos Santos	70%	30%
SUB 20	Diogo Crispim Carvalho Oliveira da Silva	100%	0%
SUB 20	Fábio Silva de Freitas	100%	0%
SUB 20	Gabriel da Costa Souza	0%	100%
SUB 20	Gustavo Garcia dos Santos	100%	0%
SUB 20	Henri Marinho dos Santos	100%	0%
SUB 20	Ian Custódio dos Anjos	100%	0%
SUB 20	Jeferson Jesus da Silva	0%	100%
SUB 20	Jhonatan dos Santos Rosa	0%	100%
SUB 20	João Pedro de Souza Borges	25%	75%
SUB 20	João Pedro Pinho Maciel	50%	50%
SUB 20	João Pedro Vieira Silva	85%	15%
SUB 20	João Vitor Gomes Lucio da Silva	70%	30%
SUB 20	Jonathan Alecxander da Silva Valério	100%	0%
SUB 20	Kaiky Marques Naves	70%	30%
SUB 20	Kaique Pereira Azarias	70%	30%
SUB 20	Kevin Santos Lopes de Macedo	50%	50%
SUB 20	Luan de Campos Cristino da Silva	50%	50%
SUB 20	Lucas Breno Sena Lima	60%	40%
SUB 20	Lucas de Freitas Molarinho Chagas	100%	0%
SUB 20	Mateus Oliveira Mendes	70%	30%
SUB 20	Michel Augusto Modesto Rafael dos Santos	60%	40%
SUB 20	Miguel Santos Silva	100%	0%
SUB 20	Natan Rodrigues de Sales	50%	50%
SUB 20	Pedro Henrique Rodrigues Bicalho	60%	40%
SUB 20	Pedro Lima Barros	100%	0%
SUB 20	Ramon Cesar Cirino	90%	10%
SUB 20	Robson Santos do Carmo Júnior	100%	0%
SUB 20	Ruan Matheus Rodrigues Santos	70%	30%
SUB 20	Thiago Oliveira de Jesus Alves dos Santos	100%	0%
SUB 20	Vanderlan Barbosa da Silva	70%	30%
SUB 20	Victor Henrique Cardoso Santos	60%	40%
SUB 20	Vitor Hugo Ferreira Oliveira	50%	50%
SUB 20	Yago Santos de Andrade	70%	30%
PROFISSIONAL	Alan de Souza Guimarães	100%	0%
PROFISSIONAL	Anibal Gabriel Veiga da Silva	60%	40%
PROFISSIONAL	Benjamin Kuscevic Jaramillo	50%	50%
PROFISSIONAL	Breno Henrique Vasconcelos Lopes	50%	50%
PROFISSIONAL	Carlos Eduardo Ferreira de Souza	80%	20%
PROFISSIONAL	Danilo dos Santos de Oliveira	80%	20%
PROFISSIONAL	Deyverson Brum Silva	70%	30%
PROFISSIONAL	Eduard Andrés Atuesta Velasco	70%	30%
PROFISSIONAL	Eduardo Pereira Rodrigues	100%	0%
PROFISSIONAL	Fabricio do Nascimento Biato	100%	0%
PROFISSIONAL	Gabriel Veron Fonseca de Souza	60%	40%
PROFISSIONAL	Gabriel Vinicius Menino	80%	20%
PROFISSIONAL	Giovani Henrique Amorim da Silva	90%	10%
PROFISSIONAL	Gustavo Gomez Portillo	100%	0%
PROFISSIONAL	Gustavo Henrique Furtado Scarpa	80%	20%
PROFISSIONAL	Helderson Tavares Santos	50%	50%
PROFISSIONAL	Ivan Dario Angulo Cortez	70%	30%
PROFISSIONAL	Jailson Marques Siqueira	70%	30%
PROFISSIONAL	Joaquim Piquerez Moreira	80%	20%
PROFISSIONAL	Jorge Marco de Oliveira Moraes	50%	50%
PROFISSIONAL	José Rafael Vivian	100%	0%
PROFISSIONAL	Lincon Marcondes Junior	70%	30%
PROFISSIONAL	Luan Garcia Teixeira	60%	40%
PROFISSIONAL	Luan Silva dos Santos	15%	85%
PROFISSIONAL	Lucas Esteves Souza	70%	30%
PROFISSIONAL	Lucas Rafael Araújo Lima	100%	0%
PROFISSIONAL	Marcelo Lomba do Nascimento	100%	0%
PROFISSIONAL	Marcos Luis Rocha Aquino	90%	10%
PROFISSIONAL	Matheus Fernandes Siqueira	65%	35%
PROFISSIONAL	Mayke Rocha Oliveira	100%	0%
PROFISSIONAL	Murilo Cerqueira Paim	80%	20%
PROFISSIONAL	Patrick de Paula Carreiro	100%	0%
PROFISSIONAL	Pedro Henrique de Oliveira Correia	50%	50%
PROFISSIONAL	Rafael Navarro Leal	70%	30%
PROFISSIONAL	Rafael Elias da Silva	100%	0%
PROFISSIONAL	Raphael Cavalcanti Veiga	65%	35%
PROFISSIONAL	Renan Victor da Silva	90%	10%
PROFISSIONAL	Ronielson da Silva Barbosa	50%	50%
PROFISSIONAL	Valdenilson da Paz Araújo	50%	50%
PROFISSIONAL	Victor Luis Chuab Zamblauskas	60%	40%
PROFISSIONAL	Vinicius Silvestre da Costa	90%	10%
PROFISSIONAL	Wesley Ribeiro Silva	70%	30%
PROFISSIONAL	Weverton Pereira da Silva	80%	20%
PROFISSIONAL	Yan Matheus Santos Silva	60%	40%

2.1.8.2. Direitos e obrigações com jogadores (Luvas e Direitos de Imagem a pagar - circulante e não circulante)

Com base na ITG 2003 (R1), no ativo está registrado os valores correspondentes às luvas e no passivo contém os direitos de imagem já incorridos (conforme contrato) e luvas a pagar.

O direito registrado como ativo é amortizado em conta específica de despesa no resultado do exercício, conforme regime de competência, e a redução do passivo ocorre quando do pagamento das referidas obrigações contratuais. A movimentação ocorrida nesta conta está assim demonstrada:

Ativo

Descrição	2021	2020
Saldo inicial	**50.928**	**89.460**
Reversão de contratos por venda ou empréstimo	(995)	(31.041)
(–) Baixas de luvas	(3.359)	(11.821)
Novos contratos/aditivos	11.668	40.326
Amortizações	(18.829)	(35.996)
Total de luvas	**39.413**	**50.928**

Passivo

Descrição	2021	2020
Saldo inicial	**82.400**	**100.650**
Novos contratos/aditivos (Luvas)	11.668	40.326
Reversão de contratos por venda ou empréstimo	(995)	(31.041)
Provisão de Direito de Imagem	51.981	41.665
Pagamentos de Direito de Imagem/Luvas	(87.442)	(53.697)
Transferências entre contas do passivo	(3.740)	(15.503)
Total	**53.872**	**82.400**
Circulante	**30.194**	**46.692**
Não circulante	**23.678**	**35.708**
	53.872	**82.400**

2.1.9. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS (CIRCULANTE E NÃO CIRCULANTE)

Instituição financeira	Modalidade	2021	2020
Crefisa S/A - Crédito Financiamento e Investimentos	Empréstimo	–	161.383
Banco Daycoval S/A	Antecipação	–	10.000
Banco Tricury S/A	Antecipação	3.624	16.272
(–) Juros a apropriar		(65)	(602)
		3.559	**187.053**
Circulante		3.559	32.418
Não Circulante		–	154.635
		3.559	**187.053**

Crefisa S/A - Crédito Financiamentos e Investimentos: Em função da posse da nova gestão do **Clube**, ocorrida em dezembro de 2021, os saldos de empréstimos mantidos com sua patrocinadora master, Crefisa S/A - Crédito, Financiamento e Investimentos, foram reclassificados para a rubrica de Partes Relacionadas (nota 2.1.13).

Banco Daycoval: Corresponde à antecipação da parcela de recebível referente a direitos de transmissão. Esta operação foi liquidada integralmente em 11 de janeiro de 2021.

Banco Tricury: Corresponde à antecipação de recebíveis relacionada com a venda de atleta profissional e com prazo de vencimento de curto prazo.

2.1.10. CONTAS A PAGAR (CIRCULANTE E NÃO CIRCULANTE)

	Notas	2021	2020
Títulos a pagar	2.1.10.1	197.197	210.931
Obrigações com Real Arenas	2.1.10.2	25.524	–
Obrigações com terceiros	2.1.10.3	28.681	17.354
		251.402	**228.285**
Circulante		**153.159**	**164.753**
Não circulante		**98.243**	**63.532**
		251.402	**228.285**

2.1.10.1. Títulos a pagar

Referem-se, substancialmente, aos valores a pagar à clubes de futebol e representantes, decorrentes da negociação de atletas profissionais.

Obrigações com entidades	Notas	2021	2020
Obrigações com entidades nacionais	(i)	133.055	144.945
Obrigações com entidades estrangeiras	(ii)	64.142	65.986
Total		**197.197**	**210.931**

(i) Obrigações com entidades nacionais

Obrigações com entidades nacionais	2021	2020
Direitos econômicos	59.595	68.116
Direitos federativos	410	60
Comissão	72.988	76.683
Mecanismo de Solidariedade	61	84
Outros	1	2
Total	**133.055**	**144.945**

(ii) Obrigações com entidades estrangeiras

Em obediência a ITG 2003 (R1), apresentamos abaixo os saldos mantidos com entidades estrangeiras.

OBRIGAÇÕES

Entidade	Atleta	Descrição	2021	2020
Major League Soccer LLC	Eduard Andrés Atuesta Velasco	Direitos econômicos	22.210	–
Club Atlético Peñarol	Joaquin Piquerez Moreira	Direitos econômicos	21.206	–
Pyramids Football Club	Carlos Eduardo Ferreira de Souza	Direitos econômicos	8.216	7.640
Unione Sportiva Cittá Di Palermo	Bruno Henrique Corsini	Direitos econômicos	5.689	5.738
Alinea Sports Manegement LLC	Eduard Andrés Atuesta Velasco	Comissão	3.184	–
Cruzados SADP	Benjamin Kuscevic Jaramillo	Direitos econômicos	2.212	–
Associazione Calcio Milan S.P.A	Gustavo Raul Gómez Portillo	Direitos econômicos	1.106	7.491
A.C.F Fiorentina S.P.A	Vitor Hugo Franchescoli de Souza	Direitos econômicos	316	22.315
Club Deportivo Universidad Católica	Benjamin Kuscevic Jaramillo	Direitos econômicos	–	9.563
Envigado Fútbol Club S.A.	Ivan Dario Ângulo Cortez	Direitos econômicos	–	7.872
Club Atlético Nacional S.A.	Miguel Ángel Borja Hernández	Direitos econômicos	–	3.118
Hellas Verona Football Club	Alan Pereira Empereur	Direitos federativos	–	1.913
Levante Ud S.A.D	Deyverson Brum Acosta	Direitos econômicos	–	336
Foundation Conseil International		Outros	3	–
Total			**64.142**	**65.986**

2.1.10.2. Obrigações com Real Arenas

Obrigações com Real Arenas	Nota	2021	2020
Arrendamento a pagar	(i)	19.353	–
Outras obrigações		6.171	–
Total		**25.524**	–

(i) Arrendamento a pagar

A movimentação e a composição do passivo de arrendamento durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 estão assim demonstradas:

Arrendamento a pagar	Nota	Valor - R$ mil
Reconhecimento inicial do arrendamento		46.880
(–) Ajustes a Valor Presente		(26.965)
Saldo líquido do reconhecimento inicial do arrendamento	2.1.7.2	**19.915**
(–) Baixa por encontro de contas		(562)
Saldo em 31/12/2021		**19.353**

2.1.10.3. Obrigações com terceiros

Obrigações com terceiros	2021	2020
Acordos judiciais	24.080	13.820
Operacionais	4.601	3.534
Total	**28.681**	**17.354**

Acordos judiciais

Em 2021 foi realizado o acordo para pagamento da ação cível movida pela A. Angeloni & Cia Ltda. referente a aquisição do atleta de futebol Wesley Lopes Beltrame no montante de **R$ 50.467**. Até 31/12/2021 tinha sido quitado o montante de **R$ 31.009**, sendo **R$ 19.596** pagos através do levantamento de depósito judicial e **R$ 11.413** pagos com desembolso de caixa.

2.1.11. IMPOSTOS PARCELADOS (CIRCULANTE E NÃO CIRCULANTE)

	Notas	2021	2020
Parcelamento PPI - IPTU/ISS	(c)	3.429	4.566
Parcelamento Timemania	(a)	25.983	30.252
Parcelamento Lei n° 12.996/14	(b)	14.931	16.377
Parcelamento Banco Central do Brasil		340	374
		44.683	**51.569**
Circulante		**7.673**	**7.838**
Não circulante		**37.010**	**43.731**
		44.683	**51.569**

continua

SOCIEDADE ESPORTIVA
PALMEIRAS

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2021
CNPJ: 61.750.345/0001-57

—☆ continuação

2.1. NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

Em 2021 não ocorreram novos parcelamentos de impostos. As principais informações relacionadas aos parcelamentos já existentes estão descritas a seguir:

a) Com objetivo de alterar seu perfil de endividamento, o **Clube** ingressou com o pedido de adesão ao concurso de prognóstico denominado "Timemania", nos termos das Leis nº 11.345/06 e nº 11.505/07 e Decreto nº 6.187/07. Quando do ingresso do pedido de adesão, ocorrido em setembro 2007, o **Clube** concordou em ceder os direitos de uso de sua denominação, marca, emblema, hino e de seus símbolos para divulgação e execução do concurso prognóstico "Timemania". Em contrapartida, do valor arrecadado com o referido concurso, 20% serão destinados à remuneração das entidades desportivas de futebol profissionais participantes, sendo que os valores repassados serão utilizados integralmente para pagamento de dívidas tributárias dos clubes no âmbito da Receita Federal do Brasil - RFB, Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS e do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS. Desde outubro de 2007, a Caixa Econômica Federal vem depositando a correspondente parte representativa do **Clube** na arrecadação do referido concurso, o que, no entendimento da administração do **Clube** e de seus assessores jurídicos, é fator suficiente para comprovar que o seu pedido de adesão foi aceito.

b) O **Clube** optou em aderir ao Programa de Parcelamento de Débitos Federais, intitulado REFIS DA COPA, definido pela Lei nº 11.996/14, tendo em vista as condições favoráveis deste programa. Os pedidos de adesão foram efetuados tanto para débitos que se encontravam parcelados em programas anteriores, bem como para novos débitos. A adesão incluiu parcelamento de impostos federais retidos, contribuições previdenciárias, e outros débitos incluídos na Secretaria da Receita Federal do Brasil e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional. A adesão proporcionou ao **Clube** parcelamento do principal em 180 meses com reduções de 60% nas multas de mora, 25% nos juros e 100% nos encargos legais. O pedido de parcelamento ocorreu em 22/08/2014 e em agosto de 2019 foi deferida a consolidação dos débitos pelos referidos órgãos competentes.

c) Entre outubro de 2010 e setembro de 2011 o **Clube** aderiu ao Programa de Parcelamento Incentivado (PPI), visando o parcelamento de seus débitos junto a Prefeitura Municipal de São Paulo, representados substancialmente pelo Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), devidos no período de 1987 a 1989, 1991 a 1993 e 1995 a 2007. O valor total dos débitos levados ao parcelamento, naquela data, já considerando os benefícios oferecidos para sua adesão, totalizou **R$10,5 milhões**, os quais vêm sendo liquidados em 120 parcelas mensais, atualizadas monetariamente pela taxa Selic. Os assessores jurídicos do **Clube** possuem o entendimento quanto a não incidência do IPTU sobre os seus bens, decorrente de sua natureza jurídica de entidade sem fins lucrativos, com isenção tributária prevista em Lei. Contudo, para atendimento às práticas contábeis adotadas no Brasil, enquanto o **Clube** não obtiver uma decisão definitiva sobre o assunto, sua administração optou em manter os valores devidamente provisionados e liquidados quando do vencimento das parcelas.

Adicionalmente, durante o exercício de 2015, o **Clube** aderiu ao parcelamento de ISS no montante aproximado de **R$ 5,6 milhões**, decorrente de execução fiscal ajuizada pela Prefeitura Municipal de São Paulo, referente à cobrança de ISS não recolhido em 1994 incidentes sobre as atividades de bingo.

Em 31 de dezembro de 2021 não havia parcelas vencidas e não liquidadas pelo **Clube.**

2.1.12. ANTECIPAÇÃO DE CONTRATOS (CIRCULANTE E NÃO CIRCULANTE)

	2021	2020
Direitos de transmissão	13.726	39.737
Publicidade e patrocínio	38.619	71.080
Transações com atletas	18.379	33.368
Outros	51	–
	70.775	144.185
Circulante	64.775	78.660
Não circulante	6.000	65.525
	70.775	144.185

Direitos de transmissão

No final da temporada do campeonato brasileiro de 2021, a Turner por decisão unilateral, rescindiu o contrato direitos de transmissão de TV fechada, que tinha vigência até 2024. Consequentemente no mês de dezembro de 2021 o **Clube** assinou o contrato com a Globo referente aos direitos de transmissão da TV fechada para as temporadas de 2022 a 2024.

Em 2021 o saldo corresponde às antecipações relacionadas às luvas do contrato de televisionamento das cotas do campeonato brasileiro referente a TV aberta e PPV (Pay-Per-View) das temporadas restantes de 2022 a 2024.

Em 2020 o saldo corresponde às antecipações relacionadas às luvas do contrato de televisionamento do campeonato paulista (Federação Paulista de Futebol) e cotas de transmissão da semifinal da Libertadores (Conmebol), além das cotas do campeonato brasileiro das temporadas restantes de 2021 a 2024.

Publicidade e patrocínio

Em decorrência da rescisão unilateral da Turner, comentada acima, o saldo referente a propriedade de marketing foi reconhecido no resultado de 2021.

Em 2021 o **Clube** assinou contrato de cessão de direitos de propriedade de marketing relacionados a "Fan Tokens" para uso em aplicativo e plataformas. Os valores antecipados serão reconhecidos ao resultado do exercício, como receitas de patrocínios, de acordo com o regime de competência.

Transações com atletas

Em 2021 o saldo corresponde, substancialmente, a venda de direitos econômicos de atleta do futebol profissional, sendo que a transferência definitiva ocorrerá em 2022.

Em 2020 o saldo corresponde aos direitos de preferência e cessão temporária de direitos federativos de atletas do futebol profissional.

2.1.13. PARTES RELACIONADAS (CIRCULANTE E NÃO CIRCULANTE)

Partes relacionadas	Modalidade	2021	2020
Crefisa S/A - Crédito Financiamento e Investimentos	Empréstimo	119.522	–
		119.522	–
Circulante		8.691	–
Não Circulante		110.831	–
		119.522	–

Crefisa S/A - Crédito Financiamentos e Investimentos

Com base nos aditivos contratuais celebrados em 2018 entre o **Clube** e sua patrocinadora master, Crefisa S/A - Crédito, Financiamento e Investimentos, determinadas transações realizadas originalmente como patrocínios foram alteradas para empréstimos vinculados à aquisição de determinados atletas do futebol profissional. Com isso, foi reconhecido nesta rubrica o saldo da obrigação a pagar acrescido de encargos financeiros (CDI) devidos até a data do balanço.

A liquidação desta dívida ocorrerá nas seguintes condições e prazos previstos nos correspondentes aditivos contratuais:

a) Em caso de venda do atleta: restituição do saldo devedor (principal e juros) será realizada após o recebimento deste pelo **Clube**. Caso o valor do recebimento seja menor que o saldo da dívida, o **Clube** deverá efetuar o pagamento da diferença em até 24 meses;

b) Em caso de término definitivo do vínculo trabalhista: O saldo devedor (principal e juros) será liquidado em até 02 anos contados da data do término definitivo do vínculo trabalhista entre **Clube** e atleta.

Em 2021 foi amortizado o montante de **R$ 47.489** (**R$ 14.932** - 2020) através do encontro de contas entre valores de premiações de conquistas esportivas a receber da Crefisa e pelo repasse de recursos oriundos das vendas/cessão temporária de jogadores realizadas durante o exercício. O passivo circulante corresponde ao saldo de **R$ 8.691** (**R$ 6.747** - 2020) que sua liquidação está condicionada ao recebimento dos valores pela venda de atletas durante o exercício de 2022.

A liquidação do saldo restante de **R$ 110.831** (**R$ 154.635**- 2020), apresentado no passivo não circulante, corresponde aos empréstimos vinculados a outros atletas e o seu pagamento está condicionado ao término do contrato de trabalho ou quando ocorrer a venda deles.

Em caso de inadimplemento pelo **Clube**, as receitas de bilheteria e patrocínios ficam condicionadas como garantia para a liquidação da correspondente dívida.

2.1.14. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, o **Clube** apresentava as seguintes contingências de naturezas trabalhista e cível e os correspondentes depósitos judiciais relacionados a essas contingências:

	2021			2020		
Natureza	**Valor da provisão**	**Depósito judicial**	**Contingência líquida**	**Valor da provisão**	**Depósito judicial**	**Contingência líquida**
Trabalhista	1.651	(1.722)	(71)	3.936	(3.323)	613
Cível	10.192	(3.757)	6.435	39.313	(24.771)	14.542
	11.843	(5.479)	6.364	43.249	(28.094)	15.155

A provisão foi constituída no montante estimado das ações classificadas como de perda provável pelos assessores jurídicos do **Clube** além de valores que a administração entende que a perda é provável.

As contingências acima estão apresentadas líquidas dos correspondentes depósitos judiciais, sendo que para os demais depósitos existentes correspondem a situações em que o **Clube** questiona a legitimidade de determinadas ações movidas contra si, e, por conta destes questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores foram depositados em juízo, não havendo reconhecimento de contingência, conforme entendimento jurídico. A movimentação da provisão neste exercício é assim demonstrada:

	Trabalhista	Cível	Total
Saldo Inicial	**3.936**	**39.313**	**43.249**
Provisões realizadas	1.466	6.023	7.489
(–) Reversão de provisão	(1.346)	(2)	(1.348)
(–) Reversão por acordo	(2.405)	(35.142)	(37.547)
	1.651	**10.192**	**11.843**

Reversão de provisão

Corresponde às provisões contabilizadas em exercícios anteriores e revertidas ao resultado do exercício de 2021, por mudança de classificação da perda provável para possível.

Reversão por acordo

Em 2020 foi constituída a provisão de **R$ 34.804** referente ao processo cível movido pela A. Angeloni & Cia. Ltda. Em 2021 foi realizado o acordo judicial entre as partes (**Clube**/Angeloni), no montante de **R$ 50.467,** e a provisão constituída em 2020 foi revertida para rubrica de contas a pagar (nota 2.1.10.3).

Contingências classificadas como perdas possíveis

O **Clube** possui passivos contingentes de naturezas tributárias, cíveis e trabalhistas, relacionadas, substancialmente, a danos morais e materiais, pagamentos de verbas rescisórias, FGTS, adicionais salariais, direitos de imagem e direito de arena. Tais processos foram classificados pelos assessores jurídicos como possíveis, e, em consonância com as práticas contábeis brasileiras, não foram registradas provisões. O montante estimado perfaz em **R$ 201.722** (**R$ 273.836** - 31/12/2020).

Processos de arbitragem

O **Clube** e a Real Arenas Empreendimentos Imobiliários Ltda. são partes em procedimento arbitral envolvendo diversos aspectos relacionados à construção e exploração da Arena Allianz Parque, de acordo com a Escritura Pública de Constituição de Direito Real de Superfície e Outras Avenças firmada entre as partes. Conforme informações de nossos assessores jurídicos, o processo possui a seguinte situação:

O procedimento se encontra em fase pericial - cujo objeto não pode ser exposto no presente documento em razão da já mencionada confidencialidade inerente ao instituto da arbitragem, não sendo possível estimar os valores envolvidos, prazos e se os desfechos serão favoráveis e/ou desfavoráveis ao **Clube.**

Demais passivos contingentes

Não é de conhecimento da administração e de seus assessores jurídicos da existência de qualquer processo administrativo ou judicial de natureza fiscal, cível e trabalhista expedido contra o **Clube** até o encerramento dessas demonstrações financeiras.

2.1.15. DIREITOS DE TRANSMISSÃO

	2021	2020
Receita Bruta	**Futebol profissional**	**Futebol profissional**
Campeonato Paulista	30.982	27.744
Campeonato Brasileiro	195.590	88.408
Copa do Brasil	1.744	12.914
Taça Libertadores da América	37.461	37.275
Transmissão Internacional	1.853	2.904
	267.630	169.245
(–) Deduções da Receita Bruta		
(–) INSS retido sobre as receitas	(13.446)	(8.452)
(–) Direito de arena retido sobre as receitas	(10.780)	(6.915)
	(24.226)	(15.367)
Receita Líquida	243.404	153.878

Parte das receitas dos direitos de transmissão do Campeonato Brasileiro da temporada de 2020 foi reconhecida em 2021 em função do término do campeonato.

2.1.16. PUBLICIDADE E PATROCÍNIOS

	2021			2020			
	Futebol profissional	**Futebol amador**	**Total**	**Futebol profissional**	**Futebol amador**	**Clube social e esportes amadores**	**Total**
Receita Bruta							
Patrocinador master	86.000	–	86.000	89.130	–	–	89.130
Propriedade de marketing	74.977	–	74.977	31.704	–	1	31.705
Outros	23.657	29	23.686	–	24	–	24
	184.634	29	184.663	120.834	24	1	120.859
(–) Deduções da Receita Bruta							
(–) INSS retido sobre as receitas	(8.867)	(1)	(8.868)	(5.835)	–	–	(5.835)
	(8.867)	(1)	(8.868)	(5.835)	–	–	(5.835)
Receita Líquida	175.767	28	175.795	114.999	24	1	115.024

Propriedade de marketing

A variação entre os exercícios decorre, principalmente, em função das receitas de propriedade de marketing reconhecidas em 2021, tendo em vista a rescisão unilateral da Turner.

Outros

Correspondem, substancialmente, as receitas de propriedades de marketing envolvendo placas publicitárias do Campeonato Paulista e Brasileiro e "Fan Tokens" para uso em aplicativo e plataformas.

2.1.17. ARRECADAÇÃO DE JOGOS

	2021		2020		
Receita Bruta	**Futebol profissional**	**Total**	**Futebol profissional**	**Futebol amador**	**Total**
Campeonato Paulista	–	–	5.789	1	5.790
Campeonato Brasileiro	6.720	6.720	–	200	200
Copa do Brasil	–	–	–	–	–
Taça Libertadores da América	8.153	8.153	1.900	–	1.900
Amistoso	–	–	–	6	6
Participação sobre renda	45	45	643	–	643
Outros	–	–	357	–	357
	14.918	14.918	8.689	207	8.896
(–) Deduções da Receita Bruta					
(–) Inss retido sobre as receitas	(744)	(744)	(384)	(3)	(387)
(–) Direito de Arena retido sobre receitas	(336)	(336)	(384)	–	(384)
(–) Prom. Desenvolv. do Futebol Paulista (FPF)	–	–	(116)	–	(116)
(–) Ingresso sócio torcedor - Avanti	(1.616)	(1.616)	(1.844)	–	(1.844)
(–) Cancelamentos, descontos e abatimentos	–	–	(2)	(7)	(9)
	(2.696)	(2.696)	(2.730)	(10)	(2.740)
Receita Líquida	12.222	12.222	5.959	197	6.156

Devido à COVID-19, entre março de 2020 e outubro de 2021, o público ficou restrito ao acesso nos estádios, consequentemente não houve venda de ingressos durante este período.

2.1.18. NEGOCIAÇOES COM ATLETAS

31.12.2021

Entidade	Atleta	Descrição	Valor
Associazione Sportiva Roma	Matías Nicolás Viña Susperreguy	Futebol Profissional	60.454
Al-Duhail Sports Club	Eduardo Pereira Rodrigues	Futebol Profissional	24.740
Changchun Yatai Fc	Erik Nascimento de Lima	Futebol Profissional	12.240
Red Bull Bragantino Futebol Ltda.	Victor Hugo Santana Carvalho	Futebol Amador	8.761
Hitachi Kashiwa Reysol Co. Ltda.	Emerson Raymundo dos Santos	Futebol Profissional	8.256
Grêmio Foot-Ball Portoalegrense	Miguel Ángel Borja Hernandez	Futebol Profissional	5.997
Fc Midtjylland A/S	José Carlos Ferreira Junior	Futebol Profissional	4.972
Clube Atlético Mineiro	Hyoran Kauê Dalmoro	Futebol Profissional	3.750
Betriebsgesellschaft Fcz Ag	Nathan Raphael Pelae Cardoso	Futebol Amador	2.471
Major League Soccer L.L.C.	Lucas Esteves Souza	Futebol Amador	249
	Direito de Preferência	Futebol Amador	6.296
	Mecanismo de Solidariedade	Futebol Amador	962
Total			139.148

31.12.2020

Entidade	Atleta	Descrição	Valor
Futbol Club Barcelona	Matheus Fernandes Siqueira	Futebol Profissional	49.204
Ittihad Club	Bruno Henrique Corsini	Futebol Profissional	26.692
Trabzonspor Kulübü	Vitor Hugo Franchescoli de Souza	Futebol Profissional	21.147
Al-Duhail Sports Club	Eduardo Pereira Rodrigues	Futebol Profissional	20.764
FC Basel 1893 Ag	Arthur Mendonça Cabral	Futebol Profissional	13.157
Grêmio Foot-Ball Porto Alegrense	Diogo Barbosa Mendanha	Futebol Profissional	9.800
Major League Soccer L.L.C	Antônio Carlos Cunha Capocasali Junior	Futebol Profissional	4.366
	Mecanismo de Solidariedade	Futebol Amador	2.327
	Direito de Preferência	Futebol Profissional	1.136
Total			148.593

2.1.19. SÓCIO TORCEDOR AVANTI

	2021	2020
Receita Bruta	**Futebol profissional**	**Futebol profissional**
Mensalidades	20.776	22.464
Outros	90	49
	20.866	**22.513**
(–) Deduções da Receita Bruta		
(–) Cancelamentos, descontos e abatimentos	(2.080)	(157)
	(2.080)	(157)
Receita Líquida	18.786	22.356

2.1.20. PREMIAÇÕES

	2021			2020		
Receita Bruta	**Futebol profissional**	**Futebol amador**	**Total**	**Futebol profissional**	**Futebol amador**	**Total**
Campeonato Paulista	1.455	–	1.455	9.200	–	9.200
Campeonato Brasileiro	32.842	100	32.942	–	–	–
Copa do Brasil	38.552	–	38.552	22.000	–	22.000
Taça Libertadores da América	194.976	–	194.976	–	–	–
Outros	15.931	–	15.931	–	6	6
	283.756	100	283.856	31.200	6	31.206
(–) Deduções da Receita Bruta						
(–) Inss retido sobre as receitas	(14.188)	(5)	(14.193)	(1.560)	–	(1.560)
(–) Direito de arena retido sobre as receitas	(11.860)	–	(11.860)	(1.100)	–	(1.100)
	(26.048)	(5)	(26.053)	(2.660)	–	(2.660)
Receita Líquida	257.708	95	257.803	28.540	6	28.546

Campeonato Paulista

Em 2020 as receitas com premiações correspondem a conquista do campeonato paulista.

Campeonato Brasileiro

Em função do campeonato de 2020 ter encerrado em 2021, a receita de premiação da performance esportiva da TV aberta foi reconhecida em 2021.

Copa do Brasil

A receita de 2020 representa a classificação para a final. Em 2021 o saldo da premiação referente a conquista da temporada 2020.

Libertadores da América

Em função do campeonato de 2020 ter encerrado em 2021, bem como pela conquista da temporada 2021, as receitas de premiação foram reconhecidas neste exercício.

Outros

Representa as premiações pelas participações dos torneios Mundial de Clubes da FIFA, Supercopa e Recopa.

2.1.21. ARRECADAÇÃO SOCIAL

	2021	2020
Receita Bruta	**Clube social e esportes amadores**	**Clube social e esportes amadores**
Mensalidades	32.760	30.834
Taxas de atividades esportivas	3.323	2.193
Outros	1.194	856
	37.277	**33.883**
(–) Deduções da Receita Bruta		
(–) Cancelamentos, descontos e abatimentos	(2.741)	(1.232)
	(2.741)	(1.232)
Receita Líquida	34.536	32.651

2.1.22. LICENCIAMENTOS DE MARCA E FRANQUIAS

	2021	2020
Receita Bruta	**Futebol profissional**	**Futebol profissional**
Produtos	13.223	11.547
Lojas e escolinhas	1.243	1.169
	14.466	12.716
(–) Deduções da Receita Bruta		
(–) Inss retido sobre as receitas	(688)	(596)
	(688)	(596)
Receita Líquida	13.778	12.120

2.1.23. RENDAS DIVERSAS

	2021				2020			
Receita Bruta	**Futebol profissional**	**Futebol amador**	**Clube social e esportes amadores**	**Total**	**Futebol profissional**	**Futebol amador**	**Clube social e esportes amadores**	**Total**
Contrato de superfícies - Arena	–	–	4.394	4.394	–	–	8.309	8.309
Outros	89	385	8.073	8.547	458	120	1.460	2.038
	89	385	12.467	12.941	458	120	9.769	10.347
(–) Deduções da Receita Bruta								
(–) Inss retido sobre as receitas	(4)	(5)	–	(9)	(5)	–	–	(5)
	(4)	(5)	–	(9)	(5)	–	–	(5)
Receita Líquida	85	380	12.467	12.932	453	120	9.769	10.342

Contrato de superfícies - Arena

Trata-se das receitas reconhecidas contra a Real Arenas, previstas na "Escritura Pública de Constituição de Direito Real de Superfície e Outras Avenças".

Outros: Do saldo de 2021, **R$ 6.347** corresponde ao recebimento do acordo realizado com o Governo do Estado de São Paulo referente a precatórios.

2.1.24. PESSOAL E ENCARGOS

	2021				2020			
Despesas com pessoal	**Futebol profissional**	**Futebol amador**	**Clube social e esportes amadores**	**Total**	**Futebol profissional**	**Futebol amador**	**Clube social e esportes amadores**	**Total**
Salários e Benefícios	(120.704)	(3.397)	(27.362)	(151.463)	(97.155)	(2.467)	(20.888)	(120.510)
Encargos	(15.204)	(332)	(2.772)	(18.308)	(11.977)	(68)	(1.826)	(13.871)
Premiação	(127.789)	(824)	(4.616)	(133.229)	(22.660)	(603)	(287)	(23.550)
Provisão 13º e Férias	(30.603)	(546)	(5.681)	(36.830)	(30.441)	(84)	(5.524)	(36.049)
	(294.300)	**(5.099)**	**(40.431)**	**(339.830)**	**(162.233)**	**(3.222)**	**(28.525)**	**(193.980)**

2.1.25. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	2021				2020			
	Futebol profissional	**Futebol amador**	**Clube social e esportes amadores**	**Total**	**Futebol profissional**	**Futebol amador**	**Clube social e esportes amadores**	**Total**
Serviços de terceiros	(16.862)	(2.400)	(11.631)	(30.893)	(9.233)	(1.910)	(7.327)	(18.470)
Energia elétrica/água/telefone/gás	(3.288)	(9)	(4.612)	(7.909)	(2.509)	(27)	(4.080)	(6.616)
Materiais de consumo	(6.061)	(673)	(2.209)	(8.943)	(3.516)	(549)	(1.346)	(5.411)
Conservação geral	(2.306)	(832)	(3.535)	(6.673)	(816)	(721)	(2.664)	(4.201)
Jogos, Torneios, Atletas e Federações	(2.953)	(643)	(844)	(4.440)	(247)	(257)	(907)	(1.411)
Viagens, estadias e refeições	(16.222)	(1.406)	(3.628)	(21.256)	(8.245)	(2.412)	(1.575)	(12.232)
Propaganda e Publicidades	(227)	–	(29)	(256)	(438)	–	(15)	(453)
Acordos e despesas legais e judiciais	(930)	–	(16.419)	(17.349)	(126)	(1)	(11.383)	(11.510)
Seguros, impostos e taxas	(383)	(25)	(242)	(650)	(178)	(32)	(166)	(376)
Perdas com créditos de liquidação duvidosa	(9.089)	–	(25.136)	(34.225)	(60)	–	(4.217)	(4.277)
Contingências líquidas	–	–	(6.141)	(6.141)	–	–	(31.968)	(31.968)
Outras	(9.259)	(1.415)	(2.314)	(12.988)	(2.766)	(4.121)	(1.657)	(8.544)
Total	(67.580)	(7.403)	(76.740)	(151.723)	(28.134)	(10.030)	(67.305)	(105.469)

continua —☆

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2021

CNPJ: 61.750.345/0001-57

continuação

2.1. NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

2.1.26. RESULTADO FINANCEIRO

	2021				2020			
Receitas financeiras	Futebol profissional	Futebol amador	Clube social e esportes amadores	Total	Futebol profis-sional	Futebol amador	Clube social e esportes amadores	Total
Variação cambial ativa	35.240	1	–	35.241	52.760	–	–	52.760
Juros ativos	1.362	–	141	1.503	32	–	30	62
Outras Receitas	1	–	161	162	111	8	129	248
Total receitas financeiras	36.603	1	302	36.906	52.903	8	159	53.070
Despesas financeiras								
Variação cambial passiva	(38.714)	(2)	–	(38.716)	(90.235)	–	–	(90.235)
Encargos sobre empréstimos	(5.628)	–	–	(5.628)	(4.198)	–	–	(4.198)
Operações de Câmbio	(17.106)	(10)	(31)	(17.147)	(11.601)	(82)	(40)	(11.723)
Despesas bancárias	(51)	–	(117)	(168)	–	–	(123)	(123)
Desconto concedidos	(12.401)	–	–	(12.401)	(21)	–	(67)	(88)
IRRF sobre aplicações financeiras	–	–	(14)	(14)	–	–	(19)	(19)
Outras despesas financeiras	(3.082)	(1)	(6.059)	(9.142)	(2.147)	(3)	(4.953)	(7.103)
Total despesas financeiras	(76.982)	(13)	(6.221)	(83.216)	(108.202)	(85)	(5.202)	(113.489)
Resultado financeiro	(40.379)	(12)	(5.919)	(46.310)	(55.299)	(77)	(5.043)	(60.419)

2.1.27. GESTÃO DE RISCO E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

2.1.27.1. Fatores de risco financeiro

As atividades do **Clube** a expõe a alguns riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda, risco de taxa de juros, e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. A gestão de risco busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro do **Clube**.

a) Risco de mercado

(i) Risco cambial

O **Clube** atua internacionalmente realizando transações de compra e vendas de atletas e está exposto ao risco cambial principalmente decorrente da variação cambial do dólar dos Estados Unidos e do euro.

O **Clube** não possui instrumentos derivativos para a cobertura de riscos cambiais.

(ii) Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade do **Clube** sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. As taxas de juros sobre empréstimos estão mencionadas na nota 2.1.9. O **Clube** não possui instrumentos derivativos para cobertura de riscos de taxas de juros.

b) Risco de crédito

Com relação às contas a receber, o **Clube** está principalmente exposto a valores a receber de outros clubes por venda de atletas e receitas de associados. As contas a receber de clubes estão sujeitas aos riscos normais de inadimplência de mercado. Contudo, além de todos os procedimentos normais de cobrança (administrativas ou federais), o **Clube** ainda pode acionar o órgão regulador do futebol internacional (FIFA) caso não receba os valores acordados por uma transação, podendo acarretar sanções esportivas ao devedor. Para fazer face às possíveis perdas com créditos de liquidação duvidosa, foram constituídas provisões cujo montante é considerado suficiente pela administração para a cobertura de eventuais perdas na realização de contas a receber.

c) Risco de liquidez

É o risco de o **Clube** não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros em decorrência de descasamento de prazo ou de montantes entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas periodicamente pela área financeira, visando assegurar que exista caixa suficiente para atender às necessidades de suas atividades.

2.1.28. SEGUROS

O **Clube** mantém cobertura de seguros, cujos valores contratados são estipulados em bases técnicas, que se estimam adequadas para cobrir eventuais sinistros envolvendo seus ativos. Também são contratados seguros relativos a atletas profissionais, conforme determina a Lei nº 9.615/98.

GESTÃO

DIRETORIA EXECUTIVA

PRESIDENTE
Leila Mejdalani Pereira

1º VICE-PRESIDENTE
Paulo Roberto Buosi

2º VICE-PRESIDENTE
Maria Tereza Bellangero

3º VICE-PRESIDENTE
Neive de Andrade

4º VICE-PRESIDENTE
Tarso Gouveia

CONSELHO DELIBERATIVO

PRESIDENTE
Seraphim Carlos Del Grande

VICE-PRESIDENTE
Alcyr Ramos da Silva Junior

CONSELHO DE ORIENTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

PRESIDENTE
Tommaso Mancini

VICE-PRESIDENTE
Carlos Ricardo Degon

AUDITORIA INTERNA

DIRETOR DE AUDITORIA INTERNA
Wilson Toshiro Nakamura

DIRETORIA DE GESTÃO E FINANÇAS

DIRETOR DE FINANÇAS
Davi Ricardo Gueldini

DIRETOR TESOUREIRO
Enrique Tadeu Jussio Guillen

DIRETOR EXECUTIVO DE GESTÃO E FINANÇAS
Cristiano Koehler

GERENTE DE GESTÃO
Rogério Ortega

CONTROLADORIA

GERENTE DE CONTROLADORIA
Daniel Rodrigo de Sousa Santos

CONTADORA
Joelma dos Santos - 1SP270137/O-0

GERENTE FINANCEIRO
Bruno Gonçalves Marques Silveira

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos administradores, conselheiros e associados
Sociedade Esportiva Palmeiras
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da **Sociedade Esportiva Palmeiras** ("**Clube**"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Sociedade Esportiva Palmeiras** em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades sem finalidade de lucros (ITG 2002 (R1)) e às entidades desportivas (ITG 2003 (R1)).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao **Clube**, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Processo de arbitragem

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2.1.14 às demonstrações financeiras que menciona a existência de processo de arbitragem envolvendo o **Clube** e a Real Arenas Empreendimentos Imobiliários S.A., e que, segundo informações dos assessores jurídicos do **Clube**, não é possível estimar o desfecho e os possíveis efeitos deste processo nas demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Nossa opinião não contém modificação relacionada a este assunto.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, apresentadas para fins de comparação, foram por nós auditadas e sobre elas emitimos relatório datado de 01 de fevereiro de 2021, contendo opinião não modificada e mesma ênfase sobre processo de arbitragem descrita neste relatório.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração do **Clube** é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre este relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante.

Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar este fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração do **Clube** é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem finalidade de lucros (ITG 2002 (R1)) e às entidades desportivas (ITG 2003 (R1)), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o **Clube** continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o **Clube** ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do **Clube** são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do **Clube**.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do **Clube**. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o **Clube** a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

GF

São Paulo, SP, 14 de fevereiro de 2022

GF Auditores Independentes
CRC 2SP 025248/O-6

Marco Antonio Gouvêa de Azevedo
Contador - CRC 1SP 216678/O-6

LPSB B3 LISTED NM IBRA B3 IGC B3 IGC-NM B3 IGCT B3 IMOB B3 ITAG B3 SMLL B3

LPSBrasil

LPS BRASIL Consultoria de Imóveis S.A. e Controladas

Companhia Aberta de Capital Autorizado - CNPJ/MF 08.078.847/0001-09

Lopes

AVISO

As demonstrações financeiras apresentadas a seguir são demonstrações resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da Companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável. As demonstrações financeiras completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, estão disponíveis nos seguintes endereços eletrônicos. https://www.estadao.com.br; https://ri.lopes.com.br; https://www.gov.br/cvm/pt-br; https://www.b3.com.br/pt_br.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas, Em cumprimento às disposições legais e estatutárias em vigor, a Administração da LPS Brasil S.A. vem apresentar seus comentários e resultados referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021. Os valores estão expressos em R$ mil, exceto quando indicado, e de acordo com disposto na Lei das Sociedades por Ações e normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários. Os comentários da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas e devem ser lidos em conjunto com as respectivas Notas Explicativas. **DESCRIÇÃO DOS NEGÓCIOS:** A LPS Brasil (Lopes ou Companhia) é reconhecida pelo mercado como a principal plataforma de intermediação imobiliária, com liderança de longo prazo no mercado de lançamentos, além de uma rede de franquias com sólido crescimento nos últimos anos, reconhecida com o selo de excelência em franchising da ABF. A Companhia também possui a CrediPronto, uma *joint venture* com o Banco Itaú, focada na oferta e promoção de financiamentos de imóveis, reconhecida como um dos principais players desse segmento. A atividade de intermediação imobiliária se divide entre o mercado primário, ou seja, novos lançamentos imobiliários, e o mercado secundário, de imóveis usados. A subsidiária Lopes Consultoria Imobiliária, empresa que atua há mais de 85 anos no mercado de São Paulo, e as empresas controladas adquiridas nos últimos anos, praticam corretagem e intermediação imobiliária, atuando prioritariamente em lançamentos. O desempenho da Lopes neste mercado é refletido na proximidade conquistada com os clientes incorporadores, listados e não listados, fato que diversifica o portfólio de produtos oferecidos, que atendem demandas de diferentes segmentos de renda, para clientes em diferentes fases da vida. A empresa acredita possuir a rede de franquias que mais origina negócios imobiliários no país, com mais de 280 mil imóveis disponíveis para intermediação, através de 124 lojas franqueadas distribuídas em 16 estados brasileiros e no Distrito Federal. Neste modelo, as lojas pagam à Lopes royalties sobre as intermediações realizadas. Além disso, estas franquias, em conjunto com as 18 lojas próprias da Companhia, formam a Rede Lopes, onde os imóveis podem ser comercializados entre todos os seus membros de maneira integrada. Através da CrediPronto, a Companhia atua exclusivamente com o Banco Itaú na oferta de financiamentos imobiliários, contando com uma plataforma rápida e integrada de crédito, e oferecendo serviços completos para seus clientes compradores. Contratualmente, a Lopes faz jus ao recebimento de uma comissão de 1% sobre o volume financiado, mais 50% sobre os resultados da operação (*profit-sharing* do P&L virtual). Após o *follow-on* no 2º semestre de 2019, a Companhia fundou o Lopes Labs, seu *hub* de inovação e tecnologia, responsável por liderar o processo de transformação digital da Lopes, além de desenvolver ferramentas e diferenciais competitivos para os franqueados, corretores associados e, principalmente, clientes incorporadores, vendedores e compradores de imóveis. **PRINCIPAIS FATOS OPERACIONAIS E FINANCEIROS DE 2021:** O ano de 2021 iniciou com perspectivas positivas por parte da Companhia, refletidas, por exemplo, no *guidance* operacional de R$ 7,4 bilhões em lançamentos ajustados à participação da Companhia, a serem realizados durante o exercício anual. Além disso, as expectativas para a Rede de franquias e para a CrediPronto também se mostravam bastante positivas, em decorrência do movimento de queda acentuada dos juros, variável extremamente relevante para o desempenho do mercado secundário e, consequentemente, dos financiamentos imobiliários. Em relação à performance da Companhia no mercado primário, especialmente no contexto das operações próprias, houve superação do *guidance* operacional de lançamentos projetado, totalizando R$ 9,4 bilhões, já ajustados pela participação da Lopes nos empreendimentos. Os lançamentos mantiveram a sazonalidade histórica do mercado imobiliário, concentrando 40% no 1º semestre e 60% no 2º semestre, com destaque para o 4º Trimestre, que concentrou 37% do total lançado no ano. Em termos de intermediação das operações próprias, o volume total atingiu R$ 4,7 bilhões, sendo 46% no 1º semestre e 54% no 2º semestre. Um segmento de bastante destaque operacional na Companhia no exercício de 2021 foi o de franquias, através da Rede Lopes. Pela primeira vez, o VGV anual das franquias superou o VGV das operações próprias da Companhia, atingindo R$ 5,3 bilhões, um crescimento de 55% em comparação ao ano de 2020. Além da performance positiva nas intermediações, a Rede Lopes presenciou, em 2021, seu melhor ano em termos de abertura de novas lojas, terminando o exercício com 124 lojas em operação, crescimento de 57% em 12 meses. A Companhia destaca também o aumento no *fee* médio de royalties, que atingiu 0,46% no 4º trimestre. Por fim, em relação aos segmentos de atuação da Companhia, precisamos destacar o excelente ano da CrediPronto, que, mais uma vez, teve crescimento superior à média de mercado, aumentando seu market share e consolidando-se como a 4ª maior operação privada de crédito imobiliário. No ano de 2021, a Credipronto originou 6,0 bilhões em financiamentos imobiliários, 102% de aumento em comparação ao ano de 2020. O saldo médio da carteira da Credipronto terminou o ano em R$ 11,7 bilhões, crescimento de 51% em 12 meses. **PRINCIPAIS INDICADORES DE RESULTADO EM 2021:** O VGV total da Companhia em 2021 atingiu o total de R$ 10 bilhões, dos quais R$ 4,7 bilhões são referentes ao segmento de intermediação de operações próprias e R$ 5,3 bilhões foram originados pelo segmento de franquias. Considerando o montante total, houve um aumento de 37% quando comparado ao ano de 2020. A receita bruta apresentou alta de 33% em comparação à 2020, resultando em um total de R$ 244,8 milhões em 2021, no qual R$ 175,6 milhões foram originados pelos serviços prestados, sendo intermediação imobiliária (53,5%), comissão por volume financiado da CrediPronto (34%) e recebimento de royalties das empresas franqueadas (12,5%); os demais R$ 69,2 milhões dividem-se em: R$14,5 milhões relativos à apropriação do direito de lavra assinado com o Itaú (*upfront* de R$ 290 milhões recebido em dez/2007, sem efeito caixa para a Companhia) e R$ 54,7 milhões relativos ao recebimento da participação da Companhia nos lucros da CrediPronto. A receita líquida acumulou R$ 222,6 milhões no mesmo período, aumento de 33% quando comparada à 2020. Os custos e despesas antes dos efeitos de IFRS totalizaram R$ 162,6 milhões em 2021 contra R$ 107,9 milhões em 2020, apresentando um aumento de 50,6%. Tal variação é majoritariamente explicada pelo comissionamento na ponta da originação do crédito imobiliário dos canais Lopes, uma decisão estratégica em decorrência da alta competitividade observada em 2021 no mercado de financiamento imobiliário. Houve também um impacto de despesas não recorrentes, relacionadas à baixas contábeis de investimento, no valor de R$ 4,5 milhões, resultando em uma despesa recorrente de R$ 158 milhões no período. O EBITDA da Companhia atingiu o valor de R$ 60 milhões em 2021, melhora de 7,8% em relação à 2020. Abaixo pode ser observada a reconciliação do EBITDA:

Reconciliação EBITDA

(R$ mil)	Exercício 2021	Exercício 2020
Lucro (Prejuízo) do período	57.152	13.060
IR e CS	6.958	16.558
Resultado Financeiro Líquido	(20.136)	5.956
Depreciação e Amortização	16.084	20.116
EBITDA	**60.058**	**55.690**
Reversão (Perda) por Impairment (Nota 20)	-	3.156
Despesas não recorrentes (Nota 20)	4.553	-
EBITDA ajustado	**64.611**	**58.846**

O resultado da Companhia, descontados os efeitos de IFRS, atingiu R$ 50,2 milhões, sendo R$ 13,7 milhões a participação dos acionistas controladores. Considerados os efeitos do IFRS, o resultado do período atingiu R$ 57,2 milhões, apresentando uma melhora de 338% quando comparado ao ano anterior. Dos R$ 57,2 milhões, R$ 13,4 milhões são atribuíveis aos acionistas não controladores e R$ 43,8 milhões são atribuíveis aos acionistas controladores. **RECURSOS HUMANOS:** Ao final do exercício de 2021, a LPS Brasil aumentou seu quadro de pessoal em relação à 2020, totalizando 555 funcionários. Além dos funcionários, a equipe Lopes também conta com corretores associados. As imobiliárias do Grupo Lopes realizam a corretagem em associação com estes corretores que atuam de forma independente. A associação entre corretores pessoas físicas e corretores pessoas jurídicas é disciplinada pelo art. 6º, parágrafos 2º, 3º e 4º da Lei 6.530/1978 (alterada pela Lei 13.097/2015). Atualmente a Companhia possui aproximadamente 13,9 mil corretores associados entre operações próprias e franquias. **ALIENAÇÃO DE PARTICIPAÇÃO SOCIETÁRIA:** Durante o ano de 2021, a LPS Brasil não alienou nenhuma de seus controladas. **PERSPECTIVAS E PLANOS PARA O EXERCÍCIO EM CURSO E OS FUTUROS/CONCLUSÃO:** O ano de 2021 foi de consolidação dos ganhos operacionais da Companhia, bem como a retomada dos seus patamares de lucratividade. A Lopes apresentou crescimento sustentável em todas suas unidades de negócio, consolidando ainda mais sua marca e presença no cenário imobiliário brasileiro. Apesar dos desafios alheios à Companhia para o ano de 2022, especificamente questões macroeconômicas como aumento dos juros e alta na inflação, além do cenário eleitoral, quando analisado o contexto interno e operacional da Lopes, enxergamos um futuro promissor e otimista. Em um mercado extremamente pulverizado e fragmentado, a Companhia se apresenta em condições cada vez melhores para expansão da sua atuação geográfica através das franquias, visando capturar VGV inorgânico, independentemente de eventuais oscilações no mercado imobiliário como um todo. Importante ressaltar também que a Companhia está cada vez mais preparada para fornecer aos franqueados, corretores associados e clientes, melhores ferramentas e experiências através das entregas do Lopes Labs, o que contribuirá para uma melhor percepção da marca e dos indicadores operacionais das unidades de negócio. Em resumo, a LPS Brasil está caminhando para um cenário no qual é possível alcançar incrementos de margem cada vez mais consistentes, sendo capaz de capturar uma fatia maior das transações do mercado imobiliário nacional, através de maior presença geográfica, de uma maior eficiência operacional e de um melhor uso de tecnologia. **MERCADO DE CAPITAIS:** A LPS Brasil terminou o ano de 2021 com 147.554.631 (cento e quarenta e sete milhões, quinhentas e cinquenta e quatro mil, seiscentas e trinta e uma) ações ordinárias. **GOVERNANÇA CORPORATIVA:** A Companhia possui suas ações listadas no Novo Mercado da B3, antiga BM&FBOVESPA, desde dezembro de 2006, sob o código de negociação LPSB3, cumprindo fielmente com seu regulamento e demais disposições impostas pela B3, CVM e outros órgãos reguladores. A Companhia está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme Cláusula Compromissória constante do seu estatuto social. **RELACIONAMENTO COM AUDITORES INDEPENDENTES:** Nos termos da Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, a Companhia informa que a sua política de contratação de prestação de serviços não relacionados à auditoria externa se substancia nos princípios que preservam a independência do auditor. Tais princípios se baseiam no fato de que o auditor independente não deve auditar seu próprio trabalho, não pode exercer funções gerenciais, não deve advogar por seu cliente ou prestar quaisquer outros serviços que sejam considerados proibidos pelas normas vigentes, mantendo desta forma a independência nos trabalhos realizados. Durante o ano de 2021, a Ernst & Young Auditores Independentes não prestou nenhum outro serviço, que não os relacionados à auditoria das informações financeiras trimestrais e anuais. **DECLARAÇÃO DA DIRETORIA:** Nos termos da Instrução Normativa CVM 480/09, a Diretoria da Companhia declara que revisou, discutiu e concordou com o relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Em milhares de reais - R$)

Ativos	Nota explicativa	Controladora 31.12.21	Controladora 31.12.20	Consolidado 31.12.21	Consolidado 31.12.20
Circulantes					
Caixa e equivalentes de caixa	5.a	251	166	41.710	32.116
Aplicações financeiras	5.b	-	-	70.232	108.636
Contas a receber de clientes	6	25	45	25.194	23.300
Impostos a compensar		-	-	7.655	2.018
Despesas antecipadas		-	1	35	96
Dividendos a receber	10.a	11.322	9.656	305	-
Contas a receber com alienação de entidades		4.109	2.074	4.247	2.882
Contas a receber do acordo associação Itaú		-	-	3.071	5.730
Outros ativos		4	52	5.213	1.567
Total dos ativos circulantes		**15.711**	**11.994**	**157.662**	**176.345**
Não Circulantes					
Opções de compra da participação de não controladores	10.a	35.949	14.303	56.185	31.677
Contas a receber de clientes	6	26	44	1.434	923
Imposto de renda e contribuição social diferidos	23	-	-	10.069	-
Contas a receber com partes relacionadas	10.a	9.116	9.257	403	403
Depósitos judiciais		819	796	4.911	4.592
Outros ativos		529	3.432	5.872	9.937
Investimentos em controladas e coligadas	8	258.578	257.914	14.884	12.448
Imobilizado	7	709	957	6.592	7.231
Intangível por ágio em aquisições	8	-	-	6.718	6.718
Outros ativos intangíveis	9	47.166	48.213	166.210	147.524
Total dos ativos não circulantes		**352.892**	**334.916**	**273.278**	**221.453**
Total dos Ativos		**368.603**	**346.910**	**430.940**	**397.798**

Passivos	Nota explicativa	Controladora 31.12.21	Controladora 31.12.20	Consolidado 31.12.21	Consolidado 31.12.20
Circulantes					
Empréstimos e financiamentos	14	-	-	-	2.000
Fornecedores		755	215	7.868	6.479
Obrigação de compra da participação de não controladores	10.a	17.061	7.260	20.571	10.510
Obrigações sociais e trabalhistas	11	4.516	760	15.797	5.434
Impostos e contribuições a pagar	12	22	15	2.675	3.298
Imposto de renda e contribuição social correntes	12	-	-	3.550	5.950
Dividendos a pagar	10.a	10.399	-	12.983	2.166
Aquisição de investimentos a pagar	10.a	85.979	114.377	1.054	1.901
Rendas a apropriar líquidas	15	60	60	11.500	11.500
Adiantamento de clientes		51	56	5.655	5.578
Arrendamento mercantil	13	24	24	4.417	4.879
Outros passivos		1.851	327	2.236	1.292
Total dos passivos circulantes		**120.720**	**123.094**	**88.316**	**61.007**
Não Circulantes					
Imposto de renda e contribuição social diferidos	23	9.092	6.011	12.413	8.153
Rendas a apropriar líquidas	15	30	90	66.762	78.262
Provisão para riscos legais	16	8.614	9.131	51.452	54.640
Provisão para perdas em controladas	8	35.076	32.834	-	-
Arrendamento mercantil	13	121	117	21.656	22.338
Total dos passivos não circulantes		**52.933**	**48.183**	**152.283**	**163.393**
Patrimônio Líquido					
Capital social	17.a	169.188	174.313	169.188	174.313
Reserva de capital	17.b	15.961	11.266	15.961	11.266
Ações em tesouraria	17.d	(18.765)	-	(18.765)	-
Prejuízos acumulados		-	(5.125)	-	(5.125)
Reserva de lucros		33.387	-	33.387	-
Ajustes de Avaliação Patrimonial	17.e	(4.821)	(4.821)	(4.821)	(4.821)
		194.950	175.633	194.950	175.633
Patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores		194.950	175.633	194.950	175.633
Acionistas não controladores	18	-	-	(4.609)	(2.235)
Total do patrimônio líquido		**194.950**	**175.633**	**190.341**	**173.398**
Total dos Passivos e do Patrimônio Líquido		**368.603**	**346.910**	**430.940**	**397.798**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Em milhares de reais - R$)

	Controladora 31.12.21	Controladora 31.12.20	Consolidado 31.12.21	Consolidado 31.12.20
Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício	43.786	(5.125)	57.152	13.060
Outros Resultados Abrangentes	-	-	-	-
Total do Resultado Abrangente do Exercício	43.786	(5.125)	57.152	13.060
Atribuível aos:				
Acionistas controladores	43.786	(5.125)	43.786	(5.125)
Acionistas não controladores	-	-	13.366	18.185

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Em milhares de reais - R$, exceto o lucro líquido por ação)

	Nota explicativa	Controladora 31.12.21	Controladora 31.12.20	Consolidado 31.12.21	Consolidado 31.12.20
Receita operacional líquida	19	-	-	**222.612**	**166.770**
Custo dos serviços prestados	22	-	-	(39.113)	(24.316)
Lucro Bruto		-	-	**183.499**	**142.454**
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas com vendas	22	-	-	(34.182)	(25.559)
Despesas gerais e administrativas	22	(13.124)	(9.855)	(73.332)	(47.229)
Remuneração da Administração	22	(11.006)	(8.339)	(17.143)	(11.482)
Despesas com depreciações e amortizações	22	(3.465)	(5.371)	(16.084)	(20.116)
Resultado da equivalência patrimonial	8	61.149	24.847	3.588	2.097
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	20	1.714	(2.985)	(2.372)	(4.591)
Lucro (Prejuízo) operacional antes do resultado financeiro		**35.269**	**(1.703)**	**43.974**	**35.574**
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	21	34.873	11.628	52.989	25.818
Despesas financeiras	21	(23.275)	(19.644)	(32.853)	(31.774)
		11.598	(8.016)	20.136	(5.956)
Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		**46.867**	**(9.719)**	**64.110**	**29.618**
Imposto de renda e contribuição social					
Correntes	23	-	-	(12.767)	(22.162)
Diferidos	23	(3.081)	4.594	5.809	5.604
		(3.081)	4.594	(6.958)	(16.558)
Lucro (Prejuízo) do exercício		**43.786**	**(5.125)**	**57.152**	**13.060**
Atribuível aos:					
Acionistas controladores		43.786	(5.125)	43.786	(5.125)
Acionistas não controladores		-	-	13.366	18.185
		43.786	(5.125)	57.152	13.060
Prejuízo do exercício por ação					
Lucro / (prejuízo) por ação - básico R$	26	0,31059	(0,03473)	0,31059	(0,03473)
Lucro / (prejuízo) por ação - diluído R$	26	0,31059	(0,03473)	0,31059	(0,03473)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - CONTROLADORA E CONSOLIDADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Em milhares de reais - R$)

	Nota explicativa	Capital social	Reserva de capital	Ações em tesouraria	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Reserva de lucros	Lucros ou (Prejuízos) Acumulados	Total do patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores	Acionistas não controladores	Total do Patrimonio líquido Consolidado
Saldos em 31 de Dezembro de 2019		179.730	9.199	-	(4.821)	-	(5.516)	178.592	(1.091)	177.501
Aumento de capital	18							-	2.960	2.960
Gastos com emissão de ações	17.a	99	-	-	-	-	-	99	-	99
Redução de capital	17.a	(5.516)	-	-	-	-	5.516	-	-	-
Constituição de reserva de capital - Opções outorgadas reconhecidas	24	-	2.067	-	-	-		2.067	-	2.067
Dividendos	18	-	-	-	-	-		-	(21.490)	(21.490)
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício							(5.125)	(5.125)	18.185	13.060
Proposta para destinação do lucro do exercício										
Dividendos mínimos obrigatório	18	-	-	-	-	-	-	-	(799)	(799)
Saldos em 31 de Dezembro de 2020		174.313	11.266	-	(4.821)	-	(5.125)	175.633	(2.235)	173.398
Aumento de capital	18	-	-	-	-	-	-	-	3.228	3.228
Recompra de ações	17.d	-	-	(20.034)	-	-	-	(20.034)	-	(20.034)
Alienação de ações em tesouraria	17.d	-	(305)	1.269				964	-	964
Redução de capital	17.a	(5.125)	-	-	-	-	5.125	-	(417)	(417)
Constituição de reserva de capital - Opções outorgadas reconhecidas	24	-	5.000	-	-	-		5.000	-	5.000
Dividendos	18	-	-	-	-	-		-	(16.786)	(16.786)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	43.786	43.786	13.366	57.152
Proposta para destinação do lucro do exercício								-		
Constituição da reserva legal	17.f	-	-	-	-	2.189	(2.189)	-	-	-
Dividendos mínimos obrigatório	17.f	-	-	-	-	-	(10.399)	(10.399)	(1.765)	(12.164)
Constituição de reservas	17.f	-	-	-	-	31.198	(31.198)	-	-	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2021		169.188	15.961	(18.765)	(4.821)	33.387	-	194.950	(4.609)	190.341

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Em milhares de reais - R$)

	Controladora 31.12.21	Controladora 31.12.20	Consolidado 31.12.21	Consolidado 31.12.20
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais				
Lucro (Prejuízo) do Exercício	**43.786**	**(5.125)**	**57.152**	**13.060**
Ajustes para reconciliar o prejuízo do exercício com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:				
Resultado de equivalência patrimonial	(61.149)	(24.847)	(3.588)	(2.097)
Depreciações e amortizações	3.465	5.371	16.448	20.116
Provisão para perdas estimadas de créditos de liquidação duvidosa	(20)	93	(1.226)	3.751
Provisão para riscos legais, líquidas	2.117	373	13.841	18.677
Provisão para participação nos resultados	8.687	2.778	14.948	470
Despesa com outorga de opções	5.000	2.067	5.000	2.067
Redução de ativos por valor recuperável	-	3.156	-	3.156
Resultado financeiro, líquido	(11.207)	8.008	(18.864)	12.658
Outras perdas de ativos	638	-	4.607	60
Apropriação de rendas	(60)	(60)	(11.500)	(11.500)
Despesa de imposto de renda e contribuição social	-	-	12.767	22.162
Imposto de renda e contribuição social diferidos	3.081	(4.594)	(5.809)	(5.604)
Variações nos ativos e passivos operacionais:				
Contas a receber de clientes	58	(125)	(1.397)	(505)
Impostos a compensar	-	1	(5.637)	(115)
Despesas antecipadas	1	2	61	57
Outras contas a receber	3.478	6.647	(2.081)	(3.645)
Fornecedores	540	(1.225)	1.389	(236)
Impostos e contribuições a pagar	7	(308)	(623)	(307)
Salários, provisões e contribuições sociais	(4.929)	(4.561)	(4.585)	(4.787)
Outras contas a pagar	(2.294)	8.380	(17.589)	2.177
Caixa (aplicado)/ gerado nas operações	(8.801)	(3.969)	53.314	69.615
Juros pagos	(714)	(1)	(808)	(778)
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	-	(15.157)	(20.934)
Dividendos recebidos de controladas	39.154	11.420	847	767
Caixa Líquido Gerado pelas Atividades Operacionais	**29.639**	**7.450**	**38.196**	**48.670**
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento				
Aplicações financeiras	-	-	44.874	(78.379)
Aumento de capital em controladas	(29.486)	(7.476)	-	-
Aquisição de bens do ativo imobilizado e intangível	(32)	(12)	(31.575)	(30.164)
Caixa Líquido Gerado pelas (Aplicado nas) Atividades de Investimento	**(29.518)**	**(7.488)**	**13.299**	**(108.543)**
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento				
Pagamentos de dividendos, incluindo saldo de anos anteriores	-	-	(18.153)	(22.817)
Aumento de capital	-	-	3.228	2.960
Recompra de ações	-	-	(19.070)	-
Pagamento de empréstimo de terceiros	-	-	(2.000)	(7.000)
Gastos com emissão de Ações	-	99	-	99
Arrendamento mercantil	(36)	(35)	(5.906)	(6.326)
Caixa Líquido Gerado pelas (Aplicado nas) Atividades de Financiamento	**(36)**	**64**	**(41.901)**	**(33.084)**
Aumento (Redução) no Caixa e Equivalentes de Caixa	**85**	**26**	**9.594**	**(92.957)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	166	140	32.116	125.073
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	251	166	41.710	32.116
Aumento (Redução) no Caixa e Equivalentes de Caixa	**85**	**26**	**9.594**	**(92.957)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Em milhares de reais - R$)

	Controladora 31.12.21	Controladora 31.12.20	Consolidado 31.12.21	Consolidado 31.12.20
Receitas	**3.533**	**129**	**250.175**	**181.400**
Receita de serviços, líquida de descontos e abatimentos	-	-	244.809	183.914
Outras receitas	3.513	222	4.140	1.237
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	20	(93)	1.226	(3.751)
Insumos Adquiridos de Terceiros (Inclui os Valores dos Impostos - PIS e Cofins)	**(6.202)**	**(9.558)**	**(100.918)**	**(68.945)**
Custos dos serviços prestados	-	-	(39.113)	(24.316)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(5.564)	(6.402)	(57.198)	(41.413)
Perda/Recuperação de Valores Ativos	(638)	(3.156)	(4.607)	(3.216)
Valor Adicionado Bruto	**(2.669)**	**(9.429)**	**149.257**	**112.455**
Depreciações e Amortizações	**(3.465)**	**(5.371)**	**(16.084)**	**(20.116)**
Valor Adicionado Líquido Produzido	**(6.134)**	**(14.800)**	**133.173**	**92.339**
Valor Adicionado Recebido em Transferência	**96.022**	**36.475**	**56.577**	**27.915**
Resultado de equivalência patrimonial, líquido da provisão para perdas	61.149	24.847	3.588	2.097
Receitas financeiras	34.873	11.628	52.989	25.818
Valor Adicionado Total a Distribuir	**89.888**	**21.675**	**189.750**	**120.254**

	Controladora 31.12.21	Controladora 31.12.20	Consolidado 31.12.21	Consolidado 31.12.20
Distribuição do Valor Adicionado				
Pessoal	18.846	10.821	60.108	34.126
Remuneração direta	18.318	10.406	52.574	28.920
Benefícios	528	415	5.397	3.912
FGTS	-	-	2.137	1.294
Impostos, taxas e contribuições	3.981	(3.672)	38.354	40.295
Federais	3.981	(3.672)	29.655	34.270
Municipais	-	-	8.699	6.025
Remuneração de capitais de terceiros	23.275	19.651	34.136	32.773
Juros	23.275	19.644	32.853	31.775
Aluguéis	-	7	1.283	998
Remuneração de capitais próprios	43.786	(5.125)	57.152	13.060
Dividendos	10.399	-	12.164	799
Prejuízo do exercício	33.387	(5.125)	33.387	(5.125)
Participação de não controladores no lucro do exercício	-	-	11.601	17.386
Valor Total Distribuído	**89.888**	**21.675**	**189.750**	**120.254**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

continua

continuação

LPS BRASIL Consultoria de Imóveis S.A. e Controladas - Companhia Aberta de Capital Autorizado - CNPJ/MF 08.078.847/0001-09

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional

a) Objeto Social: A LPS Brasil - Consultoria de Imóveis S.A. ("Companhia" ou "LPS Brasil") possui sede social na Rua Estados Unidos, 2.000 São Paulo - SP. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 abrangem a Companhia e suas controladas, (conjuntamente referidas como "o Grupo" e individualmente como "entidades do Grupo"). Para atender os propósitos societários, o Grupo tem por objeto social: (i) a prestação de serviços de intermediação na compra e venda de imóveis, predominantemente lançamentos na região da Grande São Paulo; (ii) consultoria imobiliária; (iii) participações em outras empresas; e (iv) correspondente bancário. As controladas da Companhia estão sediadas em diversas regiões do Brasil e desenvolvem atividades de prestação de serviços de intermediação na compra e venda de imóveis de terceiros e de loteamentos, consultoria, assessoria técnica imobiliária, franquias, correspondente bancário e outros serviços relacionados. A Companhia possui ainda participação na *"joint venture"* Olímpia Promoção e Serviços S.A. ("Olímpia"), que atua e promove produtos e serviços financeiros no mercado imobiliário. As informações financeiras da *"joint venture"* não são consolidadas. A LPS Brasil tem suas ações negociadas na "B3 S.A - Brasil, Bolsa, Balcão", com o código de LPSB3.

2. Base de preparação das demonstrações financeiras

a. Declaração de conformidade: Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas na gestão da Companhia. As demonstrações financeiras (individuais e consolidadas) são de responsabilidade da Administração da Companhia e compreendem: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas, identificadas como "Controladora" e "Consolidadas " foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade *(International Financial Reporting Standards - IFRS)* emitidas pelo *International Accounting Standard Board ("IASB")*. Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas, e o patrimônio líquido e o resultado da controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto de demonstrações financeiras. Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras. **Aprovação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia e autorizadas para arquivamento em 23 de março de 2022. **b. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como aqueles advindos de combinações de negócios e certos instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo. **c. Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em milhares de Real foram arredondadas para o valor mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **d. Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras consolidadas do Grupo requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, e as respectivas divulgações de passivos contingentes. No processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo, a administração fez os seguintes julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas: • Tributos e demandas administrativas ou judiciais: a Companhia e suas controladas e controladas em conjunto estão sujeitas no curso normal de seus negócios a investigações, auditorias, processos judiciais e procedimentos administrativos em matérias cível, tributária, trabalhista, ambiental, societária e direito do consumidor, entre outras. Dependendo do objeto das investigações, processos judiciais ou procedimentos administrativos que seja movido contra o Grupo, pode ser adversamente afetado, independente do respectivo resultado final. Com base na sua melhor avaliação e estimativa, suportada por seus consultores jurídicos, a Companhia avalia a necessidade de reconhecimento de provisão; A Companhia e suas controladas estão sujeitas à fiscalização por diferentes autoridades, incluindo fiscais, trabalhistas, previdenciárias, ambientais e de vigilância sanitária. Não é possível garantir que estas autoridades não autuarão a Companhia e suas controladas, tampouco, que estas autuações não se converterão em processos administrativos e, posteriormente, em processos judiciais, tampouco, o resultado final tanto dos eventuais processos administrativos ou judiciais; • Valor justo de instrumentos financeiros: quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, este é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos baseiam-se naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados, como por exemplo, taxa de crescimento, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre estes fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros. • Provisão para perdas de crédito esperadas para contas a receber: a Companhia e suas controladas adotaram o cálculo da perda esperada das contas a receber com base na elaboração de uma "matriz de provisão", levando em conta dados históricos de inadimplência que definiram um percentual de provisionamento para cada faixa de vencimento da carteira de recebíveis, além do percentual de perdas esperadas de acordo com projeções macroeconômicas. A matriz de provisão baseia-se inicialmente nas taxas de perda histórica observadas pela Companhia. Em todas as datas de relatórios, as taxas de perda histórica observadas são atualizadas e as mudanças nas estimativas prospectivas são analisadas. A quantidade de perdas de crédito esperadas é sensível a mudanças nas circunstâncias e nas projeções macroeconômicas. A experiência histórica de perda de crédito da Companhia e a previsão das condições econômicas também podem não representar o padrão real do cliente no futuro. As informações sobre as perdas de crédito esperadas sobre as contas a receber estão apresentadas na Nota 6. • Avaliação do valor recuperável de ativos ("impairment test"): a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável dos ativos não financeiros. Quando estas evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando-se o valor contábil líquido ao valor recuperável. Os principais grupos de contas sujeitas à avaliação de recuperabilidade são: investimentos e intangíveis. Quando a perda por redução ao valor recuperável é revertida subsequentemente, ocorre aumento do valor contábil do ativo para a estimativa revisada de seu valor recuperável, desde que não exceda o valor contábil que teria sido determinado, caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo em exercícios anteriores. A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

3. Principais práticas contábeis (Resumo)

a. Instrumentos financeiros: Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade. Os instrumentos financeiros estão mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo e classificados em uma das três categorias: • Instrumentos financeiros ao custo amortizado; • Instrumentos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes; e • Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado. **Mensuração subsequente:** Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros. **(i) Ativos financeiros:** São classificados entre as categorias abaixo de acordo com o propósito para os quais foram adquiridos ou emitidos: **Ativos financeiros ao custo amortizado:** São mensurados num modelo de negócio cujo objetivo é receber fluxos de caixa contratuais onde seus termos contratuais deem origem a fluxos de caixa que sejam, exclusivamente, pagamentos e juros do valor principal. Os ativos financeiros reconhecidos pela Companhia e suas controladas nesta categoria são representados por contas a receber de clientes, (Nota 6). A Companhia e suas controladas não possuem instrumentos financeiros classificados como mantidos até o vencimento e disponíveis para venda. **Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado por meio de outros resultados abrangentes:** São mensurados num modelo de negócio cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros. **Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado:** Referem-se a quaisquer ativos financeiros que não sejam classificados numa das duas categorias acima mencionadas devem ser mensurados e reconhecidos ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros que são detidos para negociação e gerenciados com base no justo valor, também estão incluídos nesta categoria. A Companhia possui caixa e equivalente de caixa e opções de compra das participações dos não controladores ("Call Option"), classificadas nesta categoria de instrumentos financeiros, Notas 5 e 10.b. Nas demonstrações financeiras, o reconhecimento inicial do "Call Option" foi realizado na rubrica de "Ajuste de avaliação patrimonial" no patrimônio líquido e mensurados subsequentemente contra as rubricas de despesas e receitas financeiras no resultado do exercício. **(ii) Passivos financeiros:** A entidade deve classificar todos os passivos financeiros como mensurados ao custo amortizado, exceto por: (a) passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, (b) passivos financeiros que surjam quando a transferência do ativo financeiro não se qualificar para desreconhecimento ou quando a abordagem do envolvimento contínuo for aplicável, (c) contrato de garantia financeira, (d) compromissos de conceder empréstimo com taxa de juros abaixo do mercado, (e) a contraprestação contingente reconhecida por adquirente em combinação de negócios à qual deve ser aplicado o CPC 15. Nas demonstrações financeiras, o reconhecimento inicial da obrigação de compra de participações de não controladores ("Written Put") foi realizado na rubrica de "Ajuste de avaliação patrimonial" no patrimônio líquido e mensurados subsequentemente a valor presente e contra as rubricas de despesas e receitas financeiras no resultado do exercício, os quais serão calculados por meio de cálculos preestabelecidos contratualmente, Nota 10.b. O valor presente da Written Put é calculado para fins de contabilização baseando-se no múltiplo do lucro líquido dos últimos 12 meses. **Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado:** Os passivos financeiros a valor justo por meio do resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos de transação são registrados no resultado do exercício. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço sendo os ganhos ou as perdas decorrentes de variações registrados no resultado. **Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado:** Os passivos financeiros não derivativos que não são usualmente negociados antes do vencimento, após o reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Os juros, quando aplicável, são reconhecidos no resultado, quando incorridos. Os passivos financeiros reconhecidos pela Companhia e suas controladas nesta categoria de instrumentos financeiros são representados principalmente por Empréstimos e financiamentos, Fornecedores, Aquisição de investimentos a pagar, Arrendamento mercantil e Outros passivos. **b. Combinações de negócios:** Nas demonstrações financeiras consolidadas, as aquisições de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição. A contrapartida transferida em uma combinação de negócios é mensurada pelo valor justo, que é calculado pela soma dos valores justos dos ativos transferidos pelo adquirente, dos passivos incorridos pelo adquirente com os antigos controladores da adquirida. Os custos relacionados à aquisição são reconhecidos no resultado, quando incorridos. Na data da operação são mensurados: (i) O ágio é mensurado como o excesso da soma da contraprestação transferida; (ii) Valor das participações de não controladores na adquirida; (iii) Valor justo da participação do adquirente anteriormente detida na adquirida (se houver) sobre os valores líquidos na data de aquisição dos ativos adquiridos e passivos assumidos identificáveis. Se, após a avaliação, os valores líquidos dos ativos adquiridos e passivos assumidos identificáveis na data de aquisição forem superiores à soma da contrapartida transferida, do valor das participações não controladoras na adquirida e do valor justo da participação do adquirente anteriormente detida na adquirida (se houver), o excesso é reconhecido imediatamente no resultado como ganho. As participações de não controladoras que correspondam a participações atuais e conferem aos seus titulares o direito a uma parcela proporcional dos ativos líquidos da entidade no caso de liquidação são mensurados pelo valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos. Quando a contrapartida transferida pela controladora em uma combinação de negócios inclui ativos ou passivos resultantes de um acordo de contrapartida contingente, a contrapartida contingente é mensurada pelo valor justo na data de aquisição e incluída na contrapartida transferida em uma combinação de negócios. As variações no valor justo da contrapartida contingente classificadas como ajustes do período de mensuração são ajustadas, com correspondentes ajustes ao ágio. **c. Ativos intangíveis:** Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido. Os gastos com pesquisas são registrados como despesas, quando incorridos, e os gastos com desenvolvimento vinculados a inovações tecnológicas dos produtos existentes são capitalizados, quando atendidos todos os aspectos a seguir elencados: • Pode ser demonstrada a viabilidade técnica para concluir o ativo de forma que ele seja disponibilizado para uso ou venda; • Há a intenção e capacidade do Grupo de concluir o ativo intangível e de usá-lo ou vendê-lo; • Pode ser demonstrada a forma pela qual o ativo intangível gerará benefícios econômicos futuros; • Recursos técnicos, financeiros e outros recursos adequados para concluir seu desenvolvimento e usar ou vender o ativo intangível estão disponíveis; e • O Grupo possui a capacidade de mensurar com confiabilidade os gastos atribuíveis ao ativo intangível durante seu desenvolvimento. Após o reconhecimento inicial, o ativo é apresentado ao custo menos amortização acumulada e perdas de seu valor recuperável. A amortização é iniciada quando o desenvolvimento é concluído e o ativo encontra-se disponível para uso pelo período dos benefícios econômicos futuros. Durante o período de desenvolvimento, o valor recuperável do ativo é testado anualmente. A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida. Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo anualmente. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros destes ativos são contabilizados por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratados como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação às perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva. Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento de sua baixa. **d. Avaliação do valor recuperável de ativos (teste de "impairment"):** Periodicamente, a Companhia revisa o valor contábil líquido de seus ativos com vida útil definida, com o objetivo de avaliar eventos e mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o seu valor líquido de venda. A Companhia avalia a recuperação do valor contábil líquido dos ativos com base no seu valor em uso, utilizando o modelo de fluxo de caixa futuro descontado. O processo de estimativa do valor em uso envolve a utilização de premissas, julgamentos e estimativas sobre os fluxos de caixa futuros, taxas de crescimento e de desconto. As premissas sobre os fluxos de caixa futuros e as projeções de crescimento são baseadas no orçamento anual e no plano de negócios de longo prazo da Companhia e representam a melhor estimativa da Administração, sobre as condições econômicas que existirão durante a vida útil econômica do conjunto de ativos que proporcionam a geração dos fluxos de caixa. Quando a provisão para redução ao valor recuperável é revertida subsequentemente, exceto para o ágio, ocorre o aumento do valor contábil do ativo para a estimativa revisada de seu valor recuperável, desde que não exceda o valor contábil que teria sido determinado, caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo em períodos anteriores. A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado. **e. Provisões:** São reconhecidas para obrigações presentes (legal ou não formalizada) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Se o efeito do valor temporal do dinheiro for significativo, as provisões são descontadas utilizando uma taxa corrente antes dos impostos que reflete, quando adequado, os riscos específicos ao passivo. Quando for adotado desconto, o aumento na provisão devido à passagem do tempo é reconhecido como custo de financiamento. As provisões para obrigações de naturezas cível, trabalhista, previdenciária e fiscal, objeto de contestação judicial são reavaliadas periodicamente, e são contabilizadas com base nas opiniões do departamento jurídico interno, dos consultores legais independentes e da Administração da Companhia sobre o provável desfecho dos processos judiciais nas datas de divulgação. A Companhia e suas controladas adotam o procedimento de provisionar a totalidade das obrigações de naturezas trabalhista, previdenciária, fiscal e cível cuja probabilidade de perda, ou seja, de desembolso futuro tenha sido estimada como provável. A Companhia reconhece, ainda, para controladas da região Sul (LPS Sul e Pronto Ducati), provisões com a melhor estimativa de saída de recursos para liquidar a contingência para riscos trabalhistas e previdenciários com base na opinião de consultores legais e evidências de eventos ocorridos e subsequentes. **f. Reconhecimento de receita e apuração do resultado:** As receitas, os custos e as despesas são reconhecidos de acordo com o princípio contábil da competência. As despesas e os custos são reconhecidos quando incorridos. O CPC 47 / IFRS 15 decorre dos princípios que a entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e como e quando ela é reconhecida, baseada em cinco passos: (1) identificação dos contratos com os clientes; (2) identificação das obrigações de desempenho previstas nos contratos; (3) determinação do preço da transação; (4) alocação do preço da transação à obrigação de desempenho previstas nos contratos e (5) reconhecimento da receita quando a obrigação de desempenho é atendida. A receita de contrato com cliente é reconhecida quando o controle dos bens ou serviços é transferido para o cliente por um valor que reflita a contraprestação à qual a Companhia espera ter direito em troca destes bens ou serviços. **a) Serviços de Intermediação imobiliária:** As entidades do Grupo formalizam contratos de corretagem com os clientes e reconhecem a receita de prestação de serviços mensurada a valor justo, que conforme prática de mercado utiliza um percentual sobre o valor do imóvel. A Companhia realiza o reconhecimento da receita, após o aceite do proprietário ou incorporador no contrato de compra e venda do imóvel, por entender que houve a satisfação de desempenho e realizou a transferência de controle ao cliente. **b) Franquias - Royalties:** Dentre os segmentos de atuação (Nota 29) a Companhia possui contratos de franquias com franqueados cuja receita é subdividida nos seguintes itens: • Taxa Inicial - O valor da transação é fixo e definido contratualmente e sem a possibilidade de devolução em caso de rescisão contratual, sendo este montante reconhecido no momento de assinatura do contrato. • Taxa variável - O valor da taxa periódica é definido por um percentual contratual que leva em consideração as transações imobiliárias da franqueada em um determinado período. O reconhecimento desta receita ocorre quando a obrigação de performance é alcançada por meio da celebração e assinatura entre as partes do contrato de intermediação imobiliária ou intermediação de locação. • Taxas fixas - É estipulado ao franqueado contratualmente um valor mínimo periódico a ser cumprido como taxa mínima de remuneração, que deverá ser pago a Companhia caso a taxa variável não supere o montante mínimo exigido contratualmente. Além disso, o contrato de franquia prevê uma taxa de administração fiduciária mensal com valor pré fixado. O reconhecimento destas receitas é realizado mensalmente de forma linear, de acordo com os valores contratados. **c) Promoção de financiamentos:** Refere-se a receita de promoção e oferta de produtos e serviços financeiros no mercado imobiliário, que consiste na recepção e encaminhamento de propostas relativas à contratação de crédito imobiliário e respectivos seguros obrigatórios. A receita é mensurada por um percentual sobres os financiamentos imobiliários e seguros contratados e reconhecida quando os valores são liberados ao cliente em função dos contratos. A controlada LPS ONLINE e o Itaú Holding celebraram uma renegociação dos termos do Acordo de Associação, que alteraram a forma de cálculo do custo de alocação de capital, tendo como consequência a geração de lucro na operação. Conforme estabelecido no Acordo de Associação, após a absorção de prejuízos acumulados os lucros desta operação serão distribuídos proporcionalmente (LPS ONLINE 50% e Itaú Holding 50%), em 31 de dezembro de 2021 o saldo a receber deste acordo foi de R$3.071 (R$5.730 em 31 de dezembro de 2020). **g. Mensuração do valor justo:** Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia requerem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e divulgação baseados nos métodos abaixo. Seguem as premissas utilizadas para a mensuração do valor justo: **(i) Ativos e passivos mensurados a valor justo: Ativos intangíveis:** Nas combinações de negócios, a Companhia mensura os ativos intangíveis adquiridos, sendo que descrevemos abaixo a natureza, bem como, os critérios para mensuração do valor justo destes ativos intangíveis: Marca: Refere-se às marcas adquiridas na aquisição das imobiliárias; Relacionamento de clientes: O Relacionamento de clientes é apurado somente nas empresas adquiridas em que o sócio não controlador possui relacionamento com os incorporadores; Não concorrência: Direito contratual adquirido pela Companhia no momento da aquisição da controlada, o qual proíbe o sócio não controlador de atuar no mesmo segmento da Companhia por um período pré-determinado após a saída dele da sociedade; Direito de Lavra: Intangível adquirido o qual está relacionado ao direito de promover, ofertar, distribuir e comercializar, com exclusividade, os produtos e serviços de financiamentos imobiliários aos clientes, além do direito exclusivo de acessar a base atual e futura de clientes pelo prazo pré-determinado no acordo de exclusividade. O valor justo de marcas adquiridas em uma combinação de negócios é baseado no valor presente dos pagamentos de royalties estimados que foram evitados em função de a marca ser possuída. Contudo, o valor justo para os outros intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios é apurado por meio do método de lucros excedentes de multiperíodos, através do qual o ativo subjacente é avaliado após a dedução de um retorno justo sobre todos os outros ativos que fazem parte na criação dos respectivos fluxos de caixa. Outros ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado ("Call Option" e "Written Put"). Para o Call Option a contabilização é calculada pelo comparativo entre o múltiplo do lucro líquido e a projeção de fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações financeiras. Para o Written Put o cálculo é realizado com base no múltiplo do lucro líquido ocorridos nos últimos 12 meses, apurados na data de apresentação das demonstrações financeiras. **Transações de pagamento baseado em ações:** O valor justo das opções das ações de empregados é mensurado, utilizando-se o método de cálculo Binomial. Variações de mensuração incluem preço das ações na data de mensuração, o preço de exercício do instrumento, a volatilidade esperada (baseada na média ponderada da volatilidade histórica, ajustada para mudanças esperadas devido à informação disponível publicamente), a vida média ponderada dos instrumentos (baseada na experiência histórica e no comportamento geral do titular de opção), dividendos esperados e taxa de juros livres de risco (baseada em títulos públicos).

Condições de serviço e condições de desempenho fora de mercado inerentes às transações não são levadas em conta na apuração do valor justo. **(ii) Metodologia e premissas para mensuração do valor justo:** A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração dos valores justos. Isso inclui uma equipe interna de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo de Nível 3 com reportes diretamente ao CFO. O Grupo utiliza a técnica de avaliação do fluxo de caixa descontado nominal (DCF) para fins de mensuração do valor justo dos ativos intangíveis, outros ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado e para a análise de recuperabilidade dos mesmos ativos intangíveis, bem como para o ágio por rentabilidade futura adquirido em combinações de negócios.

Técnicas de avaliação	A técnica de avaliação considera o valor presente dos fluxos de caixa líquidos a serem gerados a partir do resultado estimado de cada imobiliária (UGC - unidade geradora de caixa), levando em consideração o crescimento das receitas de intermediação imobiliária, por meio do crescimento estimado do VGV de determinados localidades e segmentos primários e secundários, bem como as despesas e custos relacionados as receitas.
	Os fluxos de caixa líquidos esperados são descontados a taxas de desconto ajustadas ao risco. Entre outros fatores, a estimativa taxa de desconto considera: Inflações no Brasil e nos Estados Unidos da América, taxa de risco do Brasil e taxas específicas relacionadas ao mercado de intermediação imobiliária.
Dados (inputs) significativos não observáveis	**Taxa de desconto:** Taxa nominal pré-imposto de 12,44% derivada da taxa média ponderada de custo do capital das unidades geradoras de caixa, ajustada para riscos específicos do mercado.
	Taxa de crescimento: Analisando os diversos mercados de atuação da Companhia, as perspectivas para cada um destes mercados e o plano de ação para crescimento para cada imobiliária, utilizamos os fatores de crescimento real para estas empresas que variam entre 6% a 11%.
	Hold period: Consideramos o "Hold period" de 5 anos antes da perpetuidade no fluxo de caixa.
	Caixa residual: Acréscimo do valor residual das rubricas "Caixa" e "Aplicações financeiras" registradas no balanço, à soma dos fluxos de caixa descontados. Esse montante foi considerado no valor da imobiliária por se tratar de direitos operacionais existentes na data base da avaliação que não entraram na projeção de fluxo de caixa.
Relacionamento entre dados (inputs) significativos não observáveis e mensuração do valor justo	**O valor justo estimado aumentaria (reduziria) se:** A demanda por aquisição de imóveis for superior (inferior) impactando o VGV; O valor dos imóveis for superior (inferior) impactando o VGV; Diminuição (Aumento) de inflação impactando na taxa de desconto; Diminuição (Aumento) da taxa de risco país - Brasil.

Hierarquia do valor justo: Especificamente quanto a divulgação, a Companhia aplica os requerimentos de hierarquização, que envolvem os seguintes aspectos: Definição do valor justo é a quantia pela qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes conhecedoras e dispostas a isso em transação sem favorecimento; Hierarquização em 3 níveis para a mensuração do valor justo, de acordo com inputs observáveis para a valorização de um ativo ou passivo na data de sua mensuração. A valorização em 3 níveis de hierarquia para a mensuração do valor justo é baseada nos inputs observáveis e não observáveis. Inputs observáveis refletem dados de mercado obtidos de fontes independentes, enquanto inputs não observáveis refletem as premissas de mercado da Companhia. Esses dois tipos de inputs criam a hierarquia de valor justo apresentada a seguir: Nível 1 - Preços cotados para instrumentos idênticos em mercados ativos; Nível 2 - Preços cotados em mercados ativos para instrumentos similares, preços cotados para instrumentos idênticos ou similares em mercados não ativos e modelos de avaliação para os quais inputs são observáveis; e Nível 3 - Instrumentos cujos inputs significantes não são observáveis.

4. Destinação do Resultado

Política de distribuição de dividendos: Aos acionistas é assegurada a distribuição de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado com as deduções da constituição da reserva legal, da reserva para contingências e da parcela do lucro a realizar de acordo com o artigo 202 da Lei nº6.404/76.

	31.12.21
Lucro líquido do exercício	43.786
Reserva legal 5% - limitada a 20% do capital social da Companhia	(2.189)
Base de cálculo para os dividendos mínimos	41.597
Dividendos mínimos obrigatórios 25%	10.399
Constituição de reserva de lucros	31.198

DIRETORIA ESTATUTÁRIA

Marcos Bulle Lopes	Presidente
Francisco Lopes Neto	Diretor Vice-Presidente
Matheus de Souza Fabricio	Diretor de Relações com Investidores
Robson Pereira Paim	Diretor Financeiro e de Novos Negócios
Cyro Naufel Filho	Diretor Técnico

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Edward Jorge Christianini	Presidente
Francisco Lopes Neto	Vice-Presidente
Marcos Bulle Lopes	Conselheiro
Mauricio Curvelo de Almeida Prado	Conselheiro
Alcides Lopes Tápias	Conselheiro
Marcello Rodrigues Leone	Conselheiro

Paulo Fernando de Sousa e Silva - Contador responsável - CRC 1 SP 283113/O-6

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Os diretores da LPS Brasil - Consultoria de Imóveis S.A, declaram nos termos do artigo 25 da Instrução n.º 480, editada pela Comissão de Valores Mobiliários em 7 de dezembro de 2009, que: (i) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, e (ii) reviram, discutiram e concordam sem quaisquer ressalvas com a opinião expressa no parecer emitido em 23 de março de 2022 por Ernst & Young Auditores Independentes S.S., auditores independentes da Companhia, com relação às demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

PARECER DO COMITÊ DE AUDITORIA

O Comitê de Auditoria Estatutária da LPS Brasil - Consultoria de Imóveis S.A, no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais e estatutárias, conforme previsto no Regimento Interno do próprio Comitê e em atendimento ao disposto no inciso IX do artigo 25 da Instrução n.º 480/09, procedeu ao exame das demonstrações financeiras da controladora e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, acompanhadas do Relatório da Administração e do Relatório dos Auditores Independentes emitido por Ernst & Young Auditores Independentes S.S., sem ressalvas, e com base nos documentos examinados e nas informações prestadas pela administração da Companhia e pelos Auditores Independentes, os membros do Comitê de Auditoria Estatutária, opinam que os referidos documentos refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da LPS Brasil - Consultoria de Imóveis S.A e suas controladas e recomenda a aprovação das Demonstrações Financeiras pelo Conselho de Administração da Companhia e o seu encaminhamento à Assembleia Geral Ordinária de Acionistas, nos termos da Lei de Sociedades por Ações. São Paulo, 23 de março de 2022. Membros: **Marcello Rodrigues Leone; Mauricio Curvelo de Almeida Prado; Alcides Lopes Tápias.**

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

As demonstrações financeiras completas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021e o relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras completas estão disponíveis eletronicamente no endereços: https://www.estadao.com.br e na página eletrônica da Companhia https://ri.lopes.com.br. O referido relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras foi emitido em 23 de março de 2022, sem ressalvas. **ERNST & YOUNG - Auditores Independentes S.S.** - CRC-2SP034519/O-6; **Marcos Kenji de Sá Pimentel Ohata** - Contador CRC-1SP209240/O-7.

www.lopes.com.br

Ticket Serviços S.A.

CNPJ nº 47.866.934/0001-74

Demonstrações Financeiras Individuais Resumidas para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2021 e de 2020.

AVISO

As demonstrações financeiras apresentadas a seguir são demonstrações financeiras resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da Companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável. As demonstrações financeiras completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, estão disponíveis no endereço eletrônico: a) https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/. Ficamos à disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários. **Agradecimentos:** A Ticket Serviços S.A., agradece a todos seus clientes pela confiança e apoio, e a seus funcionários e colaboradores, pela dedicação, ética, profissionalismo e comprometimento.

Balanços Patrimoniais	2021 Controladora	2020 Controladora	2020 Consolidado
Ativo/Circulante	**2.886.323**	**2.615.044**	**2.642.786**
Caixa e equivalentes de caixa	205.813	108.854	130.012
Aplicações financeiras	715.000	715.000	715.000
Contas a receber de clientes	1.667.004	1.422.980	1.430.041
Impostos a recuperar	37.901	15.047	15.052
Despesas antecipadas	9.129	10.673	10.673
Derivativos a receber	192.518	293.754	293.754
Partes relacionadas	9.100	7.274	7.274
Dividendos a receber	–	482	–
Outras contas a receber	49.858	40.980	40.980
Não Circulante	**936.849**	**957.518**	**956.061**
Realizável a longo prazo:			
IR e CS diferidos	–	–	21
Depósitos judiciais	35.773	34.549	34.549
Empréstimo mútuo	1.073	1.007	1.007
Investimento	–	165.355	–
Imobilizado	15.370	14.059	14.059
Intangível	868.729	722.855	886.732
Direito de uso de bens arrendados	15.904	19.693	19.693
Total do Ativo	**3.823.172**	**3.572.562**	**3.598.847**

Balanços Patrimoniais	2021 Controladora	2020 Controladora	2020 Consolidado
Passivo e Patrimônio Líquido			
Circulante	**2.779.163**	**2.411.447**	**2.437.732**
Fornecedores	28.385	12.659	12.826
Afiliados a pagar	1.747.715	1.581.539	1.600.944
Reembolsos a efetuar	818.408	628.012	634.463
Obrigações trabalhistas	40.395	33.325	33.325
Obrigações tributárias	17.439	14.129	14.198
IR e CS a recolher	13.076	21.864	21.995
Partes relacionadas	5.076	4.289	4.289
Dividendos obrigatórios	62.437	–	–
Contas a pagar de aquisição de empresa	1.408	64.494	64.494
Arrendamento a pagar	18.139	21.440	21.440
Outras contas a pagar	26.685	29.696	29.758
Não Circulante	**160.028**	**155.620**	**155.620**
Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	57.725	55.903	55.903
Provisão para benefícios aos funcionários	16.700	668	668
IRenda e contribuição social diferidos	82.427	94.800	94.800
Contas a pagar de aquisição de empresa	3.176	4.249	4.249
Patrimônio Líquido	**883.981**	**1.005.495**	**1.005.495**
Capital social	478.705	478.705	478.705
Reservas de capital	17.905	17.905	17.905
Reservas de lucros	387.188	400.848	400.848
Outros resultado abrangentes	183	108.037	108.037
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	**3.823.172**	**3.572.562**	**3.598.847**

Demonstrações do Resultado	2021 Controladora	2020 Controladora	2020 Consolidado
Receita Operacional Líquida	**756.500**	**741.096**	**744.768**
Custo dos serviços prestados	(152.457)	(154.603)	(155.050)
Lucro Operacional Bruto	**604.043**	**586.493**	**589.718**
Despesas Operacionais			
Comerciais	(11.420)	(10.672)	(10.672)
Com pessoal	(163.216)	(147.522)	(147.522)
Assessoria e representação	(62.416)	(59.768)	(60.436)
Depreciação e amortização	(67.405)	(63.544)	(63.544)
Outras despesas gerais e administrativas	(65.892)	(46.370)	(46.333)
Outras despesas/receitas operacionais, líquidas	11.482	12.457	12.457
Equivalência Patrimonial	32	1.936	–
Lucro Operacional antes do Resultado Financeiro	**245.208**	**273.010**	**273.668**
Resultado Financeiro			
Receitas financeiras	222.029	177.305	177.632
Despesas financeiras	(79.105)	(76.178)	(76.216)
Lucro antes do IR e da CS	**388.132**	**374.137**	**375.084**
IR e CS: Correntes	(75.351)	(86.027)	(87.079)
Diferidos	(49.890)	(34.287)	(34.182)
Lucro Líquido do Exercício	**262.891**	**253.823**	**253.823**
Atribuível Aos: Acionistas controladores			253.823
Média Ponderada de Ações	34.684	34.684	34.684
Lucro Líquido do Exercício por Lote de Mil Ações do Capital Social - R$	7,58	7,32	7,32

Demonstrações do Resultado Abrangente	2021 Controladora	2020 Controladora	2020 Consolidado
Lucro Líquido do Exercício	**262.891**	**253.823**	**253.823**
Outros resultados abrangentes	**(107.854)**	**7.064**	**7.064**
Itens que serão reclassificados para o resultado - hedge de fluxo de caixa	(168.052)	10.703	10.703
Imposto de renda diferido sobre itens que serão reclassificados para o resultado - hedge de fluxo de caixa	57.138	(3.639)	(3.639)
Itens que não serão reclassificados para o resultado - benefícios a empregados	4.636	–	–
IR e diferido sobre itens que não serão reclassificados para o resultado - benefícios a empregados	(1.576)	–	–
Resultado Abrangente do Exercício	**155.037**	**260.887**	**260.887**

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

	Capital social	Reserva de capital	Reserva de Lucros: Legal	Reserva de Lucros: Outras reservas	Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2019	**478.705**	**17.905**	**22.025**	**171.455**	**100.973**	**–**	**791.063**
Dividendos distribuídos de período anterior	–	–	–	(46.455)	–	–	(46.455)
Itens que poderão ser reclassificados para o resultado - hedge de fluxo de caixa líquido de impostos	–	–	–	–	7.064	–	7.064
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	253.823	253.823
Reserva Legal	–	–	12.691	–	–	(12.691)	–
Constituição de outras reservas	–	–	–	241.132	–	(241.132)	–
Saldos em 31 de Dezembro de 2020	**478.705**	**17.905**	**34.716**	**366.132**	**108.037**	**–**	**1.005.495**
Dividendos distribuídos de período anterior	–	–	–	(201.132)	–	–	(201.132)
Itens que serão reclassificados para o resultado - hedge de fluxo de caixa líquido de impostos	–	–	–	–	(110.914)	–	(110.914)
Itens que poderão não serão reclassificados para o resultado - benefícios a empregados líquido de impostos	–	–	–	(12.983)	3.060	–	(9.922)
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	262.891	262.891
Reserva Legal	–	–	13.145	–	–	(13.145)	–
Dividendos mínimos obrigatórios	–	–	–	–	–	(62.437)	(62.437)
Constituição de outras reservas	–	–	–	187.310	–	(187.310)	–
Saldos em 31 de Dezembro de 2021	**478.705**	**17.905**	**47.861**	**339.327**	**183**	**–**	**883.981**

Demonstrações dos Fluxos de Caixa	2021 Controladora	2020 Controladora	2020 Consolidado
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais			
Lucro líquido do exercício	262.891	253.823	253.823
Reconciliação do lucro líquido do exercício com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:			
Depreciação e amortização	67.405	63.544	63.544
Juros sobre operações de arrendamento mercantil	1.845	744	744
Ganho/perda na baixa/venda de imobilizado e intangível	17.183	8.385	8.385
Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	1.822	(9.467)	(9.467)
Provisão para benefícios aos funcionários	998	–	–
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(6.714)	2.529	2.529
IR e CS diferidos	49.890	34.287	34.266
Equivalência patrimonial	(32)	(1.936)	–
	395.288	**351.909**	**353.824**
(Aumento) redução nos ativos:			
Contas a receber de clientes	(237.317)	(211.334)	(218.395)
Instrumentos financeiros derivativos	(66.816)	(71.504)	(71.504)
Impostos a recuperar	(22.705)	11.608	11.603
Outras contas a receber	(8.878)	(22.778)	(22.778)
Despesas antecipadas	1.544	2.380	2.380
Outros créditos com partes relacionadas	(1.826)	(586)	(586)
Depósitos judiciais	(1.224)	(1.111)	(1.111)
Aumento (redução) nos passivos:			
Fornecedores	15.726	(11.419)	(11.252)
Afiliados a pagar	166.138	74.159	93.564
Reembolsos a efetuar	189.719	36.542	42.993
Obrigações trabalhistas	7.070	(2.081)	(2.081)
Obrigações tributárias	3.310	1.631	1.700
IR e CS a recolher	73.459	46.042	46.956
Outras contas a pagar com partes relacionadas	787	(3.435)	(3.435)
Contas a pagar de aquisição de empresa	(64.159)	(2.255)	(2.231)
Outras contas a pagar	(3.008)	(3.729)	(3.667)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**447.108**	**194.039**	**215.980**
Juros recebidos	67	7	7
IR e CS pagos	(82.249)	(48.959)	(49.742)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**364.926**	**145.087**	**166.245**
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento			
Empréstimos líquidos concedidos	(133)	(1.014)	(1.014)
Aquisições de investimento	–	(99.000)	–
Aquisições ativo imobilizado e intangível	(80.551)	(58.326)	(157.326)
Recebimento na alienação de imobilizado e intangível	16.926	–	–
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	**(63.758)**	**(158.340)**	**(158.340)**
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento			
Amortizações dos financiamentos e arrendamentos mercantis (IFRS 16)	(5.628)	(13.625)	(13.625)
Pagamento de dividendos	(201.132)	(234.171)	(234.171)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	**(206.760)**	**(247.796)**	**(247.796)**
Aumento (Redução) do Caixa e Equivalentes de Caixa	**94.408**	**(261.049)**	**(239.891)**
Caixa e Equivalentes de Caixa			
Saldo inicial	108.854	369.903	369.903
Caixa incorporado	2.551	–	–
Saldo final	205.813	108.854	130.012
Aumento (Redução) do Caixa e Equivalentes de Caixa	**94.408**	**(261.049)**	**(239.891)**

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

1. Contexto Operacional: A Ticket Serviços S.A. ("Companhia"), sociedade anônima de capital fechado, tem por objeto social principal a instituição de arranjos de pagamento próprios, sendo responsável por desenvolver as regras e os procedimentos que disciplinam a prestação de serviços de pagamento ao público; a prestação de serviços de administração, por conta própria ou de terceiros, de sistemas e/ou convênios de qualquer natureza, especialmente os relativos às atividades de refeições-convênio, alimentação-convênio, convênio-farmácia, vale-transporte e cartão de crédito, entre outros, por meio de vales ou cartões; participação como sócia ou acionista em empreendimentos comerciais ou negócios; e a prestação de serviços relacionados e auxiliares aos meios de pagamentos. A Companhia possui sua matriz localizada na Avenida Dra. Ruth Cardoso, 7815, 3º e 6º andares, Torre II, Pinheiros, na cidade de São Paulo, e seu portfólio é composto pelos produtos: Ticket Refeição, Ticket Alimentação, Ticket Transporte, Ticket Cultura e Ticket Saúde. **1.1. Reestruturação societária:** Em reunião de sócios realizada em 1 de novembro de 2021, foi aprovada a incorporação da controlada Cooper Ticket Administradora de Convênios Ltda.. A incorporação do acervo líquido não resultou em aumento de capital uma vez que a Companhia era a única sócia dessa controlada. Após detida análise da conjuntura atual e da situação das empresas, a administração resolveu propor incorporação da Incorporada pela Incorporadora, por acreditar que a operação propiciará substancial economia de despesas administrativas e simplificação do sistema administrativo. O Patrimônio Líquido das empresas incorporadas na data base 30 de setembro de 2021 está suportado por laudo de avaliação a valor contábil, datado de 20 de outubro de 2021. De acordo com os termos do instrumento de protocolo e justificação de incorporação, as variações patrimoniais ocorridas a partir de 30 de setembro de 2021 foram reconhecidas na Companhia. **2. Base de Elaboração das Demonstrações Financeiras e Resumo das Principais Práticas Contábeis: 2.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as interpretações e as orientações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC. **2.2. Base de elaboração das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos no fim de cada período de relatório, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir: O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços. Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia leva em consideração as características do ativo ou passivo no caso de os participantes do mercado levarem essas características em consideração na precificação do ativo ou passivo na data de mensuração. Além disso, para fins de preparação de relatórios financeiros, as mensurações do valor justo são classificadas nas categorias de níveis 1, 2 ou 3, descritas a seguir, com base no grau em que as informações para as mensurações do valor justo são observáveis e na importância das informações para a mensuração do valor justo em sua totalidade: • Informações de Nível 1 são preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos aos quais a Companhia pode ter acesso na data de mensuração. • Informações de Nível 2 são informações, que não possuem os preços cotados incluídos no Nível 1, observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente. • Informações de Nível 3 são informações não observáveis para o ativo ou passivo. Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 23 de março de 2022. **2.3. Novos pronunciamentos e alterações de pronunciamentos técnicos:** No exercício corrente, a Companhia adotou o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados em correlação às Normas Internacionais de Contabilidade - IAS 19. Os efeitos dessa aplicação encontram-se apresentados na nota explicativa n 19. Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

2.4. Base de consolidação

Entidade	Percentual de participação 2021	2020	Natureza	País
Cooper Ticket Administradora de Convênios Ltda.	0%	100%	Controlada	Brasil

Controlada é a entidade na qual a controladora, diretamente ou por meio de outras controladas, é titular de direitos de sócio que lhe assegurem, de modo permanente, preponderância nas deliberações sociais e o poder de eleger a maioria dos administradores. As demonstrações financeiras das controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle total se inicia até a data em que deixa de existir. As políticas contábeis das controladas estão alinhadas com as políticas adotadas pela controladora. Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas derivadas de transações intragrupo, são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com empresas investidas, registrados por equivalência patrimonial, são eliminados contra o investimento. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável. Uma mudança na participação sobre uma controlada que não resulta em perda de controle é contabilizada como uma transação entre acionistas, no patrimônio líquido. O resultado do período e cada componente dos outros resultados abrangentes são atribuídos aos acionistas da controladora e à participação dos não controladores. Perdas são atribuídas à participação de não controladores, mesmo que resultem em um saldo negativo. Em 1 de novembro de 2021, a Companhia incorporou sua controlada conforme mencionado na nota explicativa 1.1. **3. Principais Políticas Contábeis:** As principais práticas contábeis adotadas foram as seguintes: a) Resultado das operações: Apurado em conformidade com o regime contábil de competência dos exercícios. b) Reconhecimento das receitas: As receitas são reconhecidas da seguinte maneira: (i) No momento da efetiva prestação de serviços: 1. Receita de cliente: são tarifas recebidas de empresas clientes na venda de "vouchers", cartões pré-pagos e de todos os valores relativos faturados aos clientes. 2. Receita de afiliados: correspondem às tarifas cobradas dos estabelecimentos, essas receitas são referentes aos valores já utilizados pelos usuários dos cartões na rede credenciada e são reconhecidas na receita no momento da transação. (ii) Quando o valor da receita puder ser mensurado com confiabilidade. (iii) Quando for provável que os benefícios econômicos associados à transação fluirão para a Companhia. (iv) Quando as despesas incorridas com a transação, bem como as despesas para concluí-la, puderem ser mensuradas com confiabilidade. c) Moeda funcional e de apresentação: Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando o real (R$), que foi designado como moeda funcional, por ser a moeda do ambiente econômico no qual a Companhia atua, e também a moeda de apresentação das demonstrações financeiras. d) Instrumentos financeiros: Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo são reconhecidos imediatamente no resultado. A Companhia classifica seus instrumentos financeiros, em função da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos e é determinada no reconhecimento inicial, seguindo as classificações estipuladas pelo CPC 48: (i) Custo amortizado; (ii) Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (PL); e (iii) Valor justo por meio do resultado. Instrumentos financeiros derivativos e operações de "hedge" Os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo na data em que um contrato de derivativo é celebrado e, posteriormente, são atualizados pelo seu valor justo. As alterações no valor justo são registradas na demonstração do resultado, exceto quando o derivativo é considerado "hedge" contábil de fluxo de caixa. A Companhia pode contratar instrumentos financeiros derivativos, a fim de proteger a Companhia de flutuações nas taxas de juros com a contratação de instrumentos de "swaps". e) Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras: Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras, com vencimentos ou resgates até no máximo 90 dias a partir da data da aplicação e sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras são registradas pelo valor de custo, acrescido dos rendimentos auferidos no fim de cada exercício, que não excedem o seu valor justo ou de realização. f) Contas a receber de clientes e provisão para créditos de liquidação duvidosa: As contas a receber de clientes são registradas e mantidas no balanço patrimonial pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos e deduzidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa, a qual é constituída considerando uma análise do risco de realização sobre os títulos vencidos e de acordo com os critérios de perda esperada estipulado pelo CPC 48, para atender às prováveis perdas na realização desses ativos. g) Investimentos: Os investimentos em controlada são registrados ao custo de aquisição, é atualizado por equivalência patrimonial. A Companhia determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que o investimento em controlada sofreu perda por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável e o valor contábil e reconhece o montante na demonstração do resultado. h) Imobilizado: Registrado ao custo de aquisição, deduzido das depreciações calculadas pelo método linear. A vida útil leva em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens. A vida útil estimada e o método de depreciação são revisados no fim de cada exercício, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. i) Intangível: Representado, principalmente, por ágio e gastos com software, os valores estão demonstrados ao custo, e os softwares que possuem vida útil definida são amortizados em cinco anos, enquanto os ativos de vida útil indefinida são testados anualmente quanto à sua recuperação. j) Redução ao valor recuperável dos ativos, exceto ágio: A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Essas perdas, se houver, são classificadas como "Outras despesas operacionais". Não houve a necessidade de constituição de provisão para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020. k) Imposto de renda e contribuição social: A provisão para imposto de renda foi constituída à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente e para a contribuição social à alíquota de 9% sobre o lucro tributável. A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no fim de cada exercício, e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado para que reflita o montante que se espera ser recuperado. l) Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas. As provisões para riscos são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, formalizada ou não formalizada, como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser mensurado com confiabilidade suficiente. As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, usando a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo. As provisões são atualizadas duas vezes ao ano pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos assessores legais externos da Companhia. m) Dividendos obrigatórios: A proposta de distribuição de dividendos que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo na rubrica "Dividendos obrigatórios", por ser considerada uma obrigação estatutária da Companhia. n) Reembolsos a efetuar: Compreendem o saldo dos benefícios creditados em cartões e "vouchers" colocados em circulação e ainda não apresentados pelos estabelecimentos comerciais credenciados para reembolso. o) Benefícios a funcionários: Compreende o saldo referente ao benefício de pós-emprego correspondente a extensão de plano médico, com elegibilidade à ex-funcionários da Ticket, de acordo com a Lei 9.656/98, e observado os procedimentos estabelecidos no CPC 33. p) Afiliados a pagar: Registrados os valores devidos à rede credenciada de estabelecimentos comerciais, relativos aos cartões e "vouchers" apresentados para reembolso, sendo o pagamento realizado conforme o prazo contratual. q) Direito de uso de bens arrendados e Arrendamento a pagar: Os ativos de direito de uso da Companhia referem-se a contratos de arrendamento de ativos de imóvel na qual a Companhia está localizada e veículos. A Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento, e reconhece o direito de uso e o passivo de arrendamento. Deste modo, os ativos e passivos de acordo com o CPC 06 (R2) são mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento devido durante o prazo razoavelmente certo do arrendamento. Os ativos de direito de uso são representados na rubrica de arrendamento mercantil, e os passivos são apresentados na rubrica de arrendamentos a pagar no balanço patrimonial. Após a mensuração inicial, os valores dos ativos registrados como direito de uso estão sendo atualizados utilizando-se o método de custo, assim é mensalmente deduzida qualquer amortização acumulada, de acordo com critérios do CPC 27 - Ativo Imobilizado na amortização do ativo de direito de uso e corrigido por qualquer remensuração do passivo de arrendamento, quando aplicável. O passivo de arrendamento inicialmente registrado é atualizado aumentando mensalmente o valor do passivo da parcela de juros de cada contrato de arrendamento e reduzindo o valor dos pagamentos mensais do arrendamento e corrigido de qualquer remensuração de arrendamento, quando aplicável. **4. Principais Fontes de Julgamento e Estimativas:** Na aplicação das práticas contábeis descritas na nota explicativa nº 3, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos que não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas. As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no exercício em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas esse exercício, ou também em exercícios posteriores, se a revisão afetar tanto o exercício presente como exercícios futuros. a) Provisão para créditos de liquidação duvidosa é registrada conforme norma CPC 48. A carteira é segmentada conforme seu nível de risco e as provisões levam em conta a probabilidade de perda de cada cliente, o histórico de perda incorrida no segmento e a perda esperada com base em estudos macroeconômicos correlacionadas ao modelo. A análise de risco considera o valor total da exposição no momento da perda e leva em consideração fatores mitigadores de risco, como garantias e seguro de crédito. b) Imposto de renda e contribuição social diferidos: A Companhia reconhece ativos e passivos diferidos com base nas diferenças entre o valor contábil apresentado nas demonstrações financeiras e a base tributária dos ativos e passivos utilizando as alíquotas em vigor. A Administração da Companhia revisa regularmente os impostos diferidos ativos e passivos em termos de possibilidade de recuperação, considerando o lucro histórico gerado e o lucro tributável futuro projetado, de acordo com um estudo de viabilidade técnica. c) Vida útil dos bens do imobilizado e intangível: A Administração da Companhia revisa a vida útil estimada dos bens do imobilizado e intangível anualmente no fim de cada exercício. Durante o exercício corrente, a Companhia revisitou a análise periódica do prazo de vida útil-econômica remanescente dos bens do ativo imobilizado e intangível, requerida pela interpretação técnica ICPC 10 - Esclarecimento sobre o Pronunciamento Técnico CPC 27 - Ativo Imobilizado. Desta forma, em atendimento aos normativos relacionados, os eventos identificados foram reconhecidos no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020. Ágio: Classificado como intangível com vida útil indefinida, não sendo amortizado contabilmente. Para fins de teste de redução ao valor recuperável, o ágio é alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa da Companhia (ou grupos de unidades geradoras de caixa) que irão beneficiar-se das sinergias da combinação. As unidades geradoras de caixa às quais o ágio foi alocado são submetidas anualmente a teste de redução ao valor recuperável ou, com maior frequência, quando houver indicação de que uma unidade poderá apresentar redução ao valor recuperável. Se o valor recuperável da unidade geradora de caixa for menor que o valor contábil, a perda por redução ao valor recuperável é primeiramente alocada para reduzir o valor contábil de qualquer ágio alocado à unidade e, posteriormente, aos outros ativos da unidade, proporcionalmente ao valor contábil de cada um de seus ativos. Qualquer perda por redução ao valor recuperável de ágio é reconhecida diretamente no resultado do exercício. A perda por redução ao valor recuperável não é revertida em períodos subsequentes. Quando da alienação da correspondente unidade geradora de caixa, o valor atribuível de ágio é incluído na apuração do lucro ou prejuízo da alienação. d) Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas: A Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis e que possam ser estimadas com confiabilidade suficiente. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores legais externos. A Administração da Companhia acredita que a provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas está corretamente apresentada nas demonstrações financeiras. e) "Hedge": Os hedges para risco nas variações das taxas de juros são contabilizados como *hedge* contábil de fluxo de caixa ou de valor justo. No início da relação de "hedge", a Companhia documenta a relação entre o instrumento de "hedge" e o item objeto de "hedge" com seus objetivos na gestão de riscos e sua estratégia para assumir variadas operações de "hedge". Adicionalmente, no início do "hedge" e de maneira continuada, a Companhia documenta se o instrumento de "hedge" usado em uma relação de "hedge" é altamente efetivo na compensação das mudanças de valor justo ou fluxo de caixa do item objeto de "hedge", atribuível ao risco sujeito a "hedge". "Hedge" contábil de fluxo de caixa: A parte efetiva das mudanças no valor justo dos derivativos que for designada e qualificada como "hedge" contábil de fluxo de caixa é reconhecida em "Outros resultados abrangentes" e acumulada na rubrica "Outros resultados abrangentes" líquido dos efeitos tributários. Os ganhos ou as perdas relacionadas à parte inefetiva são reconhecidos imediatamente no resultado do exercício. Os valores anteriormente reconhecidos em "Outros resultados abrangentes" e

continua

continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras da Ticket Serviços S.A.

acumulados no patrimônio líquido são reclassificados para o resultado no exercício em que o item objeto de "hedge" afeta o resultado, na mesma rubrica da demonstração do resultado em que tal item é reconhecido. Entretanto, quando uma transação prevista objeto de "hedge" resulta no reconhecimento de um ativo ou passivo não financeiro, os ganhos e as perdas anteriormente reconhecidos em "Outros resultados abrangentes" e acumulados no patrimônio são transferidos para a mensuração inicial do custo desse ativo ou passivo. A contabilização de "hedge" é descontinuada quando a Companhia cancela a relação de "hedge", o instrumento de "hedge" vence ou é vendido, rescindido ou executado, ou não se qualifica mais como contabilização de "hedge". Quaisquer ganhos ou perdas reconhecidas em "Outros resultados abrangentes" e acumulados no patrimônio líquido naquela data permanecem no patrimônio e são reconhecidos quando a transação prevista for finalmente reconhecida no resultado. Quando não se espera mais que a transação prevista ocorra, os ganhos ou as perdas acumulados e diferidos no patrimônio líquido são reconhecidos imediatamente no resultado. **5. Patrimônio Líquido:** a) Capital social: O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2021 é de R$478.705 (R$478.705 em 2020), composto por 34.684.163 ações ordinárias nominativas (34.684.163 em 2020), constituído como segue:

Acionista	Quantidade de ações em 31/12/2021	Quantidade de ações em 31/12/2020	Participação %
Edenred Brasil Participações S.A.	30.868.906	30.868.906	89%
Itaú Unibanco S.A.	3.815.257	3.815.257	11%
Total	34.684.163	34.684.163	100,00

b) Reserva legal: Constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder 20% do capital social da Companhia. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar o prejuízo e aumentar o capital. c) Reserva de lucros: A reserva de retenção de lucros, que deve ser constituída nos termos da Lei das Sociedades por Ações, refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, para atender ao projeto de crescimento dos negócios estabelecido no plano de investimentos, a ser deliberado em Assembleia Geral. d) Dividendos obrigatórios: O Estatuto Social define que a Companhia deve destinar aos acionistas, em cada exercício social, dividendos obrigatórios de no mínimo 25% e, no máximo, 75% do lucro líquido auferido no exercício, após as deduções previstas. Os dividendos mínimos obrigatórios do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 correspondem ao valor de R$62.437. O Estatuto Social faculta à Companhia o direito de levantar balanços semestrais ou referentes a períodos menores e, com base neles, autoriza a distribuição de dividendos mediante a deliberação da Diretoria. Em 04 de dezembro de 2020, na Reunião do Conselho de Administração, fora aprovada a proposta de postergar a discussão sobre a deliberação do montante a ser distribuído a título de dividendo mínimo obrigatório referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, conforme previsto na lei 6.404/76, artigo 202. Em 13 de setembro de 2021, em Assembleia Geral Ordinária, foi deliberado o pagamento de dividendos no montante de R$201.132 para as acionistas (R$179.007 à Edenred Brasil e R$22.125 ao Itaú Unibanco S.A.) referente aos lucros oriundos do exercício findo em 31 de dezembro de 2020. e) Outros resultados abrangentes: A movimentação da parcela efetiva da marcação a mercado no exercício dos instrumentos financeiros derivativos, classificados como "*hedge*" contábil de fluxo de caixa e o reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais referente aos benefícios de longo prazo e pós emprego oferecidos pela Companhia estão demonstrados conforme tabela abaixo: "Hedge" contábil de fluxo de caixa:

	Saldo Principal	Imposto de renda e contribuição social diferido	Saldo Líquido
Saldo em 31.12.2020	163.692	(55.655)	108.037
Movimentação	(168.052)	57.138	(110.914)
Saldo em 31.12.2021	(4.360)	1.483	(2.877)

Benefícios a empregados:

	Saldo Principal	Imposto de renda e contribuição social diferido	Saldo Líquido
Saldo em 31.12.2020	–	–	–
Movimentação	4.636	(1.576)	3.060
Saldo em 31.12.2021	4.636	(1.576)	3.060

6. Lucro Líquido por Lote de Mil Ações do Capital Social

Conforme descrito na nota explicativa nº 5, a Companhia possui apenas ações ordinárias. A Companhia não possui instrumentos conversíveis em ações ou com característica de patrimônio líquido, portanto o lucro diluído por ação é igual ao lucro básico por ação. O lucro por ação, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 41 - Resultado por Ação, está demonstrado a seguir:

	2021	2020
Lucro líquido	262.891	253.823
Média ponderada de ações ordinárias (em milhares) utilizadas na apuração do lucro básico e diluído por ação	34.684	34.684
Lucro por ação - básico e diluído - R$	7,58	7,32

Felipe Carneiro Gonçalves Gomes - Diretor Geral **Viviane Pampin Rodriguez** - Diretora financeira **Adriana Rodrigues Chaves** - Contadora CRC-1SP 260030/O-0

FUNDAÇÃO FACULDADE DE MEDICINA - ICESP

CNPJ: 56.577.059/0006.06

COMPRA PRIVADA / ICESP 1865/2022

A FFM/ICESP, entidade filantrópica privada sem fins lucrativos, através do Departamento Contratos e Compras, situado na Avenida Dr. Arnaldo, 251 - Cerqueira César, São Paulo - SP, torna pública a abertura do processo de compra, do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL**, para fornecimento de **NUTRIÇÃO PARENTERAL INDIVIDUALIZADA**, cujos detalhes estão disponíveis no site do ICESP (www.icesp.org.br), e que será regido pelo **Regulamento de Compras da FFM**.

S.A. "O ESTADO DE S. PAULO"

CNPJ nº 61.533.949/0001-41 - NIRE 35300044266

AVISO AOS ACIONISTAS

Encontram-se à disposição dos Senhores Acionistas da S.A. "O ESTADO DE S. PAULO", na sede da Sociedade, situada nesta Capital, na Avenida Engenheiro Caetano Álvares nº 55, Bairro do Limão, CEP 02598-900, os documentos a que se refere o artigo 133 da Lei nº 6.404/76, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021. São Paulo, 25 de março de 2022. Roberto Crissiuma Mesquita - Presidente do Conselho de Administração.

AGÊNCIA ESTADO S.A.

CNPJ nº 62.652.961/0001-38 - NIRE 35300202112

AVISO AOS ACIONISTAS

Encontram-se à disposição dos Senhores Acionistas da AGÊNCIA ESTADO S.A., na sede da Sociedade, situada nesta Capital, na Avenida Engenheiro Caetano Álvares nº 55, 3º e 6º andares, Bairro do Limão, CEP 02598-900, os documentos a que se refere o artigo 133 da Lei nº 6.404/76, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021. São Paulo, 25 de março de 2022. Roberto Crissiuma Mesquita - Presidente do Conselho de Administração.

CIDADE DE SÃO PAULO **SAÚDE**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 305/2022-SMS.G

Processo **6018.2021/0097353-5,** destinado ao **registro de preços para o fornecimento de ELETRODO AUTOADESIVO 50 X 90 MM, SUPORTE PARA FIXAÇÃO DE CANULA DE TRAQUEOSTOMIA - USO PEDIÁTRICO, CURATIVO PROTETOR DE TRAQUEOSTOMIA PEDIÁTRICO, FIXADOR ADESIVO DE TUBOS E SONDAS NASAIS-ADULTO, CURATIVO ADESIVO FILME TRANSPARENTE FENESTRADO 5 CM X 6 CM,** para a Coordenadoria de Administração e Suprimentos - CAS, Divisão de Licitação, Pesquisa de Preços e Compras/Grupo Técnico de Compras - GTC/Área Técnica de Material Médico Hospitalar, do tipo **menor preço.** A abertura/realização da sessão pública de pregão ocorrerá a partir das **9 horas** do dia **8 de abril de 2022,** pelo endereço **www.comprasnet.gov.br,** a cargo da 12ª Comissão Permanente de Licitações da Secretaria Municipal da Saúde.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 306/2022-SMS.G, processo **6110.2021/0008128-6,** destinado à aquisição de **COPO DE PAPEL BIODEGRADÁVEL DESCARTÁVEL, PARA USO EM UNIDADES VINCULADAS À SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE,** do tipo **menor preço.** A abertura/realização da sessão pública de pregão ocorrerá a partir das **9 horas** do dia **12 de abril de 2022,** pelo endereço **www.comprasnet.gov.br,** a cargo da **10ª Comissão Permanente de Licitações** da Secretaria Municipal da Saúde.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 308/2022-SMS.G, processo 6018.2022/0009597-1, destinado ao **registro de preços** para o fornecimento de **MEDICAMENTOS ESSENCIAIS III,** para a Coordenadoria de Administração e Suprimentos - CAS, Divisão de Licitação, Pesquisa de Preços e Compras/Grupo Técnico de Compras - GTC/Área Técnica de Medicamentos, do tipo **menor preço.** A abertura/realização da sessão pública de pregão ocorrerá a partir das **9 horas** do dia **8 de abril de 2022,** pelo endereço **www.comprasnet.gov.br,** a cargo da **11ª Comissão Permanente de Licitações** da Secretaria Municipal da Saúde.

DOCUMENTAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO

Os documentos referentes às propostas comerciais e anexos, das empresas interessadas, deverão ser encaminhados a partir da disponibilização do sistema, www.comprasnet.gov.br, até a data de abertura, conforme especificado no edital.

RETIRADA DE EDITAIS

Os editais dos pregões acima poderão ser consultados e/ou obtidos nos endereços: http://e-negocioscidadesp.prefeitura.sp.gov.br; www.comprasnet.gov.br, quando pregão eletrônico; ou, no gabinete da Secretaria Municipal da Saúde, na Rua General Jardim, 36 - 3º andar - Vila Buarque - São Paulo/SP - CEP 01223-010, mediante o recolhimento de taxa referente aos custos de reprografia do edital, através do DAMSP, Documento de Arrecadação do Município de São Paulo.

PROCESSO: 6018.2020/0026246-7
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 228/2022-SMS.G
5ª COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
COMUNICADO

A 5ª CPL/SMS COMUNICA que, com referência ao Edital do Pregão Eletrônico nº 228/2022, objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA O FORNECIMENTO DE FRALDA DESCARTÁVEL ADULTO, fica com a alteração conforme segue abaixo:

ONDE SE LÊ:

"2.5. A impugnação deverá, obrigatoriamente, estar acompanhada de CPF ou RG, em se tratando de pessoa física, e de CNPJ, em se tratando de pessoa jurídica (por documento original ou cópia autenticada), bem como do respectivo ato constitutivo e procuração, na hipótese de procurador, que comprove que o signatário, efetivamente, representa e possui poderes de representação da impugnante."

LEIA-SE:

"2.5. A impugnação deverá, obrigatoriamente, estar acompanhada de CPF ou RG, em se tratando de pessoa física, e de CNPJ, em se tratando de pessoa jurídica (por documento original ou cópia), bem como do respectivo ato constitutivo e procuração, na hipótese de procurador, que comprove que o signatário, efetivamente, representa e possui poderes de representação da impugnante."

ONDE SE LÊ:

"6.6.1.2. Estando o registro vencido, o Licitante deverá apresentar cópia autenticada e legível da solicitação de sua revalidação acompanhada de cópia do registro vencido. "

LEIA-SE:

"6.6.1.2. Estando o registro vencido, o Licitante deverá apresentar cópia e legível da solicitação de sua revalidação acompanhada de cópia do registro vencido."

ONDE SE LÊ:

"10.2.3.4. Caso a revalidação da licença de funcionamento das Licenças de funcionamento dos subitens 10.3.3.2 e 10.3.3.3 para o presente exercício não tenha sido concedida, a proponente deverá apresentar a licença de funcionamento do exercício anterior acompanhada do protocolo de revalidação, nos termos da legislação sanitária local, devidamente comprovada através de cópia autenticada do Diário Oficial."

LEIA-SE:

"10.2.3.4. Caso a revalidação da licença de funcionamento das Licenças de funcionamento dos subitens 10.3.3.2 e 10.3.3.3 para o presente exercício não tenha sido concedida, a proponente deverá apresentar a licença de funcionamento do exercício anterior acompanhada do protocolo de revalidação, nos termos da legislação sanitária local, devidamente comprovada através de cópia do Diário Oficial."

Cabe informar que a retirada da exigência de autenticação, nos itens citados acima, não afeta valor de proposta/preço e também não prejudica a competitividade. Demais condições e data de realização do pregão permanecem inalteradas.

CIDADE DE SÃO PAULO **SAÚDE**

PROCESSO: 6018.2021/0080687-6
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE
UNIDADE DE COORDENAÇÃO DO PROJETO AVANÇA SAÚDE SÃO PAULO
CONTRATO DE EMPRÉSTIMO Nº 4641/OC-BR
AVISO DE LICITAÇÃO
EDITAL Nº LPN 001/2022

A Prefeitura Município de São Paulo recebeu um empréstimo do Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, em várias moedas, relativo ao custo no montante de US$ 100.000.000,00 (cem milhões de dólares) para o financiamento do projeto de reestruturação e qualificação das redes assistenciais da cidade São Paulo, Avança Saúde - São Paulo e pretende aplicar parte dos recursos desse empréstimo em pagamentos elegíveis nos termos do Contrato de execução das seguintes obras de reforma Lote 01- *Construção de Unidade Básica de Saúde Parque Santo Antônio II*, Lote 02 - *Construção de Unidade Básica de Saúde Jardim Reimberg*, Lote 03 - *Construção de Unidade Básica de Saúde Cidade Dutra*, Lote 04 - *Construção de Unidade Básica de Saúde Jardim São Bernardo*, Lote 05 - *Reforma de Unidade de Pronto Atendimento Atualpa - Dr. Girão Rabelo.* Lote 06 - *Construção de Unidade Básica de Saúde Parque das Flores.*

A Secretaria Municipal da Saúde Unidade de Coordenação do Projeto Avança Saúde São Paulo, convida os interessados a apresentarem propostas para a execução de obras de construção de Unidade Básica de Saúde - "UBS" *Parque Santo Antônio II*, "UBS" *Jardim Reimberg*, "UBS" *Cidade Dutra*, "UBS" *Jardim São Bernardo* "UBS" *Parque das Flores*; execução de obra de reforma de Unidade de Pronto Atendimento "UPA" *Atualpa*.

A licitação está aberta a todos os Concorrentes oriundos de países elegíveis do Banco.

O Edital, bem como seus anexos, poderão ser retirados, em mídia digital, na Secretaria Municipal de Saúde Rua General Jardim, 36 - 9º andar -Vila Buarque, 01223-010, junto à Unidade de Coordenação do Projeto Avança Saúde São Paulo. As empresas interessadas poderão obter mais informações por meio de endereço eletrônico: smshidavancasaude@prefeitura.sp.gov.br e pelo Telefone: (11) 2027-2345 das 9h00 às 12h00 e das 14h00 às 17h00.

As propostas deverão ser entregues na Secretaria Municipal de Saúde situada à Rua General Jardim, 36 - 9º andar -Vila Buarque, 01223-010, na Unidade de Coordenação do Projeto Avança Saúde São Paulo, até às 10:00 do dia 28 de abril de 2022, acompanhadas de Garantia de Proposta de cada lote, no valor de 3% do orçamento base, conforme descrito: Lote 01: 260.929,52 (Duzentos e sessenta mil novecentos e vinte e nove reais e cinquentas e dois centavos). Lote 02: 251.273,00 (Duzentos e cinquenta e um mil duzentos e setenta e três reais). Lote 03: 284.913,74 (Duzentos e oitenta e quatro mil novecentos e treze reais e setenta e quatro centavos). Lote 04: 293.823,61 (Duzentos e noventa e três mil oitocentos e vinte e três reais e sessenta e um centavos). Lote 05: R$ 380.769,84 (Trezentos e oitenta reais e setecentos e sessenta e nove reais e oitenta e quatro centavos). Lote 06: R$ 236.392,02 (Duzentos e trinta e seis mil trezentos e noventa e dois reais e dois centavos). As licitantes interessadas poderão participar de um, alguns ou de todos os lotes, mas terão homologadas suas propostas no máximo em um lote, prevalecendo vencedora no lote cuja proposta seja mais vantajosa a SMS - Secretária Municipal da Saúde do Município de São Paulo.

O Concorrente poderá apresentar proposta individualmente ou como participante de um *Joint-Venture* e/ou Consórcio.

CIDADE DE SÃO PAULO **GOVERNO**

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

Concorrência EC/002/2022/SGM-SEDP
Processo Administrativo SEI 6016.2021/0121770-9
Interessados: PMSP, SGM, SME

Objeto: Parceria Público-Privada (PPP) na modalidade concessão administrativa para a implantação, manutenção e conservação de 05 (cinco) Centros Educacionais Unificados (CEUs) no Município de São Paulo.

Assunto: Aviso de abertura de licitação.

O Município de São Paulo, representado pelo Secretário Municipal de Educação e pelo Secretário de Governo Municipal, torna público que fará realizar a licitação, sob a modalidade concessão administrativa para a implantação, manutenção e conservação de 05 (cinco) Centros Educacionais Unificados (CEUs) no Município de São Paulo, com fundamento na Lei Municipal nº 16.211/2015, na Lei Municipal nº 16.703/2017, na Lei Municipal nº 14.517/2007, na Lei Federal nº 11.079/2004, na Lei Federal nº 8.987/1995, na Lei Federal nº 9.074/1995, e, subsidiariamente, em conformidade com a Lei Municipal nº 13.278/2002, a Lei Federal nº 8.666/1993, e demais normas que regem a matéria, observadas as regras do presente Edital.

Data para Sessão de Abertura - Recebimento dos Envelopes: 11 de maio de 2022, às 10h.

Data para Sessão de Abertura - Abertura dos Envelopes: 11 de maio de 2022, às 11h.

Local da Sessão Pública: Viaduto do Chá, nº 15, 6º andar, Sala de Coletiva da SECOM, Centro Histórico, São Paulo-SP.

Local para a Retirada do Edital: Os protocolos e a disponibilização de documentos relatados no Edital serão feitos, preferencialmente, através do e-mail novosceus@prefeitura.sp.gov.br, e da nossa página eletrônica, no site da Prefeitura de São Paulo, página da Secretaria de Governo-Desestatização/Projetos, por meio dos links: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/governo/desestatizacao_projetos/novos_ceus/edital/index.php?p=326687; https://tinyurl.com/34p3wey2; e http://e-nego cioscidadesp.prefeitura.sp.gov.br/

Caso algum interessado não consiga realizar protocolo ou acessar os documentos pela via eletrônica e tenha interesse em fazer a retirada física dos documentos editalícios ou entrega de qualquer documentação referente ao certame deverá agendar previamente o comparecimento por meio do e-mail disponibilizado.

Informamos que a sessão de abertura dos envelopes, referentes à concorrência em epígrafe, será realizada no formato semipresencial.

A publicidade da sessão será garantida pela transmissão online ao vivo, a ser realizada na plataforma ZOOM, por meio dos links: https://us02web.zoom.us/meeting/register/tZUrc--orjkrE9dXV4AX7-We5WzhQnNaj2MV; e https://tinyurl.com/5k6mmrze.

RTDR Participações S.A.

CNPJ º 09.222.901/0001-00 - NIRE 42.300.048.241

AVISO AOS ACIONISTAS: RTDR PARTICIPAÇÕES S.A. ("Companhia"), em atendimento às determinações legais e estatutárias, submete à apreciação de seus acionistas cópia dos documentos que seguem: (i) Balanço Patromonial; (ii) Demonstração de Resultado do Exercício; (iii) Demonstração de Mutações no Patrimônio Líquido; (iv) Demonstração do Fluxo de Caixa; (v) Demonstração do Valor Adicionado; (vi) Carta dos Auditores Independetes, relativos ao exercício social encerrado em 31.12.2021.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO EM MILHARES DE REAIS

	Controladora		Consolidado	
Ativo	**31 de dezembro de 2021**	**31 de dezembro de 2020**	**31 de dezembro de 2021**	**31 de dezembro de 2020**
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 7)	56.568	67.617	150.995	111.438
Aplicações Financeiras (Nota 7)	2.911		4.114	
Contas a receber (Nota 8)			79.581	109.461
Estoques (Nota 11)	906	906	477.014	494.905
Adiantamento a funcionários e fornecedores (Nota 9)	154	141	6.176	8.513
Tributos a recuperar (Nota 10)	384	9	2.705	2.054
Despesas antecipadas			22.212	13.035
Outros direitos realizáveis(Nota 13)	38.813	35.524	40.680	37.648
Total do ativo circulante	99.736	104.197	783.477	777.054
Não Circulante				
Contas a receber (Nota 8)			157.208	150.595
Estoques (Nota 11)			77.104	36.232
Partes relacionadas (Nota 12)	87.035	131.664	53.146	36.409
Tributos diferidos (Nota 14)		19	699	29
Despesas antecipadas			6.761	427
Outros direitos realizáveis(Nota 13)	1.402	3.396	2.948	6.926
	88.437	135.079	297.866	253.618
Investimentos (Nota 15)	949.191	822.372		846
Propriedades para investimentos (Nota 16)			560.147	553.885
Imobilizado (Nota 17)			47.730	40.949
Total Ativo	1.137.364	1.061.648	1.689.220	1.603.352

	Controladora		Consolidado	
Passivo e patrimônio líquido	**31 de dezembro de 2021**	**31 de dezembro de 2020**	**31 de dezembro de 2021**	**31 de dezembro de 2020**
Circulante				
Fornecedores (Nota 18)	153	47	10.477	8.014
Empréstimos (Nota 19)	53.126	37.922	61.098	54.588
Arrendamentos (Nota 20)			948	551
Obrigações sociais e trabalhistas	162	355	9.926	7.176
Obrigações fiscais (Nota 21)	293	148	4.670	4.104
Parcelamentos fiscais (Nota 22)			10.879	4.513
Adiantamentos de clientes (Nota 23)	7	1	101.165	58.942
Partes relacionadas (Nota 12)	75.929	56.045	7.431	9.732
Obrigações contratuais (Nota 24)			34.920	22.337
Outras obrigações	16	79	2.724	111
Total do passivo circulante	129.686	94.597	244.238	170.068
Não Circulante				
Empréstimos (Nota 19)	216.502	203.206	216.915	211.919
Arrendamentos (Nota 20)			4.816	4.649
Obrigações contratuais (Nota 24)			17.872	28.182
Tributos diferidos (Nota 14)			202.550	202.141
Parcelamentos fiscais (Nota 22)			19.163	14.452
Adiantamentos de clientes (Nota 23)			156.551	174.304
Provisões para contingências (Nota 25)			14.491	12.891
Provisões para passivo a descoberto (Nota 15)	88	98		
Total do passivo não circulante	216.590	203.304	632.358	648.628
Total Passivo	346.276	297.901	876.596	818.696
Patrimônio Líquido (Nota 26)				
Capital realizado	280.000	280.000	280.000	280.000
Reserva de lucros	511.088	483.747	511.088	483.747
	791.088	763.747	791.088	763.747
Participação dos não controladores			21.536	20.909
Total do Patrimônio Líquido	791.088	763.747	812.624	784.656
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	1.137.364	1.061.648	1.689.220	1.603.352

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EM MILHARES DE REAIS

		Reserva de lucros						
	Capital social	**Reserva a disposição dos Acionistas**	**Reserva de lucros a realizar**	**Reserva Legal**	**Lucros acumulados**	**Total**	**Participação de sócios não controladores**	**Total do patrimônio líquido**
Em 31 de dezembro de 2019	**30.000**	**348.823**	**356.032**	**442**	**-**	**735.297**	**19.933**	**755.230**
Lucro líquido do exercício					39.471	39.471	976	40.447
Aumento de capital	250.000	(250.000)						
Destinações propostas no exercício								
Distribuições de lucros		(3.234)				(3.234)		(3.234)
Dividendos mínimos obrigatórios		(7.787)				(7.787)		(7.787)
Constituição de reservas		31.151	6.346	1.974	(39.471)			
Em 31 de dezembro de 2020	**280.000**	**118.953**	**362.378**	**2.416**		**763.747**	**20.909**	**784.656**
Lucro líquido do exercício					37.881	37.881	2.648	40.529
Destinações propostas no exercício:								
Distribuição desproporcional para sócios não controladores							(516)	(516)
Amortização lucros distribuídos antecipadamente							(1.505)	(1.505)
Distribuições de lucros		(3.109)				(3.109)		(3.109)
Dividendos mínimos obrigatórios		(7.431)				(7.431)		(7.431)
Constituição de reservas		29.725	6.262	1.894	(37.881)			
Em 31 de dezembro de 2021	**280.000**	**138.138**	**368.640**	**4.310**		**791.088**	**21.536**	**812.624**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO EM MILHARES DE REAIS

	Controladora		Consolidado	
	2021	**2020**	**2021**	**2020**
Fluxos de caixas das atividades operacionais				
Lucro antes do IR e da CS	39.269	39.456	43.562	46.677
Ajustado por:				
Depreciação			4.158	4.032
Provisões (reversões) para contingências			1.510	4.020
Provisões (reversões) perdas por inadimplência			6.575	6.145
Demais provisões (reversões)	(55)	2	(549)	2
Ajuste a valor justo das propriedades para investimento			(6.262)	(9.614)
Juros provisionados (apropriados)			1.165	84
Equivalência patrimonial	(73.378)	(57.340)		(635)
Perda na alienação do imobilizado	7	18	2.433	776
	(34.157)	(17.864)	52.592	51.487
(Aumento) redução dos ativos:				
Contas a receber de clientes		576	16.694	(31.669)
Tributos a recuperar	(375)	(9)	(651)	283
Adiantamentos a funcionários e fornecedores	(13)	(114)	2.337	(1.457)
Estoques			(22.981)	63.997
Despesas antecipadas			(15.511)	3.779
Outros direitos realizáveis	(1.295)	(35.125)	946	(38.106)
Aumento (redução) dos passivos:				
Fornecedores	106	37	2.463	487
Obrigações sociais e trabalhistas	(193)	217	2.750	1.686
Obrigações fiscais e tributárias	145	(36)	566	(638)
Parcelamentos tributários			11.076	(2.783)
Adiantamentos de clientes	6	(41)	24.470	13.744
Outras obrigações	(63)	30	2.613	(672)
Obrigações contratuais			2.273	(35.492)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(1.317)	(22)	(3.262)	(2.429)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais	**(37.156)**	**(52.351)**	**76.375**	**22.217**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Aumento em investimento	(92.289)		846	
Aquisição de imobilizado	(7)		(13.282)	(679)
Investimento em aplicações financeiras	(2.911)		(4.114)	
Partes relacionadas	57.081	(77.245)	(26.469)	(18.329)
Lucros recebidos	38.842			
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento	**716**	**(77.245)**	**(43.019)**	**(19.008)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Captação de emp. e financ. - principal e juros	100.000	255.286	100.000	262.442
Amortização de empréstimos e financiamentos	(39.418)	(56.540)	(54.423)	(177.005)
Juros de empréstimos e financiamentos	(32.082)	(11.816)	(34.071)	(22.209)
Amortização de arrendamento - principal e juros			(691)	(610)
Distribuição de lucros	(3.109)	(3.234)	(4.614)	(3.234)
Caixa líquido gerados pelas atividades de financiamento	**25.391**	**183.696**	**6.201**	**59.384**
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa, líquidos	**(11.049)**	**54.100**	**39.557**	**62.593**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	67.617	13.517	111.438	48.845
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	56.568	67.617	150.995	111.438

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO EM MILHARES DE REAIS

	Controladora		Consolidado	
	2021	**2020**	**2021**	**2020**
Receitas				
Incorporação, revenda de imóveis, serviços e mercadorias	32	315	429.726	398.183
Valor justo das propriedades para investimentos			6.262	9.614
	32	315	435.988	407.797
Insumos adquiridos de terceiros				
Custo	(183)		(218.706)	(207.313)
Materiais, energia, serviços terceiros e outros operacionais	(1.854)	(1.287)	(52.885)	(39.122)
	(2.037)	(1.287)	(271.591)	(246.435)
Valor (consumido) adicionado bruto	(2.005)	(972)	164.397	161.362
Retenções				
Provisões (reversões)	2.388	(14)	1.196	(5.876)
Depreciação e amortização			(4.158)	(4.032)
	2.388	(14)	(2.962)	(9.908)
Valor (consumido) adicionado produzido pelo Companhia	383	(986)	161.435	151.454
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado de equivalência patrimonial	73.378	57.340		635
Receitas financeiras	4.453	166	9.867	3.717
Valor adicionado total a distribuir	78.214	56.520	171.302	155.806
Distribuição do valor adicionado				
Salários e encargos	(2.218)	(2.018)	(63.625)	(61.479)
Impostos, taxas e contribuições	(1.389)	(15)	(26.989)	(25.989)
Despesas Financeiras	(36.726)	(15.016)	(40.160)	(27.891)
Participação de minoritários no resultado			(2.648)	(976)
Dividendos	(10.541)	(11.022)	(12.046)	(11.022)
Lucros retidos	(27.340)	(28.449)	(25.834)	(28.449)
Valor adicionado distribuído	(78.214)	(56.520)	(171.302)	(155.806)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

continua...

continuação

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO EM MILHARES DE REAIS

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Lucro líquido do exercício	37.881	39.471	40.529	40.447
Outros componentes do resultado abrangente do exercício, líquido dos efeitos tributários				
Total do resultado abrangente do exercício	37.881	39.471	40.529	40.447
Atribuível a				
Acionistas da Companhia			37.881	39.471
Participação dos não controladores			2.648	976
			40.529	40.447

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO - EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Receita operacional líquida (Nota 27)	31	285	405.768	378.423
Custos das vendas (Nota 28)	(183)		(266.593)	(254.005)
Lucro (prejuízo) bruto	**(152)**	**285**	**139.175**	**124.418**
Despesas administrativas (Nota 29 (a))	(3.788)	(3.278)	(27.386)	(22.068)
Despesas com vendas (Nota 29 (b))	(285)	(27)	(54.956)	(42.227)
Resultado de equivalência patrimonial (Nota 15)	73.378	57.340		635
Outras receitas (despesas), líquidas	2.389	(14)	17.021	10.093
Lucro operacional	**71.542**	**54.306**	**73.854**	**70.851**
Receitas financeiras (Nota 30)	4.453	166	9.867	3.717
Despesas financeiras (Nota 30)	(36.726)	(15.016)	(40.160)	(27.891)
Despesas financeiras, líquidas	(32.273)	(14.850)	(30.293)	(24.174)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	**39.269**	**39.456**	**43.561**	**46.677**
Imposto de renda e contribuição social correntes (Nota 14)	(1.317)	(41)	(3.262)	(2.269)
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 14)	(71)	56	230	(3.961)
Lucro líquido do exercício	**37.881**	**39.471**	**40.529**	**40.447**
Resultado dos controladores	37.881	39.471	37.881	39.471
Resultado dos não controladores			2.648	976
Quantidade de ações ao final do exercício (em milhares)	30.000	30.000		
Lucro básico e diluído por ação - em reais	1,26	1,32		

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Tatiana Schumacker Rosa Cequinel – Presidente.
Simone Batista Damasceno – Contadora – CRC 055310/O-0 PR

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas
RTDR Participações S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da RTDR Participações S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da RTDR Participações S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da RTDR Participações S.A. e da RTDR Participações S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil, registradas na Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Conforme descrito na nota 2.1, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil registradas na CVM. Dessa forma, a determinação da política contábil adotada pela Companhia, para o reconhecimento de receita nos contratos de compra e venda de unidade imobiliária não concluída, sobre os aspectos relacionados à transferência de controle, seguem o entendimento manifestado pela CVM no Ofício circular /CVM/SNC/SEP no 02/2018 sobre a aplicação da NBC TG 47 (IFRS 15). Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Nossa auditoria para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foi planejada e executada considerando que as operações da Companhia não apresentaram modificações significativas em relação ao exercício anterior. Portanto, os Principais Assuntos de Auditoria, bem como nossa abordagem de auditoria, mantiveram-se substancialmente alinhados àqueles do exercício anterior.

Porque é um PAA

Reconhecimento de receita (notas 2.17, 3(a) e 27)

A Companhia e suas controladas utilizam o método de Porcentagem de Conclusão ("POC") para contabilizar a receita com contratos de venda de unidades nos empreendimentos de incorporação imobiliária.

O método de reconhecimento de receita por meio do POC requer que a administração da Companhia considere, entre outros aspectos, a estimativa dos custos a incorrer até o término da construção e entrega das chaves das unidades imobiliárias, a fim de estabelecer uma proporção entre os custos já incorridos e o orçamento de custo da obra. Essa proporção é aplicada sobre o valor de venda das unidades já comercializadas e, subsequentemente, o valor é reajustado segundo as condições dos contratos de venda, determinando o montante da receita a ser reconhecida em cada período de competência.

Essa área foi considerada foco em nossa auditoria, pois o processo de reconhecimento da receita envolve estimativas críticas da administração na determinação dos orçamentos de custos, sua revisão periódica e o estágio da execução da obra. Assim, quaisquer mudanças nessas estimativas podem impactar de forma relevante a posição patrimonial e o resultado do exercício.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Efetuamos entendimento dos principais controles internos estabelecidos pela administração para reconhecimento da receita de venda das unidades imobiliárias em construção, bem como para a preparação e aprovação das estimativas de custos a incorrer e para o monitoramento dos custos incorridos.

Testamos os custos incorridos, em base amostral, inspecionando contratos, documentos e pagamentos realizados. Com base em uma amostra de empreendimentos, inspecionamos os orçamentos de obra e suas respectivas aprovações, e confrontamos os principais itens do orçamento com contratos firmados junto a terceiros.

Efetuamos comparação de orçamentos selecionados entre exercícios e obtivemos esclarecimentos para variações não usuais. Para determinados empreendimentos concluídos, confrontamos o custo total efetivo com os respectivos orçamentos previamente efetuados.

Para transações de receita com vendas de unidades imobiliárias, inspecionamos, em base de testes, contratos de venda, comprovantes de liquidação financeira e recalculamos o saldo a receber de acordo com o índice contratual vigente.

Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os critérios adotados e estimativas utilizadas pela administração em relação a esse tema são razoáveis e as informações divulgadas são consistentes com as informações e documentos obtidos.

Realização do saldo de imóveis a comercializar (notas 2.6, 3(e) e 11)

Os imóveis a comercializar, representados pelos terrenos para futuras incorporações e pelas unidades concluídas, ou em construção, a comercializar, estão demonstrados ao custo, o qual não deve exceder o valor líquido realizável. A dinâmica do cenário econômico que impacta o acesso ao crédito e os preços dos imóveis, leva a administração a estabelecer estimativas e julgamentos relevantes para determinar se os custos desses estoques serão recuperáveis pela venda.

Esse assunto foi considerado como uma área de foco de nossa auditoria pois a utilização de diferentes estimativas e pressupostos nas circunstâncias descritas podem causar impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Efetuamos entendimento dos controles internos relevantes associados à análise de margem dos empreendimentos, bem como discussão da metodologia e principais premissas utilizadas pela Companhia para determinação do valor dos imóveis a comercializar.

Comparamos, em base de testes, os preços estimados pela administração com os praticados no mercado, bem como conferimos a exatidão matemática dos cálculos de margem dos empreendimentos efetuados pela administração.

Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que as premissas e os critérios utilizados pela administração são razoáveis e as divulgações são consistentes com dados e informações.

Determinação do valor justo de propriedades para investimento (notas 2.7, 3(d), 5 e 16)

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia tem ativos classificados como propriedades para investimento no montante de R$ 560.147 mil, que são mensurados pelo seu valor justo, determinado com base em laudos de avaliação elaborados por avaliadores independentes, utilizando o método comparativo com dados de mercado, bem como o método involutivo baseado em permuta do terreno por unidades no próprio local, mediante hipotético empreendimento compatível com as condições do mercado no qual está inserido. Os métodos utilizados para determinação do valor justo das propriedades para investimento utilizam diversas premissas críticas que poderão divergir significativamente dos resultados efetivos quando de sua realização.

Devido à relevância das estimativas efetuadas para mensurar o valor justo das propriedades para investimento e do impacto que eventuais mudanças nos dados e premissas dos laudos de avaliação teriam sobre as demonstrações financeiras, consideramos esse assunto significativo em nossa auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos consideraram, entre outros, o entendimento do processo adotado pela administração para a mensuração do valor justo da propriedade para investimento.

Avaliamos a competência, habilidade e objetividade dos avaliadores externos contratados pela Companhia para a avaliação ao valor justo dos referidos ativos.

Obtivemos entendimento sobre a metodologia de cálculo utilizada e analisamos a razoabilidade das premissas adotadas pela administração e seus especialistas externos, na construção do modelo de precificação, bem como analisamos o alinhamento dessas premissas e desse modelo com as práticas usualmente utilizadas pelo mercado. Consideramos que os julgamentos e premissas adotados pela Administração na mensuração do valor justo das propriedades para investimento são razoáveis e consistentes com dados e informações obtidos.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil, registradas na CVM, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Florianópolis, 25 de março de 2022

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Carlos Alexandre Peres
Contador CRC 1SP198156/O-7

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISA E INOVAÇÃO INDUSTRIAL - EMBRAPII

CNPJ/MF 18.234.613/0001-59

BALANÇOS PATRIMONIAIS em 31 de dezembro de 2021 e 2020 - (Em Reais)

Ativo circulante	Notas	2021	2020
Caixas e equivalentes de caixa	5	13.759.428	15.405.287
Caixa restrito	5	410.892.693	402.212.268
Adiantamentos a outras entidades e terceiros	6	1.029.628	423.468
Impostos a recuperar		9.255	9.254
Total do ativo circulante		**425.691.004**	**418.050.277**
Imobilizado	7	1.103.797	854.560
Total do ativo não circulante		**1.103.797**	**854.560**
Total do ativo		**426.794.801**	**418.904.837**

Passivo circulante	Nota	2021	2020
Obrigações sociais e trabalhistas	9	497.826	421.983
Provisões trabalhistas	10	1.174.949	1.024.546
Obrigações tributárias	11	495.567	446.496
Provisões tributárias	12	5.119.714	4.568.857
Subvenções a realizar	8	419.476.553	412.101.027
Outros passivos		30.192	341.928
Total do passivo circulante		**426.794.801**	**418.904.837**
Patrimônio social		-	-
Superávit do exercício		-	-
Total do patrimônio líquido		-	-
Total do passivo e patrimônio líquido		**426.794.801**	**418.904.837**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 - (Em Reais)

	Nota explicativa	2021	2020
Receita operacional		**20.609.108**	**16.579.780**
Receita do custeio administrativo	16	20.609.108	16.579.780
Despesas operacionais		**(20.609.108)**	**(16.579.780)**
Pessoal	15.1	(12.621.746)	(10.399.271)
Administrativas	15.2	(5.668.451)	(5.227.194)
Tributárias	15.3	(2.076.200)	(750.301)
Depreciação/Amortização	15.4	(242.711)	(203.014)
Superávit/(Déficit) do exercício		-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 - (Em Reais)

	2021	2020
Superávit/(Déficit) do exercício	-	-
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do superátiv/(déficit) abrangente do exercício	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTUDO INDIRETO
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 - (Em Reais)

	2021	2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superávit/(Déficit) do exercício	-	-
Ajustes para reconciliar superavit e deficit do exercicio		
Depreciação e amortização	242.711	203.014
Autumento da provisão fiscal referente a COFINS	550.856	498.301
	793.567	701.315
Variação nos ativos e passivos:		
(Aumento) Redução em Adiantamentos a outras entidades e terceiros	(391.160)	(101.594)
(Aumento) Redução nas obrigações tributárias	49.071	53.500
(Aumento) Redução nos depósitos em garantia	(215.000)	-
(Redução) Aumento em outros passivos	(311.736)	300.274
(Redução) Aumento em obrigações trabalhistas e tributárias	75.842	50.397
(Redução) Aumento em provisões trabalhistas	150.403	216.713
(Redução) Aumento em Subvenções a realizar	7.375.526	169.283.425
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	**7.526.513**	**170.504.030**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Adições de ativo imobilizado	(491.947)	(343.166)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos	**(491.947)**	**(343.166)**
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamentos	-	-
Aumento líquido do caixa e equivalentes de caixa	**7.034.566**	**170.160.864**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	417.617.555	247.456.691
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	424.652.121	417.617.555
Aumento líquido do caixa e equivalentes de caixa	**7.034.566**	**170.160.864**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 - (Em Reais)

	Superávit acumulado	Superávit/(Déficit) do exercício	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	-	-	-
Superátiv/(déficit) do exercício	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	-	-	-
Superátiv/(déficit) do exercício	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	-	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
(Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional 1.1 Informações gerais A Associação Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial ("EMBRAPII" ou "Entidade"), segundo seu Estatuto Social, de 06 de novembro de 2020, em seus artigos 1º, 2º, 3º e parágrafos, é uma pessoa jurídica de direito privado, constituída na forma de associação civil, sem fins lucrativos, com sede e foro em Brasília, Distrito Federal, e de duração indeterminada, nos termos dos artigos 53 a 61, da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Sua finalidade é promover e incentivar a realização de projetos empresariais de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I) voltados para setores industriais em áreas determinadas pelo Conselho de Administração, por meio de cooperação a ser firmada com instituições de pesquisa tecnológica (art. 4º do Estatuto). Constituem, ainda, como objetivos da EMBRAPII: **(a)** Fomentar o desenvolvimento tecnológico de novos produtos, processos ou soluções empresariais, contribuindo para a construção de ambiente de negócios favoráveis à inovação. **(b)** Articular e estimular a cooperação entre empresas e instituições de pesquisa tecnológica, nos termos do Regimento Interno da EMBRAPII. **(c)** Financiar projetos de PD&I, com ênfase em projetos que incluam a fase pré-competitiva, em áreas ou temas definidos pela EMBRAPII, em parceria com empresas e instituições de pesquisa tecnológica pré-selecionadas, compartilhando o risco da inovação tecnológica. **(d)** Contribuir para o desenvolvimento das Unidades de Inovação dos Institutos Federais. **(e)** Contribuir para o treinamento tecnológico de recursos humanos para a indústria, em áreas ou temas selecionados. **(f)** Difundir informações, experiências e projetos à sociedade. **(g)** Prestar serviços relacionados às áreas de atividades que constituem o seu objeto. **1.2 Aspectos fiscais** ***Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)*** A EMBRAPII, por força de isenção legal, consubstanciada no art.15 da Lei nº 9.532/97, alterada pela MP nº-2.158-35, de 2001, e posteriores, não está sujeita aos encargos tributários relacionados ao IRPJ e à CSLL. ***Programas de Integração Social (PIS)*** De acordo com o art. 2º, da Lei nº 9.715/1998, e art. 13, da Medida Provisória nº 2.158-35/2001, a contribuição para o PIS é determinada na base de 1% sobre a folha de salários do mês, por determinadas entidades sem finalidade de lucro, que inclui as características da EMBRAPII. Entende-se por folha de salários mensal o total dos rendimentos do trabalho assalariado de qualquer natureza, tais como salários, gratificações, comissões, adicional de função, ajuda de custo, aviso prévio trabalhado, adicional de férias, quinquênio, adicional noturno, hora extra, 13º salário e repouso semanal remunerado. Não integram a base de cálculo: o salário-família, o aviso prévio indenizado, o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) pago diretamente ao empregado na rescisão contratual, a indenização por dispensa, desde que dentro dos limites legais. Nesse contexto, a EMBRAPII recolhe o PIS sobre a folha de salário dos seus empregados. ***Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS)*** Vide Nota Explicativa nº 12. **1.3 COVID-19** A partir de março de 2020, com o início das restrições de mobilidade diante da pandemia relacionada à COVID-19, o cenário mundial para os negócios começou a apresentar mudanças significativas. A EMBRAPII concentrou suas atividades por meio do teletrabalho. Durante o exercício de 2021 a Diretoria Colegiada da EMBRAPII aprovou o trabalho híbrido para todos os colaboradores. Em relação à atividade-fim da EMBRAPII, que é a de promover e incentivar a realização de projetos empresariais de PD&I voltados para setores industriais, a pandemia da COVID-19 não trouxe impactos considerados relevantes, e a Entidade conseguiu fomentar a inovação no cenário brasileiro por meio da aplicação de volume de recursos financeiros inicialmente orçados. **1.4 Capital Circulante Líquido (CCL)** O objetivo do cálculo do CCL aplica-se a entidades que possuem a finalidade de lucro. Afirmar que o CCL da EMBRAPII apresenta saldo negativo e que desta forma possui dívidas maiores que os seus numerários apresentados no Ativo é equivocado. A rubrica Subvenções a Realizar, apresentada na Nota Explicativa nº 8, apresenta seu saldo LÍQUIDO para fomento a PD&I. Ou seja, os numerários repassados como adiantamento às Unidades e registrados no ativo estão sendo apresentados para fins das demonstrações contábeis na conta de "Subvenções a realizar", registradas no passivo. Conforme Pronunciamento Técnico CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis, quando as transações entre ativos e passivos refletirem a essência das operações e apresentarem maior clareza para os usuários da informação contábil, estas podem ser apresentadas de forma líquida no balanço patrimonial (Compensação entre ativos e passivos). Portanto, os valores apresentados na conta "Subvenções a realizar" não se referem a obrigações financeiras com fornecedores ou financiamentos, e sim a recursos disponíveis na data do fechamento do balanço para fomento a PD&I. A gestão dos saldos desses recursos é feita pela administração da EMBRAPII e possui como principal quesito a liquidez de contratos firmados entre as Unidades e as Empresas contratantes de projetos de PD&I. Por fim, caso haja a necessidade de verificar a capacidade de pagamento para as obrigações financeiras da EMBRAPII (Fornecedores, Colaboradores e Tributárias), deverá ser efetuado o cálculo do CCL excluindo a rubrica "Subvenções a realizar" demonstrada no Balanço Patrimonial. **2 Base de preparação 2.1 Declaração de conformidade** As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP) e com a ITG 2002 (R1) – Entidade sem Finalidade de Lucros, emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade. A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pela Diretoria em 21 de fevereiro de 2022. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. A Entidade apresenta as demonstrações das mutações do patrimônio social mesmo que não tenha auferido resultado no exercício atual e anteriores. **2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação** Estas demonstrações contábeis estão apresentadas em "Real", que é a moeda funcional da Entidade. Todos os saldos são apresentados em Reais, exceto quando indicado de outra forma. **2.3 Uso de estimativas e julgamentos** A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração da Entidade use de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeito significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis estão incluídas na Nota Explicativa nº 7, referente à vida útil do ativo imobilizado. **2.4 Base de mensuração** As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico. **3 Principais políticas contábeis** A Entidade aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis, salvo indicação em contrário. **3.1 Operação como agente** A Entidade, por força do novo contrato de gestão, assinado em 18 de novembro de 2021, aditivado, com validade até 30 de novembro de 2030, e demais contratos que possuem a finalidade de PD&I, recebe recursos para que sejam alcançadas as finalidades descritas em seu o objetivo social. A Entidade não recebe nenhuma remuneração por conta desses repasses, agindo somente como agente. Essa afirmação está pautada principalmente no fato de que os recursos recebidos pela Entidade são repassados às Unidades EMBRAPII para que estes realizem a execução do projeto. Embora a Entidade possua o acompanhamento técnico e financeiro da execução dos projetos de PD&I, a gerência dos projetos é conduzida pelas Unidades credenciadas utilizando os recursos repassados não reembolsáveis (fundo perdido). Desse modo, a obrigação de *performance* da Entidade é de planejar/coordenar/acompanhar para que os recursos sejam repassados às Unidades credenciadas, sendo a responsabilidade primária sobre a entrega dos projetos totalmente da contraparte que recebe os recursos. A Entidade foi constituída na sua essência para operar como interveniente na execução dos projetos por meio de empresas públicas e privadas para as entidades que irão desenvolver pesquisas e inovações. Assim, os recursos aportados na Entidade não se constituem como uma receita ou doação e não foram, ou não são considerados como patrimônio da Entidade. Conforme contrato de gestão firmado entre a EMBRAPII, Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações (MCTI), Ministério da Educação (MEC) e Ministério da Saúde (MS) a Entidade poderá utilizar até o limite de 20% para gastos com pessoal, e não há limitação para gastos com custeio administrativo das operações. As Unidades EMBRAPII fazem parte da estrutura de execução de projetos de pesquisas científicas e tecnológicas, entretanto a Entidade não detém o controle e a governança dessas entidades. Nesse contexto, a EMBRAPII se caracteriza como interveniente na execução dos projetos. Após análises das disposições contidas no CPC 47 - Receita de Contrato com Clientes, ficou evidente que a natureza das transações de repasses efetuados pela EMBRAPII às Unidades não é uma obrigação de *performance* para fornecer os próprios bens ou serviços específicos. O objetivo da EMBRAPII é o de planejar/coordenar/acompanhar para que esses bens ou serviços sejam fornecidos por outra parte, nesse contexto, a EMBRAPII se configura como uma entidade "Agente" e não uma entidade "Principal". A totalidade dos serviços especificados a serem fornecidos para outras entidades está contida no Contrato de Gestão, e não foram identificados casos em que a EMPRAPII pudesse se configurar como entidade "Principal". Os recursos ficam sobre a titularidade da EMBRAPII enquanto não repassados as Unidades; todavia, assim que estiverem satisfeitas certas condições, a titularidade desses recursos é transferida a outras entidades. Consequentemente, as subvenções previstas e já recebidas são controladas em contas patrimoniais, incluindo os rendimentos financeiros dos recursos que se encontram em aplicações financeiras, por terem a finalidade de aplicações a projetos, e as receitas e despesas representam somente os custos operacionais da Entidade. A receita operacional auferida refere-se exatamente ao reembolso dos custos de pessoal e administrativo e, portanto, a Entidade não tem resultado positivo ou negativo em suas transações e não aufere outras receitas. Diante das características específicas da EMBRAPII, a escrituração contábil da EMBRAPII foi elaborada no pressuposto de entidade "Agente". **3.2 Benefícios de curto prazo a empregados** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados, são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado, caso a Entidade tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. **3.3 Receitas financeiras** A Entidade possui receitas financeiras oriundas de suas aplicações financeiras. Todas as receitas financeiras são reconhecidas em contrapartida do passivo de Recursos vinculados por estarem comprometidas com a finalidade de aplicação em projetos. Ver item 8. **3.4 Imobilizado** ***(i) Reconhecimento e mensuração*** Itens do imobilizado são mensurados pelo seu custo histórico ou construção, deduzidos de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*). ***(ii) Custos subsequentes*** Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Entidade. ***(iii) Depreciação*** A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear, por meio de taxas que refletem a vida útil dos bens. A depreciação é reconhecida no resultado. **3.5 Instrumentos financeiros** ***(i) Reconhecimento e mensuração inicial*** Todos os ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. ***(ii) Classificação e mensuração subsequente*** *Ativos financeiros* No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao VJR. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que o Entidade mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender a ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais. • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Para fins dessa avaliação, o "principal" é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os "juros" são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. A Entidade avalia o objetivo do modelo de negócio no qual o ativo/passivo financeiro está inserido e, para isso, considera as seguintes premissas: **(i)** as políticas e objetivos para o ativo financeiro que, no caso da EMBRAPII, têm como foco a obtenção de receitas contratuais fundamentalmente das aplicações financeiras; **(ii)** manutenção de um determinado perfil de taxa de juros; e **(iii)** os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócio e a maneira como são gerenciados. Desta forma, a EMBRAPII possui apenas Ativos e Passivos Financeiros mensurados ao custo amortizado, pois tem como modelo de negócio que seus recursos são mantidos para suprimento de caixa com a finalidade de recebimento e pagamento de principal e juros. Passivos financeiros Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. ***(iii) Desreconhecimento*** *Ativos financeiros* A Entidade desreconhece um ativo financeiro quando: • os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram; ou • transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação em que: • substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos; ou • A Entidade nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e não retém o controle sobre o ativo financeiro. A Entidade realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos. *Passivos financeiros* A Entidade desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Entidade também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. ***(iv) Compensação*** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Entidade tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. ***(v) Compensação*** Os ativos financeiros são mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no passivo por serem obrigações com PD&I. ***(vi) Redução ao valor recuperável*** Entidade reconhece provisão para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.Em cada data de balanço, a Entidade avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis: • Dificuldades financeiras significativas do devedor • Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias • Probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira • Desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras. • A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos. *Ativos não financeiros* Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para alienação. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 não houve indicativos de perda por redução ao valor recuperável de ativos. **3.6 Apuração do resultado** As Unidades e EMBRAPII fazem parte da estrutura de execução de projetos de pesquisas científicas e tecnológicas, entretanto a Embrapii não detém o controle e a governança dessas Unidades; nesse contexto, a EMBRAPII caracteriza-se como interveniente na execução dos projetos. Consequentemente, os recursos previstos e já recebidos são controlados em contas patrimoniais, incluindo os rendimentos financeiros dos recursos que se encontram em aplicações financeiras, e as receitas representam somente o reembolso dos custos operacionais da Entidade. ***(i) Receitas operacionais (receita do custeio administrativo)*** As receitas operacionais referem-se ao reembolso dos custos com pessoal, administrativos, tributárias e depreciação/amortização e são reconhecidas quando ocorrem os custos. **3.7 Caixa e equivalentes de caixa** Compreende o saldo de contas bancárias aplicações financeiras de liquidez imediata em títulos prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor. O caixa restrito compreende o saldo e contas bancárias e aplicação financeiras de liquidez imediata, prontamente conversível em montante de caixa, estando sujeito a um risco insignificante de mudança de valor e que possui a finalidade de suprir repasses a Unidades EMBRAPII no fomento a PD&I. **3.8 Provisões** As provisões são reconhecidas quando: **(i)** a Entidade tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; **(ii)** é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e **(iii)** o valor possa ser estimado com segurança. Não são reconhecidas provisões para perdas operacionais futuras. **4 Instrumentos financeiros 4.1 Classificação contábil e valores justos** A tabela a seguir apresenta os valores contábeis dos ativos e passivos financeiros. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados a valor justo e se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

Instrumento financeiro	Classificação	2021	2020
Ativos financeiros			
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado	13.759.428	15.405.287
Caixa restrito	Custo amortizado	410.892.693	402.212.268
Adiantamentos a outras entidades e terceiros	Custo amortizado	814.628	423.468
Total		**425.466.749**	**418.041.023**
Passivos financeiros			
Obrigações sociais e trabalhistas	Custo amortizado	497.826	421.983
Obrigações tributárias	Custo amortizado	495.567	446.496
Outros passivos	Custo amortizado	30.192	341.928
Subvenções a realizar	Custo amortizado	419.476.553	412.101.027
Total		**420.500.137**	**413.311.434**

4.2 Gestão de risco A Entidade poderá estar exposta, em virtude de suas atividades, aos seguintes riscos financeiros: • Risco de liquidez • Risco de taxa de juros • Risco de crédito. ***Risco de liquidez*** O risco de liquidez consiste na eventualidade de a Entidade não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função dos diferentes prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.Para o acompanhamento e a gestão do fluxo de caixa pela área Financeira o orçamento é projetado anualmente e permite ações preventivas para a análise dessa modalidade de risco na Entidade. ***Risco de taxa de juros*** O risco de mercado consiste na possibilidade de ocorrência de perdas resultantes na flutuação da moeda e taxa de juros. Essa exposição está relevantemente associada às taxas pactuadas com instituições financeiras das aplicações financeiras mantidas pela Entidade, conforme apresentadas na Nota Explicativa nº 5. O entendimento da Administração é de que o risco de taxa de juros está substancialmente mitigado considerando a aplicação em produtos de renda fixa com taxas atreladas à variação do CDI, com insignificante margem de alteração. Segue a análise de sensibilidade da Entidade:

Aplicações financeiras	Saldo em 31.12.2021	Cenários projetados para dezembro de 2022 – Cenário provável	Variação de 25%	Variação de 50%
Risco de queda do CDI				
Valor do principal	415.146.407 (*)	415.146.407	415.146.407	415.146.407
Taxa média de 98% do CDI		4,29%	3,22%	2,15%
Valor das aplicações indexadas		432.966.151	428.511.215	424.056.279
Impacto nas aplicações financeiras		**17.819.744**	**13.364.808**	**8.909.872**
Risco de alta do CDI				
Valor do principal	415.146.407 (*)	415.146.407	415.146.407	415.146.407
Taxa média de 98% do CDI		4,29%	5,37%	6,44%
Valor das aplicações indexadas		432.966.151	437.421.087	441.876.023
Impacto nas aplicações financeiras		**17.819.744**	**22.274.680**	**26.729.617**

(*) Não inclui os saldos constantes em conta-corrente. Está sendo considerada a Taxa CDI acumulada, no valor de 4,38% aa (fonte Banco Central do Brasil) referente ao exercício 2021.

Aplicações financeiras	Saldo contábil em 31.12.2020	Cenários projetados para dezembro de 2021 – Cenário provável	Variação de 25%	Variação de 50%
Risco de queda do CDI				
Valor do principal	417.613.869 (*)	417.613.869	417.613.869	417.613.869
Taxa média de 98% do CDI		2,70%	2,02%	1,35%
Valor das aplicações indexadas		428.868.563	426.054.889	423.241.216
Impacto nas aplicações financeiras		**11.254.694**	**8.441.020**	**5.627.347**
Risco de alta do CDI				
Valor do principal	417.613.869 (*)	417.613.869	417.613.869	417.613.869
Taxa média de 98% do CDI		2,70%	3,37%	4,04%
Valor das aplicações indexadas		428.868.563	431.682.236	434.495.910
Impacto nas aplicações financeiras		**11.254.694**	**14.068.367**	**16.882.041**

(*) Não inclui os saldos constantes em conta-corrente. ***Risco de crédito*** O risco de crédito decorre da possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo devedor ou pela contraparte de suas obrigações financeiras nos termos pactuados. Essa exposição está relevantemente associada às aplicações financeiras mantidas pela Entidade, conforme Nota Explicativa nº 5. O entendimento da Administração é de que o risco de crédito está substancialmente mitigado com relação a aplicações financeiras, pois os recursos estão todos aplicados em instituições financeiras controladas pela União, em aplicações com risco baixo. **5 Caixa e equivalentes de caixa e caixa restrito**

Caixa e equivalentes de caixa	2021	2020
Banco conta movimento	2.931	1.019
Aplicação financeira (i)	13.756.498	15.404.268
Subtotal	**13.759.428**	**15.405.287**
Caixa restrito	**2021**	**2020**
Banco conta movimento - Recursos restritos	9.502.784	2.667
Aplicação financeira - Recursos restritos (i)	401.389.909	402.209.601
Total	**410.892.693**	**402.212.268**

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISA E INOVAÇÃO INDUSTRIAL - EMBRAPII

CNPJ/MF 18.234.613/0001-59

(i) Os saldos, aqui apresentados, referem-se a valores brutos, sendo devido o Imposto de Renda Retido na Fonte quando do resgate. Abaixo, apresentamos uma composição dos recursos vinculados: • Atendidas as disposições determinadas na Lei nº 9.532 de 1997, art. 15, 3º, na Lei nº 9.637, de 1998, o superávit apurado pela EMBRAPII foi destinado, em sua totalidade, para a conta de Subvenções a realizar. Sendo assim, o valor de R$ 410.892.693 demonstrado na conta de "Recursos vinculados" encontra-se líquido das prestações de contas aprovadas dos projetos. A aplicação possui as seguintes características:

Produto financeiro	Taxa média a.a.	Vencimento (em anos)	Index	2021	2020
Certificado de Depósito Bancário	98%	5 anos	CDI	415.146.407	417.613.869
Total				415.146.407	417.613.869

A análise de sensibilidade e gestão de riscos desses ativos está evidenciada na Nota Explicativa nº 4. Todas as aplicações financeiras da EMBRAPII são efetuadas junto ao Banco do Brasil, lastreadas em CDI e que possuem vencimentos contratuais de 5 anos. Apesar de as aplicações possuírem vencimentos de % anos, os recursos depositados em Caixas e Equivalentes de Caixa e Caixa Restrito possuem a finalidade de atender compromissos de curto prazo. **6 Adiantamentos a outras entidades e terceiros**

Descrição	2021	2020
Adiantamentos de folha de pagamento	510.528	423.205
Adiantamento a fornecedores	304.100	263
Depósitos em garantia (i)	215.000	-
Total	1.029.628	423.468

(i) Os depósitos em garantia são obrigações legais exigidas pelo SEBRAE na assinatura dos contratos. **7 Imobilizado**

Custo	2020	Aquisições	2021	Taxa a.a %
Computadores e periféricos	910.900	410.039	1.320.939	10%
Máquinas e equipamentos	147.337	81.908	229.245	20%
Móveis e utensílios	608.808	-	608.808	20%
Subtotal	1.667.045	491.947	2.158.992	

Depreciação	2020	Adições	2021	Taxa a.a %
Computadores e periféricos	(511.170)	(157.498)	(668.668)	10%
Máquinas e equipamentos	(91.318)	(24.384)	(115.702)	20%
Móveis e utensílios	(209.997)	(60.828)	(270.825)	20%
Subtotal	(812.485)	(242.710)	(1.055.195)	

Imobilizado líquido	2020	Aquisições	2021	Taxa a.a %
Computadores e periféricos	399.730	252.541	652.271	10%
Máquinas e equipamentos	56.019	57.524	113.543	20%
Móveis e utensílios	398.811	(60.828)	337.983	20%
Total líquido	854.560	249.237	1.103.797	

Custo	Saldo 31/12/2019	Aquisições	Saldo final em 31/12/2020	Taxa anual %
Computadores e periféricos	651.255	259.645	910.900	10%
Máquinas e equipamentos	147.337	-	147.337	20%
Móveis e utensílios	525.287	83.521	608.808	20%
	1.323.879	343.166	1.667.045	

Depreciação	31/12/2019	Adições	31/12/2020	Taxa anual %
Computadores e periféricos	(386.721)	(124.449)	(511.170)	10%
Máquinas e equipamentos	(66.251)	(25.067)	(91.318)	20%
Móveis e utensílios	(156.499)	(53.498)	(209.997)	20%
	(609.471)	(203.014)	(812.485)	

Imobilizado líquido	31/12/2019	Aquisições	31/12/2020	Taxa Anual %
Computadores e periféricos	264.534	135.196	399.730	10%
Máquinas e equipamentos	81.086	(25.067)	56.019	20%
Móveis e utensílios	368.788	30.023	398.811	20%
Total líquido	714.408	140.152	854.560	

O ativo imobilizado da EMBRAPII, em 31 de dezembro de 2021, está representado exclusivamente para execução das atividades administrativas, e as depreciações desses ativos são calculadas pelo método linear por meio de taxas que refletem a vida útil e econômica dos bens. **8 Subvenções a realizar**

Descrição	2021	2020
Subvenções a realizar - Contrato de gestão (a)	348.780.286	401.534.345
Subvenções a realizar - SEBRAE (b)	24.996.803	8.546.497
Subvenções a realizar - Cont. PPI/IoT (c)	8.425.050	8.850.973
Subvenções a realizar - Bambu (d)	3.278.808	3.172.335
Subvenções a realizar - Rota 2030 (e)	126.409.181	78.868.181
Subvenções a realizar - BNDES 2030 (f)	8.244.157	-
Prestações de contas em análise (g)	274.278.156	179.167.971
Adiantamentos a outras entidades (h)	(374.935.887)	(268.039.275)
Total	419.476.553	412.101.027

a. Contrato de gestão Refere-se ao contrato de gestão celebrado entre a União, por intermédio do MCTI e a EMBRAPII com a finalidade de destinar recursos financeiros a projetos de inovação no Brasil. Abaixo apresentamos a movimentação do referido contrato de gestão:

Descrição	2020	Adições	Baixas	Mov. Líquida	2021
Subvenções contrato de gestão	709.053.818	270.355.535	(222.513.813)	(47.841.722)	756.895.540
Subvenções aplicadas nos projetos	(307.519.473)	(102.657.692)	1.653.067	(101.004.625)	(408.524.098)
Total	401.534.345	(167.697.843)	(220.860.746)	(53.162.903)	348.371.442

	2019	Adições	Baixas	Mov. líquida	2020
Subvenções contrato de gestão	510.589.759	(99.518.852)	297.982.911	198.464.059	709.053.818
Subvenções aplicadas nos projetos	(193.857.192)	(113.770.888)	108.607	(113.662.281)	(307.519.473)
	316.732.567	(213.289.740)	298.091.518	84.801.778	401.534.345

b. SEBRAE Trata-se do contrato de cooperação firmado entre a EMBRAPII e o SEBRAE, que possui como objetivo a prestação de serviços para fomento a projetos de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação tecnológica que atendam às demandas de Microempreendedores Individuais (MEI), microempresas e empresas de pequeno porte, da cadeira industrial em parcerias com Instituições Científicas, Tecnológicas e de Inovação. Em 31 de dezembro de 2021, as subvenções do SEBRAE perfaziam o montante de R$ 49.102.562 (R$ 27.737.805 em 2020) e foi aplicado em projetos o montante de R$ 24.105.759 (R$ 19.191.308 em 2020), com saldo remanescente de R$ 24.996.803 (R$ 8.546.497 em 2020). **c. PPI/IoT** Refere-se ao Acordo de Cooperação Técnica firmado entre a EMBRAPII e a Secretaria de Empreendedorismo e Inovação - SEMPI do MCTIC. O referido acordo tem por objeto a execução do Programa de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação da Informação e Comunicação - TICs, com especial prioridade para soluções de PPI/IoT e Manufatura 4.0 e todas as tecnologias correlatas. O saldo das subvenções a realizar em 31 de dezembro de 2021 era de R$ 8.425.050 (R$ 8.850.972 em 2020). **d. Bambu** Possui como finalidade ações de promoções de projetos de PD&I na cadeia de Bambu a ser implementadas por meio do modelo da EMBRAPII, formalizado no 12º termo aditivo ao Contrato de Gestão. O saldo das subvenções a realizar em 31 de dezembro de 2021 era de R$ 3.278.808, e em 31 de dezembro de 2020 perfaziam o valor de R$ 3.172.355. **e. Rota 2030** O presente Acordo de Cooperação Técnica (ACORDO) tem por objeto a coordenação do programa prioritário "P&D para Mobilidade e Logística", cujo detalhamento é o constante do Termo de Referência apresentado e aprovado pelo Conselho Gestor dos recursos a ser alocados em projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação e programas prioritários de apoio ao desenvolvimento industrial e tecnológico para o setor Automotivo e sua cadeia de produção. O saldo das subvenções a realizar em 31 de dezembro de 2021 era de R$ 126.409.181 e em 31 de dezembro de 2020 perfaziam o valor de R$ 78.868.181. **f. BNDES** Refere-se ao contrato firmado entre a Entidade e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico com finalidade de promover projetos de PD&I para combate, tratamento e diagnóstico do Coronavirus (COVID-19). O saldo das subvenções a realizar em 31 de dezembro de 2021 era de R$ 8.244.157. No final do exercicio de 2021 foi firmado um novo contrato, no valor de R$ 170 milhões, junto ao BNDES para fomento de projetos nas seguintes áreas: **i.** Transformação Digital e Industria 4.0 (Soluções digitais para Agro, Saúde, Cidades e Industria); **ii.** Transformação Digital e Industria 4.0 (Sistemas e Componentes para Conectividade); **iii.** Defesa; **iv.** Economia Circular **v.** Materiais Avançados; **vi.** Biocombustiveis; **vii.** Florestas Nativas Bioeconomia;e, **viii.** Tecnologias Estratégicas do SUS **g. Prestações de contas em análises** Referem-se às prestações de contas recebidas de outras entidades e ainda não analisadas por parte da EMBRAPII. Abaixo, apresentamos a composição sumarizada:

Descrição	2021	2020
Contrato de gestão	258.713.520	167.989.944
SEBRAE	15.402.720	11.178.027
BNDES	161.915	-
Total	274.278.156	179.167.971

Descrição	2020	2019
Contrato de gestão	167.989.944	75.029.278
SEBRAE	11.178.027	6.210.808
	179.167.971	81.240.086

Abaixo, apresentamos a movimentação sumarizada dos adiantamentos a outras entidades:

Descrição	2020	Adições	Baixas	Mov. líquida	2021
Contrato de Gestão	235.083.278	89.457.505	(12.237.598)	77.219.907	312.303.185
SEBRAE	18.024.688	11.506.368	(1.165.323)	10.341.045	28.365.733
PPI/IoT	5.295.327	2.962.357	(59.556,13)	2.902.801	8.198.128
Rota 2030	9.228.743	14.108.361	(442.687,99)	13.665.673	22.894.416
Bambu	407.239	100.225	-	100.225	507.464
BNDES	-	2.964.776	(364.690,09)	2.600.086	2.600.086
Ministério da saúde (MS)	-	66.875	-	66.875	66.875
Total	268.039.275	121.166.467	(14.269.855)	106.896.612	374.935.887

Descrição	2019	Adições	Baixas	Mov. líquida	2020
Contrato de gestão	174.380.729	82.463.421	(21.760.872)	60.702.549	235.083.278
SEBRAE	15.084.524	4.628.953	(1.688.789)	2.940.164	18.024.688
PPI/IoT	788.132	4.507.195	-	4.507.195	5.295.327
Rota 2030	-	9.229.120	(377)	9.228.743	9.228.743
Bambu	-	407.239	-	407.239	407.239
Total	190.253.385	101.235.928	(23.460.038)	77.785.890	268.039.275

9 Obrigações sociais e trabalhistas

Descrição	2021	2020
Salários e ordenados	415.621	348.878
Outros	82.205	73.105
Total	497.826	421.983

10 Provisões trabalhistas

Descrição	2021	2020
Provisão de férias	889.742	773.672
Provisão FGTS férias	65.984	57.630
Provisão INSS férias	210.325	185.518
Provisão PIS férias	8.897	7.726
Total	1.174.949	1.024.546

11 Obrigações tributárias

Descrição	2021	2020
Imposto de renda retido na fonte sobre folha de pagamento	328.556	281.527
Previdência social	146.311	147.968
Programa de integração social sobre folha de pagamento	11.416	7.671
Imposto de renda sobre fornecedores e consultores	4.199	3.885
PIS/COFINS de fornecedores	3.282	1.025
ISSQN de fornecedores	1.802	3.583
Instituto Nacional do Seguro Social sobre fornecedores	-	837
Total	495.567	446.496

12 Provisões tributárias Com o advento do Decreto nº 8.426 de abril de 2015, a EMBRAPII, por meio da sua diretoria colegiada e departamento jurídico, solicitou parecer a consultoria externa referente à adesão da COFINS sobre rendimentos de aplicação financeira. A consultoria jurídica externa exarou, em janeiro de 2018, parecer recomendando o provisionamento contábil. A Diretoria com o apoio do departamento jurídico e parecer emitido pela consultoria jurídica externa determinou a provisão da COFINS. Desde o exercício de 2018, a provisão para a COFINS com valores retroativos ao exercício de 2015 (início da vigência do Decreto nº 8.426), mantendo-a corrigida, por juros de mora e correção monetária, que totaliza, em 2021 o montante de R$ 5.119.714 (R$ 4.568.857 em 2020). Em 2019 foi editada a Instrução Normativa nº 1.911, de outubro de 2019, na qual ficou assente que os valores referentes à recursos governamentais não estão sujeitos à referida contribuição, conforme consta nos textos dos arts. 28, inciso II, e 33. Porém, os valores oriundos das receitas financeiras ainda estão em discursão e pendentes de regulamentações específicas. Portanto, a EMBRAPII continua com o entendimento e recomendação de manter provisionado a COFINS. **13 Provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas** Não há processos judiciais, no exercício de 2021 e 2020 transitando em desfavor da EMBRAPII, dessa forma não há provisões para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas constituídos. **14 Partes relacionadas Remuneração do pessoal-chave**

Descrição	2021	2020
Remuneração diretoria	(628.030)	(903.747)
Benefícios diretoria	(197.385)	(232.740)
Encargos diretoria	(279.001)	(305.789)
Total	(1.104.416)	(1.442.276)

15 Abertura das principais contas de despesas 15.1 Despesas com pessoal Somam os valores de despesas gastas com os colaboradores regidos pela CLT, servidores cedidos de órgãos públicos e consultores autônomos.

Descrição	2021	2020
Salário	(6.344.922)	(5.453.249)
Férias	(807.414)	(759.866)
13º	(576.563)	(479.462)
Benefícios	(1.807.701)	(1.405.135)
Tributos	(2.420.936)	(1.886.945)
Colaboradores sem vínculo empregatício	(664.210)	(414.614)
Total	(12.621.746)	(10.399.271)

A rubrica "Colaboradores sem vínculo empregatício" está composta da seguinte forma:

Descrição	2021	2020
Estagiário	(311.181)	(175.914)
Consultores	(353.029)	(238.700)
Total	(664.210)	(414.614)

15.2 Despesas administrativas Contemplam as despesas com material de escritório, manutenção da sede, despesas com passagens aéreas, diárias e demais despesas classificadas como necessárias para a execução das atividades-fim da Entidade.

Descrição	2021	2020
Despesas de manutenção	(775)	(27.710)
Serviços de comunicação	(1.040.838)	(1.232.077)
Apoio administrativo (i)	(2.112.051)	(1.809.497)
Demais despesas (ii)	-	(426.790)
Imposto de renda sobre aplicações financeiras e outras (iii)	(2.514.787)	(1.731.120)
Total	(5.668.451)	(5.227.194)

(i) Correspondem a taxas de condomínio, locação de veículos, diárias e passagens áreas, entre outras despesas. **(ii)** Incluem despesas com manutenção de sistemas, despesas com reparos e consultorias de pessoas jurídicas. **(iii)** Refere-se, substancialmente, ao montante provisionado de imposto de renda sobre o saldo de receitas financeiras. **15.3 Tributárias**

Descrição	2021	2020
Impostos Taxas e Contribuições Federais*	(959.700)	(498.301)
Impostos Taxas e Contribuições Municipais	(1.116.500)	(252.000)
Total	(2.076.200)	(750.301)

(*) Incluem os valores relativos ao provisionamento da COFINS, corrigidos mensalmente, conforme exarado na Nota Explicativa nº 12. **5.4 Depreciação/Amortização**

Descrição	2021	2020
Computadores e periféricos	(157.499)	(124.449)
Máquinas e equipamentos	(24.384)	(25.067)
Móveis e utensílios	(60.828)	(53.498)
Total	(242.711)	(203.014)

16 Receita do custeio administrativo

Descrição	2021	2020
Receitas operacionais	20.609.108	16.579.780
Total	20.609.108	16.579.780

Referem-se, exclusivamente, ao reembolso das despesas administrativas conforme mencionado na nota explica nº 3.1. **17 Cobertura de seguros** Em 31 de dezembro de 2021, foi renovada a cobertura de seguros contra riscos operacionais e danos materiais que originalmente, cobria no exercício de 2020, o valor de R$ 10.000.000,00 e foi majorada para o valor de R$ 20.000.000. A majoração fez-se necessária pelo aumento significativo dos repasses efetuados as Unidades EMBRAPII, bem como aumento, ao longo dos últimos exercícios, de recursos utilizados para custeio administrativo. Referida apólice foi renovada no mês de dezembro de 2021 para todo o exercício de 2022.

DIRETORIA

Jorge Almeida Guimarães
Diretor Presidente

Igor Manhães Nazareth
Diretor de Planejamento e Relações Institucionais

Geraldo Nunes Sobrinho
Superintendente de Gestão e Finanças

CONTADOR

Diego Renyer de Miranda Araújo
CRC 022261-O2/ DF

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Acerca das demonstrações, registros e relatórios contábeis da EMBRAPII do Exercício de 2021 O Conselho Fiscal da Associação Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial - EMBRAPII, à luz dos documentos contábeis e financeiros da Associação do exercício de 2021, concluiu, pela regularidade dos registros contábeis apresentados, não tendo sido encontrado nada que possa comprometer a saúde financeira da entidade. Dessa maneira, o Conselho Fiscal recomenda a aprovação das contas pelo Conselho de Administração da Associação.

Brasília, 25 de fevereiro de 2022.

ANDERSON LOZI DA ROCHA
Presidente do Conselho Fiscal

ALEXANDRE AUGUSTO VILLAIN DA SILVA
Conselheiro

JULIANA VALESQUES DE MELO OYAMA
Conselheira

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos conselheiros e aos administradores da Associação Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial - EMBRAPII
Brasília – DF

Opinião Examinamos as demonstrações contábeis da Associação Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial – EMBRAPII, "Entidade", que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Associação Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial - EMBRAPII em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Associação Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial – EMBRAPII, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a Entidade a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Brasília - DF, 21 de fevereiro de 2022. **KPMG Auditores Independentes Ltda.** - CRC SP-014428/O-6 F-DF; **Gustavo de Souza Matthiesen** - Contador CRCSP-293539/O-8

Vera Valente

'Decisão do STJ define futuro dos planos de saúde'

Para associação, inclusão de drogas ou terapias alternativas na cobertura pode inviabilizar o setor

WERTHER SANTANA/ESTADÃO 21-3/2022

Vera diz que decisão do STJ pode elevar demais preços dos planos

ENTREVISTA

Executiva é presidente da Fenasaúde, federação que reúne 16 grupos privados que representam 40% do mercado nacional

FERNANDA GUIMARÃES

O julgamento do Superior Tribunal de Justiça (STJ) sobre o rol dos procedimentos da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) é aguardado com ansiedade pelo setor, pois definirá se a lista deve ser taxativa (a ser seguida à risca, sem acréscimos) ou exemplificativa (em que novas terapias podem ser incluídas a partir de avanços e descobertas). A Fenasaúde, que representa 16 grupos privados de saúde que detêm 40% do setor, diz que os planos ficarão mais caros se os magistrados fizerem a segunda opção.

Segundo a diretora-presidente da entidade, Vera Valente, a discussão, iniciada em 2021, definirá se a lista de mais de 3 mil procedimentos da ANS exigirá o pagamento de medicamentos que estejam em fase final de testes ou de terapias ainda muito caras. Para ela, essa decisão é "fundamental para a sobrevivência do setor".

Leia, a seguir, os principais trechos da entrevista:

Como é composto o rol de procedimentos da ANS?

A inovação é importante, mas os sistemas de saúde não conseguem pagar todas as drogas para todas as pessoas. Isso não acontece em nenhum país. Nos países com sistema de saúde organizado, existe uma análise do que o sistema vai pagar. Quando se trata de algo nichado, que não vai para a fase 3 (*de testes*), traz mais insegurança sobre o uso da droga. É preciso definir a efetividade, o real benefício e o custo deste produto.

E o que pode ser definido com a decisão do STJ?

O rol de procedimentos cobertos engloba 3,3 mil itens, mas uma terapia gênica de US$ 300 mil não é algo trivial. Se formos considerar isso, será impossível de calcular o valor do plano. O rol taxativo protege o consumidor, traz previsibilidade e garante a sustentabilidade do sistema. Hoje, o Brasil possui 700 operadoras de saúde e grande parte não vai conseguir absorver isso. O pior caminho é a judicialização e nem todo mundo consegue acessar a Justiça. Se o STJ definir que o rol de procedimentos é taxativo, a jurisprudência vai guiar a primeira instância para que ela tenha um melhor entendimento de como o sistema funciona.

Mas é natural que o beneficiário busque que o plano pague seus tratamentos...

É compreensível, mas o juiz não pode buscar o caso isolado. Hoje a análise de novos produtos e procedimentos pela ANS foi agilizada. A análise é feita de forma criteriosa, para definir o que se deve pegar e o que não compensa, pois não se comprovou benefício. É assim aqui e no mundo inteiro. No combate ao câncer, por exemplo, todos os tipos têm tratamento. O plano paga pela cirurgia, rádio, químio... O tratamento infusional entra automaticamente para o rol de cobertura. Já as novas drogas orais passam pela avaliação. Hoje, são 58 no rol. O sistema paga pela maioria das coisas.

Como aumentar o acesso aos planos de saúde?

Estávamos na faixa de 46 milhões de beneficiários e hoje são 49 milhões, pois na pandemia houve uma maior preocupação com saúde. O reajuste dos planos virá mais expressivo, mas o setor quer manter esses usuários e aumentar o número. Para isso acreditamos que é preciso uma modernização da lei, para adequar a uma nova realidade. Um dos pontos é se ter o plano ambulatorial de verdade. Hoje esse plano também "pendurou" a emergência, que é algo de natureza hospitalar. E hoje há um contingente de pessoas querendo acesso à saúde privada para consultas e exames. No entanto, em ano de eleição essas agendas que precisam de mais debate são mais difíceis. ●

Aviação **Novos negócios**

Gol amplia divisão de manutenção de aviões

A Gol anunciou ontem a expansão de sua unidade de negócios especializada em manutenção, reparos e revisões de aeronaves e componentes, a Gol Aerotech. A divisão localizada no Aeroporto de Confins (MG) agora passa a ter mais duas unidades, nos terminais de Congonhas (SP) e Brasília (DF).

A aérea diz que a expansão é resultado de um estudo sobre a situação atual e as perspectivas do setor de manutenção no período pós-pandemia. A unidade de Confins expandiu em dezembro sua capacidade produtiva de 5 para 7 linhas de manutenção e renovou por mais 20 anos a parceria com o aeroporto.

Em Congonhas, a empresa realizará revisões de aeronaves e eventuais demandas de modificações e atendimento de tarefas mais complexas de pernoite. Já em Brasília serão abrigados serviços de manutenção de duração de até três dias, como troca de trem de pouso e motor, pequenas modificações, inspeções de ensaios não destrutivos, podendo ter seu escopo ampliado conforme a necessidade de seus clientes, possibilitando o maior número de atendimentos. ● JULIANA ESTIGARRÍBIA

Cajarana Participações Ltda.

CNPJ: 22.871.161/0001-93

Aviso aos Sócios

Encontram-se à disposição dos Senhores Sócios, os documentos a que se refere o artigo 1.078, § 1° do Código Civil, relativos ao exercíciofindo em 31.12.2021. Solicitamos que o pedido de envio seja feito através do e-mail: assembleia.tmc.2021@gmail.com, mencionando o nome da empresa.

Jarinu, 21/03/2022. **A Administração**

Fortaleza PREFEITURA

AVISO DE CONVOCAÇÃO

PROCESSO: PREGÃO ELETRÔNICO **Nº. 138/2022.**

ORIGEM: INSTITUTO DOUTOR JOSÉ FROTA – **IJF – NÚCLEO DE FARMÁCIA - NUFARM.**

OBJETO: CONSTITUI OBJETO DA PRESENTE LICITAÇÃO O REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE **MEDICAMENTOS ANTIMICROBIANOS INJETÁVEIS (METRONIDAZOL, MICAFUNGINA E OUTROS)**, PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DO INSTITUTO DR. JOSÉ FROTA – IJF, DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES E INTEGRANTES DA REDE MUNICIPAL DE SAÚDE E SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – SMS (FMS), DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS PREVISTOS NO ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA DESTE EDITAL, POR UM PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES.

DO TIPO: MENOR PREÇO.

DA FORMA DE FORNECIMENTO: PARCELADO.

O(A) Pregoeiro(a) da **CENTRAL DE LICITAÇÕES DA PREFEITURA DE FORTALEZA - CLFOR,** torna público para conhecimento dos licitantes e demais interessados, que do dia **29 de março de 2022** a **08 de abril de 2022 até às 10h00min. (Horário de Brasília)**, estará recebendo as **Propostas de Preços e Documentos de Habilitação** referentes a este Pregão, no Endereço Eletrônico www.comprasnet.gov.br. A **Abertura das Propostas** acontecerá no dia **08 de abril de 2022**, às **10h00min. (Horário de Brasília)** e o início da **Sessão de Disputa de Lances** ocorrerá a partir das **10h00min.** do dia **08 de abril de 2022**. O **edital** na íntegra encontra-se à disposição dos interessados para consulta na Central de Licitações | Avenida Heráclito Graça, 750, CEP: 60.140-060 - Centro – Fortaleza-CE, no e-compras: **https://compras.sepog.fortaleza.ce.gov.br/publico/index.asp**, no **www.compras.gov.br,** assim como no Portal de Licitações do TCE-CE: **https://licitacoes.tce.ce.gov.br/**. Maiores informações pelo telefone: **(85) 3452.3477 |CLFOR.**

Fortaleza – CE, 28 de março de 2022.

CARLOS HENRIQUE ROCHA ALMEIDA

Pregoeiro(a) da CLFOR

Fortaleza PREFEITURA

AVISO DE RESULTADO FINAL

PROCESSO: CHAMAMENTO PÚBLICO **Nº 008/2021.**

ORIGEM: SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - **SME.**

OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR PARA ATENDER AO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – PNAE DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE FORTALEZA POR UM PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, CUJAS ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS ESTÃO DESCRITOS NO ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA DESTE EDITAL.

O Presidente da COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÕES - CEL torna público, para conhecimento dos licitantes e demais interessados, o RESULTADO FINAL da CHP 008/2021 – SME, divulgado em Sessão de Prosseguimento ocorrida no dia 28/03/2022, conforme segue: ITEM 01, classificada em 1º Lugar (vencedora), atendendo a quantidade total do item: COOPERATIVA DE PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA E SERVIÇOS SANTA BARBARA – COPASB, com valor total do item de R$ 216.900,00 (duzentos e dezesseis mil e novecentos reais); ITEM 02, classificada em 1º Lugar (vencedora), atendendo a quantidade total do item: COOPERATIVA DE AGRICULTURA FAMILIAR E ECONOMIA SOLIDARIA DO ESTADO DO CEARÁ – COOPAFESP, com valor total do item de R$ 1.839.600,00 (um milhão, oitocentos e trinta e nove mil, e seiscentos reais); ITEM 03, classificada em 1º lugar (vencedora), atendendo a 50% da quantidade do item: COOPERATIVA DE PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA E SERVIÇOS SANTA BARBARA – COPASB, apresentou a quantidade de 280.000 litros e o valor total de R$ 2.184.000,00 (dois milhões, cento e oitenta e quatro mil, em classificada em 2º lugar (vencedora), atendendo a 50% da quantidade do item: COOPERATIVA DOS PRODUTORES FAMILIARES DE PACAJUS – COPROOFAP, apresentou a quantidade de 280.000 litros com valor total de R$ 2.184.000,00 (dois milhões, cento e oitenta e quatro mil), fazendo-se o registro de que a soma dos quantitativos das duas primeiras classificadas atende ao quantitativo total do item do edital que é de 560.000 (litros), e tem seu valor total estimado em R$ 4.368.000,00 (quatro milhões, trezentos e sessenta e oito mil), portanto, as duas primeiras classificadas estão selecionadas definitivamente para o fornecimento do item, ITEM 04: classificada em 1º Lugar (vencedora), atendendo a quantidade total do item: COOPERATIVA DE AGRICULTURA FAMILIAR E ECONOMIA SOLIDÁRIA DO ESTADO DO CEARÁ – COOPAFESP, com valor total do item de R$ 461.340,00 (quatrocentos e sessenta e um mil, trezentos e quarenta), tendo em vista a desclassificação da COOPERATIVA DE PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA E SERVIÇOS SANTA BARBARA – COPASB, em virtude da reprovação das amostras apresentadas, conforme Parecer Técnico emitido pela Secretaria Municipal de Educação – SME em 02/02/2022; ITEM 05: DESERTO, por não haver apresentação de Projeto de Venda. DES**CLASSIFICADAS**: COOPERATIVA DOS PEQUENOS E MÉDIOS AGRICULTORES DO CEARÁ-COOPEMACE e COOPERATIVA AGROINDISTRIAL DO CEARÁ-COOPAECE, ambas em razão da inobservância do item 2.6.1 do Edital, bem como, COOPERATIVA DE PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA E SERVIÇOS SANTA BARBARA – COPASB desclassificada apenas para o item 04, em virtude da reprovação das amostras apresentadas, conforme Parecer Técnico emitido pela Secretaria Municipal de Educação – SME em 02/02/2022. Maiores informações encontram-se à disposição através na Avenida Heráclito Graça, nº 750, Centro, CEP: 60.140-060, Fortaleza, Ceará ou através do e-mail licita.cel@clfor.fortaleza.ce.gov.br | CEL.

Fortaleza-CE, 28 de março de 2022.

HAMER SOARES RIOS

Presidente da Comissão Especial de Licitações – CEL

Construtora Tenda S.A.

CNPJ/ME n° 71.476.527/0001-35 - NIRE 35.300.348.206 - Companhia Aberta

Edital de Convocação da Assembleia Geral ordinária e Extraordinária

Ficam os senhores acionistas da Construtora Tenda S.A. ("Companhia") convocados a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("Assembleia") a ser realizada, em primeira convocação, havendo quórum, no dia 28 de abril de 2022, às 14:00 horas, a ser realizada **de modo exclusivamente digital**, por meio da plataforma eletrônica "Zoom", conforme prerrogativa prevista no artigo 124, §2-A, da Lei n° 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das Sociedades por Ações") e disciplinada na Instrução CVM n° 481, de 17 de dezembro de 2009, conforme alterada, ("Instrução CVM 481"), tendo sido considerada como realizada na sede da Companhia, nos termos do artigo 4°, §3°, da Instrução CVM 481, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: **(i) Em Assembleia Geral Ordinária:** a) Tomar as contas dos administradores, examinar discutir e votar o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021; b) Deliberar sobre a proposta da Administração de destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021; c) Deliberar sobre o número de membros do Conselho Fiscal da Companhia e elegê-los, nos termos dos artigos 38 e 39 do Estatuto Social da Companhia; d) Deliberar sobre a proposta da Administração para a remuneração global anual dos Administradores e dos membros do Conselho Fiscal da Companhia para o exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2022. **(ii) Em Assembleia Geral Extraordinária:** a) Deliberar sobre a aprovação do 2° Plano de Outorga de Ações Restritas da Companhia. **1. Documentos a Disposição dos Acionistas**: Permanece a disposição dos acionistas, na sede da Companhia e nas páginas na internet da Companhia (ri.tenda.com); da CVM (www.cvm.gov.br); e da B3 (www.b3.com.br) toda documentação pertinente às matérias que serão deliberadas na Assembleia ora convocada. **2. Legitimação e Representação**: Nos termos do artigo 5°, §3°, da Instrução CVM 481, os acionistas que pretenderem participar da Assembleia digital deverão enviar correio eletrônico para o e-mail ri@tenda.com até 2 (dois) dias antes da Assembleia (*i.e.* até o dia 26 de abril de 2022), solicitando suas credenciais de acesso ao sistema eletrônico de participação e votação a distância e enviando os seguintes documentos: **(i)** extrato atualizado da conta de depósito das ações escriturais fornecido pela instituição financeira depositária emitido, no máximo, 2 (dois) dias úteis antes da Assembleia; e **(ii)** no caso de pessoa física, documento oficial, com foto, que comprove sua identidade; ou no caso de pessoa jurídica, estatuto social/contrato social e os demais documentos societários que comprovem a sua representação legal. Para os fundos de investimento, é necessária a apresentação do último regulamento consolidado, estatuto social/contrato social do administrador ou gestor do fundo e os demais documentos societários que comprovem os poderes de representação. Na hipótese de representação por procuração, a via original do instrumento de mandato devidamente formalizado e assinado pelo acionista outorgante (outorgado há menos de um ano, nos termos do art. 126, §1° da Lei das Sociedades por Ações e das decisões do colegiado da CVM), conforme instruções constantes da Proposta da Administração referente à Assembleia ora convocada. A Companhia ressalta que, de maneira estritamente excepcional, aceitará que os referidos documentos sejam apresentados sem reconhecimento de firma ou cópia autenticada, ficando cada acionista responsável pela veracidade e integridade dos documentos apresentados. Os acionistas participantes da Custódia Fungível de Ações Nominativas da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") que desejarem participar da Assembleia deverão apresentar extrato atualizado de sua posição acionária fornecido pelo órgão competente datado de até 02 (dois) dias úteis antes da data prevista para a realização da Assembleia. A Assembleia ora convocada será realizada de modo exclusivamente digital, nos termos da Instrução CVM 481. Nesse sentido, as instruções gerais para participação na Assembleia ora convocada, inclusive aquelas relativas à participação por meio do sistema eletrônico contratado pela Companhia, encontram-se dispostas detalhadamente na Proposta da Administração, divulgada pela Companhia juntamente com o presente Edital de Convocação nas páginas na internet da Companhia (ri.tenda.com); da CVM (www.cvm.gov.br); e da B3 (www.b3.com.br). Adicionalmente, a Companhia adotará o sistema de votação a distância nos termos da Instrução CVM 481, permitindo que seus acionistas participem da Assembleia ora convocada a distância, por meio do preenchimento e envio de boletins de voto à distância por meio de seus respectivos agentes de custódia, por meio da instituição financeira depositária responsável pelo serviço de ações escriturais da Companhia ou diretamente à Companhia, conforme orientações constantes do Formulário de Referência da Companhia, da Proposta da Administração relativa a Assembleia ora convocada, bem como do próprio Boletim de Voto a Distância disponibilizado nesta data. São Paulo, 28 de março de 2022. **Claudio José Carvalho de Andrade** - Presidente do Conselho de Administração

SINDICATO DOS SERVIDORES E EMPREGADOS PÚBLICOS MUNICIPAIS E AUTÁRQUICOS DE SÃO BERNARDO DO CAMPO

CNPJ/MF Nº 55.062.533/0001-90

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

O Presidente do Sindicato dos Servidores e Empregados Públicos Municipais e Autárquicos de São Bernardo do Campo, Sr. Dinailton Souza Cerqueira, no uso de suas atribuições e prerrogativas legais e em conformidade com os artigos 27, 28, 32 e 34 do Estatuto Social da Entidade, convoca todos os servidores públicos, associados ao Sindicato dos Servidores e Empregados Públicos Municipais e Autárquicos de São Bernardo do Campo, para Assembléia Geral Extraordinária a ser realizada no dia 01/04/2022, às 18h30 horas, em primeira convocação, e, 19h em segunda convocação, na Praça Santa Filomena, no Centro de São Bernardo do Campo, para discussões e deliberações sobre a Campanha Salarial 2022 da Categoria.

São Bernardo do Campo, 29 de Março de 2022.

DINAILTON SOUZA CERQUEIRA - Presidente do Sindicato

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULÍNIA

Pregão Eletrônico nº 44/2022

Objeto: Registro de Preços para Aquisição de Luvas Cirúrgicas e de Procedimento Data e hora limite para credenciamento no sitio da Caixa até: 13/04/2022 às 08h30 Data e hora limite para recebimento das propostas até: 13/04/2022 às 09h Início da disputa da etapa de lances: 13/04/2022 às 10h30 Obtenção do Edital: gratuito através do sítio www.paulinia.sp.gov.br/editais ou www.licitacoes.caixa.gov.br. Paulínia, 28 de março de 2022.

Ednilson Cazellato

Prefeito Municipal

Fortaleza PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO FRACASSADA PARA OS GRUPOS 1, 5, 6 E 7

PROCESSO: PREGÃO ELETRÔNICO **Nº. 042/2022**.

ORIGEM: INSTITUTO DOUTOR JOSÉ FROTA – **IJF – NÚCLEO DE FARMÁCIA - NUFARM.**

OBJETO: CONSTITUI OBJETO DA PRESENTE LICITAÇÃO, A SELEÇÃO DE EMPRESA PARA O REGISTRO DE PREÇOS VISANDO AQUISIÇÕES FUTURAS E EVENTUAIS DE MATERIAL – MÉDICO HOSPITALAR – SONDAS PARA NUTRIÇÃO ENTERAL E GASTROSTOMIA, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO INSTITUTO DR. JOSÉ FROTA – IJF, DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES E INTEGRANTES DA REDE MUNICIPAL DE SAÚDE, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS PREVISTOS NO ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA DESTE EDITAL, POR UM PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES.

DO TIPO: MENOR PREÇO.

DA FORMA DE FORNECIMENTO: PARCELADO.

O(A) Pregoeiro(a) da **CENTRAL DE LICITAÇÕES DA PREFEITURA DE FORTALEZA - CLFOR,** torna público para conhecimento dos licitantes e demais interessados, que o(a) PREGÃO ELETRÔNICO Nº.042/2022 -IJF, foi declarada FRACASSADA PARA OS GRUPOS 1, 5, 6 E 7. Maiores informações através do email licitacao@clfor.fortaleza.ce.gov.br ou pelo telefone: (85)3452-3477.

Fortaleza – CE, 28 de março de 2022.

CARLOS HENRIQUE ROCHA ALMEIDA

Pregoeiro(a) da CLFOR

Fortaleza PREFEITURA

AVISO DE CONVOCAÇÃO

PROCESSO: RDC PRESENCIAL **Nº. 027/2022.**

ORIGEM: FUNDO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO – **INFRAESTRUTURA (FME-I)**

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DAS OBRAS DE REFORMA DAS ESCOLAS MUNICIPAIS – E.M. JOSEFA BARROS DE ALENCAR E E.M. JOSÉ ALCIDES PINTO, NOS BAIRROS MESSEJANA E BONSUCESSO, RESPECTIVAMENTE, NO MUNICÍPIO DE FORTALEZA, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NESTE EDITAL E SEUS ANEXOS.

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MAIOR DESCONTO.

MODO DE DISPUTA: ABERTO.

REGIME DE EXECUÇÃO: EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO.

INFORMAÇÕES IMPORTANTES:

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: 11/05/2022 às 09h00min.

ABERTURA DAS PROPOSTAS: 11/05/2022 às 09h15min.

INÍCIO DA DISPUTA: 11/05/2022 às 09h30min.

FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS (informando o nº da licitação): Até 05 (cinco) dias úteis anteriores à data fixada para abertura das propostas.

e-mail:cpl@clfor.fortaleza.ce.gov.br

fone: (085)3452-3483

REFERÊNCIA DE TEMPO: Para todas as referências de tempo será observado o horário local (Fortaleza – CE).

ENDEREÇO PARA ENTREGA (PROTOCOLO) DE DOCUMENTOS: Central de Licitações da Prefeitura de Fortaleza - CLFOR – Avenida Heráclito Graça, n° 750, Centro, Fortaleza - CE, CEP. 60.140-060.

HOME PAGE: compras.sepog.fortaleza.ce.gov.br

A presente licitação reger-se-á pela Lei nº 12.462, de 04 de Agosto de 2011; pelo Decreto nº 7.581, de 11 de outubro de 2011; pela Lei Federal n° 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais) e pelos Decretos Municipais nº 13.512, de 30 de dezembro de 2014 e nº 15.126, de 28 de setembro de 2021. O **edital** na íntegra encontra-se à disposição dos interessados para consulta na Central de Licitações | Avenida Heráclito Graça, 750, Centro, Fortaleza - CE – Fortaleza- CE, no e-compras:https://compras.sepog.fortaleza.ce.gov.br/publico/index.asp, assim como no Portal de Licitações do TCE-CE: https://licitacoes.tce.ce.gov.br/.

Fortaleza – CE, 28 de março de 2022.

OTÁVIO CÉSAR LIMA DE MELO

Presidente da Comissão Permanente de Licitações

AVISO DE LICITAÇÃO

O Serviço Social do Comércio – Administração Regional no Estado de São Paulo, nos termos da Resolução nº 1.252/2012, de 06 de junho de 2012, publicada na Seção III do Diário Oficial da União – Edição nº 144 de 26/07/2012, alterada pela Resolução nº 1.501/2022, de 17/01/2022, bem como o que dispõe o art. 2º da Resolução nº 1438/2020, prorrogada pelas Resoluções Conjuntas nºs 1456/2020, 1468/2021 e 1493/2021, torna pública a abertura das seguintes licitações:

MODALIDADE: Pregão Eletrônico

Objetos:

PE 2022012000071 – Serviços de manutenção preventiva do piso arenito, mosaico português, telhados e pintura parcial da Unidade Bertioga. Abertura: 20/04/2022 às 10h30.

PE 2022012000081 – Fornecimento futuro e eventual de queijos e embutidos para Diversas Unidades. Abertura: 13/04/2022 às 10h30.

PE 2022012000083 – Fornecimento futuro e eventual de uniformes – categoria curumim, para Diversas Unidades. Abertura: 12/04/2022 às 10h30.

PE 2022012000084 – Serviços especializados de *clipping* eletrônico, envolvendo o monitoramento de informações na mídia impressa, *on-line*, televisão e rádio para a Unidade Bauru. Abertura: 14/04/2022 às 10h30.

PE 2022012000085 – Serviços de impressão, fornecimento, instalação e desinstalação de comunicação visual para o evento "Dia do Desafio 2022" em Diversas Unidades. Abertura: 12/04/2022 às 10h30.

A consulta e aquisição dos editais estão disponíveis no endereço eletrônico **portallc.sescsp.org.br** mediante inscrição para obtenção de senha de acesso.

Alimentos Influência renovada

Marfrig negocia com Previ e assume o conselho da BRF

FERNANDA GUIMARÃES

A Marfrig conseguiu ontem dar um passo decisivo para assumir a gestão da BRF, gigante de alimentos na qual detém 33% de participação. O fundador Marcos Molina foi eleito presidente do conselho de administração da dona das marcas Sadia e Perdigão e obteve a aprovação de toda a chapa proposta para o colegiado. O atual presidente do conselho do Santander Brasil, Sergio Rial, foi escolhido para a vice-presidência na BRF.

A eleição da chapa ocorreu após uma costura entre Molina e o fundo de pensão dos funcionários do Banco do Brasil (Previ) ao longo do fim de semana. Foi incorporado ao grupo o nome do ex-diretor do Banco Central Aldo Mendes como o representante da fundação. A Previ possui fatia de 5,26% na empresa e é sócia da companhia desde 1990.

'OLHAR DE DONO'. Há anos sem um controlador definido, a eleição do conselho por uma chapa indicada pela Marfrig mostra que a BRF poderá ser uma empresa com "olhar de dono", segundo analistas de mercado.

Antes do avanço da Marfrig sobre a BRF via compras de ações na Bolsa, as empresas chegaram a anunciar um acordo de fusão, em 2019. O acerto criaria uma empresa global com mais de cem fábricas. No entanto, houve divergências sobre a gestão, e as empresas desistiram do negócio. ●

Mineração Renegociação de dívida

Credores da Samarco elaboram plano alternativo de recuperação

Às vésperas da retomada da assembleia de credores da Samarco, marcada para a próxima sexta-feira, o grupo de fundos estrangeiros que detém uma dívida de R$ 26 bilhões da mineradora já começou a se debruçar na elaboração de um plano alternativo de recuperação judicial.

A mineradora entrou em uma crise financeira após a tragédia de Mariana (MG), em novembro de 2015, quando o rompimento de uma de suas barragens causou 19 mortes e danos ambientais na região. A produção da companhia só foi retomada em dezembro de 2020.

Se esse movimento dos credores for confirmado, ele será inédito na história empresarial do Brasil. O desfecho é esperado caso os credores rejeitem o novo plano apresentado pela companhia, o que é o mais provável de ocorrer até este momento, segundo apurou o **Estadão**.

No início do mês, foi suspensa a assembleia de credores que votaria uma nova versão do plano, prevendo o pagamento das dívidas em 2041, com um desconto de 75%, além da possibilidade de transformar os débitos em "títulos participativos".

A possibilidade de credores apresentarem um plano alternativo só será possível por conta de mudanças trazidas pela nova lei de recuperação judicial brasileira. Se o plano da empresa não for aceito, o grupo de credores terá 30 dias para entregar sua proposta.

GESTÃO INDEPENDENTE. O **Estadão** apurou que esse plano já está elaborado, mas que o grupo ainda aguarda alguns dados operacionais da Samarco para confirmar a oferta. No plano dos credores, o ex-executivo da Vale Tito Martins – que no fim do ano passado deixou o comando da Nexa – será o indicado para assumir a Samarco, com a missão de uma gestão independente na empresa. O executivo já esteve no conselho da companhia por três anos no passado e está há dois meses trabalhando no caso.

Essencialmente, o novo plano deverá trazer um cronograma de retomada mais curto para a produção da mineradora – o cálculo atual é considerado conservador.

A Samarco estima que sua produção só alcançará o volume de antes da tragédia em 2030. Nos bastidores, o entendimento é de que seria possível acelerar em ao menos dois anos esse cronograma. ● F.G.

JULIANA ESTIGARRÍBIA, ALTAMIRO SILVA JUNIOR, CYNTHIA DECLOEDT, CIRCE BONATELLI, MATHEUS PIOVESANA, LORENNA RODRIGUES E KARLA SPOTORNO
TWITTER: @COLUNADOBROAD
COLUNABROADCAST@ESTADAO.COM

Coluna do Broadcast

Vinci e Quadra vão disputar Codesa, primeiro leilão portuário do País

O leilão da Companhia Docas do Espírito Santo (Codesa), primeira desestatização de autoridade portuária do País, deve envolver disputa entre fundos de investimentos. Vinci Partners e Quadra Capital vão liderar a briga pelo projeto, o que pode levar a um ágio. O certame está marcado para amanhã. O projeto da Codesa prevê a concessão dos serviços públicos de administração dos Portos de Vitória e de Barra do Riacho, com estimativa de investimentos de R$ 1,3 bilhão, sendo R$ 1 bilhão para despesas operacionais. O critério será o de maior outorga, sem valor mínimo (R$ 1). O leilão é visto como o grande teste do governo federal para privatizar outros ativos, com destaque para o Porto de Santos. As propostas foram entregues na sexta.

Gestoras têm apostado na área

A Vinci tem ampla atuação em infraestrutura e desde setembro tem equipe avaliando o projeto da Codesa. A Quadra foi fundada há pouco mais de cinco anos por sócios que atuaram no BTG e no Credit Suisse, entre outros bancos. A gestora tem R$ 6 bilhões em ativos, em investimentos de menor liquidez, como a Codesa.

Firmas de outras áreas temem passivos

Empresas de diferentes áreas em infraestrutura chegaram a estudar o leilão, mas esbarraram nas incertezas acerca dos passivos. No entanto, os fundos analisam o chamado "custo de oportunidade": a atividade é estratégica e, outra chance como essa, só daqui a 35 anos. Procurados, os dois fundos não comentaram.

● **CRIA.** O fundador e presidente do conselho da Tecnisa, Meyer Nigri, está comprando ações da sua própria incorporadora. Só nos dois primeiros meses do ano, desembolsou cerca de R$ 11 milhões na compra de 3 milhões de ações. O último dado público sobre sua participação apontava 27,6%, mas a fatia já está em torno de 33%.

● **XEPA.** Para o empresário, as ações da companhia que fundou há 45 anos estão baratas. O papel já caiu 55% em um ano. Na cabeça do fundador, há potencial para recuperação.

● **FACA.** Há mais de cinco anos a Tecnisa não apresenta lucro anual. Em 2021, quando o mercado teve recorde de lançamentos, a empresa lançou menos do que o anunciado como meta, alegando dificuldade nas vendas. Para equilibrar as contas, 30% dos funcionários foram cortados, e há mais tesouradas pela frente.

● **TROCA.** Na Tecnisa, o filho do fundador e presidente executivo, Joseph Nigri, deixou o cargo há alguns meses, ficando apenas com uma cadeira no conselho. Ele deu lugar ao executivo Fernando Peres, ex-Volkswagen e Itaú, e que se intitula um especialista em corte de custos. Ele terá o desafio de pôr a incorporadora no prumo em um ano marcado por inflação e juros altos, que atrapalham as vendas de imóveis.

DESTRAVA?

DANIEL TEIXEIRA/ESTADÃO-1/6/2011

Leilão de amanhã é visto como o grande teste do governo federal para privatizar outros ativos, com destaque para o Porto de Santos

● **PAI RICO.** Agora integralmente sob a batuta do Bradesco, o Digio traça planos para ter maior integração com os produtos do conglomerado. A oferta de seguros, em parceria com a Bradesco Seguros e a Odontoprev, foi só o começo: o banco digital pretende, nos próximos meses, oferecer crédito imobiliário e investimentos, também aproveitando a estrutura do banco da Cidade de Deus.

● **SUBIU A BARRA.** O Digio prepara ainda um cartão de crédito premium, para clientes que gastam mais, a ser lançado no terceiro trimestre do ano, de acordo com o diretor executivo do banco, Marcelo Scarpa. Os benefícios do novo produto ainda estão em discussão.

● **CARIMBO.** Outra pauta que avança é a da internacionalização do Digio. No ano passado, o presidente do Bradesco, Octavio de Lazari Jr, sinalizou interesse em levar o banco digital ao México. A chegada seria facilitada: a Bradescard, subsidiária de cartões do Bradesco, já opera no país. Nos Estados Unidos, a entrada seria via Flórida, onde o grupo tem outra operação, o BAC.

● **FILHOTE.** A assessoria digital da Blue3 ganhou musculatura. O escritório de agentes autônomos ligado à XP está lançando o Blue3Digi para atender bolsos pequenos, a partir de R$ 100. Quem tem mais de R$ 300 mil investidos tem a opção de pedir a assessoria offline, com reuniões e atendimento individual.

● **AMBIÇÃO.** O braço de negócios, que surgiu organicamente há cerca de um ano, ganhou corpo com equipes próprias, desde marketing a atendimento virtual. Ao longo do ano, serão investidos R$ 5 milhões para pôr a operação de pé e tentar alcançar a meta de multiplicar por 70, em três anos, o número de investidores.

SOBE

Alta do dólar impulsiona papéis de frigoríficos

PAULO WHITAKER/REUTERS

Impulsionadas pela alta do dólar, as ações dos frigoríficos exportadores subiram ontem na B3. Marfrig e Minerva fecharam com ganho de 4,02% e 3,66%, respectivamente, enquanto BRF avançou 2,29%. A JBS subiu 1,64%. "Como o dólar deu uma acordada, o que sobe hoje são justamente ações que foram penalizadas por sua queda, como de carnes e celulose", diz Pedro Galdi, da Mirae Asset.

DESCE

Investidor embolsa lucros e bancos caem

ALEX SILVA/ESTADÃO

Depois de contribuírem para a alta do Ibovespa na semana passada, os bancos recuaram ontem, com realização de lucros por investidores, segundo Bruno Madruga, da Monte Bravo. "Como o setor estava dando maior sustentabilidade ao Ibovespa, vemos com naturalidade uma realização de lucros de curto prazo". Santander caiu 1,52% e Banco do Brasil, 0,96%. Bradesco perdeu 0,43% (ON) e 0,49% (PN), e Itaú Unibanco cedeu 0,07%.

BROADCAST MERCADOS

Ibovespa: **118.737,78 PTS.** | Dia **-0,29%** | Mês **4,95%** | Ano **13,28%**

MAIORES ALTAS DO IBOVESPA

	R$	Var. %	Neg.
MARFRIG ON NM	20,98	4,02	21.485
MINERVA ON NM	12,17	3,66	15.237
AMBEV S/A ON	14,74	2,93	22.777

MAIORES BAIXAS DO IBOVESPA

LOCAWEB ON NM	9,60	-4,57	29.542
COPEL PNB N2	7,31	-3,31	32.275
BANCO PAN PN	10,26	-3,30	11.871

TR/TBF/POUPANÇA/POUPANÇA SELIC (%)

23/3 A 23/4	0,1041	0,8949	0,6046	0,5000
24/3 A 24/4	0,0835	0,8541	0,5839	0,5000
25/3 A 25/4	0,0509	0,8113	0,5512	0,5000

	Pontos	Dia%	Mês%	Ano%
NOVA YORK DJIA	34.955,89	0,27	3,14	-3,80
FRANKFURT - DAX	14.417,37	0,78	-0,30	-9,24
LONDRES - FTSE	7.473,14	-0,14	0,20	1,20
TÓQUIO - NIKKEI	27.943,89	-0,73	5,34	-2,94

TESOURO DIRETO (*)	Vcto.	Ano %	R$
IPCA	15/8/2026	4,98	3.129,67
	15/5/2035	5,38	1.950,42
JUROS SEMESTRAIS	15/8/2032	5,32	4.105,37
PREFIXADO	1º/1/2025	11,40	742,49
	1º/1/2029	11,52	479,65
SELIC	1º/3/2025	0,04	11.479,13

(*)TÍTULOS À VENDA

INFLAÇÃO (%)

Índice	Janeiro	Fevereiro	No ano	12 Meses
INPC (IBGE)	0,67	1,00	1,68	10,80
IGPM (FGV)	1,82	1,83	3,68	16,12
IGP-DI (FGV)	2,01	1,50	3,55	15,35
IPC (FIPE)	0,74	0,90	1,65	10,33
IPCA (IBGE)	0,54	1,01	1,56	10,54
CUB (Sinduscon)	0,38	0,19	0,56	12,32
FIPEZAP-SP (FIPE)	0,47	0,38	0,85	4,12

Índices de reajuste do aluguel (Março)

IGP-M (FGV)	1,1612	IPCA (IBGE)	1,1054
IGP-DI (FGV)	1,1535	INPC (IBGE)	1,1080
IPC-FIPE	1,1033	ICV-DIEESE	-

FATORES VÁLIDOS PARA CONTRATOS CUJO ÚLTIMO REAJUSTE OCORREU HÁ UM ANO. MULTIPLIQUE O VALOR PELO FATOR

INSS - COMPETÊNCIA (MARÇO)

Trabalhador assalariado e doméstica*

Salário de contribuição	Alíquota
ATÉ R$ 1.212,00	7,5%
DE 1.212,01 ATÉ R$ 2.427,35	9%
DE R$ 2.427,36 ATÉ R$ 3.641,03	12%
DE R$ 3.641,04 ATÉ R$ 7.087,22	14%

Autônomo (BASE EM R$)	Alíquota	A pagar (R$)
DE 1.212,00 A 7.087,22	20%	DE 242,40 A 1.417,44

VENCIMENTO: 15/4. O PORCENTUAL DE MULTA A SER APLICADO FICA LIMITADO A 20%, MAIS TAXA SELIC

CDB - CDI

Data	Taxa ano	Taxa dia	Mês%	Ano%
CDB (22/30)	11,65	0,00	4,67	27,32
CDI	11,65	0,00	9,39	27,32

AGRÍCOLAS - MERCADO FUTURO

	Venc.	Aju.C.	Abe.	Mín.	Máx.	Var.%
AÇÚCAR NY*	MAI/22	19,59	296.375	19,37	19,64	-0,10
CAFÉ NY*	JUL/22	214,70	52.640	212,10	222,85	-3,20
SOJA CBOT**	MAI/22	16,643	272.177	16,610	17,100	-2,09
MILHO CBOT**	JUL/22	7,31	400.382	7,213	7,310	-0,58

(*) EM CENTS POR LIBRA-PESO (**) EM US$ POR BUSHEL

AGRÍCOLAS - MERCADO FÍSICO

	Últ.	Var. (%)	Var. 1 ano(%)
SOJA			
Cepea/esalq, R$/sc 60 kg	186,57	-1,57	13,02
BOI			
Cepea/esalq, R$/@	349,95	0,85	11,29
MILHO			
Cepea/esalq, R$/sc 60 kg	96,16	-0,85	2,96
CAFÉ			
Cepea/esalq, R$/sc 60 kg	1.210,76	-3,68	66,03

MOEDAS E COMMODITIES

	Venda	Dia %	Mês %	Ano %
DÓLAR COMERCIAL	4,7726	0,53	-7,43	-14,41
DÓLAR TURISMO	4,9470	0,61	-6,89	-13,77
EURO	5,2440	0,58	-9,71	-16,95
OURO	295,000	-0,64	-3,91	-10,61
WTI US$/BARRIL	103,4700	-6,98	7,96	35,36
BRENTUS$/BARRIL	109,7200	-8,42	11,83	40,87

	US$ 1/NY	1 Euro/ Europa	1 Libra/ Londres	R$ 1/ Brasil
DÓLAR AMERI	1,000	1,0988	1,3093	0,2098
EURO	0,910	1,0000	1,1917	0,1910
FRANCO SUÍÇO	0,935	1,0274	1,2243	0,1962
LIBRA ESTERLINA	0,764	0,8392	1,0000	0,1603
IENE	123,843	136,0700	162,1560	25,986

AS MOEDAS NA VERTICAL: VALOR DE COMPRA SOBRE AS DEMAIS / FONTE: IDC

POSITIVO TECNOLOGIA S.A.

CNPJ nº 81.243.735/0001-48

VAIO QUANTUM POSITIVO BGH POSITIVO CASA INTELIGENTE ANKER 2A.M. POSITIVO SERVERS & SOLUTIONS

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2021

MENSAGEM AOS ACIONISTAS

Se pudermos escolher uma única palavra para definir o ano de 2021, esta seria "diversificação". A Positivo Tecnologia nunca esteve tão diversificada, tanto em produtos quanto em seus correlatos segmentos de atuação, o que é refletido nos sólidos resultados que vem sendo entregues a cada trimestre. Nos orgulhamos em dizer que voltamos a ser uma Companhia de crescimento, pautado em anos de experiência no desenvolvimento de tecnologia de hardware e equipe dedicada em entregar sempre os melhores produtos e serviços a nossos clientes.

Assim, finalizamos 2021 com um resultado das operações ainda superior ao apresentado em 2020, o que demonstra o acerto da estratégia adotada e avançando no processo de transformação e diversificação de receitas da Positivo Tecnologia. A continuidade da forte demanda por hardware e serviços, em todos os segmentos de atuação da Companhia e o amadurecimento das nossas 'Avenidas de Crescimento', nos permitiram encerrar o período com faturamento recorde de R$ 4 bilhões, crescimento de 54% ao longo dos últimos doze meses. Atentos às necessidades e oportunidades do mercado, a inovação e a agilidade fizeram com que a diversificação das receitas passasse a fazer parte do dia a dia da Companhia, tornando-se em importantes vetores de crescimento.

Mesmo diante de todos os desafios enfrentados no ano, como logística e escassez de suprimentos, consequências da pandemia global da Covid-19, continuamos crescendo e melhoramos nossa rentabilidade, concluindo 2021 com EBITDA Recorrente de R$ 345 milhões, aumento de 112% YoY, e Lucro Líquido Recorrente de R$ 203 milhões, uma evolução de 255% em doze meses.

Na Unidade de Negócios Consumer tivemos importantes avanços ao longo do ano, como a parceria para fabricação de notebooks da marca Compaq e a parceria com a *Transsion Holding* para vendas de *smartphones* Infinix no Brasil, que foi sucesso de vendas em seu lançamento. Em Casa Inteligente, seguimos aumentando nossa base de clientes e firmando importantes parcerias corporativas, fortalecendo, assim, a penetração da marca no mercado.

Um marco importante em 2021 foi o crescimento da Unidade de Negócios Corporativos que vem aumentando sua representatividade em nossa receita. Apresentamos vendas recordes de equipamentos, tanto para grandes corporações como para pequenas e médias empresas, e ainda ampliamos nosso *market share* neste segmento. O negócio HaaS (Hardware as Service) obteve demanda como nunca vista e já representa em torno de 40% do faturamento das vendas para grandes empresas. Destaque também para o R-HaaS, com as vendas e locações de equipamentos usados e remanufaturados, que ganhou tração ao longo do ano e representa uma importante contribuição para promover a cultura da economia circular.

Vale a pena destacar a Avenida de Crescimento de Soluções de Pagamento. Com o final do período de exclusividade junto à Cielo, passamos a ganhar escala na área de Soluções de Pagamento Inteligentes, passando a atender um mercado endereçável expressivo e que engloba todos os adquirentes e sub-adquirentes do país, como é o exemplo do contrato com a Stone firmado em novembro. Em novembro anunciamos a parceria com a Nexgo para produção e fornecimento de novos modelos de POS voltados a empresas de todos os portes, o que reforça nosso posicionamento neste mercado e amplia nossa capacidade de geração de negócios.

Na Unidade de Instituições Públicas, seguimos com resultados crescentes, entregando até dezembro uma Receita Bruta 134% superior ao mesmo período do ano anterior. Em relação aos projetos já ganhos (contratados e a contratar), perfazemos o montante de mais de R$ 2,0 bilhões para os próximos períodos (*ex*-urnas eletrônicas para as eleições de 2022), além de reconhecermos um pipeline bastante aquecido em novas licitações a serem disputadas pelo setor. Ainda, em dezembro, vencemos nova licitação para fornecimento de mais 176 mil urnas eletrônicas para as eleições de 2024.

Adicionalmente, ficamos muito felizes em anunciar que nossa Reunião Pública com Analistas e Investidores (Investor Day) ficou entre as 10 reuniões mais bem avaliadas pelos analistas de investimentos (APIMEC Brasil) no ano de 2021. O referido prêmio reconhece as companhias que melhor se comunicaram com o mercado e recompensa o empenho e dedicação de nossa equipe de Relações com Investidores em seu esforço de ampliar a aproximação da Companhia e seus executivos junto a seus investidores, acionistas, analistas e demais stakeholders. Esta evolução dos resultados entregues pela Companhia, aliada a uma sólida governança e proativa comunicação com o mercado, culminou no aumento de liquidez de nossas ações ao longo do ano e ingresso no índice IBOV em janeiro/2022.

Entramos em 2022 com início das atividades de uma nova Avenida de Crescimento, a Positivo Tech Services, que tem como foco prestar serviços e suporte avançado para corporações de todo o Brasil, com assistência técnica a computadores, notebooks e tablets de todas as marcas do mercado. A Companhia é a única empresa 100% brasileira a ofertar esse serviço para além de suas próprias marcas, algo inédito no País.

Seguimos confiantes com 2022 e com os próximos anos, e a razão deste otimismo deve-se, principalmente, pela expansão de receita no segmento Corporativo, que combinado ao forte pipeline no segmento de Instituições Públicas e ao crescimento das nossas Avenidas de Crescimento, permitem mais do que compensar a queda estimada pelo IDC do mercado de Consumo de PCs, em torno de 10 a 15% em volume (Brasil) para o ano de 2022.

Continuamos trabalhando na construção de fortes alicerces a fim de nos mantermos como uma das Companhias líderes em tecnologia de hardware no Brasil e, mais uma vez, agradecemos aos nossos colaboradores, acionistas, investidores, clientes e parceiros pela confiança depositada.

Alexandre Dias
Presidente do
Conselho de Administração

Hélio Bruck Rotenberg
Diretor Presidente

DESTAQUES DE 2021

- **Receita Bruta recorde de R$ 4 bilhões no ano**, registrando forte crescimento pelo segundo ano consecutivo: +54% vs. 2020 e +79% vs. 2019.
- **Ebitda anual de R$ 345** milhões: **+112% vs. 2020** e +145% vs. 2019.
- **Lucro líquido recorrente** de **R$ 203 milhões** no ano, **+255% vs. 2020** e +873% vs. 2019.
- **Diversificação das receitas** e **amadurecimento das avenidas de crescimento**, com maior representatividade dos segmentos de soluções de pagamentos e serviços na Unidade Corporativo, reafirmando mudança do mix do portfólio e aumento da rentabilidade no ano.
- Alongamento de dívida e maior participação no mercado de capitais por meio de **emissão de debêntures no montante de R$ 350 milhões** em Fevereiro/22.
- **Elevação do rating corporativo** pelas agencias S&P e Fitch Ratings.
- **Ingresso das ações da Companhia (POSI3) no IBOV em janeiro/22**, reflexo do aumento de liquidez do papel nos últimos 12 meses.

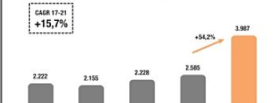
NOSSO MODELO DE NEGÓCIO

A Positivo Tecnologia adota uma organização de negócios que permite assegurar uma forte presença e participação sólida de mercado, consolidando competências-chave em desenvolvimento, produção e distribuição de hardware e serviços. Conforme quadro abaixo, para melhor compreensão dos negócios da Companhia, as Unidades de Negócios estão ilustradas por linhas de produtos:

		Consumer	Corporativo	Instituições Públicas
Core Business	Computadores			
	Telefones Celulares			
	Tablets			
	Periféricos			
Avenidas de Crescimento	Servidores & Soluções			
	Soluções de Pagamento			
	Positivo Tech Services			
	Hardware as a Service - Haas			
	Projetos Especiais (Urnas Eletrônicas)			
	IoT - Casa Inteligente			
	Tecnologia Educacional			

DESEMPENHO FINANCEIRO [1]

Os comentários apresentados nesta seção se referem aos números consolidados da Positivo Tecnologia S.A.

RECEITA BRUTA

A Receita Bruta de 2021 alcançou R$ 3.987 milhões, 54,2% maior do que a Receita Bruta reportada no mesmo período de 2020.

O aumento da Receita Bruta ao longo do ano de 2021 deve-se principalmente: (i) à forte demanda em todas as Unidades de Negócios, e (ii) ao crescimento das Avenidas de Crescimento, que cada vez mais agregam valor ao nosso negócio principal como fonte de receita recorrente e com margens saudáveis.

Importante ressaltar que até o 3T21 o faturamento do segmento de Meios de Pagamento era alocado dentro da Unidade de *Consumer*, porém, por serem vendas diretas para adquirentes e sub-adquirentes, a partir do 4T21 a receita desta Avenida passa a ser alocada na Unidade de Negócios Corporativos, com a base histórica também sendo ajustada para fins de análise comparativa.

Segmentação da Receita Bruta por Unidade de Negócio

2020
R$ 2.585 milhões em Receita Bruta

22,0%
25,6%
52,5%

2021
R$ 3.987 milhões em Receita Bruta

Consumer ■ Corporativo ■ Instituições Públicas

Nossa **unidade de vendas no varejo (Consumer),** que representa 46,0% da Receita Bruta da Companhia, encerrou o ano de 2021 com faturamento de R$ 1.833 milhões, crescimento de 35,1% em relação ao mesmo período de 2020.

A **unidade de vendas corporativas (Corporativo)** finalizou o ano de 2021 com Receita Bruta de R$ 826 milhões, 24,9% superior a 2020. Além da crescente demanda por computadores por parte das empresas brasileiras, o crescimento anual da Receita Bruta da Unidade, é explicado (i) pelo aumento de 422% da receita bruta do segmento de meios de pagamento, resultado da conquista de novos clientes no período, e (ii) pela crescente demanda por HaaS, cujo faturamento deste segmento ficou 104,5% superior ao ano de 2020.

Já a **unidade de Instituições Públicas**, potencializada por um maior número de licitações no país e pela necessidade de as instituições públicas de ensino ofertarem notebooks e tablets a seus alunos, encerrou 2021 correspondendo a 33% de *share* do faturamento total da Companhia. A Receita Bruta anual da Unidade ficou 133,7% maior que 2020. Convém destacar que cerca de R$ 74 milhões de receita referente ao projeto das 225 mil urnas eletrônicas (eleições 2022) foi registrada no 4T21, com o montante restante (cerca de R$ 850 milhões) previstos para serem realizados no primeiro semestre de 2022.

[1] Todas as informações financeiras apresentadas neste Relatório da Administração contemplam as modificações contábeis introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e pela Lei nº 11.941/09, bem como dos efeitos provenientes da adoção das Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS).

LUCRO BRUTO

MARGEM BRUTA

Valores em milhares de reais, exceto os percentuais. Resultados Consolidados

	2021	2020	Var.
Receita Bruta Consolidada	3.986.579	2.585.440	54,2%
Descontos e Deduções	(621.092)	(393.267)	57,9%
Receita Líquida Consolidada	**3.365.487**	**2.192.173**	**53,5%**
Matéria-Prima e Mão de Obra	(2.584.513)	(1.733.160)	49,1%
Serviços Prestados por Terceiros	(219)	(1.845)	(88,1%)
Depreciação e Amortização	(12.149)	(8.422)	44,3%
Custo dos Produtos e Serviços	**(2.596.881)**	**(1.743.427)**	**49,0%**
Lucro Bruto	**768.606**	**448.746**	**71,3%**
Margem Bruta	22,8%	20,5%	2,4 p.p.

A Receita Líquida no ano foi de R$ 3.365 milhões, aumento 53,5% quando comparado ao mesmo período do ano anterior. Em 2021 o Lucro Bruto ficou em R$ 768,6 milhões (+71,3% YoY), e Margem Bruta de 22,8%.

A melhora da Margem Bruta no ano reflete o melhor mix de produtos e serviços ofertados e o aumento da participação de receita recorrente advinda das Avenidas de Crescimento.

DESPESAS OPERACIONAIS

Valores em milhares de reais, exceto os percentuais. Resultados Consolidados

	2021	2020	Var.
Lucro Bruto	768.606	448.746	71,3%
Receitas/despesas Operacionais	**(465.457)**	**(171.070)**	**172,1%**
Despesas Comerciais	**(363.763)**	**(272.919)**	**33,3%**
Despesas Gerais e Administrativas	**(163.437)**	**(136.782)**	**19,5%**
Resultado de Equivalência Patrimonial	**4.158**	**1.124**	**269,9%**
Outras receitas/despesas operacionais	**57.585**	**237.507**	**(75,8%)**
Resultado Operacional (EBIT)	**303.149**	**277.676**	**9,2%**

No 4T20, obtivemos R$ 175,7 milhões de ganhos provenientes da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS, refletido na linha 'Outras Receitas/Despesas Operacionais'. Sendo assim, quando excluímos essa receita não recorrente do 4T20, a linha 'Outras Receitas/Despesas Operacionais' apresenta aumento de 34% em 2021 vs. 2020.

Com a gradual retomada da economia, dado os efeitos adversos da pandemia global da Covid-19, somado à maior demanda do setor de tecnologia e ao crescente desenvolvimento dos negócios da Companhia, refletindo no aumento da receita bruta de +54%, algumas linhas de despesas importantes para o nosso negócio como marketing, pesquisa e desenvolvimento e comissões sobre vendas voltaram a crescer, porém de forma inferior ao crescimento da receita bruta. Além disso, cabe relembrar que em 2020 tivemos redução de despesas com pessoal devido a adesão à redução de jornada de trabalho no início da pandemia (Lei 14.020/2020).

EBITDA Recorrente

EBITDA RECORRENTE

	2021	2020	Var.
EBIT	**303.149**	**277.676**	**9,2%**
Depreciação e Amortização	42.344	46.102	(8,2%)
Outras receitas/despesas não operacionais	(3.458)	–	n/a
EBITDA	**342.035**	**323.778**	**5,6%**
Margem EBITDA	10,2%	14,8%	-4,6 p.p.
Hedge de Matérias-Primas	2.835	14.429	(80,4%)
Outras receitas (despesas) não operacionais	–	(175.733)	n/a
EBITDA Recorrente	**344.870**	**162.474**	**112,3%**
Margem EBITDA Recorrente	**10,2%**	**7,4%**	**2,8 p.p.**

Nota: A partir de 01 de abril de 2021 a Companhia passou a adotar a contabilidade de hedge (Hedge Accounting).

Encerramos o ano com EBITDA Recorrente em R$ 344,8 milhões, +112,3% superior ao ano anterior, e com margem EBITDA de 10,2%, melhora de 2,8 p.p. comparado a 2020. Além dos ajustes de hedge de matéria-prima, em 2020, conforme mencionado acima, apresentamos ganhos não recorrentes de R$ 175,7 milhões obtidos por meio da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS.

O consecutivo crescimento anual do EBITDA, conforme ilustrado acima, reflete o ótimo desempenho operacional que a Companhia vem apresentando nos últimos períodos, resultante de uma operação robusta sustentada por um modelo de negócio diversificado e com produtos e serviços de qualidade.

ROIC - Retorno sobre Capital Investido

ROIC

Valores em milhares de reais, exceto os percentuais. Resultados Consolidados.

	2021	2020	Var.
EBIT (LTM)	303.149	277.676	9,2%
IR/CSLL (LTM)	(5.341)	(76.547)	(93,0%)
NOPAT (LTM)	**297.808**	**201.129**	**48,1%**
Capital Empregado	**1.639.010**	**1.139.378**	**43,9%**
Média do Capital Empregado[1]	**1.389.194**	**928.052**	**49,7%**
ROIC2	**21,4%**	**21,7%**	**-0,2 p.p.**

1 - Média do capital empregado do período e do mesmo período do ano anterior. Considera o capital de giro, ativo permanente e outros ativos de longo prazo líquidos de IR/CSLL diferidos.

2 - NOPAT dos últimos 12 meses dividido pelo capital empregado médio.

Em continuidade a uma melhor comunicação junto ao mercado, passamos a divulgar nosso ROIC anualizado. A metodologia utilizada considera o retorno sobre o Capital de Giro, que melhor reflete a realidade do setor em que a Companhia se encontra inserida. No 4T21, o ROIC anualizado alcançou 21,4%, com retração de 0,3 p.p. vs. o 4T20. Essa retração se deve ao maior nível de estoques registrado ao final do 4T21, necessário para assegurar o forte crescimento projetado para 2022, em especial na Unidade de Negócios Instituições Públicas.

RESULTADO FINANCEIRO

RESULTADO FINANCEIRO

Valores em milhares de reais, exceto os percentuais. Resultados Consolidados

	2021	2020	Var.
Receitas Financeiras	43.706	59.756	(26,9%)
Despesas Financeiras	(158.768)	(100.576)	57,9%
Resultado Financ. Pré-Var. Cambial	**(115.062)**	**(40.820)**	**181,9%**
Variação/Cobertura Cambial	20.150	35.533	(43,3%)
Resultado Financeiro	**(94.912)**	**(5.287)**	n/a

Nota: A partir de 01 de abril de 2021 a Companhia passou a adotar a contabilidade de hedge (*Hedge Accounting*).

Em 2021, registramos resultado financeiro de R$ 94,9 milhões negativo contra R$ 5,3 milhões no ano de 2020. A oscilação do resultado reflete o gradual aumento da taxa de juros no país ao longo do período, além do reconhecimento de receita financeira com correção monetária de R$ 11,7 milhões em 2020 decorrente do reconhecimento dos ganhos provenientes da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS e menor ganho em variação cambial registrado em 2021 vs. 2020.

Ressaltamos que o objetivo da Política Cambial da Companhia é a proteção do resultado operacional e a redução de sua volatilidade no resultado, não permitindo, em hipótese alguma, a contratação de instrumentos financeiros derivativos para fins especulativos.

LUCRO LÍQUIDO

LUCRO LÍQUIDO RECORRENTE

Valores em milhares de reais, exceto os percentuais. Resultados Consolidados

	2021	2020	Var.
Lucro Líquido	**202.896**	**195.842**	**3,6%**
Exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS/COFINS	–	(218.501)	n/a
REFIC ISS Curitiba	–	18.227	n/a
Impairment de tributos diferidos	–	61.540	n/a
Lucro Líquido Recorrente	**202.896**	**57.108**	**255,3%**

Destacamos que em 2020 o resultado do 4T20 foi positivamente impactado por créditos tributários de litígios referentes à inconstitucionalidade da inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS, da liquidação de processos administrativos em disputas relativas a ISS e pela adoção de procedimentos de contabilização ligados aos tributos diferidos.

Para uma base de comparação mais assertiva, apresentamos a reconciliação do Lucro Líquido de acordo com os ajustes reportados nas Demonstrações Financeiras de 2020. Assim, encerramos o ano de 2021 com R$ 202,9 milhões de Lucro Líquido Recorrente, expressivo crescimento de 255,3% frente ao ano de 2020.

DIVIDENDOS

O Estatuto Social da Positivo Tecnologia determina que, pelo menos, 25% do lucro líquido contábil atribuído aos investidores da Companhia deve ser distribuído como dividendo anual obrigatório. Durante o ano de 2021 foram pagos R$ 48 milhões em proventos, sendo R$ 0,34 por ação, referente a competência 2020.

INVESTIMENTOS

Em 2021 a Companhia realizou investimentos de R$ 57 milhões, compreendendo principalmente investimentos obrigatórios em pesquisa e desenvolvimento, por meio de integralização de capital em investidas com o Fundo de Investimentos em Participações da Companhia, além de desembolsos para ampliação da estrutura produtiva, adequação e transferência de linhas de montagem e projetos de desenvolvimento de novos produtos.

MERCADO DE CAPITAIS

A Positivo encerrou 2021 com Capital Social de R$ 722 milhões, como parte do Patrimônio Líquido de R$ 1,2 bilhão, dividido entre 141.800.000 ações ordinárias (POSI3), das quais 53,8% estão em circulação ("*Free Float*").

As ações da Companhia fecharam o ano cotadas a R$ 10,90/ação, com valorização de 120,4% em 2021. A média diária de ações negociadas em bolsa ficou em 6,5 milhões em 2021, representando um volume financeiro diário médio de R$ 69 milhões.

Ao final de 2021, a Companhia atingiu R$1.454 milhões de valor de mercado, apresentando uma valorização de 120% em 12 meses, quando o valor de mercado da Companhia era de R$ 701 milhões. Calculamos o valor de mercado multiplicando o total de ações da companhia pelo preço da ação POSI3 na data de referência.

PROGRAMA DE RECOMPRA DE AÇÕES

Em 10 de dezembro de 2021, o Conselho de Administração aprovou o encerramento do Programa de Recompra de Ações de emissão da Companhia aprovado nas Reuniões do Conselho de Administração realizadas em 9 de junho de 2020 e 10 de junho de 2021.

Na mesma data, o Conselho de Administração aprovou também a criação de um novo Programa de Recompra de Ações com prazo de 18 meses. O novo Programa permite a recompra de até 4.000.000 de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, de emissão da própria Companhia que, na data de aprovação, representavam 2,82% do total de ações emitidas pela Companhia e 5,26% do total de ações emitidas pela Companhia que estão em circulação.

COLABORADORES

Em 31 de dezembro de 2021, a Positivo Tecnologia contava com mais de 4 mil colaboradores, alocados principalmente na sede administrativa localizada em Curitiba (PR), em Manaus (AM) e Ilhéus (BA) onde encontram-se unidades fabris.

RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

Em conformidade com a Instrução CVM nº 381, a Companhia informa que no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, somente os serviços de auditoria das demonstrações financeiras foram prestados pela KPMG.

Na contratação de serviços não relacionados à auditoria independente, a Companhia adota procedimentos que se fundamentam na legislação aplicável e nos princípios internacionalmente aceitos que preservam a independência do auditor. Esses princípios consistem em: (i) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, e (ii) o auditor não deve atuar gerencialmente perante seu cliente nem promover os interesses de seu cliente.

CLÁUSULA COMPROMISSÓRIA

A Companhia está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme Cláusula Compromissória constante no Estatuto Social.

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Em observância às disposições constantes da Instrução CVM nº 480/09, a Diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes e com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

continua

POSITIVO TECNOLOGIA S.A.

CNPJ nº 81.243.735/0001-48

POSITIVO | VAIO | QUANTUM | POSITIVO BGH | POSITIVO CASA INTELIGENTE | ANKER | 2AM | POSITIVO SERVERS & SOLUTIONS

continuação

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO 2021 E 2020

(Valores expressos em milhares de reais)

ATIVO	Nota	Controladora 31 de dezembro de 2021	Controladora 31 de dezembro de 2020	Consolidado 31 de dezembro de 2021	Consolidado 31 de dezembro de 2020
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	5	287.152	500.734	359.007	544.162
Instrumentos financeiros derivativos	32	4.482	4.474	4.482	4.474
Contas a receber	6	624.475	540.810	762.625	698.044
Estoques	7	1.201.256	558.483	1.690.347	645.750
Contas a receber com partes relacionadas	10	196.153	66.633	14.502	20.410
Impostos a recuperar	8	142.639	178.156	157.222	183.356
IRPJ e CSLL		14.717	35.435	18.803	37.680
Adiantamentos diversos		38.209	37.343	56.229	48.753
Outros créditos	9	52.873	27.225	56.823	28.608
		2.561.956	1.949.293	3.120.040	2.211.237
NÃO CIRCULANTE					
Realizável a longo prazo					
Impostos a recuperar	8	275.650	275.380	275.722	275.415
Tributos diferidos		–	–	624	599
Outros créditos	9	63.240	60.984	63.636	61.571
		338.890	336.364	339.982	337.585
Investimento em controladas	11	302.880	200.629	–	–
Investimento em empreendimento controlado em conjunto ("joint venture")	14	–	–	37.942	38.538
Investimento em coligadas e outros	12 e 13	26.789	18.001	76.284	53.154
Imobilizado	15	72.456	73.590	92.894	86.298
Intangível	16	27.780	40.336	86.994	97.823
		429.905	332.556	294.114	275.813
		768.795	668.920	634.096	613.398
TOTAL ATIVO		**3.330.751**	**2.618.213**	**3.754.136**	**2.824.635**

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	Controladora 31 de dezembro de 2021	Controladora 31 de dezembro de 2020	Consolidado 31 de dezembro de 2021	Consolidado 31 de dezembro de 2020
CIRCULANTE					
Fornecedores	17	870.647	484.963	1.186.214	562.210
Empréstimos e financiamentos	18	390.072	437.298	400.196	461.373
Instrumentos financeiros derivativos	32	–	8.727	–	8.727
Salários e encargos a pagar		35.068	30.756	38.387	33.263
Passivo de arrendamento	15.a	7.874	8.452	9.115	9.292
Provisões	19	138.024	124.143	158.080	141.362
Provisões para riscos tributários, trabalhistas e cíveis	23	5.985	5.412	5.985	5.412
Tributos a recolher		32.137	23.656	52.814	32.037
Dividendos a pagar	24.f	47.611	48.609	47.611	48.609
Receita diferida	8 e 20	4.759	7.492	5.753	7.492
Contas a pagar com partes relacionadas	10	9.810	7.477	745	1.213
Outras contas a pagar	21	19.455	45.569	32.751	59.942
		1.561.442	1.232.554	1.937.651	1.370.932
NÃO CIRCULANTE					
Empréstimos e financiamentos	18	481.729	279.061	500.406	301.561
Passivo de arrendamento	15.a	23.754	28.921	26.525	31.839
Provisões	19	46.211	19.306	46.211	19.306
Provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis	23	39.584	34.497	39.584	34.497
Contas a pagar com partes relacionadas	10	5.627	–	3.440	4.393
Provisão para perda em investimentos	11 e 14.a	475	1.273	475	457
Tributos diferidos		–	–	654	–
Outras contas a pagar	21	98	687	17.529	28.512
		597.478	363.745	634.824	420.565
TOTAL DO PASSIVO		**2.158.920**	**1.596.299**	**2.572.475**	**1.791.497**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	24.a	721.670	721.670	721.670	721.670
Reserva de capital	24.b	119.939	119.411	119.939	119.411
Reserva de lucros	24.c	361.419	211.233	361.419	211.233
Ajuste de avaliação patrimonial	24.d	(10.069)	(17.075)	(10.069)	(17.075)
Ações em tesouraria	24.e	(21.129)	(13.325)	(21.128)	(13.325)
Patrimônio líquido atribuível aos controladores		1.171.831	1.021.914	1.171.831	1.021.914
Participação de acionistas não controladores		–	–	9.830	11.224
Patrimônio líquido total		1.171.831	1.021.914	1.181.661	1.033.138
TOTAL PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**3.330.751**	**2.618.213**	**3.754.136**	**2.824.635**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO 2021 E 2020

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	Controladora 31 de dezembro de 2021	Controladora 31 de dezembro de 2020	Consolidado 31 de dezembro de 2021	Consolidado 31 de dezembro de 2020
RECEITA LÍQUIDA	25	**3.110.312**	**1.991.623**	**3.365.487**	**2.192.173**
CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS E SERVIÇOS PRESTADOS	26	(2.466.596)	(1.609.151)	(2.596.881)	(1.743.427)
LUCRO BRUTO		**643.716**	**382.472**	**768.606**	**448.746**
Despesas com vendas	26	(350.916)	(253.994)	(363.763)	(272.919)
Despesas gerais e administrativas	26	(133.714)	(125.773)	(163.437)	(136.782)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	8	38.677	227.604	57.585	237.507
Resultado da equivalência patrimonial	11 a 14	82.469	23.544	4.158	1.124
		(363.484)	(128.619)	(465.457)	(171.070)
RESULTADO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO E TRIBUTOS SOBRE O LUCRO		**280.232**	**253.853**	**303.149**	**277.676**
Receitas financeiras	28	40.498	56.497	43.706	59.756
Despesas financeiras	28	(144.857)	(92.375)	(158.768)	(100.576)
Variação cambial, líquida	28	24.385	48.895	20.150	35.533
		(79.974)	13.017	(94.912)	(5.287)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO		**200.258**	**266.870**	**208.237**	**272.389**
Imposto de renda e contribuição social correntes	22	–	(14.359)	(4.712)	(15.139)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	22	–	(61.540)	(629)	(61.408)
		–	(75.899)	(5.341)	(76.547)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		**200.258**	**190.971**	**202.896**	**195.842**
Atribuível aos Controladores		N/A	N/A	200.258	190.971
Atribuível aos não Controladores		N/A	N/A	2.638	4.871
LUCRO POR AÇÃO - R$					
Básico	29	N/A	N/A	1,4287	1,4024
Diluído	29	N/A	N/A	1,4234	1,4005

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

PRESIDÊNCIA EXECUTIVA

Hélio Bruck Rotenberg
Diretor Presidente

Caio Gonçalves de Moraes
Vice-Presidente de Finanças e RI

Marielva Andrade Dias
Diretora Vice-Presidente de Governo e Contas Estratégicas

Rodrigo Guercio Teixeira
Diretor Vice-Presidente Corporativo

CONTADOR

Fábio Trierweiler Faigle
CRC PR - 055265/O-2 - Diretor de Controladoria

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Alexandre Silveira Dias - Presidente do Conselho (não executivo e independente)
Giem Raduy Guimarães - Conselheiro
Rodrigo Cesar Formighieri - Conselheiro
Hélio Bruck Rotenberg - Conselheiro
Samuel Ferrari Lago - Conselheiro
Rafael Moia Vargas - Conselheiro
Adriana Netto Ferreira Muratore de Lima - Conselheira Independente
Marcel Malczewski - Conselheiro Independente
Gustavo Jobim - Conselheiro Independente

"As demonstrações contábeis, acompanhadas do relatório da administração, das notas explicativas e do parecer dos auditores independentes estão publicadas no jornal Metrópole em 29/03/2022."

FUNDAÇÃO FACULDADE DE MEDICINA - ICESP

CNPJ: 56.577.059/0006.06

COMPRA PRIVADA FFM / ICESP 1873/2022
CONCORRÊNCIA - PROCESSO DE COMPRA FFM RS Nº 1792/2022

A Fundação Faculdade de Medicina, entidade de direito privado sem fins lucrativos, vem convidar V. Sas a participarem do - **PROCESSO FFM / ICESP RS nº 1792/2022**, para contratação, do tipo menor preço global, de empresa especializada na prestação de serviços de **"Manutenção para Sistema de Detecção e Alarme contra incêndio"** conforme previsto no Memorial Descritivo **(anexo I)**. O processo de contratação será regido pelo Regulamento de Compras da Fundação Faculdade de Medicina - FFM.

FUNDAÇÃO FACULDADE DE MEDICINA - ICESP

CNPJ: 56.577.059/0006.06

COMPRA PRIVADA ICESP 1810/2022
CONCORRÊNCIA - PROCESSO DE COMPRA FFM RC Nº 6567/2022
CIRCULAR Nº 04 - FRACASSO

Declaramos a Compra Privada ICESP 1810/2022 - RC 6567/22 fracassada, devido não ter atingido valor referência.

ESTADÃO VENTURES S.A.

CNPJ nº 31.561.674/0001-99 - NIRE 35300521617

AVISO AOS ACIONISTAS

Encontram-se à disposição dos Senhores Acionistas da ESTADÃO VENTURES S.A., na sede da Sociedade, situada nesta Capital, na Avenida Engenheiro Caetano Álvares nº 55, 6º andar, Bairro do Limão, CEP 02598-900, os documentos a que se refere o artigo 133 da Lei nº 6.404/76, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021. São Paulo, 25 de março de 2022. Francisco Mesquita Neto - Diretor Presidente.

OESP EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ nº 20.319.417/0001-29 - NIRE 35300465709

AVISO AOS ACIONISTAS

Encontram-se à disposição dos Senhores Acionistas da OESP EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A., na sede da Sociedade, situada nesta Capital, na Avenida Engenheiro Caetano Álvares, nº 55, 6º andar, Bairro do Limão, CEP 02598-900, os documentos a que se refere o artigo 133 da Lei nº 6.404/76, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021. São Paulo, 25 de março de 2022. Francisco Mesquita Neto - Diretor Presidente.

OESP MÍDIA E TRANSPORTES S.A.

CNPJ nº 02.688.912/0001-23 - NIRE 35300157036

AVISO AOS ACIONISTAS

Encontram-se à disposição dos Senhores Acionistas da OESP MÍDIA E TRANSPORTES S.A., na sede da Sociedade, situada nesta Capital, na Avenida Professor Celestino Bourroul nº 100, 4º andar, Prédio Industrial, Bairro do Limão, CEP 02710-000, os documentos a que se refere o artigo 133 da Lei nº 6.404/76, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021. São Paulo, 25 de março de 2022. Francisco Mesquita Neto - Diretor Presidente.

APP MEDIA S.A.

CNPJ nº 11.907.196/0001-19 - NIRE 35300479530

AVISO AOS ACIONISTAS

Encontram-se à disposição dos Senhores Acionistas da APP MEDIA S.A., na sede da Sociedade, situada nesta Capital, na Rua Carlos Rath, 29, sala 5, Bairro Alto de Pinheiros, CEP 05462-030, os documentos a que se refere o artigo 133 da Lei nº 6.404/76, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021. São Paulo, 25 de março de 2022. Armando Prudêncio Garcia de Mesquita - Presidente do Conselho de Administração.

Aldrago Participações Ltda.

CNPJ 23.034.453/0001-34

Aviso aos Sócios

Encontram-se à disposição dos Senhores Sócios, os documentos a que se refere o artigo 1.078, § 1º do Código Civil, relativos ao exercício findo em 31/12/2021. Solicitamos que o pedido de envio seja feito através do e-mail: assembleia.tmc.2021@gmail.com, mencionando o nome da empresa.

Jarinu, 21/03/2022. **A Administração.**

EMBRAPORT - EMPRESA BRASILEIRA DE TERMINAIS PORTUÁRIOS S.A., inscrita no CNPJ/ME sob o nº 02.805.610/0002-79 e NIRE 35.902.919.601, torna público que requereu ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, a prorrogação de sua Licença de Instalação nº 1232/2018, para implantação de seu Terminal Portuário no Município de Santos, estado de São Paulo.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Prezados Senhores Representantes das Federações Estaduais e Representantes de Atletas, o Presidente da Confederação Brasileira de Rugby ("CBRu"), no uso de suas atribuições estatutárias, CONVOCA as Federações Estaduais de Rugby e Representantes de Atletas para a Assembleia Geral Ordinária (AGO) visando deliberar sobre: (a) demonstrações financeiras e relatório de atividades relativos ao exercício de 2021. Sendo certo que essa AGO realizar-se-á no dia 28 de abril de 2022, com primeira convocação às 18h00 e segunda convocação às 18h15, por meio de vídeo conferência pela plataforma Zoom, em face às medidas de isolamento social devido a COVID-19, conforme facultado pelo art. 33 do Estatuto Social da CBRu.

Cordialmente,
Martin Andrés Jaco
Presidente
Confederação Brasileira de Rugby

COMPANHIA DE ENGENHARIA DE TRÁFEGO

CNPJ 47.902.648/0001-17

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - CET - 2021

Visando cumprir as disposições legais e estatutárias quanto à prestação de contas, o Relatório da Administração da Companhia de Engenharia de Tráfego - CET - 2021 é apresentado por meio dos resultados no Balanço Patrimonial e demais Atualizações Financeiras, referentes ao exercício do respectivo ano.

Neste relatório, também estão incluídos o Relatório da Auditoria Independente e o parecer do Conselho Fiscal da Companhia acerca dos registros de demonstrativos financeiros, no sentido de atestar se a contabilidade está adequada e em conformidade.

Destacam-se ainda um breve histórico, seus objetivos e algumas das principais atividades desenvolvidas pela CET no ano de 2021, incluindo ações pontuais de sustentabilidade.

Constituição da CET e seus Objetivos

A Companhia de Engenharia de Tráfego - CET foi constituída pela Lei nº 8.394 de 28 de maio de 1976 como uma empresa de economia mista da Prefeitura Municipal de São Paulo - PMSP, dotada de personalidade jurídica de direito privado.

Tem por objetivo social a prestação de serviços relacionados com a operação, manutenção e ampliação do sistema de tráfego da Cidade de São Paulo, pelo controle e avaliação de desempenho da malha viária, propiciando mobilidade segura aos usuários.

Elabora estudos, projetos e pareceres sobre a sinalização viária, incluindo a semafórica, sendo responsável por sua implantação e manutenção. Atua na área de educação de trânsito promovendo cursos e treinamentos.

Em 30 de dezembro de 2021, por meio do Decreto Municipal: 60.982, a CET foi designada como Entidade Executiva Municipal de Trânsito, sendo integrada ao Sistema Nacional de Trânsito do Brasil e incorporando as atividades relacionadas a tal atribuição.

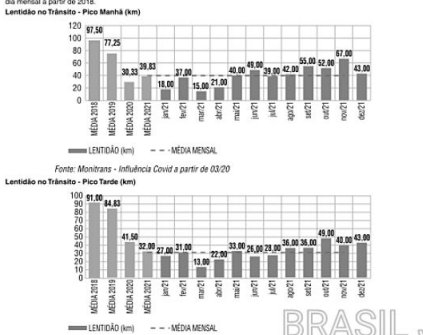
Atividades da CET em 2021

Em 2021, permanecendo a pandemia mundial do coronavírus, observou-se uma ampliação nos deslocamentos das pessoas se comparado a 2020, mas ainda inferior a 2019. A rotina de mobilidade das pessoas em São Paulo retornou parcialmente devido à adesão ao regime de teletrabalho e educação via internet. Isto pode ser observado nos gráficos de lentidão e de ocorrências registradas pela CET. Por fim, os funcionários da empresa que estavam afastados também foram retornando ao trabalho, aumentando a presença dos agentes de trânsito nas vias da cidade e consequentemente maior atuação em segurança e na mobilidade.

Nos gráficos a seguir é possível comparar índices de lentidões no trânsito no pico manhã e pico tarde, mensal em 2021, com a média mensal a partir de 2018.

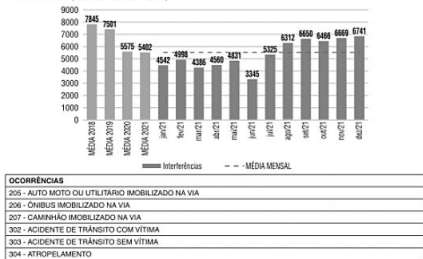
Lentidão no Trânsito - Pico Manhã (km)

Fonte: Monitrans - Influência Covid a partir de 03/20

Lentidão no Trânsito - Pico Tarde (km)

Fonte: Monitrans - Influência Covid a partir de 03/20

No segundo semestre de 2021, também ocorreu um número maior de remoções de veículos imobilizados realizadas pelas equipes operacionais da CET, quando comparado ao primeiro semestre, porém com média mensal semelhante à média mensal em 2020.

Quantidades TOP6 (205, 206, 207, 302, 303, 304)

OCORRÊNCIAS
205 - AUTO MOTO OU UTILITÁRIO IMOBILIZADO NA VIA
206 - ÔNIBUS IMOBILIZADO NA VIA
207 - CAMINHÃO IMOBILIZADO NA VIA
302 - ACIDENTE DE TRÂNSITO COM VÍTIMA
303 - ACIDENTE DE TRÂNSITO SEM VÍTIMA
304 - ATROPELAMENTO

Fonte: Monitrans - Influência Covid a partir de 03/2020

Com relação à segurança no trânsito, em 2021, o índice de morte por 100 mil habitantes continuou sendo reduzido, porém os números estão em fase de consolidação para posterior divulgação. Sendo assim, os dados a serem apresentados correspondem a 2020, ano do encerramento da Década de Segurança Viária (2011-2020), desafio lançado pela ONU - Organização das Nações Unidas, e adotado pela Prefeitura Municipal de São Paulo de reduzir à metade a marca registrada em 2011 de 12 mortes por 100 mil habitantes. Muitas ações específicas de segurança foram realizadas pela CET e que somadas as de outros órgãos, contribuíram com os resultados obtidos: 3.481 vidas salvas no período de 2011 a 2020, tendo como referência 2010, conforme o gráfico a seguir.

Em 2020, a redução de mortes em relação à Década de Ação de Segurança no Trânsito (referência 2010) foi de 548 vidas salvas. Diante dos esforços, foram obtidos expressivos resultados - o índice ficou em 6,56 mortes por 100 mil habitantes - aproximando-se da meta proposta. Neste mesmo ano, foram 23.295 pessoas a menos envolvidas em sinistros com vítimas (não fatais).

A mobilidade ativa também permanece como item prioritário na agenda da Companhia. Como exemplo, pode-se citar a implantação do Plano Cicloviário da Cidade de São Paulo. Este tem por objetivo requalificar e conectar à Rede Estrutural Cicloviária da PMSP, promovendo a segurança viária, incentivando a multimodalidade de transportes, na diretriz de consolidar o uso da bicicleta na cidade. No ano de 2021, a CET elaborou 51,6 km de projetos de novas ciclovias que compõe a meta da Prefeitura de implantar 300 km em 4 anos e 54,8 km de projetos de requalificação de ciclovias.

Em dezembro de 2021, com base no Estatuto do Pedestre, foi concluído o mapeamento da Rede Estrutural de Mobilidade a pé, projeto previsto no Plano de Segurança Viária do município, resultante do trabalho de hierarquização das zonas OD a partir do volume de pedestres em circulação, do índice de acidentes por zona OD e do índice de acidentes equivalente, onde a cada 10 feridos equivale a 1 fatal. Este mapeamento é a base para o desenvolvimento da Rede Prioritária da Mobilidade a pé com previsão de conclusão em 2024 e subsidiará a tomada de decisões em relação às prioridades de investimentos e ações voltadas à mobilidade a pé.

A sinalização de solo e o emplacamento de vias - outra prestação de serviço de importância que visa a segurança e a zeladoria do sistema viário da cidade - manteve sua produção executiva, independente das condições impostas pela pandemia. Os quantitativos de sinalização viária implantada em 2021 foram cerca de 658 mil m² de tinta e cerca de 46,4 mil placas.

Apesar das atividades de educação de trânsito presenciais terem sido suspensas, o Centro de Treinamento e Educação de Trânsito - CETET, cada vez mais organizado para atender as demandas em atividades virtuais, como cursos e treinamentos em EAD - Ensino a Distância. Em 2021 foram mais de 213 mil pessoas treinadas e/ou que acessaram a plataforma em busca de informações sobre educação de trânsito.

No âmbito da Governança Corporativa e da Gestão Estratégica, em cumprimento à Lei Federal 13.303 de junho de 2016 e ao Decreto Municipal 58.093 de fevereiro de 2018, foram mantidas as medidas adotadas nos anos anteriores de forma a alcançar resultados consistentes, de acordo com o direcionamento estratégico da Companhia.

Para atender as exigências legais e dar transparência às ações da Companhia, anualmente estão sendo elaborados e publicados no site da CET os instrumentos institucionais. Dentre eles estão a Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa, a Política de Transparência e Divulgação de Informações, o Relatório de Sustentabilidade e o Código de Conduta e Integridade.

Destaca-se, nesse cenário, o início da reciclagem dos funcionários por EAD referente ao tema de Conduta e Integridade. Ademais, em conformidade com a Lei das estatais (Lei 13.303/2016), a empresa constituiu uma estrutura interna de equipes dedicadas a Governança Corporativa, Estratégia, Gestão de Riscos e estruturas de Transparência, Comissão de Conduta e Integridade, Ouvidoria e Auditoria.

Quanto a questão da Sustentabilidade, pelo terceiro ano consecutivo a Companhia de Engenharia de Tráfego emitiu em 2021 o seu Relatório de Sustentabilidade, com competência em 2020, apresentando as atividades da empresa que geraram retorno sustentável, socioeconômico e ambiental.

Com foco na melhoria de qualidade de vida da população, por meio de prover a mobilidade com segurança dos usuários do sistema viário de São Paulo, é razoável afirmar que a CET tem originalmente em seu escopo o traço de uma empresa atenta às questões socioambientais.

As edições do Relatório de Sustentabilidade revelam a busca da CET em harmonizar suas políticas de sustentabilidade àquelas adotadas pela PMSP (Programa de Metas) e com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS, da ONU.

Neste sentido, a edição de 2021 destacou no capítulo da Sustentabilidade Socioambiental dois eixos de atuação da CET - voltados para questões de Mobilidade e Segurança no Trânsito:

a) Mobilidade Ativa com a ampliação da rede Cicloviária previsto no Plano Cicloviário e vinculada principalmente ao ODS 03 - SAÚDE E BEM-ESTAR, ODS 11 - CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS e ODS 13 - AÇÃO CONTRA A MUDANÇA GLOBAL DO CLIMA. Este tema também consta no Programa de Metas da Prefeitura Municipal de São Paulo para 2021-2024, meta 43.

b) Redução do número de mortes no trânsito, atendendo o Plano de Segurança Viária da cidade de São Paulo 2019-2028, instituído pelo Decreto Municipal nº 58.717 de 17 abril de 2019, visa transformar São Paulo em uma das cidades com tráfego mais seguro do mundo. Este plano foi baseado nos conceitos Visão Zero e Sistemas Seguros cuja premissa é: "nenhuma vida perdida no trânsito é aceitável". O Plano de Segurança Viária está alinhado com o ODS 03 - SAÚDE E BEM-ESTAR, ODS 11 - CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS, ODS 16 - PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES e ODS 17 - PARCERIAS E MEIO DE IMPLEMENTAÇÃO. Também compõe o Programa de Metas da Prefeitura Municipal de São Paulo para 2021-2024, meta 39.

A seguir, relacionou-se alguns números relevantes dos diversos setores de atuação da CET no ano de 2021:

- 10 vias passaram por revisão do tempo do ciclo semafórico e/ou dos tempos de travessia de pedestres dentro do Programa de Segurança Operacional;
- 42.453 demandas de atendimentos semafóricos de manutenção (prioritários ou não), abrangendo a área do município;
- 3.425 autorizações especiais de transporte de cargas - AET, sendo 166 acompanhamentos operacionais de transporte de carga excedentes pelas equipes CET;
- 23 ações de fiscalização de trânsito de produtos perigosos pelas equipes CET;
- 10.428 eventos autorizados em 2021;
- 31.669 autorizações de obras (11.447 obras programadas e 20.222 obras emergenciais);
- Elaboração e publicação do Manual de Sinalização Urbana - MSU Volume VI -Sinalização semafórica - Parte 2 - Critérios de projeto - Revisão 02
- Elaboração e publicação do Manual de Sinalização Urbana - MSU Volume VII - Dispositivos auxiliares - Critérios de projeto - Faixa - Revisão 03

Obs.: as aferições de Veículos Urbanos de Cargas (VUCs) e guinchos foram suspensas devido à pandemia.

As ações e resultados apresentados neste relatório demonstram o compromisso da empresa com a população de São Paulo: segurança viária, mobilidade e governança corporativa e estratégica, cumprindo com seu objetivo social.

Na sequência, serão apresentadas as demonstrações financeiras do período. Oportuno ressaltar que nas referidas demonstrações não estão provisionados os valores relacionados ao pagamento da parcela única do Programa de Participação de Resultados - PPR de 2021, aos Diretores/Empregados, aprovados pela Diretoria em 09/11/2021 e pelo Conselho de Administração em 11/11/2021, pois o mesmo está condicionado à decisão judicial relativa ao pagamento referente ao exercício de 2020.

CET - BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em R$ Mil)

Ativo	Notas	2021	2020
Circulante			
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	93.776	31.594
Contas a Receber	5.1	25.500	83.181
Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	5.1	(16.978)	(19.746)
Estoques	6	4.308	6.502
Adiantamentos	7	9.185	8.976
Impostos e Contribuições a Recuperar	8	21.290	21.547
Despesas do Exercício Seguinte e Outros Créditos		947	1.263
Total do Circulante		**138.028**	**133.317**
Não Circulante			
Contas a Receber	5.2	92.232	92.232
Depósito Judicial e Outros Créditos		6.051	6.782
Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	5.3	(93.284)	(93.284)
Investimento		18	18
Provisão de Perda de Investimentos		(18)	(18)
Imobilizado	9	16.237	17.413
Intangível	10	635	133
Total do Não Circulante		**21.871**	**23.276**
Total do Ativo		**159.899**	**156.593**

Passivo	Notas	2021	2020
Circulante			
Fornecedores		38.649	41.743
Salários a Pagar		3.717	3.003
Provisão Férias e Encargos	3.h	48.845	67.382
Encargos Sociais e FGTS a Recolher	11	13.708	14.068
Impostos e Contribuições a Recolher - Tributárias	12	18.178	18.413
Adiantamento de Clientes		8.354	14.969
Processos Julgados		496	489
Receitas Antecipadas - CEF		1.432	2.148
Outras Contas a Pagar		3.158	3.163
		136.537	**165.378**
Não Circulante			
Obrigações Previdenciárias - Parcelamento		–	–
Provisão para Contingências	14	154.655	152.064
Receitas Antecipadas - CEF		–	1.432
		154.655	**153.496**
Patrimônio Líquido			
Capital Social	15	105.715	105.715
Reserva de Capital		1.272	1.272
Prejuízos Acumulados		(238.280)	(269.268)
		(131.293)	**(162.281)**
Total do Patrimônio Líquido		**(131.293)**	**(162.281)**
Total do Passivo + Patrimônio Líquido		**159.899**	**156.593**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

CET - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em R$ Mil)

		Reservas de Capital			
	Capital Integralizado	Incentivos Fiscais	Doações	Lucros (Prejuízos)Acumulados	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2019	**105.715**	**40**	**1.232**	**(314.810)**	**(207.823)**
Lucro Líquido do Exercício	–	–	–	45.542	45.542
Saldos em 31 de Dezembro de 2020	**105.715**	**40**	**1.232**	**(269.268)**	**(162.281)**
Lucro Líquido do Exercício	–	–	–	30.938	30.988
Saldos em 31 de Dezembro de 2021	**105.715**	**40**	**1.232**	**(238.280)**	**(131.293)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

CET - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em R$ Mil)

	Notas	2021	2020
Receita Operacional Bruta			
Serviços de Engenharia de Tráfego		1.055.458	965.180
Exploração de Estacionamento Zona Azul		–	51.265
Eventos Diversos		17.059	14.938
Estacionamentos		–	386
Caçambas/Cartão Morador		18	–
		1.072.535	**1.031.769**
Impostos e Contribuições		**(100.112)**	**(101.479)**
Receita Operacional Líquida		**972.423**	**930.290**
Custos dos Serviços Prestados	16	**(782.843)**	**(741.549)**
Resultado Operacional Bruto		**189.580**	**188.741**
Receitas/(Despesas) Operacionais		**(160.435)**	**(139.917)**
Pessoal e Encargos	18	(120.218)	(146.943)
Honorários da Administração		(1.232)	(1.292)
Gerais e Administrativas	17	(78.181)	(69.038)
Outras Receitas Operacionais	19	39.196	77.356
Resultado antes das Receitas e Despesas Financeiras		**29.145**	**48.824**
Despesas Financeiras		(698)	(793)
Receitas Financeiras		2.010	1.501
Outras Receitas/Despesas			
Vendas de Imobilizado		4.088	–
Resultado antes dos Tributos		**34.545**	**49.532**
Imposto de Renda		(2.601)	(2.917)
Contribuição Social		(956)	(1.073)
Lucro Líquido do Exercício		**30.988**	**45.542**
Lucro Líquido por Ação - R$ Mil		**0,000293**	**0,000431**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

continua →☆

COMPANHIA DE ENGENHARIA DE TRÁFEGO

CNPJ 47.902.648/0001-17

—☆ continuação

CET - DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 - Método Indireto (Em R$ Mil)

Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais	Notas	2021	2020
Lucro do Exercício		**30.988**	**45.542**
Ajustes			
Depreciação/Amortização		2.057	2.757
Ajuste de Perdas Estimadas nos Investimentos		–	18
Redução/(Aumento) no Ativo:			
Contas a Receber		57.682	2.747
Provisão de Riscos no Recebimento de Créditos		(2.768)	(52.525)
Estoques		2.194	103
Impostos, Contribuições e Outros Créditos		1.096	1.293
Aumento (Redução) no Passivo:			
Provisões Férias e Salários a Pagar		(17.823)	12.317
Encargos Sociais e FGTS a Recolher		(360)	(5.058)
Impostos e Contribuições a Recolher		(236)	2.146
Fornecedores/Contas a Pagar		(9.264)	6.148
Obrigações Tributárias - Parcelamento		–	–
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		**63.566**	**15.488**
Atividades de Investimentos			
Investimento em Ativo Imobilizado		(680)	(1.183)
Investimento em Ativo Intangível		(704)	–
Caixa Líquido Usado nas Atividades de Investimentos		**(1.384)**	**(1.183)**
Atividades de Financiamentos			
Aumento de Capital		–	–
Caixa Líquido Usado nas Atividades de Financiamento		–	–
Diminuição/Aumento Líquido de Caixa e Equivalente de Caixa		**62.182**	**14.305**
Caixa e Equivalente de Caixa no início do Período		31.594	17.289
Caixa e Equivalente de Caixa no fim do Período		93.776	31.594

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 e 2020 (Em R$ Mil)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia de Engenharia de Tráfego - CET, empresa de economia mista da Prefeitura do Município de São Paulo, constituída pela Lei nº 8.394 de 28 de maio de 1976, dotada de personalidade jurídica de direito privado, tem por objetivo a prestação de serviços e execução de obras relacionadas com a operação, manutenção e ampliação do sistema de tráfego da Cidade de São Paulo, através do controle e avaliação de desempenho da malha viária, elaboração de estudos, projetos e pareceres sobre a sinalização semafórica e viária, desenvolvimento de sistemas especiais, treinamento e educação de trânsito e transporte.

2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A Companhia de Engenharia de Tráfego - CET apresentou a conclusão das demonstrações contábeis em 25 de fevereiro de 2022. As demonstrações foram elaboradas em observância às resoluções emanadas do Conselho Federal de Contabilidade e estão sendo apresentadas de acordo com a legislação societária e práticas contábeis, em observância aos Pronunciamentos Contábeis emitidos, que incluem estimativas e premissas como a mensuração de provisões para perdas de créditos a receber, estimativas para a determinação da vida útil de ativos e provisões necessárias para passivos contingentes. Portanto, os resultados efetivos podem ser diferentes destas estimativas e premissas.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a. Aplicações Financeiras

As aplicações financeiras estão avaliadas ao custo, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço. A Companhia mantém seus recursos aplicados em fundos de investimentos financeiros e certificados de depósitos bancários. Todas as aplicações possuem liquidez imediata, cujos montantes atualizados refletem o valor de realização na data do balanço. As modalidades de aplicações contratadas são consideradas conservadoras e de baixo risco, uma vez que a Companhia opera somente com Instituições financeiras consideradas de primeira linha.

b. Estoques

São avaliados pelo custo médio de aquisição e/ou de reposição, os quais são inferiores ao valor de mercado. São constituídas provisões para estoques sem movimentação e sem perspectivas de utilização, nas atividades operacionais da Companhia.

c. Depósitos Judiciais

Registrados pelo valor original dos depósitos, atualizados pela TR - Taxa Referencial, até a data do balanço, e refletem as posições obtidas junto às instituições financeiras custodiantes dos recursos.

d. Investimentos

São demonstrados pelo custo de aquisição, deduzidos da provisão de perdas de investimentos.

e. Imobilizado

Está registrado pelo custo de aquisição. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas que refletem a vida útil estimada dos bens.

f. Intangível

Está registrado pelo custo de aquisição. As amortizações são calculadas conforme prazo de vigência do contrato, relativos aos softwares adquiridos junto a terceiros.

g. Fornecedores

Estão demonstrados pelos compromissos assumidos, acrescidos dos reajustes contratuais incidentes até a data da entrega dos bens e/ou materiais ou da conclusão da prestação de serviços.

Em cumprimento à NBCTG 12 - Ajuste a valor presente, a Companhia declara que as obrigações contraídas junto aos fornecedores de bens e serviços, são liquidadas no prazo máximo de 90 (noventa) dias, portanto, não houve a aplicação de ajustes a valor presente.

h. Processos Julgados

Referem-se aos saldos de obrigações com processos judiciais já julgados onde houve acordo de parcelamento na Justiça do Trabalho.

i. Receitas Antecipadas

Saldos relativos a Contrato firmado com a "Caixa Econômica Federal", por um período de 60 meses, de exclusividade pelo direito de exploração dos serviços bancários de empregados, diretores, estagiários e pensionistas no valor de R$ 10.740 mil.

j. Instrumentos Financeiros Derivativos

A empresa não opera com tais operações e não possuía, em 31 de dezembro de 2021, instrumentos financeiros derivativos.

k. Apuração de Resultado

As receitas e despesas são contabilizadas de acordo com o regime de competência. As principais receitas da Companhia são oriundas da prestação de serviços firmado com a Secretaria Municipal de Mobilidade e Trânsito e dos serviços prestados à iniciativa privada.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários de livre movimentação e investimentos temporários em instituições financeiras, que podem ser utilizados a qualquer momento e com riscos insignificantes de alteração de valor.

Descrição	2021	2020
Bancos Conta Movimento	2.908	1.419
Títulos Vinculados ao Mercado Aberto	90.868	30.175
Total	**93.776**	**31.594**

A seguir apresentamos a movimentação da conta de Títulos Vinculados no Mercado Aberto.

Disponibilidades	2020 (a)	Aplicação (b)	Rendimentos (b)	Subtotal (b)	Resgate (c)	IR (c)	IOF (c)	Subtotal (c)	2021
BB	23.482	167.377	63	167.440	(124.228)	(5)	(4)	(124.237)	66.685
CEF	6.402	849.349	1.470	850.819	(832.668)	(197)	(515)	(833.380)	23.841
ITAÚ	291	3.391	9	3.400	(3.346)	(2)	(1)	(3.349)	342
Total	**30.175**	**1.020.117**	**1.542**	**1.021.659**	**(960.242)**	**(204)**	**(520)**	**(960.966)**	**90.868**

As aplicações financeiras correspondem às operações de fundos de investimentos de renda fixa e certificados depósitos bancários, as quais são realizadas com instituições que operam no mercado financeiro nacional e são contratadas em condições e taxas normais de mercado, tendo como característica alta liquidez, baixo risco de crédito e remuneração pela variação da CDI.

5. CONTAS A RECEBER

5.1 Contas a Receber Circulante

	2021	2020
Gestão de Trânsito	19	54.565
Eventos em vias e logradouros da cidade de São Paulo	25.277	28.401
Outras	204	215
	25.500	**83.181**
(–) Provisão para Perdas de Créditos Liquidação Duvidosa	(16.978)	(19.746)
	8.522	**63.435**

A Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa foi constituída sobre os serviços prestados à iniciativa privada - rubrica de Eventos e Logradouros em Vias e Logradouros da Cidade de São Paulo.

5.2 Contas a Receber Não Circulante

	2021	2020
Serviços de Engenharia	75.918	75.918
Good Mix Com. Repres. Prods. Aliment. Ltda.	14.048	14.048
Outros Contratos	2.266	2.266
	92.232	**92.232**

5.3 Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa - Não Circulante

	2021	2020
Gestão de Trânsito da Cidade de São Paulo	75.918	75.918
Goodmoc Com. e Repres. Prods. Aliment. Servs. Ltda.	14.048	14.048
Outros	3.318	3.318
	93.284	**93.284**

Foram constituídas nos exercícios de 2007 a 2012 e 2014 e 2015 provisões no montante de R$75.918 mil, para receita de serviços essenciais e imprescindíveis de gestão do trânsito da Cidade de São Paulo, prestados à Secretaria Municipal de Mobilidade e Trânsito - SMT da Prefeitura do Município de São Paulo - PMSP, os quais não estavam suportados por empenhos, em função da insuficiência de recursos orçamentários, demonstrado no quadro abaixo:

Os serviços prestados à SMT foram reconhecidos pelo Departamento de Operação do Sistema Viário - DSV daquela Secretaria nos Processos Administrativos, a saber:

Processo Adm. - Gestão de Trânsito	Exercício	2021	2020
2005-0.213.600-2	2005	457	457
2007-0.240.231-8	2007	4.833	4.833
2008-0.225.788-3	2008	12.007	12.007
2009-0.330.310-4	2009	633	633
2009-0.330.336-8	2009	1.311	1.311
2010-0.064-309-0	2010	11.917	11.917
2012-0.021.586-5	2011	31.363	31.363
2013-0.105.398-4	2012	1.468	1.468
2014-0.304.565-4	2014	7.626	7.626
2016-0.009.362-7	2015	2.127	2.127
Portaria 31/32 - SMT-GAB	2005	2.176	2.176
		75.918	**75.918**

6. ESTOQUES

	2021	2020
Material de Sinalização Viária	4.612	5.045
Peças e Acessórios para Veículos	275	343
Suprimentos	765	1.114
(–) Provisão para Obsolescência nos Estoques	(1.344)	–
	4.308	**6.502**

7. ADIANTAMENTOS

	2021	2020
Adiantamento para Despesas Médicas	4.486	5.665
Adiantamento de Férias	4.301	2.961
Outros Adiantamentos	398	350
	9.185	**8.976**

8. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR

	2021	2020
I.R. Saldo Negativo a Compensar	14.474	11.836
Per/Dcomp-Pedido Eletrônico de Restituição e Declaração de Restituição	3.171	3.128
INSS a Compensar	2.942	1.820
CSLL Saldo Negativo a Compensar	–	959
Créditos Tributários COFINS/Pasep	2.257	2.647
Outros Impostos e Contribuição a Recuperar	–	1.157
(–) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(1.554)	–
	21.290	**21.547**

9. IMOBILIZADO

		2021			2020
	Taxas Depreciação	Custo Corrigido	Depreciação Acumulada	Líquido	Líquido
Aparelhos Instrumentos Técnicos	10%	1.354	(981)	373	534
Benfeitorias	4%	5.590	(5.590)	–	180
Computadores Micros e Periféricos	20%	12.341	(12.324)	17	2
Ferramentas em Geral	10%	160	(144)	16	25
Instalações	10%	823	(349)	474	532
Imóveis	8%	16.608	(6.089)	10.519	11.182
Máquinas e Equipamentos	10%	7.511	(3.571)	3.940	4.274
Móveis e Utensílios	10%	5.810	(4.642)	1.168	1.094
Veículos	20%	38.866	(38.703)	163	22
Ajuste ao valor recuperável		(433)	–	(433)	(433)
		88.630	**(72.393)**	**16.237**	**17.413**

MOVIMENTAÇÃO DO PERÍODO - CUSTO LÍQUIDO

	R$/Mil			
Conta **IMOBILIZAÇÕES TÉCNICAS - Normal**	Saldo Líquido 31/12/2020	Adições	Baixas/ Transf.	Saldo Líquido 31/12/2021
Aparelhos Instrumentos Técnicos	1.355	–	1	1.354
Benfeitorias	5.590	–	–	5.590
Controladoras Micros e Periféricos	12.853	16	528	12.341
Ferramentas em Geral	160	–	–	160
Instalações	823	–	–	823
Imóveis	16.608	–	–	16.608
Máquinas e Equipamentos	7.469	88	45	7.512
Móveis e Utensílios	5.411	407	8	5.810
Veículos	50.540	168	11.843	38.865
Ajuste ao valor recuperável	(433)	–	–	(433)
Total imobilizado técnico	**100.375**	**679**	**12.425**	**88.630**
Total depreciação acumulada	**(82.963)**	**10.570**	**–**	**(72.393)**
Total imobilizações técnicas	**17.413**	–	**(1.175)**	**16.237**

Destacamos que na data-base de 31 de dezembro de 2021, a Companhia possuía 33 (trinta e três) veículos penhorados para garantia de execução fiscais, as quais já foram quitadas, contudo, a Companhia aguarda a liberação dos bens.

O imóvel da Sede encontra-se penhorado por conta de processos cíveis, movidos contra a Companhia.

O imóvel da CET em questão foi oferecido como garantia de execução, na ação de cobrança proposta pela empresa Consladel Construtora e Laços Detetores e Eletrônica Ltda., processo 0001505-2017.8.26.0053.

10. INTANGÍVEL

MOVIMENTAÇÃO DO PERÍODO

		2021			2020
	Taxas Amortização	Custo Corrigido	Amortização Acumulada	Líquido	Líquido
Softwares	**20%**	**7.003**	**(6.368)**	**635**	**133**

11. ENCARGOS SOCIAIS E FGTS A RECOLHER

	2021	2020
FGTS a Recolher	3.143	3.140
INSS a Recolher	10.565	10.872
Retenção Seguridade Social Lei 9711 de 20/11/98	–	56
	13.708	**14.068**

12. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	2021	2020
Imposto de Renda a Recolher	6.250	6.247
COFINS - Contrib. Financiamento da Segur. Social	8.298	9.348
PASEP - Progr. Form. Patrim. Serv. Público	1.800	2.028
Outros	1.830	790
	18.178	**18.413**

Compondo o montante de R$ 1.830 mil - Outros, se encontra o saldo da CSLL a recolher, de R$ 798 mil.

13. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O RESULTADO FISCAL DO EXERCÍCIO

O imposto de renda e a contribuição social sobre lucro líquido foram calculados pelas alíquotas previstas na legislação tributária, com seus valores correspondentes nas demonstrações de resultados.

	2021	2020
Lucro contábil do exercício	30.988	45.542
Adições	34.216	40.734
Exclusões	49.836	69.766
CSLL do exercício	956	1.073
CSLL antecipado no exercício	158	1.358
IRPJ do exercício	2.601	2.917
IRPJ antecipado no exercício	2.601	3.694
Impostos a recolher	–	–

13a - Imposto de Renda - Prejuízos Fiscais

A título de informação, destacamos que o valor dos prejuízos fiscais acumulados a compensar em 31 de dezembro de 2021 é de R$ 25.843 mil (R$ 30.453 mil em 2020).

13b - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido

Quanto à contribuição social base negativa, destacamos que em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possui o montante a compensar de R$ 34.781 mil (R$ 39.335 mil em 2020).

14. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

Está registrado nestas rubricas no Passivo Não Circulante, o montante de R$ 154.655 mil em 2021 (R$ 152.064 mil em 2020) referentes à:

Movimentação do Ano	Saldo 2020	Inclusões	Reversões	Recuperação de Despesa	Total Reversões	Pagamentos	Reversões e Pagamentos	Saldo 2021
Trabalhistas Empregados	26.478	19.512	(12.345)	(1.882)	(14.227)	(4.160)	(18.387)	27.603
Trabalhistas Terceirizados	7.665	872	(5.148)	–	(5.148)	(751)	(5.899)	2.638
Trabalhistas Outros	4.973	1.578	(2.296)	–	(2.296)	–	(2.296)	4.255
Total Trabalhistas	**39.116**	**21.962**	**(19.789)**	**(1.882)**	**(21.671)**	**(4.911)**	**(26.582)**	**34.496**
Contingências Cíveis	112.948	20.891	(808)	(7.132)	(7.940)	(5.740)	(13.680)	120.159
Total	**152.064**	**42.853**	**(20.597)**	**(9.014)**	**(29.611)**	**(10.651)**	**(40.262)**	**154.655**

a. Os processos trabalhistas foram avaliados pela Administração da Companhia baseado na opinião de sua Assessoria Jurídica. Para os casos em que há expectativas prováveis de perdas e desembolso financeiro futuro, constituiu-se provisão no montante de R$ 34.496 mil em 31 de dezembro de 2021 (R$ 39.116 mil em 2020). Ainda, segundo avaliação da administração da Companhia existem processos trabalhistas não provisionados, conforme NBCTG 25 (R2), classificados da seguinte forma:

Classificação	2021 (R$ mil)	2020 (R$ mil)
Possível	9.327	2.922
Remota	3.787	1636

Em 2020 provisionamos o valor de R$ 21.033 mil para pagamento aos empregados a título de "Participação dos Resultados". Como não houve o desembolso por parte da empresa, achamos prudente contingenciar aquele valor pois o mesmo constava de Cláusula Coletiva de Trabalho.

A Companhia de Engenharia de Tráfego ingressou junto à Justiça do Trabalho ação visando o não pagamento daqueles valores.

Em primeira instância houve o ganho por parte do Sindicato que obrigava a CET a pagar apenas a primeira parcela no valor de R$ 10.942 mil.

A empresa recorreu em segunda instância e está aguardando o julgamento final em razão de pedido de vista procedimental por um dos Ministros do TST.

Assim, até que haja uma decisão definitiva por parte dos Tribunais, achamos prudente manter aquele valor como "Provisão para Contingências Trabalhistas", cujo valor atualizado até dezembro/21 soma a importância de R$ 13.969 mil, referente à 1ª parcela.

O pagamento do valor a título de "Participação de Resultados", referente ao exercício de 2021, está condicionado à decisão judicial do pagamento referente ao exercício de 2020.

b. Ações cíveis (de cobrança): a Companhia contesta na justiça ações de cobrança movidas por ex-fornecedores a título de atualização de débitos pagos em atraso e outras ações cíveis. Foi provisionado o montante de R$ 120.159 mil em 31 de dezembro de 2021 (R$ 112.948 mil em 2020), considerando-se o risco provável, avaliado pela Assessoria Jurídica da Companhia, de ser condenada nos referidos processos, e tendo de arcar com desembolsos financeiros. Dentre as respectivas ações, destaca-se a movida pela SABESP, em que o STF - Supremo Tribunal Federal emitiu sentença desfavorável a CET. O montante original desta ação, em abril de 2014 era de R$ 38.478 mil, atualizado para R$ 115.026 mil, em 31 de dezembro de 2021. Segundo avaliação da companhia, e com base na opinião da Assessoria Jurídica, há processos cíveis não provisionados, conforme NBCTG 25 (R2) classificados como:

Classificação	2021 (R$ mil)	2020 (R$ mil)
Possível	118.936	101.446
Remota	6.577	10.124

continua —☆

COMPANHIA DE ENGENHARIA DE TRÁFEGO

CNPJ 47.902.648/0001-17

www.cetsp.com.br

—☆ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 e 2020 (Em R$ Mil)

Dentre as ações classificadas como de perda possível destacam-se:

- Consladel Construtora e Laços Detetores e Eletrônica Ltda. no valor de R$ 76.591 mil (2021), processo nº 00011505-71.2017.8.26.0053 visando o recebimento de valores residuais referentes ao Contrato de Radares;
- Treze Listas Segurança e Vigilância Ltda., no valor de R$ 38.196 mil (2021) requerendo a cobrança de reajuste de preços sobre o contrato de prestação de serviços de vigilância.

c. Ações tributárias: A Prefeitura do Município de São Paulo move contra a Companhia, ação pelo não recolhimento de ISS, de competências de exercícios anteriores, no montante de R$ 3.950 mil (na base de 31 de dezembro de 2021), declarada como de perda possível pela Assessoria Jurídica, portanto, somente passível de divulgação nas notas explicativas, conforme NBCTG 25 (R2).

A Companhia também declara que não possui ativos contingentes reconhecidos na data do balanço, tratados na referida Norma.

15. CAPITAL SOCIAL

O capital subscrito e integralizado está representado, no encerramento do exercício de 2021 por 105.715.959 (cento e cinco milhões, setecentos e quinze mil, novecentos e cinquenta e nove) ações nominativas e sem valor nominal, sendo a participação acionária da Prefeitura do Município de São Paulo de 99,99999%.

16. CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS

	2021	2020
Pessoal, Encargos	531.710	518.594
Honorários da Administração	551	551
Serviços de Terceiros - Sinal. Viária	125.331	131.921
Material de Sinalização Viária	3.439	2.290
Remoção de Veículos	17.467	34.735
Postagem de Multas	51.618	12.006
Outros Custos	52.727	53.452
	782.843	**741.549**

17. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

Descrição	2021	2020
Despesas Judiciais	22.538	17.695
Serviços Operacionais	14.873	12.437
Infraestrutura	13.408	12.157
Manutenção da Frota	10.109	9.081
Processamento de Dados	8.096	7.302
PECLD - Perda Estimada para Crédito de Liquidação Duvidosa	2.509	3.462
Despesas com Imobilizado	2.057	2.757
Outras Despesas	4.591	4.147
Total	**78.181**	**69.038**

18. RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS - PESSOAL E ENCARGOS

A variação nesta rubrica de R$ 120.218 mil (2021) para R$ 146.946 mil (2020) deve-se a não existência da despesa com P.P.R. em 2021 por conta da não celebração do acordo coletivo.

19. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

A variação nesta rubrica de R$ 39.196 mil (2021) para R$ 77.356 mil (2020) é relativa a reversão de "Risco no Recebimento de Crédito" no valor de R$ 29.886 mil, pelo recebimento de serviços prestados à Secretaria Municipal de Mobilidade e Trânsito em 2014.

20. REMUNERAÇÕES PAGAS AOS ADMINISTRADORES

	2021	2020
Diretoria	1.088	1.088
Conselho de Administração/Comitê de Auditoria	696	756
Conselho Fiscal	132	168
Total	**1.916**	**2.012**

21. PARTES RELACIONADAS

Em observância à NBCTG 05 (R3), a Companhia informa que em 31/12/21 não mantinha operações caracterizadas como partes relacionadas junto aos adquirentes de seus produtos e serviços, exceto à Prefeitura da Cidade de São Paulo, seu principal acionista e controlador, cujas operações detalhamos abaixo:

21.1 - Prefeitura Municipal de São Paulo

O reconhecimento das receitas faturadas em:
31/12/21 - R$ 1.054.707 Mil
31/12/20 - R$ 965.144 Mil

21.2 - Outros Contratos de Prestação de Serviços

O reconhecimento das receitas faturadas em:
31/12/21 - R$ 17.809 Mil
31/12/20 - R$ 14.973 Mil

22. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia de Engenharia de Tráfego mantém cobertura de seguro contra incêndio, raio, explosão e riscos diversos em montantes considerados suficientes pela administração, para cobrir eventuais sinistros.

23. CONTRATOS DE ALUGUÉIS

A Companhia de Engenharia de Tráfego para manter suas atividades, mantém contratos de aluguéis de 06 (seis) imóveis cujos valores contratuais somam a importância de R$ 15.932 Mil, sendo que em 31/12/21 o saldo remanescente destes contratos era de R$ 6.647 Mil. Estes contratos não são tratados como arrendamentos.

24. EVENTOS SUBSEQUENTES À EMISSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A Companhia de Engenharia de Tráfego analisou os eventos subsequentes até o dia 25 de fevereiro de 2022, data de conclusão da elaboração das demonstrações contábeis, não havendo a ocorrência de qualquer fato que possa requerer ajustes para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

25. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando também o disposto na NBCTG 24 (R2), declaramos que, por conta da Pandemia da COVID-19, os eventos subsequentes, após 31 de dezembro de 2021, não indicaram a necessidade de ajustes aos saldos apresentados nas respectivas demonstrações contábeis, provenientes de inadimplências por parte dos clientes e da prefeitura da Cidade de São Paulo, principal contratante dos serviços da empresa, assim como de outros fatores que poderiam prejudicar a continuidade operacional da Companhia de Engenharia de Tráfego - CET.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

ADEVILSON MAIA
Presidente

SEBASTIÃO RICARDO CARVALHO MARTINS
Vice-Presidente

ANTONIO CARLOS CINTRA DO AMARAL FILHO
Conselheiro

CRISTIANO DE ARRUDA BARBIRATO
Conselheiro

JOHNSON SOUZA NASCIMENTO
Conselheiro

JORGE ELOY GOMES PEREIRA
Conselheiro

GETULIO KIYOTOMO HANASHIRO
Conselheiro

RICARDO LORENZINI BASTOS
Conselheiro

DIRETORIA

JAIR DE SOUZA DIAS
Diretor Presidente

HEMILTON TSUNEYOSHI INOUYE
Diretor de Operações

ROBERTO LUCCA MOLIN
Diretor Administrativo e Financeiro

MARCELO DE MORAES ISIAMA
Diretor de Representação

RESPONSÁVEL TÉCNICO

JULIO FERNANDO C. P. DA SILVA
Contador - CRC nº 1SP251136/O-0

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Na qualidade de membros do Conselho Fiscal da CET e, no exercício das atribuições legais e estatutárias, examinamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras que compreendem: Balanço Patrimonial, Demonstrações de Resultado, Mutações do Patrimônio Líquido, Fluxo de Caixa e Notas Explicativas, documentos esses relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021. Com base nos nossos exames e esclarecimentos prestados pela Administração no curso do respectivo exercício e nos relatórios do comitê de auditoria e dos auditores independentes SACHO - Auditores Independentes, de 04 de março de 2022, o qual apresentou opinião com ressalva destacando:

(i) A Companhia de Engenharia de Tráfego - CET não desenvolveu o programa voltado à aplicação de testes de recuperabilidade dos bens do ativo imobilizado, em atendimento à norma contábil NBC TG 01 (R4). Não foi possível avaliar os efeitos da não adoção da referida prática contábil, assim como dos eventuais ajustes que deverão ser realizados. Desta forma, não foi possível validarmos os referidos saldos apresentados nas demonstrações contábeis da Companhia de Engenharia de Tráfego - CET em 31 de dezembro de 2021.

(ii) As demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2021 da Companhia de Engenharia de Tráfego - CET, apresentam Patrimônio Líquido devedor no montante de R$ 131.293 mil, Prejuízos Acumulados de R$ 238.280 mil. Essas demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis aplicadas a uma companhia no curso normal de suas atividades, pressupondo a realização dos seus ativos e o cumprimento das suas obrigações no curso normal de suas operações. A continuidade das operações da Companhia, dependem de medidas de saneamento financeiro, através de aportes de recursos pelo Acionista controlador, visando o equilíbrio patrimonial e financeiro de suas atividades operacionais.

Concluímos que os documentos acima, em todos os seus aspectos relevantes, estão adequadamente apresentados e após ouvir explicação da área correspondente quanto à ressalva (i) e deliberamos no sentido de que seja apresentada mensalmente a evolução dos trabalhos referentes aos ativos e ao teste de impairment opinamos, por unanimidade, com a manutenção das ressalvas da Auditoria Independente, pelo seu encaminhamento para deliberação da Assembleia Geral da Companhia, a ser convocada nos termos da Lei nº 6404/76.

São Paulo, 23 de março de 2022

Vicente Affonso Oliveira Calvo
Presidente

Fabiano Martins de Oliveira

Marina Luiza Rodrigues Molina

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Srs. Administradores e Diretores da
COMPANHIA DE ENGENHARIA DE TRÁFEGO - CET

Opinião com ressalvas sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis da Companhia de Engenharia de Tráfego - CET, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalvas", as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia de Engenharia de Tráfego - CET, em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalvas sobre as demonstrações contábeis

A Companhia de Engenharia de Tráfego - CET, não desenvolveu programa voltado à aplicação de testes de recuperabilidade dos bens do ativo imobilizado, em atendimento à norma contábil NBC TG 01 (R4). Não foi possível avaliar os efeitos da não adoção da referida prática contábil, assim como dos eventuais ajustes que deveriam ser realizados. Desta forma, não foi possível validarmos os referidos saldos apresentados nas demonstrações contábeis da Companhia de Engenharia de Tráfego - CET em 31 de dezembro de 2021.

As Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2021 da Companhia de Engenharia de Tráfego - CET, apresentam Patrimônio Líquido devedor no montante de R$ 131.293 mil, e Prejuízos Acumulados de R$ 238.280 mil. Essas demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis aplicáveis a uma companhia no curso normal de suas atividades, pressupondo a realização dos seus ativos e o cumprimento das suas obrigações no curso normal de suas operações. A continuidade das operações da Companhia depende de medidas de saneamento financeiro, através de aportes de recursos pelo Acionista controlador, visando o equilíbrio patrimonial e financeiro de suas atividades operacionais.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalvas.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria, realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detectará as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo dos trabalhos. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Exceto quanto aos assuntos tratados nos parágrafos de base para opinião com ressalvas, avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria, das constatações relevantes de auditoria, e das deficiências significativas nos controles internos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

São Paulo, 04 de março de 2022

SACHO - Auditores Independentes
CRC-2SP 017.676/O-8 - CNAI PJ - 000155

Hugo Francisco Sacho
CRC - 1SP 124.067/O-1

HABITAÇÃO

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO - CONCORRÊNCIA N. 001/SEHAB/2022

PROCESSO SEI N. 6014.2020/0002269-3

OBJETO: EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE URBANIZAÇÃO DO ASSENTAMENTO DENOMINADO JARDIM DA PAZ, COM OBRAS DE INFRAESTRUTURA (REDE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO, DRENAGEM URBANA, CONSOLIDAÇÃO GEOTÉCNICA GEOTÉCNICAS, PAVIMENTAÇÃO, PAISAGISMO, ILUMINAÇÃO PÚBLICA E PLANO DE RESÍDUOS SÓLIDOS). **TIPO:** MENOR PREÇO.

VALOR ESTIMADO: R$ 27.753.127,23. **REGIME DE EXECUÇÃO:** EMPREITADA POR PREÇOS UNITÁRIOS.

Disponibilidade do Edital. O Edital e seus Anexos somente poderão ser obtidos pelo site **http://e-negocioscidadesp.prefeitura.sp.gov.br** ou pelo e-mail **sehabdil@prefeitura.sp.gov.br**, vedada a retirada presencial em face das medidas de distanciamento social recomendadas.

Data e Local de Entrega dos Envelopes. Até as **10h30** do dia **29/04/2022**, na Sala de Reunião da Coordenadoria Físico-Territorial - CFT, localizada na Rua São Bento, 405, 11° andar, sala 114, Centro, São Paulo/SP. Saliente-se que o acesso ao Edifício ficará condicionado à apresentação da carteira de vacina em que conste, pelo menos, duas doses contra a Covid-19.

Abertura dos Envelopes. Às **11h00** do dia **29/04/2022**, no mesmo local e endereço do tópico anterior.

Visitas técnicas. Os licitantes interessados poderão realizar vistoria prévia ao local de prestação dos serviços, nos termos do subitem 2.10.

Central das Cooperativas de Crédito do Estado de São Paulo - SICOOB CENTRAL CECRESP

Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária - Digital - Edital de Convocação

O Presidente do Conselho de Administração da Central das Cooperativas de Crédito do Estado de São Paulo - Sicoob Central Cecresp, inscrita no CNPJ sob o nº 62.931.522/0001-64 e no NIRE 35400033479, no uso das atribuições que lhe confere o estatuto social, convoca as associadas, que nesta data são em número de 46 (quarenta e seis) em condições de votar, para se reunirem em **Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária - DIGITAL, no dia 29 de abril de 2022**, obedecendo aos seguintes horários e "quórum" para sua instalação, cumprindo o que determina o estatuto social: **1) em primeira convocação** às **07h00**, com a presença de 2/3 (dois terços) do número total de associadas; **2) em segunda convocação** às **08h00**, com a presença de metade mais um do número total de associadas; **3) em terceira convocação às 09h00,** com a presença mínima de 03 (três) associadas, para deliberarem sobre os seguintes assuntos: **Ordem do Dia: Ordinária: Itens Deliberativos: 1.** Prestação de Contas dos 1º e 2º semestres do exercício de 2021, compreendendo o Relatório Anual, Balanços Gerais, Demonstração da Conta de Sobras ou Perdas e os Pareceres do Conselho Fiscal e da Auditoria Independente; **2.** Destinação das sobras líquidas e a sua fórmula de cálculo; **3.** Fixação do valor global da remuneração dos membros da Diretoria Executiva; **4.** Fixação do valor das cédulas de presença dos membros do Conselho de Administração; **5.** Fixação do valor das cédulas de presença dos membros do Conselho Fiscal; **6.** Eleição dos membros do Conselho Fiscal. **Item Informativo: 1.** Pagamento dos juros ao capital. **Extraordinária: 1.** Reforma parcial do Estatuto Social, destacando a alteração do art. 12 (adequação da regra de solidariedade quanto às obrigações contraídas pelo Banco Sicoob perante o BNDES e a FINAME). **2.** Outros assuntos (sem deliberação). São Paulo, 29 de março de 2022. **Hudson Tabajara Camilli** - Presidente do Conselho de Administração. **Nota I:** A Assembleia Geral ocorrerá de forma **Digital**, por meio do aplicativo Sicoob Moob, disponível gratuitamente nas lojas virtuais Apple Store e Google Play, acessível a todos associados, que poderão participar e votar. Essa e outras informações podem ser obtidas detalhadamente no sítio http://www.sicoobcentralcecresp.coop.br/. **Nota II:** Cumprindo o disposto no artigo 46 da Resolução do C.M.N. nº 4.434/15, o Sicoob Central Cecresp informa que as Demonstrações Contábeis acompanhadas do respectivo parecer da auditoria externa do exercício de 2021 encontram-se disponíveis no site e na sede desta Central. **Nota III:** A Resolução Sicoob Central Cecresp 195/22, que dispõe sobre o período e regras para inscrição individual ao Conselho Fiscal, foi disponibilizada eletronicamente, em 25/02/2022, por meio de e-mail marketing e publicação no site do Sicoob Central Cecresp. **Nota IV:** A Comissão Eleitoral, constituída nos termos do art. 15 do Regulamento Eleitoral, é composta pelos seguintes membros: Sra. Elaine Regina Pereira (membro do Conselho Fiscal do Sicoob Central Cecresp e Presidente da Comissão Eleitoral Originária); Sr. Assis Martins Moreira (Diretor Presidente do Sicoob Cooper7) e Sra. Maristela Lourenção Duarte Araújo Barros (Diretora Presidente do Sicoob Coopemesp). **Nota V:** Os representantes das associadas deverão apresentar, com 02 (dois) dias de antecedência, comprovação de poderes, conforme previsto no Estatuto Social, por meio do e-mail: juridico@cecresp.coop.br.

Estado de São Paulo
Secretaria M. de Administração

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo nº 725/2022.
Pregão Eletrônico nº 27/2022.
Objeto: Registro de preços para aquisição de álcool para limpeza e higienização.
Data limite para recebimento das propostas e documentos de habilitação: 14/04/2022 até às 14:59:59 horas.
Abertura, avaliação das propostas e documentos de habilitação e início da sessão pública de disputa de preços:
14/04/2022 – 15:00:00 horas.
Sítio eletrônico: www.bbmnetlicitacoes.com.br
O Edital completo poderá ser retirado no site da Prefeitura Municipal de Ourinhos (www.ourinhos.sp.gov.br) no link licitações, bem como no endereço eletrônico da Bolsa Brasileira de Mercadorias (www.bbmnetlicitacoes.com.br), sendo que quaisquer esclarecimentos a respeito da presente licitação poderão ser registrados e obtidos diretamente na plataforma da Bolsa Brasileira de Mercadorias.

Ourinhos, 28 de março de 2022.
Lucas Pocay Alves da Silva – Prefeito Municipal.

BICICLETAS MONARK S.A.

CNPJ nº 56.992.423/0001-90

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Aviso: As demonstrações financeiras apresentadas a seguir são resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da Companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável, que estão disponíveis nos seguintes endereços eletrônicos: página deste jornal na internet (https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/), nos sites da CVM (sistemas.cvm.gov.br), B3 (www.b3.com.br) e desta Companhia (www.monark.com.br).

Relatório da Administração: Senhores Acionistas: O exercício foi marcado por grandes dificuldades devido à pandemia e à situação econômica, financeira e política do país. A inflação afetou muito o poder aquisitivo dos consumidores. O resultado líquido foi de R$ 8.057.426,69 e a Administração irá propor em Assembleia Geral Ordinária a distribuição de dividendos de R$ 17,87755709731 por ação. Atendendo ao disposto na Instrução CVM nº 381, informamos que os auditores independentes prestaram, no exercício de 2021, serviços exclusivamente relacionados com a auditoria independente das demonstrações contábeis. Não foram por eles efetuados serviços de consultoria ou de outra natureza.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

BALANÇOS PATRIMONIAIS	2021	2020
ATIVO/Circulante	**168.592**	**165.455**
Caixa e equivalentes de caixa	146.350	153.406
Contas a receber de clientes	5.345	6.003
Estoques	15.009	5.281
Impostos a recuperar	1.748	623
Tributos diferidos	9	12
Outros créditos	131	130
Não circulante	**47.438**	**51.029**
Impostos a recuperar	2.383	668
Títulos e valores mobiliários	40.575	43.424
Tributos diferidos	1.692	1.832
Depósitos para recursos	364	364
Imobilizado	2.424	4.741
Total do ativo	**216.030**	**216.484**

BALANÇOS PATRIMONIAIS	2021	2020
PASSIVO/Circulante	**6.295**	**5.225**
Fornecedores e contas a pagar	1.450	1.555
Salários e encargos sociais	582	563
Impostos a pagar	687	216
Outros passivos circulantes	3.576	2.981
Não circulante	**17.766**	**20.803**
Tributos diferidos	13.772	14.497
Arrendamentos a pagar	694	2.686
Provisão para contingências	3.300	3.620
Patrimônio líquido	**191.969**	**190.456**
Capital social	133.010	133.010
Reservas de lucros	26.602	26.602
Ajuste de avaliação patrimonial	26.260	28.140
Dividendo adicional proposto	6.097	2.704
Total do passivo e do patrimônio líquido	**216.030**	**216.484**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO E DO RESULTADO ABRANGENTE

	2021	2020
Receita líquida	**17.637**	**21.790**
Custo dos produtos vendidos	(11.691)	(14.977)
Lucro bruto	**5.946**	**6.813**
Receitas (despesas) operacionais		
Com vendas	(2.346)	(2.543)
Gerais e administrativas	(5.627)	(7.071)
Resultado financeiro	6.834	3.881
Outras receitas e despesas operacionais	5.129	4.192
	3.990	**(1.541)**
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	**9.936**	**5.272**
Imposto de renda e contribuição social	(1.879)	(1.790)
Lucro líquido do exercício	**8.057**	**3.482**
Outros resultados abrangentes		
Ajuste de avaliação patrimonial	(1.880)	(485)
Resultado abrangente do exercício	**6.177**	**2.997**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Capital social	Reserva legal	Ajuste de Avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Dividendo adicional proposto	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2019	**133.010**	**26.602**	**28.625**	–	**2.075**	**190.312**
Reversão de dividendos prescritos	–	–	–	123	–	123
Dividendo aprovado AGO 30/04/2020	–	–	–	–	(2.075)	(2.075)
Lucro líquido do exercício	–	–	–	3.482	–	3.482
Ajuste avaliação patrimonial - Outros resultados abrangentes	–	–	(485)	–	–	(485)
Dividendo mínimo obrigatório	–	–	–	(901)	–	(901)
Dividendo adicional proposto	–	–	–	(2.704)	2.704	–
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**133.010**	**26.602**	**28.140**	–	**2.704**	**190.456**
Reversão de dividendos prescritos	–	–	–	72	–	72
Dividendo aprovado AGO 30/04/2021	–	–	–	–	(2.704)	(2.704)
Lucro líquido do exercício	–	–	–	8.057	–	8.057
Ajuste avaliação patrimonial - Outros resultados abrangentes	–	–	(1.880)	–	–	(1.880)
Dividendo mínimo obrigatório	–	–	–	(2.032)	–	(2.032)
Dividendo adicional proposto	–	–	–	(6.097)	6.097	–
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**133.010**	**26.602**	**26.260**	–	**6.097**	**191.969**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	2021	2020
Recursos líquidos gerado pelas atividades operacionais	**11.017**	**6.949**
Variações de ativos e passivos	**(12.832)**	**492**
Recursos líquidos (aplicados nas) atividades operacionais	**(1.815)**	**7.441**
Recursos (aplicados nas) gerados pelas atividades de investimentos	**(178)**	**(95)**
Recursos líquidos aplicados nas atividades de financiamentos	**(5.063)**	**(2.744)**
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa	**(7.056)**	**4.602**
Variação de caixa e equivalentes de caixa		
Saldo ao início do exercício	153.406	148.804
Saldo ao final do exercício	146.350	153.406
	(7.056)	4.602

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	2021	2020
Receitas	**28.045**	**33.280**
Insumos adquiridos de terceiros	**(10.504)**	**(14.251)**
Valor adicionado bruto	**17.541**	**19.029**
Depreciação e amortização	**(1.591)**	**(1.930)**
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	**15.950**	**17.099**
Valor adicionado recebido em transferência	**6.834**	**3.881**
Valor adicionado a distribuir	**22.784**	**20.980**
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal e encargos	6.074	7.129
Impostos, taxas e contribuições	8.653	10.369
Remuneração de capital próprio	8.057	3.482
Total distribuído	**22.784**	**20.980**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. CONTEXTO OPERACIONAL: A Bicicletas Monark S.A. ("Companhia") tem por objetivo a industrialização e comercialização de bicicletas, assim como a participação em outras sociedades. **2. BASES DE APRESENTAÇÃO E ELABORAÇÃO DAS INFORMAÇÕES DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS:** As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e os pronunciamentos, orientações e interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários. A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração na sua gestão. As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional da Companhia. A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 28 de fevereiro de 2022. A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da administração no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. As demonstrações financeiras incluem, portanto, estimativas referentes às provisões necessárias para passivos contingentes, determinação das provisões relativas ao imposto de renda e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas. **2.1. Caixa e equivalentes de caixa:** Incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários à vista, investimentos temporários de liquidez imediata, conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. São registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços. **2.2. Contas a receber:** As contas a receber de clientes estão registradas pelo valor nominal dos títulos, deduzidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa. **2.3. Estoques:** São avaliados pelo custo médio ponderado de aquisição ou produção, sem exceder os preços de mercado ou de realização. **2.4. Títulos e valores mobiliários:** São investimentos em ações e fundos de investimentos em ações classificados como ativos não circulantes ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. As oscilações do valor justo são registradas, líquidas dos impostos, em "Ajuste de Avaliação Patrimonial" no Patrimônio Líquido. **2.5. Imobilizado:** O imobilizado é demonstrado pelo custo histórico deduzido das respectivas depreciações. **2.6. Provisões:** As provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis são reconhecidas quando um evento passado gerou uma obrigação presente (legal ou não formalizada), existe a probabilidade possível de uma saída de recursos e o valor da obrigação pode ser estimado com segurança. Foram estimadas com base nas avaliações fornecidas pelos assessores jurídicos. **2.7. Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes):** São demonstrados pelos valores de realização (ativos) e pelos valores conhecidos ou calculáveis, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas (passivos). **2.8. Imposto de renda e Contribuição social:** A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício, calculada com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício. O imposto de renda e a contribuição social diferidos ("tributo diferido") são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no fim de cada exercício entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável. O imposto de renda e a contribuição social correntes e diferidos são reconhecidos como despesa ou receita no resultado do exercício, exceto quando estão relacionados com itens registrados em outros resultados abrangentes, caso em que os impostos correntes e diferidos também são reconhecidos em outros resultados abrangentes. **3. PATRIMÔNIO LÍQUIDO: a) Capital Social:** O Capital Social integralizado está representado por 454.750 ações ordinárias, sem valor nominal. O valor patrimonial por ação em 31/12/2021 é de R$ 422,14 (R$ 418,81 em 31/12/2020). **b) Ajustes de avaliação patrimonial:** A Companhia procedeu à avaliação de suas aplicações em títulos, em relação aos valores de mercado, em contrapartida à conta do patrimônio líquido, conforme demonstrado a seguir:

Investimentos	ações/cotas	2020 (em reais)	2020	2021 (em reais)	2021	Período
Ações Petrobrás PN	938.664	28,34	26.602	28,45	26.705	103
Ações Eletrobras	23.285	37,00	862	33,01	769	(93)
Fundo Ações Bradesco	3.694.071,70	4,282114199	15.818	3,512486699	12.975	(2.843)
Outras	3.307	43,04	142	38,06	126	(16)
Total			**43.424**		**40.575**	**(2.849)**
Impostos diferidos sobre a evolução no período						**969**
						(1.880)
Saldo de ajustes de avaliação patrimonial em 31 de dezembro de 2020						**28.140**
Redução no PL no período de 2021						**(1.880)**
Saldo de ajustes de avaliação patrimonial em 31 de dezembro de 2021						**26.260**

c) Dividendos: A Administração irá propor dividendos para aprovação pela Assembleia Geral Ordinária, no valor de R$ 17,87755709731 por ação, a serem pagos de acordo com o previsto legalmente.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Paulo Marzagão Sobrinho
Eduardo Boccuzzi
Sylvio Marzagão

DIRETORIA

Sylvio Marzagão
Orlando Nucci Filho

CONTADOR

Fabiano Machado
CRC 1SP235810/O-3

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Considerando as análises efetuadas, os esclarecimentos prestados pela Diretoria e os Administradores, e considerando o Relatório sem ressalvas de RSM Brasil Auditores Independentes, datado de 10/03/2022, é de parecer que os citados documentos estão em conformidade com a Legislação pertinente e com o Estatuto da Companhia, e refletem adequadamente a posição patrimonial e financeira da empresa no referido exercício social, em todos os aspectos relevantes, razão pela qual recomendam o encaminhamento de tais documentos para a Assembleia Geral Ordinária.

São Paulo, 15 de março de 2022

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras completas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e o relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras completas emitido pela RSM Brasil Auditores Independentes S.S. estão disponíveis nos endereços eletrônicos informados nesta publicação resumida. O referido relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras foi emitido em 10 de março de 2022, sem modificações.

Fênix Empreendimentos S.A.

CNPJ - 51.319.358/0001-12 - NIRE - 35.300.006.194

Edital de Convocação Resumido - Assembleia Geral Ordinária

Ficam convocados os acionistas de **Fênix Empreendimentos S.A.**, para a Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada no dia **18 de abril de 2022, às 9h00**, em sua sede social, a fim de deliberar sobre as matérias descritas no Edital disponibilizado na íntegra nos endereços eletrônicos abaixo indicados. **Aviso**: O presente Edital é feito na forma resumida. As informações completas para a participação dos acionistas na AGO estão disponíveis no endereço eletrônico do Jornal "O Estado de São Paulo" (Estadão) (https://www.estadao.com.br).

Santa Bárbara d'Oeste, 29 de março de 2022

Romeu Romi - Presidente do Conselho de Administração

Sindicato da Indústria de Café do Estado de São Paulo - Praça Dom José Gaspar nº 30 - 21º andar - São Paulo - SP - CNPJ nº 47.463.062/0001-1 - **Edital de Registro de Chapa - 01** - Comunico aos associados que foi registrada a seguinte chapa de número 01, conforme artigo 7 do Regulamento Eleitoral como concorrente a eleição a que se refere o Aviso publicado no dia 16 de março de 2022. **Conselho de Admnistração:** Dagmar Oswaldo Cupaiolo, Edvaldo Frasson Teixeira, Carlos Alberto Rodrigues, Marcelo Del Nero Barbieri, João Claudio Tadeu Pignatta, Ercio de Oliveira Giriboni, André de Souza Maurino, Natal Martins, Vagner Lorenzetti Millani, Auro Fumio Sato, Aline Gurgel Barreto Maia, Rachel Muller Galvão, Elisabete Kühl Pintarelli - **Conselho Fiscal:** Pedro Paulo Pires de Campos Guimarães, Joaquim Carlos Simões de Araújo, Edvaldo Bortoletto - **Suplentes de Conselho Fiscal**, Waldemar Labs e Wilson Kalil Filho - **Delegados Representantes -** Dagmar Oswaldo Cupaiolo e Natal Martins. Comunico outrossim que o prazo para impugnações de candidaturas conforme Regulamento Eleitoral é de 05 (cinco) dias, a contar da data da publicação deste aviso. São Paulo, 28 de março de 2022. **Dagmar Oswaldo Cupaiolo**

CONDOMÍNIO EDIFÍCIO LIFE CENTER II E III

Rua Dr. Nicolau de Sousa Queirós, 406 - São Paulo/SP

CNPJ 55.444.244/0001-55

AVISO DE CONVOCAÇÃO

Ficam os senhores condôminos e demais moradores convocados a reunirem-se em Assembleia Geral Ordinária no dia 06/04/2022 (quarta-feira), em primeira ou em segunda convocação, às 19:00 horas ou 20:00 horas, respectivamente, nas dependências do prédio (salão de festas).

Este "Aviso" é publicado de forma reduzida, sendo que aquele do qual foi extraído será distribuído em todas as unidades por cópia reprográfica de inteiro teor, podendo também ser retirado na administração do Condomínio.

São Paulo, 28 de março de 2.022. Lourdes Fujita - Síndica

PREGÃO ELETRÔNICO GFC 005/2022

JULGAMENTOS DA COMISSÃO

A Fundação Sabesp de Seguridade Social – Sabesprev, leva ao conhecimento dos interessados que após julgamento dos documentos de habilitação, documentos técnicos, e a proposta comercial deliberou pela **HABILITAÇÃO, ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO** da empresa:

LUZ ENGENHARIA FINANCEIRA LTDA, referente à prestação de serviço na modalidade de Business Process Outsourcing (BPO), com fornecimento de sistema de gestão e controle de investimentos na modalidade SaaS – Software as a Service (software como serviço), com cessão de direito de uso, suporte e hospedagem de software e respectivos serviços técnicos de parametrização, customização, implantação, treinamento, operação em paralelo, operação assistida, suporte técnico e manutenção do sistema.

O inteiro teor dos documentos estará à disposição dos interessados para vistas, mediante agendamento pelo telefone 0**11 3145-4619.

O prazo para apresentação de recursos administrativos será de 05 (cinco) dias de 29/03 a 04/04/2022, das 09h às 17h, protocolar documento na Alameda Santos, 1827 – 14º andar – São Paulo – SP, com Sr. Daniel. Maiores informações poderão ser obtidas no endereço acima ou pelo telefone.

São Paulo, 29 de março de 2022.

FUNDAÇÃO FACULDADE DE MEDICINA

ABERTURA DE PROCESSO DE COMPRA

Entidade filantrópica privada sem fins lucrativos, torna pública a abertura dos processos de **COMPRA PRIVADA,** tipo **MENOR PREÇO,** cujos detalhes estão disponíveis no site (www.ffm.br), e que serão regidos pelo seu **Regulamento de Compras**:

CONCORRÊNCIA:

FFM 0283-2022-00 – "EXPANSOR DE PELE" **FFM 0335-2022-00** – "MONITORES COM AJUSTE DE ALTURA E WEBCAM INTEGRADA" **FFM 0344-2022-00** – "IMUNOGLOBULINA HUMANA 100MG/ML" **FFM 0349-2022-00** – "GERADOR DE MARCAPASSO" **FFM 0350-2022-00** – "MANUTENÇÃO PARA INCUBADORA DE CO2" **FFM 0355-2022-00** – "MACBOOK PRO 16", MEMÓRIA 16 GB, SSD 1TB" **FFM 0357-2022-00** – "INSUMOS (ANTICORPOS) PARA PESQUISA CIENTÍFICA" **FFM 0358-2022-00** – "INSUMOS (ANTICORPOS) PARA PESQUISA CIENTÍFICA" **FFM 0366-2022-00** – "PROJETO EXECUTIVO DE ARQUITETURA" **FFM 0367-2022-00** – "ADEQUAÇÃO DE DADOS, ELÉTRICA E TELEFONIA PARA O PLANTÃO CONTROLADOR – 4º ANDAR – ALA EE – DO ICHC" **FFM 0369-2022-00** – "ATENDIMENTO DOMICILIAR DE FISIOTERAPIA RESPIRATÓRIA E MOTORA" **FFM 0371-2022-00** – "MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA CONTINUADA EM SISTEMAS DE TRATAMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA PARA HEMODIÁLISE E CME" **FFM 0373-2022-00** – "PROJETO EXECUTIVO DE INSTALAÇÕES PREDIAIS HOSPITALARES"

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

Encontra-se aberta a licitação na modalidade **TOMADA DE PREÇO,** tipo MENOR PREÇO: **Concorrência CR 0091/2022-00** - Processo FFM RC nº 35.235. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM CAPTAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS COM COBERTURA NACIONAL. CONVÊNIO MS OBTV Nº 898397/2019. Sessão no dia 25/04/2022, às 10h00. Os editais encontram-se disponíveis no endereço www.ffm.br. Informações podem ser obtidas através do telefone: (11) 3016-4900 ou e-mails: lviggiano@ffm.br / odairf@ffm.br / tiagoc@ffm.br

ADJUDICAÇÃO – COMPRAS PRIVADAS

FFM 0225-2022-00 (RC 35.277)

ALEXANDRE GONÇALVES MARCO 29731773835, 33.081.231/0001-26

Even Construtora e Incorporadora S.A.

Companhia Aberta – CNPJ nº 43.470.988/0001-65 – NIRE 35.300.329.520

Edital de Convocação da Assembleia Geral Ordinária

Ficam convocados os Srs. Acionistas da **Even Construtora e Incorporadora S.A.** ("Companhia") para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária ("AGO") a ser realizada no dia 28 de abril de 2022, às 10 horas, na sede social da Companhia, localizada na Cidade e Estado de São Paulo, na Rua Hungria, nº 1.400, 2º andar, Conjunto 22, CEP 01.455-000, **com possibilidade de participação remota**, através da plataforma digital Zoom ("Plataforma Digital"), para deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) Tomar as contas dos administradores e examinar, discutir e deliberar sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, acompanhadas do Relatório da Administração e Relatório dos Auditores Independentes; (ii) Deliberar sobre a proposta dos administradores para a destinação do lucro líquido relativo ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021 e a distribuição de dividendos, ratificando os pagamentos já realizados por deliberação do Conselho de Administração, *ad referendum* da Assembleia Geral Ordinária; e (iii) Deliberar sobre a fixação do limite da remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício de 2022. **Informações Relevantes: 1.** A Proposta da Administração com as informações relativas às matérias constantes da Ordem do Dia e ao exercício do direito de voto na AGO ("Proposta da Administração") foi disponibilizada no dia 28.03.2022, na forma prevista na ICVM 481/09, e pode ser acessada através dos endereços eletrônicos da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") (https://www.gov.br/cvm/pt-br) e da Companhia (www.even.com.br/ri). **2.** Nos termos do Artigo 9º do Estatuto Social da Companhia, os acionistas deverão apresentar à Companhia os seguintes documentos, conforme descrito detalhadamente na Proposta da Administração: (i) documento de identidade, CPF e/ou atos societários pertinentes que comprovem a representação legal, conforme o caso; (ii) comprovante expedido pela instituição financeira depositária das ações escriturais de sua titularidade ou em custódia, na forma do Artigo 126 da Lei nº 6.404/76; e (iii) instrumento de mandato, acompanhado do documento de identidade e/ou atos societários pertinentes do procurador, conforme o caso. **3.** Os acionistas que optarem por participar presencialmente da AGO devem comparecer à sede da Companhia no local e horário indicados. Antes da instalação da AGO, os acionistas assinarão o Livro de Presença. Recomenda-se aos interessados em participar da AGO que se apresentem no local com antecedência de 1 (uma) hora em relação ao horário indicado. Com o objetivo de dar celeridade ao processo e facilitar os trabalhos da AGO, todos os documentos mencionados acima poderão, a critério do acionista, ser depositados na sede da Companhia ou enviados para o e-mail ri@even.com.br. Com o objetivo de dar celeridade ao processo e facilitar os trabalhos da AGO, a Companhia solicita que os referidos sejam enviados preferencialmente com 2 (dois) dias de antecedência da data prevista para a realização da AGO. **4.** Os acionistas que desejarem participar remotamente da AGO, através da Plataforma Digital, devem enviar a documentação indicada acima para o e-mail ri@even.com.br, aos cuidados do Diretor de Relações com Investidores até as 10h (horário de Brasília) do dia 26 de abril de 2022 e solicitar o acesso ao sistema. Os acionistas que não apresentarem os documentos obrigatórios para sua participação na assembleia até a referida data não poderão participar remotamente da assembleia. **5.** Adicionalmente, a Companhia adotará o procedimento de voto a distância na AGO, nos termos do artigo 121, parágrafo único, da Lei nº 6.404/76 e da Instrução CVM 481/09. Neste sentido, o acionista que optar por exercer seu direito de voto à distância poderá: (i) transmitir as instruções de preenchimento para seus respectivos custodiantes, caso as ações estejam depositadas em depositário central, hipótese na qual deverão ser observados os procedimentos adotados por cada custodiante; (ii) transmitir as instruções de preenchimento ao agente escriturador da Companhia, Itaú Corretora de Valores S.A., caso as ações não estejam depositadas em depositário central; ou (iii) preencher e enviar o boletim de voto a distância diretamente à sede social da Companhia, aos cuidados da área de Relações com Investidores.

São Paulo, 28 de março de 2022.

Rodrigo Geraldi Arruy

Presidente do Conselho de Administração

Quatro Naipes Participações Ltda.

CNPJ 24.514.411/0001-63

Aviso aos Sócios - Encontram-se à disposição dos Senhores Sócios, os documentos a que se refere o artigo 1.078, § 1º do Código Civil, relativos ao exercício findo em 31/12/2021. Solicitamos que o pedido de envio seja feito através do e-mail: assembleia.tmc.2021@gmail.com, mencionando o nome da empresa.

Jarinu, 21/03/2022

A Administração

BANCO CSF S.A. - NIRE nº 35.300.334.710 - CNPJ/ME nº 08.357.240/0001-50

Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 19 de novembro de 2021

Data, hora, Local: 19.11.2021 às 09 horas, na sede, Av. Dr. Chucri Zaidan, nº 296, Ed. Torre Z – 19º e 20º andar-parte - São Paulo/SP. **Presença:** totalidade do capital social. **Mesa:** Marco Aparecido de Oliveira, Presidente; Luís Fernando Staub, Secretário. **Deliberações aprovadas: (i)** pedido de renúncia apresentado (a) em 12/11/2021 pelo Sr. **Noël Frédéric Georges Prioux,** francês, casado, administrador de empresas, RNE nº G412111-4, e CPF nº 711.610.951-01, ao cargo de Presidente do Conselho de Administração e (b) em 12/11/2021 pelo Sr. **Sébastien Durchon,** francês, casado, administrador de empresas, RNM nº G053038-O e CPF nº 237.141.038-13, ao cargo de membro suplente do Conselho de Administração da Companhia. Fica registrado que os conselheiros Noël Frédéric Georges Prioux e Sebastien Durchon permanecerão no exercício de seus cargos até a posse de seus substitutos. **(ii)** a eleição do Sr. **Stéphane Samuel Maquaire,** francês, casado, engenheiro, passaporte francês nº 15CH73837, emitido em 20.06.2015, e CPF nº 900.046.978-39, do Sr. **David Murciano**, francês, casado, matemático, passaporte francês nº 12AF31880, emitido em 03.02.2012, e CPF nº 716.979.961-83, ao cargo de membro suplente do Conselho de Administração da Companhia, todos com prazo de mandato até a posse dos membros do Conselho de Administração eleitos na AGO da Companhia a ser realizada no exercício fiscal de 2022 e todos residentes em São Paulo/SP. Os Conselheiros ora eleitos, declaram sob as penas da lei que não estão impedidos de exercer atividades mercantis, e tomarão posse nos respectivos cargos após homologação de sua eleição pelo Banco Central do Brasil. Dessa forma, o Conselho de Administração da Companhia passa a ser composto da seguinte forma: Sr. **Stéphane Samuel Maquaire**, Presidente do Conselho de Administração, tendo como suplente o Sr. David Murciano; Sr. **Benjamin Francis Jean Dubertret**, Conselheiro, tendo como suplente o Sr. Renaud Ideus Jocelyn Tristan Guilbert-Roëd; Sr. **Marco Aparecido de Oliveira**, Conselheiro, tendo como suplente o Sr. João Carlos Senise; Sr. **Carlos Rodrigo Formigari**, Conselheiro, tendo como suplente o Sr. Luís Fernando Staub; e Sra. **Paula Magalhães Cardoso Neves**, Conselheira, tendo como suplente o Sr. Adriano Maciel Pedroti. **Encerramento:** Nada mais. São Paulo, 19.11.2021. **Acionista:** BSF Holding S.A representada por Carlos Eduardo Carvalho Mauad, Diretor Presidente. **Marco Aparecido de Oliveira** - Presidente, **Luís Fernando Staub** - Secretário. **Acionista: BSF HOLDING S.A.** - **Carlos Eduardo Carvalho Mauad -** Diretor Presidente. JUCESP nº 137.910/22-8 em 16.03.2022. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

AVISO DE RESULTADO FINAL

PROCESSO: CHAMAMENTO PÚBLICO **Nº 008/2021.**

ORIGEM: SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - **SME.**

OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR PARA ATENDER AO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – PNAE DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE FORTALEZA POR UM PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, CUJAS ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS ESTÃO DESCRITOS NO ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA DESTE EDITAL.

O Presidente da COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÕES - CEL torna público, para conhecimento dos licitantes e demais interessados, o RESULTADO FINAL da CHP 008/2021 – SME, divulgado em Sessão de Prosseguimento ocorrida no dia 28/03/2022, conforme segue: ITEM 01, classificada em 1º Lugar (vencedora), atendendo a quantidade total do item: COOPERATIVA DE PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA E SERVIÇOS SANTA BARBARA – COPASB, com valor total do item de R$ 216.900,00 (duzentos e dezesseis mil e novecentos reais); ITEM 02, classificada em 1º Lugar (vencedora), atendendo a quantidade total do item: COOPERATIVA DE AGRICULTURA FAMILIAR E ECONOMIA SOLIDARIA DO ESTADO DO CEARÁ – COOPAFESP, com valor total do item de R$ 1.839.600,00 (um milhão, oitocentos e trinta e nove mil, e seiscentos reais); ITEM 03, classificada em 1º lugar (vencedora), atendendo a 50% da quantidade do item: COOPERATIVA DE PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA E SERVIÇOS SANTA BARBARA – COPASB, apresentou a quantidade de 280.000 litros e o valor total de R$ 2.184.000,00 (dois milhões, cento e oitenta e quatro mil, em classificada em 2º lugar (vencedora), atendendo a 50% da quantidade do item: COOPERATIVA DOS PRODUTORES FAMILIARES DE PACAJUS – COPROOFAP, apresentou a quantidade de 280.000 litros com valor total de R$ 2.184.000,00 (dois milhões, cento e oitenta e quatro mil), fazendo-se o registro de que a soma dos quantitativos das duas primeiras classificadas atende ao quantitativo total do item do edital que é de 560.000 (litros), e tem seu valor total estimado em R$ 4.368.000,00 (quatro milhões, trezentos e sessenta e oito mil), portanto, as duas primeiras classificadas estão selecionadas definitivamente para o fornecimento do item, ITEM 04: classificada em 1º Lugar (vencedora), atendendo a quantidade total do item: COOPERATIVA DE AGRICULTURA FAMILIAR E ECONOMIA SOLIDÁRIA DO ESTADO DO CEARÁ – COOPAFESP, com valor total do item de R$ 461.340,00 (quatrocentos e sessenta e um mil, trezentos e quarenta), tendo em vista a desclassificação da COOPERATIVA DE PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA E SERVIÇOS SANTA BARBARA – COPASB, em virtude da reprovação das amostras apresentadas, conforme Parecer Técnico emitido pela Secretaria Municipal de Educação – SME em 02/02/2022; ITEM 05: DESERTO, por não haver apresentação de Projeto de Venda. DES**CLASSIFICADAS**: COOPERATIVA DOS PEQUENOS E MÉDIOS AGRICULTORES DO CEARÁ-COOPEMACE e COOPERATIVA AGROINDISTRIAL DO CEARÁ-COOPAECE, ambas em razão da inobservância do item 2.6.1 do Edital, bem como, COOPERATIVA DE PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA E SERVIÇOS SANTA BARBARA – COPASB desclassificada apenas para o item 04, em virtude da reprovação das amostras apresentadas, conforme Parecer Técnico emitido pela Secretaria Municipal de Educação – SME em 02/02/2022. Maiores informações encontram-se à disposição através na Avenida Heráclito Graça, nº 750, Centro, CEP: 60.140-060, Fortaleza, Ceará ou através do e-mail licita.cel@clfor.fortaleza.ce.gov.br | CEL.

Fortaleza-CE, 28 de março de 2022.

HAMER SOARES RIOS

Presidente da Comissão Especial de Licitações – CEL

HELBOR EMPREENDIMENTOS S.A.

Companhia Aberta - CNPJ/ME nº 49.263.189/0001-02

NIRE 35.300.340.337 | Código CVM nº 20877

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA A SER REALIZADA EM 29 DE ABRIL DE 2022

A Helbor Empreendimentos S.A. ("Helbor" ou "Companhia") convoca os seus acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("AGOE") a ser realizada, em primeira convocação, às 15 horas do dia 29 de abril de 2022, de modo **exclusivamente digital**, por meio de videoconferência na plataforma *Zoom*, nos termos do artigo 124, parágrafo 2º-A da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das S.A."), e dos artigos 4º e 21-C da Instrução CVM nº 481, de 17 de dezembro de 2009 ("Instrução CVM 481"), a fim de: **Em sede de Assembleia Geral Ordinária:** (i) Tomar as contas dos administradores e examinar, discutir e votar o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021; (ii) Deliberar acerca da proposta de destinação do resultado da Companhia auferido no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021; e (iii) Fixar a remuneração anual global dos administradores para o exercício social de 2022. **Em sede de Assembleia Geral Extraordinária:** (i) Deliberar sobre a alteração do Estatuto Social da Companhia para incluir previsão de comitê de auditoria estatutário nos termos da Resolução CVM nº 23, de 25 de fevereiro de 2021, e sua posterior consolidação. **Instruções gerais:** Os documentos de que trata o artigo 133 da Lei das S.A., incluindo o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras, acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes, o Manual de Participação em Assembleia e a Proposta da Administração, bem como todas as demais informações e documentos exigidos pelos artigos 9º, 10 e 12 da Instrução CVM 481, encontram-se à disposição dos acionistas na sede da Companhia e nos websites de Relações com Investidores da Companhia (http://ri.helbor.com.br), da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") (https://www.gov.br/cvm/pt-br) e da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") (http://www.b3.com.br). Conforme autorizado pelo §2º-A do artigo 124 da Lei das S.A., a AGOE será realizada de forma **exclusivamente digital**. Dessa forma, os acionistas poderão participar da AGO **(i)** virtualmente, por meio de sistema eletrônico, nos termos do artigo 21-C, parágrafos 2º e 3º da Instrução CVM 481; ou **(ii)** pelo preenchimento e envio de boletim de voto a distância, a ser disponibilizado pela Companhia nos websites da Companhia, da CVM e da B3, que poderá ser enviado diretamente à Companhia ou por meio de seus respectivos agentes de custódia ou do escriturador. Plataforma Zoom: Os dados e as instruções para participar da AGOE por meio da plataforma Zoom serão encaminhados aos acionistas que enviarem solicitação válida à Companhia por e-mail endereçado ao e-mail ri@helbor.com.br, com no mínimo 2 (dois) dias de antecedência da data prevista para realização da AGOE, ou seja, até 27 de abril de 2022 (inclusive), a qual deverá ser devidamente acompanhada da seguinte documentação do acionistas para a participação na AGOE: (i) no caso de pessoa física, cópia do documento de identidade com foto, e, no caso de pessoa jurídica ou fundo de investimento, cópia dos atos societários e demais documentos que comprovem a representação legal do acionista, e documento de identidade com foto do respectivo representante; e (ii) extrato da sua posição acionária, emitido pela instituição custodiante ou pelo agente escriturador das ações da Companhia, conforme suas ações estejam ou não depositadas em depositário central, expedido com no máximo 2 (dois) dias de antecedência da AGOE. As instruções para participação na AGOE por meio da plataforma Zoom estão detalhadas no Manual de Participação na AGOE. Boletim de voto a distância: Os acionistas que optarem por participar da AGOE por meio do exercício do direito de voto via boletim de voto a distância deverão: **(i)** enviar as instruções de preenchimento do boletim para (a) seus respectivos custodiantes; ou, conforme o caso (b) o Agente Escriturador da Companhia; ou, ainda **(ii)** enviar o boletim preenchido, assinado e rubricado, diretamente ao Departamento de Relações com Investidores da Companhia, acompanhado da documentação indicada acima, neste caso preferencialmente por correio eletrônico a ser encaminhado para ri@helbor.com.br. As instruções detalhadas para participação na AGOE por meio do exercício do direito de voto via boletim de voto a distância estão detalhadas no Manual de Participação da AGO e no próprio Boletim de Voto a Distância.

Mogi das Cruzes, 29 de março de 2022

Henrique Borenstein

Presidente do Conselho de Administração

www.helbor.com

Demi Getschko trieste@gmail.com

Neurodireitos

A convergência cada vez mais rápida de diferentes linhas de desenvolvimento de tecnologias digitais, biológicas e de comportamento social impõe que a defesa de conceitos deva se basear em argumentos principiológicos, não suscetíveis a pressões do momento. Exemplo disso na área digital são as ações de preservação do ambiente de internet básico, visando à inclusão de todos e ao acesso à informação.

Preservado esse nível básico, vem a discussão sobre construções, cujos impactos podem representar reais ameaças a direitos fundamentais.

Algumas das palavras-chave em voga, que despertam nossa atenção e análise, referem-se à "internet das coisas", à crescente presença da inteligência artificial e, numa vertente menos visível, à "IoB", ou "internet dos corpos". Se já é claro que a internet das coisas pode trazer preocupações, especificamente quanto à privacidade, o mesmo ocorre com inteligência artificial, haja vista as discussões sobre viés, reconhecimento facial, detecção de emoções e previsão dos comportamentos individuais. O terceiro exemplo citado, a internet dos corpos, não ganhou ainda maior visibilidade, mas merece atenção. Temos um grande desenvolvimento em nanotecnologia, que pode ajudar em medições, diagnósticos e tratamentos, e há cada vez mais atuadores digitais que se integram ao nosso corpo, externa ou internamente, ajudando no combate às suas disfunções. É importante constatar que esses equipamentos acabarão por ser controlados também através de conexões à internet. A primeira preocupação óbvia é de segurança: imagine-se alguém sequestrando injetores de insulina e exigindo resgate em troca de não alterar seu funcionamento...

Avanço tecnológico na saúde exige proteção em lei de identidade, sanidade e personalidade

A tendência do mercado de ações na área da saúde via dispositivos está em expansão – basta acompanhar as grandes companhias de tecnologia. Porém, há coisas ainda mais insidiosas: imagine-se que fármacos e dispositivos conectados possam atuar em nosso cérebro, tornando-nos potenciais zumbis. Esse tipo de ameaça vem disparando a discussão sobre "neurodireitos", em que valores como direitos à nossa identidade pessoal, sanidade mental, autodeterminação e personalidade deveriam ser preservados em lei.

Há uma recomendação da OEA sobre isso. Há também um novo item na constituição do Chile que prevê a proteção dos neurodireitos. Não é algo que possa ser tratado levianamente. Uma discussão ampla e pública sobre o tema deveria começar antes que surjam propostas açodadas de legislação, ou que danos já tenham sido produzidos. ●

ENGENHEIRO ELÉTRICO

SEG. Luiz Carlos Trabuco Cappi (quinzenalmente) ● **TER.** Ana Carla Abrão, Pedro Fernando Nery e Demi Getschko **(quinzenalmente)** ● **QUA.** Fábio Alves ● **QUI.** Adriana Fernandes ● **SEX.** Elena Landau e Laura Karpuska **(revezam quinzenalmente)** e Pedro Doria ● **SAB.** Adriana Fernandes ● **DOM.** José Roberto Mendonça de Barros **(quinzenalmente)** e Affonso Celso Pastore **(quinzenalmente)**; Paulo Leme **(1º domingo do mês)**, Roberto Rodrigues **(2º domingo do mês)**, Albert Fishlow **(3º domingo do mês)** e Gustavo Franco **(último domingo do mês)**

C4 **Teatro.** Festival de Curitiba abre com peça de Gerald Thomas. C8 **Cinema.** Cleo se divide entre atuar e produzir

DANNY MOLOSHOK / REUTERS

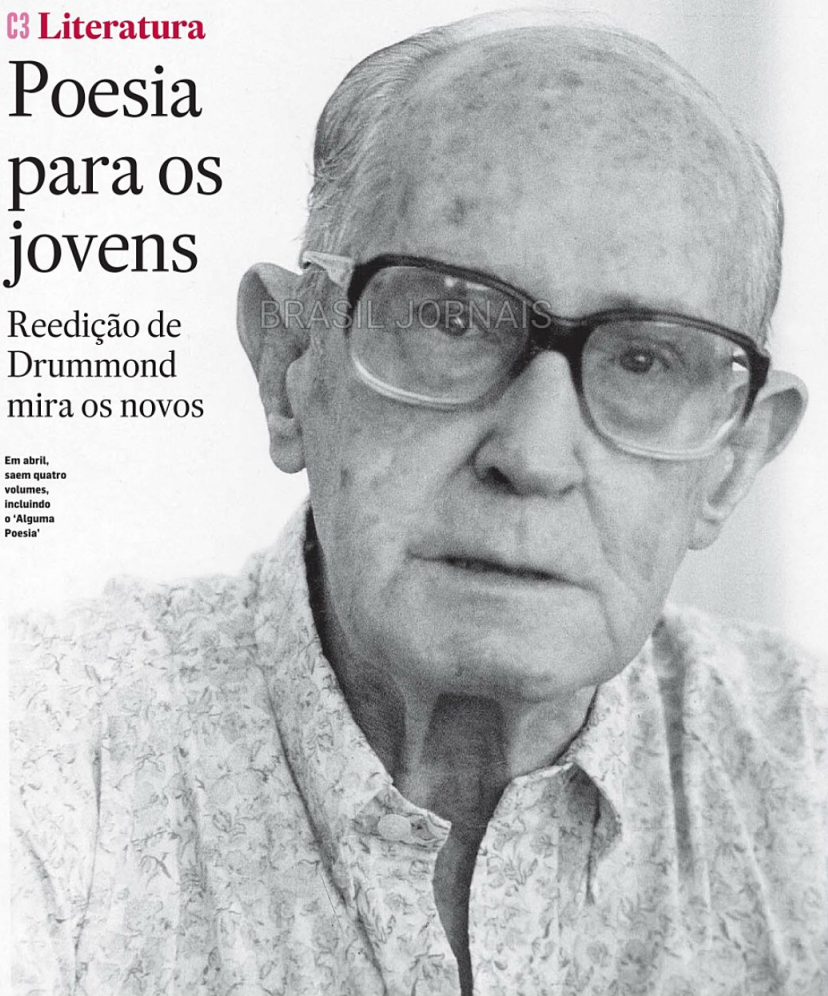
C5 **Oscar.** Academia estuda punição para Will Smith após agressão

NEM DE TAL / ESTADÃO – 7/10/1988

C3 **Literatura**

Poesia para os jovens

Reedição de Drummond mira os novos

Em abril, saem quatro volumes, incluindo o 'Alguma Poesia'

Direto da Fonte
Sonia Racy

Gabriel Manzano (interino)

BLOG

INSTAGRAM

MARCELA PAES
MARCELA.PAES@ESTADAO.COM
PAULA BONELLI
PAULA.BONELLI@ESTADAO.COM
SOFIA PATSCH
SOFIA.PATSCH@ESTADAO.COM

Efeito saudade

A ocupação hoteleira em São Paulo na semana do Festival Lollapalooza chegou, segundo a SPTuris, a cerca de 94% durante o fim de semana.

O levantamento também mostrou que a estimativa de ocupação média no início da semana passada estava em 70% e na quinta-feira aumentou para 80%.

Astral

O SEEN São Paulo, localizado no 23º andar do Hotel Tivoli Mofarrej, lança hoje os Zodiac Drinks, trazendo 12 criações inspiradas nos signos do Zodíaco. O restaurante estreia um menu exclusivo de coquetéis elaborado pelo seu head bartender, **Heitor Marin**, junto com a astróloga **Tatiane Lisbon**, conhecida como "A Papisa".

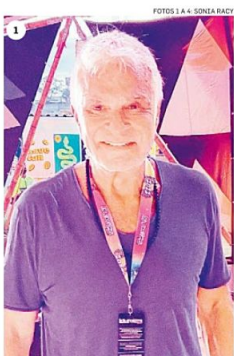
Manhã

Recém-reeleito, o presidente da TV Cultura, **José Roberto Maluf**, pediu e o setor de jornalismo da emissora prepara um novo telejornal. A ser exibido entre 7h e 7h30 de segunda a sexta, a partir de junho.

Além de humorista

Sondado pelo PSDB para ser candidato a deputado, o comunicador **André Marinho** – filho do empresário **Paulo Marinho** – declinou do convite. Motivo? Está prestes a fechar contrato com uma TV e pretende investir em talk cast.

Escuta

Fernando Alfredo, presidente do PSDB paulistano, não digeriu. **Datena** para a vaga ao Senado na chapa PSDB e União Brasil não foi discutida com tucanos da base, ele diz.

FOTOS 1 A 4: SONIA RACY

1

2

3

4

Depois de dois anos sem realizar o Lollapalooza no Brasil, por causa da covid-19, 1. Fernando Alterio, da T4F, volta a editar o festival, comandando 9 mil pessoas envolvidas diretamente na organização. 2. Ana Paula Junqueira. 3. A carioca Vanessa Machado, que acaba de se mudar para SP trazendo sua marca de beleza, Eight. 4. Azuri Safra. 5. Jade Picon e 6. Hugo Gloss. Sexta-feira, no Lounge Family and Friends do festival.

FOTOS 5 E 6: RODRIGO ONO

5

6

NA FRENTE

● O Instituto Tomie Ohtake realiza conversa amanhã em homenagem ao arquiteto **Ruy Ohtake** com nomes que acompanharam sua produção como **Abílio Guerra, Agnaldo Farias, José de Souza Martins, Paulo Miyada, Sabrina Fontenele**, entre outros.

● **Cristiana Arcangeli** promove o *#SharkNoParque* – edição especial Bioritmo, que vai reunir profissionais em busca de transformação. Sábado, no Parque Burle Marx.

● **Sônia Hess**, vice-presidente do Grupo Mulheres do Brasil, debate empreendedorismo feminino com alunas e professoras do Colégio Agostiniano Mendel. Na quarta-feira, no Teatro Fernando Torres.

Literatura *Relançamentos*

Obra de Drummond volta em busca do público mais jovem

Quatro livros chegam em abril, marcando a reedição pela Record; volumes têm posfácios afetivos de artistas como Zélia Duncan

UBIRATAN BRASIL

Quando lançou seu primeiro livro, *Alguma Poesia* (1930), Carlos Drummond de Andrade estava com 28 anos e, apesar de tímido e inexperiente, já compunha, naqueles anos de formação, "versos incomuns, de construção habilidosa, imantados pela inquietude estética e, a um só tempo, existencial que definiria sua poética mais madura", no entender do também poeta e crítico Eucanaã Ferraz.

Pois é justamente com *Alguma Poesia* e outros três títulos definidores da trajetória drummondiana (*Sentimento do Mundo, Claro Enigma* e *Antologia Poética*) que a editora Record lança, em abril, uma nova edição da obra do poeta – desde outubro passado, a casa editorial reconquistou os direitos que estavam com a Companhia das Letras desde 2011.

Cronologia
Com cronologia da época da primeira edição, obras mostram como poeta refletia sobre o que ocorria ao redor

"A escolha desses títulos revela nosso principal objetivo: apresentar a obra de Drummond para novos públicos, especialmente os mais jovens", comenta o escritor Rodrigo Lacerda, também diretor executivo da Record. "Percorremos assim um período que vai desde o primeiro livro, que é seu cartão de visitas, até o grande balanço que ele mesmo fez de seu trabalho, em *Antologia Poética*, de 1962."

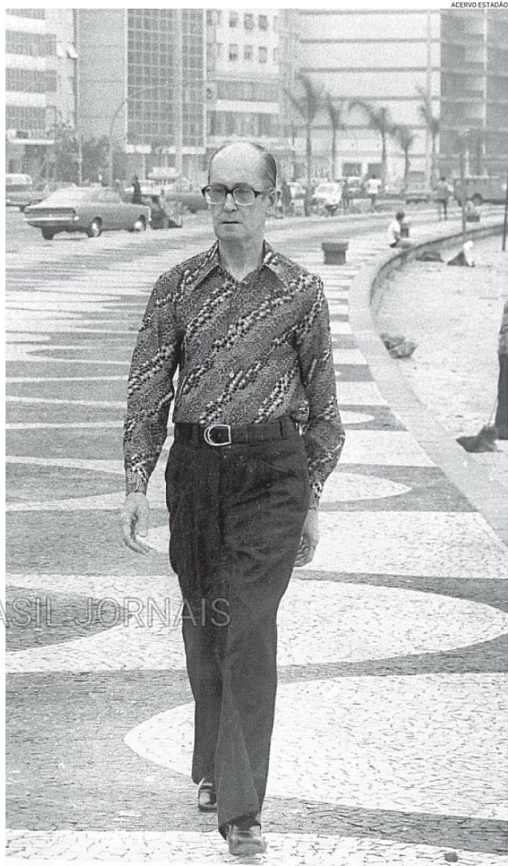
De fato, já em sua estreia, Drummond revelou seu talento em versos que logo se eternizariam, como os do *Poema das Sete Faces* ("Quando nasci, um anjo torto/desses que vivem na sombra/disse: Vai, Carlos! ser gauche na vida"). E também no bem-humorado *Quadrilha* ("João amava Tereza que amava Raimundo"), parafraseado anos depois por Chico Buarque.

O trabalho de reedição de toda a obra envolveu cuidados especiais – como utilizar a mesma tipologia no nome Drummond em todas as capas, como uma espécie de logomarca. "Cada volume vai trazer uma cronologia da época de seu lançamento, revelando o que acontecia no mundo três anos antes e três depois da data da primeira edição", comenta Lacerda. "Assim, será possível identificar como Drummond refletia, em sua obra, o que ocorria ao redor."

Lacerda lembra ainda que os livros terão um QR code que vai oferecer ao leitor desde a bibliografia completa até registros de variação que o próprio Drummond promoveu em seus poemas. Detectar essas modificações, aliás, faz parte de um trabalho de fixação que vem sendo realizado por Edmilson Caminha e Alexei Bruno. Eles buscam deixar cada conteúdo o mais próximo possível daquele imaginado pelo poeta. Uma tarefa de formiguinha, em que as primeiras edições da obra servem como base, além de manuscritos cuja consulta foi liberada pela família de Drummond. "Corrigimos várias diferenças", conta Caminha que, na busca incessante pela fidedignidade, já usou uma lupa para descobrir se o sinal original era uma vírgula ou um ponto.

POSFÁCIO. "São poemas monumentais, em especial os de *Claro Enigma*, que revelam a maturidade poética de Drummond", observa Caminha, cuja opinião coincide com a do escritor moçambicano Mia Couto, autor do posfácio desta obra – os autores destes textos, aliás, não são essencialmente especialistas, mas artistas que compartilham suas relações afetivas com a poesia drummondiana. Outra novidade desta nova edição.

"Nos primeiros livros, Drummond encenava um confronto entre o mundo e a pessoa", escreve Couto. "Neste livro, essa batalha é assumida como um assunto equivocado. As fronteiras que separam a realidade e o humano são fluidas e movediças. No final das contas, o homem veste-se com a pele do mundo e o mundo só existe aos olhos do humano."

ACERVO ESTADÃO

'Drummond caminha entre nós com suas palavras gentis e gestos de indizível graça', diz Ailton Krenak

Claro Enigma
Carlos Drummond de Andrade
Editora Record
160 págs., R$ 44,90

Alguma Poesia
Carlos Drummond de Andrade
Editora Record
128 págs., R$ 49,90

Antologia Poética
Carlos Drummond de Andrade
Editora Record
368 págs., R$ 64,90

Sentimento do Mundo
Carlos Drummond de Andrade
Editora Record
96 págs., R$ 44,90

Já *Antologia Poética* é avaliada pela cantora e compositora Zélia Duncan, que compara a organização de poemas à construção de um roteiro de show: "Ele pisa no palco, com uma de suas mais conhecidas obras, seu primeiro abre-alas, aquela que estava em seu livro de estreia. A abertura já aterrissa consagrada, com aquele que se tornou um de seus grandes hits, o *Poema de Sete Faces*".

Encarregado de comentar o livro de estreia de Drummond, o estilista Ronaldo Fraga observa: "Ele não imaginava que os poemas embalados no livrinho publicado pela Imprensa Oficial ganhariam imortalidade nos cânones da poesia em língua portuguesa e fariam com que seu autor deixasse de ser moderno para se tornar eterno".

E o ambientalista Ailton Krenak, que cuidou de *Sentimento do Mundo*, traçou um belo perfil do autor: "Drummond caminha entre nós, com suas palavras gentis e gestos de indizível graça, como se evitasse fazer algum desnecessário ruído". ●

Artes cênicas **Estreia**

Gerald Thomas abre o 30º Festival de Curitiba com a peça 'G.A.L.A.'

Monólogo inspirado na múltipla artista e mulher de Salvador Dalí trata da busca do renascer depois de um período de caos

DIRCEU ALVES JR.
ESPECIAL PARA O ESTADÃO

Gerald Thomas anda sensível, tem chorado um bocado, inclusive na frente dos outros. Foi assim em meio aos ensaios do espetáculo *G.A.L.A.*, realizados nas últimas duas semanas, o mesmo que o dramaturgo e encenador lançou em setembro na plataforma online do Sesc e, agora, se materializa no palco do Teatro Guairinha. O monólogo, protagonizado pela atriz Fabiana Gugli, faz duas apresentações presenciais pela primeira vez, nesta terça, 29, e quarta, 30, na abertura do 30.º Festival de Teatro de Curitiba.

Quem acompanhou o processo, em uma das salas da SP Escola de Teatro, na Praça Roosevelt, viu o polemista duro na queda surpreendido pela própria emoção, à procura do seu contrabaixo para improvisar um solo, enquanto recuperava o prumo. "Sei que não posso me mostrar vulnerável desse jeito diante de uma equipe, mas não tenho conseguido segurar a onda porque é muita coisa ao mesmo tempo", justifica Thomas, aos 67 anos, endossando o ultrapassado clichê de que demonstrações de sentimentos ferem a autoridade de um diretor.

A última vez que o artista saiu dos Estados Unidos foi em dezembro de 2019, antes da pandemia, para lançar o livro *Um Circo de Rins e Fígados no Brasil*. Confessa que, apesar das três doses da vacina, ficou temeroso de deixar seu apartamento, em Nova York, para enfrentar um aeroporto lotado e atravessar um voo de dez horas sem comer absolutamente nada. Ao pisar na sala de ensaios, porém, o medo abriu espaço para um ansiado reencontro com os colegas, depois de dois anos, longe dos computadores. "De um lado, é a alegria de perceber que voltamos a projetar um futuro, mas, de outro, não posso negar que sou tomado pela melancolia por me enxergar refém da minha própria obra", reconhece.

À DERIVA. A protagonista de *G.A.L.A.* é uma mulher à deriva em um barco prestes a naufragar. Ela busca uma saída viável para renascer depois de um período caótico. Percebe, no entanto, que só será ouvida se romper com antigos discursos e enxergar o novo mundo que se anuncia. O dramaturgo garante que a inspiração veio da imagem da russa Gala Dalí (1894-1982), mulher e musa do pintor catalão Salvador Dalí, porém, é inegável estabelecer conexões com sua própria trajetória profissional, que alcançou o auge nos anos de 1980 e 1990.

"Essa mulher sonha em existir, em decolar, mas ela sabe que, no fundo, a canoa está furada", comenta Thomas. Fabiana, que trabalha com o artista desde 1999, acredita que muitas palavras da personagem traduzem as angústias do autor em busca de novas conexões com o teatro e o seu público. "O Gerald vasculha um lugar íntimo dele, de como se desfazer da própria história e recomeçar do zero", analisa a atriz.

O texto da versão digital de *G.A.L.A.*, escrito em setembro, passou por mudanças, substituindo parte da verborragia por imagens renovadas e só possíveis no palco. "A solidão fica muito mais evidente com essa mulher falando sozinha para o universo naquela imensidão vazia, naquele barquinho pequeno", ressalta a intérprete, sobre a diferença do digital para o presencial. Thomas sublinha que boa parte das alterações se deve a um cenário menos ameaçador da pandemia. "Agora, a personagem não pode aceitar passivamente o naufrágio porque enxerga que a vida continua e não está mais limitada a um vírus."

FOTOS DANIEL SORENTINO / FESTIVAL DE CURITIBA

Gerald Thomaz fez modificações no texto para a versão presencial

Nova investida

Gerald Thomas se prepara para montar 'Doroteia', de Nelson Rodrigues, em texto cercado de contradições

O Festival de Curitiba faz parte do persistente e, às vezes, truncado diálogo de Thomas com a plateia brasileira. Ele esteve na cidade na edição inaugural, em 1992, com *The Flash and Crash Days*, tendo Fernanda Montenegro e Fernanda Torres à frente do elenco. Voltou no ano seguinte para apresentar *O Império das Meias-Verdades* e, mais adiante, *Un-Glauber, Nowhere Man, Quartett, Os Reis do Iê-Iê-Iê* e *Ventriloquist*, entre outras.

AGENDA CHEIA. Se a ideia é olhar para frente, o encenador se sente aliviado de encontrar a agenda tomada em 2022. Em maio, ele desembarca em São Paulo para ensaiar um trabalho inédito, *Doroteia*, que estreia em junho, com os atores Otávio Müller, Fabiana Gugli, Ana Gabi e Lisa Giobbi, entre outros. A primeira investida na obra de Nelson Rodrigues é cercada de mistérios pelo diretor conhecido pela desconstrução das dramaturgias. "Vai ser um espetáculo apoiado nos contrastes de beleza e feiura, bem e mal, céu e inferno", antecipa. "É um texto que desejo montar desde 1987 e chega em boa hora porque atravessamos uma era de polarizações." ●

Evento intenso: 25 peças oficiais, 120 espetáculos de rua e 2 mostras

Depois de dois anos, os palcos da capital paranaense ganham luz para sediar o Festival de Curitiba. O maior evento de artes cênicas do País recebe, entre hoje, 29 de março, e 10 de abril, 25 espetáculos em sua vitrine oficial, agora batizada de Mostra Lúcia Camargo, homenagem à produtora, que morreu em 2020 e foi figura ativa do festival, além de 120 apresentações de rua e duas programações paralelas.

Gerald Thomas ao lado da atriz Fabiana Gugli, em 'G.A.L.A.'

GRANDES DRAMATURGOS. A grade celebra nomes que cresceram junto a essa história de 30 anos. Além de Gerald Thomas, grandes diretores como Gabriel Villela (*Cordel do Amor Sem Fim ou Flor do Chico*), Marcio Abreu (*Sem Palavras*) e William Pereira (*O Náufrago*) aparecem na programação organizada pelos curadores Leandro Knopfholz e Fabíula Passini.

Em primeira mão, *Tudo*, comédia dramática dirigida por Guilherme Weber, tendo Julia Lemmertz e Vladimir Brichta no elenco, faz sessões de pré-estreia. As atrizes Denise Stoklos e Denise Fraga marcam presença com os solos *Abjeto – Sujeito* e *Eu de Você*, enquanto os musicais são representados por *A Hora da Estrela* ou *O Canto de Macabéa* e *Brasileiro, Profissão Esperança*, além do show *AmarElo*, de Emicida.

O teatro de grupo chega à cidade com o Armazém (*Angels in América*), Cia. dos Atores (*Conselho de Classe*), Galpão (*Till, A Saga de um Herói Torto*), Magiluth (*Estudo n.º 1 – Morte e Vida*), Parlapatões (*Prego na Testa* e *Parlapatões Revistam Angeli*) e Os Satyros (*Aurora*). Quem também passa por Curitiba é Deborah Colker, com *Cura*, e garantia de diversão é a comédia *O Mistério de Irma Vap*, protagonizada por Luís Miranda e Mateus Solano. ● D.A.Jr.

Cinema *Premiação*

Tapa de Will Smith em Chris Rock domina as discussões sobre a cerimônia do Oscar

Ninguém queria saber quem foram os ganhadores das estatuetas; Academia de Hollywood estuda punição contra ator

MARIANE MORISAWA
ESPECIAL PARA O ESTADÃO

FOTOS BRIAN SNYDER/REUTERS

1. Bofetada que Will Smith deu em Chris Rock deixou plateia perplexa e ofuscou premiações

2. Prêmio de melhor filme para 'No Ritmo do Coração', com o ator surdo Troy Kotsur, ficou em segundo plano diante do incidente

Depois do tapa, houve um momento de incredulidade. Seria parte do show? Logo ficou claro que não. Chris Rock parecia desconcertado com o tapa na cara que Will Smith lhe deu depois de uma piada sobre a cabeça raspada da mulher, Jada Pinkett Smith, que sofre de alopecia areata, doença inflamatória que pode provocar queda de cabelo. Smith ainda gritou para ele não falar da mulher dele, usando palavrões. Bradley Cooper, Denzel Washington e Tyler Perry foram conversar com Smith, um astro com imagem de simpático, acessível, brincalhão. Sua assessora de imprensa, também. O clima no Dolby Theatre ficou estranho, mas o show tinha que continuar.

Pouco se falou de quem ganhou ou não, depois. Nas redes sociais, só se falava da briga. Uns defenderam o direito de Chris Rock fazer piada, disseram que ele é assim mesmo ou afirmaram que, mesmo que ele estivesse errado em brincar com a aparência física de Jada, nada justifica a violência.

REAÇÕES. Foi o caso até de alguns famosos, como o diretor Rob Reiner, a comediante Rosie O'Donnell e a jornalista e professora Nikole Hannah-Jones. Outros saíram em defesa de Smith, argumentando que ele estava apenas defendendo a honra da mulher, como as atrizes Tiffany Haddish e Jameela Jamil. Sean Combs, que ficou encarregado de entrar logo depois do tapa, brincando que, como família, os dois iam se resolver na festa de Jay-Z, e que iam prosseguir com amor, disse à revista *Vanity Fair* que essas coisas acontecem.

DAVID SWANSON/EFE

Audiência sobe em relação a 2021, mas perde para 2020

A audiência do Oscar aumentou para 15,36 milhões nos números preliminares – os definitivos só saem nesta terça, 29. É um crescimento de 56% em relação a 2021, que teve 9,85 milhões no levantamento parcial. Ainda assim, é menos do que em 2020, com 23,6 milhões.

Ontem, a Academia de Hollywood divulgou um comunicado condenando a agressão. Também foi aberta uma investigação que pode levar à suspensão do ator em atos da organização, como o Oscar do ano que vem, ou mesmo expulsão. Não há notícia de que o ator pode perder o prêmio deste ano.

Durante o choroso discurso de agradecimento pelo Oscar, em que Will Smith falou que está em um momento de amar e proteger, citando o seu personagem em *King Richard: Criando Campeãs*, o ator provocou lágrimas e foi bastante aplaudido.

Ele não compareceu à sala de imprensa, onde os vencedores dão entrevistas depois de receber as estatuetas. Mas foi à festa da *Vanity Fair* acompanhado da mulher, dos três filhos, Jaden, Trey e Willow, e de um grupo de amigos.

Segundo o relato da revista, a família não parecia nada abalada, ocupando o centro da pista, e Will Smith dançou com o seu Oscar na mão, ao som de seu hit *Gettin' Jiggy Wit It*. O show, afinal, tem de continuar. ●

Festa da Academia de 2022 será lembrada como sendo a da agressão

ANÁLISE

LUIZ ZANIN ORICCHIO
ESPECIAL PARA O ESTADÃO

A cerimônia da Academia de Hollywood de 2022 passará para a história como o Oscar do tapa na cara. O primeiro – literal – foi o de Will Smith no apresentador Chris Rock. O segundo, em quem acreditava que o Oscar estivesse evoluindo.

A queda na real veio com a atribuição de melhor filme ao apenas mediano *No Ritmo do Coração*. Havia, pelo menos, três candidatos melhores à disposição dos votantes – *Ataque dos Cães*, *Drive My Car* e *Licorice Pizza*. Preferiram eleger essa simpática refilmagem norte-americana do francês *A Família Bélier*. Ok em época de inclusão, em termos cinematográficos não chega aos pés dos concorrentes.

DERROTA. O grande derrotado da noite foi *Ataque dos Cães*, que chegou com 12 indicações e saiu apenas com um prêmio, o de direção para a neozelandesa Jane Campion. Ser da Netflix é um ônus. Apple TV pode. É a distribuidora de *No Ritmo do Coração*.

Já o filme mais adulto e elaborado desta edição, o japonês *Drive My Car*, venceu na categoria em que era mesmo favorito, a de filme internacional. Foi apenas isso, embora merecesse muito mais. Não repetiu a revolução de *Parasita* dois anos atrás, e assim Hollywood voltou à sua zona de conforto.

Desastrosa na atribuição do prêmio máximo, esta 94.ª edição apresentou alguns acertos. O melhor documentário tinha mesmo de ser *Summer of Soul*, sobre o grande festival de música negra de 1969. O troféu de melhor atriz ficou com Jessica Chastain por sua caracterização de uma televangelista em *Os Olhos de Tammy Faye*. Ariana DeBose brilhou na refilmagem de *Amor, Sublime Amor* e recebeu a estatueta de coadjuvante. O intenso Troy Kotsur ganhou o troféu de melhor ator coadjuvante e fez um emocionante discurso em linguagem dos sinais.

Embora o trabalho de Benedict Cumberbatch em *Ataque dos Cães* seja superior, o troféu de ator a Will Smith também é defensável. Muito mais do que

Mais um tapa

Havia candidatos melhores que 'No Ritmo do Coração', mas os votantes optaram pela mediana refilmagem

seu lacrimoso discurso ao receber a estatueta. Vinte minutos após haver esbofeteado o colega em público, pediu perdão à Academia (mas não a Chris Rock), pregou amor, proteção e paz. Lindo, não? ●

Horóscopo Quiroga

oscar@quiroga.net

A vontade
Data estelar: Lua míngua em Peixes

A vontade é um poderoso instrumento disponível a todo ser humano que se atrever a ela, só que, numa frequência e número muito maior das que imaginamos, a boa educação que o mundo nos ofereceu foi sistematicamente focada em quebrar nossa vontade.

Assim, a construção de nossas experiências de vida passou a nos tornar muito mais dependentes do sabor das circunstâncias do que do uso de nossa própria vontade, pois, por ela determinamos a qualidade do caminho, em vez de andar por onde a realidade indicar.

É possível viver uma existência inteira nos modelando de acordo às circunstâncias, mas, com certeza, ao deixar de usar nossa vontade, deixamos, também, de ser protagonistas de nosso próprio destino.

A vontade está sempre aí, disponível para ser posta em marcha. ●

ÁRIES 21-3 a 20-4
Um pouco mais de quietude que o habitual será o chamado que sua alma fará neste momento, porque se tornou necessário refletir com profundidade e sinceridade sobre tudo que anda acontecendo, e seu papel em tudo.

TOURO 21-4 a 20-5
Quando há muita gente envolvida, é fácil perder o controle sobre a situação, porém, no momento atual isso será preferível, porque, pelo menos, a situação brindará com perspectivas que, de outra maneira, não aconteceriam.

GÊMEOS 21-5 a 20-6
Evite a inércia, lute contra ela, não permita que tome as rédeas de sua consciência, conduzindo ao sossego. Descansar é bom, mas não é essencial neste momento, que requer de sua alma todas as iniciativas necessárias.

CÂNCER 21-6 a 21-7
Se você não se aventurasse a imaginar mundos e fundos, teria de se acomodar no que já conquistou, e isso poderia ser interessante, não fosse que sua alma continuará desejando se aventurar por terrenos inconquistados.

LEÃO 22-7 a 22-8
A vida objetiva parece mais real, porque definida e cheia de formas tangíveis, porém, é na vida subjetiva que se tomam as decisões e se experimentam os dramas que enchem sua alma de alegria, ou de temor e pudor também.

VIRGEM 23-8 a 22-9
Defina com clareza quem são as pessoas que lhe são favoráveis, e as mantenha por perto. Porém, defina também as pessoas que são adversárias, e a essas mantenha ainda mais próximas, para saber o que fazem.

LIBRA 23-9 a 22-10
Nada demais nem de menos, apenas a rotina, com suas delícias e aborrecimentos. Esse é o terreno que você tem disponível neste momento para desenvolver as estratégias que conduzam à satisfação de suas pretensões.

ESCORPIÃO 23-10 a 21-11
O assunto é evitar ficar se detendo por tempo demais em questões que, comprovadamente, não podem ser solucionadas, porque, enquanto isso, há todo um infinito de vida para você se aventurar. Diversifique.

SAGITÁRIO 22-11 a 21-12
É hora de deixar uma parte do seu passado para trás definitivamente, porque não dá para continuar vivendo sob o peso de situações mal resolvidas. Há muito jogo pela frente, melhor apostar no futuro.

CAPRICÓRNIO 22-12 a 20-1
Negocie, porque o que a vida lhe apresenta não é definitivo, é apenas um movimento para evocar de sua alma uma resposta, que tampouco há de ser definitiva, apenas parte de uma dinâmica que há de ser sustentada.

AQUÁRIO 21-1 a 19-2
Cuide dos seus recursos materiais para que esses se preservem no dinamismo fundamental que alimenta a satisfação de desejos e necessidades. Isso dá trabalho, mas é do tipo que compensa, do tipo que vale a pena.

PEIXES 20-2 a 20-3
Não deixe por menos, arremeta e siga em frente, porque ainda há muito jogo. Evite o constrangimento que o temor provoca, apenas o sinta, mas não se oriente pela sua voz aparentemente profética, pois, não fala coisa com coisa.

Rock *Despedida*

Phil Collins, vocalista da icônica banda Genesis, faz seu último show

Com problemas de saúde, durante turnê em Londres, músico anuncia o fim de uma carreira de 55 anos de sucesso

O vocalista Phil Collins ao lado de sua legendária banda Genesis anunciou neste sábado 28, na arena 02, em Londres, que aquele seria seu último concerto.

Phil Collins fez o show sentado, acompanhado pelo tecladista Tony Banks e o guitarrista Mike Rutherford. Visivelmente debilitado, o cantor chegou a brincar que agora a banda iria "procurar um novo emprego".

O anúncio da derradeira turnê do Genesis está relacionado com os sérios problemas de saúde que Collins, hoje com 71 anos, vem enfrentando nos últimos anos. Durante o show, ele falou sobre os danos nos nervos em suas mãos e as dificuldades para tocar bateria ou até mesmo de segurar a baqueta. Collins se tornou o vocalista do Genesis em 1975.

O concerto de sábado, que teve a presença do icônico Peter Gabriel, fez parte da turnê *The Last Domino? Tour*, que marca o fim de uma carreira brilhante de 55 anos, com mais de 100 milhões de álbuns vendidos em todo o mundo.

HITS. Nesta noite, o Genesis tocou 24 músicas que incluíram os hits *Mama, Land of Confusion, Home by the Sea, Domino, I Can't Dance, Turn It On Again, No Son Of Mine* e *Invisible Touch*.

Filha do vocalista, a atriz Lily Collins prestou homenagem ao pai em seu Instagram. "Esta noite marca o fim de uma era. Ter testemunhado este último show foi realmente a memória de uma vida e um evento que guardarei em meu coração", disse. ●

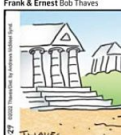
QUADRINHOS

Minduim Charles M. Schulz

Recruta Zero Mort Walker

Turma da Mônica Mauricio de Sousa

O melhor de Calvin Bill Watterson

Frank & Ernest Bob Thaves

BEM PENSADO *"Sou contraditório, imenso. Há multidões dentro de mim"* **W. Whitman**

Prato do dia

Patrícia Ferraz *E-mail:* *patriciacferraz@gmail.com;* *instagram:* *@patriciacferraz*

Salada de batata e molho gribiche

Depois do molho gribiche, sua salada de batatas nunca mais será a mesma. Parente do molho tártaro e da maionese (mas feito com ovo cozido, em vez de cru, como eles), esse clássico francês é bem menos célebre que a madeleine, mas também é citado na obra *Em Busca do Tempo Perdido*, de Marcel Proust. Charles Swann, o sofisticado gourmet que é o personagem central do primeiro volume, *No Caminho de Swann*, é especialista na receita.

O molho combina alcaparras, picles, cebola, mostarda Dijon, vinagre e azeite, com ovos cozidos. Tem sabor intenso e faz contraste perfeito com as batatas cozidas. Mas a maneira clássica de servi-lo, na Normandia, onde foi inventado, é como acompanhamento da cabeça de vitela cozida. Tradição à parte, além das batatas vai bem com peixe e aspargos verdes cozidos.

TIAGO QUEIROZ/ESTADÃO; CERÂMICA: SUZANA CUSTÓDIO

Ingredientes
Para 6 pessoas

_ 2 ovos cozidos firmes
_ 2 colheres (sopa) de mostarda Dijon
_ 2 colheres (sopa) de vinagre de vinho branco
_ 6 colheres (sopa) de azeite
_ 2 colheres (sopa) de alcaparras, lavadas, escorridas e picadas
_ 2 colheres (sopa) de picles de pepinos pequenos picados
_ 1 cebola míni, picada
_ 3 colheres (sopa) de salsinha picada
_ Sal e pimenta-do-reino moída na hora a gosto
_ 1 kg de batatas cozidas, já frias, descascadas e picadas em pedaços grandes.

Preparo
Fácil. 1 hora

1. Separe as claras e as gemas e pique-as separadamente.
2. Ponha numa tigela as gemas picadas, a mostarda, amasse e misture. Acrescente o vinagre e o azeite, mexa.
3. Junte as alcaparras, o picles, as claras picadas e a cebola. Misture bem e tempere com sal e pimenta.
4. Ponha o molho na salada de batatas cozidas e já frias, misture delicadamente. Finalize com salsinha picada e mantenha na geladeira até a hora de servir. ●

É JORNALISTA COM PÓS-GRADUAÇÃO EM GASTRONOMIA. COZINHA E COME A TRABALHO HÁ 22 ANOS

SEG. Pedro Venceslau, Simião Castro e Gilberto Amendola ● **TER.** Patrícia Ferraz ● **QUA.** Leandro Karnal, Roberto DaMatta e Maria Fernanda Rodrigues ● **QUI.** Luis Fernando Verissimo, Luciana Garbin **(quinzenal)**, Patrícia Ferraz ● **SEX.** Marcelo Rubens Paiva **(quinzenal)**, Gilberto Amendola ● **SAB.** Sérgio Augusto **(quinzenal)**, Alice Ferraz, Suzana Barelli, Renata Simões (quinzenal) e Daniel Martins de Barros (quinzenal) ● **DOM.** Leandro Karnal, Luis Fernando Verissimo, Sérgio Augusto **(Aliás, quinzenal)**, Milton Hatoum (mensal) e Ignácio de Loyola Brandão (quinzenal)

CRUZADAS

NA WEB | Jogue as cruzadas **estadao.com.br/e/cruzadas**

Pedir ajuda
O de futebol tem 11 jogadores
Acelerado; rápido
"É melhor (?) que receber" (dito)
Momento; oportunidade
Jeito; maneira
Aquela que escreve novela
Vai do menor para o maior (Mat.)
Mesinha de cabeceira
Embrulhar
Vegetação típica da região Centro-Oeste do Brasil
Vítima da infidelidade amorosa
Saudação jovial
O oposto de azar
Consoantes de "seta"
Reginaldo (?), cantor romântico
Naipe cujo símbolo é um losango
Braço, em inglês
Acre (sigla)
Crê em Jesus (pop.)
Os polos que se atraem
Escutar
Órgão da ONU para a Saúde
Objeto para puxar água
Proteção do acrobata
Carro, na fala infantil
Lucio (?) Filho, ator
Ave comum em praças
Sílaba de "ostra"
Burro, em inglês
Caldo alimentício (pl.)
100, em romanos
Levar a (?): perder
É desconhecida na carta anônima
O dente do juízo
Radical (abrev.)
Árvore símbolo nacional → I P E
Computador (gíria)
Refletor de luz em shows
Grupo de soldados
Esqueleto
Acredita

BANCO 3/arm — ass. 4/spot — time. 7/autoria — cerrado.

www.coquetel.com.br

CAÇA-PALAVRAS *Nesta seção, todos os dias, um jogo diferente para você*

Procure e marque, no diagrama de letras, as palavras em destaque no texto.

Melhores cidades para se viver

Um **RANKING** liderado por uma consultoria britânica em 2020 **APONTOU** as dez **MELHORES** cidades do **MUNDO** para se **VIVER**. O levantamento realizado considerou 30 **FATORES** em cinco **ÁREAS**: **EDUCAÇÃO**, **SAÚDE**, infraestrutura, meio **AMBIENTE** e segurança. A australiana Melbourne ficou com a primeira colocação pelo **QUARTO** ano seguido. Confira, abaixo, as dez **CIDADES** mais bem posicionadas e seus respectivos países.

1- **MELBOURNE** – Austrália
2- **VIENA** – Áustria
3- **VANCOUVER** – Canadá
4- ~~**TORONTO**~~ – Canadá
5- **ADELAIDE** – Austrália
6- **CALGARY** – Canadá
7- **SYDNEY** – Austrália
8- **HELSINQUE** – Finlândia
9- **PERTH** – Austrália
10- **AUCKLAND** – Nova Zelândia

ILUSTRAÇÃO FERNANDO

S T A A B A L V I V E R L A U C K L A N D
A A L P E M D R A T A R L Y S A M T I F Y
E D H O N B R M E L D D M T C I D A D E S
R E H N D I D V A N C O U V E R D F B H I
A L E T T E N R U O B L E M L H S R F S E
N A L O H N O S F H A M R A T S C T T E D
L I S U H T D E M U N D O M H E A L O R U
B D I E E E N H N S C M T R E R L R R O C
Q E N S C E R A N K I N G L E O G H O T A
U M Q Y M S Y N D R C R I O A H A T N A Ç
A N U D T N A H N P E R T H I L R N T F Ã
R F E N L F D U A O H Y E C H E Y N O O O
T F R E R L A I D F O G E L M M O N E I H
O S L Y B S H G Y E S A I I Y A A N E I V

SUDOKU

NA WEB | Jogue o sudoku **estadao.com.br/e/sudoku**

Nível Fácil

	8	3	7		1	6	9	
			6		2			
		4	8		5	3		
1								4
	5		9		8		6	
7								2
		5	1		9	7		
			4		3			
	4	6	5		7	8	3	

SOLUÇÕES

Cinema *Em cartaz*

Múltipla, Cleo estrela filme de ação com o pai e o irmão, Fiuk

Atriz e cantora dá vida a uma policial no longa-metragem 'Me Tira da Mira', que reúne grande elenco e parte da família

LUIZ CARLOS MERTEN
ESPECIAL PARA O ESTADÃO

Quando garota, Cleo Pires – agora, simplesmente, Cleo – tinha a maior dificuldade para se imaginar aos 30 anos. Não imaginava que fosse conseguir. Passou com folga. No ano em que fará 40 – em outubro –, ela atravessa uma fase de intensa criatividade. Está estreando filme, iniciando uma série – na Disney –, lançando livro e finalizando disco que deve sair mais para o meio do ano. Ufa! Cleo não para. Desdobra-se em atividades e mídias. Diante do repórter, sorridente, ela se revela como é. Mignon – "Sempre fui" –, na tela é que cresce, vira aquele mulher de quem o público não consegue desgrudar o olho.

A entrevista é para falar de *Me Tira da Mira*, sua comédia de ação em cartaz no cinema, com 400 cópias. O mercado aposta em Cleo, aliás, não só nela. O filme foi feito em família. Cleo, o pai, Fábio Jr., e o irmão, Fiuk, dividem a cena com extenso elenco. Além de atriz, ela também é produtora. Hsu Chien dirige. Na coletiva de imprensa, o diretor começa esclarecendo o próprio nome. "É Chu." Ele chegou à direção após uma extensa trajetória como assistente. O repórter o conhece de muitos sets. Na era do streaming – consolidado com a ajuda da pandemia –, Chien filma suas histórias preferencialmente para o cinema. É ação para se ver na tela grande. Cinéfilo de carteirinha, ele enche o filme de citações e referências. Quem vir verá.

NOMES. O roteiro tem mais nomes do que qualquer outra produção brasileira – recente, ou não. Muita gente com crédito de autoria, ou de colaboração. Agora, é a Cleo produtora falando. "Todo mundo que participou merece crédito. O filme foi feito por essa grande equipe." Ela já havia feito policial a sério. Explica a mudança – a comédia, a ação. "Gosto de misturar gêneros." O filme em família? "Foi muito gostoso, quero fazer mais coisas assim." Trazer o pai de volta ao cinema foi difícil? "Eu mando, ele faz", ela diz. E acrescenta – "Brincadeirinha!"

Logo no começo, Cleo, numa boate mais para espelunca, se exercita na barra. É a Cleo sexy que o público, especialmente masculino, acostumou-se a ver. (Cleo e as pistolas incendeiam o imaginário. Ela diz que é o olhar de quem vê. O repórter responde que não consegue vê-la num papel de freirinha. Ela solta o sorriso – "Pois eu gostaria de fazer!") Enfim, no filme, a personagem sai para a rua, é seguida por um cliente da casa. Olha o spoiler. Rapidamente, a polícia intervém, o cara tenta fazer Cleo refém, ela o cobre de pancada. É policial, também. Tem o pai, seu pai na vida real, que é federal. O ex, Sérgio Guizé, policial como ela, e o irmão, seu irmão na vida real, como tira enrolado com uma ex-quase namorada.

MISTURA DE ATORES. Essa turma toda – menos o pai – vai parar numa clínica onde Vera Fischer foi receitada com o medicamento que a levou à morte. O delegado quer arquivar o caso como suicídio, Cleo desconfia de assassinato. A clínica é de propriedade de Stênio Garcia e Cris Vianna. Realiza-se ali dentro uma transação que envolve, além do elenco principal, Maria Gladys e Silvero Pereira, de *Bacurau*, Viih Tube, Júlia Rabello, etc. "Assim como os gêneros, a ideia era misturar atores de diferentes gerações e mídias – cinema, TV, internet." Mais trabalho para Chien? "No cinema de Hollywood, cenas de ação como as do nosso filme exigem preparação de semanas. A gente ensaiava e filmava no mesmo dia. O empenho da equipe foi total."

> ***"Assim como os gêneros, a ideia era misturar atores de diferentes gerações e mídias – cinema, TV, internet"***
>
> ***"Todo mundo que participou merece crédito. O filme foi feito por essa grande equipe"***
>
> ***"Foi gostoso (fazer o filme em família)"***
> **Cleo**
> Atriz e cantora

RODOLFO MAGALHÃES

1. Cleo que está no filme 'Me Tira da Mira' e prepara disco e livro

2. Em cena do longa, a atriz entre o pai, Fábio Jr., e o irmão, Fiuk

LARISSA MARQUES

Filha e irmã de cantores, Cleo estava talhada para seguir a carreira da família na música? "Nunca pensei nesses termos, não planejei. As coisas aconteceram." Uma coisa de cada vez, todas juntas e misturadas. Assim como, garota, não se via aos 30, aos 40 – quase! – não se imagina aos 70. Vive o momento. O disco? "Envolveu muito trabalho. Não é só o estúdio. Tem a composição, a seleção. A sonoridade é pop."

O livro que ela está lançando pela Melhoramentos se chama *Dez Maneiras de se Livrar de Um Embuste*, em parceria com Tatiana Maciel. Você sabe quem é – filha da também roteirista Adriana Falcão, escreveu os filmes *Desculpe o Transtorno, Fica Comigo Esta Noite* e *A Dona da História*. O que é o embuste? "Um homem tóxico." Falou! Ainda tem a série. "Posso falar?", ela pergunta para os assessores no fundo da sala. "É uma história de bruxas." E mais não conta porque é produção da Disney, que fará a divulgação. ●